



II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

GT 3 : QUESTÃO AGRÁRIA

SESSÃO 1

TRABALHO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA SEGUNDA GERAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DA AGROVILA CAMPINAS, NO ASSENTAMENTO REUNIDAS – PROMISSÃO/SP

Alexsandro Elias Arbarotti*, Universidade Federal de São Carlos
arbarotti@hotmail.com
FAPESP
GT3: “Questão Agrária”

Introdução

A proposta deste artigo é a de pensar os processos de sucessão e coexistência geracional dentro dos assentamentos de reforma agrária: as motivações e estratégias de permanência de alguns sujeitos e suas percepções em relação à sustentabilidade ambiental. Passadas algumas décadas desde o estabelecimento dos primeiros assentamentos, em meados da década de 80, é importante a investigação sobre a maneira como esses projetos estão prosseguindo, ou seja, como vem se dando o processo de reprodução social dentro destes espaços. Reprodução social, no sentido do surgimento de uma nova geração dentro dos assentamentos, que neste artigo é chamada de segunda geração, e a sua coexistência com a geração que lutou, conquistou um lote e a partir daí reordenou sua vida e passou a viver da terra, aqui chamada de primeira geração.

O recorte geracional se mostrou metodologicamente mais interessante para os objetivos estabelecidos, pois não se prende aos critérios de idade, mas sim a vivência de determinados eventos como diz Debert (1998): “geração não se refere às pessoas que compartilham a mesma idade, mas às que vivenciam determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras” (DEBERT, 1998, p. 60).

O evento pensado como vivenciado por todos esses sujeitos entrevistados, nesse sentido, foi o processo de luta pela terra. Todos eles estavam presentes e vivenciaram o período de acampamento e luta política para serem assentados. E, além disso, todos tiveram a mesma experiência cultural de viver no assentamento desde a sua demarcação, as primeiras experiências produtivas, a falta de infraestrutura, falta de crédito, as diferentes políticas públicas e progressivamente as mudanças ocorridas. Isso vai a esteia do que

Mannheim (1993) define como geração, ou seja, na perspectiva de um fenômeno essencialmente cultural de partilha da mesma experiência cultural.

Todavia, por serem os assentamentos uma realidade que data de meados da década de 1980, os estudos que usam a categoria geração são muito raros, pois as problemáticas geracionais nestes espaços começaram a se desenhar nos últimos anos. Diante disso, o que se encontra ao se buscar estudos de geração em assentamentos, são estudos voltados a juventude e raros estudos sobre idosos. Diante da necessidade de caracterização da realidade social dos assentamentos o ponto de apoio para essa caracterização foram estes estudos de juventude em assentamentos.

Castro (2008; 2009) diz que os estudos de juventude rural, principalmente em assentamentos, se prendem muito a categoria *ficar* e *sair* como uma categoria concreta ou um movimento definitivo dos jovens. “Contudo, ‘ficar’ ou ‘sair’ do meio rural envolve múltiplas questões mediante as quais a categoria *jovem* é construída, e seus significados, disputados” (CASTRO, p. 23, 2009). A realidade demonstra que os assentamentos, como todos os outros meios sociais, revelam elementos objetivos e subjetivos de dificuldades e possibilidades para esses sujeitos formularem a identificação com a localidade.

Os problemas a serem enfrentados são a transmissão da herança de uma pequena propriedade para muitos filhos, ausência de investimentos do Estado em infraestrutura (saúde, educação, lazer, estradas), endividamento dos pais, falta de assistência técnica sofisticada e inovadora, dificuldade de comercialização dos produtos (dependência dos atravessadores e queda do preço dos produtos), dificuldades de acesso a trabalho, e por fim, atração pelo estilo de vida urbano e falta de possibilidades de relacionamentos. Essa gama de elementos acaba por influenciar os jovens na construção de projetos de vida e na reprodução social dos lotes, pois muitos estabelecimentos ficam sem sucessores o que leva ao envelhecimento no campo, com um número muito grande de idosos aposentados em seus lotes sem condições para dar prosseguimento ao processo produtivo¹. Em alguns casos as dificuldades encontram-se dentro da própria família, que não dá oportunidade para que o jovem possa assumir a responsabilidade de parte da produção ou trazer as inovações e anseios que tem para dentro do lote. Os jovens dessa forma esbaram no tradicionalismo e no conservadorismo das suas famílias e das restrições no plano da sociedade local. Esses

¹ Esse fator de envelhecimento no campo é importante de ser investigado, pois está mudando as relações de produção e reprodução social dentro desses espaços. Nota-se com isso grande número de arrendamentos e terras ociosas.

fatores acabam fazendo com que muitos jovens migrem para a cidade em busca da realização de autonomia e liberdade. Entretanto, essa saída, na maioria dos casos, não representa ruptura com a família ou a localidade (WANDERLEY, 2007).

Sair não apenas não significa o rompimento dos laços de família, nem com o lugar de origem, como representa apenas uma fase de uma trajetória, que pode até ser marcada por múltiplos movimentos, mas o assentamento representa um ancoradouro seguro (MALAGODI. MARQUES, p. 207, 2007).

Essas pelejas são marcadoras das experiências desses jovens e é muitas vezes a partir delas que surge a construção de novas estratégias de vida. Existe um grande número dos jovens que se “aventuram” na vida nas cidades, em busca de bens que julgavam não ser possível conquistar no lote, como motos, celulares, determinadas roupas, etc., e acabam tendo um grande estranhamento e decepção com essa localidade urbana, que se revela em muitos casos monetarizada (“para tudo que se quer tem que ter dinheiro”) e com jornadas de trabalhos extremamente pesadas e por isso acabam retornando a localidade rural.

As trajetórias de idas e vindas são as mais variadas, mas o fato é que toda essa movimentação proporciona aos sujeitos uma grande bagagem de experiências vividas, provocando a revalorização da agricultura e da localidade rural. E as experiências adquiridas de trabalho na cidade, muitas vezes como pintor, pedreiro, ajudante, cabelereiro, manicure, são agenciadas em prol de se tornarem estratégias e alternativas de trabalho e renda. Dependendo da distância do lote em relação à cidade, e se essa cidade oferece alternativas viáveis de trabalho e renda, eles buscam realizar essas atividades na cidade e continuam morando em seus lotes e tornam-se migrantes cotidianos, ou em outros casos, desempenham essas atividades alternativas dentro do próprio assentamento. Nesses casos sempre a renda vinda fora da atividade de produção agrícola do lote é a maior fonte de renda, o que deixa claro a necessidade de investimentos e qualificação desses espaços.

Neste caso é necessário pensar que decidir ficar não significa passividade, mas sim o ato de assumir um projeto de vida que contempla e que leva em consideração autonomia e independência dos pais. Este fato, por sua vez, não é livre de conflitos, tensões, negociações e disputas, ou seja, é uma vivência emaranhada por complexas teias de poder e significações (MENEZES, 2008; SCOTT. 2010).

É do consenso dos pesquisadores que as realidades sociais dos assentamentos no Brasil são variadas de região para região, ou até mesmo em uma mesma região se encontra

distintos modos de vivência e sociabilidade como revelam os estudos que tratam desta temática². Sabendo disso o artigo se concentra nos dados de pesquisa de um estudo de caso realizado por mim na agrovila Campinas no assentamento Reunidas no município de Promissão-SP³.

Este assentamento é resultado de um processo de reivindicação iniciado com 44 famílias acampadas as margens da rodovia BR 153, na altura do município de Promissão-SP no ano de 1983. Reivindicava-se pela desapropriação da Fazenda Reunidas no mesmo município. Passados três anos e com o aumento expressivo do número de famílias acampadas, a desapropriação foi decretada pelo governo federal. Em junho de 1989 se inicia a demarcação dos lotes. Atualmente moram no local mais de 634 famílias distribuídas em 10 Agrovilas. A agrovila Campinas, conta com 74 famílias. As famílias assentadas são provenientes das ocupações organizadas pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de cadastramentos organizados por sindicatos e do próprio INCRA o que lhe confere uma grande riqueza na diversidade de engajamento político. Soma-se a isso, também, a diversidade cultural das pessoas assentadas que vieram de varias regiões do Brasil (SIMONETTI, 2011; POKER, 1994).

As estratégias de permanência

Nos tópicos que vão se seguir procurarei demonstrar as análises da pesquisa de campo realizada na agrovila Campinas com os sujeitos da segunda geração que permaneceram no projeto de assentamento. Os entrevistados estão dentro de uma variação de nascimento que vai de 1970, para o mais velho, até 1985, para o mais novo, levando em conta o sua participação no processo histórico do assentamento. É importante pontuar que esses sujeitos tiveram trajetórias as mais variadas e múltiplas conferindo por consequência uma gama diferenciada de vividos e permanências. Pela limitação do espaço do artigo não será possível focar nessas trajetórias, mas sim nos pontos das suas falas que revelam o que se tem como objetivo demonstrar nesse artigo, trabalho e sustentabilidade ambiental.

² Alguns importantes estudos podem ser encontrados em: Martins, J. S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003; Scott, P. Cordeiro, R. Menezes, M. (org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Mulheres, 2010. Ferrante, V. Whitaker, D. (org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA, 2008. SIMONETTI, M. C. L.(org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de Vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

³ Esse estudo de caso foi realizado para a pesquisa de mestrado que no momento está em fase da primeira análise e confecção do texto de qualificação. Esse artigo se refere a esse momento da pesquisa.

Motivações para permanência e identificação com a localidade

Para falar de trabalho e percepção ambiental, é necessário antes entender as motivações desses sujeitos para assumirem o projeto de assentamento. Será visto que essa permanência passa, necessariamente por arranjos e estratégias de se buscar alternativas de renda. Entretanto, isso não é o que define esses sujeitos, mas sim as atitudes não profissionais ligadas as suas trajetórias, a família, as atividades lúdicas e esportivas, os grupos políticos e religiosos e vários outros elementos. Essa concepção está ligada a proposição de Daniel Bertaux, que diz que ainda estamos presos a uma ordem social instituída em que a profissão é que confere identidade social as pessoas. Nesse sentido ele propõe a ideia de uma sociedade em que as práticas dos grupos e indivíduos não tenham por fim produzir mercadorias, “mas sim *viver*, atividades que seriam, por si mesmas, seu próprio fim” (BERTAUX, 1979, p.46).

Ao se buscar as motivações dos sujeitos para permanecerem no assentamento as falas variam de caso para caso em algumas questões que cada um julga ser essencial e aos projetos para as suas vidas. Todavia, todas as falas revelam que um dos pontos que marcam a permanência é o sentimento de pertencimento e identidade com a localidade. Localidade vista como local de vida dentro de uma construção social em continua reformulação em relação a modos de vestir, símbolos, espaços coletivos, equipamentos coletivos e valorização de bens de consumo que marcam fortemente o cotidiano vivido dentro de uma pluralidade de códigos e referências simbólicas (WANDERLEY, 2009).

É importante destacar que essa noção de localidade e território está em oposição à ideia de um espaço rural e espaço urbano delimitado político-administrativamente, mas sim se refere a uma imagem, a uma representação na rede das relações sociais. Assim, um espaço pode ser entrecruzado por várias localidades, pois essas localidades são constituídas por aqueles que a ocupam, dentro de uma base física e um conjunto de relações sociais diversas. Esses elementos por sua vez confere sentido à existência dos sujeitos e referências identitárias como diz Carneiro (2012): “Estamos diante, portanto, do processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea” (CARNEIRO, 2012, p. 49).

É o que a Sueli⁴ sintetizou em uma de suas falas ao afirmar: “Socialmente eu caibo aqui”. O assentamento, dessa forma se mostra como o local de referência e porto seguro como disse Gilmar⁵: “Eu aprendi que o sítio era um porto seguro entendeu?” Esse local representa “sossego”, praticamente todos afirmaram isso de alguma forma. A expressão de Claudio⁶ quando lhe perguntei, depois de ele me descrever as dificuldades de se viver no lote, o motivo de ele ter voltado, a despeito dessas dificuldades, depois de cinco anos na cidade:

Sossego né. Você fazendo o seu de comer você não precisa de importar que você precisa pagar aluguel, você tendo um cantinho para você morar, sabendo que é seu. Você fazendo o de comer você vai empurrando o resto.

Sossego, essa foi uma das justificativas do Almir⁷ ao dizer do seu processo de permanência no lote do pai: “E para mim ficar no sítio é outra vida né, mais sossego, mais tranquilidade”. Essa fala representa a síntese do que se espera quando se mora no lote. A despeito das dificuldades e incertezas que são específicas e inerentes desse local o fato de ter a moradia assegurada é algo que representa tranquilidade e ainda não é necessário se comprar tudo, como na cidade. Isso aparece nas palavras de Claudio ao dizer as vantagens de viver no lote,

Tem muita heim bicho, tem muita vantagem heim! Primeiro você não precisa pagar aluguel, segundo, você mora no que é seu, terceiro você vai no pomar você tem uma laranja, quarto você vai no pé de mandioca você tem a mandioca, você tem o ovo, você tem a galinha, e você não precisa comprar isso.

A localidade, portanto, não se refere somente a sentimentos de uma ideia de tranquilidade que sempre se aprendeu e vivenciou do campo em relação a cidade. Um dos

⁴ Os nomes usados são fictícios. Essa indicação não será repetida nos próximos nomes. Sueli, nascida em 2 de março de 1978 na cidade de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, no perímetro rural. Mestre em economia pela Unicamp. Casada e mãe de 2 filhos. Atualmente trabalha na assessoria do gabinete do prefeito de Promissão, que é do PT, na articulação dos projetos e convênios das secretarias.

⁵ Gilmar, nascido em 14 de maio de 1977 na cidade de Rio Claro, solteiro. Coursou até o ensino médio. Já trabalhou no lote do seu pai, mas hoje trabalho somente na cidade, onde abriu um salão de cabeleireiro.

⁶ Cláudio, Nascido em 23 de maio de 1985, em São Paulo, casado, tem uma filha. Coursou até o segundo grau completo. Já trabalhou na cidade. Atualmente trabalha de pedreiro na cidade e na parte do lote que divide com sua irmã. Ele é irmão da Claudia que aparecerá em falas mais a frente.

⁷ Almir, nascido em 1984 na cidade de Campinas/SP, casado. Superior incompleto em análise de sistemas. Nunca trabalhou na cidade. Atualmente trabalho no lote do pai com plantação de pepinos em estufa e é atravessador de mercadorias para o CEASA.

elementos são as redes de sociabilidade e convivência que se estabelece dentro desse local, levando em conta as disputas, as divergências e as relações de partilha, troca e amizade. Isso é claramente percebido na fala do Émerson⁸ quando ele dizia para mim o que ele via no lote que o atraía em relação a cidade:

Você vai no bar só tem amigo seu, se vai no vizinho é amigo seu, se tem um vizinho que eu conheço o defeito dele eu não vou na casa dele e ele não vai na minha casa, eu conheço o defeito dele eu não vou. Se eu sei que vou discutir com você de futebol você já ignora, eu não discuto mais com você. Meu vizinho ali que é corintiano é gente boa, se precisar de mim pode ser dez horas, meia noite um ajuda o outro independente de qualquer outra coisa.

A percepção dessa ideia de localidade é ressaltada nos relatos dos sujeitos que tiveram experiências fora dessa localidade que ao realizar a relação com outros modelos e valores de localidades reformulam o sentimento de pertencimento a sua localidade. É por isso que Carneiro (2012) afirma que trabalha com a hipótese interpretativa de que

(...) a lógica de existência (ou permanência) de um grupo social com uma identidade própria, ancorada num sentimento de pertencimento a uma localidade dada – identidade materializada na relação com um espaço e com um conjunto de símbolos culturais –, repousa na possibilidade de se estabelecerem relações de alteridade com “os de fora”, mesmo que esses residam e interajam em um mesmo território (CARNEIRO, 2012, p.49).

Nesse sentido é possível perceber que as fronteiras das localidades estão mais flexíveis, seja na facilidade de deslocamento físico com os veículos motores, permitindo aos sujeitos estarem em varias localidades no mesmo dia, seja por meios virtuais de comunicação. Essas experiências possibilitam novos processos e uma heterogeneidade social e cultural no interior da localidade, o que está ligado diretamente com a formulação das identidades como coloca Carneiro (2012),

As novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimenta as trocas, enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local (CARNEIRO, p. 48, 2012).

⁸ Émerson, nascido em 11 de agosto de 1970, em Nova Esperança no estado do Paraná no perímetro urbano, casado, tem dois filhos, cursou o ensino fundamental. Já trabalhou na cidade e atualmente trabalha no lote da sua mãe com gado de leite.

Esses vários vividos possibilitam uma diversidade de experiências e diferentes histórias que percorrem caminhos diversos. A permanência, sendo assim, não é uma decisão fácil e realizada de forma inequívoca, muitas vezes ela percorre caminhos variados, passa por projetos frustrados, por tensões entre os familiares e por acontecimentos inesperados. Passa por períodos de desenraizamento e de mobilização de novas formas identitárias ao se refugiarem no “porto seguro”, que é a volta a terra. Essa volta, por mais dura e permeada de dificuldades, financeiras e existenciais, ainda é um alento a toda a pressão que se vivia fora do lote. Isso não é uma idealização do lote como local isento de problemas e dilemas, mas sim a constatação de que o assentamento é uma localidade permeada por cultura e sociabilidade específicas e que pode ser uma possibilidade de realização de projetos de vida. O que se tem em conta, nesse sentido, são os objetos de memória, a memória do espaço, a memória afetiva das pessoas, e o enraizamento que esses elementos proporcionam e a segurança ontológica que o ser pode gozar.

Estratégias e arranjos de permanência: trabalho e geração de renda

A permanência, como visto anteriormente, está ligada em alguns sentidos a questões que versam sobre identidade, localidade e enraizamento dentro de um sistema social de solidariedade, símbolos e redes. Entretanto, uma das questões que determinam a permanência de alguns sujeitos no lote é a possibilidade de trabalho e geração de renda. Esse é um ponto fundamental no jogo de relações, pois o fato de se ter pouca renda e em consequência disso não acessar determinados bens de consumo e serviços são motivadores da saída de muitos sujeitos. Almir enumera o que as gerações mais novas querem: “Quer carro novo, se entendeu? Quer moto nova! Aí?... Antigamente não, bicicleta tava bom né. (risos). Quer um celular bom”! E a fala do Gilmar vai no mesmo sentido,

Se tivesse um meio mais fácil de o jovem sobreviver, porque o jovem hoje quer ter carro, roupa boa, mas ele não quer ralar para conseguir aquilo. Ele quer um meio de vida fácil. É uma grande diferença do trabalho para se sustentar no sítio e na cidade, entendeu? Que nem, por exemplo, de uma pessoa que trabalha na roça o dia inteiro e uma pessoa que trabalha na cidade em escritório dentro do ar-condicionado ou dentro de uma firma, então para eles é muito mais fácil vim trabalhar em uma firma do que ficar lá na roça para conquistar as coisas.

As falas apontam para a dificuldade e o quão árduo o trabalho no campo se revela e, além disso, o quanto esse trabalho não possibilita o retorno de renda necessário para se

ter acesso ao “bem material maior que você almeja”. Por isso, pesquisas apontam para uma mudança de ramo das novas gerações, buscando atividades que oferecem remuneração maior que a agrícola, além de serem mais valorizadas simbolicamente como revelou a última fala do Gilmar. Por outro lado essas ocupações, muitas vezes, exigem baixo nível de qualificação e por mais que o retorno financeiro seja maior e simbolicamente ser mais atraente a situação real é de vulnerabilidade.

O caso do Gilmar é sintomático nesse sentido, pois ele deixou claro que parou de trabalhar no lote porque não era o que ele queria, não havia identificação com o trabalho, “Você sabe por que, eu vou falar a verdade para você, eu vivi dentro daquele barro quinze anos, pelo amor de Deus, misericórdia, e não era o que eu queria”. A sua fala, revela que o trabalho no lote era algo que mexia com barro e por isso, na sua concepção algo que lhe conferia um trabalho inferior em relação ao da cidade, por isso ele procurou uma ocupação mais atraente simbolicamente, que para ele foi a de cabelereiro. Entretanto, ele não abre mão de morar no lote, por tudo aquilo que para ele representa e já fora colocado, assim ele torna-se, junto com vários outros casos “usuários da cidade”, e transformam o lote como localidade-dormitório. E esses sujeitos, migrantes cotidianos, vivem em um intenso processo de mediação entre os que são da localidade e os que não são, transmitindo valores e tensões entre as duas localidades (CARNEIRO, 2012).

Outro ponto é a falta de possibilidade de investimento, como disse Claudio, “a não ser que você tiver alguma coisa para investir” não é possível viver exclusivamente do trabalho no lote. Sueli também traz esse elemento em sua fala, “Tem que ser extremamente profissional da roça, tem que ter acesso a um capital. Eu acho que é possível, mas tem que se especializar muito”. Com isso aparece outro fator que marca a possibilidade de se ter bom rendimento dentro do lote: especialização. Seguindo esse raciocínio Sueli vai complementar, “Capital e qualificação. Eu não me qualifiquei para trabalhar nisso, porque não basta querer. (...) Tem que ter qualificação técnica e participação da família integral”.

É nesse sentido que Wanderley (2009) vai afirmar que “(...) a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica, na verdade, a reconstrução de sua própria identidade profissional” (WANDERLEY, 2009, p.121). O agricultor moderno, passa a ter a necessidade de ter uma visão empresarial e ser capaz de lidar com tarefas que vai desde tratar o gado, tirar leite,

plantar e colher os alimentos até a contabilidade, contratos de financiamentos para investimentos e visão de mercado.

Porém, devido a falta de capacitação, assistência técnica sofisticada e acesso a capital por meio de financiamentos, todos os entrevistados afirmaram que não é possível viver, do modo como se apresenta hoje a realidade do campo, exclusivamente da produção do lote. Por conta desse cenário, dos lotes pesquisados, nenhum está voltado unicamente para a produção no lote. Em todos, pelo menos um dos membros estão envolvidos em atividades diversas, ligadas diretamente a agricultura ou sem relação direta.

Outro ponto levantado além do capital foi a qualificação técnica. Segundo todos os entrevistados a assistência até existe, mas os técnicos são poucos para muitas famílias e não trazem novidades e formação, somente trabalham sobre as necessidades requisitadas de cada família. Muitas vezes, os assentados acabam plantando e somente quando surge um problema que se busca a orientação técnica.

Esse, porém, seria o cenário ideal, de investimento de capital e qualificação técnica para a permanência com a produção. Todavia, a realidade mostra que as localidades rurais atualmente não podem ser mais caracterizadas somente pela atividade agrícola, pois é cada vez mais comum que os moradores desses locais desempenhem atividades fora da localidade em empregos que não tem haver com agricultura nas indústrias, no setor público e na prestação de serviços. Ou dentro da localidade em atividades que podem ou não estar ligadas a agricultura. São novas formas de organização dentro dessas localidades, que assumem novos significados e buscam ser alternativas ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão agrícola dominante. São os chamados pluriativos, que estendem suas ocupações em outras atividades e buscam ampliar sua renda em atividades agrícolas e/ou não, dentro e/ou fora do espaço rural (CARNEIRO, 2012; WANDERLEY, 2009).

Essas localidades, assim, ficam marcadas pela variação de um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas. Isso é apontado como decorrência da

(...) ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, sobretudo as mais próximas das grandes cidades. Destacam-se também as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida, ou mesmo, como condição de permanência no campo (CARNEIRO, 2012, p. 29).

Como visto, todas as famílias pesquisadas fazem mão dessa estratégia de combinação de atividades para garantir a possibilidade de permanência, fonte de renda e

acesso a bens e serviços. Entretanto, essas estratégias, de variados tipos de ocupação por uma mesma pessoa ou na família, não podem ser vistas como um simples processo de aculturação e “descampenização” do campo. A pluriatividade, por exemplo, deve ser vista como a resposta do agricultor familiar ao processo de modernização, que tem a capacidade plástica de relacionar e reinventar as suas tradições culturais as novidades trazidas pela relação com outras localidades. Essa ressalva é importante para romper com o paradigma da cultura camponesa como passiva e oposta à mudança. A cultura camponesa não deve ser vista como algo estático, mas inserida na dinâmica da sociedade e capaz de se reelaborar diante das novas estruturas, sem abrir mão de seus valores, visão de mundo e formas específicas de organização social (CARNEIRO, 2012).

Essas múltiplas formas de vividos e estratégias possibilitam uma maior resistência por partes desses sujeitos às imposições do mercado. A exploração de outras atividades acaba por introduzir novas possibilidades de trabalho complementares ou alternativas à agricultura, ampliando assim, a rede de sociabilidade. E por fim, esse sujeito do campo afirma a sua identidade em um processo na qual as características do campo e da cidade se misturam, ou seja, “(...) são cidadão plenos, em articulação com os habitantes das cidades” (WANDERLEY, 2009, p. 134).

Percepção ambiental

Seguindo a esteia dos estudos das novas ruralidades que apontam para uma reintrodução da noção de natureza dentro das localidades rurais, a pesquisa buscou perceber e identificar se em alguma medida o ato de ficar influenciaria, modificaria, ou traria a tona preocupações com as questões ambientais e em decorrência disso novas formas de produção (sustentáveis e/ou agroecológicas). Porque segundo Wanderley na atualidade se percebe uma crítica contundente ao modelo produtivista que são predominantes e aos maus usos dos espaços ditos rurais. Nesse sentido a noção de natureza estaria alargada e passou a ser vista como “(...) natureza pluridimensional, onde os elementos água, ar, terra... retomam importância, tanto quanto a noção de ecossistema” (WANDERLEY, 2009, p. 100). Com essa mudança o “meio ambiente” surge como algo que não está em vias de desaparecimento, mas sim em emergência e em grande medida em oposição ao modelo econômico dominante.

Por sua vez, a questão do meio ambiente está envolta em disputas. Vários são os discursos que disputam à forma de se pensar a preservação ambiental. Desde projetos com visões globais e sistêmicas até os que defendem uma ideia menos econômica e mais ligada a um projeto de vida. Projetos que em muitos casos são influenciados por concepções de rural gestadas por uma classe média urbana, com uma visão idílica de um campo preservado, acolhedor, saudável e menos estressante.

Entretanto, a despeito dessa colocação, a pesquisa empírica foi reveladora de elementos que contradizem em termos a afirmação acima. Em todas as entrevistas realizadas se percebeu pouca clareza sobre a questão ambiental e sobre o meio ambiente, como Gilmar respondeu quando eu lhe perguntei se achava importante a preservação ambiental: “Eu acho cara, eu sou a favor da preservação, apesar de não fazer nada por ela. Porque eu só apoio a causa dos outros”.

Não fazer nada aqui não está voltado para um sentido denotativo, mas sim é um dado da realidade no assentamento. Nenhum deles diz realizar plantações com preocupações orgânicas ou livres de agrotóxicos. Na realidade as falas apontam no sentido de que isso não é viável. Na agrovila existe um assentado que tenta realizar plantação orgânica, mas na realidade não consegue e o que ele faz é diminuir a aplicação de agrotóxicos. O Almir na sua fala sobre uma produção orgânica faz críticas a ele nos seguintes termos,

Que nem o Bruno lá, fica teimando a cabeça com aquele negócio de orgânico, aquele negócio de ficar jogando aquele pó preto lá na terra, mas... A dele começou colher junto com a minha aqui (produção de pepino), já acabou faz tempo e a minha tá aí olha. Sabe, não procura novas tecnologias fica atrás de retrocesso coisa antiga. Hoje em dia você tem que pensar empresarial, você tem que ter visão, você não pode ficar retrocedendo que nem plantava a dez anos atrás que não passava veneno. Hoje em dia não tem jeito, você tem que por no custo e entrar com o químico. (...) Ele (o Bruno) procura diminuir mais o veneno. Mas não tem jeito, você diminui no veneno você diminui na produção, por exemplo, você gasta vinte reais no veneno, numa coisa que você tira dez caixa a mais de pepino, você vende a vinte da quatrocentos. Aí ele quis economizar no veneno e perdeu na produção, você entendeu?

A visão dele mostra que a produção orgânica, por ser menos produtiva é retrocesso e a visão empresarial da produção, nesse sentido, passa pelo uso de veneno e produtos químicos. A conta que ele faz não leva em consideração o meio ambiente e a sustentabilidade, os cálculos estão voltados para retirar o máximo possível de uma safra. A fala da Sueli também vai nesse sentido, de que a produção orgânica não é rentável, pois a

resposta que ela me deu quando lhe perguntei sobre projetos de produção orgânica e agroecológica foi, “Aí você discute, ou produz orgânico ou tem renda (risos). Porque as duas coisas juntas... Eu acredito, que nem o Marcos Palmeira, ele consegue fazer orgânico porque ele ganha o salário de artista, aí ele faz o orgânico dele”. Para provoca-la eu lhe disse que essa é uma diretriz nos últimos tempos do MST e sua resposta foi imediata: “Mas eles não moram no assentamento, pode procurar quem fala isso”.

Seguindo nessa questão ela afirma que é injusto colocar a responsabilidade de produção orgânica sobre os pequenos, pois segundo ela o assentamento é sustentável, pois eles preservam muito.

Mas eles discutem isso para nós, eles não discutem isso na soja, eles não discutem isso no milho, não discutem isso na cana, eles discutem isso para a gente, mas a gente já é sustentável, porque a gente nem tem dinheiro para investir muito. Eles passam veneno na cana de helicóptero e ninguém vai discutir sustentável com o cara do helicóptero, porque vem discutir com a gente, eu acho que a gente é... mas eu acho que a gente produz com o mínimo possível, porque a gente não tem dinheiro para investir no... (...) Porque, olha, a gente, olha o tanto de preservação que a gente tem no meio que a gente vive. Eu penso num ambiente com gente, o ambiente tem que ter o equilíbrio convivendo com pessoas. (...) Na produção sustentável eu já acho que a nossa é.

Na verdade sempre que se toca nesse assunto a questão é vista como algo que não dá certo e quase impossível de ser realizado como a Claudia⁹ disse, depois de uma longa pausa, quando lhe questionei sobre a preservação ambiental:

Ah, negócio de agrotóxicos e essas coisas todas? Iixi, tem que ter paciência (risos). É, você sabe porquê? O vizinho aqui plantou milho transgênico, aí ele perguntou assim, você não vai plantar? Vai! Ele (seu irmão) vai plantar o que? Aí eu falei, acho que é transgênico também, aí ele falou assim, ah, porque se ele fosse plantar do outro o milho dele não ia dá nada.

Por quê?

Porque as pragas que era para dar no outro milho ia passar tudo para dele.

Isso mostra que a localidade toda não está envolvida em um projeto de produção que leve em consideração a preservação e a sustentabilidade ambiental. O que se percebe que a nova geração pouco mudou os modelos e os instrumentos de no que tange a mudança de paradigma em relação ao meio ambiente. Por um lado falta de instrução e qualificação técnica e possibilidade de investimento. Mas, por outro, como apontado na fala de Sueli, a

⁹ Cláudia, nascida em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, no dia 01 de fevereiro de 1977, cursou até a oitava série do ensino fundamental, casada e tem dois filhos. Já morou na cidade por cinco anos e atualmente divide o lote que é da sua mãe, que se encontra enferma, com seu irmão.

falta de investimento é que faz o assentamento ser sustentável, pois eles não têm dinheiro para investir em insumos como venenos e adubos químicos. Por outro lado, eles se veem com sustentáveis por conviverem de maneira harmoniosa com a reserva que existe no assentamento, por suas produções serem de pequena escala e por ser uma localidade que congrega produção de alimentos para a cesta básica da população brasileira.

Considerações finais

Por se tratar esse artigo de um primeiro esforço de interpretação dos dados de campo da pesquisa de mestrado, a tarefa de termina-lo com algumas conclusões e apontamentos se torna extremamente dificultosa. Nesse sentido o único apontamento que é possível realizar é que apesar das dificuldades e desencontros encontrados nas experiências dos sujeitos nos projetos de assentamentos é possível afirmar que os assentamentos são espaços de oportunidade/possibilidade para as novas gerações em relação às representações de múltiplos vividos e construções de identidades e subjetividades em um processo de construção de sentidos individuais, coletivos, culturais e históricos na criação e recriação cotidiana (MARTINS, 2010). Mas por outro lado ainda faltam políticas públicas sérias e investimentos em financiamentos e assistência técnica sofisticada para que esses espaços possam se tornar cada vez mais espaços de trabalho digno, moradia boa e produção rentável e sustentável.

Referências

- BERTAUX, D. *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARNEIRO, M. J. *Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica*. In: CARNEIRO, M. J. (coordenadora) *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- CASTRO, E. G. *As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais*. In: FERRANTE, V. L. B. WHITAKER, C. A. (org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.

_____. [et al]. *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

DEBERT, G. G. *A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade*. In: BARROS, M. L. (org.), *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998, pp. 49 – 68.

MALAGOLI, E. MARQUES, R. *Para além de ficar e sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais*. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (orgs) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MANNHEIM, K. *El problema de las generaciones*. In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168, 1993.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2010.

MENEZES, M. A. *Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano*. In

FERRANTE, V. L. B. WHITAKER, C. A. (org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.

POKER, J. G. B. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de Ciências Sociais, 1994.

SCOTT, P. *Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações*. In: SCOTT, P. CORDEIRO, R. MENEZES, M. (org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SIMONETTI, M. C. L.(org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de Vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WANDELEY, M. de N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. In: *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 203 – 264, 2009.

_____. *Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.*
In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (orgs) *Juventude rural em perspectiva.* Rio de
Janeiro: Mauad X, 2007.

*Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP – Marília (2011). Atualmente é mestrando no
Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, com
bolsa FAPESP. Membro do Grupo de Pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade -
RURAS/ UFSCar e do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários da UNESP - Marília.

OS ENTRAVES E O POTENCIAL DOS PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS ASSENTAMENTOS PAULISTAS

Regina Aparecida Leite de Camargo
regina@fcav.unesp.br
Denise Boito Pereira da Silva
denise_bps@hotmail.com
Larissa Sapiensa Galvão Leal
lari_sapiensa@hotmail.com
Pró-Reitoria de Pesquisa/ UNESP; CNPq
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

Ao longo da história muitos foram os argumentos que sustentaram a necessidade de uma mudança em nossa estrutura agrária. Na atualidade a vitrine de prosperidade que o agronegócio projeta reafirma a escolha por uma resolução conservadora da questão agrícola e recoloca o tema da reforma agrária sob novos prismas, como a contribuição dos assentamentos para a produção de alimentos, sustentabilidade ambiental, promoção da segurança alimentar e manutenção de uma paisagem natural e cultural no campo. O presente trabalho examina a participação de assentados do estado de São Paulo, em particular da região Norte pela classificação da Fundação Instituto de Terras (Itesp) nos programas de fortalecimento da agricultura familiar: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Lei 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional para Alimentação Escolar (PNAE). Os dados apresentados derivam de pesquisa de campo com aplicação de questionário semi estruturado entre 91 famílias assentadas, os projetos de PAA em algumas áreas de assentamento da região, entrevistas com dirigentes de associações e cooperativas dos assentamentos e informações coletadas no Seminário “Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: a Aplicação da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo” que ocorreu em 2011 no campus da Unesp em Jaboticabal/ SP. Os resultados demonstram que embora a participação nesses programas ainda esteja aquém de seu potencial, no geral houve uma melhoria na produção e renda da família. No entanto, muitas são as dificuldades e entraves que impedem o pleno cumprimento dos objetivos desses programas de políticas públicas.

Introdução

A agricultura familiar conta hoje com uma malha de programas direcionados para o aumento da produção e da renda familiar. No portal da Secretaria da Agricultura Familiar, uma das secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é possível encontrar um conjunto de políticas destinadas a atender todos os aspectos da produção familiar. Grosso modo podemos dividir esses programas em: programas de crédito rural, programas de

assistência técnica e programas de comercialização da produção, todos visando uma melhoria na renda e na qualidade de vida das famílias.

O crédito rural é contemplado pelo já consolidado Pronaf, implantado em meados da década de 1990 e complementado pela modalidade “Mais Alimentos”, uma ação estruturante que visa o investimento na modernização e mecanização das atividades agrícolas, além de programas de apoio como o Garantia Safra, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e o seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

No quesito assistência técnica temos o Programa de Assistência Técnica, ancorado na nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e as Redes Temáticas de Ater.

Quanto à comercialização da produção é possível fazer uma divisão entre os programas de inserção em mercados institucionais como o PAA e o PNAE e aqueles que visam aumentar o valor do produto familiar através da transformação e agregação de valor, como no caso do Programa Agroindústrias e do Programa Talentos do Brasil ou ainda a exploração de novos cultivos como no caso do Programa Biodiesel

Esse variado leque de programas direcionados para um segmento da agricultura brasileira historicamente relegado a sobreviver nos interstícios da grande produção agroexportadora, representa uma conquista importante dos movimentos e organizações representativas desse segmento, mas também de uma nova aliança entre Estado e sociedade civil, da gestão descentralizada dos recursos públicos e da territorialização das iniciativas que visam promover o desenvolvimento rural. Particularmente no caso dos assentamentos de reforma agrária, a relação com o Estado se estabelece com a própria natureza do assentamento enquanto entidade jurídica e administrativa resultante da intervenção estatal na estrutura agrária pela pressão dos trabalhadores sem terra e seus movimentos sociais.

Em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como um programa intersetorial que junta a necessidade de ampliação do mercado para os produtos da agricultura familiar com a discussão da segurança alimentar e nutricional. O caráter intersetorial do Programa é garantido pelos diferentes conselhos gestores, no âmbito federal, estadual e local, responsáveis por sua implantação e operacionalização. Seis ministérios participam de sua concepção e os recursos advêm dos

Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do [Desenvolvimento Social e Combate à Fome \(MDS\)](#), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), complementados pelos estados e municípios. Sobretudo a formação de Conselhos Municipais para a gestão do programa cria um mecanismo de controle social, aproximando o setor privado e o público (GRISA, et. al., 2009). O Programa opera em cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra para a Doação Simultânea, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e Consumo de Leite (para os estados do Nordeste e Minas Gerais) e Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar. Entre os assentados objetos de nossa pesquisa de campo, apenas as modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoque estão sendo acessadas. Dentre as vantagens do PAA estão a dispensa de licitação e a liberdade do produtor entregar os produtos que tem disponível no momento. Por outro lado, o baixo limite de recursos por DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), que varia de R\$ 4.500,00 a R\$ 8.000,00 por ano, é visto como uma das falhas do Programa.

A associação entre agricultura familiar e alimentação escolar iniciada como uma das modalidades do PAA foi ampliada com a Lei nº 11.947/2009 que determina “a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (MDA, 2013). O recurso por DAP por ano que era de R\$ 9.000,00, passou em 2012 para R\$ 20.000,00, tornando esse programa mais atraente em termos financeiros do que o PAA. Mas por ser um programa coordenado pelas prefeituras municipais através de chamadas públicas, onde o produtor se compromete a entregar uma quantidade fixa de produtos semanalmente, sua operacionalização demanda maior capacidade organizativa e empresarial dos produtores. Apesar das dificuldades, a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abre para os assentados da reforma agrária a possibilidade de uma maior inserção e participação direta na economia local, além da contribuição para a manutenção de hábitos alimentares tradicionais.

Apesar das críticas de que os três programas são passíveis, não se pode negar que sua existência permite o reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar como

produtora de alimentos e agente econômico plenamente integrado a outros setores da sociedade.

O PAA e o PNAE na prática dos agricultores.

Em abrangente trabalho de análise de diversas pesquisas sobre o PAA, Grisa et.al. (2009) concluem que a participação no programa fica aquém do desejado e que suas principais dificuldades e limitações dizem respeito à: desconhecimento do programa por grande parte dos produtores familiares; perfil do agricultor participante e das comunidades beneficiadas, não necessariamente os mais necessitados, e seus aspectos operacionais e logísticos. Pesquisa realizada com 91 famílias assentadas no norte paulista sobre sua participação no PAA e PNAE e seu impacto na produção e renda familiares confirma a ainda limitada abrangência dos programas, mas reafirmam sua importância para a renda e alimentação da família.

Quanto à inserção dos agricultores no PAA, a conclusão de outros trabalhos corrobora com os dados da pesquisa de campo, que apontaram uma participação de apenas 29% dos produtores pesquisados. Quando analisados os dados para o estado de São Paulo encontramos a presença de alguma modalidade do PAA em apenas 10,5% dos 645 municípios paulistas, em sua grade maioria com presença de áreas de assentamento (Tabela 1). Segundo o censo agropecuário de 2006 o PAA beneficiou apenas 3,65% do total das unidades familiares que existem no Brasil. A maior participação dos assentados comprova sua posição privilegiada no que se refere ao acesso a políticas públicas. Dentre os 29% que participam do PAA, 37,5% participam também do PNAE e dos produtores entrevistados apenas 3,7% participavam apenas do PNAE. Esse resultado indica que a inserção no PAA funciona como uma porta de entrada para a participação no PNAE, programa que requer um maior planejamento da produção e capacidade de negociação por parte dos produtores e suas organizações. Uma tentativa de relacionar o acesso às políticas mencionadas e a assistência técnica recebida demonstrou que, 73% dos produtores que tem acesso ao PAA, 89% dos que participam do PAA e PNAE e 100% dos que acessam o PNAE recebem algum tipo de assistência técnica, seja de órgãos oficiais ou de particulares como no caso das orientações oferecidas pela maioria das lojas de produtos agropecuários.

Quanto aos produtos entregues pelas famílias que participam desses programas os principais são: mandioca, hortaliças e frutas. Com relação aos impactos que a participação nos programas teve na produção, alimentação e renda das famílias, encontramos os seguintes resultados: a maioria respondeu positivamente quando indagados sobre uma diversificação na produção, aumento de renda e aumento na quantidade e qualidade da alimentação, mas apenas um terço disse ter aumentado a área cultivada. Ou seja, para o total das famílias pesquisadas a participação em um ou mais programas influenciou positivamente a produção do lote e a qualidade da alimentação, contribuindo dessa forma para aumentar a segurança alimentar da família, como faz parte dos objetivos desses programas.

Uma questão fundamental na discussão sobre a participação dos assentados na implantação e gerenciamento de políticas que demandam a organização da produção e da entrega dos produtos diz respeito à disponibilidade de tempo e capital político (Bourdieu, 1989). A condição de agricultor, ele próprio participante do programa, ou seja, um ator que vive do seu trabalho, recoloca em pauta o velho dilema da possibilidade de uma continuada participação política diante da necessidade de investir no trabalho no lote. Por outro lado esses programas, sobretudo o PNAE, demandam a capacitação para o gerenciamento e para a negociação no atendimento das chamadas públicas das prefeituras municipais. Embora a inconstância da assistência técnica oficial em alguns assentamentos possa ter limitado ou mesmo impedido a inserção dos produtores nos programas, também impulsionou, em alguns casos, uma emancipação da tutela do Estado. Os dirigentes das associações não apenas “correm atrás” das informações e efetivamente aprendem a lidar com os trâmites burocráticos necessários, como estabelecem parcerias institucionais e com outros produtores familiares não assentados.

Pela luta e longo período de embate com o Estado pelo qual passou a maioria dos assentados da reforma agrária, esse segmento da agricultura familiar parece estar mais preparado para o acesso e demanda por políticas de apoio. As tabelas 1 e 2 apresentam a presença de assentamentos entre os municípios paulistas que contam com alguma modalidade de PAA e a participação dos assentamentos no “Seminário Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: a Aplicação da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo” (Unesp/Jaboticabal, 2011).

Tabela 1: Presença de assentamentos nos municípios paulistas com PAA

Total de cidades paulistas que acessam o PAA	69
Cidades que acessam o PAA e tem assentamentos	43
Cidades que acessam o PAA e não tem assentamentos	26
Porcentagem de cidades que acessam o PAA e tem assentamentos	62 %
Porcentagem de cidades que acessam o PAA e não tem assentamentos	38 %

Fonte: Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/repasse-fnde-por-estado/Cat%C3%A1logo_AF_E_AE_-_EstadoSP.xls. Acesso em 08/05/2013.

Os dados foram obtidos do Catálogo de Agricultores Familiares e Alimentação Escolar do estado de São Paulo, uma publicação da Secretaria da Agricultura Familiar e contém o valor dos repasses do PNAE e o número de agricultores de cada município em 2011, bem como informações sobre os municípios que acessam o PAA e a modalidade acessada. Esses dados foram cruzados com a “Relação de Projetos de Reforma Agrária” do INCRA, para avaliar a influência dos assentamentos no acesso ao PAA.

Como pode ser visto na Tabela 1, dos 69 municípios paulistas que acessavam o PAA em 2011, 43 (62%) tinham assentamentos. Pode-se concluir que esta maioria é significativa, demonstrando como o maior grau de politização e organização dentro dos assentamentos é importante para o acesso a esta política.

No seminário realizado na Unesp no mesmo ano, a presença massiva de assentamentos comprova seu avanço no acesso ao PNAE.

Tabela 2 – Presença de assentamentos entre os municípios participantes do Seminário “Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: a Aplicação da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo”

Total de municípios	20
Municípios com assentamentos	14
Municípios sem assentamentos	6
Porcentagem de municípios com assentamentos	70%
Porcentagem de municípios sem assentamentos	30%

Fonte: Unesp, 2011 e “Relação de Projetos de Reforma Agrária” que contém todos os projetos de assentamento até 18/08/2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em 08/05/2013.

As dificuldades de acesso aos programas

Os entraves encontrados para a participação no PAA condizem com a análise de Crisa (2009):

... o PAA apresenta alguns limites, sendo os principais, a falta de divulgação e o desconhecimento de seus objetivos e forma de funcionamento pelos beneficiários; o atraso na liberação dos recursos; dificuldades com o transporte; a falta de assistência técnica e problemas na obtenção da DAP. O programa carece, também, de avançar em termos de marco legal e de sua institucionalidade, de modo a conferir-lhe todos os atributos de uma política pública no tocante, entre outros, às ações dos vários setores envolvidos e ao montante e regularidade na liberação dos recursos.

Entrevistas realizadas com presidentes de cooperativas e associações nos assentamentos apontaram como outro fator desestimulante o baixo preço pago pelos produtos, raras vezes acima do preço do CEASA e geralmente abaixo do preço do mercado local. O teto de R\$ 4.500,00/DAP/ano para as modalidades mais acessadas é outro limitante bastante apontado.

A participação dos assentados na Lei 11.947 (PNAE) esbarra nos problemas que vêm sendo apontados em relação ao Programa (Baccarin, et.al. 2012), como a adequação entre os produtos presentes nas chamadas públicas municipais e as possibilidades de produção dos agricultores familiares e até mesmo da região onde se encontram. A exigência de entrega diretamente nas escolas pelos produtores pode acarretar sérias dificuldades de logística e tomar um tempo considerável dos agricultores toda semana. Por outro lado, o contrato com a Prefeitura Municipal demanda a entrega constante dos produtos acordados, o que requer maior organização da produção do que no caso do PAA. O cumprimento do contrato pode levar a uma rede de ligações entre associações ou cooperativas de produtores familiares e assentados ou entre associações ou cooperativas de assentados e produtores familiares locais para gerar o montante de produtos necessários. Como os recursos são liberados por DAP, quanto maior o número de DAPs que uma entidade da agricultura familiar pode apresentar quando participando de uma chamada pública, maior o montante que pode ser acessado, o que gera uma “corrida por DAPs” e uma intermediação que pode se aproximar das velhas relações entre produtores e atravessadores, minando assim parte dos benefícios do programa.

No questionário semi aberto respondido por 72 produtores familiares presentes no “Seminário Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: a Aplicação da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo” temos os seguintes resultados quanto a participação no PNAE: quando indagados como tomaram conhecimento da Lei Federal 11.947/ 2009, algumas das respostas que mais apareceram foram: através da cooperativa/ associação, através do INCRA, através de Fóruns e reuniões da agricultura familiar e através da CATI. Estas respostas demonstram a importância da organização e da politização, mais comuns entre aos assentados que entre aos agricultores familiares não assentados. Quem recebeu as informações através da prefeitura, da imprensa ou dos órgãos de ATER, de certa forma demonstrou uma postura mais passiva e dependente durante as discussões que nortearam o Seminário.

Dentre os maiores problemas e dificuldades encontrados no programa encontram-se a dificuldade de “ficar sabendo das chamadas públicas” e a falta de organização dos agricultores. Os assentados demonstraram maior facilidade em tomar conhecimento das chamadas, mas reclamaram bastante da falta de estrutura nos lotes. Esse é um problema também levantado pelos dirigentes entrevistados, sobretudo no que diz respeito à água para irrigação, o que possibilitaria um maior cultivo de hortaliças para a entrega nas escolas.

Em relação ao que é necessário para melhorar o programa aparecem principalmente demandas de maior incentivo e participação do governo, melhoria na Assistência Técnica e Extensão Rural, transporte, crédito através do Pronaf, capacitação e aumento do teto do programa, o que já ocorreu com a ampliação do limite para R\$ 20.000,00.

Considerações Finais

Mas não obstante as dificuldades, é indiscutível que a participação dos assentados nos programas de fortalecimento da agricultura familiar confere maior visibilidade e legitimidade local a esses atores e reforça seu papel como agentes econômicos promotores do desenvolvimento. O aprendizado decorrente da participação em conselhos municipais e das negociações com diferentes esferas administrativas leva a gradual independência dos mecanismos oficiais de assistência técnica. Foi possível identificar nos assentamentos estudados como a debilidade desses serviços acabou fomentando, em alguns casos, o desenvolvimento de maior capacidade de buscar informações acerca de editais e mudanças

nas políticas públicas, bem como firmar alianças com outras instituições capazes de prestar algum tipo de serviço, como, por exemplo, universidades e o SEBRAE.

Nos assentamentos pesquisados foi possível observar três tipos de participação na Lei 11.947 do PNAE. Aquela em que a associação ou cooperativa do assentamento fornece para a prefeitura com quem firmou contrato apenas os produtos dos sócios assentados, aquela em que a produção dos assentados é complementada com a produção de agricultores familiares vizinhos com que se estabelece uma parceria para a entrega de determinados produtos e aquela em que os assentados não têm uma associação ou cooperativa própria, mas associam-se a uma entidade regional que passa a ser a mediadora da participação no programa de política pública.

O segundo caso nos parece particularmente interessante por colocar as instituições dos assentamentos como veículo para a inclusão de produtores familiares não assentados nas políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCARIN, J.G.; BUENO, G.; ALEIXO, S.S.; SILVA, D.B.P. **AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOB A VIGÊNCIA DA LEI 11.947/2009: ADEQUAÇÃO DAS CHAMADAS PÚBLICAS E DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2011.** Anais 50º Congresso da SOBER, 2012

BECKER, C.; ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2009. Porto Alegre: **Anais...**, Cd-rom.

BONNAL, F; GAZELLA, A.; DELGADO, N.G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In LEITE, S.P; DELGADO, N.G (Coord.) **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília, IICA, 2011.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. São Paulo. Difel/Bertrand, 1989

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar. Disponível em: www.mda.gov.br/alimentaçãoescolar. Acesso em 05/04/2012.

CONTERATO, M.A; NIERDELE, P.A; RADOMSKY, G; SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M.(org.) Os atores do desenvolvimento rural. Perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2011.

GRISA, C. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva. Apontamentos e questões para o debate.** Trabalho apresentado no “Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, Juazeiro (BA), 24 e 25 de agosto de 2009.

INCRA - “Relação de Projetos de Reforma Agrária” Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>.

MDA - http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/repasse-fnde-por-estado/Cat%C3%A1logo_AF_E_AE_-_EstadoSP.xls.

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar. Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/2290401>. Acesso em 25/03/2013.

SCHMIDT, W.; CERDAN, C. Da política pública à ação pública: o caso da construção do território das encostas da Serra Geral em Santa Catarina. In TONNEAU, J.F.; SABOURIN, E (org.) **Agricultura Familiar. Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

TONNEAU, J.F.; SABOURIN, E. Elementos de síntese e perspectivas. In TONNEAU, J.F.; SABOURIN, E (org.) **Agricultura Familiar. Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. O Modo de Produção Camponês Revisitado. In SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA MULHER ASSENTADA EM ARARAQUARA: REFLEXÕES PRELIMINARES

Larissa Chrispim de Oliveira, UNIARA
chrispiml@hotmail.com
Vera Lúcia S. Botta Ferrante, UNIARA
mestrado@uniara.com.br
Agência Financiadora: CNPq
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

A inserção do recorte de gênero em pesquisas sobre a relação Assentamentos Rurais e Desenvolvimento bem como perspectiva da saúde da mulher acrescenta à compreensão dessa relação a importância do ser mulher e seus papéis na família e comunidade. O projeto analisa a qualidade de vida e de saúde da mulher que vive no Assentamento Bela Vista do Chibarro considerando aspectos biológicos, psíquicos e sociais. A violência doméstica, o machismo e a carência de informações permeiam a vida da mulher assentada, levando-a constantemente a desordens psíquicas, como ansiedade e depressão. Problemas crônicos de saúde, como diabetes e hipertensão também foram constatados e evidenciada uma maior expectativa de vida desta população.

Introdução

A condição de aluna do curso de Medicina, com interesses nas questões inerentes à relação de gênero e políticas públicas voltadas ao público feminino dos assentamentos em Araraquara-SP, direcionou-me a participar do trabalho de um grupo de pesquisa com esta perspectiva, intitulado *NUPEDOR*, coordenado pela Prof^a Dr^a Vera Lucia Silveira Botta Ferrante.

As leituras do tema, em especial sobre a saúde da mulher e as questões de gênero me impulsionaram a pesquisar sobre como se dá a relação da saúde da mulher como um ser biopsicossocial. Em parceria com a professora Vera Botta pude acrescentar ao estudo a população rural, as mulheres nos assentamento e sua vivências. No ano de 2011 pude participar de idas a campo em Promissão-SP e Castilho-SP para capacitações em saúde pública, na condição de capacitadora facilitado por uma parceria entre INCRA e UNIARA, quando a parceria terminou, novamente com a professora Vera Botta e seu grupo

NUPEDOR surgiu o projeto Análise da Saúde Física e Mental da Mulher Assentada em Araraquara, aprovado pelo CnPq como bolsa PIBIC.

Durante investigação comparativa das principais alternativas ao desenvolvimento dos assentamentos da região de Araraquara e do Pontal do Paranapanema tivemos importantes resultados expressos na análise multidimensional dos assentamentos, mas sua importância vital para o presente projeto foi o de inserir o recorte de gênero em nossas pesquisas sobre a relação Assentamentos Rurais e Desenvolvimento.

Notadamente na região de Araraquara, a diversificação de rumos frente ao desenvolvimento apareceu fortemente vinculada ao trabalho das mulheres assentadas, ao autoconsumo familiar e às alternativas de agroindustrialização familiar ou transformação caseira de produtos que as mulheres passaram a fazer em seus lotes individuais ou a partir da formação de grupos formais (associações) ou não formais. Em outro contexto (Pontal do Paranapanema), a conquista por mulheres de posições como líderes de entidades de produtores assentados (juntando homens e mulheres sob comando feminino), ou mesmo um notável número de mulheres responsáveis diretas por lotes produtivos, indicam a necessidade de um melhor conhecimento das relações de gênero nos assentamentos.

A inserção de perspectiva de gênero acrescenta à compreensão da relação **assentamentos x desenvolvimento** a importância de apreender o vivido pelas mulheres no autoconsumo, nas práticas de diversificação agrícola, nas diferenciadas alternativas de produção e de reprodução social, bem como seu singular empoderamento. Trata-se de desvendar a invisibilidade feminina e analisar se, de fato, a agenda recente de políticas públicas tem permitido às mulheres assentadas e trabalhadoras rurais tomar as rédeas da vida em suas próprias mãos ou se as mesmas precisam ser redimensionadas em função das necessidades e dos lugares que vêm sendo ocupados pelas mulheres.

Não é comum as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero a que estão submetidas. Veem a organização da esfera doméstica como algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. Aquelas que participam mais da vida pública não compreendem necessariamente o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esteja atrelada à opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCIA, 2004).

Objetivos:

O estudo visa compreender o que se tem feito no contexto das políticas públicas dirigidas à mulher quanto à saúde da mulher assentada (levando-se em consideração aspectos biológicos, psíquicos, culturais e econômicos) a fim de que posteriormente possa-se capacitar as mulheres para que elas possam lidar com problemas de saúde mais frequentes, promover medidas preventivas às moléstias prevalentes e fortalecer a imagem da mulher no seu contexto social.

Metodologia:

A metodologia abordada baseia-se em pesquisas bibliográficas referente aos temas saúde da mulher, a mulher e o mercado de trabalho, relações de gênero, saúde do trabalhador rural, idas a campo para aplicação de questionário, análise do local e entrevista com a médica responsável pela Unidade de Saúde do Assentamento Bela Vista do Chibarro.

Discussão: Passando em Revista Referenciais Analíticos

Em análise do livro *O Poder Do Macho* de Heleieth I. B. Saffioti (1987) podemos observar o quanto a sociedade ocidental assegura poder ao homem branco sobre a mulher e também ao negro fornecendo-lhe (ao homem branco e de classe média) subsídios de ser o “macho”, “o chefe de família” e líder. Quando nasce um menino na família é muito comum dizeres como “nasceu o herdeiro”, “este vai carregar o nome da família” e quando nasce uma menina dizem “que belezinha”, “que princesa” e desde este momento se iniciam as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, ou seja, um nasce para ser o herdeiro, desbravador, a outra para ser a belezinha e princesa da família.

Assim, torna-se bem claro o processo de construção social da inferioridade. O processo correlato é o da construção social da superioridade. Da mesma forma como não ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a construção social da supremacia masculina exige construção social da subordinação feminina. Mulher dócil em contrapartida de homem macho.

Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior (SAFIOTTI, 1987, p.29).

E, com a chegada da adolescência, as diferenças tendem a se acentuar, pois é muito comum em famílias com meninos e meninas os primeiros poderem dirigir mais cedo, poderem falar palavrões, beberem e namorarem enquanto às meninas cabe o estudo, as bonecas, cabeleireiros e shoppings. Porque a imagem da mulher está atrelada a de dona-de-casa, rainha do lar com publicidade de produtos de limpeza, alimentos, adornos, ou ainda com objetos luxuosos, perfumes, jóias e produtos destinados a excitar os homens. Seja como dona-de-casa exemplar, seja a mulher objeto sexual, a mulher está obedecendo aos padrões estabelecidos pela sociedade ocidental. A mulher é sempre a escolhida, não escolhe e não reclama de sua condição (SAFIOTTI, 1987).

À mulher impõe-se a necessidade de inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois deve ser dócil, cordata, passiva. Caso ela seja o tipo de mulher despachada, deve disfarçar esta qualidade, porquanto esta característica só é considerada positiva quando presente no homem. Mulher despachada corre o risco de ser tomada como mulher-macho. Estes modelos mulher passiva e homem ativo são chamados estereótipos. Isto é, uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada um. (SAFIOTTI, 1987, p. 37).

Vivemos em uma sociedade cujos valores da família e patriarcado ainda imperam, o termo família vem desde a Roma Antiga que designava um grupo proveniente de culturas latinas. A família patriarcal e tradicional se baseia no casamento e em suas relações legais (cônjuges, pais e filhos) todos sob a autoridade de um chefe, no caso, o pai.

Com a Idade Média, a Revolução Francesa e posteriormente a Revolução Industrial, surgem os casamentos laicos no Ocidente. A urbanização e suas mudanças demográficas originam o estreitamento dos laços familiares. As mulheres passam a pertencer a um novo meio, o econômico, sendo mais ativas na sociedade e na economia.

Com a ida ao mercado de trabalho, a mulher passa a questionar sobre sua posição dentro e fora do lar, propondo discussões sobre quantos filhos quer ter, quanto quer ganhar e torna-se um ser mais ativos em suas escolhas, ainda que com dificuldades, esboça os primeiros desejos pelo prazer.

Quanto às políticas públicas em relação à saúde, a mulher conseguiu o Programa Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) elaborado pelo Ministério da Saúde e apresentado na Comissão Parlamentar Mista (CPMI) em 1983 que visava mais ao planejamento familiar. (Ministério da Saúde e Sistema Único de Saúde 2006.) O PAISM incorporou também princípios que regeram a reforma sanitária e propôs melhores formas de relacionamento entre profissionais de saúde e as mulheres, apontando para apropriação, autonomia e maior controle sobre a saúde o corpo e a vida, em teoria prevê a assistência em todas as fases da vida da mulher, clínico-ginecológica, na reprodução (planejamento reprodutivo, gestação, parto e puerpério), em doenças crônicas e agudas. O conceito de assistência reconhece o cuidado médico e de toda a equipe de saúde desde a educação/prevenção às medidas curativas a fim de propor maior autonomia às mulheres sobre seu corpo e saúde e criticidade sobre os melhores meios de tratamento. (Sistema Único de Saúde 2006).

As Instâncias do Sistema Único de Saúde: Breve Retrospectiva

Destacamos que o Sistema Único de Saúde tem três esferas de atuação: federal, estadual e municipal. O nível federal tem principalmente, as atribuições de formular, avaliar e apoiar políticas; normalizar ações; prestar cooperação técnica aos Estados, ao Distrito Federal e municípios; e controlar, avaliar as ações e os serviços, respeitadas as competências dos demais níveis. A direção estadual do SUS tem como principais atribuições promover a descentralização de serviços; executar ações e procedimentos de forma complementar aos municípios; prestar apoio técnico e financeiro aos municípios. À direção municipal do SUS compete, principalmente, a execução, controle, avaliação das ações e serviços das ações de saúde. (SUS, 2006)

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde Sistema Único de Saúde vigente desde 1988, temos em apoio à políticas públicas voltadas à saúde da mulher:

- 2003 início da construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes, quando se avaliou os avanços e retrocessos alcançados na gestão anterior.
- 2004 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes, construída a partir da proposição do SUS e respeitando às

características da nova política de saúde.

Foram considerados os dados obtidos por meio de estudos e pesquisas promovidos pela Área Técnica de Saúde da Mulher para avaliar as linhas de ação desenvolvidas. Assim ressaltamos o Balanço das Ações de Saúde da Mulher 1998-2002, o Estudo da Mortalidade de Mulheres em Idade Fértil, a Avaliação do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento, a Avaliação dos Centros de Parto Normal e a Avaliação da Estratégia de Distribuição de Métodos Anticoncepcionais. (SUS, 2006).

Questão de gênero e saúde no campo: Invisibilidade e Discriminações

A questão de gênero e a agricultura familiar junto aos movimentos populares no campo tem se intensificado nos últimos anos, reforçando a crítica à invisibilidade do trabalho feminino e ressaltando a perspectiva de se promover a inclusão da mulher em atividades profissionais e políticas (FARIAS; NORDER; 2011)

Cresce o número de mulheres rurais que se tornam arrimo de família e titulares de lotes em assentamentos. Essas mulheres preparam a terra, plantam, colhem, cuidam do lar, dos filhos, muitas vezes cuidam também de seus pais e amigos, porém o espaço da mulher na agricultura familiar ainda caracteriza-se por múltiplas funções como cuidar do terreiro, da horta, do pomar, da criação de pequenos animais, costurar, cozinhar, lavar e passar e esse trabalho não é contabilizado e nem traduzido em um parâmetro econômico-monetário; o trabalho feminino é visto ainda como um apoio à família, sendo centrada na figura do pai o provedor e chefe de família.

Esta anulação no ambiente doméstico ou o controle tipicamente masculino, de tão naturalizado, tornou-se imperceptível para ambos os sexos. (MORAES; SILVA; BARONE, 2011 apud FARIAS; NORDER, 2011)

O conceito de gênero é expressado pelo entendimento de que cada ser e suas diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são moldados pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondendo a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino (CELUPPI, 2006 apud FARIAS; NORDER, 2011).

A mulher não tem a percepção de que está sendo anulada, ela permanece no seu espaço doméstico com seus afazeres pré-determinados, em sua produção voltada para a subsistência familiar em atividades tidas como secundárias ao mesmo tempo em que

aparece como coadjuvante no espaço “masculino” em atividades que geram valor, excedente e dinheiro para o homem e para a família. Pode-se perceber mais uma vez como a mulher não escolhe, não reclama apenas aceita sua condição que também era a de sua mãe, suas irmãs e de sua avó.

Porém a mulher agricultora também passa cada vez mais a questionar esta condição social que lhe foi imposta, podendo elaborar estratégias como a migração, o enfrentamento ou a permanência em situação subalterna (STOPASOLAS, 2004)

As mulheres começaram a assumir cargos de liderança e a enfrentar certos preconceitos começaram a ver as dificuldades nos assentamentos e a se reunir. “(...) *sempre que uma liderança desses grupos vinha, corríamos atrás, indo até as prefeituras etc. A partir de então começaram a realizar os encontros de mulheres, onde se encontravam mulheres de outros assentamentos e elas perceberam que os problemas enfrentados eram quase sempre os mesmos. Então surgiu a ideia e a vontade de se organizar no nível de Estado*” disse uma integrante da OMAQUESP -Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo- (VALENCIANO, 2002 apud FARIAS; NORDER, 2011, p. 161)

Nesse trecho podemos observar que quando as mulheres se reúnem para debater sobre seus problemas elas se sentem fortalecidas para continuar a lutar e promover sua causa para outras mulheres.

Em entrevista com a médica responsável pela Unidade de Saúde do Assentamento Bela Vista do Chibarro ficou clara a falta conscientização que a mulher tem de si própria, de seu corpo e suas vontades, gerando os principais problemas e desordens psiquiátricas como transtornos de ansiedade e depressão. Segundo os primeiros dados da pesquisa, as mulheres assentadas são, na maioria, muito reprimidas, não se expõem e têm receios de falar de si até mesmo nas consultas médicas, constrangem-se em pedir ajuda sobre planejamento familiar e por trabalharem muito na roça, essas mulheres apresentam lombalgias e sofrem com os danos do sol. A médica atribui à estas repressões o fato de os parceiros destas mulheres serem em geral machistas e até mesmo violentos. A mulher passa por longos períodos subjulgada e não se identifica como um ser pensante e ativo (ainda que seja extremamente ativa da casa, na lavoura, na horta) Preocupando-se muitas vezes excessivamente com o marido e os filhos. A mulher, devido às suas variações hormonais, fatores biológicos e psicossociais está duas vezes mais propensa em relação ao homem a sofrer de depressão e ansiedade. A mulher é mais vulnerável à violência



doméstica, estupro, abuso sexual na infância, sentimento de culpa, inutilidade, além dos fatores naturais como pós-parto e menopausa. Se tais problemas psiquiátricos não forem solucionados, a mulher corre riscos de sofrer de problemas cardíacos, hipertensão e diabetes. A mente coordena nosso corpo e quando está em sofrimento todo o corpo sofre e pede por ajuda. Assim, uma doença física pode ser também resultado de um sofrimento emocional (BALLONE, 2007)

A problemática de uma mulher que não se sente valorizada, útil e capaz de cuidar de si pode acarretar em sérios problemas de saúde que se iniciam com a depressão. Toda a família sofre juntamente com a mãe/esposa doente.

O setor de saúde pública tem se caracterizado como farto campo de possibilidades de investigação, ainda mais quanto o assunto é a saúde da mulher, ser com suas complexidades hormonais e emocionais, haja vista as necessidades de mudanças e as exigências de reformas no plano administrativo, organizativo e de políticas de promoção à saúde. O cenário vislumbrado no Brasil como um todo e, no assentamento que estudo, é marcado por uma crise estrutural desencadeada pela fragilidade das políticas sociais e econômicas, sem recursos físicos, (condições estruturais da Unidade de Saúde local), falta de recursos para encaminhamento aos ambulatórios de especialidades médicas (a unidade de saúde faz o primeiro atendimento à comunidade local, porém em alguns casos, os pacientes são encaminhados ao NGA-3 Núcleo de Gestão Assistencial com especialidades médicas, sendo que um paciente pode esperar até um ano para conseguir uma consulta com um oftalmologista, por exemplo) e demora também para exames com ultrassonografia, raio-x e mamografia.

O que tem funcionado com qualidade e rapidez é o exame preventivo como a citologia cervical, mais conhecido como Papanicolaou que faz parte do Programa de Saúde da Mulher, isso quando as mulheres aderem, pois mesmo com campanhas que evidenciam a importância do exame preventivo do câncer de colo uterino, algumas têm receios e vergonha.

O pudor e o acanhamento permeiam as mulheres assentadas, dificultando o acesso às informações sobre planejamento familiar e DST's (as mulheres sentem-se constrangidas em pegar um preservativo feminino ou falar sobre sexo, o posto de saúde do assentamento funciona como um local em que os moradores se encontram, trocam experiências vividas, recebem o leite do Programa Leite de Todos, além de ser uma comunidade em que todos se

conhecem, conhecem suas famílias assim, as mulheres não se sentem à vontade, principalmente as solteiras para adquirir preservativos e pílula anticoncepcional, haja visto que vivemos em uma sociedade em que os valores da Igreja católica e o patriarcado ainda dominam sobre o coletivo).

Conclusão: A Situação Crítica da Saúde e a Urgência de Políticas Públicas

O estudo iniciado identifica a necessidade de políticas públicas em favor do público feminino em especial da saúde da mulher assentada em Araraquara que também é uma amostra de todas as assentadas brasileiras, público pouco amparado tendo em vista sua relevância econômica, social e política, a fim de que haja o desenvolvimento da mulher em diversas áreas como saúde, trabalho, cultura, lazer e educação sendo sempre consciente de seu suporte pela Constituição e leis de amparo à mulher.

Sabe-se que a violência masculina contra a mulher, no Brasil, é extremamente alta. Não se conhecem os números exatos deste fenômeno, pois ele é amplamente escondido e não denunciado como deveria. Com a criação da Delegacia da Mulher e a lei Maria da Penha, lei número 11.340 decretada pelo Congresso nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006 começa-se a ter ideia da situação alarmante em que vivem as mulheres brasileiras. Milhares delas são espancadas e violentadas em todas as classes sociais. (SAFIOTTI, 1987)

Se eu puder com esse estudo, enquanto aluna, pesquisadora ou profissional da saúde, facilitar a vida ou apenas amenizar as dores de algumas mulheres que suportam humilhação, angústias e sofrimentos por não terem acesso a informações básicas sobre como cuidar de seu corpo e mente para sentirem-se livres terei cumprido meu papel enquanto cidadã.

Bibliografia

- SAFIOTTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- ALDRIGHI, J.M; BUCHALLA C. M.; CARDOSO, M. R. A. **Epidemiologia Dos Agravos À Saúde da Mulher**, São Paulo: Atheneu, 2005.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. **Dinâmicas familiar, produtivo e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP:

FREAGI/UNICAMP; Araraquara SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 23.

BALLONE, G. J. **Da Emoção à Lesão** também disponível em <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=25>

CAMARGO, A. F.; MELO DE, V. H.; CARNEIRO, M. M.; REIS DOS, F. M. **Ginecologia Ambulatorial Baseada Em Evidências Científicas**, Coopmed, 2008.

FERRANTE, V. L. S. B; ALY J. O. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). Araraquara: UNIARA, 2005.

FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A. **Retratos de assentamentos**. Araraquara: UNIARA, 2009.

MATIAS; M. C. M. ABIB; J. A. D. **Sociedade em transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade**. Londrina: EDUEL, 2007.

FERRANTE, V. L. S. B. ; WHITAKER, D. C. A.; BARONE; L. A.; ALMEIDA, Retratos de Assentamento- Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor)- UNIARA. Araraquara/SP, vol. 14, n.2, 2011.

OS DESAFIOS DA JUVENTUDE ASSENTADA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Flávia Flores¹, Universidade Federal de São Carlos
anaflaviaflores@hotmail.com

Financiamento: CNPq

Maria Cristina dos Santos Bezerra², Universidade Federal de São Carlos

Introdução

Este artigo tenta analisar a juventude assentada e como esta tem um papel fundamental no futuro dos assentamentos. Juntamente com as mulheres, a categoria juventude é quase invisível, porém são eles que garantirão a continuidade ou não da agricultura familiar. Para tanto, faz-se necessário contextualizar quem são esses jovens que vivem no meio rural.

A realização da pesquisa para avaliar as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo, permitiu-nos identificar alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente apontar que o futuro dos assentamentos, segundo a maioria das respostas, depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Uma das problemáticas que a juventude rural enfrenta está relacionada à educação. Outro fator para ser analisado é a falta de investimento na educação para as pessoas que vivem no campo. Muitos assentamentos não têm escolas, devido à proximidade dos mesmos com os municípios, deixando os serviços públicos anestesiados e amortecidos pelos atendimentos urbanos. Outro desafio colocado para as escolas do campo, ou escolas que atendam crianças do campo está relacionado à falta de um projeto político pedagógico que contemple essas crianças³. Todos esses fatores demonstram que é preciso repensar as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. Bolsista de Mestrado CNPq. Graduada em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora pelo Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). UNIARA (Centro Universitário de Araraquara). E membro do GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo da UFSCAR.

² Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo) da UFSCAR.

³ Em alguns assentamentos há experiências bem sucedidas de projeto político pedagógico. Por exemplo, o Assentamento Bela Vista do Chibarro de Araraquara que recebeu pelos projetos implantados pela “EMEF do

O futuro da juventude assentada não se pauta somente pela educação, outros fatores acabam por ocasionar a saída da juventude do meio rural. Como também, mostra o desejo dos pais em relação à permanência dos filhos nos assentamentos. E aponta, através do olhar dos entrevistados do que depende o futuro dos assentamentos, de melhorias na infraestrutura, do maior investimento na educação/escola, organização dos próprios assentados e assistência técnica, podem interferir nas escolhas da juventude entre ficar ou sair dos assentamentos ainda que a mesma gere equívocos e interpretações errôneas.

Juventude assentada categoria heterogênea e os desafios enfrentados

Vários países e instituições de pesquisa determinam juventude a partir de uma abordagem cronológica de idade. Segundo Troian, *et. al.* (2009 p.04), o Brasil “segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos”.

Juventude é considerada um período de auto-identificação, bem como de desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos. Segundo Carneiro e Castro (apud TROIAN, 2009, p.03):

O termo juventude remete a uma série de conceitos, aos quais muitos especialistas definem de maneiras divergentes. Culturalmente determinada, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária.

Esta é uma fase de mudanças, por si polêmicas, isto é, são pessoas que estão deixando de ser crianças e partindo para a fase adulta e isso requer enfrentamento da realidade, afirmação da personalidade e fase de decisões que farão diferença na vida adulta.

Naturalmente, assim acontece no meio rural, é nesta fase que surgem os questionamentos quanto à permanência na propriedade dos pais e, consequentemente, continuidade dos afazeres da família ou distanciamento da propriedade rural familiar com interesse no modo de vida nas cidades.

Campo Prof. Hermínio Pagotto”, prêmios de dimensão nacional. A substituição a partir de 2012, da experiência Escola do Campo pelo método Sesi de Ensino tem suscitado controvérsias e avaliações críticas.

É preciso compreender a juventude rural como uma categoria socialmente construída, atingida pelas mudanças e crises recentes do mundo rural, as quais têm transformado o campo em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola (CARNEIRO, 1998).

Para Fernandes (2008), o campo atualmente produz dois territórios: o campo do camponês e o campo do agronegócio⁴. O campo do agronegócio constitui seu território para a produção de mercadorias, é uma paisagem homogênea, através da composição uniforme da monocultura e se caracteriza pela pouca presença de pessoas e pela desvatação.

O campo camponês constitui seu território para sua existência, desenvolvendo todas as dimensões da vida, produção, moradia, cultura, infraestrutura social sendo caracterizado pela presença de pessoas que vivem e moram no campo. E é nesse campo heterogêneo que a juventude assentada está inserida, como uma das categorias sociais, que é afetada pela falta de perspectivas e conflitos de permanência na agricultura familiar.

Os jovens vivem conflitos que se expressam entre a ausência de perspectiva de permanência no campo e, por outro, o sonho, ou ilusão de uma vida na cidade e de um trabalho assalariado para o qual não há preparo e qualificação. Diante dessa situação, Whitaker aponta que:

Um equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma “força jovem” interior a comandar mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêem a continuidade das gerações (WHITAKER, 2006, p.115).

Deste modo, as condições materiais é que interferem muito mais na saída dos jovens do meio rural. Faz com que os jovens reelaborem os projetos de vida, o contato

⁴ De acordo com Fernandes (2008), agronegócio compreende a um complexo sistema de agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho. Faz parte do complexo a produção de tecnologias para atender o desenvolvimento desse sistema, bem como, a mecanização do corte da cana “o movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e com diversos setores da economia. Essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo. Agronegócio é, portanto, o novo do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém, inclusive, a agropecuária capitalista (FERNANDES, 2008, p. 47). Contudo, esta afirmação não se isenta de críticas e controvérsias.

próximo dos centros urbanos traz nossas perspectivas que vão além do ficar ou do sair do meio rural. Segundo Carneiro (1998), os jovens hesitam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas e o compromisso com a família:

Dentro dessa ambiguidade está em curso a construção de uma nova identidade. Cultuam laços que os predem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, veem sua autoimagem refletidas no espelho da cultura “urbana”, “moderna”, que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambiguidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem (CARNEIRO, p. 3, 1998).

Para a autora, essa relação com os dois mundos, o rural e o urbano, resultaria na combinação das diferenças através das quais os jovens não mais cogitam a possibilidade de rompimento definitivo com o universo cultural de origem, mas a realização de um projeto próprio e a segurança oferecida pelos laços familiares. “Resultado de uma elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais” (CARNEIRO, p. 14, 1998).

Aceita-se, pois, como princípio que exista uma aproximação de valores urbanos e rurais entre os jovens e, o que vem se refletindo na juventude rural, principalmente nesse campo heterogêneo. As mudanças enfrentadas pelos jovens se refletem nos modos de vida da juventude rural que vem sendo considerada como uma categoria heterogênea com múltiplas vontades, que pensam o campo não mais no modelo tradicional, no qual a forma de trabalho agrícola era predominante, os jovens veem o campo com várias possibilidades e dimensão para se desenvolver.

O desejo dos jovens de permanecer no campo não implica necessariamente em assumir o trabalho agrícola. E a influência das aproximações entre o urbano x rural demonstra que é preciso estabelecer parâmetros de análise de jovens rurais e urbanos (CARNEIRO, 1998):

Nesse processo de intensificação da comunicação entre universos culturais distintos, as fronteiras entre o “rural” e o “urbano” tornam-se cada vez mais imprecisas no que concerne às diferentes idealizações e projetos dos jovens. Contudo é certo que o resultado não aponta para a conformação de um todo homogêneo [...] Disso resulta a afirmação da sociedade local a partir de definições e

redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maioria específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identificamos como *rurbanização* (CARNEIRO, p. 20, 1998).

Contudo, esse campo heterogêneo não quer dizer que a agricultura familiar esteja acabada, muito pelo contrário, é necessário criar atrativos que transformem o meio rural em um local adequado para os projetos de vida dos jovens. A valorização da agricultura familiar deve ser um elemento estratégico para reorientação das políticas que visam o desenvolvimento rural em todas as suas dimensões, sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais.

Segundo Silva; Batista (2011), o cenário rural tem se tornado um ambiente desafiador, apontando tendências na revalorização e reesignificação da agricultura familiar como categoria importante para o desenvolvimento rural que conte com a participação dos jovens,

[...] seja como agricultores ou como profissionais que promovam no campo uma atuação empreendedora, no sentido de potencializar os desafios surgidos pelas novas dinâmicas do cenário rural como as novas ruralidades, a sustentabilidade e as políticas públicas de crédito, beneficiamento e comercialização garantindo, dessa forma, melhoria nas condições de vida das populações rurais (SILVA; BATISTA, 2011, p.79).

Para tanto, o futuro da juventude assentada nos assentamentos depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo. Pois:

O reconhecimento da importância da agricultura de base familiar, por parte dos órgãos públicos e privados, como estratégica para geração de emprego e renda no campo, assim como para a produção de alimentos seguros, é o primeiro passo para a criação e execução de políticas públicas que proporcionem aos jovens a oportunidade de visualizar a agricultura como uma das várias possibilidades profissionais para busca de um futuro com dignidade e qualidade de vida (SILVA; BATISTA, 2011, p.88).

Diante disso, este artigo, busca colaborar na discussão sobre a juventude rural, os desafios que a mesma enfrenta no campo, mostrando alguns dados coletados da pesquisa

feita através do convênio INCRA/UNIARA, que avaliou as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo. Foi demonstrado que um dos entraves de desenvolvimento está relacionado à juventude assentada que enfrenta de forma acentuada, a ausência de políticas públicas a ela dirigidas.

Educação e Juventude

Foram identificados alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente foi apontado que o futuro dos assentamentos no Estado de São Paulo depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Uma das problemáticas que a juventude rural enfrenta está relacionada, como reiterado à educação. A pesquisa mostrou que no Estado de São Paulo o nível de escolaridade da família apontou para uma grande maioria que tem o ensino fundamental incompleto, sendo que essa maioria está relacionada à escolaridade dos pais, que não concluíram seus estudos.

Outro fator para ser analisado é a falta de investimento na educação para as pessoas que vivem no campo. Se observarmos a porcentagem daqueles que concluíram ou não o ensino superior percebemos que é muito inferior aos níveis de escolaridades de pessoas que vivem na cidade, apesar das políticas públicas⁵ de incentivo ao ensino superior. Uma das possibilidades é que essas políticas públicas não estão chegando para aqueles que vivem no campo, ficando uma política de acesso para aqueles que residem na zona urbana.

Tabela 1 – Nível Médio de Escolaridade

Escolaridade	%
Analfabeto	7
Fundamental Incompleto	49
Fundamental Completo	10
Ensino Médio Incompleto	8
Ensino Médio Completo	18
Superior Incompleto	5
Superior completo	2

Fonte: Pesquisa Campo, 2011.

⁵ Incentivos como: PROUNI, REUNI, FIES, dentre outros.

Um dado importante que a pesquisa trouxe foi a constatação da falta de escolas nos assentamentos do Estado. Na região Grande São Paulo, 95% não têm escolas, devido à proximidade dos assentamentos com os municípios, priorizando nos serviços públicos os atendimentos urbanos. Um fator de destaque para esta região, está no Assentamento Milton Santos em Americana⁶. Neste assentamento, encontramos um número significativo de pessoas que estão cursando os mais diversos cursos superiores ligados ao PRONERA⁷. Talvez isso se deva ao fato de que o MST vem ao longo dos anos na luta por uma educação que contemple as pessoas que vivem no campo, seja por uma Educação do Campo ou na promoção de cursos superiores em articulação com universidades públicas e poder público, tentando corresponder às necessidades daqueles que estão no campo⁸.

Na região Central/Araraquara constatou-se a ausência das escolas em 61% dos casos. Sendo que se devem destacar duas experiências de escolas. Uma que acontece na cidade de Araraquara, no Assentamento Bela Vista do Chibarro que tem “EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto”, sendo uma escola referência como atendendo crianças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, com um projeto pedagógico diferenciado. No entanto, a implantação do modelo Sesi de Ensino apresenta controvérsias e contrapontos em relação ao projeto de Escola do Campo. A outra experiência é no município de Iaras no Assentamento Zumbi dos Palmares, que é a construção de uma escola no assentamento. Apesar de ser uma construção que vai atender desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental, segundo os assentados, a escola não é suficiente para contemplar todas as crianças e jovens que vivem neste assentamento. Uma vez que neste local vivem mais de 400 famílias.

⁶ Este assentamento é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

⁷ Cursos superiores ou não, promovido através de convênio entre universidades públicas, movimentos sociais do campo e poder público.

⁸ A maioria dos assentamentos da Região da Grande São Paulo, é vinculada ao MST, apesar de muitas vezes haverem conflitos daqueles que são do Movimento e daqueles que não são na maioria dos assentamentos ligados ao MST existem pessoas que estão fazendo algum tipo de curso superior ou técnico do PRONERA.



“EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto” e a creche no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR.



Construção da escola no Assentamento Zumbi dos Palmares em Iaras

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR.

Para a região Andradina/Promissão, 50% dos assentamentos investigados apontaram que não existem escolas nos assentamentos.

Já na região Pontal do Paranapanema, em 10% dos assentamentos não existem escolas. Porém, as amostras foram maiores na Gleba XV e São Bento, sendo feitas mais entrevistas nestes PAs, na qual demonstrou a presença de escolas (situação que não se repete em nenhum outro PA do Pontal).

Outro desafio colocado para as escolas do campo, ou escolas que atendam crianças do campo está relacionado à falta de um projeto político pedagógico planejado para essas crianças.

Tabela 2 - Existência de projeto pedagógico nas escolas/Dado Estadual

Projeto Pedagógico	%
Sim	30
Não	70

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A luta por uma Educação do Campo vem ganhando o campo das legislações que prevê a Educação Básica nas Escolas do Campo. Podendo destacar algumas leis: a primeira

é a Lei Federal 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu diretrizes para a educação nacional, que declara:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996, p.8).

A segunda lei para embasar o projeto das escolas do campo foi a Lei Federal 10.172/01 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê um tratamento diferenciado para as escolas rurais:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade (PNE, 2000, p. 23).

E a terceira está vinculada à proposta de Plano Nacional de Educação elaborado pela Sociedade Civil, que fez a seguinte referência no II Congresso Nacional de Educação (CONED):

Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos/as professores/as, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio. Idêntica preocupação deve orientar a educação de grupos étnicos, como os negros e os indígenas, que precisam ter garantia de preservação da identidade e da cultura. Nesse sentido, as experiências pedagógicas acumuladas pelos respectivos movimentos sociais organizados (Movimento Negro, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho das Nações Indígenas) devem ser contempladas como referências fundamentadoras de propostas pedagógicas específicas (PNE, 1997, p. 57).

Também em 2002 foram promulgadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução do CNE/CEB nº 1, 2002), completando as referências feitas às escolas rurais na LDB, o que é importante para “a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional” (CNE/CEB Nº 1, 2002, p. 32). Delimitação que não deve ser interpretada como indicação de um dualismo rural/urbano, o qual vem contrariar a abordagem relacional priorizado neste artigo.

Apesar da garantia para a construção de um projeto pedagógico que contemple as Escolas do Campo, ou as crianças do campo que estudam em escolas urbanas, isso na prática não acontece muito como demonstrou a Tabela 2, na qual, 70% das escolas não tem um projeto político pedagógico que consiga atender as especificidades das crianças que vivem no campo. Isso pode acontecer pela falta de conhecimento das próprias Secretarias de Educação dos Municípios.

Um fator importante para se observar é que quando não há escolas nos assentamentos, o transporte escolar aparece como o principal elemento de acesso à escola.

Tabela 3 - Transporte Escolar/Dado Estadual

Transporte	%
Sim	97
Não	3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A grande maioria dos jovens e crianças que vão a escola tem como principal transporte o ônibus escolar 97%. Embora, o transporte escolar seja garantido pela Resolução CNE/CEB Nº02, 2008, Art. 8 “O transporte escolar, quando necessário é indispensável, deverá ser cumprido de acordo com as normas do Código Nacional de Trânsito quando aos veículos utilizados” (seção 1, p.81). Mas isso, não resolve o problema da falta de acesso à educação. Atualmente há uma luta por construções de Escolas no Campo, para melhor atender esses jovens e crianças, uma vez que a própria legislação abre brecha para isso:

Art. 14. O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei 9.424, de 1996, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil. (CNE/CEB Nº 1, 2002, p.03).

Deste modo, esses dados permitem inferir que as políticas públicas direcionadas a fomentar a Educação do Campo ainda são insuficientes. A pergunta que fica é se há de fato um investimento na educação e formação da juventude assentada? Por que as políticas públicas oscilam entre equívocos e descontinuidades? A educação é uma das estratégias de permanência da juventude no meio rural? O fato é que se precisa repensar, efetivamente, a política pública, voltada para a Educação no Campo, cuja avaliação não pode se pautar por uma eficiência descolada da realidade multidimensional dos assentamentos, mas exige, de fato, ter como prioridade, a satisfação das suas necessidades, a (re) educação, o investimento em uma capacitação adequada, a orientação para práticas agrícolas não convencionais que possam apontar para outras perspectivas de desenvolvimento rural.

Entraves ou falta de políticas públicas? Os desafios para o futuro dos assentamentos

Ao relacionar a juventude e o futuro procuramos contrapor ao equivocado diagnóstico de que o desenvolvimento dos assentamentos não prospera em virtude da evasão dos jovens. Os dados da pesquisa INCRA/UNIARA demonstraram que são vários os fatores que buscam a saída da juventude do meio rural. Como também, mostrou que 67% dos pais desejam que seus filhos permaneçam no assentamento.

Tabela 4 - Desejo em relação à permanência dos filhos no assentamento/Dado Estadual

Permanência	%
Ficassem	67
Saíssem	33

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Através da interpretação dos dados qualitativos referentes ao futuro e permanência dos filhos nos assentamentos foi possível constatar que em quase metade das famílias pesquisadas, os filhos estão morando e trabalhando fora e não pretendem voltar. As respostas mais comuns foram que os filhos estão casados e trabalhando principalmente no

setor industrial das cidades. Entre os que moram junto, a grande maioria espera para o futuro deles que continuem vivendo e trabalhando no lote.

Para que seus filhos permaneçam nos lotes, quase todos assentados citam alguma atividade e/ou melhoria necessária para o assentamento. Muitos já projetam o sítio pensando na possível permanência de seus filhos, como a instalação de sistema de irrigação, comprar mais gado e deixar para os netos, plantar café, etc. Outra informação que merece destaque é com relação à formação dos filhos, muitos esperam que eles vão estudar fora, cursar uma faculdade, colégio técnico nas áreas ligadas às ciências agrárias e voltem com a teoria relacionada à prática para morar e trabalhar no lote. Como exemplo, podemos citar a visão de um dos assentados: “é preciso dar formação necessária para que eles possam escolher entre ficar ou sair do assentamento, sabendo das dificuldades da vida lá fora e perceber que o assentamento é seu porto seguro” (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

Também foram observados relatos com a intenção de dividir o lote entre os filhos, construir suas casas e propiciar condições produtivas para que eles se fixem no assentamento. Podemos comprovar através da fala de um dos assentados: “tenho seis (6) filhos e gostaria que cada um ficasse com 1 alqueire⁹. Outra fala relevante foi de um senhor que disse: “porque na terra ninguém passa fome e tem maior qualidade de vida” (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

Uma parte significativa dos assentados apontou como deficiência a renda para fixar os jovens no assentamento e não procurarem empregos nos centros urbanos, onde há maior perspectiva. Logo a sugestão com maior incidência relaciona-se à demanda por incentivos e apoios para desenvolverem projetos que lhes garantam renda própria. Um comentário que reproduz esse entrave foi dito por uma senhora: “é necessário criar formas de renda que possibilitem perspectivas de futuro mais atrativas do que as ofertadas nas cidades” (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

Para tanto, o futuro do assentamento segundo a maioria das respostas depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo. Dentre os comentários que merecem destaque estão: a política deveria voltar como era antes, ter barricada para impedir pessoas estranhas, pois quem

⁹ Nestes casos, os assentamentos não são PDS, nos quais, os tamanhos dos lotes são pequenos para dividir com todos os filhos. Outro fator, para ser estudado dentro das políticas públicas, como fica a divisão da terra entre os filhos quando o lote é em tamanho inferior e que não daria para se dividir com todos os filhos?

coordenava eram os assentados, não tinham INCRA. Com o objetivo de ter menos divisão, ter mais reunião, e voltar a ter representantes. De acordo com os assentados, a preferência deve ser minimização da dependência ao INCRA; o futuro do assentamento depende de planejamento do presente. Saber para onde o assentamento vai caminhar depende do povo, do INCRA em desenvolver mais as coisas; uma política mais direcionada que atenda aos pequenos agricultores e assentados; selecionar melhor os assentados com aptidão com o trabalho rural (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

Outros assentados acreditam que o assentamento para se desenvolver depende da produção. A grande maioria demandou serviços de infraestrutura básica para produção, como a água que é um fator preocupante em muitos assentamentos. Assentar as famílias requer um cuidado por parte dos órgãos responsáveis, uma vez instalado um assentamento em uma área que apresenta falta de água para a produção, isso vai proporcionar futuramente um entrave para o desenvolvimento econômico e social das famílias e do assentamento.

Outro importante fator apontado com frequência foi o crédito, e outros incentivos financeiros. Uma reivindicação se dá pela existência de DAP específica¹⁰ para as mulheres e outra para os jovens, como forma de reconhecimento do trabalho no lote. Apesar de existir o Pronaf Jovem¹¹ o acesso por parte dos jovens demonstrou poucas experiências que deram certo sendo que as seguintes demandas são: o crédito não sai no momento certo, há muito atraso; fomentos a rendas não agrícolas houve destaque para o financiamento para artesanato (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

Outro enfoque referido foi a necessidade de infraestrutura e serviços públicos de qualidade, como as apontadas a seguir: melhores condições de estradas; acesso à energia voltada ao rural, uma política que como a Tarifa Reduzida ou Tarifa Verde que beneficia a população rural, em especial os produtores rurais; serviços públicos no geral, destacando-se saúde, transporte coletivo, e educação (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

¹⁰ Os assentados comentaram que para garantir a renda de produção, seria necessário que existisse uma DAP, tanto para a mulher quanto para a juventude desvinculada da DAP do marido, pai como forma de reconhecimento da mão-de-obra na produção do lote.

¹¹ Este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Diante dos dados obtidos nessa pesquisa, podemos fazer uma pequena síntese das possíveis causas das saídas dos jovens: falta de renda própria; poucas alternativas profissionais; inadequadas políticas públicas dirigidas aos jovens; infraestrutura; meios para constituir uma família em um novo lote; cultura e lazer.

Contudo, há controvérsias na posição dos pais em relação à permanência dos filhos nos assentamentos. Os mesmos vivem uma situação que os colocam em dúvida em relação à permanência de seus filhos nos assentamentos. Pois, alguns entrevistados declaram preferir que os filhos ficassem no assentamento e o motivo maior é para ficar junto da família. Diversas falas de assentados relatam a vontade e desejo relacionada à permanência de seus filhos. A maioria diz que o assentamento precisa de infraestrutura para que eles fiquem e dêem continuidade ao trabalho e sobrevivência na terra. A questão da educação, do esporte e lazer estão entre as maiores reivindicações dos pais.

Tabela 5 - Sugestão para que os filhos não saiam do assentamento/Dado Estadual

Sugestão	%
Turismo	4
Agroindústria	5
Renda não agrícola	8
Lazer e Cultura	18
Infraestrutura	14
Educação/Escola	21
Outros	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A falta de infraestrutura, educação/escola e lazer/cultura, além da falta de renda são fatores que acabam por expulsar os jovens dos assentamentos, o que vem prejudicando o futuro do local.

Outros fatores, foram arrolados como fatores de garantia do futuro dos assentamentos:

Tabela 6 - Do que depende o futuro dos assentamentos/Dado Estadual

Futuro	%
Agroindústria	4
Renda não agrícola	2
Lazer/cultura	4
Infraestrutura	16
Educação/escola	10
Outros	25



Titulação da terra	1
Melhor organização dos assentados	13
Mais créditos	8
Assistência técnica	17

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A própria população pesquisada identifica que para melhorar o assentamento é necessário: infraestrutura, educação/escola, melhor organização dos assentados, melhor assistência técnica, itens dos quais depende o futuro dos assentamentos. A discussão de ações para o desenvolvimentos dos assentamentos pode (e deve), antes de qualquer outro dado, partir dessa preciosa e realista auto-avaliação.

Considerações Finais

A juventude nos assentamentos encontra-se encurralada entre a falta de perspectivas em relação à geração de renda, à ausência de qualificação, tanto para o trabalho agrícola quanto para a migração na vida urbana. Com a falta de recursos os jovens migram para a cidade, pois a mesma passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso ao lazer e cultura.

Diagnósticos apressados sobre a evasão da juventude ou a falta de perspectiva para os assentamentos em vista do envelhecimento devem ser evitados. Evidentemente, a situação e perspectiva da juventude, paralelamente aos dilemas do grupo etário mais avançado são extremamente problemáticas. A política pública deve avançar por caminhos não trilhados para contemplar o desafio geracional na área rural e nos assentamentos rurais.

Entre o ficar ou sair do assentamento há mediações que necessariamente devem ser resgatada. Especialmente, porque os assentamentos têm dado mostra de que estão cada vez mais dentre as possibilidades do processo de redemocratização da sociedade brasileira. E a juventude assentada cumpre um papel fundamental para o futuro dos assentamentos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Federal 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Plano, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira.** II Congresso Nacional da Educação (CONED). Belo Horizonte/MG, 1997. Disponível em: <<http://www.fedepsp.org.br/documentos/PNE%20%20proposta%20da%20sociedade%20brasileira.pdf>> Acesso: 6/10/2011.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CEB 1/ 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CEB Nº 02/2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.**

CARNEIRO, M. J. *O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.* IN: **Mundo Rural e Política** (orgs) TEIXEIRA, F. C. S.; SANTOS, R.; COSTA, L. F.C. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Educação do Campo e Território Camponês no Brasil.* IN: SANTOS, Clarice Ap. dos. **Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação.** Brasília: INCRA; MDA, p. 39-66, 2008.

SILVA, J. R.; BATISTA, C. W. S. **Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes da escola profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL.** Revista Científica do IFAL, n. 2, v.1 – jan./jul. 2011.

TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia; OLIVEIRA, Sibele V. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. Sociedade Brasileira de Economia.** Porto Alegre/RS: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>> Acesso em: 16/02/2011.

WHITAKER, Dulce C. A.; SOUZA, Marinaldo Fernando de. *A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos.* In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C.A. (Orgs.). **Retratos de Assentamentos.** n. 10. Araraquara/SP: UNIARA/ Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – NUPEDOR, 2006. p. 113 a 125.

PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP: ENTRAVES E EFETIVIDADES DO PNAE EM UNIDADE ESCOLAR DE ASSENTAMENTO RURAL

Thauana Paiva de Souza Gomes, UNIARA/UNISEB
thauanap@gmail.com

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, UFSCar - Campus Lagoa do Sino
manoel77@yahoo.com.br

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA
vbotta@techs.com.br
FUNADESP
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

Neste artigo procurou-se aprofundar, investigar e analisar os entraves institucionais e organizacionais, bem como a eficácia e efetividades sociais na rede SAN com destaque ao PNAE, formadas a partir dos indicadores¹ e das características das redes e dos atores. Nesta perspectiva destacamos as características do município de Araraquara e da construção da rede de programas de segurança alimentar, com destaque aos assentamentos como fonte de produção agrícola diversificada. O presente trabalho tem como objetivo analisar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem garantido ou não a alimentação de qualidade de seus alunos. Tendo como base de referência quatro anos da Lei nº. 11947 que exige dos municípios a compra de, pelo menos, 30% dos alimentos destinados à merenda escolar de pequenos produtores ou assentados rurais. O estudo deste município como aporte da pesquisa se destaca pelo fato da cidade possuir dois assentamentos de grande porte que de um lado, oferecem produtos agrícolas e processados diversos e, de outro, por conter escolas com um número significativo de alunos que geram demanda por produtos de qualidade. Com destaque ainda para as particularidades culturais e produtivas dos assentamentos que nos levam a questionar porque as crianças na merenda comem batata inglesa ou maçã se a prática diária é plantar em seus quintais e lotes, uma diversidade de tubérculos e frutas tipicamente locais.

Palavras-chave: Programas de Segurança alimentar, Assentamento, Entraves e efetividade.

¹ Os indicadores de eficácia e efetividades não necessitam de maiores explicações, pois são indicadores de pouca complexidade e seu nome é auto-explicativo. Neste projeto, os indicadores estão inseridos em categorias analíticas, para os diferentes atores individuais e coletivos das redes formadas no território a ser investigado.

1. Introdução: os caminhos da pesquisa

O presente artigo faz parte de uma agenda de pesquisa aberta em 2006 com o objetivo de identificar as eficácias e os efeitos das políticas públicas de segurança alimentar (SAN) e as redes de inclusão que se formaram nos municípios paulistas de portes diferenciados. Com as redes identificadas, um dos objetivos a serem mostrados foram os entraves institucionais e organizacionais existentes em cada política pública municipal. Desde então, detectou-se os principais entraves e a necessidade de construção de uma metodologia de avaliação de políticas públicas locais de segurança alimentar que permitisse utilizar descritores e indicadores² de eficácia das gestões locais e da efetividade social de cada programa de segurança alimentar aplicados nos municípios (Programa Nacional de Alimentação Escolar, Bancos de Alimentos, Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, Varejões Populares, Restaurante Popular, dentre outros) e de outras políticas sociais como o Bolsa Família.

Os entraves têm se apresentado, neste ciclo de estudos como filtros institucionais e organizacionais quando esses dificultam a capacidade de operação e de obtenção de recursos dos atores em uma política pública. Filtros institucionais são as instituições (regras, normas, políticas públicas, convenções de mercado etc.) que pesam sobre as atuações dos atores e, quando se consolidam, passam a filtrar as capacidades destes em produzir, negociar, obter recursos e permanecer nos mercados (avançando ou retrocedendo). Os diagnósticos dos filtros institucionais são fundamentais para o encaminhamento de políticas públicas e privadas e de aprimoramento de suas eficácias (PAULILLO, 2010; ALMEIDA, 2006).

Nos primeiros anos da agenda, foram identificados fatores eficazes e ineficazes desses programas de SAN, permitindo lançar algumas considerações sobre o caminho delineado pelos gestores (prefeituras, secretarias, ONGs, OMCISP e Fundações) e a real trajetória de cristalização de uma política pública de segurança alimentar territorial. No estágio atual de implantações de políticas públicas de segurança alimentar nos municípios

² Um indicador consiste em um valor usado para medir ou acompanhar a evolução de algum fenômeno ou o resultado de processos sociais. O aumento ou evolução desse valor permite verificar as mudanças na condição desse fenômeno. Indicadores podem ser produzidos com base em resultados de pesquisas de avaliação. Isso só tem sentido se a pesquisa for repetitiva, para comparar indicadores no tempo, se tiverem comparabilidade com outros indicadores, produzidos a partir de outras bases de dados; ou ainda, se puderem ser interpretados à luz de algum objetivo que queira se alcançar. Indicadores de avaliação também expressam certas condições relativas a “estrutura”, “processos” e “resultados”, esta última categoria englobando indicadores de “impactos” e “efeitos”, de acordo com as dimensões do estudo a partir do qual são produzidos (DRAIBE, 2001).

brasileiros, o risco não é apenas a política não ser eficaz, mas também o conjunto de atividades não corresponder a uma política, muitas vezes correspondendo a um programa pontual ou, ainda, a apenas uma somatória de iniciativas que, desordenadas, não correspondem nem mesmo a um programa estratégico (ALMEIDA, 2009 e PAULILLO, 2010). Tudo isto ainda pode ser potencializado quando há mudança de gestão e falta de comprometimento na manutenção dos programas, a mudança administrativa resulta em um processo de readequação de funcionários, estrutura e até mesmo das atividades ligadas a AS (Segurança Alimentar), mas a partir do processo que leva a descontinuidades das redes sociais.

Nesta perspectiva, temos observado e trabalhado os programas da rede SAN com uma olhar para além dos entraves e perspectivas de avanços, destes programas, mas a conjunto de assimetrias de informações e capacidade dos agentes responsáveis em manter a coesão social da rede de programas de segurança alimentar.

Além disso, nestas páginas que seguirem pretende-se aprofundar como tem ocorrido a eficácia e efetividades sociais na rede SAN com destaque ao PNAE, formadas a partir dos indicadores e das características das redes e dos atores. Nesta perspectiva, destacamos as características do município de Araraquara e da construção da rede de programas de segurança alimentar com destaque para os assentamentos como fonte de produção agrícola diversificada.

2. Universo empírico: As áreas rurais no município de Araraquara: um mosaico agrícola em território do agronegócio

A região central do Estado caracteriza-se pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Por cobrir uma vasta extensão territorial, é possível subdividi-la em microrregiões, para melhor compreender a área rural, o perfil econômico e as potencialidades locais. Desta forma dizemos que tal região se estabelece nas áreas de Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia. Sendo que as microrregiões de Ribeirão Preto e Araraquara são tratadas como a Califórnia Brasileira.

No caso do município de Araraquara, podemos construir a paisagem agrícola como tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A significativa presença de culturas

típicas ligadas ao agronegócio caracteriza a estrutura fundiária da região da alta Mogiana como sendo bastante concentrada, o que se confronta com o universo das pequenas propriedades (FERRANTE et al, 2012).

É importante destacar que, dentro deste recorte das pequenas propriedades encontram-se os produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, com destaque para o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. A produção agrícola familiar que abastece a maior parte de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

Este peso de propriedades rurais assentadas é fruto da luta pela Reforma Agrária nesta região, estabelecida a partir do contraponto com o agronegócio e protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vincularam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora aos movimentos sociais (em especial o MST).

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a existência de pequenos produtores rurais que permanecem às margens dos centros urbanos e/ou dos assentamentos que enfrentam igualmente ou de forma mais arrasadora os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muito por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Por este motivo ao pensar nesta região central do Estado região é necessário refletir que o espaço, neste contexto, é visto como um território que expressa analisado como um adensamento de forças sociais e políticas.

Assim, ao trabalharmos com as políticas de desenvolvimento, apoio à distribuição de renda e as públicas de segurança alimentar por meio dos programas da CONAB como o Programa de Aquisição de Alimentos PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE é preciso esclarecer o papel fundamental das mesmas para o desenvolvimento principalmente nas áreas rurais.

Na região de Araraquara em especial, por predominar o complexo canavieiro, que exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais, estes programas estão tornando-se um forte vetor do desenvolvimento regional. Desta forma, as práticas de outras agriculturas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de

produção específica de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão às culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos (FERRANTE, 2009).

No entanto, as políticas de segurança alimentar tem permitido que, apesar da entrada do plantio de cana como estratégia produtiva nos assentamentos, uma produção diversificada que atende aos mercados locais (das próprias famílias assentadas) e regionais.

Assim, a diversificação das áreas agrícolas passam a ser referência para estratégias alternativas de desenvolvimento rural que fogem àquelas convencionais como monoculturas de milho, soja, cana de açúcar, gado leiteiro extensivo etc.

Nestes termos é preciso compreender que a efetividade ou o entrave para as políticas públicas voltadas a segurança alimentar (SAN) dependem muito dos atores que estão inseridos em rede de coesão social e que muitas vezes pode ser alterada pela forma como os atores sociais se reorganizam inclusive nas gestões destes programas.

3. Continuidades e discontinuidades da rede dos programas de segurança alimentar (SA) de Araraquara

A proposta de gestão durante o recorte da pesquisa (2005-2008) centralizava os programas permitindo uma maior dinâmica em relação aos produtos recebidos do PAA e o destino dos mesmos. Os produtos do PAA eram destinados ao Banco de Alimentos que posteriormente atendia às entidades e escolas municipais. Alguns produtos recebiam pré-processamento ou preparo final nos programas da gerência de abastecimento geral. O Programa Direto no Campo e outras iniciativas isoladas da rede primária apresentam resultados significativos de inclusão social e desenvolvimento regional, no sentido de permitir o escoamento dos produtos da agricultura familiar.

Os principais atores dessa rede eram o diretor geral da coordenadoria, os gerentes coordenadores dos programas, as secretarias municipais, os professores e funcionários da rede de ensino, os alunos, os produtores familiares e o conjunto de beneficiários e funcionários dos programas, como indicado na figura 1.

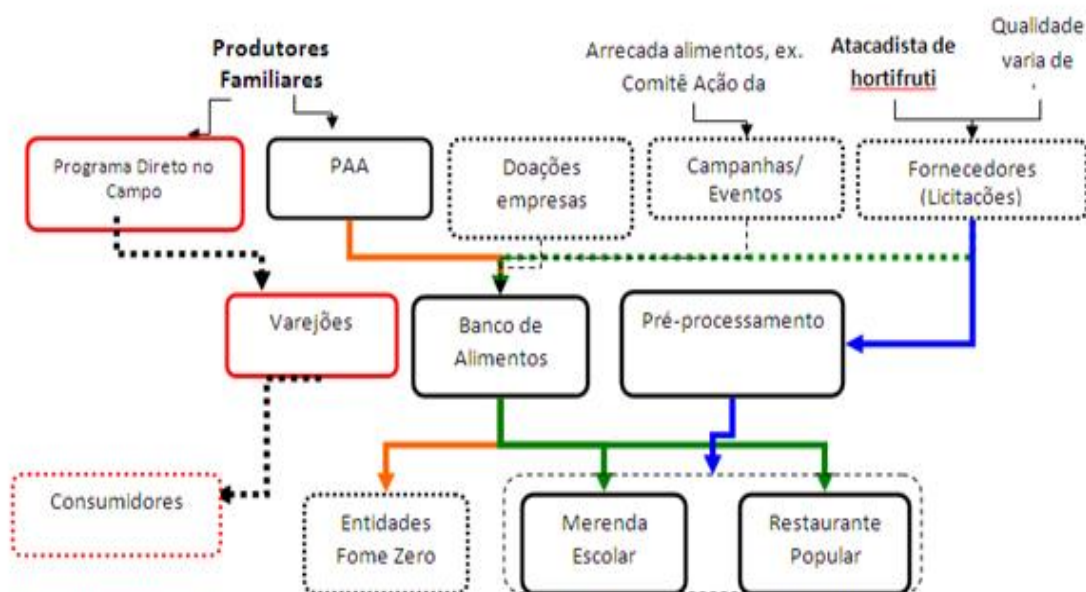


Figura 1. Rede Política de Segurança Alimentar no Município de Araraquara-SP.

Pesquisa de campo 2011.

A análise continuada dessas ações nos ajudaram a fornecer respostas sobre o êxito noticiado por muitos especialistas sobre essas alternativas institucionais, que levariam os assentados e pequenos produtores rurais a uma relativa inclusão social por meio de uma agenda política local. Igualmente foi possível, a compreensão do novo desenho da gestão dos programas de segurança alimentar, levantando-se as continuidades e descontinuidades das redes das políticas de segurança alimentar iniciadas após a troca de gestão.

O novo desenho (GOMES e ALMEIDA, 2012) da gestão dos programas se estabeleceu em três níveis, o primeiro da Secretaria de Agricultura, o segundo das coordenadorias de Segurança Alimentar, Agricultura e Agroindústria, no terceiro e último nível temos sete gerências: a de Abastecimento, de Agronomia e Agricultura pertencentes à Coordenadoria de Agricultura e Agroindústria, as Gerências de Abastecimento e Nutricional da Coordenadoria de Segurança Alimentar. Finalmente, as duas últimas: a Gerência Administrativa e a Gerência de Compras, Licitações e Contratos estão submetidas diretamente a Secretaria Municipal de Agricultura. Conforme o desenho estruturado na figura 2 abaixo:



Figura 2: Desenho atual da gestão de programas de segurança alimentar

Fonte: GOMES e ALMEIDA, 2012.

A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar é transformada em Secretaria de Agricultura em 2009 e continua como órgão mais independente do que na gestão municipal inicial dos programas de segurança alimentar. Com a reeleição da prefeitura e da gestão da rede em 2012, os programas permanecem os mesmos.

Desta rede, merecem destaque para os programas Restaurante Popular, Direto do campo, PAA, PNAE/Merenda escolar que estão abaixo descritos:

No projeto do restaurante popular houve implementação de uma nova área de estoque e equipamentos. Continua produzindo 1500 refeições para as frentes de trabalho, casas transitórias, para a população carente e funcionários da prefeitura.

Mas proposta da construção de um novo restaurante na região do 8º Distrito de Araraquara, área de concentração de indústrias e o refeitório para os funcionários municipais da prefeitura local ainda não saíram do papel.

O PAA ainda se coloca com fornecedor muito importante de alimentos para o Banco de Alimentos. Além da parceria com a CONAB e com algumas instituições que promovem alguns eventos que arrecadam alimentos e destinam para o banco. A mobilização com empresas alimentícias e outras instituições não ocorreu e o PAA continua destinando e sendo o coração do banco de alimentos. Com relação ao PAA, novos bloqueios entram em cena, e outros permanecem como, por exemplo, os agricultores assentados do município continuam entregando e vendendo sua produção basicamente para a Prefeitura de São

Carlos apesar dos problemas de gestão também da prefeitura local, já que os assentados de São Carlos dizem que há muita concorrência com aqueles que vêm de outras cidades. Situação a exigir uma análise das influências da gestão municipal na maior ou menor efetividade dos programas.

Este programa tem, na lei nº 11947, a obrigatoriedade na aquisição dos alimentos em pelo menos 30% dos produtos adquiridos para os estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) originados da agricultura familiar. O que significa dizer que com esta lei, o orçamento para alimentação escolar foi ampliado em R\$ 400 milhões, totalizando R\$ 2,1 bilhões, sendo que 30% deverão ser aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar.

A compra também fica dispensada de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os do mercado local e os produtos atendam normas de qualidade, uma alternativa para isentar as prefeituras de fiscalização direta dos produtores locais.

Mas cabe dizer que mesmo com todas estas possibilidades e quase 4 anos da aprovação da lei, a participação desses na aquisição de alimentos para o mercado institucional do município teve um sutil aumento, mas pouco se avançou nesta política quando se trata da compra efetiva de pequenos produtores ou assentados do município de Araraquara.

Muito respaldado pelo problema de associações de pequenos produtores não possuírem a DAP jurídica, e por isso não podem concorrer às licitações nem tão pouco vender para a merenda.

Esta dificuldade se coloca como um entrave bastante significativo, já que esbarra novamente na burocracia. A não existência de grupos formais impede a compra direta, e a verba advinda da merenda não pode ser repassada, o que resulta em um impasse (GOMES e ALMEIDA 2012).

Impasse que se torna ainda mais preocupante já que não representa um entrave local, mas estadual, conforme dados mostrados na pesquisa INCRA/UNIARA 2011 sobre a questão do desenvolvimento regional local dos assentamentos estaduais.

Esta pesquisa realizada em 43 assentamentos dos 110 do Estado mostrou, no que tange aos Programas Federais de comercialização, destinados aos pequenos produtores ou aos assentados, o PAA e a venda para Merenda escolar tornou-se um dos canais mais seguros para garantir o escoamento dos produtos agrícolas destas áreas rurais e o grande

fomentador da diversidade agrícola nestas áreas. Estes têm sido o grande elo para compatibilizar o ciclo Produção – Comercialização – Renda nos assentamentos, já que tanto os assentados quanto os produtores rurais sentem certa segurança na relação produção e escoamento pelos programas.

No entanto, a pesquisa demonstrou que um entrave ainda maior que pode romper esta confiabilidade e provocar ruptura no processo de diversificação nos assentamentos. São as questões relativas à irregularidade das associações repassarem o dinheiro para os assentados. Se de um lado, as prefeituras exigem a DAP jurídica dos produtores para garantir a venda e o processo de prestação de contas mais facilitado, de outro as associações (segundo inúmeros depoimentos a pesquisa INCRA/UNIARA 2011) locais em alguns casos desviavam ou simplesmente não repassavam o dinheiro vindo do pagamento do PAA ou da Merenda e os assentados chegaram a ficar 14 meses sem receber.

Um dos depoimentos registrados com um diretor de associação do assentamento de Itapetininga (2011) informou que o repassaria da verba se dava em 15 dias após a entrega dos produtos e a associação logo em seguida repassava o dinheiro para os assentados. Neste caso, ele mesmo depositava na conta dos produtores. Isso demonstra o conjunto de entraves que vão sendo construídos ao longo da rede que muitas vezes impedem que o projeto ou lei constituídos de maneira correta ao final da cadeia não consiga chegar aos objetivos iniciais.

Em outros casos os assentados não conseguem entregar para o PAA porque sua cota já foi encerrada ou porque a prefeitura local tem uma oferta muito grande, isto é comum em cidades pequenas que possuem um grande número de pequenos produtores ou assentados. Em outros casos ainda, a boa vontade local, para compra especialmente para merenda pode integrar fortemente os assentamentos ou isolá-los cada vez mais. Neste caso algumas prefeituras fazem exigências absurdas sobre o produto dos assentados como padronização do peso, do tamanho ou até a certificação de orgânica dos produtos. Exigências que mascaram, muitas vezes, as opções da prefeitura priorizar terceirizações na compra da merenda.

É importante dizer com relação específica aos programas da rede SAN do município de Araraquara, alguns entraves foram superados e outros ainda permaneceram. Como indicado no quadro abaixo:

Quadro 2: Entraves Institucionais: permanências e superações.

Entraves levantados durante a pesquisa de 2007/2008	Entrave que permanece em 2010/2011	Entrave Superado
1. Agricultores familiares não revelam dependência de rotina para a entrega do PAA.		Superado- há um grande número de produtores que estão fazendo entrega para o Programa.
2. Os recursos do governo federal, por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal), são fundamentais para o Banco de Alimentos e Restaurante Popular e Merenda Escolar (no caso dos alimentos hortifrutigranjeiros).	Permanece	
3. Os agricultores familiares necessitam de instrumentos locais de articulação e de dependência de rota para o crescimento dessas alternativas (ou do programa, desde que estas atividades sejam mantidas após a troca de prefeito no final de 2008)	Permanece em parte, há um maior número de equipamentos e funcionários para facilitar a agilidade dos programas, mas há problemas com a compra de produtos vindos da agricultura familiar para a Merenda.	Superado em parte
4. Os agricultores familiares sofrem com o conjunto de exigências do PAA, o que causou a queda do número de agricultores familiares participantes de Araraquara.		Superado, há exigências por parte do programa, mas os assentados estão entregando.
5. Processos burocráticos por parte da administração local e do Governo Federal e a falta de agilidade e clareza no processo de renovação de contratações levam produtores a se desvincularem dos projetos.	Permanece, no caso da Merenda.	
6. Falta de informatização dos dados de controle de produtores e produtos fornecidos		Está sendo superado com a contratação de funcionários.
7. Dificuldades dos produtores em levar o produto até a Coordenadoria	Permanece em partes	Superado em partes. Há mais um caminhão que auxilia na busca, mas este

		problema a secretaria não tem como resolver, já que o programa não prevê a busca dos produtos.
8. Falta de organização em cooperativas e outras formas associativas	Permanece	
9. Número de funcionários restritos.	Permanece em parte, apesar das contratações, o número de funcionários ainda não é suficiente,	Permanece em parte
10. Morosidade dos pregões da Merenda Escolar	Não identificado	Não identificado
11. Atraso no pagamento de fornecedores	Permanece	
12. Ausência compra direta de produtores da região	Permanece no caso da Merenda	
13. Deficiências do sistema de compras inibem as participações de agricultores familiares	Permanece no caso da Merenda	

Fonte: GOMES e ALMEIDA, 2012.

Foi possível salientar que mesmo diante da superação de alguns entraves, há outros maiores que se colocam não apenas em níveis municipais, mas em níveis regionais e nacionais que são considerados como as descontinuidades dos programas pela burocracia, pela falta de sistematização na organização, nos prazos, bem como na clareza e falta de rigorosidade de algumas gestões públicas, tanto estaduais quanto municipais. Por exemplo, um problema comum dos programas da prefeitura de Araraquara é enfrentar a incapacidade da organização, conhecida especialmente pelas dificuldades em adequar os projetos e as prestações de contas ao que é exigido pelo Estado ou Governo Federal, já que em muitos casos, não existem funcionários capacitados para gerir e fazer a prestação de contas exatamente no tempo e sob a forma correta.

Mas, diante de todas estas questões, o PNAE- especialmente a Merenda escolar nos últimos anos 2012/2013 se apresenta como o grande mote incentivador da produção diversificada, tradicional e, especialmente, a articulação de inúmeros grupos e associações locais tanto em assentamentos quanto para pequenos produtores rurais.

4. PNAE: Novos horizontes em cena (Como avaliá-lo frente à diversidade cultural e agrícola dos assentamentos?)

No que tange especialmente ao PNAE temos percebido que houve um avanço na pública voltada para os assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, especialmente porque tradicionalmente, a prefeitura de Araraquara tem se utilizado dos programas da rede SAN, apesar dos entraves, para o aumento na qualidade de alimentos distribuídos nas escolas e inclusão dos assentados nos programas, pelo fato da horticultura e fruticultura serem os cultivos mais fortes na região. Este programa desponta como principal da rede SAN no que tange às vantagens oferecidas para os agricultores rurais, já que representa uma possibilidade rentável a mais e superior ao valor máximo de entrega por produtor comparado ao PAA.

Faz-se necessário para aprofundar a avaliação deste programa frente questões que não envolvem apenas os aspectos de efetividades e entraves, mas temas que se encontram no patamar da confiabilidade, na coesão, e na autorealização dos participantes da rede. Aqui, cabe analisar primeiro como ficam as relações entre a gestão do programa e a relação entre associados frente às inúmeras exigências burocráticas como a DAP jurídica e a organização das associações diante da desarticulação dos próprios assentados? E segundo, como as escolas rurais (no caso específico a Hermínio Pagotto) lidam com o que são oferecidos às crianças na rotina do cardápio frente às propostas de diversificação agrícola, etnobotânica e cultural da proposta pedagógica escolar.

Para compreensão e entendimento destas questões é importante localizarmos o caso da escola Hermínio Pagotto do assentamento Bela Vista do Chibarro e como tem se dado a relação da mesma com o programa PNAE.

A escola deste assentamento segue a proposta pedagógica de Escola do campo, em que há uma grande adaptação do projeto pedagógico para atender às especificidades do campo de modo a valorizar a cultura local, a sustentabilidade, práticas agrícolas tradicionais e diversidade agrícola entre outras características. Para atender tais demandas a escola foi municipalizada em 2011 e o calendário escolar também passou a refletir a realidade do campo. Toda esta proposta entrava em contradição quando as crianças a sair das aulas práticas na horta e mesmo em alguns casos nos lotes de seus pais ou conhecidos sentavam-se no refeitório para merendar. Havia um choque entre o que a professora dizia como sendo de qualidade e típico do local com o que se oferecia na escola.

Até o ano de 2010, as escolas estaduais no município recebiam esporadicamente do Governo Estadual, alimentos pré-prontos como: enlatados de almôndegas, *hamburgers*, feijão e outros pacotes de desidratados para preparo de arroz-doce, canjica e leite, Flores (2012) salienta mais um problema:

Outro exemplo da falha é a maçã, presente nos cardápios e fornecida por produtores da região Sul do país, descumprindo diretrizes do programa. A maçã aparece na pesquisa como fruta de preferência da maioria das crianças, embora seja acompanhada na diversidade das frutas dos cardápios apenas pela banana. Segundo justificativa da Gerência de Nutrição, além de suas propriedades nutricionais, a facilidade de manuseio por parte dos beneficiários é considerada na elaboração dos cardápios e inclusão nas listas licitatórias. Porém, frutas regionais como a manga, que poderiam ser incluídas na época de produção, têm componentes nutritivos similares e não são aproveitadas, bem como a mandioca, castanhas e oleaginosas, as quais não constam dos cardápios. A laranja, riqueza produzida em grande escala na região, aparece em forma de suco sem que seja oferecida diariamente aos alunos, mas sim, duas a três vezes na semana (FLORES, p.21, 2012).

Ocorre aqui um choque de ideias entre o que se valorizava dentro da escola e da casa das crianças com o que efetivamente se colocava na merenda e com o que as crianças assistiam nos meios de comunicação de massa.

Neste contexto, vale abrir um parêntese para a questão do que as crianças passaram a consumir, mas neste contexto, como material intelectual e formativo. A partir deste mesmo ano a prefeitura padronizou os livros das escolas municipais adotando o material didático do SESI- material preparado para valorizar uma concepção industrial e produtivista e por consequência acaba por desconstruir a experiência do projeto de Escola do Campo na medida em que o método adotado ocupa uma grande parcela da formação das crianças assentadas (PAVINI, 2012, GOMES, 2013).

Com relação à merenda, hoje houve uma mudança. Cada escola estadual passou a receber semanalmente os alimentos perecíveis, e mensalmente, os secos, ou não perecíveis da Gerência de Abastecimento. No entanto, a Gerência de Nutrição não se mostra contrária ao oferecimento dos alimentos pré-prontos e continuam a ser oferecidos na escola, divergindo dos princípios que rezam o PNAE sobre respeito aos costumes e produção locais e alimentos frescos, considerando-se a diversificação e riquezas agrícolas da região. Porém, segundo a análise de Flores (2012) as diretrizes de sustentabilidade verbalizadas em seus eixos não são respeitadas, sendo até mesmo desconhecidas pelos

sujeitos executores do programa. Além disso, em estudos anteriores foi identificado que desde verduras, frutas à farinha são originários de fornecedores ganhadores de licitações.

Problema este que poderia ser corrigido com políticas de incentivo aos pequenos produtores locais, considerando que municípios vizinhos adquirem alimentos de produtores araraquarenses para a merenda de seus beneficiários do programa, como é o caso da prefeitura de São Carlos já salientado anteriormente. (ALMEIDA, 2011, FLORES et al 2012).

A questão que ainda se coloca para análise com relação a efetividade do programa do PNAE não se localiza somente na gestão municipal, mas na própria articulação dos assentados para a exigência da retirada da DAP.

De um lado, temos um grupo de assentados que são favoráveis ao plantio de cana em “parceria”- se preferirmos usar o termo correta diríamos em integração- com a Usina Tamoio. E, de outro, os assentados que acreditam na produção diversificada e típica da região. Os valores divergentes sobre a finalidade das associações vão aos poucos fragmentando a coesão social do grupo, dificultando que a rede dos programas da SAN seja melhor estruturada.

Fato que poderia ser resolvido de um lado, com um maior conhecimento por parte dos gestores de que há necessidade do cumprimento de leis como a nº 11.947/2009, que subsidia o eixo social da inclusão e de produções agropecuárias locais não aproveitadas, como carnes, frutas, cereais dos produtores locais. As exigências de tamanho e forma acabam levando a escolha de produtos perfeitos como verduras, frutas, legumes para cumprimento de contratos que camuflam sistemas produtivos convencionais que levam ao intenso uso de agroquímicos e a degeneração do meio ambiente e que vão na contramão de procedimentos ecologicamente corretos. E de outro, temos os assentados que produzem culturas tradicionais e regionais típicas que enfrentam dificuldades em inserir e escolar seus produtos nos mercados locais e nos programas pelo fato de desconhecer os caminhos para eles e mesmo pela assimetria de informações que envolvem os assentados, gestores municipais e órgãos responsáveis pelos próprios assentamentos como INCRA e ITESP.

5. Considerações finais: Caminhos para se pensar o futuro

Finalmente, a partir desta perspectiva e na análise na rede SAN destacamos neste artigo o Município de Araraquara como um estudo de caso significativo para analisar como

o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem garantido ou não a alimentação de qualidade de seus alunos. Tendo como base de referência quatro anos da Lei nº. 11947 que exige dos municípios a compra de pelo menos 30% dos alimentos destinados à merenda escolar de pequenos produtores ou assentados rurais. O estudo deste município como aporte da pesquisa se destaca pelo fato da cidade possuir dois assentamentos de grande porte que de um lado, oferecem produtos agrícolas e processados diversos e de outro por conter escolas com um número significativo de alunos que geram demanda por produtos de qualidade

Os projetos de escoamento como o PAA e Merenda escolar deram sinais nos últimos anos (Pesquisa INCRA/UNIARA, 2012) de um caminho possível, ainda que existam problemas na relação dos produtores rurais com as associações, as quais muitas vezes lançam mão de esquemas duvidosos de procedimento, deixando o assentado muitas vezes aprisionado às armadilhas da burocracia.

Entretanto, a realidade demonstra que quando o Governo, seja federal ou estadual, cria políticas de fato voltadas para a inclusão econômica da população – neste caso para os assentados- no circuito do abastecimento alimentar a resposta é positiva como demonstra a pesquisa com relação à participação e ao conhecimento que os assentados possuem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

Não existe uma fórmula final, mas uma boa articulação entre poder público, bem como, uma rede coesa de comunicação e esclarecimentos evitam assimetria de informação e geram qualidade de vida; gestores que em pouco tempo demonstram perspectivas de eficácia dos programas. Neste sentido, os parâmetros de eficácias dirigidas a assentamentos têm que levar em conta as perspectiva de continuidade ou não de gestões públicas, o que pode gerar novos impasses.

Invertendo concepções exclusivamente monetárias de renda, os assentados produzem alimentos para suas famílias, melhorando sua condição de vida por fora dos circuitos capitalistas. Concomitantemente, eles comercializam sua produção alimentar (como nos casos mais abrangentes do leite, das hortaliças e da mandioca), certamente, de maneiras que podem e devem ser aprimoradas, o que não significa que se deva alterar esse dinâmico equilíbrio, expresso nos dados que revelam que a maior parte da produção agrícola dos assentamentos têm tanto uma destinação comercial quanto para o autoconsumo, o grande elo entre a produção agrícola e a segurança alimentar do país.

Referências:

- ABRAMOVAY, R Para uma teoria dos estudos territoriais. In. ORTEGA; NIEMEYER. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. UFRGS Editora. Porto Alegre, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo (2001). Conselhos além dos limites – **Estudos Avançados** – Instituto de Estudos Avançados – setembro/dezembro, pp. 121-140.
- ALMEIDA, L. M. M. C. Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2009. 220 p. **Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país da FAPESP**.
- ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, et al. Public policies and food security and family farming networks: contributions to the construction of effectiveness indicators. Estudos da sociedade e agricultura, Scielo Social Science, vol.3 (versão online), p. 205-235, 2007. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php/script_sci_serial/pid_1413-0580/ing_en/nrm>.
- ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, et al. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de um experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, v. 1, p. 157-194, 2008.
- ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectivas, 1992.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº. 101, 4 de maio de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de maio de 2000.
- CHONCHOL, J. A soberania Alimentar. 2008. Tradução de Gênese Andrade. O original em espanhol – "La soberania alimentaria" – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta. Publicado originalmente em *Cultura, Sociedad e Historia Contemporánea, Revista del Doctorado en el Estudio de las Sociedades Latinoamericanas*, Santiago do Chile, Universidad Arcis, **Editorial Arcis**, 2002, pp. 269-290.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta, et al. Relatório de Pesquisa Estadual de assentamentos e quilombos - pesquisa INCRA/UNIARA Nº 100000/2010. Araraquara, 2012.
- FLORES, T. M.C. Programa Nacional de Alimentação escolar no Município de Araraquara-SP: efetividades, entraves e diferenciações entre Unidades Escolares. Revista Raízes, 2012.

FONSECA, A. Avaliação de políticas sociais: o desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, 2005.

GOMES, Thauana Paiva de. **Mulheres do Campo, patrimônio e gestão escolar**: um estudo voltado às práticas tradicionais e equidade de gênero em escola de assentamento rural de Araraquara. Projeto de Doutorado- UNESP-Fclar, 2013.

GOMES, Thauana Paiva de, et al. A Formação de uma Rede de Políticas Públicas de Segurança Alimentar de alta Coesão Social no Município de Araraquara-SP: continuidades e descontinuidades com as mudanças de governos. 5º Encontro de Rede de Estudos Rurais. In: **Anais 5º Encontro de Rede de Estudos Rurais**, 2012.

GOMES, Thauana Paiva de, et al. Rede de Políticas Públicas de Segurança Alimentar no Município de Araraquara-SP: continuidades e descontinuidades. IV Jornada de Assentamentos Rurais. In: **Anais IV Jornada de Assentamentos Rurais**, Campinas 2011.

KOLLING, E.J. et al (orgs). Educação no Campo: identidade e Políticas Públicas (cadernos Por um Educação Básica no Campo No. 4), Brasília, articulação Por uma Educação Básica no Campo, 2002.

MALUF, R. (org.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas; IE/UNICAMP, 2000.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, NEPA/UNICAMP, Campinas, vol. IV, p. 66-88, 1996.

NABUCO, M. R.; PORTO, S. I. Como planejar e executar o alimentar municipal. In: BELIK, W. MALUF, R. S. (org.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP. 2000, p. 209-234.

NAVARRO Yañes, C. “El nuevo localismo. Municipios y democracia en la sociedad global.” Córdoba, Diputación de Córdoba, 1998. 178 p.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone**. Touchstone, Rockefeller Center, USA, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 8. Edição. Ed Cortez, SP, 2001.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002 – Abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, 2007.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA EM DOIS ASSENTAMENTOS DIFERENCIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Antonio Wagner Pereira Lopes¹, Unicamp
Wagnerlopesgo@gmail.com
Maristela Simões do Carmo²
GT3: “Questão Agrária”

Introdução

O presente artigo visa proceder ao mapeamento de práticas e sistemas agrícolas em assentamentos da região de Araraquara e de Ribeirão Preto – no tocante à produção, à alimentação, à relação com os recursos naturais – discutindo, através das mesmas, perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural.

O referido mapeamento propõe-se a conhecer o perfil da estrutura produtiva, o padrão tecnológico adotado, o estado de conservação e o manejo dos recursos naturais, a organização e processamento da produção, a utilização ou não de insumos químicos, o envolvimento de mão de obra familiar, as estratégias de comercialização, enfim caracterizar os sistemas agrícolas nos assentamentos.

Visa, igualmente, acompanhar o processo de produção dos alimentos, a relação com o autoconsumo, as questões relativas ao emprego e à renda dos membros das famílias. Tem sido adotada na condução da pesquisa, metodologias participativas, através das quais foi construída uma relação de confiança com as famílias dos assentados, o que permitiu o acompanhamento do cotidiano dos assentamentos, em diferentes momentos do trabalho, produção e comercialização.

¹ Doutorando em Engenharia Agrícola na Feagri/Unicamp.

² Professora Adjunta da Unesp/Botucatu e colaboradora na Pós-Graduação em Engenharia Agrícola Feagri/Unicamp.

Breve caracterização do Referencial Teórico

Apesar da intensa e significativa produção científica voltada aos assentamentos rurais, são poucos os estudos que têm se voltado especificamente para expressões de práticas agroecológicas em tais experiências – na área de produção de alimentos, de recuperação de áreas degradadas, nas práticas de autoconsumo.

Talvez isso se explique porque os modelos de desenvolvimentos que são implantados nos assentamentos rurais tenderam, por longo tempo, para uma agricultura convencional. É o caso da política de assistência técnica que prioriza projetos convencionais e a integração aos complexos agroindustriais. Apenas mais recentemente, os órgãos gestores e os movimentos sociais vêm acenando para a importância da Agroecologia na agenda de desenvolvimento dos assentamentos. No que se refere às políticas públicas brasileiras, o INCRA tem divulgado publicamente que a Agroecologia está no centro da sua política de desenvolvimento dos projetos de reforma agrária, embora os avanços sejam tênues e impossibilitem falar da efetiva inserção da Agroecologia na agenda deste órgão gestor.

Comprovadamente, o padrão de desenvolvimento da agricultura brasileira tem passivo significativo na degradação dos recursos naturais. Seria preciso um novo modelo tecnológico e soluções diferentes das técnicas conservadoras implementadas nos moldes de agronegócios atualmente dominantes.

Em sua pesquisa em assentamento do Estado de São Paulo, Carmo (2003) descreveu uma preocupação “insignificante” com o meio ambiente: “Isso não poderia ser diferente uma vez que todo sistema produtivo agropecuário, tanto tecnológico quanto financeiro, se apoia na idealização do que se convencionou chamar moderno”³ (CARMO, 2003: 307).

Entretanto, o papel da Agroecologia como alternativa para a viabilização econômica e social da agricultura familiar tem sido demonstrado e reconhecido. As respostas positivas que os sistemas agroecológicos vêm apresentando dizem respeito não só ao aspecto tecnológico, como também à revalorização da condição de produtor e à recomposição da identidade cultural da agricultura familiar, essencial à sua sobrevivência.

³ CARMO, Maristela Simões do. Assentamentos Rurais em São Paulo e a Agricultura Sustentável em um Enfoque de Redirecionamento de Perspectivas. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira et all. **Dinâmica familiar produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: Feagri/Unicamp; Araraquara, SP: UNIARA, São Paulo, SP: INCRA, 2003.

As práticas agroecológicas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de produção a partir de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão às culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos. Na região de Araraquara predomina o complexo canavieiro, que exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais (FERRANTE, 2009). No entanto, apesar da entrada do plantio de cana como estratégia produtiva nos assentamentos, persiste uma produção diversificada que atende aos mercados locais (das próprias famílias assentadas) e regionais.

Assim, toma-se a diversificação como referência para estratégias alternativas de desenvolvimento rural que fogem àquelas convencionais e, que se baseiam em produtos diversificados em relação ao rol do que é comumente encontrado (como monoculturas de milho, soja, cana de açúcar, gado leiteiro extensivo etc.) e em tecnologias de produção de base agroecológica/familiar.

Tais alternativas, muitas vezes, se apresentam de forma coerente e atingem diretamente dimensões culturais, sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento rural nos assentamentos.

As estratégias de diversificação podem gerar autonomia para os assentados, em pelo menos alguns aspectos: não depender da comercialização de um único produto agrícola e também de um único canal de venda; a agricultura praticada assume características tradicionais, com o uso dos recursos disponíveis localmente, de forma que os assentados possam deliberar sobre a melhor prática a ser utilizada; e de como esta produção pode prover a alimentação da família e entrar, sem tantos entraves, no circuito da comercialização.

O desdobramento de tais práticas leva a uma maior diversificação nos lotes. Segundo WHITAKER (2003), os mosaicos formados com o desenho dos assentamentos são a expressão de heterogeneidade do espaço, sendo que a construção deste espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes (sendo cada lote um pedaço do mosaico). Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que antes de serem assentamentos eram monoculturas. Além disso, há hipótese de que as práticas agrícolas empregadas na produção de alimentos próprios podem estar relacionadas às práticas princípios agroecológicos. Por isso, podem ser pensadas como um ponto de partida para a adoção da Agroecologia como expressão de um novo paradigma para o desenvolvimento rural.

Um fato social importante, que merece destaque, ocorre com tais excedentes de alimentos que se inserem em redes de trocas e doações de alimentos no interior dos assentamentos, entre as famílias, principalmente envolvendo aquelas mais carentes que não produzem para seu sustento. As famílias que porventura se encontrem na situação de não ter garantido o acesso a uma alimentação mínima, dependem que nos lotes dos vizinhos, ou de seus familiares e amigos, tenha uma produção de alimentos cujo excedente possa ser por elas aproveitado. Isso ocorre em troca de serviços na terra ou em outras atividades, ou mesmo por relações solidárias de doações.

Embora seja uma característica inerente para a reprodução social dos pequenos produtores, vem se tornando complementar, na medida em que cresce a necessidade de integração às agroindústrias e as opções por cultivos comerciais. A diversificação acaba ocupando um pequeno espaço no lote agrícola em comparação com estratégias produtivas convencionais, bem como nas agendas políticas. Mas as produções para o autoconsumo são estratégias do pequeno agricultor para depender o menos possível de insumos e alimentos pelos quais tenha que desembolsar recursos financeiros. Assim também acontece quando o chefe de família evita contratar diaristas, para não ter custos monetários, usando ao máximo a mão de obra disponível na família. Isso é uma condição básica de reprodução da condição de pequeno produtor frente às condições de mercado.

Por sua vez, a disseminação da Agroecologia exige a transformação do paradigma imposto pela modernização agrícola, baseado na excessiva especialização dos sistemas produtivos, na dependência de insumos externos de custo elevado e na eliminação das atividades de produção para autoconsumo. Implica em mudanças político-culturais profundas, pois trata-se de estabelecer novas relações sociais e com a natureza, de rever cálculos econômicos tradicionais, de redesenhar formas estabelecidas de produzir, processar e comercializar. Além disso, há a necessidade de considerar os passos da transição agroecológica, cujas dificuldades impedem, na maioria dos casos, a redefinição da matriz energética dos sistemas agrícolas, porque nos primeiros anos, a aquisição de renda pode ser menor e, por outro lado, pode exigir uma mudança cultural de práticas agrícolas nem sempre tão simples.

Por outro lado, a pesar favoravelmente no caso de transição agroecológica na agricultura familiar, conforme CAPORAL e COSTABEBER: “a agricultura de base familiar é mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, tanto pelas

características de mais ocupação de mão de obra e diversidade de culturas (...) quanto pela sua maior capacidade de proceder ao redesenho do agro ecossistema” (2003, p.141).

No plano teórico, um discurso quase irreparável: a Agroecologia deve ser priorizada nas práticas agrícolas e seus princípios são desenvolvimento rural sustentável, compatível com a preservação do meio ambiente, gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural, adoção de metodologia participativa, equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia, contribuições para a segurança e soberania alimentar e nutricional. De outro, uma realidade bem diferente: as estratégias de produção/reprodução dos assentados são criadas por eles, individual ou coletivamente, muitas vezes por influência de conhecimentos tradicionais, através dos quais constroem e reconstróem lógicas de produção do consumo, de troca, praticamente independentemente da assistência técnica, a qual permanece como um agente periférico, ainda que necessário, face aos entraves e perspectivas que perpassam a vida dos assentados.

Concepções atrofiadas de transição agroecológica, sem uma adequação ao agro ecossistema onde se atua, deturpações na concepção e prática da segurança alimentar são alguns dos exemplos a demonstrar a pouca coerência em relação à concepção do padrão de desenvolvimento implícito nas ações das políticas públicas.

Na verdade, estamos longe de concretizar a adoção de princípios da Agroecologia na direção do desenvolvimento rural sustentável; ao contrário, muitos elementos da prática histórica da Extensão Rural que contrariava qualquer princípio de metodologia participativa ainda se mantêm.

Nas palavras de Caporal e Costabeber (2002) “... ainda se observa uma enorme força de inércia que faz com que os serviços sejam pautados por velhas práticas difusionistas, usando as obsoletas metodologias de extensão que, se foram úteis para a etapa de introdução da “modernização conservadora” mostram-se ineficientes e inadequadas quando se preconiza a necessidade de uma nova Extensão Rural, baseada no enfoque agroecológico” (p.5).

Em síntese, os avanços preconizados pela nova lei da Ater ainda estão no plano das virtualidades. Principalmente, pela descontinuidade nos serviços e descapacitação técnica.

Na contramão das previstas metodologias participativas, convive-se com contratos com empresas terceirizadas, de curto prazo que acabam por impor aos assentados um pacote de métodos e normativas, sem qualquer consequência para uma ação de apoio à

transição de um modelo de produção agrícola convencional para um modelo de produção agrícola alternativa.

Entretanto, a diversificação agrícola e práticas a ela relacionadas são sinais evidentes de que há perspectivas, ainda que limitadas, de novas alternativas para os assentamentos rurais.

Metodologia e estratégias de pesquisa

Em primeiro lugar, foram feitas várias visitas para se ter uma visão geral dos assentamentos, o que foi conseguido através de muitas conversas informais, de preparação do solo e semeadura até a embalagem da produção para comercialização.

Depois deste período de reconhecimento, foi iniciada a aplicação de um questionário voltado basicamente ao sistema produtivo, ao trabalho familiar, às práticas agrícolas, à utilização de insumos internos e externos aos agroecossistemas, condições de infraestrutura, ao financiamento da produção, à assistência técnica e formas de comercialização.

De início, seriam investigados, no assentamento Bela Vista do Chibarro, o grupo da horta e, no Sepé Tiarajú, os assentados da Cooperecos, uma das quatro cooperativas existentes no assentamento.

O trabalho de campo ampliou-se, no assentamento Bela Vista do Chibarro, do grupo da horta, passou-se aos produtores individuais de hortaliças, ao grupo da palha, ao grupo contrário à cana, a partir da indicação dos informantes iniciais. No Sepé Tiarajú, foram entrevistados assentados pertencentes a outras cooperativas.

Por outro lado, constatou-se a impossibilidade de se realizar itinerários técnicos com os assentados, respeitando-se a metodologia indicada para tal procedimento. Questões sobre as principais etapas produtivas foram inseridas nos questionários.

Optou-se por uma metodologia participativa e, além do questionário, foram feitas anotações em diários de campo, metodologia privilegiada por permitir, no momento em que conversas são travadas em meio a espaços agrícolas dos lotes, a leitura do espaço, que permite descrever as práticas familiares e específicos manejos na terra.

No total, tem-se dados de 50 assentados, sendo 31 do Bela Vista do Chibarro, e 19 do Sepé Tiarajú. O número não foi decorrente de uma amostra estatística, mas foi produto das

diferenciações produtivas encontradas, ultrapassando o que seria definido como um percentual de amostra em moldes estatísticos.

Foram entrevistados, no Bela Vista do Chibarro, todos os integrantes do grupo da horta Pedra d'água seis, nove produtores individuais de hortaliças (somando 15), seis assentados do grupo da palha e dez que não aderiram à parceria com a cana. No Sepé Tiarajú, foram aplicados questionários em dez famílias da Cooperecos, mais três famílias de cada uma das outras três cooperativas.

As anotações em diários de campo complementaram as questões cotidianas vivenciadas no lote, as quais via, de regra, escapam aos questionários. Por exemplo, a observação de como o assentado faz o sistema de irrigação, como é construída a parceria, o consorciamento de culturas, as experiências de mutirão, as trocas de produtos entre assentados.

Ainda no campo da metodologia, decidiu-se fazer coletas dos solos e análises da sua fertilidade, demanda que partiu dos próprios assentados que descobriram os níveis dos nutrientes e queriam saber mais sobre o perfil do seu solo.

Em vista disto, foram coletadas, por mim, em conjunto com os assentados, 50 amostras dos dois assentamentos – de 0-20 cm. Foram coletados 15 sub-pontos para se ter uma amostra homogênea.

Depois das amostras coletadas e codificadas, as mesmas foram enviadas ao Programa de Análises da Fertilidade do Solo da UFSCAR, Araras. Os resultados dos boletins serão entregues aos assentados e darão parâmetros de ações necessárias para recuperação do solo.

Concluindo estes esclarecimentos de caráter metodológico, resta-nos reiterar que não se pretende fazer uma análise comparativa entre os dois assentamentos, são dois estudos de caso que, em suas semelhanças e diferenças podem nos dar reflexões importantes sobre a relação entre os assentamentos diferenciados em PA e PDS e os caminhos do desenvolvimento rural.

Fragmentos da caracterização dos assentamentos investigados

Bela Vista do Chibarro, um P.A constituído em 1989 nas terras da usina

O Assentamento Bela Vista do Chibarro está localizado no município de Araraquara/SP, como referido. Foi declarado de interesse social, para fins de reforma

agrária pelo Decreto 97. 660, em 13 de abril de 1989. Atualmente, moram no local 211 famílias divididas no mesmo número de lotes.

Este assentamento teve, em seus momentos históricos, importância em relação à região na qual está inserido, pois, está constituído nas estruturas remanescentes de uma antiga fazenda do café, chamada Bela Vista do Chibarro estabelecida em fins do século XIX, na segunda metade da década de 1870. Em agosto de 1934, a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio), sendo sua estrutura física aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão de obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram ocupadas por trabalhadores rurais bóias-frias e desapropriada pelo (INCRA) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no ano de 1989. No início, apesar de ter 171 famílias, apenas 69 ocuparam a área⁴. Essas famílias foram pioneiras e entraram no assentamento sem passar por critérios de seleção. Dentre elas, as primeiras a entrar foram aquelas que estavam acampadas na Fazenda Monte Alegre e outras que estavam irregularmente no núcleo III do assentamento da mesma fazenda, situada no município de Araraquara-SP. Essas famílias pioneiras entraram no assentamento Bela Vista em maio de 1989. Por esse tempo, o controle do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara (sempre que nos referimos a esta organização utilizamos a designação Sindicato) sobre a entrada das famílias no assentamento e tudo que acontece na fazenda Bela Vista era quase total (ROSIN, 1997; CAIRES, 2011).

As três comissões, que se sucederam em função da chegada de novos grupos, eram compostas pelos assentados. As dissoluções e montagens dessas comissões também foram processos conflituosos, tendo sempre como mediador o Sindicato.

Divergências internas motivaram a desagregação das duas primeiras comissões e uma terceira foi formada em 08 de Julho de 1989, tendo por objetivo fundamental representar os trabalhadores nas negociações da Bela Vista. Ficou definida no ato de fundação dessa

⁴ Das 69 famílias ocupantes da área no ano de 1989, 14 são de antigos moradores da Usina Tamoio, 11 são procedentes de um acampamento montado na Fazenda Monte Alegre, 1 família veio do assentamento III da fazenda Monte Alegre, 3 vieram da Sertãozinho, Estado de São Paulo, outras 3 famílias vieram de Piracicaba, também no estado de São Paulo, 8 famílias vieram de Matão, estado de São Paulo, 7 vieram de Ribeirão Bonito, estado de São Paulo, 1 família veio de Guariba, Estado de São Paulo, 14 famílias são procedentes do assentamento Val Formoso no município de Sete Barras, Estado de São Paulo, 4 famílias vieram do município de Salinas, Estado de Minas Gerais, 1 família veio de Guaxupé, Estado de Minas Gerais e 2 famílias vieram de Indianópolis, também no estado de Minas Gerais (ROSIN, 1997).

comissão e, de acordo com os assentados e o Sindicato, a sua provisoriedade. A formação da comissão permanente que viria substituí-la ocorreu em abril de 1990.

Com o passar dos anos de assentamento, com os variados problemas estruturais, políticos, econômicos e sociais, constituem-se diversos grupos de produção e resistência pelas famílias assentadas no assentamento Bela Vista, perpassando os grupos iniciais e levando-se em conta a vida cotidiana na comunidade que se formava, as relações de parentesco, amizade e vizinhança.

Desde a implantação do assentamento, existe uma escassez de capital próprio e a insuficiência de recursos de crédito de custeio, acidez do solo e até a interferência de fatores naturais como estiagem e chuvas que comprometem bons resultados na produção. Além dessas condições, o tempo entre plantio e colheita é amplo, dificultando uma renda mensal regular para as famílias. A exploração agrícola se dá de forma individual, todavia vários produtores desenvolveram formas próprias de organizações (não formais) com vistas a alcançar uma maior racionalização no uso dos meios de produção.

Segundo o INCRA, o assentamento já foi uma referência no desenvolvimento da reforma agrária brasileira. No início, os agricultores desenvolveram a agricultura dentro dos moldes ditados pelos órgãos do governo, eles se organizaram em cooperativas, buscaram créditos junto aos bancos e compraram máquinas para o trabalho em conformidade diante de seus ideais. Mas não alcançaram bons resultados, as colheitas foram ruins devidos aos vários motivos já referidos e, com isso, os assentados ficaram endividados.

É importante ressaltar que o assentamento está cercado por usinas, as mais próximas são as Usina Zanin (localizada bem ao lado) e a Corona, mas como se não bastasse, Araraquara é uma das maiores regiões sucroalcooleiras do país, tendo outras usinas: Maringá, Santa Maria, Santa Cruz, dentre outras. Igualmente, tem crescido a participação de grupos internacionais nesta região. Esta característica regional favoreceu a entrada da cana no assentamento, pois aqui essa cultura é um produto de fácil comercialização. No entanto, Ferrante (2004) afirma que o desenvolvimento dos assentamentos tem na problemática integração ao sistema produtivo da cana-de-açúcar, o maior polo de conflito, de certa maneira fechando um ciclo de contradições sociais que têm justamente na economia sucroalcooleira, seu principal eixo.

Nos anos iniciais do assentamento, o órgão federal responsável esteve ausente, deixando por conta do ITESP a responsabilidade da assistência técnica. A falta de acompanhamento ocasionou problemas que poderiam ter sido evitados se houvesse, na trajetória do assentamento, uma fiscalização da conduta dos assentados e incentivo a outras alternativas produtivas por meio de políticas públicas.

Em 2003, o INCRA retorna ao assentamento numa tentativa de recuperação e neste ano, foram adotados procedimentos de regularização dos lotes. Porém os assentados não acreditavam no órgão federal por consequência do descaso de gestões anteriores e mantiveram os mesmos posicionamentos irregulares, de modo que o INCRA entrou com ações judiciais de reintegração de posse.

Após a reintegração de posse (2007) foi feita uma avaliação para modificação do tamanho do lote, passando de 6 para 3 hectares, ou seja, criaram-se novos lotes com o assentamento de famílias regularmente aprovadas pelo processo de seleção com a Norma de Execução nº 45/2005.

Apesar do rompimento parcial da parceria com a usina, a colheita da cana continua sendo feita pela mesma usina sob autorização do órgão gestor do assentamento. Por isso, desde 2008, os assentados vivem uma situação indefinida e conflitante, expressa na perspectiva de se cortar ou não a cana de seu lote. Apesar da tentativa de regularização, a situação da cana ainda é muito caótica.

Não obstante, alternativas estão sendo desenvolvidas no assentamento, merecendo destaque as experiências coletivas de cunho familiar na produção de hortaliças. Estas experiências têm apontado outro horizonte para os assentados, pois apresentam formas de desenvolvimento que são coerentes com as perspectivas da agricultura familiar. Todavia, mesmo tendo encontrado um caminho possível para a coletividade, os assentados ainda estão sofrendo a falta de políticas públicas que poderiam fomentar perspectivas para os agricultores.

Em janeiro de 2008, o INCRA informa que os assentados que quiserem regularizar sua situação devem adequar a exploração de seus lotes aos parâmetros da agricultura familiar. Na prática, devem erradicar a lavoura de cana-de-açúcar.

Através da FERAESP começam diferenciadas tentativas de desenvolvimento do assentamento. Vários grupos são organizados: grupo da horta, grupo da vassoura, grupo de suínos, grupo do leite e derivados, grupo do milho, grupo do trator, grupo da farinheira e

grupo da costura. Diante do conflito, os assentados que rescindiram o contrato procuram integrar-se aos grupos. A Federação tinha o apoio direto da Superintendência do INCRA de São Paulo e muitas estratégias foram traçadas com o compromisso de liberação de recursos. Estratégias que, em geral, não se concretizam em ações.

Novos grupos por afinidade são formados, o Grupo Pé Vermelho e Grupo da Palha. O Pé Vermelho foi formado por estudantes da Pedagogia da Terra que queriam realizar o embelezamento do assentamento a fim de melhorar a autoestima dos assentados que estava abalada pelas consequências dos conflitos. O segundo, chamado grupo da palha, ganha destaque pela organização dos produtores desde o plantio até retirada da palha. O milho volta a ser cultivado e a palha passa a ser comercializada para uma empresa de Sales de Oliveira. Estes grupos não fazem parte dos grupos ligados à FERAESP. No caso do Grupo da Palha, a Federação permitiu a formação do grupo, mas exigiu algumas adequações, pois a proposta oferecia condições de desenvolvimento. Basicamente são tais grupos que construíram a base da investigação realizada neste assentamento.

Apesar de não concretizar, de fato, os grupos, a retomada do INCRA resultou na volta da agricultura familiar. Hoje existem no assentamento vários grupos de hortas que são formados em sua maioria por núcleos familiares. Nestas hortas há alimentos que antes não eram cultivados e hoje aparecem em grande diversidade. Nos lotes que não dispõem de água, a diversidade de cultura também tem aumentado e o agricultor tem optado por plantar frutas para fazer a diversificação. Apesar de notarmos sinais do retorno da agricultura familiar ainda há um caminho longo a percorrer para transformar, de fato, o modelo de produção existente no assentamento.

Assentamento Sepé Tiarajú: um PDS na região de Ribeirão Preto

O Assentamento Sepé-Tiarajú, criado em 2004, está localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, distante aproximadamente 30 km da cidade de Ribeirão Preto, o principal município da região. A origem do nome Sepé-Tiarajú se reporta a um índio, herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro. O assentamento abrange atualmente 80 famílias, em uma área de 814 ha, ocupada historicamente pela cultura da cana-de-açúcar⁵.

⁵ O Assentamento Sepé-Tiarajú, está situado nas coordenadas geográficas UTM 235.418-Este e 7.649.532-Norte, em região de transição entre as formações de Mata Atlântica (Floresta estacional semidecídua) e de Cerrado (Cerradão).

O MST, que está na região desde 1998, iniciou, em Abril de 2000, a ocupação da Fazenda Santa Clara⁶, dando início ao acampamento Sepé-Tiarajú.⁷ Refletindo os debates internos a respeito da necessidade de repensar a organização dos assentamentos, com base na cooperação produtiva e na matriz agroecológica, o MST fomentou através de estudos e seminários, junto às famílias do acampamento, diversas discussões sobre um novo modelo de assentamento. Neste processo, os agricultores acampados foram aprendendo e resgatando formas de produzir sem usar agrotóxicos, adotando formas alternativas de adubação e aprendendo a cultivar as próprias sementes. Na prática, a “comunidade” Sepé-Tiarajú foi compreendendo o que é preservar e defender o meio ambiente, vendo-se como parte dele.

O processo de litígio na área se estendeu por um período de aproximadamente quatro anos (2000-2003), até que, após sucessivas ocupações, reocupações e intensa mobilização social em apoio ao acampamento, em 2004, o INCRA, órgão federal de reforma agrária, comprou do Governo Estadual a Fazenda Santa Clara, possibilitando assim o início do assentamento. Devido à forte necessidade de preservação ambiental da área, o INCRA decidiu de comum acordo com as organizações dos trabalhadores sem terra, implantar o assentamento na forma de um PDS, modalidade prevista em norma federal, mas que nunca havia sido implantada no Estado de São Paulo. Esta modalidade de assentamento busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e, ao mesmo, tempo propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente, resgatando a biodiversidade regional.

⁶ A Fazenda Santa Clara, que originalmente pertencia a uma usina de açúcar e álcool, foi arrecadada pelo Governo Estadual em 1992, como parte do pagamento de dívidas dos proprietários junto à Receita Estadual. Segundo os assentados, a ocupação ocorreu porque o Governo Estadual não tomou posse da área e continuou ocorrendo o plantio de cana por empreendedores privados.

⁷ Sepé Tiaraju foi um Cacique guarani que liderou a resistência contra as tropas portuguesas e espanholas, na região fronteira Brasil-Uruguaí, entre 1753 a 1756. Sepé e outros 1500 guerreiros foram massacrados pelos colonizadores. (MORISSAWA, 2001) .



Mapa do Assentamento Sepé Tiaraju

Fonte: Imagem do Google, trabalhada pela equipe do NUPEDOR, 2011.

O PDS é uma normativa do INCRA criada a partir da solicitação dos movimentos sociais, no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicionais, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta modalidade de assentamento foi criada através da Portaria/INCRA n.º 477/99, que define o Projeto de Desenvolvimento Sustentável como “uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área”.

O projeto dessa modalidade tem como base: a) O atendimento das especificidades regionais (extrativismo tradicional, resgatar o valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea etc.) ao invés de considerar apenas o potencial agrícola da terra; b) O interesse ecológico, além do social; c) A valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; d) A concessão de uso da terra, por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e) O interesse ecológico de recomposição do

potencial original da área atendendo à legislação ambiental. Vale destacar que o PDS é um projeto especial de assentamento nos seguintes aspectos: a seleção das famílias deve obedecer a um critério de envolvimento com a defesa de projetos ambientais; a concessão de uso da terra é coletiva, realizada através de uma personalidade jurídica (associação, cooperativa etc.); a produção deve combinar o trabalho familiar com práticas coletivas, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de práticas agroecológicas. O PDS representa, portanto um grande avanço por parte do Governo na busca de um novo modelo de projeto de assentamento que contemple, simultaneamente, sustentabilidade social, econômica e ecológica.

Esta posição do INCRA com referência ao PDS não é consensual. Controvérsias apontam a transferência de um modelo da Amazônia para São Paulo, sem a consideração das condições diversas da biodiversidade. Tais controvérsias serão discutidas ao longo do trabalho.

Nas visitas ao campo foi possível verificar uma diversificação nos lotes, além da preocupação dos assentados com a conservação da biodiversidade, o que pode estar relacionado ao fato das áreas serem constituídas como PDS. Mas é importante salientar que pelo menos nas áreas visitadas e nas conversas informais, há uma estruturação diferenciada na composição dos lotes, tanto no uso racional- ecológico, quanto na busca por alternativas produtivas.

Todos os assentados levantaram como demanda prioritária dentro do assentamento, a questão da distribuição de água. Eles sofrem muito com o abastecimento irregular e informaram que o problema é mais grave pelo fato do cano de abastecimento estar estourado e ninguém ter resolvido o problema.

É um assentamento com 80 lotes, mas, segundo uma assentada, este número já chega perto dos 100, pelo fato de muitos lotes já possuírem mais de uma família morando, ela, por exemplo, disse que trouxe para o seu lote o irmão.

Percebeu-se muita produção de banana, muitas árvores frutíferas, mas pouco gado. Nos lotes do lado de cima da pista (já que o assentamento é cortado por uma rodovia) encontra-se um lote com estrutura de cultivo em sistemas Agroflorestais (SAFs), Sistema Agrofloretal Sustentável produzido dentro de uma área reflorestada pelo próprio assentado. Entre uma árvore e outra é possível encontrar abacaxi, banana, mamão e uma infinidade de outras frutas e plantas.

RESULTADOS PRELIMINARES: pontos a ser aprofundados

- 1- A diversificação agrícola é maior no Sepé Tiarajú, o que se explica pelo menor tempo de sua existência e pelo caráter de sua constituição. As parcerias com os complexos agroindustriais não atravessaram a trajetória do assentamento, como no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro.
- 2- Apesar de a dimensão ambiental ser um divisor de águas entre um P.A constituído em 1989 e um PDS legalizado em 2004, ela não é o fator fundamental das diferenças detectadas entre os dois estudos de caso investigados.
- 3- O fato de o Sepé ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável não é o que o torna um caso diferenciado frente aos outros assentamentos da região, mas muito mais as estratégias familiares frente um conjunto de bloqueios que lhes permitem privilegiar na relação com o assentamento, a construção de liberdades.
- 4- As estratégias individuais e coletivas constituídas pelas famílias assentadas na busca de suas experiências de desenvolvimento no âmbito local e possivelmente territorial demonstram maior densidade no Assentamento Sepé Tiarajú, alicerçadas pelas cooperativas que cumprem bem o papel de intermediar a comercialização e a relação com os programas públicos, como o P.A.A.e o PNAE.
- 5- O P.A.A representa um instrumento importante na perspectiva de desenvolvimento dos assentamentos, tendo maior representatividade no Sepé Tiarajú.
- 6- As relações do assentamento Bela Vista do Chibarro com o poder local sofrem claramente a influencia das relações clientelistas.
- 7- No sistema produtivo da Bela Vista, tem ganhado destaque o grupo da horta formado por seis assentados, sendo cinco da mesma família. Há uma única mulher no grupo que bem representa a transformação, ainda que lenta, detectada nos papéis das mulheres assentadas.
- 8- O esforço em desenvolver práticas de bases agroecológicas é bem superior no Assentamento Sepé Tiarajú, não somente devido à proibição de uso de agrotóxicos, que está prevista em sua constituição e na dos outros PDS.
- 9- Os assentamentos do Bela Vista do Chibarro participam da Feira do produtor, têm postos de vendas nos Terminais de Integração e também vendem a alguns supermercados.
- 10- Os assentados do Sepé Tiarajú vendem no local, tem barracas na estrada rodoviária próxima e vendem.nas prefeituras vizinhas.

- 11- Em ambos os assentamentos, a Prefeitura é mediadora no processo do P.A.A e do PNAE, embora existam diferenças de atuação e bloqueios constatados no atraso dos pagamentos e em outros esquemas dúbios utilizados na questão da merenda escolar.
 - 12- Os tempos de aplicação das políticas são diferentes em um P.A e em um PDS. Na questão da infraestrutura, o P.A. está melhor estruturado, nas questões de acesso a créditos e participação no P.A.A. e no P.N.A.E., o Sepé apresenta um quadro melhor de desenvolvimento.
- Há inúmeros outros fatores a ser avaliados nos estudos de caso investigados. Há que se ressaltar que os dois estudos apresentam bloqueios e perspectivas de desenvolvimento, mostrando claramente a importância da ressignificação da Reforma Agrária.

Referências

- CAIRES, A.C.R. O assentamento Bela Vista do Chibarro em tempos anteriores: vida e trabalho na Usina Tamoio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.2, Nupedor/Uniará, p.95-130, 2011.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade e uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: v. 3, nº 3, julho/setembro, 2002.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.
- CARMO, Maristela Simões do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em enfoque de redirecionamento de perspectivas. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira et all. **Dinâmica familiar produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: Feagri/Unicamp; Araraquara, SP: Uniará; São Paulo. SP: INCRA, 2003.
- FERRANTE, V. L. B e SANTOS, M.P O vai e vem da cana nos assentamentos . **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº09, 2004.
- FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Rurais**, Campinas, v.3, p.10-34, 2009.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.
- ROSIM, L.H. **Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara, 1997.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE NO ESPAÇO RURAL

Benedita da Guia Ferreira Mendes¹
bbeneguia@yahoo.com.br
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

A juventude rural brasileira apresenta-se como uma categoria distanciada e invisível dos jovens urbanos. Além da invisibilidade dos sujeitos da reforma agrária no que se refere aos problemas e necessidades concretas que os envolve, há um distanciamento das políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária. Portanto, o presente artigo é resultado da minha dissertação de mestrado que teve como objetivo identificar as políticas públicas formuladas para os jovens rurais no âmbito do Estado e compreender os impactos da implantação delas na vida dos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú, localizado no município de Serra Azul/SP. Com base na realização de levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas e observações diretas foi possível perceber que os jovens desse assentamento são invisíveis para os envolvidos no processo organizativo, bem como, as políticas públicas existentes estão distanciadas da realidade do assentamento. Ainda que os assentamentos estejam próximos das cidades, a realidade dos assentamentos rurais tem suas particularidades no que tange à sua organização e relação com os movimentos sociais existentes neste espaço. Assim, a educação, o trabalho e o lazer, estão entre os temas mais preocupantes entre os jovens e suas famílias nesse assentamento.

Introdução

O presente artigo tem como intenção apresentar parte da pesquisa realizada no Assentamento Sepé Tiarajú, localizado no município de Serra Azul no Estado de São Paulo, centrando no objetivo de identificar as políticas públicas formuladas para os jovens rurais no âmbito do Estado e compreender os impactos das mesmas na vida dos jovens desse Assentamento.

A aproximação com o Assentamento iniciou-se em março de 2009, cujos primeiros contatos com algumas lideranças se deu no IV Encontro de Violeiros, realizado no Centro de Formação D. Hélder Câmara, em Ribeirão Preto/SP. Em meio às primeiras conversas naquele momento pudemos perceber as inúmeras carências e preocupações dos assentados, especialmente no que se referia aos jovens que na oportunidade já apontavam problemas como a circulação de bebidas e entorpecentes no assentamento.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos

Oficialmente, no Assentamento Sepé Tiarajú desde o início do processo de implantação deste programa de reforma agrária, foram assentadas 80 famílias que totalizavam, aproximadamente, 418 pessoas. Em 2009, no início da pesquisa, o assentamento estava com cinco anos de existência e foi registrada, por meio de uma contagem, a presença de 631 pessoas. Assim, constatamos que o assentamento recebeu neste período 213 pessoas, que classificamos como agregados, ou seja, são filhos, noras, pais, sobrinhos, avós e/ou amigos que haviam mudado para o assentamento e residiam, naquele momento, com seus familiares assentados. Diante da conjuntura apresentada do assentamento, havia aqueles jovens que também foram chegando conforme o crescimento populacional do assentamento, portanto, não fizeram parte desde o início do processo de implantação do Sepé Tiarajú.

O Assentamento Sepé Tiarajú é resultado de uma expressiva articulação, mobilização e reivindicação na tentativa de suscitar a reforma agrária na região de Ribeirão Preto no final da década de 1990, liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, cujo enfrentamento neste período era para a desapropriação de terras públicas que estavam servindo para a monocultura de cana-de-açúcar na região. É neste cenário que o Assentamento Sepé Tiarajú e, conseqüentemente, os sujeitos que nele residiam buscavam alternativas de sobrevivência e permanência na terra.

Os sujeitos entrevistados foram jovens que residiam no Assentamento e, geralmente, com seus familiares, estudavam, trabalhavam e possuíam um vínculo forte com a cidade. Por meio das 20 entrevistas realizadas, foi possível classificar o recorte etário dos jovens que perpassou dentre os 14 a 29 anos de idade, sendo 06 jovens mulheres e 14 jovens homens.

Além dos jovens, foram realizadas entrevistas, também com os familiares, agente do Estado e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O objetivo com essas entrevistas foi de obter informações acerca da visão destes sujeitos sobre as políticas públicas voltadas aos jovens do assentamento Sepé Tiarajú.

A juventude no espaço rural

É perceptível que o rural brasileiro tem enfrentado muitas mudanças nos últimos tempos, especialmente, se considerarmos o ritmo acelerado do crescimento da monocultura alastrada por todo território brasileiro, elevando o país como grande produtor de cana de açúcar e exportador de grãos. Esse acelerado crescimento está designado a, apenas, uma pequena parcela da população, ou seja, para os grandes latifundiários e seus investidores que insistem em propagar que a agricultura brasileira tem contribuído para o desenvolvimento e a modernização do rural. Entretanto, a outra face desse crescimento que corresponde à grande maioria da população que vive, principalmente, no rural não participa desse desenvolvimento e ainda enfrenta as consequências negativas causadas por esse processo como no embate político frente à desapropriação de grandes latifúndios, onde a terra deixa de cumprir sua função social que deveria gerar educação, trabalho e renda para as famílias assentadas.

Além dos problemas acima citados, emerge nos assentamentos rurais a necessidade de acesso às políticas públicas destinadas ao rural, cuja implantação efetiva possibilitaria que as famílias assentadas permanecessem na terra. Entretanto, a realidade apresentada pelos assentamentos rurais tem demonstrado que as políticas públicas têm sido um mecanismo de poucos investimentos pelas instâncias do governo, seja da União, dos Estados ou dos municípios, e isso tem trazido consequências, especialmente, aos sujeitos que dependem destes assentamentos para sobreviver.

Antes de entrarmos na especificidade da juventude rural, faz-se necessário tecer rápidas considerações acerca da juventude. Podemos citar que as questões vivenciadas e experimentadas pelas juventudes brasileiras têm servido de base para analisar essa categoria diante dos inúmeros enfrentamentos com que se deparam os jovens no seu cotidiano como os apresentados por Abramovay (2005), Sposito (2005) Andrade (2008), Durston (1998). Esses autores apontam reflexões acerca da educação, violência e trabalho, que são eixos relevantes, especialmente, em se tratando de juventude urbana. Nota-se que a juventude urbana deixou de ser uma categoria de total invisibilidade aos olhos da sociedade e das instâncias governamentais. Tanto que, atualmente, existem juventudes organizadas e atuantes nos conselhos públicos municipais, secretarias de educação e cultura, onde manifestam suas opiniões e contribuem na formulação das políticas públicas direcionadas às várias juventudes espalhadas por este país. É certo que estes avanços foram

conquistados por meio de um conjunto de ações e atuações da própria categoria da juventude, bem como dos movimentos sociais e dos debates políticos e sociais que deram vazão aos problemas enfrentados pelos jovens brasileiros.

Importante considerar que ao falar em juventude, rapidamente, somos conduzidos a fazer associação com o recorte etário, cujo entendimento permite afirmar ou não que se trata de um jovem. Todavia, Castro (2005) alerta que o:

recorte etário permite pesquisas quantitativas em larga escala e a definição de público-alvo de políticas públicas e deve-se observar os limites destas definições e questionar a naturalização da associação entre juventude e uma faixa etária específica (CASTRO 2005, p.04).

Castro (2005) afirma que “juventude é uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim classificados a um espaço de subordinação nas relações sociais” (p.06). Isto é facilmente perceptível na medida em que a juventude reivindica atuação e participação em instâncias que os adotam como categoria importante para o desenvolvimento das políticas públicas. Ademais, Castro (2005) ressalta os cuidados que se deve atentar aos debates acerca da juventude:

olhar para determinados indivíduos a partir da idéia de que estão numa fase de transição do ciclo-de-vida ou mesmo biológico, transfere para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isto tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (CASTRO, 2005 p. 35).

Para a juventude rural, esses apontamentos feitos por Castro não são desiguais. A semelhança é que o jovem rural está sendo construído a partir de espaço assinalado por condições, muitas vezes, precárias da permanência e sobrevivência na terra, como tem sido demonstrado em pesquisas realizadas nos assentamentos rurais brasileiros. Portanto, compreendemos jovem rural como uma categoria autoidentificada, ou assim identificadas, que habitam o rural e experimentam essa fase da vida como jovens. Assim, para saber sobre as políticas públicas direcionadas aos jovens rurais do Assentamento Sepé Tiarajú foram elencados três eixos que julgamos imprescindíveis na vida dos jovens desse assentamento que são: o trabalho, educação e lazer.

Juventude rural: trabalho, educação e lazer

Embora o interesse por investigação em pesquisas acerca da juventude rural brasileira seja recente, principalmente, tendo enfoques nas questões sociais e culturais, como demonstrado por Carneiro (2005) e também verificado por Castro (2005; 2009), observa-se, que as pesquisas existentes apontam reflexões sobre migração, permanência, sobrevivência, produção agrícola, educação, trabalho, lazer e, outros, temas. Tais abordagens são preocupações que estão inseridas tanto na vida dos jovens como de seus familiares, porém, observa-se que a migração dos jovens rurais para a cidade ou mesmo para outros lugares rurais está entrelaçada com a questão do trabalho, educação e também o lazer.

Partindo destes indicativos e da reflexão apontada por Carneiro (1999) no que tange a migração “temporária” ou definitiva dos jovens rurais, poder-se-ia apresentar uma lista de comprovações. Entretanto, o campo do trabalho tem se apresentado de forma incisiva e desafiadora para estes jovens sujeitos e que nos remete a observar que o trabalho tem servido como “justificativa” para migração da juventude rural do campo. Tal observação pode ser verificada na afirmação de Gontijo (2007) que menciona o seguinte:

A questão do trabalho (ou da sua falta) é a justificativa mais recorrente dos jovens que desejam migrar do campo para a cidade. Nesse contexto, identifica-se um grande pessimismo na avaliação sobre o futuro da agricultura, provocada pelas péssimas condições de trabalho no meio rural, traduzidos no trabalho mal-remunerado, pesado e incerto e, num grande otimismo por parte desses jovens sobre as possibilidades de ascensão sócio-profissional na cidade. (GONTIJO 2007, p. 201).

Neste sentido, considera-se que transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, atingem tanto o campo quanto à cidade e se têm apresentado como um dos maiores problemas para a sociedade contemporânea, principalmente, no que concerne à formação e a inserção dos jovens rurais neste espaço e tornou-se um desafio para todos os agentes envolvidos com a questão agrária, especialmente, porque essa juventude “(...) apresenta-se longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, pequeno produtor familiar, lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos” (Castro 2008, p. 55). Ademais, o jovem rural, também, está entrelaçado aos problemas que existem no meio rural como sobrevivência, permanência ou aquisição do seu pedaço de terra, além da inacessibilidade às políticas

públicas, financiamento e assistência técnica que possibilitariam melhorias nas produções e comercializações nos assentamentos em que residem.

Todavia, o trabalho tornou-se um marco na vida da juventude, pois exprime significados que esta categoria compreende como sendo uma transição para a vida adulta. Isto não é somente por parte dos jovens, mas, também, pelas próprias famílias que veem nesta “imaginável” transição uma possibilidade de ampliar a renda familiar. Neste sentido, Carneiro (2005) menciona que:

as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários precários (CARNEIRO, 2005 p. 243-244).

Portanto, na visão desta autora, pesquisas realizadas sobre a juventude rural que os colocam em posição de submissão aos adultos, mais, precisamente dos pais, contribui para que a juventude rural continue na invisibilidade, principalmente, pelo viés do campo do trabalho.

Não obstante ao trabalho, a educação da juventude rural tem sido amplamente debatida quando o enfoque está direcionado, especialmente, para os acertos e contradições acerca da educação do ou para o campo. A questão educacional é desafio para o Estado brasileiro, principalmente, por ser a população jovem atingido pelos números de analfabetismo no país. Para esta categoria o índice apresentado, segundo Corbucci *et al* (2009), gira em torno de quase 1,5 milhões de analfabetos (p.89). É um contingente significativo, apesar de o acesso à educação ser considerado um direito básico e assegurado na legislação brasileira. Porém, a realidade do país tem demonstrado discrepância no acesso à educação e ao trabalho, cuja categoria jovem é a mais suscetível à este grave problema brasileiro.

Por meio da educação, a juventude rural e seus familiares constroem perspectivas e possibilidades de melhores condições de vida para o futuro, pois, fica subentendido, tanto na visão dos pais como dos jovens que, quanto maior for a formação educacional, maiores serão as chances de obter uma profissão e, conseqüentemente, um emprego. Entretanto, segundo Carneiro (2005) “A valorização do estudo como condição para o jovem do campo conseguir um emprego está, em grande parte, associada ao abandono da atividade agrícola”

(p. 250). Isto é reforçado por meio da educação que os jovens rurais estão recendo nas escolas urbanas onde estão mais em contato com os valores urbanos do que com os valores rurais.

Deve-se considerar que frequentar escolas urbanas tem sido, praticamente, a única alternativa encontrada para formação educacional da juventude rural brasileira, pois ainda são poucos os assentamentos rurais que possuem escolas ou mesmo cursos técnicos que sejam disponibilizados para juventude. Além disto, as escolas rurais apresentam-se como pauta de reivindicações de muitos assentados neste país. Porém, a existência de escolas nos assentamentos não é garantia de ensino de qualidade. A Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PNERA, que retratou a educação nos assentamentos de reforma agrária, apontou o seguinte:

Como ocorre em boa parte da zona rural do Brasil, a maioria das escolas é pequena, construída com materiais inadequados e possui instalações em situações precárias. Cerca de 48% têm apenas uma sala de aula e 22,8%, duas salas. Somando-se as escolas com uma ou duas salas apenas, chega-se a mais de 70% de estabelecimentos. Esse é um dos motivos para que 70,5% das escolas de ensino fundamental atuem com turmas multisseriadas, isto é, várias séries ou ciclos em um mesmo espaço físico, ao mesmo tempo (PNERA 2005, p. 55).

Aliada às precárias condições em que estão construídas as escolas no meio rural, a disponibilidade dos níveis de ensino também é um agravante para os jovens estudantes que vivem nos assentamentos, pois na maioria das escolas rurais funciona apenas o ensino fundamental. Deste modo, a saída dos jovens dos assentamentos para as cidades são alternativas encontradas para dar continuidade aos estudos.

Diante das questões do trabalho e da educação da juventude rural, nota-se que esses dois eixos estão, significativamente, vinculados com a cidade. Portanto, no que tange à prática do lazer da juventude rural, isto não é diferente do trabalho e da educação. Na atualidade da sociedade moderna tem-se percebido certa preocupação, principalmente, de especialistas que alertam sobre os riscos da vida agitada e acelerada da população. Estes alertas não estão associados tão somente ao desaceleramento ao ritmo do trabalho, à prática esportiva ou, mesmo, sair da agitação da cidade e ir para campo, mas sim, visam também o acesso aos mais variados tipos de lazer que esta mesma modernidade possa oferecer.

Assim, em meio à oferta de tantas atividades de entretenimentos, atualmente, pensar o acesso ao lazer para os jovens nos assentamentos rurais é pensar, também, quais

tipos de lazer que esta juventude almeja. Na cidade é fácil o acesso aos shoppings, praças, clubes, cinemas, teatros, shows, bares, festas, computadores e *internets*. Todos esses elementos são atrativos para os jovens, além de serem espaços de socialização encontrados por essa categoria, assim como é a escola. Mas, e no rural? O rural não apresenta os atrativos de lazer que os jovens necessitam e esperam. Em muitos assentamentos rurais, o campo de futebol, construído pelos próprios jovens, muitas vezes, é o único espaço visto como lazer. Assim, para Oliveira (2006), “o lazer precisa ser observado com um olhar mais atento, pois o contrário dos centros urbanos, no meio rural são poucas (e/ou outras) as opções de lazer disponibilizadas (p.56). Portanto, o lazer está associado à urbanização da vida nas grandes cidades (Marcellino 2006, p. 4).

Para além dos debates acerca do acesso ao lazer, a possibilidade de poder usufruir dos benefícios oferecidos nos espaços de lazer na cidade, dependendo do tipo, requer certa condição financeira (Oliveira 2006, p. 58). Para a juventude rural, isso tem um peso maior ainda, pois que se inicia na saída dos assentamentos e isto implica desde o meio de transporte até a definição de qual tipo de lazer poderá desfrutar. Entretanto, Brenner *et al.* 2005 mencionam que:

é preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais (BRENNER *et al.* 2005, p. 176).

Na contramão desse “tempo sociológico”, para a juventude rural não serve “a liberdade de escolha” e sim, na maioria das vezes, a opção encontrada é única alternativa de lazer, como por exemplo, o jogo de futebol realizado no assentamento. Assim, a construção de identidades, as potencialidades e as socializações por parte da juventude rural, vistos pelo ângulo do lazer, realizam-se nas cidades, do mesmo modo que o trabalho e a educação.

Diante das questões apresentadas sobre a juventude rural no que tange à realidade do trabalho, educação e lazer, nota-se que esses três eixos estão vinculados com os espaços urbanos desde o ensino fundamental, salvo raras exceções. São realizadas nas cidades e assim permanecem até terminar o ensino médio. Isto quando terminam. Ao adquirirem certa idade, depois dos 14 anos, isto pode ser um pouco para mais ou para menos, dependendo da situação econômica familiar, a juventude inicia o processo de busca por

trabalho remunerado. Antes disso já trabalham, mas, apenas no lote da família e não há remuneração. Partindo desta perspectiva e mesmo por necessidade própria e também, familiar, a alternativa encontrada por estes jovens é a cidade, onde realizam “qualquer” tipo de trabalho, independentemente dos direitos trabalhistas serem ou não garantidos. O lazer segue o mesmo direcionamento, ou seja, são usufruídos na cidade.

Nota-se que o trabalho, educação e o lazer para a juventude rural possuem ligação direta com o meio urbano. Deste modo, o reforço à migração destes jovens para a cidade, mesmo que seja visto pelo “aspecto positivo” como debatido por Durston (1998), reafirma os estereótipos construídos sobre o rural, indicando que a maioria dos jovens não quer permanecer nos assentamentos. Essa necessidade de sair acaba sendo reforçada diante dos problemas enfrentados nas arenas do trabalho, lazer e educação. Exatamente por esse motivo, as maiores reivindicações dos que estão no campo referem-se ao acesso às políticas públicas para que seja possível suprir as necessidades existentes nos assentamentos.

O debate acerca das políticas públicas, na maioria das vezes, tem servido de base e instrumento de referência no que tange à tentativa de melhor compreender questões, geralmente conflituosas, de relevância para a sociedade brasileira como é o caso da educação, saúde, segurança, habitação, juventude e tantos outros. Deste modo, nota-se que as políticas públicas existentes, atualmente, foram constituídas na medida em que conflitos sociais, culturais e até mesmo econômicos tornaram-se cada vez mais visíveis e impossíveis de permanecerem sem alguma solução aos problemas existentes na sociedade. Porém, sabe-se que os conflitos, em grande maioria, não são resolvidos imediatamente e podem nem chegar a ser, todavia, os problemas sociais, culturais e econômicos existentes na sociedade servem como forma de pressionar o governo, visando acessibilidade aos direitos garantidos, mas nem sempre usufruídos.

Desse modo, sabe-se que para efetivação das políticas públicas há o envolvimento de vários personagens, imprescindíveis, nesse processo. No caso do espaço rural brasileiro, os movimentos sociais, sindicatos e organizações ligados à terra, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, as Organizações Não Governamentais - ONG's e, também, lideranças leigas e religiosas, foram, e pode-se dizer que ainda o são, personagens que contribuíram para que houvesse a efetivação das políticas públicas direcionadas para o meio rural na atualidade

embora, haja ainda muitos contratempos. Não obstante, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, advindos ou não do meio rural, formaram base de reivindicação, de luta e de sustentação na concretização das políticas públicas neste país. Destaca-se, deste modo, os próprios projetos de assentamentos rurais existentes em várias regiões e considerados como resultados concretos das políticas agrárias no país.

Mesmo que a política pública seja pauta de reivindicação de vários movimentos sociais, da sociedade civil organizada e dos sujeitos envolvidos, diretamente, nas questões que necessitam da aplicabilidade deste mecanismo e, também, por parte do governo, verifica-se certa dificuldade na compreensão do que seja, de fato, política pública. Tal mecanismo, por vezes, é confundido com política partidária ou visto, meramente, como instrumento assistencialista por parte do governo. Entretanto, conceituar políticas públicas é um esforço que vem sendo exercida por algumas áreas do conhecimento - Ciência Política, Sociologia – no intuito de melhor apreender os programas, projetos e políticas desenvolvidas pelo Estado e que tem seu reflexo na sociedade. Souza (2006), ao abordar os principais conceitos e modelos de análise de políticas públicas, enfatiza que não há uma definição única, nem melhor sobre o que sejam políticas públicas. Porém, a autora ressalta que as definições das políticas públicas voltam-se para o enfoque sobre o *lócus* onde os embates em torno dos interesses, preferências e ideias se desenvolvem.

Ademais, Souza (2003) observa que, apesar de haver um crescimento na área de investigação sobre políticas públicas, em especial no meio acadêmico e que isto é recente no país, há “problemas” que julga ser importante ressaltar para se ampliar os debates acerca das políticas públicas no Brasil. Em síntese, menciona o pouco acúmulo no conhecimento da área das políticas públicas; abundância de estudos sobre políticas públicas, mas, de cunho setorializado e a aproximação com os órgãos do governo. Em tempo, a autora afirma que há lacunas que precisam ser preenchidas no campo das investigações sobre políticas públicas e cita o tema da burocracia, segmento que implementa às políticas públicas ainda, desconhecida pelas pesquisas, mas de suma relevância, especialmente, quando o objetivo é desvelar o que acontece na implementação de alguma política.

Não obstante, Rua (1998) propõe o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Além disto, a autora reforça que as políticas públicas são “respostas” e que estas não ocorrem se não forem provocadas. Deste modo, os movimentos sociais ligados à terra, sindicatos rurais,

ONGs e os sujeitos da reforma agrária desempenham funções importantes ao apresentar reivindicações às instâncias governamentais acerca dos problemas enfrentados no meio rural, demarcando assim a pauta na agenda política do governo.

Todavia, enquanto um “problema político” não é fixado na agenda política governamental, o mesmo é considerado, como denomina Rua (1998), “estado de coisas”. Assim, na medida em que os conflitos estão inertes, invisíveis e que não causem provocação às instâncias do governo, exigindo que este tome como prioridade os conflitos existentes, não se iniciará o processo de transformação, ou seja, não haverá políticas públicas. Nesse aspecto, tomando como referência a juventude rural brasileira, pode-se afirmar que esta categoria saiu do “estado de coisa” passou para “problema político” e, atualmente, por meio dos movimentos sociais organizados de juventude rural, reivindica “respostas”, ou seja, acessibilidade às políticas públicas destinadas aos jovens que residem no meio rural.

Atualmente, o país dispõe de três projetos e dezesseis programas destinados, especificamente, para a juventude. Desses, o Programa Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Jovem e Saberes da Terra (substituído pelo Projovem Campo) são os que estão ligados à questão da terra e direcionados para juventude rural. Ferreira & Alves (2009) apresentam, de forma sintética, estes programas e projetos, importantes na apreensão dos objetivos e direcionamentos destas políticas públicas:

Programa Nossa Primeira Terra: Linha de financiamento – parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – para a aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Podem participar jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa de 18 a 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade. Seus beneficiários podem receber crédito de até R\$ 40 mil para projetos comunitários e de infraestrutura. **PRONAF** (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) Jovem: Linha de financiamento do PRONAF destinada aos filhos dos agricultores familiares. Tem como público-alvo jovens de 16 a 29 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de centros familiares rurais de formação por alternância ou de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional de no mínimo 100 horas. O limite concedido a cada unidade familiar é de R\$ 7 mil. Os recursos podem ser aplicados em projetos específicos de interesse de jovens agricultores familiares, em atividades que agreguem renda em novas iniciativas. O prazo de pagamento é de dez anos, com juros de 1% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto. **Projovem Campo.** Antigo Programa Saberes da Terra. Tem como objetivo fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, a elevação da escolaridade – com a conclusão do ensino fundamental –, a qualificação e a formação profissional. O programa

visa garantir aos jovens de 18 a 29 anos da agricultura familiar a conclusão do ensino fundamental em regime de alternância dos ciclos agrícolas. Tal regime consiste em alternar aulas presenciais com atividades educativas não presenciais. O programa deve ampliar o número de jovens atendidos e será estendido a todos os estados. Os alunos recebem um auxílio mensal de R\$ 100,00 durante 12 meses, quando estiverem exercendo atividades na escola. A formação tem duração de 24 meses (FERREIRA & ALVES 2009, p. 255, grifo das autoras).

Além dos programas mencionados acima, existe o Programa Arca das Letras que é destinado apenas às famílias que residem em áreas rurais como em assentamentos, comunidades de pescadores, ribeirinhos e indígenas. O programa foi criado em 2003 e tem por objetivo implantar bibliotecas nas áreas rurais, disponibilizando livros para crianças, jovens e adultos.

Analisar a condição da juventude do Assentamento Sepé Tiarajú, por meio da educação, trabalho e lazer nos permitiu afirmar a inexistência das políticas públicas nos assentamentos rurais brasileiros, de onde a juventude rural tem sido socialmente construída, mas, esta construção caminha na contra mão no que tange à valorização, reconhecimento e investimento no meio rural, seja, pelas famílias assentadas, movimentos sociais e do Estado. A existência dos programas, projetos e políticas dirigidas aos jovens rurais, não é garantia de que estes instrumentos sejam acessados e implementados dentro dos assentamentos. Tanto que de todos esses instrumentos, poderíamos mencionar a presença de forma quase que “invisível” do Programa Arca das Letras que era mantida pelas irmãs religiosas ligadas à igreja católica.

Pensando no espaço micro, cujo município seria um dos atores mais próximos aos assentamentos, há uma inércia em alavancar políticas públicas para os jovens, pois em nenhum momento das entrevistas concedidas foi mencionada a presença da instância municipal nas questões direcionadas aos jovens. Portanto, os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú, continuarão buscando e reinventando maneiras de sobreviver no assentamento, seja na ida para a cidade com anseio de obter algum trabalho, seja na execução dos trabalhos que são realizados nos lotes de seus familiares ou, simplesmente, deixarão que suas vidas sejam conduzidas conforme os aspectos pessoais ou familiares. Assim é imprescindível pensar as políticas públicas direcionadas aos jovens rurais a partir da realidade onde estão inseridos, considerando todos os elementos que estão em torno de suas vidas como a educação, trabalho, lazer.

Além da inexistência das políticas públicas os jovens, também, desconhecem qualquer tipo de política pública que sejam destinados aos mesmos. Castro (2006), ao

ênfatisar que o Pronaf Jovem e Programa Nossa Primeira Terra não dão conta das questões dos jovens rurais. Suscita análise acerca dos problemas existentes no entorno das questões agrárias no país e que perpassasse pela vida dos jovens, sejam eles organizados ou não. Neste sentido, pode-se afirmar que as políticas públicas necessitam de maior investimento por parte do Estado, além de flexibilizar o acesso como foi reivindicado na 1ª Conferência Nacional de Juventude pelos jovens rurais. Ademais, Castro (2006) ênfatiza, ainda, que o “(...) *debate sobre políticas públicas para a juventude do campo ainda está por vir*”. Deste ponto de vista é fato que as políticas públicas brasileiras, em especial da juventude, carecem ultrapassar as fronteiras da criação e avançar no que tange à implantação das mesmas e assegurar que os jovens tenham, de fato, a oportunidade e direitos, como é explicitado no Plano Nacional da Juventude.

Considerando que a pesquisa teve como campo empírico um assentamento rural localizado num município do estado de São Paulo, averiguou-se que este Estado dispõe de mais de 30 programas destinados à juventude e que o Projeto Jovem Rural é o único destinado aos jovens residentes em assentamentos rurais paulista, mas, que também é desconhecido pelos jovens do Assentamento Sepé.

Ponderando a dimensão territorial deste país, é inimaginável pensar na implantação das políticas públicas nos assentamentos rurais sem que não haja o envolvimento do poder público municipal, neste caso, da cidade de Serra Azul, pois são os municípios que recebem e atendem toda demanda apresentada pelos assentamentos. Entretanto, em nenhum momento as famílias, os jovens, os movimentos sociais ou o agente do Estado citaram qualquer política pública que tenha sido criada pelo município de Serra Azul. Assim, por não existir qualquer referência, fica subentendido que o município citado não dispõe de políticas públicas específicas para os jovens do Assentamento Sepé Tiarajú.

Pensar as políticas públicas, de modo que estas possibilitem transformações na vida das pessoas e que a partir disso possam construir juntamente com seus familiares condições de usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos, requerer não somente que as instâncias governamentais disponham de tais instrumentos, mas que, também, os próprios sujeitos sejam conhecedores das políticas públicas, até mesmo para poder reivindicá-las.

Considerações finais

Pensar os jovens a partir do rural requer que se leve em consideração um conjunto de ações e atuações que nem sempre são visíveis aos sujeitos dos movimentos sociais que atuam nos assentamentos, aos agentes do Estado e também dos próprios familiares destes jovens. Isto tudo se torna ainda mais evidenciado, especialmente, quando os jovens dos assentamentos, como é o caso do Assentamento Sepé Tiarajú, não estão organizados e nem atuam em nenhum espaço social, cultural ou político.

Consideramos que a juventude rural não é homogênea, como pode ser constatado nesta pesquisa já que neste assentamento os jovens possuíam as mais variadas formações. Neste espaço, havia jovens que sempre viveram e/ou possuíam experiência de morar em sítios, chácaras, fazendas, acampamentos e assentamento. Havia também aqueles que foram morar no assentamento por causa dos pais, pois são sempre estes que assumem a luta pela terra, que participam e atuam nos movimentos e que, conseqüentemente, após a conquista da terra, levam os membros da família para o assentamento.

Podemos afirmar que encontramos várias “juventudes” nesse assentamento. Jovens com características rurais e urbanas que não almejavam continuar no assentamento, mas que ao mesmo tempo queriam “apenas” residir neste espaço, jovens que não pretendiam continuar seus estudos, mas que também são impedidos devido a fatores como a falta de incentivo e oportunidade que poderia ser dado dentro do assentamento e também pelas famílias, jovens sem perspectiva para o futuro seja dentro ou fora do assentamento. Contudo, o que mais motivava estes jovens, e isto era uma unanimidade, era a possibilidade de obter emprego. Isto evidentemente, fora do assentamento. Dentro do assentamento, a expectativa maior ficava por conta de serem construídos espaços de lazer apontados por eles como campo de futebol, quadras esportivas. Percebe-se que estes espaços de lazer são para práticas esportivas, pois dentro do assentamento essas atividades eram realizadas na rua.

Sabe-se que vencer a “invisibilidade” imposta aos jovens sejam urbanos ou rurais, tornou-se um desafio para esta categoria nos tempos atuais. Deixar de serem vistos e considerados, apenas, como os elevados índices de violência no país tem feito a juventude atuar e participar das instâncias de decisões nos espaços sociais e políticos bem como, ocupar dentro dos próprios movimentos sociais o reconhecimento enquanto sujeitos possuidores de direito e como um “ator político” como constatado por Castro (2005).

Entretanto, aos jovens rurais brasileiros esta é uma questão que ainda necessita de maior atenção por parte de todos os agentes envolvidos com as questões rurais, principalmente, das políticas públicas direcionadas aos jovens.

Pensar as políticas públicas para os jovens, especialmente, para aqueles que estão nos assentamentos rurais, mas que são totalmente alheios aos acontecimentos sociais, culturais e econômicos a sua volta é voltar-se para o processo repensar as políticas públicas direcionadas a estes sujeitos. A partir deste assentamento, por meio dos jovens, observamos que as políticas públicas existentes para esta categoria estão, totalmente, distanciadas da realidade dos assentamentos rurais, mas isto não é uma realidade constatada, apenas, pelo viés das políticas públicas para juventude, mas sim pelas próprias políticas públicas direcionadas aos assentamentos. Há uma ausência e ineficiência deste instrumento nos assentamento, portanto, o problema não é a inexistência das políticas públicas, embora reconheçamos que também existam várias falhas, mas sim como este instrumento tem chegado aos assentamentos rurais brasileiro, desta forma é necessário repensar o rural de modo que, de fato, atenda as necessidades daqueles que querem construir suas vidas nestes espaços.

As políticas públicas existentes para a juventude rural devem refletir sobre a própria heterogeneidade das juventudes existente no assentamento. Ao desconsiderar a realidade e as diversidades existentes nos assentamentos, essas políticas acabam contribuindo para que estes jovens permaneçam na invisibilidade e, conseqüentemente, o futuro do assentamento pode ser comprometido. É fato que a ausência das políticas públicas nos assentamentos é uma constante reclamação por parte de todos que estão envolvidos neste espaço. O próprio Estado que destoa daquilo que é propagado e o que de fato corresponde à realidade encontrada nos assentamentos rurais, onde os sujeitos travam uma disputa política para que este instrumento seja implantado e efetivado de maneira a possibilitar a todos os direitos por eles conquistados.

Concluimos assim que é necessário repensar as políticas públicas para os jovens rurais. E preciso conhecer, de fato, a realidade destes sujeitos, levar em consideração a heterogeneidade, as expectativas e necessidades, caso contrário os jovens continuarão deixando os assentamentos, reproduzindo e reforçando que a reforma agrária neste país não é necessário, especialmente, se no futuro destes espaços passam a ser ameaçados pela ausência de jovens que pudessem manter e continuar a produção no assentamento. Nesta

conjuntura o Assentamento Sepé Tiarajú enfrentará num futuro não tão distante o embate entre a produção familiar e os jovens que não realizarão nenhum tipo de trabalho agrícola, mas, querem continuar morando nesse espaço.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. (Org.). *Cotidiano das escolas: entre Violências*. Brasília: UNESCO; Observatório de Violências nas escolas; MEC, 2005. 404 p.

ANDRADE, Carla Coelho de . *Juventude e Trabalho*: Alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. IPEA. Mercado de Trabalho. nº 37. 32p. Novembro de 2008.

BRASIL. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária. 2005. Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news05_12.htm. Acesso 29 set. 2010.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. *Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

CARNEIRO, Maria José. *O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al (orgs) Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro, Ed. Campus/ Pronex, 1999.

_____, *Juventude rural: projetos e valores*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo. Instituto Cidadania. Editora Fundação Perseu Abramo, p.243-261. 2005

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre o ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. 444p. Tese (Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____, et al. *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

_____, *Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Vol. 7, Núm. 1, enero-junio 2009, pp.179-208. Universidad de Manizales – Columbia. Disponível em: <http://www.redalyc.uaemex.mx/src/inicio>. Acesso em: 15 julh. 2010.

CORBUCCI, Paulo Roberto. et al. *Situação Educacional dos jovens brasileiros*. Juventude e políticas sociais no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. ALQUINO, Luseni Maria C. de, ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). Brasília: IPEA. p. 91-108. 2009.

DURSTON, John. *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago do Chile, Cepal, Políticas Sociales 28, outubro de 1998.

FERREIRA, Brancolina.; ALVES, Fábio. *Juventude Rural: Alguns impasses e sua importância para a Agricultura Familiar*. Juventude e políticas sociais no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. ALQUINO, Luseni Maria C. de, ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). Brasília: IPEA – 2009. 300p.

GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga. *Juventudes do Campo no Contexto de Ruralidades a serem (Re) construídas: Um Estudo exploratório em um acampamento dos Sem-Terra*. Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

MARCELLINO. Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 4ª edição Campinas, SP: Autores Associados, Coleção Educação Física e Esportes. 2006.

OLIVEIRA, Edmar Geral de. *O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG*. 2006. 110p. Dissertação de mestrado. Centro Universitário de Caratinga – Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade, Caratinga, Minas Geral, 2006.

RUA, Maria das Graças. *As políticas públicas e a juventude dos anos 90*. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília, 1998. 2v.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*.. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

_____, “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003. p. 15-20.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO: DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DO SÉCULO XX À REFORMA AGRÁRIA DO SÉCULO XXI

Ana Luisa A. de Oliveira
aluisamt@gmail.com

Sonia M. P. P. Bergamasco
sonia@feagri.unicamp.br

Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

O processo de colonização do Estado de Mato Grosso ocorreu, principalmente, em função das políticas de integração nacional do Regime Militar, as quais objetivavam incorporar os grandes “vazios demográficos” ao processo produtivo brasileiro, expandindo a fronteira agrícola nacional. Para tanto, o governo federal criou diversos programas que visavam estimular o desenvolvimento da região, viabilizando a entrada do grande capital e mantendo grandes propriedades nas áreas de agropecuária, promovendo um modelo de desenvolvimento que excluiu o agricultor familiar. Entretanto, apesar da presença marcante de grandes latifúndios e uma agricultura altamente modernizada e produtiva, o estado de Mato Grosso também é cenário de programas de reforma agrária. Diante disso, este trabalho tem por objetivo apresentar um balanço da reforma agrária no Estado de Mato Grosso, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Como resultado, constatou-se que o primeiro assentamento do Estado surgiu em 1979, em terras devolutas, em função de uma parceria entre o Incra e a iniciativa privada, com o desenvolvimento de um modelo de colonização pública: o PAC (Projeto de Assentamento Conjunto). Porém, foi somente em 1986 que ocorreu a primeira desapropriação de terras para fins de reforma agrária no Estado do Mato Grosso. Desde então, pode-se afirmar que houve um avanço, visto que até 2011 foram implantados 539 projetos de reforma agrária, dos quais 391 foram feitos pelo governo federal (Incra), 127 pelo governo estadual (Intermat), 16 por iniciativas municipais e 05 por iniciativa privada. Ao todo, foram assentadas 83.791 famílias numa área de 60.699,484364 km², correspondente a 6,72% da área total do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Considerado o terceiro Estado em extensão territorial do Brasil, Mato Grosso ocupa uma área de 903.357,90 km² no território da Amazônia Legal¹, sendo coberto por três biomas bastante diferenciados: Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica.

Historicamente, até a segunda metade do século XVIII o território matogrossense era ocupado basicamente pelos povos da floresta – principalmente os índios –, porém a

¹ De acordo com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), a Amazônia Legal é composta por 9 estados, sendo eles: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

descoberta de ouro ocorrida na região de Cuiabá, por Paschoal Moreira Cabral e seus homens, desencadeou um intenso processo migratório para a região em busca da pedra preciosa.

A descoberta de ouro em Mato Grosso não foi o suficiente para concentrar o capital financeiro no Estado e conforme Siqueira *et al.* (1990) até meados do século XIX o território, hoje pertencente aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram pouco conhecidos e todo o capital estava concentrado na região Sudeste do Brasil.

A partir do século XX, com os conflitos sociais se intensificando nas regiões Sul e Sudeste, as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil passaram a se constituir em um local para onde a população poderia migrar em busca de melhores condições de vida e trabalho, dando ao Estado de Mato Grosso o aspecto de uma fronteira agrícola em expansão.

Deste modo, o processo de colonização desta Unidade da Federação ocorreu, principalmente, em função das políticas de integração nacional do Regime Militar, as quais objetivavam incorporar os “espaços vazios” ao processo produtivo brasileiro, expandindo a fronteira agrícola nacional.

De acordo com Coelho (1998), dois fatos contribuíram para a criação da imagem da região amazônica como um “espaço vazio”, sendo eles: o distanciamento físico da Amazônia aos principais centros e a ideia de uma floresta habitada por populações cuja economia e cultura eram pouco conhecidas.

Para efetivar a ocupação da Amazônia Legal, o governo federal criou diversos programas que visavam estimular o desenvolvimento da região, viabilizando a entrada do grande capital e mantendo grandes propriedades nas áreas de agropecuária, promovendo um modelo de desenvolvimento excludente ao agricultor familiar.

Atualmente a economia de Mato Grosso esta concentrada, principalmente, na atividade agrícola e pecuária, sendo o Estado um importante produtor de grãos e carne bovina no Brasil. Porém, apesar da presença marcante de grandes latifúndios e uma agricultura altamente modernizada e produtiva, o estado de Mato Grosso também passou a ser cenário de programas de reforma agrária no final do século passado. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo apresentar um balanço dos projetos de assentamentos realizados com o objetivo de colonização no século XX até os projetos de assentamentos de reforma agrária do século XXI no Estado de Mato Grosso, a partir de dados disponibilizados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto neste texto, a análise aqui apresentada baseia-se em dados disponibilizados pelo Incra² no documento intitulado “*Relação nominal dos Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação*” considerando apenas aqueles pertencentes a Superintendência Regional do Estado de Mato Grosso – SR (13). Além disso, foram levantados dados secundários a partir de livros, dissertações, teses, artigos científicos e outros materiais diversos que permitiram uma melhor discussão dos dados.

RESULTADOS

A colonização do Estado de Mato Grosso no século XX

O primeiro movimento promovido pelo Governo Federal visando a ocupação e colonização dos “espaços vazios” matogrossense, ficou conhecido como *Marcha para o Oeste* e foi implementado a partir de 1937, sob o patrocínio do então Presidente da República Getúlio Vargas (SIQUEIRA, 2002).

“O projeto getulista impunha o estabelecimento de trabalhadores “civilizados”, ou seja, desejosos de progredirem. Para isso deveriam trabalhar de maneira produtiva, ordeira e sem conflitos. Os colonos preferidos foram os migrantes da região Sul do Brasil, pois possuíam, segundo a visão reformista de Vargas, uma mentalidade empresarial, europeia e, sobretudo, porque estes migrantes, além da experiência que possuíam no trato com a terra, traziam, quase sempre, um pecúlio que os auxiliaria na organização inicial do empreendimento (SIQUEIRA *et al.*, 1990, p.132).”

Através da Marcha para o Oeste o governo federal buscava conquistar o interior do Brasil integrando-o à economia nacional (MORENO, 1999), porém não bastava colonizar, o governo interessava-se pela promoção da colonização através da montagem de Colônias Agrícolas Federais (SIQUEIRA *et al.*, 1990), deste modo na década de 1940 foram implantadas diversas colônias agrícolas no território hoje pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul, porém no território matogrossense não foi implantado nenhuma colônia (MORENO, 1999).

²Todas as informações quantitativas dos assentamentos no Estado de Mato Grosso referente ao ano de 2011 foram obtidas no documento citado disponível no endereço eletrônico do INCRA: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>.

Não diferindo do que aconteceu em boa parte do território da Amazônia Legal, a colonização do Estado de Mato Grosso foi fortemente favorecida durante o Regime Militar (1964-1985), em virtude da formação de um sistema de colonização ocorrido pela ação conjunta entre órgãos públicos e empresas privadas (SANTOS, 1993), dessa forma, os primeiros assentamentos nesta Unidade da Federação tiveram sua origem como projetos de colonização³, formulados em função das políticas de integração nacional do Regime Militar, as quais objetivavam incorporar os grandes “vazios demográficos” ao processo produtivo brasileiro expandindo a fronteira agrícola nacional.

Deste modo, na tentativa de solucionar problemas sociais existentes em outras regiões do Brasil, e efetivar a ocupação da Região Centro-Oeste e Norte, o Governo Federal criou pelo Decreto-Lei nº 1.106, de junho de 1970 o PIN (Plano de Integração Nacional) (FERREIRA, 2001; Sema/MT, 2009).

“O PIN objetivava a efetiva ocupação da Amazônia Legal através do deslocamento de migrantes, especialmente nordestinos, para a faixa de terra que, por 10 km, margeava as principais rodovias criadas: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, sob coordenação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essa faixa foi aumentada, em 1971, com o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria), de 10 para 100 km e destinada à fixação de pequenos produtores rurais” (FERREIRA, 2001, p.234).

Posterior à criação do PIN, em 1971, sob o Decreto-Lei nº 1.192 de 08 de novembro, o governo criou o Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e em 1974, criou o II PIN incentivando a construção imediata de uma rede rodoviária ligando Mato Grosso aos principais centros produtores, consumidores e políticos do país. Esta abertura viabilizou a entrada do grande capital, mantendo grandes propriedades nas áreas da agricultura e pecuária, e assim o plano de assentar “pequenos” produtores ao longo da rodovia estava propenso ao fracasso, visto que não poderiam concorrer com as grandes empresas capitalistas que utilizavam tecnologia mecanizada (FERREIRA, 2001; SIQUEIRA, 2002).

Para atender as novas exigências produtivas do Centro-Oeste e Norte, o governo federal criou outros programas regionalizados, que buscavam estimular o desenvolvimento de regiões específicas. Cardoso & Müller (1977), Ferreira (2001), Barrozo (2008) e Silva

³ A principal diferença entre assentamento como projeto de colonização e assentamento de reforma agrária esta no fato do primeiro ser implantado em terras devolutas do Estado e o segundo em áreas desapropriadas de particulares por não apresentarem índices de produtividade com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

(2010), destacam o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), o Polonoroeste (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) e o Probor (Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal).

Entretanto, longe de promover um modelo de desenvolvimento diferenciado em Mato Grosso, estes programas, associados ao objetivo de expandir as fronteiras agrícolas brasileiras e da intensa modernização da agricultura, promoveram a exclusão do agricultor familiar e trouxeram consigo diversos problemas socioambientais.

Dessa forma, numa tentativa de dar conta da regulamentação das terras integradas, em 1975, o governo estadual institui através da Lei 3.681, de 28 de novembro, o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (Intermat) com o objetivo de planejar e executar as políticas agrária e fundiária no Estado (FERREIRA, 2001; Intermat, s/d). Porém, entre 1977 – quando foi instalado – e 1979 o Instituto não pôde atender ao setor fundiário, em virtude do volume de problemas acumulados nos anos anteriores (Intermat, s/d).

A partir do ano de 1979, o Intermat passou por profundas modificações⁴ na sua estrutura original para poder desempenhar funções que não se limitavam apenas a identificar as áreas devolutas e incorporá-las ao patrimônio do Estado, mas regularizar as já ocupadas de maneira a eliminar os grandes conflitos sociais provocados pelo uso e posse de terra (Intermat, s/d).

Apesar da criação de um Instituto de Terras estadual, da existência de assentamentos como projetos de colonização e dos diversos programas incentivando a ocupação do território matogrossense, autores como Nédélec *et al.* (2005), defendem que até 1978 o Incra não tinha oficialmente nenhum projeto na região, sendo que Castro *et al.* (2002) atribuem que o alto custo de implantação e o sucesso dos projetos privados levaram o órgão a desenvolver um novo tipo de colonização pública: o PAC (Projeto de Assentamento Conjunto) onde seriam somadas as experiências e recursos do órgão colonizador oficial (Incra) e da iniciativa privada (colonizadoras ou cooperativas).

⁴ O Intermat esteve vinculado à Secretaria de Agricultura até o ano de 1979, quando foi transferido para a Secretaria de Justiça onde permaneceu até 1983. O governo de Júlio Campos passou a vinculação do Instituto à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários (SEAF), através do Decreto nº 75 de 06 de julho de 1983. Porém, 11 anos depois, em 1992, através da Lei Complementar nº 14 de 16 de janeiro de 1992, foi extinta a SEAF, e criada o que hoje é a Secretaria de Desenvolvimento Rural (Seder) a qual o Instituto é vinculado (INTERMAT/s/d).

Dessa forma, em 1979, ao longo da BR-163, surge o primeiro Assentamento no Estado de Mato Grosso resultado de uma parceria técnica e administrativa do Incra com a Cotrel (Cooperativa Triticola de Erechim Ltda).

O PAC Peixoto de Azevedo ocupava uma área de 120 mil hectares com capacidade para assentar 1.600 famílias, entretanto foram assentadas apenas 1.342 famílias oriundas do Rio Grande do Sul, envolvendo aqueles que tiveram suas propriedades rurais destruídas pela construção de barragens hidrelétricas e os filhos dos “pequenos” proprietários rurais, sócios da Cotrel, cuja dimensão das propriedades era insuficiente para absorver toda a força de trabalho produtiva do conjunto familiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃO DO NORTE, 2011; FERREIRA, 2001).

“No PAC Peixoto de Azevedo o Incra cuidaria da demarcação dos lotes, desmatamento e abertura de estradas, construção de escolas, ambulatórios, incumbindo-os também do transporte dos migrantes. A Cotrel era responsável pelo assentamento e administração da colonizadora. Sob sua responsabilidade, ficou a distribuição dos lotes rurais, assim como a organização do núcleo urbano, composto pela sede da colonizadora, construção dos armazéns, serraria, ambulatório, escola e residências.” (PRETTI, 1993, citado por FERREIRA, 2001, p. 237).

Ao lado do incentivo à colonização, implementado, principalmente, pelo governo federal, a iniciativa privada foi primordial para o surgimento dos primeiros assentamentos em Mato Grosso. Segundo Ferreira *et al.* (2009) no período 1968 a 1985⁵, o Incra aprovou 43 projetos de colonização particular no Estado com o objetivo de assentar 21.739 famílias em uma área de 3.494.741 hectares, sendo que grande parte dessa área ficava em poder das colonizadoras que, quando valorizadas, vendiam-nas para particulares. Neste contexto, cita-se a colonizadora Indeco (Integração Desenvolvimento e Colonização Ltda) que adquiriu 907.691,69 hectares para assentar 3.830 famílias nos projetos de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás.

“No bojo do projeto de “modernização”, Mato Grosso alojou em seu espaço rural, através das Políticas de Colonização Oficial, contingente populacional significativo oriundo das regiões em que se intensificavam os conflitos decorrentes da luta pela terra e os excedentes que se encontravam fora do mercado de trabalho. Da mesma forma, a Colonização Particular foi estimulada e tornou-se um negócio fácil e rentável. Sem perder de vista a tensão social e a escassez de terra nas regiões de origem dos colonos, a colonizadora assumiu uma feição empresarial.” (FERREIRA *et al.*, 2009, p. 205).

⁵ É importante ressaltar que parte do período destacado pelos autores (1968-1985) os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram apenas um, portanto muitos desses projetos após a divisão do estado, em 1977, passaram a fazer parte de Mato Grosso do Sul.

Após a criação do PAC Peixoto de Azevedo, outros projetos de assentamentos foram implantados sendo que até 1986, quando ocorreu a primeira desapropriação para fins de reforma agrária, havia em Mato Grosso 9 projetos, dos quais, 2 são PACs, 1 Projeto de Assentamento (PA), 1 Projeto de Assentamento Rápido (PAR) e 5 projetos criados pela iniciativa privada. Ao todo foram assentadas, 7.507 famílias em uma área de 8.154,37 km², correspondente a 0,9% da área total do Estado.

No início da década de 1980, Mato Grosso vivia um momento muito favorável a colonização, além da característica de ser uma fronteira agrícola em expansão, o Estado tinha como governador Júlio Campos (1983-1986) o qual possuía como meta transformar o Estado no “celeiro agrícola do Brasil” por meio da aceleração do processo de colonização do norte (SIQUEIRA, 2002). Assim, a mesma autora afirma que “nesse processo de colonização conseguiram se fixar, em solo norte matogrossense, aqueles grupos mais estruturados e amparados por empresas colonizadoras ou cooperativas”.

Deste modo, o processo de modernização associado às políticas de colonização do governo militar foi responsável pela criação de uma população excluída do direito de acesso a terra, porém a partir de 1986 esta população posseira foi a principal beneficiária das políticas reforma agrária e criação de assentamentos rurais no Estado (FERREIRA *et al.*, 2009).

A Reforma Agrária em Mato Grosso

Apesar da desigualdade de renda, da presença marcante dos grandes latifúndios e de uma agricultura altamente modernizada e produtiva, a partir da segunda metade da década de 1980 o Estado de Mato Grosso passou a ser cenário de programas de reforma agrária implantados através de políticas governamentais. Segundo Fernández & Ferreira (2004), a partir de então os assentamentos rurais passaram a desempenhar o papel de formação do espaço rural que anteriormente foi desempenhado pelos programas de colonização.

Para Bergamasco *et al.* (1997), os assentamentos de reforma agrária são ambientes estratégicos e constituem em um novo modelo de integração da população rural, em um contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária tendo como origem a transferência dos beneficiários e consequente necessidade de readaptação a um novo espaço de vida e trabalho.

De acordo com os dados do Incra, é possível afirmar que somente em 1986 ocorreu a primeira desapropriação de terra para fins de reforma agrária no Estado: uma área de 5.806,8 hectares, onde foram assentadas 152 famílias, localizada no município de Alto Paraguai, o qual hoje é denominado PA Capão Verde. Esta desapropriação foi marcada por conflitos e luta pela terra que culminaram no assassinato do posseiro Henrique Trindade em 04 de setembro de 1982 (WITTER, 2008).

Desde a criação do PA Capão Verde, muitos outros projetos de reforma agrária foram criados, inclusive em modalidades diferentes, sendo que no período de 1986 a 2011, foram implantados no Estado de Mato Grosso 530 projetos de assentamentos, dos quais, 73,0% pelo governo federal (Incra), 24,0% pelo governo estadual (Intermat) e 3,0% são iniciativas municipais (Tabela 01). Ao todo foram assentadas, sob diferentes formas (desapropriação, arrecadação, regularização fundiária, etc.), 76.285 famílias numa área de 52.545,14 km², correspondente a 5,8% da área total do Estado e a 11% da área total dos estabelecimentos agropecuários registrados no Censo Agropecuário de 2006⁶.

Tabela 01. Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso por modalidade no período de 1979 a 2011.

Modalidade/Sigla	Número de Assentamentos	Área (ha)	Número de Famílias
Projeto de Assentamento Federal (PA)	382	4.068.075,49	63.167
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	05	77.349,19	1.137
Total do Governo Federal	387	4.145.424,68	64.304
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	127	1.106.589,92	11.350
Total do Governo Estadual	127	1.106.589,92	11.350
Projeto de Assentamento Casulo (PCA)	16	2.499,55	631
Total dos Governos Municipais	16	2.499,55	631
Total Geral	530	5.254.514,15	76.285

Fonte: INCRA (2012). Elaboração da autora.

⁶ No acordo com o Censo Agropecuário 2006 o Estado de Mato Grosso possuía uma área total de 478.055,14 km² dos estabelecimentos agropecuários (BRASIL, 2009).

FERREIRA *et al.* (2009), afirmam que o quadro dos assentamentos rurais em Mato Grosso reflete o significado das lutas sociais do Estado. Os autores realizando uma análise do panorama atual dos assentamentos chamam a atenção para o período de 1986 a 1996, que abrange o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) em Mato Grosso, e as políticas de assentamento dos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, onde a criação dos assentamentos concentra-se no ano de 1987 e, posteriormente, 1995/96, conforme pode ser visualizado na Figura 01. Como consequência, estes números refletem também na quantidade de famílias assentadas ao longo deste período no território matogrossense (Figura 02).

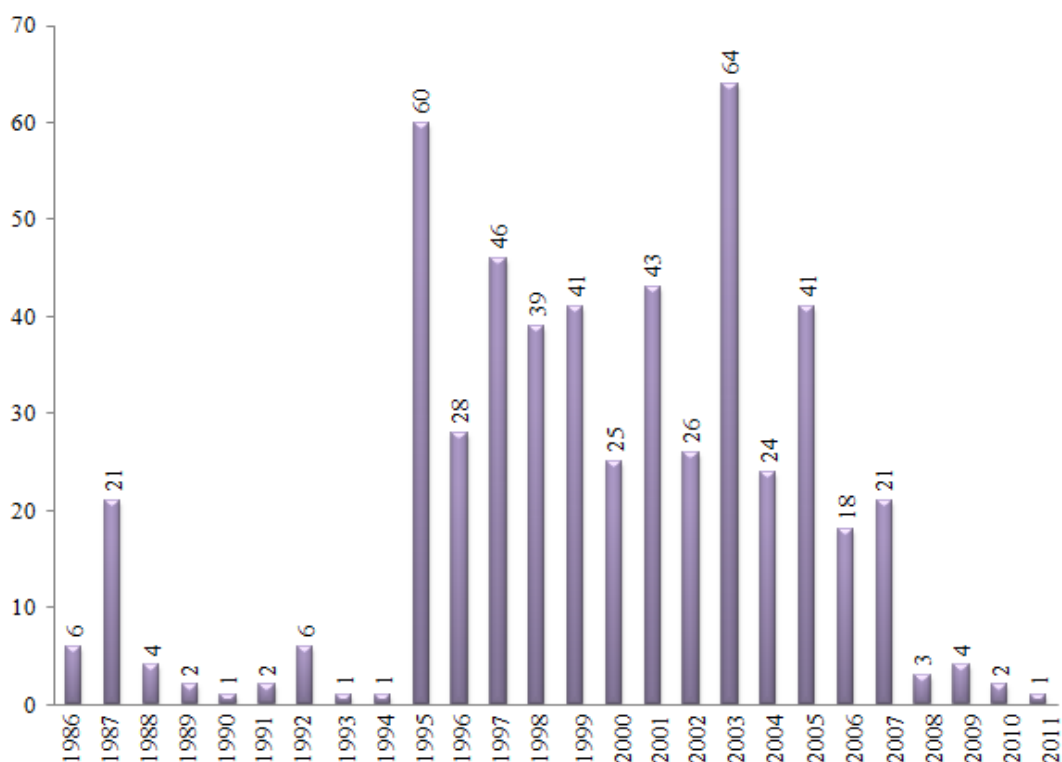


Figura 01. Assentamentos no Estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2011. Fonte: BRASIL (2012). Elaboração da autora.

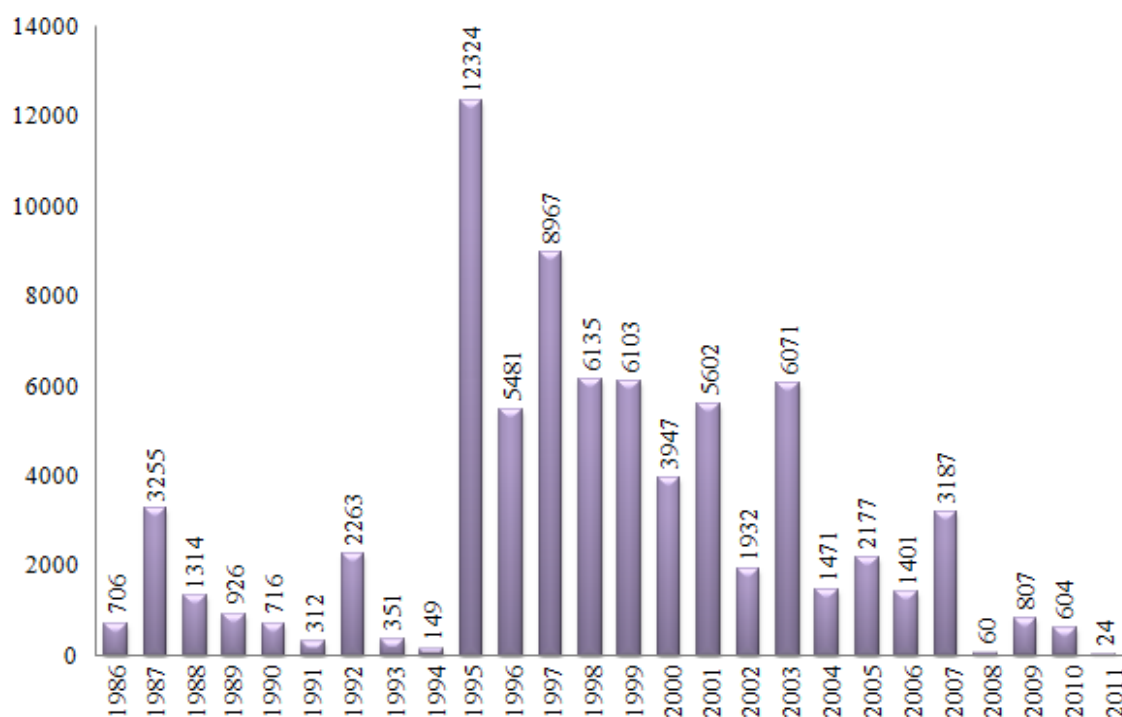


Figura 02. Número de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2011. Fonte: BRASIL (2012). Elaboração da autora.

Um conjunto de acontecimentos, tanto na esfera federal como estadual, ajudam a compreender porque a criação de assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso se concentrou no ano de 1987, reduzindo nos anos seguintes e voltando a aumentar em 1995. Em âmbito federal, faz-se importante destacar que em 1985 encerrou-se o Regime Militar dando início no Brasil o período da Nova República, fazendo surgir uma nova perspectiva com a redemocratização do país, a qual escreveu a reforma agrária entre suas prioridades (LEITE *et al.*, 2004).

Em maio de 1985, o Governo Sarney (1985-1989), recém-eleito, incluiu a reforma agrária à sua proposta de governo como um dos elementos do pacto social da transição democrática (BERGAMASCO & NORDER, 2003), dessa forma o governo federal lançou durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Após passar por diversas alterações, em outubro de 1985 saiu o Decreto nº 91.766, aprovando a criação do Plano, o qual seria executado pelo Incra em áreas regionais prioritárias, mediante Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA).

Entre 1987 e 1990, o Estado de Mato Grosso foi governado por Carlos Bezerra. Segundo Ferreira (2001), sob o *slogan* “em direção ao social”, este governo, baseou-se no apoio aos pequenos e médios projetos agropecuários, loteando colônias agrícolas e

distribuindo terras à agricultores familiares. Constata-se, portanto, um governo favorável ao estabelecimento de assentamentos rurais no Estado em 1987, o que explica o considerável aumento dos projetos de assentamentos neste ano.

Nos anos subsequentes ao Governo Sarney, o Governo Collor (1990-1992) possuía uma política não favorável à reforma agrária, caracterizando um período em que não houve desapropriações para esta finalidade (RANIERI, 2003). No entanto, com o *impeachment* de Fernando Collor em 29 de setembro de 1992, assumiu o governo seu vice, Itamar Franco (1993-1994). De acordo com Leite & Ávila (2007) o tema da reforma agrária voltou a tomar maior espaço na agenda do setor público, tendo sido associada à questão da fome e da segurança alimentar.

Bergamasco & Norder (2003) ressaltam que neste período “os movimentos populares passaram a definir estratégias de ação específicas ao quadro político” estabelecido até então. E assim,

“O governo Fernando Henrique Cardoso não poderia deixar de tratar do problema agrário, visto agora, pelo governo, como um potencial gerador de problemas políticos; e pela sociedade, como uma fonte de geração de empregos e melhorias na qualidade de vida da população rural, apesar da relutância de alguns setores.” (BERGAMASCO & NORDER, 2003, P. 45).

Neste contexto, a reforma agrária passou a ser um dos fatores da agenda política do governo federal diante da sociedade civil e o Estado passou a manifestar grande preocupação com a questão agrária, vindo a atuar de forma mais incisiva que os governos anteriores (BERGAMASCO & NORDER, 2003).

Particularmente no Estado de Mato Grosso, Ferreira *et al.* (2009), atribuem o crescimento do número de assentamentos e famílias assentadas, após 1995, a uma resposta política dos governos estadual e federal às mobilizações dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra e as lutas localizadas dos movimentos autônomos pela terra que se multiplicavam por meio dos acampamentos rurais.

Entretanto, apesar dos números indicarem um aumento nos assentamentos, principalmente na última década do século XX e início do século XXI, segundo Lamera & Figueiredo (2008) em geral constata-se a carência de infraestrutura, de acesso ao crédito e a serviços básicos, revelando um preocupante cenário de pobreza rural. Porém, para Antuniassi *et al.*, (1993) apesar das discontinuidades das políticas públicas, estes territórios vêm apresentando resultados positivos, colocando-se como uma estratégia de

políticas de integração social, já que possui potencialidades na geração de empregos e aumento do nível de renda das famílias assentadas.

Atualmente na esfera federal, o Governo Dilma Rousseff acena para políticas de melhoria da qualidade dos assentamentos existentes, mas não há propostas de aumento do número de assentamentos rurais.

CONCLUSÕES

Em virtude do Estado de Mato Grosso ter adquirido o aspecto de uma fronteira agrícola em expansão, seu processo de colonização foi incentivado, principalmente, pelas políticas de integração nacional ocorridas durante o Regime Militar.

Porém, estas políticas, aliadas ao processo de modernização da agricultura brasileira, foram responsáveis pela criação de uma população excluída do direito de acesso a terra, aumentando a desigualdade social, e consolidando a presença marcante de grandes latifúndios. E, somente a partir de meados da década de 1980 é que o Estado de Mato Grosso passou a ser cenário de programas de reforma agrária, criando um novo espaço de vida e de trabalho à população rural.

Deste modo, somando-se os assentamentos com fins de colonização e os assentamentos de reforma agrária até 2011 haviam sido implantados 539 projetos de assentamentos, dos quais 391 foram feitos pelo governo federal, 127 pelo governo estadual, 16 por iniciativas municipais e 05 por iniciativa privada. Ao todo, foram assentadas 83.791 famílias numa área de 60.699,484364 km², correspondente a 6,72% da área total do Estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNIASSI, M. H. R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M. E. F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, SP, v. 7, n.3, p. 125-132, jul/set. 1993.

BARROZO, J. C. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 15-26.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 365p.

BRASIL. Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia. **Centros Regionais**. Disponível em: <http://www.sipam.gov.br/content/view/43/54/>. Acesso em: 02 de maio de 2013

BRASIL. **Decreto nº 91.766**, de 10 de Outubro de 1985: Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de setembro de 2012.

_____. **Decreto-Lei nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte eferente a incentivos fiscais e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/125994/decreto-lei-1106-70>>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

_____. **Decreto-Lei nº 1.192**, de 8 de novembro de 1971. Cria o Programa de Desenvolvimento do Centro - Oeste (PRODOESTE) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120842>>. Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 07 de agosto de 2012.

BRASIL. Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 23 de julho de 2012.

BERGAMASCO, S.; BLANC-PAMARD, C.; CHONCHOL, M. E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997. 48p.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191p.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1977. 208p.

CASTRO, S.P; et al. **A colonização oficial no Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**, Cuiabá: edUFMT/NERU, 2002. 236 p.

COELHO, M. C. N. **A ocupação da Amazônia e a presença militar**. Atual Editora, 1998. 47p.

FERNÁNDEZ, A. J. C.; FERREIRA, E. C. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, pg. 187-228, 2004.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Editora Buriti. 2001. 600p.

FERREIRA, E. C.; FERNÁNDEZ, A. J. C.; SILVA, E. P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2 ed, pg. 197-232, 2009.

INTERMAT – Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso. **Criação do INTERMAT.** s/d. Disponível em:

<<http://www.intermat.mt.gov.br/html/internas.php?codigoPagina=127>>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

LAMERA, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. R. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 46, 2008. Rio Branco, **Anais...** 2008. p. 1-25.

LEITE, S.; et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: Editora UNESP. 2004. 392p. (Estudos NEAD; nº 6).

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007. 176p.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan/jul. 1999.

NÉDÉLEC, V.; et al. Evolução da ocupação do solo nos Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) no Mato Grosso. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. 12, 2005, Goiânia. **Anais...** p. 643-645.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE. **Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.** Guarantã do Norte, 2011.

RANIERI, S.B.L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. IN: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e letras editora e gráfica, 2003. p.22-54.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia.** Petropolis: Vozes, 1993. 282p.

SEMA/MT. Plano de Manejo do Parque Estadual do Cristalino – Volume I: Diagnóstico ambiental e socioeconômico. 2009. Disponível em:

<http://www.sema.mt.gov.br/attachments/article/155/cuco_PM_PEC.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2012.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Entrelinhas, 2002. 272p.

SIQUEIRA, E. M.; COSTA, L. A.; CARVALHO, C. M. C. **O processo histórico de Mato Grosso.** Cuiaba: EdUFMT, 1990. 151p.

SILVA, F. C. N. **A História do Cotidiano de Lucas do Rio Verde do Início de sua Colonização à sua Emancipação.** 61p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

WITTER, T. **Lutas, ganhos e perdas.** 2008. Disponível em:

<<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=306684>>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

Ana Luisa Araujo de Oliveira

Possui graduação em Agronomia na Universidade do Estado de Mato Grosso (2011) e atualmente é estudante de mestrado na Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento rural sustentável, políticas

públicas, agricultura familiar, assentamentos rurais e reforma agrária. Participa de projetos de ensino, pesquisa e extensão na Feagri/Unicamp.

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Possui graduação em Agronomia na USP (1969), mestrado em Extensão Rural na UFV (1976) e doutorado em Agronomia na UNESP (1974), além de Pós-doutorado na Unicamp (1980), e na École de Hautes Études en Sciences Sociales (1990/91 e 2000/01).

Atualmente é professora titular na Unicamp, atuando principalmente nas temáticas de desenvolvimento rural sustentável, políticas públicas, agricultura familiar, assentamentos rurais e reforma agrária. Coordena e participa de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

REFLEXÕES SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NOS ANOS 2000: O CASO DOS ASSENTADOS DA FAZENDA PIRITUBA EM ITAPEVA-SP

Luciana Henrique da Silva (UNICAMP)
lucianahen@hotmail.com
bolsista de pós-doutorado FAPESP
GT3: “Questão Agrária”

A vitória de Lula nas eleições de 2002 geraram amplas expectativas de transformações sociais, entre elas, a realização da Reforma Agrária. Durante o primeiro governo Lula os conflitos de terra ampliaram-se devido às expectativas geradas, em relação ao II Plano Nacional de Reforma Agrária. O número de ocupações de terras se ampliou consideravelmente em 2004, atingindo o maior número de ocupações desde a Lei Anti-invasão, de 2001. Entretanto, a política de criação de novos assentamentos não foi consolidada¹, embora o governo tenha aumentado significativamente os recursos destinados aos assentamentos já existentes.

No seu primeiro governo Lula manteve o conservadorismo da política econômica com a manutenção das metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, apesar das críticas e das rupturas que se deram no partido. Contudo, o desempenho econômico do Brasil no primeiro governo não foi satisfatório e após a crise política, com o escândalo do mensalão, acirraram-se os debates internos no partido entre a “visão neoliberal” e a “visão desenvolvimentista” (BARBOSA e SOUZA, 2010).

Em linhas gerais, alguns autores afirmam ter havido uma inflexão no governo a partir de 2006. Estas transformações seguiram algumas determinações do que se convencionou chamar de novo desenvolvimentismo, embora ao serem adotadas pelo governo tenham sofrido algumas modificações. Dentre as principais medidas adotadas destacam-se: o estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento, “a aceleração do desenvolvimento social” pelo aumento nas transferências de renda e elevação do salário

¹ Segundo os dados disponibilizados pelo INCRA, a meta estabelecida para o ano de 2003 era de 60 mil famílias assentadas, enquanto que para os anos de 2004 e 2005 era de 115 mil famílias assentadas/ano. Contudo, apenas 68,3 mil famílias foram assentadas em 2004, ou seja, 59 % da meta estabelecida. Logo, nos dois primeiros anos do Governo Lula foram assentadas somente 32 % das famílias previstas na meta inicial.

mínimo, “aumento do investimento público e recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo” (BARBOSA e SOUZA apud MORAIS E SAAD-FILHO, 2011, p. 517).

O novo-desenvolvimentismo pode ser sintetizado por SICSÚ, PAULA e MICHEL (2007, p. 509) em quatro teses: “(i) não há mercado forte sem Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estados fortes somente serão construídos por uma estratégia *nacional* de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas”.

Como se pode observar existem algumas peculiaridades nestas propostas, que aparentam ser opostas ao receituário neoliberal como: o fortalecimento do Estado em oposição ao Estado Mínimo e a ênfase num projeto nacional de desenvolvimento, que propõe algumas políticas protecionistas, em contraposição a abertura de mercados na verdade não romperam com as políticas macroeconômicas vigentes, sendo utilizadas como complementares a estas. Este “hibridismo” foi o suficiente para que se ampliasse o debate entre sobre o Governo Lula entre os que ressaltam os aspectos positivo do novo-desenvolvimentismo para defender as medidas adotadas e os que ressaltam os limites da política econômica adotada com forte viés neoliberal². Efetivamente, tais medidas promoveram certo crescimento econômico, garantido as metas e os compromissos assumidos. Um exemplo deste hibridismo foi a associação:

das desonerações fiscais com a ampliação do crédito para elevar o investimento privado de forma seletiva, medidas que são geralmente consideradas pela “visão neoliberal” como redutoras da eficiência da alocação de recursos, sendo tendencialmente desestabilizadoras e, portanto, contraproducentes. Ao mesmo tempo, o governo vem elevando significativamente o custo do trabalho desde 2004, mediante um forte crescimento real do salário mínimo, inclusive em 2008 e 2009, durante o choque mais imediato da crise internacional (MORAES e SAAD FILHO, 2011, p.519)

Para Boito Jr (2012 e 2013) embora os governos do PT não tenham rompido com o capitalismo neoliberal, têm uma política social distinta, pois “tiveram seu direito a reivindicação reconhecidos”, embora não plenamente satisfeitos. Esta política teria contemplado, em certa medida, interesses das classes trabalhadores com a recuperação do

² Para ver as opiniões críticas sobre o novo ou neodesenvolvimentismo ver SAMPAIO JR (2012) e PINASSI (2013)

emprego e o aumento do salário mínimo. O campesinato remediado que contemplaria a base assentada e agricultores familiares vinculados a CONTAG também teriam parte de seus interesses atendidos com o aumento do crédito e do mercado institucional, contudo o campesinato pobre sem terra seria um dos setores marginalizados pela frente. O autor busca com esta análise explicar a participação das classes populares na chamada frente neodesenvolvimentista, que:

... é a frente política integrada por classes e frações de classe muito heterogêneas que sustentou os governos Lula da Silva e que, agora, sustenta o governo Dilma. Essa frente representa prioritariamente os interesses de um setor importante da burguesia brasileira que é a grande burguesia interna. Essa frente contempla também, ainda que de maneira periférica e pontual, alguns interesses das classes populares – operariado urbano, baixa classe média, campesinato e a massa empobrecida pelo desemprego e pelo subemprego (BOITO, 2012).

A frente neodesenvolvimentista se contrapõe ao “campo neoliberal ortodoxo” atuando principalmente em momentos decisivos no processo político eleitoral como: as eleições e na crise do Mensalão, em 2005. Acreditamos que ela também tem se feito presente por meio de mudanças nas estratégias e focos de luta dos movimentos sociais, em especial no MST, pois embora a política neodesenvolvimentista dos governos Lula e Dilma tenham priorizado a aliança com o agronegócio, que se constituiu no principal alicerce da economia brasileira, não houve ações radicais para pressionar o Governo Federal.

Segundo os dados e posicionamento do próprio governo, a política de reforma agrária tem sido relegada em relação às políticas voltadas aos assentamentos rurais. Em 2010, o total de famílias assentadas somavam 924.263 famílias, numa área total de 85,4 milhões de ha. Em contrapartida, apenas entre 2000 e 2010, cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o campo. O Índice de Gini passou de 0,836, em 1995/96, para 0,849, em 2006, e a população rural reduziu drasticamente, de 63,8 %, em 1950, para 15,6 %, em 2010; o que demonstra o aumento da concentração fundiária (DIEESE, 2012).

Contudo, apesar de criticar os poucos números de famílias assentadas, o MST tem combinado as críticas a “paralisia da Reforma Agrária” com a ênfase nos aspectos positivos do governo como a nova postura em relação aos movimentos sociais camponeses e os avanços nas políticas voltadas aos assentamentos. De fato, houve avanços como: 1) o aumento das linhas de créditos para a agricultura familiar, como os créditos para instalação como o apoio inicial (passou de R\$ 1.350,00 para R\$3.200,00) e a aquisição de materiais

de construção (passou de R\$ 3.150,00 para R\$ 15.000,00), a ampliação dos créditos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) cujo montante de recursos aplicados saltou de R\$ 3,3 bilhões, em 1999/2000, para R\$ 9 bilhões, em 2007/2008; 2) os novos programas voltados para a comercialização e garantia de preço mínimo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); 3) programa voltados ao incremento da produção como o Programa Mais Alimentos, nova modalidade do PRONAF voltados para a “modernização da infra-estrutura das unidades familiares” como a aquisição de tratores e implementos agrícolas; 4) a criação de uma nova modalidade no Programa Minha Casa Minha Vida para atender a população rural; e 5) a criação de linhas de crédito no BNDES de apoio a agroindustrialização e a comercialização como o Programa Terra Forte e o acordo de ação conjunta com a CONAB para fortalecer o comercialização institucional (MDA, 2013)

De acordo com o esboçado anteriormente parece que o movimento vem assimilando a proposta do governo de investir na organização dos assentamentos. Com o objetivo de “acumular forças” e a partir da constatação da correlação de forças desfavorável para a realização da Reforma Agrária neste governo, o MST parece estar investido menos no trabalho de base para a formação de novas ocupações e se concentrando na organização e mobilização da base acampada e assentada já existente.

A pesquisa de pós-doutoramento que estamos desenvolvendo busca verificar se a histórica relação entre PT e MST não estaria, após os sucessivos governos do PT, provocado alterações nos posicionamentos políticos e práticas do MST e verificar os impactos destas reorientações sobre as bases acampadas e assentadas. O presente trabalho tentou verificar algumas destas transformações, por meio de pesquisa de campo, realizada nas agrovilas do Projeto de Assentamento Fazenda Pirituba II, nos municípios de Itapeva e Itaberá, onde foram aplicados 32 questionários e realizadas 3 entrevistas: uma com um assentado que arrenda lote de outros assentados para o cultivo de soja, duas com dirigentes regionais do MST, um responsável pela produção e, portanto, com a organização dos assentados, e outro pela frente de massas.

Breve Histórico da Fazenda Pirituba

As disputas pelas terras da Fazenda Pirituba se iniciam na década de 1950, quando esta foi repassada ao Governo do Estado pela Companhia Agrícola e Industrial Angatuba. O governador do Estado Adhemar de Barros resolveu ceder estas terras para um engenheiro agrônomo italiano para o plantio de trigo. O objetivo do governo era formar uma colônia de italianos na região. Contudo Lino Vicenzi arrendou as terras principalmente para a pecuária. Também ocupavam as terras da fazenda 190 famílias de foreiros. Durante o governo de Carvalho Pinto por ocasião da Lei de Revisão Agrária as terras foram requeridas pelo estado que conseguiu reaver uma parte destas mediante indenização. Em 1973 iniciou-se o Projeto Pirituba I onde foram instaladas 181 famílias em lotes de 40 alqueires cada (DE PAULA, 2011)

As primeiras ocupações foram realizadas por foreiros e arrendatários da região que sabendo das irregularidades da área decidiram lutar para conquistar um lote de terra. Em março de 1985, após 11 meses de ocupação, iniciou o Projeto de Assentamento Pirituba II.

Estas ocupações marcam o surgimento do MST no Estado, embora este ainda não estivesse constituído oficialmente, já que vários assentados da Agrovila I e II ajudaram a construir o movimento no Estado. O início das atividades organizativas sob a sigla do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se deu a partir da Agrovila III que ainda estava lutando, por meio das ocupações, para a ampliação da área do assentamento. Este grupo já estava participando da organização dos grupos que ocuparam a Área IV e Área V. Durante este período também se iniciaram as discussões sobre a produção nos assentamentos e a forma de organização por agrovilas (SILVA, 2007).

Na Fazenda Pirituba II encontram-se assentadas 378 famílias numa área correspondente a 8026,23 ha, segundo dados do SIPRA, entretanto de acordo com os dirigentes do MST que residem na região existem 360 famílias assentadas, vide tabela a seguir.

Tabela 1 – Agrovilas do PA Fazenda Pirituba II

Agrovilla	Município	Famílias assentadas	Área	Área/família	Obtenção da área
Agrovila 1	Itapeva	107	2511	23,5	1984
Agrovila2	Itapeva	56	1341	23,9	1999
Agrovila 3	Itaberá	73	2142	29,3	1986
Agrovila 4	Itapeva	51	1096	21,5	1991
Agrovila 5	Itaberá	39	807	20,7	1992
Agrovila 6	Itaberá	52	126	2,4	1999

Fonte: Relação de projetos de assentamento do INCRA

Como se pode observar a maioria das famílias assentadas detém entre 20 e 29 ha, exceto os assentados na agrovila 6. Na verdade, os assentados na Agrovila 6 estão em um Projeto Emergencial, ou seja, não é um assentamento efetivamente constituído, pois só conquistaram a área da agrovila, ainda estão em processo de luta por mais área. Enquanto esperam alguns vão sendo inseridos em outras agrovilas, no caso de falecimento de titulares cuja família não tenha interesse em . As agrovilas possuem formas organizativas distintas, em quase toda agrovila existe uma cooperativa ou associação, em algumas destas agrovilas existem mais de uma forma organizativa.

Perfil sócio-econômico dos entrevistados

As seis agrovilas foram constituídas por processos de luta distintos, entre os entrevistados muitos filhos de assentados que assumiram a administração do lote dos pais. Isto pode ser constatado pela faixa etária dos entrevistados, entre 18 a 35 anos (25%) e de 35 a 44 anos (28,1%), que nos permite constatar que nesta faixa predomina filhos de assentados. As faixas correspondentes a 45 a 59 anos (28,1 %) e de 60 anos ou mais (18,8 %) correspondem aos primeiros titulares do lote e demonstra o processo de envelhecimento do assentamento.

Apesar de não ter sido definido previamente 50% dos entrevistados era do sexo feminino e 50 % do sexo masculino o que demonstra a importância das mulheres nas decisões referentes ao lote. Em muitas ocasiões, a entrevista era realizada com a participação do casal. As mulheres também costumam se organizar em grupos formais e informais no assentamento para o cultivo de ervas medicinais, produção de remédios fitoterápicos, entre outros.

A maioria dos entrevistados 68,8 % era casada ou vivia em união estável, em relação ao nível de escolaridade 56,3 % estudaram até o ensino fundamental incompleto, 9,4% estudaram até o ensino médio incompleto e 34,4% possuem ensino médio ou técnico. Os mais jovens possuem maior nível de escolaridade o que demonstra que os filhos de assentados tiveram mais possibilidade de estudar, vários já fizeram ou estão fazendo cursos pelo PRONERA.

Durante uma conversa informal surgiram comentários como de que os mais jovens estudavam e passavam a integrar a direção regional e desconsiderar o que os mais velhos diziam. Isto demonstra, inclusive, os conflitos entre as gerações. Em outro momento, um filho que assumiu os negócios do lote afirmou ter abandonado a cooperativa por que acreditava que era melhor seguir como individual e que o pai havia permanecido como cooperado durante muitos anos, mais pelas relações de amizade do que pelas vantagens da produção cooperada.

A maior parte dos entrevistados é do próprio estado de São Paulo 68,8 % e do estado vizinho Paraná 15,6 % e, em menor proporção, dos estados da Bahia 6,3 % e de Minas Gerais 9,4%. A maioria já trabalhava no campo ali mesmo na região: 43 % como arrendatário, parceiro ou meeiro; 18,8 % era menor de idade – ou seja, são filhos de assentados que assumiram os lotes e já auxiliavam os pais no trabalho no campo, 6,3 % eram assalariados rurais 3,1 % era pequeno proprietário, 3,1 % bóia-fria, ou seja, 75,1 % já viviam ou trabalhavam no campo.

Entretanto, a maior parte não possuía contrato de trabalho e mesmo aqueles que tinham algum tipo de contrato não possuíam segurança na renovação destes. Muitas vezes ao final do contrato o proprietário se recusava a renovar e as famílias precisavam procurar novas terras para trabalhar. Este foi um dos motivos que levaram as famílias a ocuparem as terras da Fazenda Pirituba.

A decisão de ingressar em uma ocupação de terra foi motivada para 65,6 % pelo desejo de ter o próprio pedaço de terra, 12,5 % buscavam a melhoria das condições de vida e independência. O sonho de retornar ao campo motivou 6,3 %, o desemprego, o endividamento e a militância política corresponderam a 3,1 % dos casos. Neste último caso a opção da vinda para o acampamento foi oriunda de uma decisão política de deixar a atuação no movimento sem teto para vir fazer a integração campo-cidade, organizar o povo trazer a experiência da cidade para o campo e do campo para a cidade, se identificou com a

luta pela terra e se reconheceu como sem terra. A articulação se deu a partir da atuação na Igreja e no Partido dos Trabalhadores.

Houve um grande número de assentados que participou apenas de uma ocupação, cerca de 34,4 %, principalmente integrantes da Agrovila 1 e 2, isto ocorreu pelo fato de a área já ter sido ocupada anteriormente e pelo fato de que o Governo Estadual interveio rapidamente para a solução do conflito, como vimos anteriormente. Por outro lado, as demais agrovilas passaram por um número maior de ocupações, o que explica que 34,4 % tenham participado de quatro a dez ocupações e 6,3 % de duas a três ocupações e 25 % de mais de onze ocupações. As famílias assentadas na Agrovila III permaneceram na luta pela terra por dez anos em busca da ampliação do assentamento, já as famílias residentes na Agrovila VI estão há dezesseis anos esperando a definição dos seus lotes. Por outro lado, os militantes que foram entrevistados também passaram por um número maior de ocupações.

O tempo de acampamento varia bastante e também tem relação com os processos distintos de constituição das Agrovilas, cerca de 37,5 % permaneceu menos de um ano assentados, enquanto 25 % permaneceu entre um e dois anos acampado, 18,8 % entre três e cinco anos e 17,2% ficou há mais de nove anos acampado.

Por outro lado, trata-se de um dos assentamentos mais antigos do Estado, portanto a 59,4 % dos entrevistados afirmou está assentado há mais de 20 anos, 15,6% entre 16 e 20 anos, 18,8 % entre 11 e 15 anos e apenas 3,1 % de 6 a 10 anos. Esta informação é importante porque nos permitiu averiguar a percepção dos entrevistados em relação a um período mais longo, ou seja, distinguir com mais acuidade as diferenças entre os Governos FHC e Governos do PT.

Em relação a renda mensal familiar 46,9 % responderam ter renda entre dois e três salários mínimos, ou seja, entre R\$ 1.243,00 a R\$ 1.866,00; 28,1 % tem renda de até um salário mínimo ou até R\$ 622,00; 15,6 % possui renda familiar inferior a um salário mínimo, enquanto que 9,4 % possuem renda de mais de 4 até 5 salários mínimos (entre R\$ 2.489,00 a R\$ 3.110,00).

Tabela 3 - Renda mensal familiar (em salários mínimos)

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válido	Menos que R\$ 622,00 - Menos que 1 salário mínimo	5	15,6	15,6	15,6
	Até R\$ 622,00 - até 1 salário mínimo	9	28,1	28,1	43,8
	De R\$ 1.243,00 até R\$ 1.866,00 - mais de 2 até 3 SM	15	46,9	46,9	90,6
	De R\$ 2.489,00 a R\$ 3.110,00 - mais de 4 até 5 SM	3	9,4	9,4	100,0
	Total	32	100,0	100,0	

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Perguntamos também como é composta esta renda, segundo os entrevistados é advinda de diversos rendimentos. Além do trabalho agrícola, das 32 famílias entrevistadas 10 contam com aposentadorias, 14 recebem bolsa família, 8 trabalham fora do assentamento sendo que destes 5 possuem registro em carteira, 12 famílias contam com outros membros da família trabalhando fora do assentamento. Além destes rendimentos a renda é complementada por bicos/diárias no assentamento, comércio local, prestação de serviços, etc. Como se pode observar no quadro a seguir a agricultura é apontada como a principal fonte de rendimento, seguido pelo trabalho no assentamento e as aposentadorias.

A pergunta foi de múltipla resposta com o intuito de captar todas as fontes que compunham o rendimento familiar.

Tabela 5 - Fontes do rendimento familiar

	Respostas		Percentual dos Casos
	Frequência	Percentual	
Agricultura	32	39,0%	100,0%
Produção Animal	11	13,4%	34,4%
Piscicultura	2	2,4%	6,3%
Transformação artesanal de produtos agrícolas	2	2,4%	6,3%
Diárias, bicos no assentamento	10	12,2%	31,3%
Cooperativa, associação local	4	4,9%	12,5%
Comércio local (bar, mercadinho)	4	4,9%	12,5%
Aposentadoria	10	12,2%	31,3%
Salário de Netos	1	1,2%	3,1%

Monitor de transporte escolar	1	1,2%	3,1%
Ferro velho	1	1,2%	3,1%
Prestador de serviços gerais	2	2,4%	6,3%
Atravessador	1	1,2%	3,1%
Assalariado no mercado do assentamento	1	1,2%	3,1%
Total	82	100,0%	256,3%

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Os gastos estão concentrados na própria manutenção da família: alimentação (34,9 %), saúde (19%), roupas (15,9%) os investimentos no lote são responsáveis por 6,3 % dos gastos familiares.

A produção no assentamento é extremamente diversificada são produzidas hortaliças (17,6%), tubérculos (14,0 %), cereais (18,4 %), aves (14,7%), suínos (9,6%), bovinos (7,4%) e frutas (17,6 %). A produção é possui como destino: a) o mercado institucional - em especial na Modalidade Doação Simultânea, responsável por 31,1 % da produção comercializada - e b) os atravessadores que intermediam 27,9% da produção. A participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar é pequena correspondendo a 11, 5 %. Cabe destacar que os assentamentos de Itapeva são grandes produtores de grãos, em especial soja, milho e feijão que constituem a parte mais significativa da produção. Isto se deu desde o seu processo de constituição. Contudo, não dispõem de estrutura para secagem e armazenamento dos grãos.

A organização da produção é realizada pelas cooperativas locais. A regional de Itapeva foi a que melhor reproduziu no Estado de São Paulo a proposta do Sistema Cooperativista dos Assentados, foi criada a cooperativa regional, Cooperativa dos Agricultores da Região de Itapeva, COAPRI e as cooperativas nas áreas, que se integraram a Cooperativa Central dos Assentados de São Paulo, CCA-SP, e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, a ANCA. Entretanto, a maioria das cooperativas do período não existe mais com exceção para a Cooperativa Vó Aparecida, a COPAVA, da Agrovila III. O principal motivo “da quebradeira” das cooperativas foi a crise do modelo de produção agrícola nos anos 1990, com o aumento dos insumos e a queda nos preços das commodities. A maioria dos assentados ficou endividado e não pode mais acessar créditos o que só foi resolvido no segundo mandato do Governo Lula, em 2008.

Na área IV, uma assentada relatou que participou da formação da primeira cooperativa da agrovila, a COOPANOSSA. Após o fim desta cooperativa, foram criadas outras formas organizativas das quais a entrevistada afirmou fazer parte como: a Coopplantas que conta com 32 mulheres que se organizam a partir do cultivo e preparo de fitoterápicos e a Agrovila, uma associação fundada nos princípios da agroecologia, que tem 20 associados. Portanto, a busca da cooperação parece ser uma das características do processo de constituição destas agrovilas que permanece até hoje.

A COAPRI tem buscado incentivar a diversificação da produção e da agroecologia com o objetivo de tornar os assentados menos vulneráveis e dependentes do atual modelo de produção, para um dos dirigentes do MST na região a dependência é tão grande que alterando o contexto favorável ao agronegócio, afeta diretamente os assentados da região. Para tanto tem investido na produção de feijão, no laticínio e nos hortifrúti para atender o mercado institucional. Além de experiências como a dos Sistemas Agroflorestais e soberania energética (biogás, biodigestores, etc) em alguns lotes de assentados. Atualmente possui 200 assentados e pequenos produtores da região fornecendo produtos para o PAA e 40 para o PNAE.

Além do mais existem pelo menos dois limitantes para os mercados institucionais:

- 1) no caso do PAA o problema principal é o valor da cota: *“esse não é para nós. Que nem eu já comentei com você que a cota aqui é 3,5 mil ao ano. O que eu faço com 3,5 mil no ano? Não dá para pôr gasolina, carregar o celular”*, afirmou um assentado. Embora tenha sido assinalada a importância do programa para estimular a diversificação da produção e a melhoria na alimentação das famílias e pensar outras formas de comercialização, independente dos atravessadores, ampliou a organização e a renda das famílias assentadas.
- 2) no caso do PNAE é a restrição do mercado local cuja demanda é menor do que a capacidade de produção dos assentados. Segundo o dirigente do MST

a nossa região é produtora de comida e não consumidora de comida, e a gente percebe algumas dificuldades no sentido de, por exemplo, onde escoar essa produção. No caso de pico de produção aqui, a gente manda toneladas e toneladas para a capital, então como o programa visa uma comercialização mais local, em pequena escala, para o nosso caso teria que ser um outro subsídio para pensar o escoamento da produção para os grandes centros

Foram ressaltadas, também, as dificuldades de infraestrutura, logística e beneficiamento dos hortifrúti. Um dos responsáveis pela COPAVA comenta: *“para a gente entrar no PNAE com hortaliça, teve que fazer um baita planejamento, muito rigoroso, tem*

que ter irrigação, tem que ter micro trator, então nós fomos levantando o que é que precisa para atender a uma prefeitura x. É muito mais fácil ficar nesse modelão aqui do que fazer isso”.

As entregas para o PAA acabam cumprindo a finalidade de complementar a renda dos entrevistados, os produtos entregues são da produção do quintal o pomar e a horta que são utilizadas para consumo e venda do excedente.

Embora não tenha sido possível, por meio dos questionários, destacar o papel do arrendamento³ este fato foi bastante abordado nas entrevistas realizadas existe uma grande procura por terras na região para o cultivo da soja, o que tem tornado o arrendamento bastante atrativo. O arrendamento tem sido uma opção para as famílias com idade mais avançada que não dispõem de força de trabalho, como a dos filhos, e uma necessidade para os assentados que não possuem estrutura ou não querem se aventurar no mercado de *commodities*. De acordo com entrevista realizada com um assentado, que arrenda terra de outros assentados, a principal dificuldade é ter acesso aos créditos e o medo do endividamento:

é que a lavoura é uma coisa assim que mexe com o ser humano, com o psicológico do cara, o cara tem que estar preparado e a maioria dos pobres hoje em dia é assim, não quer ter dívida, quer zelar pela única coisa que tem, que acha que é o bem que tem, que é o nome, né. Um cara endividado, não tendo o nome, sendo pobre, não tem nada dele. E esse é o risco que ninguém quer correr. Para pobre que não tem, que não consegue fazer um financiamento e um seguro agrícola no banco, esse seguro agrícola e financiamento é só mais para grande produtor. Os pobres não tem esses acessos, esse tipo de acesso.

A produção de grãos no Assentamento conta principalmente com a “parceria” de lojas da região que revendem sementes, insumos e defensivos químicos. O financiamento é realizado pelo “adiantamento” do pacote para o cultivo, especialmente da soja para o mercado internacional. A loja fornece ainda a assistência técnica necessária e encaminha, conforme o caso, o defensivo a ser aplicado (fungicidas, acaricidas, etc). O produtor paga em espécie e, na maioria dos casos, a própria loja atua como atravessador. A partir desta vinculação, as lojas passam a intervir no próprio processo produtivo no ano passado as lojas não fizeram parceria para o plantio de feijão, alegando ser uma lavoura de risco e forneceram o “pacote” apenas para o plantio de soja. Entretanto, os custos de produção são

³ Vale ressaltar que o arrendamento é permitido nos assentamentos estaduais vinculados ao Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), enquanto que é proibido nos assentamentos federais, ligados ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

bastante altos e para se obter uma boa renda na produção de grãos é preciso produzir além do próprio lote, portanto arrendar o lote de outros assentados. Este “cerco aos assentamentos” foi constatado no Relatório de Avaliação da Situação dos Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo (IPEA, 2013) que constatou o avanço da plantação de cana no Estado, inclusive sobre as áreas de assentamento, o que sintetiza:

A difícil convivência entre projetos que respondem por diferentes concepções de desenvolvimento – de um lado, o agronegócio centrado na produção de commodities para o mercado externo e, de outro, a reforma agrária, estratégia de combate à concentração fundiária e de reprodução do modelo agrícola familiar e de seus efeitos positivos no mundo do trabalho e na segurança alimentar – não só pode suscitar graves conflitos locais, como também se expressa, de modo mais cabal na disputa por recursos públicos e políticas de apoio às suas demandas específicas (IPEA, 2013, p.52, grifo nosso).

De fato esta convivência tem se mostrado insustentável de acordo com o próprio IPEA nos assentamentos em que houve a disputa de lotes, via arrendamento para o agronegócio da cana, se estabeleceram relações de dependência e subordinação dos assentados e critica que:

Em tais situações, portanto, o Estado acaba por atuar como mero intermediador de mão-de-obra, patrocinando uma típica relação de terceirização, em que o risco da atividade é transferido do complexo usineiro para os produtores de cana-de-açúcar e nítidas relações de trabalho são camufladas sob a forma de contratos de compra e venda de produtos agrícolas (IPEA, 2013, p. 56)

Interrogado sobre os auxílios do governo como o PRONAF o assentado arrendatário ironiza: *se eu quiser emprestar 2 mil no banco, ele exige até o meu exame de paternidade. E se um fazendeiro que tem uma fazenda aí do governo e terra grilada, e pegar 2 milhões, o governo não exige nada, na hora o cara sai com o dinheiro no bolso. Sai com a conta gorda. (risadas).*

Para o dirigente do MST o PRONAF não auxilia no desenvolvimento dos assentados pois:

foi criado para quem já está avançado. A tendência que nós estamos vendo aqui nos assentamentos da Pirituba é que quem já está estruturado se estruture cada vez mais e quem não está enfim... está sendo excluído diariamente do modelo de desenvolvimento e que não é por acaso é intencional isso a política do governo atual é desta forma, inserir uns e excluir outros...

Embora tenham sido apresentados avanços com o Governo Lula, principalmente com a renegociação do crédito dos assentados, a ampliação dos créditos do PRONAF, criação de novas linhas de crédito como o Mais Alimentos destinado a compra de máquinas e equipamentos e a abertura dos mercados institucionais para a venda da produção do assentamento, pudemos constatar que estas não tem sido suficientes para um processo de autonomia e independência dos assentados que acabam subordinados as lojas de veneno na região que representam os interesses de grandes multinacionais como a Syngenta, Monsanto e Bayer.

Perfil político-ideológico

Em relação ao perfil-político ideológico verificamos que um percentual muito pequeno possui filiação partidária correspondendo a 12,5%, dos quais 6,3% são filiados ao PT. Entretanto, existe uma forte identificação de pelo menos 31,3 % dos entrevistados com o PT. A grande maioria dos entrevistados, cerca de 87,5 %, de afirma que a condição de vida dos assentados melhorou no governo Lula. Para um dos dirigentes regionais entrevistados apesar de não ter avançado nas desapropriações:

o governo focou para a produção, para o desenvolvimento local. Eu acho que nessa parte está andando as coisas. Andou no governo Lula, como eu falei todos esses 10 anos para dentro, resolvendo os nossos problemas, e acho que já resolvemos 90 por cento dos nossos problemas do assentamento. Então focou em crédito, mercado, casa, luz, se pegar esses quatro itens o governo fez.

Todos os entrevistados votaram na candidata do PT a presidência, Dilma Rousseuf nas últimas eleições e 96,8 % considerou o Governo Dilma bom ou ótimo. Destes 56,3 % acreditam que ela irá melhorar a condição de vida dos assentados, principalmente porque irá seguir as políticas já implementadas pelo Governo Lula; 12,5 % acredita que não alterará as condições de vida devido a influência dos ruralistas, porque não estaria priorizado a desapropriação de novas áreas e não estaria cumprindo as promessas de campanha e 21,9 % não opinou.

Interrogados sobre a atuação do MST no governo Lula, 59,4 % acredita que o número de ocupações realizada pelo movimento diminuiu, 18,8 % que se manteve constante, 15,6% acredita que aumentou e 6,3% não opinaram.

Um dos entrevistados afirmou que a diminuição no número de famílias acampadas se deve as poucas conquistas no período e as políticas de compensação social que atinge as

bases potenciais do movimento. Entre os anos de 2000 a 2012 houve apenas duas conquistas: a Fazenda Boi Gordo, em Itapetininga e a Fazenda Vitória, em Apiaí, e destacou as dificuldades enfrentadas pelos dois últimos acampamentos realizados na regional de Itapeva: o Acampamento 8 de março, de 2006 e o Acampamento 17 de abril, de 2007 que após dois anos de luta e vários despejos foram reunidos em um só e ainda esperam por uma definição da justiça.

Por outro lado disse ter percebido que a “luta pela terra não tem sido uma das principais estratégias do movimento” o que pode ser observado pela diminuição da radicalidade das ações avaliando as ações realizadas em 2012 afirma:

as companheiras não ocuparam as empresas, não destruíram nenhum viveiro de mudas, enfim foram para a praça, fizeram marcha. E no 17 de abril foi mais ou menos nesse sentido, a opção foi não fazer o enfrentamento ao latifúndio, ao agronegócio, mas sim de fazer lutas que denunciassem, que tentassem trazer o debate de outra forma. E, de certa forma, como o governo tinha sinalizado que receberia o movimento, isso caminhou para um processo de não fazer o enfrentamento, mas sim de optar pela negociação

Para o dirigente o fato de o governo ter priorizado o agronegócio impede que haja avanços e influencia diretamente na definição de lutas e formas de luta do movimento: “a gente olha para os assentamentos e vê que não estão desenvolvidos e a gente olha para os acampamentos e vê que não tem conquista de terras...”.

Podemos concluir que, de fato, os assentados da Fazenda Pirituba tiveram alguns avanços nos Governo Lula e Dilma em especial no aumento dos créditos, ampliação de novas linhas de crédito, inserção no Programa Minha Casa, Minha Vida, vinculação aos mercados institucionais, etc. Contudo, estes programas não tem sido suficientes para o desenvolvimento de todas as famílias assentadas o que pode ser comprovado pela quantidade de assentados que recebem recursos do Programa Bolsa Família, cerca de 1/3 dos entrevistados. Por outro lado o modelo de produção, adotado pela maioria dos produtores, os mantêm atrelados às cadeias produtivas do agronegócio, tornando-os dependentes dos pacotes necessários à produção e, posteriormente, por ocasião da venda, gerando uma nova forma de atravessamento. Os programas do governo, embora tenham contribuído para a diversificação da produção e aumento da renda não tem sido suficientes para reverter este quadro.

Referências Bibliográficas

- BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/>. Acesso em 20/05/2013.
- _____. Os tucanos e a classe média. In: Jornal Brasil de Fato, 08 de abril de 2013
- _____. Pensamento econômico e conflitos de classe. Jornal Brasil de Fato, São Paulo-SP, p. 2 - 2, 02 abr. 2013.
- DE PAULA, N. P. Experiências camponesas de produção alternativa de energia e alimentos no Assentamento Pirituba (Município Itapeva – SP). Monografia de Conclusão de Curso (Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2011.
- DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012.
- IPEA. Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: fatores de sucesso ou insucesso (Relatório de Pesquisa). Brasília, 2013.
- MDA. Programa. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>. Acesso em 20/05/2013.
- MORAIS, L., SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, vol . 31, nº 4 (124), pp . 507-527, out-dez.2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>.
- PINASSI, M. O. Neodesenvolvimentismo ou luta de classes. Revista Caros Amigos, dez. 2012. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/211-revista/edicao-189/2834-neo-desenvolvimentismo-ou-luta-de-classes>. Acesso em 20/05/2013.
- SAMPAIO JR., P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. IN: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, 2012.
- SILVA, L. H., Práticas Organizativas do MST e relações de poder em assentamentos/acampamentos do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado (Ciências Sociais), Ufscar, São Carlos, 2007.
- _____, A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil, 2012.

ESTRATÉGIAS DO PRESENTE E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO

Silvani da Silva, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA
silvani.j@bol.com.br

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior- CAPES
GT3: “Questões Agrárias”

RESUMO

Esta comunicação de pesquisa tem a preocupação central de refletir sobre as perspectivas de vida e trabalho dos jovens moradores do Assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado em Araraquara/SP. Tendo como categoria de análise a juventude e o assentamento como espaço de construção de cultura, se faz pertinente refletirmos sobre o que é ser jovem no meio rural hoje. As questões sobre o jovem no meio rural e as consequências das mudanças e crises que vêm afetando o rural brasileiro levando os jovens a re-elaborarem sua realidade e seus projetos de vida e trabalho, ainda foram pouco estudadas. Os jovens do meio rural, assim como os demais jovens, se relacionam com o seu meio, convivendo e “interpretando” seus vários papéis, seja nas funções dentro da família ou da comunidade em seus diferentes grupos. Pretende-se investigar o que realmente significa o “ficar” ou “sair” dos jovens do assentamento, discutindo a partir de uma metodologia qualitativa baseada em observação direta e registro de diário de campo das distintas situações: 1- A saída do assentamento não implica um abandono dos seus valores, podendo ser a expressão da sua intenção de qualificar-se para reforçar o projeto familiar; 2- A saída do assentamento pode significar um redirecionamento de seu projeto de vida; 3- A decisão de ficar no assentamento gera expressões de resistência constatadas com ações de grupos voltadas à valorização da cultura, da memória, do turismo rural ou em ações individuais de inserção na produção agrícola ou não agrícola. Estas preocupações estão vinculadas ao projeto de mestrado que desenvolvo na Uniara e à preocupação do grupo de pesquisa de acompanhar a relação entre assentamentos e desenvolvimento, mediada por aspectos geracionais e relações de gênero.

Ser Jovem: uma categoria em transição?

A noção clássica de juventude remete à transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital, por isso, vários países e instituições de pesquisa determinam juventude a partir de uma abordagem cronológica de idade. O Brasil em 2013 instituiu o Estatuto da Juventude, e são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Neste artigo trabalharemos a perspectiva de Durston (1998 apud FREIRE, 2007, p.218) que concebe que a juventude é uma etapa durante a qual aumentam progressivamente a presença do trabalho na jornada

cotidiana e diminui o jogo lúdico, que começa na adolescência e “termina” com assunção plena das responsabilidades.

A adolescência é uma fase que se caracteriza por apresentar questões que lhe são típicas e pelas quais a maioria dos indivíduos se vê refletindo sobre a formação de sua [identidade](#), a escolha da sua carreira profissional, seu posicionamento diante de sua sexualidade e os conflitos naturais que surgem com os pais diante dos desejos de independência – tanto financeira como em relação a poder ter suas próprias idéias. Segundo Abramo (2005), esta é uma fase de transição, por si polêmica, isto porque, esses indivíduos estão deixando a infância, que é a primeira fase do desenvolvimento corporal e da primeira socialização, para a fase da idade adulta.

No Brasil modernizado, tal como no primeiro mundo, a adolescência se prolonga, por necessidades sociais ligadas à sociedade do tipo industrial, hoje conhecida como sociedade do conhecimento, que nada mais é do que o capitalismo em fase de avançado desenvolvimento tecnológico e acelerada acumulação. (WHITAKER, 2006, p.113)

Juventude é considerada um período de auto-identificação, bem como de desenvolvimento humano que requer direito e deveres específicos. Segundo TROIAN,

O termo juventude remete a uma série de conceitos, aos quais muitos especialistas definem de maneiras divergentes. Culturalmente determinada, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária. (TROIAN, 2009, p.03)

Analisando a noção desta condição, Abramo (2005) coloca em tese que esta transição é o ápice do desenvolvimento e da plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (trabalhar para se sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade)

Relacionando-se adolescência e juventude, as diferenças ficam bem claras. De acordo com Janice Sousa (2006), “o jovem se dimensiona individualmente e sob a influência de aspectos psicossociais, num percurso de (in)definições: busca identitária, tendência de estar em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfações sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento dos valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor na adolescência.”

Sendo assim, entende-se que as características da juventude são exatamente as indefinições desencadeadas por quem está passando por esta fase. Na medida em que alguns desses fatores vão sendo superada a continuidade das (in) definições se mantém como crise e conflitualidades provocadas na debilidade dos [rituais de passagem](#), no descrédito dos lugares institucionais tradicionais que tornam mais difíceis as escolhas e definições dos jovens diante dos papéis a serem assumidos como projeto de vida adulta; diante das desigualdades sociais e das violências que, para muitos, estão presentes em suas próprias vidas; nas dificuldades no ingresso no mercado.

Considerando os jovens como sujeitos sociais, situados em seu contexto vivido com suas experiências e representações, este artigo tem o interesse de exceder o limite apenas da transitoriedade, ou seja, não entender a juventude como uma simples transição, mas sim, uma fase da vida. No entanto, tomaremos o cuidado como fez Whitaker (2006, p. 113), que aproveitando-se da contribuição de Philippe Ariés, diz que conceitos como infância, juventude velhice, não são absolutos, já que variam os seus limites historicamente, dependem de avaliações que se modificam nos espaços e culturas e são atravessados por relativas a diferentes classes sociais. Sendo assim, analisaremos os jovens como sujeitos que têm valores e conhecimentos próprios, vivendo um processo dinâmico e contínuo no qual estão sujeitos a uma série de transformações.

Sendo membro da coletividade, o jovem se relaciona com os diferentes grupos; como a família, a escola e a comunidade entre outros. E, em diferentes contextos ele convive e vai assimilando o que é produzido e, ao mesmo tempo vai produzindo, construindo sua própria história de vida, seja no meio rural ou urbano. Para Oliveira (2006), jovem se relaciona e convive com seus diferentes papéis e funções, ou a partir deles, nos diferentes grupos, vivendo e construindo sua própria história de vida, enquanto parte de relações sistêmicas com o local e o global. Essas relações os fazem sonhar, idealizar e construir seus objetivos de futuro.

Os jovens buscarão sua própria forma de ser, de agir, refletir e viver o mundo, seja local e globalmente. O jovem, enquanto um ator social tem em sua formação, o somatório das experiências vividas nesta fase de vida, que trazem reformulações e transformações, que irão configurar, já no final da adolescência, ou entrada na vida adulta, direções nas escolhas para o futuro. Frossard (2003, apud OLIVEIRA, 2006, p.53)

O falso dilema entre ficar e sair?

No meio rural não é diferente, porém é nesta fase que vêm à tona os questionamentos quanto à permanência na propriedade dos pais e, conseqüentemente, continuidade dos afazeres da família ou distanciamento da propriedade rural familiar. De acordo com Menezes, Malagodi, Marques (2008), o jovem por meio da participação na divisão familiar do trabalho e de sua inserção no processo decisório, cresce e se socializa integrado à dinâmica da unidade familiar. No entanto, esta inserção na lógica da produção e do consumo familiar, muitas vezes, situa-se numa relação de conflito com os seus próprios desejos, demandas e interesses.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado em Araraquara/SP. Este questionamento aparece por volta dos 14 anos de idade. Quando os adolescentes compreende que as condições financeiras dos pais já não são suficientes para satisfazer seus interesses de consumo que determina a moda. Nesse momento afloram o desejo de trabalhar para obter a renda que os permitirá estar atual com os padrões da moda. Alguns adolescentes conseguem um trabalho de ajudante no assentamento como ajudante na produção da família ou de conhecidos. O trabalho consiste na limpeza de hortaliças, ajudante de pedreiro, serviço de entrega. Já as adolescentes começam a trabalhar como babá. Apesar de observamos em alguns casos esta situação a maioria das pessoas temem alguma pena por empregar estes jovens por isso é que as contratações fica no âmbito familiar ou de conhecidos bastante próximos da família.

Problematizando juventude na perspectiva de gênero, Castro (2008) afirma ainda que ser “jovem rural” carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. “Mas ser “jovem rural” e mulher representa uma situação de “inferioridade” na hierarquia social ainda maior,” isto porque, tradicionalmente, os papéis sociais da mulher na sociedade rural são extremamente reduzidos, limitando-se quase e exclusivamente aos de mãe e esposa.

As jovens vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda no espaço de decisão. Tal situação acaba influenciando para a saída delas, mas quando a saída das jovens não é precedida de gravidez na condição de solteira, muitas vezes precoce. Ocorre uma situação mais vantajosa em relação aos rapazes, isto porque como não são consideradas socialmente candidatas à sucessão do pai na agricultura, acabam sendo mais estimuladas a prosseguir os estudos e, até mesmo, uma universidade como compensação por sua exclusão da

partilha da terra. Nesse sentido, paradoxalmente, o sistema patriarcal acaba por ampliar as opções da mulher rural para além das fronteiras do universo doméstico, possibilitando a formulação e a realização de projetos profissionais de mais longo prazo. Carneiro (2006, p. 255)

Apesar do interesse dos adolescentes em sair para trabalhar fora, isso não acontece nesta fase. Analisando esta situação de forma muito preliminar percebemos que além da menor idade, outros dois aspectos dificulta a saída. O primeiro é a continuidade do ensino médio. O segundo é o fato de não haver vagas suficientes nas empresas que contratam para o cargo de menor aprendiz permitido na lei.

Admitindo desde a ótica do trabalho que juventude rural vive na invisibilidade da esfera social, Carneiro, (2005) aponta que as condições materiais é que interferem na saída dos jovens do meio rural. É o contato mais freqüente com os valores da sociedade urbano-industrial, que faz com que os jovens formulem projetos individuais, com objetivo de “melhorar de vida”, associado ao surgimento de novas necessidades, o que contribui para romper com o padrão de reprodução social anterior.

Dentro dessa ambiguidade está em curso a construção de uma nova identidade. Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto imagem refletidas no espelho da cultura “urbana”, “moderna”, que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambiguidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem (CARNEIRO, 1998, p.03).

A falta de perspectivas de garantir sua autonomia na roça que atenda suas necessidades provoca estratégias de migração. Também os desejos e aspirações profissionais que garanta a renda mensal e que sejam menos penosas do que o trabalho da agricultura, a possibilidade de continuar os estudos, cultura e lazer são as alternativas que os jovens vislumbram que a cidade possa oferecer.

Sair do campo: redirecionar o projeto de vida

O assentamento Bela Vista está localizado a 23 Km do centro urbano de Araraquara. Existe no assentamento transporte público e boa parte das famílias possui veículos próprios o que deixa essa distancia pequena. De acordo com Carneiro (2006) a proximidade com a cidade faz com que o jovem do meio rural viva uma ambigüidade, que

se coloca a partir da manutenção dos laços com sua origem, e as influências que sofrem a partir das interações que tem com a cultura “urbana” e “moderna”, que os modifica em suas perspectivas de futuro. Contudo é certo que o resultado não aponta para a conformação de um todo homogêneo

[...] Disso resulta a afirmação da sociedade local a partir de definições e redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maioria específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identificamos como *rurbanização*. (CARNEIRO, p. 20, 1998).

A busca pela formação escolar, pela renda, pelo lazer pode levar o jovem do meio rural a ultrapassar as fronteiras da própria comunidade. No caso do Assentamento Bela Vista, a fronteira da comunidade é ultrapassada na adolescência quando os jovens para continuar seus estudos são transferidos para as escolas urbanas¹. Se nesta fase como foi comentado acima que os jovens já manifestam o interesse de sair a continuidade dos estudos viabiliza esta condição. É nesse momento que a relação campo e cidade ficam mais próxima para eles. Considerando que os meios de comunicação já diluíram as fronteiras culturais entre o que é socialmente reconhecido como rural e urbano e leva a maneira de viver e seus valores para o campo. Não podemos dizer que os jovens do assentamento são ingênuos a este mundo globalizado.

As possibilidades apresentadas na cidade são valorizadas pelos jovens e podem significar o contato com o moderno, o acesso a possibilidades profissionais e de lazer não encontrados no campo. Por outro lado, estas vantagens vão desaparecendo na medida em que as dificuldades na cidade aparecem trazendo consequências diversas, as quais, no primeiro momento, não são percebidas, como por exemplo. O custo de vida, moradia, segurança e outros fatores, podem levar esses jovens a rever suas prioridades. Então cursar o ensino médio na cidade significa a entrada para vivenciar estas coisas, quer dizer experimentar a realidade urbana em suas vidas. E continuar estudando é condição para qualificar-se para reforçar o projeto familiar.

Nessa relação com os dois mundos, o rural e o urbano resultariam na combinação das diferenças através das quais os jovens não mais cogitam a possibilidade de rompimento completo com o universo cultural de origem, mas a

¹ Os jovens para cursarem o ensino médio são direcionados para escolas do meio urbano, alguns optam por escolas técnicas, mas a grande maioria segue seus estudos na Escola Estadual Professor Victor Lacorte.

realização de um projeto próprio com segurança oferecida pelos laços familiares. “Resultado de uma elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais” (CARNEIRO, p. 14, 1998).

No assentamento, os jovens vivem conflitos que se expressam entre a ausência de perspectiva de permanência no campo e, por outro, o sonho, ou ilusão de uma vida na cidade e de um trabalho assalariado para o qual não há preparo e qualificação. Diante dessa situação, Whitaker aponta que:

Há um equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma “força jovem” interior a comandar mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêm a continuidade das gerações (WHITAKER, 2006, p.115).

Quando saem do assentamento, os jovens continuam contribuindo financeiramente com suas famílias e, nos finais de semana, retornam para o assentamento e ajudam na lavoura. Este costume de estar presente na vida familiar assegura a possibilidade de um retorno ao assentamento. Isto significa que a saída do assentamento não implica um abandono dos seus valores, podendo ser a expressão da sua intenção de qualificar-se para reforçar o projeto familiar.

Deste modo, a saída do assentamento não representa uma ruptura com a família ou com o lote, mas pode significar um redirecionamento no seu projeto de vida. Sobre esta questão Carneiro (2005) aponta que razões afetivas, como apego à família e a localidade de origem, são citadas como justificativas para o desejo de permanecer no meio rural, enquanto “a falta de recursos” (educação e comércio), o lazer e as opções de trabalho qualificado são apontados como carências que mobilizam a ida para a cidade.

Na mesma linha de raciocínio Vantroba (2009 p.05) acrescenta que “para muitos destes, o principal motivo que os leva a abandonar o campo não é a vontade de viver na agitação das cidades e sim pela impossibilidade destes alcançarem seu pleno desenvolvimento econômico através de atividades agrárias.”

A decisão de ficar: as indefinições das políticas públicas?

Em conversa com alguns jovens que estavam se capacitando para o mercado de trabalho fora do assentamento², foi perguntado se os mesmos queriam continuar

² O curso de Auxiliar de escritório foi realizado pelo SENAC em 2012. Participaram jovens com idade de 14 a 16 anos. Atualmente os jovens do assentamento fazem muitos cursos que capacitam para o mercado de trabalho urbano.

trabalhando no assentamento. Eles responderam que continuariam seus estudos e iriam trabalhar na cidade, por que o trabalho da roça era muito pesado, e com poucos rendimentos. Em meio à conversa foi questionado qual seria então, o futuro do assentamento. Depois de uma pequena reflexão eles responderam que gostavam da roça e se tivesse melhores condições de trabalho eles ficariam sim no campo.

A permanência dos jovens no assentamento está relacionada principalmente à condição econômica que precisa ser ampliada e agregada com tecnologia que ajude o jovem agricultor a produzir com eficiência ou poder aderir às novas alternativas produtivas. É desejável que as tecnologias facilitem o trabalho diário na lavoura e no cotidiano do campo, para inclusive romper com a idéia estereotipada de que o homem do campo é pouco dotado de inteligência e, por isso, mais propenso ao trabalho manual, no qual seria capaz apenas de lidar com a enxada.

A decisão de ficar no assentamento não pode ficar apenas no âmbito da resistência dos jovens tanto individual ou de grupos. É necessário criar atrativos que transformem o meio rural em um local adequado para os projetos de vida dos jovens e a valorização da agricultura familiar deve ser um elemento estratégico para reorientação das políticas que visam o desenvolvimento rural.

Segundo Silva, Batista (2011), o cenário rural tem se tornado um ambiente desafiador, apontando tendências na revalorização e ressignificação da agricultura familiar como categoria importante para o desenvolvimento rural que conte com a participação dos jovens,

[...] seja como agricultores ou como profissionais que promovam no campo uma atuação empreendedora, no sentido de potencializar os desafios surgidos pelas novas dinâmicas do cenário rural como as novas ruralidades, a sustentabilidade e as políticas públicas de crédito, beneficiamento e comercialização garantindo, dessa forma, melhoria nas condições de vida das populações rurais (SILVA; BATISTA, p.79, 2011).

No entanto deve haver o reconhecimento da importância da agricultura de base familiar, por parte dos órgãos públicos e privados, como estratégica para geração de emprego e renda no campo, assim como para a produção de alimentos seguros, é o primeiro passo para a criação e execução de políticas públicas que proporcionem aos jovens a oportunidade de visualizar a agricultura como uma das várias possibilidades profissionais para busca de um futuro com dignidade e qualidade de vida (SILVA, BATISTA, 2011, p.88).

Conclusão:

Este artigo traz algumas idéias preliminares que serão melhor analisadas no decorrer do pesquisa do mestrado intitulado “A Educação e o trabalho: Estratégias do presente e perspectivas para o futuro dos jovens do Assentamento Bela Vista do Chibarro dentro da novas ruralidades.” No entanto, já podemos considerar baseado nos estudos de Maria José Carneiro, Maria Nazareth Baudel Wanderlei, Elisa Guaraná de Castro que já possuem excelentes pesquisas que tratam desta que

são que os jovens buscam primeiramente perspectivas no assentamento que lhes garantam autonomia. Todavia, a realidade do meio rural principalmente dos assentamentos não tem apresentado condições possíveis para favorecer a decisão de ficar. Nesse sentido são criadas atualmente as estratégia de trabalhar no urbano, mas continuar vivendo no campo. Esta estratégia do ponto de vista de falta de alternativa é muito interessante, pois soma a melhor qualidade de vida que o campo oferece com as condições possibilitadas pelo trabalho no meio urbano. Se pensarmos em curto prazo, temos parcialmente resolvidos os problemas da juventude. No entanto, em longo prazo teremos que resolver um problema muito maior, que diz respeito principalmente a soberania alimentar. Pois sem o papel importante do trabalhador do campo como fica a produção de alimentos, sabemos que agronegócio não tem como foco esta preocupação. A continuidade dos assentamentos deve ser prioridade nas políticas publicas da Reforma Agrária e para que isto tenha êxito é preciso considerar importante os sujeitos do futuro ou seja, as crianças e os jovens, pois serão eles quem definirão a continuidade ou não da agricultura familiar.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. et al. (Org). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: 1ª Ed. Fundação Perseu Abramo e Instituto da cidadania, 2005, p.37-60
- BRASIL, Estatuto da Juventude disponível em: <http://legis.senado.gov.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/124526.pdf> Consultado em 13.05.2013 às 16:00 horas
- CARNEIRO, Maria Jose. *Juventude Rural: projetos e valores*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 1ªed. , 2005.
- _____. *O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. In: TEIXEIRA, F. C. S.; SANTOS, R.; COSTA, L. F.C. (orgs). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude e Juventude rural: hierarquia, controle e participação. In: FERRANTE, V.L.B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 120- 130.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M.. **Subvertendo o conceito de adolescência**. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, 2005 p. 2-11.

FREIRE, Jaqueline S.; CASTRO, Edna. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E. G. (Orgs). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Muad X, 2007, p.215 - 236.

OLIVEIRA, Sirle Brum. Projeto de Vida e Trabalho dos Jovens no Contexto das “Novas Ruralidades”: o caso dos Estudantes da EFA de Tinguá/RJ. Dissertação Mestrado em Economia Doméstica, Universidade de Viçosa Rio de Janeiro, 2006, p.113.

MENEZES, Marilda A.; MALAGODI, Edgard; MARQUES, Francisco R. Juventude e educação em Assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, V.L.B; WHITAKER, D. C. A. (Orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 132 150.

SILVA, J. R.; BATISTA, C. W. S. Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes da escola profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL. **Revista Científica do IFAL**, n. 2, v.1 – jan./jul. 2011.

SOUSA, Janice. Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política, Florianópolis: v. 5 n. 8. 2006, p. 9-30.

TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia; OLIVEIRA, Sibele V. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. Sociedade Brasileira de Economia**. Porto Alegre/RS: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>> Acesso em: 16/02/2011.

VANTROBA, Eléia A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem no campo no seu ambiente**. Irati/PR: Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE, dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf?PHPSESSID=2010012508181580>> Acesso em: 18/04/2011.

WHITAKER, Dulce C. A.; SOUZA, Marinaldo Fernando de. *A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos*. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C.A. (Orgs.). **Retratos de Assentamentos**. n. 10. Araraquara/SP: UNIARA/ Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – NUPEDOR, 2006, p. 113 a 125.

Silvani da Silva

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA. Graduada em Pedagogia da Terra, UFSCar.

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Pesquisadora CNPq, docente no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

ANÁLISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: 25 ANOS DO ASSENTAMENTO REUNIDAS

SIMONETTI, Mirian C. L.¹
POKER, José Geraldo A.²
CARVALHO, Carolina F.³
GOES, Thaylize N. P.⁴
LACERRA, Bruno S.⁵
LUSSANI, Cássia A.⁶
ORIGUELA, Pedro⁷
SALGADO, Claudia da Costa⁸
CNPq
GT 3: “Questão Agrária”

Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla denominada **Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010** na qual buscamos compreender os limites e as possibilidades dos governos dos últimos 25 anos para a realização das políticas de Reforma Agrária no país, tendo por referência os dois governos Lula da Silva. É também consequência de um ciclo de 25 anos de estudos do “Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais – CPEA”, localizado na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília/SP, voltados à análise dos movimentos sociais e assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

Tratar da análise das políticas de reforma agrária no Brasil implica compreender a complexidade e diversidade dos atores sociais envolvidos com essa problemática, em outras palavras, o papel do capital representado pelas elites agrárias; o papel do campesinato e das populações tradicionais, com destaque para a atuação dos movimentos

¹ Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Coordena o Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da UNESP/Marília/SP/Brasil. Bolsista Produtividade 2 CNPq.

² Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

³ Graduanda do Curso de Ciências Sociais e integrante do CPEA.

⁴ Graduanda do Curso de Ciências Sociais e integrante do CPEA.

⁵ Graduado do Curso de Ciências Sociais e integrante do CPEA.

⁶ Graduanda do Curso de Ciências Sociais e integrante do CPEA.

⁷ Graduando do Curso de Ciências Sociais e integrante do CPEA.

⁸ Graduanda do Curso de Ciências Sociais e integrante do CPEA.

sociais; e o papel do Estado. Na sociedade capitalista esses sujeitos se encontram em um amplo leque de disputas de distintos projetos políticos – gestados tanto na esfera pública quanto na privada – propiciando uma densa rede de tensões, opondo agentes, racionalidades e interesses diversos, ou seja, as territorialidades conflitantes. A pesquisa, que ora apresentamos, realiza um balanço dos Assentamentos de Reforma Agrária, destacando aspectos do processo de reprodução social do Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão/SP, que completou 25 anos em novembro de 2012, a fim de verificar tanto as políticas para a permanência das famílias, quanto os vários aspectos relativos à continuidade das famílias (filhos e netos) no assentamento em questão.

A expressão “reprodução social” mencionada acima não foi utilizada gratuitamente. Aqui, esta expressão é empregada como conceito, que designa os processos pelos quais as gerações mais velhas conseguem fazer com que as gerações mais novas compartilhem de suas visões de mundo e projetos de vida. Neste sentido, quando é referida aos assentamentos de Reforma Agrária, o conceito de reprodução social sintetiza as diferentes formas com que a primeira geração de assentados, já envelhecida ou em compasso de envelhecimento, gradativamente vai deixando de ser protagonista no trabalho e na gestão da terra.

No caso dos assentamentos, isto se torna um problema na medida em que as gerações originais devem ser sucedidas pelas novas, tendo em vista que os lotes que compõem os assentamentos somente podem ser legalmente transferidos mediante sucessão hereditária, a herança. Quando se observa que os assentamentos, em sua maioria, foram conquistas políticas decorrentes de movimentos sociais, o problema da reprodução social se torna ainda mais acentuado. Não se pode considerar como garantida a sucessão das gerações originais, porque também não se constitui certeza o fato de que as novas gerações possuam a mesma identificação com a terra e com mundo rural que motivaram a mobilização e a luta pela terra dos mais velhos, embora uma parte significativa dos filhos já estivesse crescida o suficiente para acompanhar os pais nos acampamentos, passeatas, manifestações, negociações e assembleias que culminaram na conquista dos assentamentos.

Por estas razões pode-se justificar a pesquisa visando identificar e avaliar o potencial da reprodução social dos assentamentos. Por meio desta avaliação é que se torna possível vislumbrar as tendências acerca da continuidade dos assentamentos para além da

presença dos assentados originais, o que se constitui numa ferramenta importante e necessária para avaliar o duplo potencial da Reforma Agrária: como política pública de democratização da estrutura fundiária brasileira, ao mesmo tempo que deve ser tratada também como instrumento de política de inclusão econômica e de geração de renda para populações antes marginalizadas nos centros urbanos. Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados para contribuir no aperfeiçoamento das ações políticas dirigidas à Reforma Agrária, permitindo propor sugestões para corrigir rumos e aumentar o seu grau de efetividade e de impacto transformador na sociedade brasileira.

A pesquisa vem sendo realizada no Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão/SP. Ele se destaca por ser o maior do estado, com cerca de 17.000 ha e 634 lotes, onde se distribuem 637 famílias, em 10 agrovilas⁹. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) distribuiu as famílias de acordo com a cidade ou região de destino, a saber: Agrovila Central, Agrovila 44 Agrovila Birigui; Agrovila Bonifácio; Agrovila Campinas; Agrovila Penápolis; Agrovila São João ou Promissão 30 famílias; Agrovila Cintra; Agrovila do trevo; Grupo dos 12, totalizando, no início, 634 famílias assentadas. (SIMONETTI, 2011)

O Assentamento é fruto de um movimento que teve início em 1983 que, depois de muitos conflitos e embates, resultou na desapropriação da fazenda, em 1986 pelo Governo Federal. Em 1987 ocorreu o assentamento de 44 famílias que inicialmente acamparam na região. Nesse mesmo ano, acampam mais 300 famílias, organizadas pelo MST, da região de Campinas, e simultaneamente inicia-se a seleção, pelo INCRA e representantes das prefeituras e sindicatos de trabalhadores da região. Assim, é possível verificarmos a diversidade e complexidade existente nesse Assentamento. Cada grupo possui características próprias, pois ao lado daqueles que participaram da luta pela terra, através da organização política (acampamentos, confrontos com os proprietários e com o Estado), estão aqueles que ao serem cadastrados pelo Estado (como forma de minimizar os conflitos de terra na região), tiveram acesso a terra. O Assentamento conta com famílias provenientes de 17 municípios da região de Promissão mais o grupo oriundo da região de Campinas. É um dos primeiros assentamentos realizados a partir do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento e Reforma Agrária (PNRA) realizado no país. (SIMONETTI, 2011)

⁹ Os dados podem ser encontrados em <http://www.cecmundorural.com.br/?p=747>

Nas pesquisas realizadas constatamos que é impossível pensar os trabalhadores assentados como um conjunto, pois, cada grupo de famílias, ou mesmo cada família, tem uma história de vida diferente. Tomando por referência apenas o local de nascimento desses trabalhadores, é possível chegar a um mapa de múltiplas flechas que indicam a sua trajetória de migração. Observa-se pelos dados que eles são originários de dezesseis estados da federação, sendo que dos 634 titulares selecionados pelo INCRA, 62% moravam na região sudeste. Esses eram, na sua maior parte, trabalhadores da região, assalariados permanentes ou temporários dos quais 84% trabalhavam com atividades agrícolas há mais de 20 anos. São trabalhadores provenientes de Promissão, Castilho, Penápolis, Getulina, Lins, Barbosa, Birigui, José Bonifácio, Ubarama e etc. Caracterizam-se por extrema diferenciação quanto à ocupação anterior: são ex-posseiros, ex-trabalhadores temporários do campo, ex-arrendatários, ex-pequenos proprietários, expulsos quer pelo movimento do capital, quer pelo Estado para a construção de barragens. A experiência com a terra dessas famílias se refere às culturas do café, cana, laranja, arroz, feijão, milho, algodão e também com o trato dos animais. Há ainda os trabalhadores de origem urbana, oriundos das grandes cidades, filhos e netos de trabalhadores rurais ou de camponeses. (SIMONETTI, 2011)

A busca da terra para plantar, colher, viver, morar, foi a aspiração que moveu esses imigrantes que, expulsos, percorreram o país do sul até Rondônia e de lá até o Paraguai. Alguns passaram pelas áreas de produção e colheita do café em São Paulo, no Paraná, outros pela cana-de-açúcar em São Paulo, pelas empresas de reflorestamento do Mato Grosso e Minas. Outros tentaram obter terras de colonização no norte do país e chegaram à região com uma única esperança - conseguir um pedaço de terra para viver.

Encontramos os que entraram na luta pela terra via movimento sindical ou organizados pela Igreja progressista através das Comunidades Eclesiais de Base, ou via Movimento dos trabalhadores Rurais Sem terra, e até os que nunca lutaram por terra, chegando ao assentamento via inscrição em prefeituras e sindicatos. Diversos são os caminhos que conduzem homens e mulheres à luta pela terra. Por trás dessas diferenciações, a aspiração por terra para moradia e meio de subsistência, liberdade e autonomia parece ser o elemento unificador. Para os assentados cujo passado, remoto ou recente, foi marcado pela vida e trabalho na terra, ela representou um projeto de vida. Nesses casos, a entrada no movimento de luta não foi apenas movida pelo ideal de busca

da terra prometida, mas sim pelo grande trauma representado pela desorganização de suas vidas quando ocorre a expropriação, a expulsão do campo e a proletarização nas cidades. É assim que essas famílias chegaram às terras de Promissão, portando seus sonhos, mitos e muitas lutas. Passar à condição de assentados foi um longo processo, que comportou de sonhos a frustrações. A construção da vida na terra foi um processo de reconstrução de suas identidades. É um processo em curso, um vir-á-ser em realização. Trazendo consigo um passado de lutas e na memória o ideário camponês, muitas dessas famílias assentadas reconstruíram suas vidas na terra. (SIMONETTI, 2011)

Pensar os assentamentos de reforma agrária, após 25 anos de história, revela-se, portanto, como um exercício imprescindível para os estudos do tema. Nas pesquisas iniciais realizadas no âmbito do CPEA, analisamos os processos relativos à chegada dessas famílias ao novo lugar, a reconstrução de suas vidas, ao novo modo de vida e as novas práticas políticas. Nesse momento, vislumbra-se a perspectiva de compreender a continuidade ou não dos filhos e netos na terra.

As falas colhidas na pesquisa indicam que a busca de um lugar, um lugar tido como o seu, o “nosso lugar”, desempenha papel preponderante na luta. Mas este não é um lugar qualquer, é um espaço construído como local de moradia, de criação e recriação da sociabilidade, objeto de trabalho e meio de vida. A pesquisa realizada pelo CPEA ao longo dos últimos 25 anos teve múltiplos momentos: a expropriação, a luta pela terra, a chegada a nova terra e a territorialização que significa a reconstrução do “seu lugar”, do seu espaço de relações e de sua identidade. Esses momentos se multiplicaram em dias de plantar, dias de colher, de consumir ou de vender, de comemorar ou de recomeçar. As pesquisas buscaram compreender as diferenciações com relação à construção do modo de vida, as relações sociais, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva até as relações com o capital.

Porém, neste momento nos deparamos com a seguinte questão, se os titulares dos lotes já se encontram aposentados, como os filhos ou netos estão dando continuidade a esses espaços? É nesse momento em particular que centramos nossas indagações, na reconstrução da vida familiar e em como se dará a condução do lote. Levando em consideração o trabalho que nestas terras se caracteriza como trabalho familiar, quando os titulares dos lotes já não mais tiverem força para trabalhar com a terra, será que estes filhos e netos se assumirão como protagonistas desses lotes?

O eixo central da análise consiste em entendermos a família assentada, visto que, esta é uma categoria de análise central, pois concebemos que é a partir da família que

essas pessoas também se constituem como cultura e identidade¹⁰. Procuramos captar o universo cultural e simbólico em que elas estruturam suas práticas e se reproduzem. Para nós, a construção do assentamento é parte do projeto de vida familiar e nesse contexto, o sítio e a casa simbolizam o centro do projeto, o local de reunião da família e o ambiente em que a família se reproduz. A casa, nesse sentido, não é apenas um espaço de organização social, é também o espaço de projeção do corpo, um espaço pessoal, um espaço em construção, em que as lembranças de outras moradas estão presentes, articulando as práticas individuais e grupais. (DAMATTA, 1984)

Nesse sentido notamos a necessidade de indagar como está se dando esse processo que perpassa a condução do lote com envelhecimento dos que detém o título da terra e que tem sido protagonistas do desenvolvimento do lote. Para a discussão dessa problemática, a Agrovila Campinas foi escolhida para realizarmos nossa pesquisa por se tratar de uma das únicas que obteve acesso a terra através das lutas do acampamento do MST, visto que na composição geral do Assentamento, nem todas as agrovilas passaram por esse processo. Em sua grande parte o acesso se deu pelo cadastro das famílias que aguardavam a demarcação dos lotes, e que ainda estavam localizadas nas suas respectivas cidades de origem.

A pesquisa quantitativa que foi executada na Agrovila Campinas, no período de 31/08/2012 á 05/09/2012, possuía como objetivo, diagnosticar de forma pontual as questões que também foram levantadas qualitativamente. Assim, como se tratava primeiramente de um levantamento quantitativo, não haveria a possibilidade de entrevistar todos os assentados de todos os lotes dessa agrovila, para isso realizamos um recorte estatístico para que a pesquisa tivesse condições de ser realizada. Desta forma, foi estipulado através de um calculo estatístico que seriam entrevistados uma porcentagem de 29,5 %, respectivos a um total de 22 lotes dos 75 lotes existentes na agrovila campinas. Os lotes entrevistados foram escolhidos através de um sorteio realizado no CPEA pelos integrantes do grupo de pesquisa.

Esse foi um recurso de grande utilidade, pois revelou de forma sistemática fatores como a composição familiar, idade, escolaridade, gênero e a opinião dos assentados sobre assuntos como infraestrutura do lote, da agrovila e do assentamento, possibilitando a elaboração de gráficos e suas respectivas análises. Para a sistematização foi utilizado do

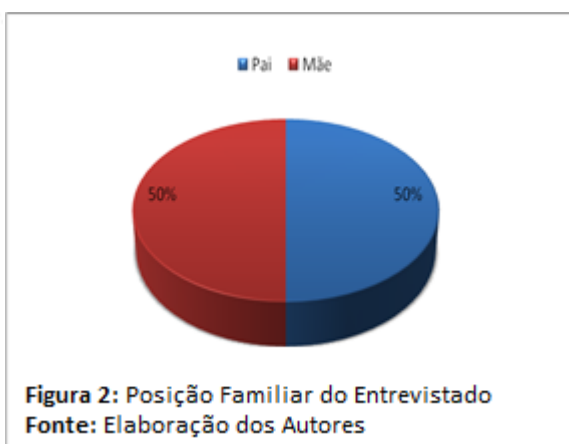
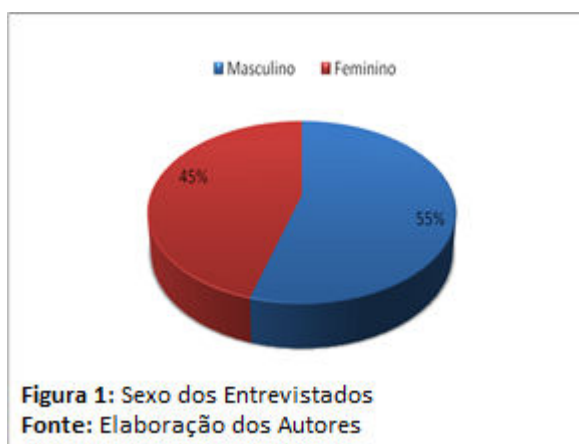
¹⁰ Nessa análise nos baseamos no conceito de estilo de vida de Bourdieu e Hall, arrolados na bibliografia.

software SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*, que apontou tendências gerais dos assentados e da produção de seus lotes.

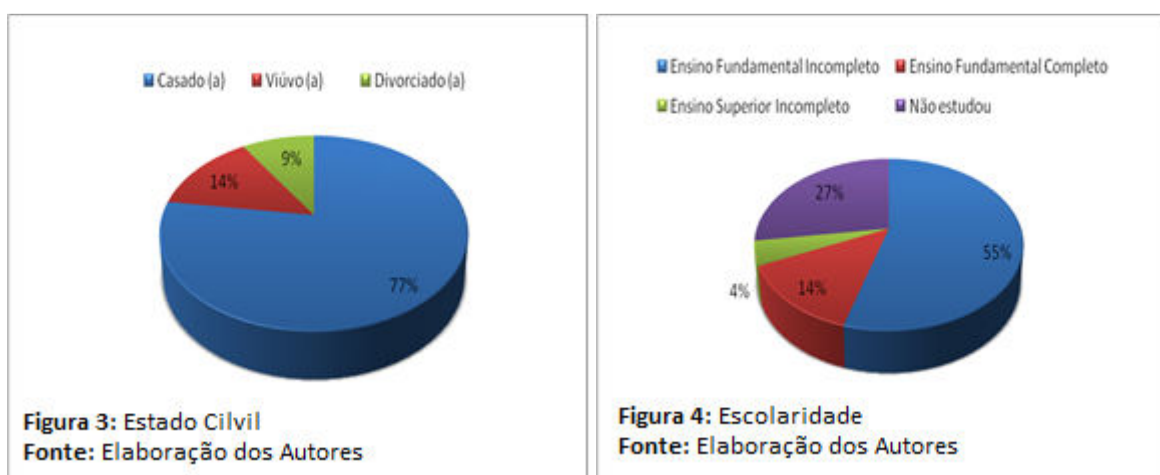
Desta forma, após a primeira análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa podemos traçar um perfil dos entrevistados e suas respectivas famílias, adentrando, assim na análise da reprodução social no Assentamento Reunidas/ Agrovila Campinas.

Dos 22 entrevistados nessa primeira etapa da pesquisa que intitulamos de “Primeira Geração¹¹” (categoria que se remete aos primeiros ocupantes dos lotes, que participaram dos processos de demarcação e divisão), um total de 12 eram homens e 10 eram mulheres, que equivalem respectivamente a 55% e 45% dos entrevistados. A posição familiar dos entrevistados foi bem definida durante a pesquisa, realizando a mesma com 50% de “Pais da Família” e 50% de “Mães da Família”. O estado civil dos entrevistados pode ser dividido em três variáveis, que adquiriram as seguintes respostas: Casado (a) 77%; Viúvo(a) 14% e Divorciado(a) 9%. Esses possuem idade que variam de 39 a 80 anos, que classificamos em seis variáveis, de 30-39 anos com 4%; 40-49 anos com 36%; 50-59 anos com 18%; 60-69 anos com 23%; 70-79 anos com 14% e 80-89 anos com 5%. A escolaridade dos entrevistados pôde ser classificada em quatro variáveis: Não Estudou com 27%; Ensino Fundamental Incompleto com 55%; Ensino Fundamental Completo com 14%; Ensino Superior Incompleto com 4%.

Seguem os dados nos gráficos abaixo:



¹¹ Nos baseamos nos estudos de geração de desenvolvidos por Mannheim, arrolado na bibliografia.

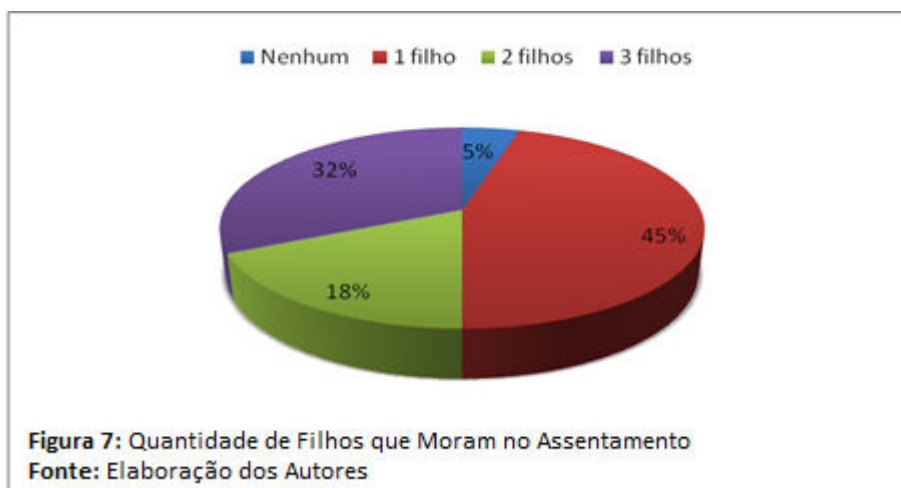


Para compreendermos a “Reprodução Social” dentro da Agrovila Campinas, necessitávamos entender o fluxo dos filhos dos assentados, percebendo em que momento saíram ou decidiram permanecer na condição de assentados. Esse questionamento é importante para mapearmos e diagnosticarmos quais foram os motivos que levaram à saída, entendendo, porque saíram, com que objetivos e qual eram os projetos de vida relacionados a esse movimento. As mesmas questões são colocadas para os que permaneceram assentados.

Assim, ao questionarmos os entrevistados sobre quantos filhos eles têm, pudemos constatar que no total eles são 85, o que percentualmente significa; 4% dos entrevistados possuem 1 filho e 18%, 2 filhos; 27%, 3 filhos; 14%, 4 filhos; 18%, 5 filhos; 14%, 6 filhos e 5%, 8 filhos, respectivamente.



Questionamos também os entrevistados sobre quantos dos seus filhos permaneceram e obtivemos a resposta de que 5% dos entrevistados não tem mais nenhum filho no assentamento; 45% dos entrevistados possuem 1 filho no assentamento; 18% dos entrevistados possuem 2 filhos no assentamento e 32% dos entrevistados possuem 3 filhos no assentamento. Concluindo que 39 filhos, que correspondem a 45,9% dos filhos dos entrevistados, permaneceram no assentamento.



Portanto na questão da reprodução social observamos que um número expressivo de indivíduos permaneceu no assentamento, cerca de 45,9 %, mas que por outro lado ainda não é um dado significativo para a efetiva consecução do projeto de reforma agrária no Brasil, frente aos fatores que levam/levaram a população assentada (mais especificamente os filhos dos assentados entrevistados) a abandonar os seus lotes.

A partir das informações qualitativas da pesquisa selecionamos quatro casos para exemplificarmos essa dualidade entre ficar/sair e os motivos que levaram a essa movimentação.

No 1º caso selecionado, a entrevistada Sra. J. de 39 anos que morava em outro lote no mesmo assentamento com mãe, assumiu o lote quando seu tio Jaime voltou para a cidade para tratar questões de saúde. Ela mora com seu marido, F. de 38 anos; sua filha G. de 18 anos, que ainda mora no lote e trabalha de monitora de alunos em uma escola de promessa ajudando eventualmente nas atividades do lote; H. e K. ambos estudantes do ensino fundamental. A renda do lote é de aproximadamente 36 mil reais ao ano. A entrevistada menciona que gosta de trabalhar no lote, que tem prazer em plantar e em ver os frutos que a luta pela terra rendeu à sua família.

Quando questionada sobre a reprodução social, “Você acha que essa nova geração consegue continuar “tocando” o assentamento?”, a entrevistada nos respondeu:

“Alguns até que não, mais a maior parte eu acho que sim, acho que as famílias conseguiram ensinar bem os afazeres na terra e eles gostam de ver o trabalho, “as coisa plantada e o lucro que dá”. Outros não. Não deu muito certo, acho que eles não tem vocação para isso, não acho que tem muito a ver com pais, acho que realmente não deu certo, eles não tem vocação. Mais esses são bem poucos.”

Questionando-a ainda, “Você que vive no assentamento desde os processos de luta pela terra e da demarcação dos lotes, acha que os jovens e seus projetos de vida ainda são os mesmos? O que mudou com o passar do tempo?”, obtivemos a resposta:

“Eu acho que eles pensam melhor hoje. Tem mais oportunidades de trabalho e de fazer uma faculdade. Por exemplo, lá na agrovila da minha mãe tem muitos que fizeram faculdade e agora estão voltando com suas famílias. Outros têm condição de sair mais gostam, preferem ficar aqui, então eu acho que é muito balanceado. O projeto de vida mudou, melhorou, tem mais oportunidade.”

No segundo caso selecionado o entrevistado J. C., morador do assentamento desde 1987 e participante do processo de ocupação, possui quatro filhos sendo que dois que são menores de idade e moram com ele no lote junto com a esposa. Os outros dois moram na cidade. J. C. é filho de outro assentado, entrou na luta pela terra junto com o pai na década de oitenta, trabalha no lote com os filhos e a esposa I. possuem uma horta e tiram seu sustento da produção, vendendo seus produtos na feira. Os filhos estão se formando no

ensino técnico em agricultura e trabalham no lote com produtos sem utilização de agrotóxicos, trabalham com o método da compostagem que aprendem no curso. A família gosta muito de produzir desse modo, porém se queixam que o retorno financeiro não é do modo que eles gostariam. A esposa também enfatizou durante a entrevista que gostaria muito de mudar-se para a cidade.

Em um terceiro caso observado a assentada N. de 55 anos, que não conseguiu terminar o ensino fundamental e se divorciou do marido quando já morava no lote, relata que ele foi embora e que ficou sozinha no lote com os filhos. Há algum tempo ela já vinha sofrendo com problemas de saúde que se agravaram com o surgimento de um AVC. Após essa complicação em seu quadro de saúde ela foi morar com a irmã em outro lote o qual pertencia a sua família e que foi dividido em dois (informalmente já que o INCRA não permite esse procedimento) ficando meio lote para a C., filha de 34 anos e sua respectiva família – L., genro de 24 anos; J., neto de 9 anos – e a outra metade para C., filho de 27 anos e sua respectiva família – C., nora de 24 anos; R., neta de 2 anos. Eles relatam a dificuldade para adquirir financiamento, já que o mesmo tem que ser feito pela N. que é adoentada. Outro problema apontado por eles é sobre o fato de que a CONAB só fornece uma cota por lote. Com apenas esses relatos, já nos fica claro a dificuldade de acesso das políticas públicas para os jovens e/ou 2º Geração que querem continuar no assentamento.

Sendo assim, como não conseguem produzir no próprio lote, procuraram outras formas de trabalho. O marido de C., L., trabalha para A., filho de outro assentado em outro lote no mesmo assentamento; e C. é pedreiro na cidade. Eles também alegam que a renda deles vem de outros trabalhos que não do lote, porque sem financiamento/sem empréstimo, não tem como produzir.

No quarto caso selecionado o entrevistado J. C. que acampou nas terras de Promissão em 1987, se casou com G. quando já estava assentado. Possuem duas filhas; J. de 16 anos e G. de 13 anos. Vivem da renda do lote e trabalha com plasticultura. Para ele a realidade dos jovens é diferente do tempo dele. Em suas palavras *“O projeto de vida dos jovens é outro, a história é outra.”* Para ele, uma maneira dos jovens permanecerem, seria *“industrializando o campo, investindo em tecnologia e beneficiando os produtos do campo, deveria ter mais lazer também, esportes variados, academia.”* Também cita que os jovens deveriam ter mais acesso a estudos técnicos. O entrevistado acredita que a ‘reforma agrária é uma dádiva de Deus, mas que *“cada tempo tem suas exigências”*. Para ele a

reforma agrária “*não tem futuro porque o jovem não quer ficar, quer ir embora, pois não há projetos para eles.*” É importante ressaltarmos que o entrevistado foi vereador na câmara municipal de Promissão e da direção nacional do MST. Foi também integrante da CPT.

Entendemos que a tensão entre “permanência” ou “abandono” da vida no mundo rural, tem uma relação muito direta com o aspecto da necessidade da luta pela terra que perpassa a vida das famílias assentadas. Apesar dos fatores que o atraem para fora dela, o compromisso desse indivíduo com a terra é preponderante, pois dele depende o futuro de seus familiares assentados e seus respectivos lotes. Portanto, o que nos atrai nesta pesquisa, e justifica nosso interesse por esse tema, é essa tensão que perpassa necessariamente a vida de quem está nessas condições. O que nos movimenta para continuarmos a desenvolver nossa pesquisa é entendermos a reprodução social questionando: Como os assentados resolvem consigo mesmos e com suas famílias este dilema? Eles buscam a utopia, o sonho da terra conquistada ou se rendem às dificuldades latentes e contraditórias deste processo?

Além disso, por meio da pesquisa se torna possível vislumbrar as tendências acerca da continuidade dos assentamentos para além da presença dos assentados originais, o que se constitui numa ferramenta importante e necessária para avaliar o duplo potencial da Reforma Agrária: como política pública de democratização da estrutura fundiária brasileira, e como instrumento de política de inclusão econômica e de geração de renda para populações antes marginalizadas nos centros urbanos. Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados para contribuir no aperfeiçoamento das ações políticas dirigidas à Reforma Agrária, permitindo propor sugestões para corrigir rumos e aumentar o seu grau de efetividade e de impacto transformador na sociedade brasileira.

Referências

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu: sociologia.** In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática. 1983.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.

D'AQUINO, T. **A Construção de Novos Espaços de Vida Nos Assentamentos Rurais A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão – SP.** In: Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. Sueli Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

_____. **Nas terras de Promissão: da luta à construção do lugar**. In: FERRANTE, V. L. (Org.). Retratos de assentamentos. Cadernos de Pesquisa, Araraquara, ano 1, n. 1, p. 175-247, 1994.

FERNANDES, B. M. **Assentamentos como territórios**. In: Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social da America Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991

MANNHEIM, K. 1993. **El Problema de Las Generaciones**. Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168 ["Das Problem der Generation", in Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk, hg. von Kurt H. Wolff, Neuwied/Berlin: Luchterhand, 1964, pp. 509-565; "The Problem of Generations", in Essays on the sociology of knowledge, edited by P. Kecskemeti, Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1952, pp. 251-273] [1928]

POKER, J. G. A. B. **A dimensão econômica e a organização nos assentamentos rurais do MST: as modalidades e o método de implementação da cooperação nos assentamentos**. In: Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

_____. **Reinventando a vida: uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **A prática da vida e os desencontros da libertação**. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão.** 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VIEIRA, F. X. **A Construção da Qualidade de Vida no Assentamento Reunidas.** In: Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral.** Brasília, DF: UNB; Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

SESSÃO 2

IMAGENS QUE RELAMPEJAM: REMINISCÊNCIAS DAS LUTAS SOCIAIS DOS CANAVIEIROS NOS IMAGINÁRIOS SOCIOLÓGICOS DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS NO INTERIOR PAULISTA

Rafael Aroni, professor de Sociologia PEB II da Rede Pública do Estado de São Paulo.
rafaroni1@gmail.com

GT3: “Questão Agrária”

Resumo

Atualmente, no Estado de São Paulo observa-se uma progressiva diminuição dos postos de trabalho de canavieiros no setor agroindustrial, situação influenciada pelo Protocolo Agro-Ambiental do Setor Canavieiro Paulista, de 2008. Frente à ideologia do progresso que opera pelo esquecimento e apagamento de processos de embate nas relações entre capital e trabalho, aventa-se o desafio de perscrutar a memória coletiva sobre as lutas sociais, empreendidas por essa categoria, ao longo da década de 1980, no meio agrário paulista. Frente ao exposto, objetiva-se o processo de rememoração da greve dos trabalhadores canavieiros de 1986, no município de Leme/SP, a partir das imagens sociais aprendidas por estudantes secundaristas, alguns filhos da primeira ou segunda geração de trabalhadores rurais, sobre aquele acontecimento. A proposta foi analisar as representações elaboradas pelos estudantes da história de lutas sociais daqueles trabalhadores. A metodologia empregada foi a pesquisa e leitura de matérias de jornais do período; sobre o embate trabalhista e penal; elaboração de murais e painéis de ideias, orientadas pela didática de painéis abertos. Foram propostas entrevistas para captura de relatos orais sobre a memória dos fatos, por meio de plataformas móveis (celulares e máquinas fotográficas), empreendidos por estudantes, do ensino médio de escola pública, junto à comunidade do município citado. Buscou-se desenvolver situações pedagógicas de aprendizagem da história e fortalecer o diálogo intergeracional pela preservação da memória das lutas dos trabalhadores canavieiros e da memória de dois trabalhadores mortos. Fundamentou-se o trabalho pelos princípios da sociologia pública, ao refletir e fortalecer o ensino da sociologia para além dos muros das escolas, a partir dos conhecimentos da própria comunidade acerca de processos sociais.

Palavras-chaves: greve de canavieiros, rememoração, mediação sociológica, diálogo intergeracional.

IMAGES THAT FLASHING: REMINISCENCES OF SUGARCANE STRUGGLES IN IMAGINARY OF HIGH SCHOOL STUDENTS FROM SÃO PAULO

Abstract

Currently, the State of São Paulo there is a progressive decrease in jobs in the sugarcane agro-industrial sector, a situation influenced by the Protocol Agro-Environmental Sector Sugarcane Paulista, 2008. Front of the ideology of progress working through forgetfulness and erasure processes clash in relations between capital and labor, awesome apron is the challenge of scrutinizing the collective memory of social struggles undertaken by this category over the decade 1980 in through agrarian Paulo. Based on these, the objective is the process of remembering the sugarcane workers strike of 1986, the city of Leme / SP, from social images learned by high school students, some children of the first or second generation of rural workers about this event . The proposal was to analyze the representations elaborated by students of the history of social struggles of those workers. The methodology was the research and reading newspaper reports of the period, about the clash labor and criminal matters, preparation of murals and panels of ideas, guided by didactic panels open. Interviews have been proposed to capture oral reports on the memory of facts, through mobile platforms (phones and cameras), undertaken by students, school public school, in the community of the municipality said. We sought to develop pedagogical situations of learning the history and strengthen dialogue between generations by preserving the memory of the struggles of sugarcane workers and memory of two workers dead. It was based on the work by the principles of public sociology, to reflect and strengthen the teaching of sociology beyond the walls of schools, from the knowledge of the community about social processes.

Keywords: strike sugarcane, remembrance, mediation sociological, intergenerational dialogue.

I – Introdução

A década de 1980 foi marcada por lutas sociais no meio agrário paulista, dentre elas, o motim dos trabalhadores rurais canavieiros de Guariba, em 15 de maio de 1984. Fato social abordado na sociologia rural pela perspectiva de proletarianização e sindicalização dos trabalhadores rurais. Entretanto, aventa-se a hipótese da necessidade de estudos sobre como a tradição de lutas camponesas, por exemplo, nos eventos dos saques às feiras, comuns no interior do Sertão Nordestino, em momentos de carestia, como o final da década de 1970, podem ter influenciado este contexto. Como já dito, é comum aos trabalhos acadêmicos apresentarem a importância daquelas lutas travadas como experiências irradiadoras da sindicalização para a mobilização de outras greves de trabalhadores rurais como as dos municípios de Leme, Araras, Serrana (BERTERO, 1995). Neste artigo são apresentados resultados parciais do projeto em curso, intitulado de *Memória Viva das Lutas dos canavieiros de Leme*, cuja proposta busca a rememoração das lutas canavieiras, empreendidas na década de 1980, no município de Leme, Estado de São Paulo. Amparado no referencial teórico do materialismo histórico de Walter Benjamin, remete-se às reflexões do imaginário sociológico em se acessar formas de se reconstruir a memória, pelas atuais gerações de estudantes secundaristas, deste embate entre capital e trabalho. Ressalta-se que alguns estudantes, são descendentes de trabalhadores rurais que participaram daquelas lutas sociais. Trabalha-se com a hipótese de perscrutar se a greve canavieira ainda permanece no imaginário cotidiano, e quais as contribuições daquele fato para formação do imaginário sociológico de novas gerações?

Assim, um dos objetivos do presente trabalho é identificar se permanecem reminiscências das lutas sociais ocorridas, e como podem ser construídos processos de mediação de relatos intergeracionais, sobre a greve de 1986, a partir de pesquisa com e dos estudantes de uma escola pública de Leme/SP.

Essas questões e proposições estão sendo fundamentadas teoricamente pelo materialismo histórico de Walter Benjamin, a rememoração de Paul Ricœur, em que não se negue reminiscências das subjetivas na objetivação da história, amparado também pela metodologia da didática de composição de painéis de ideias (ANTUNES 2010).

As atividades pedagógicas realizadas até o presente momento foram à apresentação e construção do conhecimento sobre a metáfora do anjo da história proposto por Walter

Benjamin, a partir da obra *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee, leitura de trecho memória póstuma de Brás Cubas, sobre o encontro do personagem com Pandora, posterior vinculação dos vídeos Califórnia Brasileira e Guariba 1984, de José Roberto Novaes e Francisco Alves, e por último, a leitura e análise de texto de dez reportagens do jornal Folha de S. Paulo, que retrataram os fatos da greve de Leme, do dia 11, de julho, de 1986.

Assim, ao se sondar a memória coletiva sobre os polêmicos acontecimentos daquele movimento grevista, busca-se identificar se permanecem e ou como podem ser construídos os relatos intergeracionais, a partir das ações em se despertar o imaginário sociológico de estudantes secundaristas. O percurso atual busca caracterizar os processos possíveis de como os próprios estudantes podem construir a história deste fato, a partir de pesquisas junto a fontes primárias, sujeitos que participaram do movimento grevista, e fontes secundárias como reportagens de jornais. Parte-se da perspectiva da rememoração do tema da greve, como uma prática pedagógica com potencial de instrumentalizar as novas gerações, principalmente pelo fato delas estarem desconectadas das memórias dessas lutas históricas. Outra faceta importante deste fenômeno de desconexão são os desafios que se avolumam, com a perspectiva do fim do trabalho canavieiro, e elevação da taxa de desemprego nas famílias de alguns destes estudantes.

II – Das reminiscências a memória

Nesta apresentação busca-se se partir da orientação do trabalho do sociólogo enquanto mediador entre a memória da greve e as imagens que os jovens de escolas públicas têm sobre esse acontecimento.

Os fundamentos teóricos para construção deste processo parte da sexta tese proposta por Walter Benjamin, sobre o processo do materialismo histórico em se trabalhar com reminiscências. Portanto, buscar o significado em vestígios do presente, das derrotas e opressões sofridas em lutas sociais do passado. Principalmente, reintroduzir conhecimentos dessas memórias que são gradualmente apagadas, mas que ainda estão preservadas. Conforme aponta Benjamin, a ruptura desses elos das forças sociais intergeracionais é o maior perigo de que as novas gerações sejam subsumidas enquanto instrumentos para exploração do capital, e que pouco conhecem do histórico de lutas no embate entre capital e trabalho.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador, ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão sem segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1940, p.7).

Quando das primeiras indagações aos estudantes secundaristas, sobre os conhecimentos que detinha da greve dos canavieiros de 1986, de forma unânime, obteve-se a negativa sobre esses fatos. O tema da greve, enquanto instrumento legítimo da classe trabalhadora por reivindicações de direitos políticos, sociais e humanos, apresentava-se apenas como um tópico de história, dentro do conteúdo do currículo de Sociologia para o Ensino Médio do Estado de São Paulo. Fenômeno conhecido, mas estático em gravuras do livro didático que remetem a Inglaterra, do século XIX.

Ao se questionar sobre a trajetória de familiares que trabalharam ou trabalham no corte de cana, permitiu-se o início do contato desses jovens, com a materialidade das condições de trabalho e vida dos canavieiros, posto que alguns vivenciem e as conhecem a partir da experiência de seus familiares (pais, mães ou irmãos). Este foi processo de conexão gradual, com uma realidade que não está cristalizada no passado, e que produziu efeitos de forma a permanecer presente. Foi o que impulsionou o primeiro pedido de pesquisa aos alunos, para que buscassem artefatos materiais, que ainda preservam a memória da greve dos canavieiros de 1986, na cidade de Leme, o qual será apresentado no próximo tópico.

Assim, inscrito na perspectiva do materialismo histórico de Benjamin, outros pontos teóricos para orientar essa ação de rememoração parte do desafio em não se resgatar o passado, exatamente como uma reprodução dos fatos ocorridos. Até porque, ainda permanecem polêmicas nas interpretações sobre as intenções das forças sociais envolvidas naquele movimento de greve e os resultados obtidos. O seu avesso é proposto em se questionar o porquê do apagamento ou silenciar sobre aquele fato? Por que não existem monumentos que enalteçam a luta desses trabalhadores, ou mesmo pode-se perguntar por que os trabalhadores mortos não foram eternizados em nomes de ruas na cidade de Leme?

Inquietações que reforçam a perspectiva da grande marcha empreendidas pelo progresso capitalista agrário paulista, em tornar vazio e homogêneo o tempo social no qual ele se estrutura, na conservação do apagamento constante das histórias das lutas sociais, nos espraiaamentos dos mares de cana.

Assim, a busca por imagens de reminiscências pretende extrapolar a perspectiva curricular estática, da greve enquanto um instrumento de luta do passado. Justamente ao se apontar as forças sociais anuladas provisoriamente no passado, mas que permanecem como potenciais de realização de perspectivas de um vir a ser, que constantemente é desacreditado no presente. Portanto, um futuro do passado que ainda não se realizou no presente.

Procurando resgatar as intenções que existiram a respeito do nosso presente, enquanto ele ainda era uma perspectiva de futuro, juntamente com as iniciativas malogradas da construção desse possível futuro, que hoje é o nosso presente é que se sabe que o presente, tal como ele é vivido agora, poderia ser outro.

[...]

Na tentativa de resgate dos desejos não realizados, é que o nosso presente pode dar ainda alguma resposta ao passado.

[...] lembranças situações vividas que foram esquecidas, com a possibilidade de que essas reminiscências tragam significado, luminosidade, para o momento presente (PENIDO, 1989, páginas 64 e 65, grifos nossos).

Corroborando, nesta fundamentação teórica a perspectiva de Paul Ricoeur (2007), ao propor a valorização de elementos subjetivos na objetivação da história. Assim, tem-se a questão de que o processo de rememoração envolve tanto a busca por reminiscências coletivas, mas que explicitem os particularismos da trajetória de cada aluno, para construção de uma interpretação individual e que contribua coletivamente, na elaboração painéis de ideias (ANTUNES, 2010) e interpretações do fato histórico em tela.

[...] os gregos tinha dois termos, *mne me* e *anamnesis*, para designar, de um lado [...] a abordagem pragmática da *anamnésia* propiciará a transição adequada da pergunta “o que?”, tomada no sentido estrito de uma investigação dos recursos cognitivos da lembrança, para a pergunta “quem?”, centrada na apropriação da lembrança por um sujeito capaz de se lembrar de si. (RICOEUR, 2007, p. 24).

Não se exclui deste processo, que a negativa de conhecimento dos alunos pode ser uma dimensão de um processo de silenciamento traumático empreendido pelos próprios sujeitos que participaram da greve, o que não implica no seu apagamento. Conforme sugerido por Silva “[...] à negação dos momentos mais traumáticos do passado, sintoma

de patologias coletivas ou individuais da memória e que se traduzem não pelo esquecimento, mas pelo silêncio” (2002, p. 430).

Assim, metodologia didática adotada implica em dinâmicas pedagógicas que visam à rememoração através de situação que permitam à construção do conhecimento e ao mesmo tempo o acesso à memória, na gradual construção de murais de ideias (ANTUNES, 2010). Priorizaram-se as plataformas do texto escrito e da oralidade. Buscou-se atentar aos estudantes, que esse processo tem por fundamento consolidar o conhecimento dos fatos a partir de diferentes dinâmicas, como o conhecimento sobre a metáfora do anjo da história proposto por Walter Benjamin, a partir da obra *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee, para compreensão da alegoria de que a ideologia do progresso no capitalismo traz incutida a ideia de marcha ou avanço, e que pouco se busca rememorar caminhos não trilhados, mas que foram iniciados, no embate de resistência a esse fluxo que busca apagar vestígios dessas outras trilhas.

A leitura de trecho memória póstuma de Brás Cubas, sobre o encontro do personagem com Pandora, propiciou a reflexão de que não basta serem expectadores passivos dos fatos históricos, e sim despertarem para suas inscrições enquanto sujeitos históricos que fazem a história de seu tempo, e tem a necessidade de investigar lacunas, de histórias ainda não contadas, sobre o passado das lutas sociais de seu município.

A posterior vinculação do vídeo Califórnia Brasileira, de José Roberto Novaes permitiu aos estudantes ao passado de lutas e das forças sociais que as mobilizaram.

A leitura e análise de dez reportagens Folha de S. Paulo, que retrataram os fatos do dia 11 de julho de 1986, os quais tiveram repercussões nacionais no cotidiano da vida política brasileira, permitiu aos estudantes dimensionarem a importância de se impulsionarem na rememoração e esclarecimento dos fatos ocorridos durante a greve. Portanto, atenta-se neste processo em curso para que haja um permanente reatualização da visão dos sujeitos que investigam as possibilidades de permanência no presente, de elementos simbólicos que marcam a memória do passado da greve, e principalmente, que se projetem as reminiscências das memórias dos investigados, as quais permanecem silenciadas.

III – Imagens que relampejam: a memória das lutas dos trabalhadores canavieiros no imaginário sociológico de estudantes secundarista

Como apresentado, o projeto de rememoração das reminiscências das lutas sociais dos trabalhadores canavieiros está em execução, dentro do projeto intitulado *Memória Viva das Lutas dos canavieiros de Leme*, desenvolvido em uma escola pública do município. Neste tópico busca-se fazer um relato, no sentido de sistematizar as ações desenvolvidas, os principais desafios enfrentados e resultados atingidos até o presente momento.

As atividades desenvolvidas iniciaram em março de 2013, quando ministrava aula de sociologia no terceiro ano do ensino médio, e ao se deparar com a proposta curricular de se abordar o texto de Engels: *The great towns*, que compõe o livro *The condition of the working class*, traduzido por Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, sobre a condição do operariado, na Inglaterra do século XIX, que tinha como didática a atividade que os estudantes elaborassem um texto que apontassem os direitos violados e possibilidade de luta política da classe trabalhadora. Quando inqueridos sobre o conhecimento de lutas sociais empreendidas pelas classes trabalhadoras, do município de Leme, e se conheciam história da greve dos canavieiros de 1986, houve o interesse dos secundaristas. Um jovem relatou que ouvira histórias de seu pai, contudo não sabia explicar o que havia acontecido.

De forma breve, apontei que foi um importante movimento grevista de luta por efetivação na melhoria das condições de vida e trabalho dos canavieiros do município, com repercussões para vida política nacional. Passados vinte e sete anos, o processo penal com mais de mil páginas, era inconcluso sobre os acontecimentos que vitimaram dois trabalhadores, Orlando Correa e Sibelê Aparecida Manoel, em piquetes realizados no dia 11 de julho de 1986. Para além de uma atividade de pesquisa escolar, em se propor que os estudantes buscassem outras informações, foi realizado o seguinte desafio, que os estudantes, iniciassem uma pesquisa social em identificar elementos simbólicos e matérias que ainda preservam as memórias daquele embate.

O primeiro desafio foi investigarem o nome da rua onde ocorreram os piquetes e os assassinatos dos dois trabalhadores, deixei como dica o nome do bairro. Os resultados foram apresentados na semana seguinte, e para surpresa, a rua palco do conflito José Boldin, teve seu nome alterado para Joaquim Ortiz de Camargo. Portanto, explícito processo de apagamento da memória das lutas dos canavieiros. Um dos alunos inqueriu sobre um símbolo religioso, a imagem de uma Nossa Senhora, cravejada em um muro de

uma casa na esquina da rua. Ao proceder com a comparação com fotos da época, dos jornais, foi possível verificar que tal simbologia é uma reminiscência que permanece como memória daqueles acontecimentos. Muitos alunos ficaram surpresos com essa descoberta, posto que naturalizaram aquela imagem apenas como um símbolo de devoção religiosa. Não sabiam a sua história.

A partir desta experiência, despertou o interesse de dar continuidade desse processo de rememoração em outras salas, dois segundos e três terceiros colegiais. Por avaliação da pouca maturidade dos adolescentes, excluíram-se os primeiros colegiais. Cabe destacar que a escola pública, fica no início de uma das vias que faz confluência com a rua que foi palco dos piquetes e conflito com a polícia. Os perfis dos secundaristas são de moradores dos bairros nas proximidades destas vias.

Para estabelecer uma periodicidade neste projeto, foi proposta que a cada quinze dias, a realização de uma atividade. Iniciou-se então o projeto com cinco salas, dois segundos e terceiros colegiais diurnos, e um terceiro colegial noturno. Foi elaborada uma palestra inaugural na qual se apresentou trechos do texto dos conceitos de Benjamin sobre o materialismo histórico, principalmente, sobre a metáfora proposta como anjo da história. Em uma das salas um aluno ao pesquisar com um celular sobre imagens desta alegoria do *Angelus Novus*, conseguiu encontrar além da figura de Paul Klee, uma releitura do artista Graham Budgett, intitulada *The Angel of History, Der Engel der Geschite*, de 1987, a qual foi incorporada na apresentação nas demais salas. Nela a estrutura é mantida do anjo empurrado pelo progresso virado de costas para o futuro, contudo o progresso é simbolizado pela explosão do cogumelo nuclear. Essa simbologia mais forte, que despertou o entendimento crítico desta marcha do progresso no capitalismo.

De maneira subsequente nesta apresentação foi proposto a leitura de trechos do Capítulo 7, da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, como uma síntese desta imagem do anjo da história, no diálogo entre Brás Cubas e Pandora, e a necessidade de se reatar não as origens dos séculos, como proposto na obra literária, mas em se buscar outros caminhos não trilhados impulsionados pelas lutas sociais.

Outra atividade realizada para foi a exibição do vídeo *Califórnia Brasileira e Guariba 1984*, de José Roberto Novaes e Francisco Alves. As imagens, principalmente do segundo filme, trouxeram inquietações do significado da violência pelo aparelho repressor do Estado. Para muitos estudantes foi fundamental a explicação do conceito de repressão

nas sociedades com classes sociais antagônicas. Quando no primeiro filme apareceram imagens da praça da matriz da cidade de Leme e das manifestações dos grevistas, alguns secundaristas perguntaram se havia algum filme sobre a greve de Leme, neste momento os convidei a realizarem esse documentário, já que dispões de plataformas móveis que permitem gravarem pequenos depoimentos. Entretanto, pedi que aguardassem, para que construíssemos um processo de conhecimento prévio sobre a realidade da memória social que buscaremos investigar.

Nesse sentido, foi fundamental a etapa da leitura e análise de texto de dez reportagens do jornal Folha de S. Paulo, que retrataram os fatos do dia 11 de julho de 1986. Em paralelo utilizou-se a concepção das obras de Marx para o entendimento das forças sociais envolvidas em uma situação de greve. Pedido aos alunos que identificassem e respondessem a um roteiro de questões, quando da leitura deste material. Como diagnóstico identificou-se o resultado do questionamento dos secundaristas de qual força social partiu a violência física que desencadeou a mortes dos dois trabalhadores. Está foi à última etapa realizada até presente momento da redação deste artigo, e que impulsionará outras etapas.

IV – Conclusão

No presente artigo buscou-se apresentar discussões referentes ao processo de rememoração das lutas sociais dos canavieiros, na cidade Leme/SP. A partir de referenciais sociológicos e da história problematizaram-se os efeitos do processo de silenciamento nas recentes gerações de secundaristas sobre os significados daquelas lutas. Buscou-se fundamentar-se no referencial teórico e metodológico da pesquisa de reminiscências matéricas, simbólicas e de memória em se identificar as forças sociais anuladas provisoriamente no passado, mas que permanecem como potenciais de realização de perspectivas de um vir a ser, que constantemente é desacreditado no presente. Portanto, um futuro do passado que ainda não se realizou no presente. Principalmente, com os desafios que se avolumam, com a perspectiva do fim do trabalho canavieiro, e elevação da taxa de desemprego nas famílias de alguns destes estudantes. Pretende-se dar prosseguimento com a pesquisa, na produção do acesso a novas reminiscências das memórias, coletas em registros imagéticos, e que projetem os conteúdos desses conhecimentos, numa composição intergeracional.

V – Referência Bibliográfica

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmicas de Grupo de Sensibilização de Ludopedagogia. Editora Vozes, 2010.

BERTERO, J. F. . O embate entre o capital e o trabalho: as greves no meio agrário paulista na década de 1980. Perspectivas Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17/18, 1995.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História, In:Obras Escolhidas. Trad. Paulo Sérgio Rouanet, São Paulo, ed. Brasiliense, 1985.

PENIDO, Stela, "Walter Benjamin: a história como construção e alegoria", O que nos faz pensar, Cade Idissociabilidade memória como apagamento ou conservação.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 22, n. 44, 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>.

ACESSO À TERRA, CONFLITOS E QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DE RORAIMA

Carlos Alberto de Sousa Cardoso, Universidade Federal de Roraima
cacau@ufr.br

Marilda Aparecida de Menezes, Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG
menezesmarilda@gmail.com

CAPES CNPq
GT3: “Questão Agrária”

O presente artigo tem como objetivo de expor uma discussão sobre o acesso a terra, conflitos e a questão agrária no estado de Roraima. Discutiremos os aspectos que conformam o acesso a terra neste estado entre os anos de 1990 e a primeira década do século XXI e os conflitos que emergem dessa situação. Nossa reflexão parte da perspectiva que a luta pela terra nessa região se dentem especialmente no problema da permanência na terra, especialmente para os migrantes que chegaram nos últimos 40 anos e exploram uma agricultura de base familiar e ao longo desses anos enfrentam problemas de falta de infraestrutura para o escoamento da produção e de políticas públicas que propiciem as famílias de colonos a permanecerem em seus lotes. Por outro lado, os povos originários dessa região também enfrentam a luta pela terra desde os anos de 1970, obtendo sucesso com os processos de homologação de suas terras nos últimos anos, tendo como caso mais emblemático a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No entanto, mesmo com os processos de demarcação, essas terras permanecem no centro das atenções de muitos produtores rurais, especuladores de terra, madeireiras e mineradoras. Essa disputa por terras no estado de Roraima, ao longo das últimas décadas, proporcionou, em algumas situações, a falta de conhecimento e de união entre produtores de base familiar, aqui chamados de colonos, e os povos indígenas. Uma situação que a Igreja Católica e a Comissão Pastoral da Terra, buscaram reverter trabalhando a unidade entre colonos e indígenas.

Para os fins de nossa análise, podemos partir da constatação de que o estado de Roraima foi inserido, de maneira mais acentuada, na questão agrária brasileira no momento mesmo em que a agricultura nacional passava pelo “processo de modernização conservadora” e a Amazônia estava sendo integrada pelo governo federal como a “nova fronteira agrícola a ser conquistada”, no período pós-golpe militar de 1964. No bojo desse

movimento de implementação do “modelo fordista” na agricultura nacional, ocorreu um forte deslocamento de trabalhadores rurais para a região Norte. O estado de Roraima foi fortemente impactado por esses deslocamentos de grandes contingentes humanos, vivenciando um processo de colonização “voluntária”.

Nesse primeiro momento, examinaremos o modo pelo qual, a partir dos anos de 1970, a ocupação da Amazônia esteve irremediavelmente interligada ao processo de modernização da agricultura brasileira. Para tanto, partimos do pressuposto de que esse período foi marcado por um fenômeno a que em geral se designa de processo de “modernização conservadora”, o qual se caracteriza pelo fato de o país ter vivenciado uma transformação tecnológica nos processos produtivos da agricultura, sem que, contudo, essas transformações tenham permitido a realização de mudanças na estrutura fundiária do Brasil e, muito menos, tenham propiciado uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais e dos camponeses.

Por outro lado, também não poderemos deixar de mencionar que esta ocupação está diretamente relacionada com o processo de expansão do sistema capitalista e que as transformações acima referidas foram fruto dessa mesma expansão. Não obstante, reconhecemos que existem especificidades na concretização desse processo na Amazônia. Em razão disso, demonstraremos, ainda que de forma sucinta, o modo de participação do Estado nesse processo e os vínculos mantidos com o capital internacional e nacional; buscaremos também descortinar os interesses do ponto de vista geopolítico no que diz respeito à ocupação da fronteira Norte. Todo esse conjunto de ações implica na própria ocupação do espaço do estado de Roraima.

1 - O avanço do capitalismo no campo e a modernização conservadora da agricultura brasileira

Antes de tratarmos do avanço do capitalismo no campo e da modernização conservadora da agricultura, é de fundamental importância fazer uma contextualização da questão agrária nacional.

A questão agrária no Brasil está relacionada, principalmente, com o acesso e o uso da terra. Para muitos estudiosos, a herança recebida pelos brasileiros da América Portuguesa, seja do modelo de Capitânicas Hereditárias, seja do de Sesmarias, sistema de distribuição de terras que perdurou até 1822, estaria na base dos problemas da distribuição

desigual de terras em nosso país. Em contraste com essa compreensão da questão, outros pesquisadores, tal o caso de Martins (1980 e 2003) e Oliveira (2001), a Lei de Terras de 1850 foi a maior garantia da grande propriedade e do acesso à terra para uma parcela diminuta da sociedade brasileira.

Com a Lei de Terras de 1850, o Estado brasileiro perdeu sua função de regulador da terra, permitindo aos proprietários o domínio completo sobre o seu uso. Por outro lado, o acesso à terra passou a ser permitido independente de questões raciais e religiosas. Doravante, o meio de se conquistar esse bem seria por intermédio da compra, o que era, em última instância, uma forma legal de restringir a posse da terra aos índios, aos africanos e seus descendentes e aos colonos europeus que chegavam a partir da segunda metade do século XIX. Na prática, porém, muitos proprietários utilizaram de meios ilegais para ampliar suas posses ou conquistar novas terras, como a grilagem, falsificação de títulos e a corrupção, quase sempre com a complacência dos representantes do Estado (MARTINS, 2003a).

Um dado a se considerar é que, desde o período colonial, passando pelo Brasil Império, as grandes fazendas estiveram voltadas para exportação; o abastecimento com alimentos básicos para o dia a dia dessas propriedades e das cidades era efetuado por pequenos proprietários, em parte por ex-escravos que de alguma forma obtiveram sua liberdade, ou dentro das próprias fazendas, durante o período que não era dedicado à cultura principal (GARCIA, 2003).

Ao final do século XIX, com a proclamação da República, a elite pretendia inserir o país, efetivamente, no modelo econômico que vinha sendo desenvolvido na Europa e passou a buscar uma nova inserção no mercado mundial.

O início da República propiciou uma maior autonomia do poder local, possibilitando a implementação de sistemas federativos que permitiram uma maior participação popular nas decisões políticas e também uma descentralização do poder. Apesar desse pretenso avanço, o que aconteceu em realidade no Brasil foi um apoderamento das instituições político-administrativas da República por parte dos setores latifundiários. Dessa forma é que se foi formando e fortalecendo a cultura do coronelismo e do mandonismo.



Dessa forma, não podemos senão corroborar, em relação ao período que ficou conhecido como República Velha, que as elites se organizaram em torno do poder e impediram qualquer possibilidade de democratização do acesso a terra; que impossibilitou, enfim, o florescimento das tentativas de regularização das pequenas posses ou estabelecimento de um outro modelo de ocupação da terra, o qual foi rechaçado mesmo nas áreas de fronteiras, onde não foi permitido um modelo de ocupação baseado em pequenas propriedades.

Para Oliveira (1988), as transformações ocorridas na sociedade brasileira estão relacionadas ao início do processo de industrialização e ao consequente fim da hegemonia do modelo agrário-exportador na economia brasileira. Dessa forma, o interesse do Estado brasileiro se voltou para o financiamento do setor industrial, ficando a agricultura relegada a um plano secundário.

Essas mudanças causaram impactos significativos no mundo do trabalho, pois os trabalhadores do campo começaram a realizar uma marcha em direção às cidades, num processo caracterizado pela expropriação e pela violência. Esse movimento os transformou, em verdade, numa espécie de “exército de reserva” para a emergente industrialização. É exatamente por esse viés que Oliveira (1988) discute o papel preponderante do Estado na constituição desse novo modelo de sociedade, ao introduzir uma nova legislação trabalhista que apoiava o desenvolvimento industrial.

A perda do poder dos setores latifundiários para a nova burguesia nacional foi amenizado, todavia, com algumas vantagens para aquele setor, a exemplo da providencial não realização de uma reforma agrária – o quer garantia, de fato, a velha estrutura agrária existente no país.

A sociedade brasileira foi aos poucos sendo transformada; o fordismo como modelo de organização da produção não atingiu apenas a indústria, mas implicou uma mudança no dia a dia da população direcionando-a para a fábrica (OLIVEIRA, 1988). Dessa forma, o campo passa a oferecer matéria prima para a indústria e alimentos, em larga escala, para as cidades, pois estas começaram a concentrar grandes contingentes de trabalhadores.

Por estratégia dos dirigentes do país, com objetivo de reduzir os embates políticos com o setor agrário conservador, as reformas no mundo do trabalho não se estenderam aos trabalhadores rurais. A saída encontrada, então, foi a abertura de um novo espaço de

colonização em direção ao oeste, como forma de atender aos trabalhadores que não encontravam possibilidades em seus locais de origem e nem nas grandes cidades que se industrializavam.

Nesse cenário é que foram traçados os caminhos para a colonização interna e para a expansão das fronteiras. Essas medidas foram tomadas ainda a partir da era Vargas, mas, de forma mais específica, ganharam força somente nas décadas de 60 e 70 do século passado.

Com a modernização econômica do país e o avanço do capitalismo no campo, novas formas de organização foram sendo criadas e a luta pela terra começava finalmente a se transformar em luta por reforma agrária.

Em meados do século XX, surgiram as ligas camponesas, bem como as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais, ampliando-se, dessa forma, a resistência e o enfrentamento aos latifundiários, aos grileiros e ao próprio Estado (NOVAES, 1997).

Foi assim que, apesar de todas as transformações vividas pela sociedade brasileira no período, os direitos trabalhistas surgidos na era Vargas só foram estendidos aos trabalhadores rurais nos anos de 1960, quando da ditadura militar (COSTA e MARINHO, 2008). Nessa época, os deslocamentos de trabalhadores das grandes lavouras para as cidades e as novas fronteiras agrícolas se acentuaram. Os latifundiários, por não pretenderem arcar com encargos sociais relativos aos moradores que viviam na área física de suas fazendas, começaram a expulsar as famílias que há gerações ali residiam, ou pelo menos não aceitavam os filhos dessas famílias e novos moradores (GARCIA, 2003).

Dessa forma, a vida desses agricultores, que dependiam somente dos seus esforços para garantir a sobrevivência, mesmo em situação de subordinação aos proprietários, passou a enfrentar novos desafios, pois aquilo que livremente eles encontravam para sua subsistência - terra, água, lenha - transformou-se em mercadorias. Portanto, as famílias que não tiveram condições de gerar algum tipo de poupança, encontraram muitas dificuldades nesse novo ambiente (GARCIA, 2003). Essa foi a realidade enfrentada por muitos camponeses e colonos que se deslocaram para a região Norte, realidade comum às famílias que migraram para Roraima.

Martins (1980), ao analisar o modo de vida desses camponeses percebe que esses resistem às mudanças impostas pelo capital e que, por isso, acabam adentrando a Amazônia em busca de terras livres. No entanto, chama a atenção para o fato de que isso não significa uma mera resistência, mas sim uma opção por determinada forma de vida.

Velho (1972) observou que a expropriação dos camponeses não ficou restrita às áreas antigas da agricultura nacional, pois a chamada fronteira agrícola também foi palco de um longo processo de expropriação violenta. Segundo o autor, nem mesmo a posse da terra encerra esse processo, apesar de reduzi-lo.

Já no período ditatorial de 1964, em razão de que os militares buscavam o estabelecimento da ordem social como forma de atender as demandas dos setores rurais populares, foi estabelecido em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, por meio do Decreto 4.504. “Tratava-se de um conjunto de disposições que definiam o que era a propriedade da terra no Brasil e suas modalidades, impunha a desapropriação por interesse social nos casos considerados necessários, bem como a compra de terras pela União para efeito de reforma agrária.” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 186)

Mesmo considerando todo o avanço que o texto do Estatuto da Terra representou, esse foi considerado “letra morta”, pois o documento acabou interpretado pelos militares e pela elite agrária como instrumento de modernização do latifúndio, deixando a questão agrária nacional sem resolução.

Mesmo com a brutal repressão do regime, os trabalhadores rurais continuaram se organizando, havendo, inclusive, uma ampliação na sindicalização. Não obstante, com o aparelhamento dos sindicatos pelo Estado, essas organizações, em sua grande maioria, assumiram um caráter burocrático, assistencialista e conciliador, contudo, em vários momentos algumas direções sindicais orientaram a luta e a organização dos trabalhadores rurais (PALMEIRA, 1985; SIGAUD, 1979).

De outro lado, a atuação do Estado no meio rural possibilitou o avanço dos sindicatos dos trabalhadores rurais, substituindo a mediação dos grandes proprietários com os camponeses. Os sindicatos se colocar como um mediador alternativo e um espaço para implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio. Através do sindicato, os trabalhadores puderam ter acesso à Justiça. (PALMEIRA, 1985)

Setores da Igreja Católica ofereceram apoio significativo para a organização do movimento sindical dos trabalhadores rurais, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, principalmente por meio da Comissão Pastoral da Terra, CPT (PAIVA, 1985).

A modernização conservadora da agricultura brasileira propiciou o desenvolvimento do chamado agronegócio, ou seja, o fortalecimento do velho latifúndio, especialmente daqueles que incorporaram os princípios do processo industrial. Destarte, na expansão do capitalismo em direção ao campo, nos chama a atenção a permanência ou a resistência da produção familiar para subsistência. Mesmo diante de todo o poder do novo sistema econômico, as pequenas propriedades e outras diversas formas de se viver no campo persistiram e permanecem até o presente, o que indica que em relação ao desenvolvimento rural, não existem destinos inexoráveis (GARCIA, 2003).

Nesse passo, gostaríamos de lembrar a mobilização dos indígenas na região Raposa Serra do Sol: os povos indígenas estão lutando por seus direitos, contando inclusive com a participação de uma advogada indígena, que foi a primeira representante desses povos a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal, STF. Isso parece confirmar o pensamento de Garcia (2006), para quem, mesmo diante de toda a força do capital sobre o campo, as formas de produzir distintas desse modelo resistem ao seu poder.

A reforma agrária permaneceu no cenário nacional e na agenda política por conta da mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente pelas lutas dirigidas pelo MST, que teve grande atuação durante a constituinte. Foi então, a partir das atividades do MST, com ocupação de fazendas, latifúndios e prédios públicos, que o Governo Federal iniciou de forma muito tímida um processo de reforma agrária (FERNANDES, 1999).

Posta como uma questão, a reforma agrária colocou no cenário nacional dois movimentos que têm perspectivas diferentes tanto nos seus relacionamentos com o Estado, quanto ao modo como este deve ser conduzido e administrado. Isso acarretou o surgimento de elementos novos para o debate, possibilitando aos defensores da reforma agrária um espaço de barganha com o estado; obviamente que esse espaço é bem reduzido em relação aos interesses dos grandes proprietários e de todos aqueles envolvidos com esse negócio.

2 - Os sujeitos da questão agrária brasileira

A situação apresentada na seção anterior teve a função de demonstrar como milhões de pessoas foram deslocadas do meio rural para as cidades e regiões de fronteira agrícola



ao longo do último século. Nenhuma situação de conflito foi abordada diretamente, mas as transformações ocorridas no campo foram permeadas de violência, assassinatos, expulsões e expropriações. Não se trata apenas de agressão física, mas também social; enfim, da exclusão que amplos setores da sociedade brasileira sofreram durante todo esse tempo. O abandono que o Estado relegou a essas pessoas foi respondido pela organização desses setores em sindicatos, movimentos sociais e nas mais variadas formas de resistência ou de lutas por garantia de seus direitos.

As discussões sobre a questão agrária no Brasil datam da segunda metade do século XIX. Porém, como vimos anteriormente, foi a partir das mudanças ocorridas durante e após a era Vargas que o país iniciou um debate mais profundo. São vários os fatores que podem ser relacionados com a preocupação com essa questão: pode-se mencionar o momento político que a nação vivia; o surgimento de partidos políticos; os debates sobre o desenvolvimento econômico; o surgimento das universidades e a preocupação da academia com o desenvolvimento do país. Porém, surgiam nos anos de 1950 os primeiros movimentos e lutas sociais em defesa de terra para trabalho, assim busca-se apresentar, de maneira sucinta, como esses sujeitos partindo da organização popular colocaram definitivamente a questão agrária na agenda política.

Então, diante da emergência da modernização conservadora, construção possível com uma intensa integração de capitais agrário, industrial e financeiro, a agricultura brasileira assumiu novas formas de acumulação. O Estado brasileiro adotou novo papel e desenvolveu políticas públicas que ao mesmo tempo reprimiu conflitos sociais, induziu e regulou o processo de modernização, atendendo os interesses da burguesia nacional, não cedendo às pressões populares.

A criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, foi um impulso fundamental para a ampliação da ação da igreja no meio rural. Tendo por objetivo interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais, a CPT passou a se fazer presente nas áreas de conflito, com os agentes pastorais, tornando-se parte da própria comunidade.

Ainda no final dos anos de 1950 surgiram as Ligas Camponesas, que marcaram a história do país, pois permitiram que os homens do campo tivessem o direito à voz e alcançassem o acesso à justiça. Está situação gerou muita violência, pois os descendentes

dos antigos senhores de engenho, não aceitavam a subordinação da Lei e nem serem tratados em situação de igualdade, mesmo que de forma teatralizada nos tribunais, com os miseráveis que ocupavam suas terras. Quando um morador entrava com uma ação contra os proprietários ou servia como testemunha em um processo, era comum receber retaliações, ameaças de morte e constrangimentos (GARCIA, 2003).

Francisco de Oliveira anotou o papel das Ligas Camponesas como de significado importante para a amplificação da política. “As Ligas Camponesas, menos pelo seu real poder de fogo, medido do ponto de vista de travar uma luta armada com os latifundiários (...), deram a fala, o discurso, capaz de reivindicar a reforma agrária e de des-subordinar o campesinato, após longos séculos, da posição de mero apêndice da velha classe dominante latifundiária” (OLIVEIRA, 2000, p. 63). Assim, esse movimento permitiria que o sindicalismo rural ganhasse voz e de alguma maneira desequilibrasse a relação com as classes dominantes.

Nos anos subseqüentes, por conta de toda uma mobilização popular ocorrida, tanto nas cidades quanto no campo, surge o sindicalismo rural. O novo cenário político é predominado por sindicalistas de origem católica ou comunista, mas a luta continuava no sentido da ampliação de direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais. Novas organizações foram criadas, entre sindicatos e Federações estaduais, capitaneadas pela CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, fundada no ano de 1963.

O regime ditatorial impôs um sistema policial e repressor à sociedade brasileira, militarizou a questão agrária, deixando de tratar essa questão como problema social, (MARTINS, 1985; ALMEIDA, 1992). O processo de modernização seguia sob a ordem dos militares, assim vários projetos de infraestrutura foram desenvolvidos em todas as regiões do país, atingindo as populações rurais, sem que as mesmas participassem de qualquer tipo de negociação ou das etapas de planejamento, ficando alheias aos seus destinos. Essas intervenções no espaço rural, desconsiderando a vida dos povos que lá viviam, resultaram em novos movimentos de resistência, como dos atingidos por barragem, indígenas, ambientalistas, agricultores familiares, trabalhadores sem terra e tantos outros (MARTINS, 1993; SCHERER-WARREN, 1993). A partir de então, o

campo contava com novos sujeitos, unidos pela existência de um interesse comum: a luta pela terra.

Mas mesmo com a criação de novas organizações voltadas para a agricultura familiar, mesmo com o apoio de sindicatos e centrais sindicais para essas novas bandeiras, e apesar da aproximação da produção rural de pequena escala ao mercado, da formação de produtores rurais para lidarem com crédito, da implementação de novas tecnologias para esses agricultores e do desenvolvimento de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, vários movimentos sociais, como o MST, continuam lutando pela reforma agrária. (FAVARETO, 2006).

Como se percebe, as políticas públicas para reforma agrária têm-se concretizado no Brasil principalmente em virtude das lutas sociais. Ao pressionarem o Estado, os vários movimentos populares que agitam esse cenário têm conquistado espaços que permitem vislumbrar um projeto de sociedade que permita aos homens e mulheres que vivem no meio rural a esperança de conquistarem uma vida digna.

3 - As especificidades da ocupação da Amazônia brasileira a partir dos anos 1970

Nesse ponto iremos tratar da ocupação da Amazônia brasileira após o golpe militar de 1964, e verificar como o capitalismo se expandiu nessa vasta região, especialmente a partir de 1970. Veremos como a inserção no circuito internacional de acumulação do capital teve um altíssimo custo para as populações que nessa região viviam, bem como para aquelas que para aqui migraram. A estratégia militar de garantia da fronteira norte brasileira teve como um dos panos de fundo a grande exploração dos trabalhadores, especialmente aqueles das áreas rurais que trabalhavam na abertura de estradas e na derrubada de mata para instalação de fazendas de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Esses grupos utilizaram formas de exploração típicas da região, oriundas, porém, de outro tempo histórico, mas que serviram bem aos interesses desses novos colonizadores, haja vista que garantiram uma rápida acumulação de capital.

Os chamados grandes empresários ou empreendedores que colaboraram com o Estado brasileiro na ocupação da Amazônia, normalmente não residiam na região e dirigiam seus negócios a partir do centro sul, deixando o gerenciamento local nas mãos de pessoas que se utilizavam dos mais variados métodos para garantir a presença a força de trabalho. Dentre outros, notabilizaram-se os serviços dos chamados gatos.

Já nos anos de 1970, com o processo de industrialização do país em curso desde os anos 1930, o empresariado representante do capital nacional e internacional visualizou nos incentivos governamentais a possibilidade de expandir seus negócios para a fronteira setentrional, especialmente nos ramos dos minérios e da alimentação.

Assim, podemos compreender que a inserção da Amazônia no circuito internacional do capital é configurada pela violência deste e efetivamente é a partir desse momento que a região aprofunda o seu caráter de exploração externa, justificando inclusive nosso recorte temporal para os anos 1970.

Essa nova etapa histórica da Amazônia foi marcada pelos conflitos pela posse da terra, problemas que na verdade começaram a chamar a atenção na década anterior, aprofundados, porém, a partir de 1970, especialmente pelos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais parceiros ou não de fazendeiros e do poder local, que se aproveitavam da fragilidade do sistema de posse de terras da região para expropriar camponeses, antigos moradores, ribeirinhos e indígenas. Dessa forma, a grilagem de terras na Amazônia ganhou contornos até então desconhecidos.

Esse problema encontrado na Amazônia pode ser caracterizado pelo processo histórico de colonização do território nacional, no qual a região Norte durante muito tempo foi considerada uma área marginal no processo paulatino de ocupação do país, Velho (1972). Por outro lado, havia toda uma população que não teve a preocupação com a regularização de suas áreas e por essa tradição foram penalizadas pelas que chegaram depois Ianni (1979).

Com um cenário de grande turbulência social e com o desejo dos militares em guarnecer a fronteira Norte, o Estado brasileiro organizou um processo de migração para região, construindo um modelo de colonização oficial e proporcionando outro modelo de colonização privado.

O discurso oficial sempre esteve envolvido pela bandeira do nacionalismo, da segurança nacional e do bem estar do homem. Porém, os fatos não deixam dúvidas da aliança do Estado com a burguesia, como demonstram a maioria dos planos e projetos para o desenvolvimento da região, que tinham como objetivo primordial, não de forma explícita, a acumulação e concentração do capital.

Para isso o governo militar criou órgãos para tratar especificamente do desenvolvimento da região e outros que tinham uma atuação nacional, mas que tiveram, e ainda possuem até os nossos dias, importância para a questão agrária da Amazônia, como foi o caso da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA.

Por outro lado, o INCRA, órgão que não tinha sobre a sua responsabilidade apenas a ocupação de terras na Amazônia, com a ideologia do governo militar do chamado vazio demográfico na Amazônia e o acúmulo de conflitos por terra em todo o país, teve um papel preponderante na ocupação desse espaço setentrional brasileiro a partir de 1970.

Até 1970, a Amazônia, do ponto de vista da ocupação ou exploração da região, passou por vários ciclos econômicos: drogas do sertão, borracha, castanha-do-pará. Houve um predomínio das atividades extrativistas com longos períodos de abandono da região. Portanto, a partir da década de 70 do século passado, esse movimento se transforma e a região ingressa num período de efetiva integração nacional, obviamente com uma novidade: a região tradicionalmente ocupada por meio dos rios passa agora ser incorporado ao território nacional por meio de estradas.

Todo esse cenário implica numa determinada ocupação do espaço territorial de Roraima e sua incorporação pela fronteira agrícola da Amazônia brasileira, como veremos adiante.

4 – A fronteira agrícola na Amazônia brasileira e o espaço territorial de Roraima

Localizado na porção setentrional da Amazônia brasileira, zona fronteira do extremo norte brasileiro, o estado de Roraima limita-se ao norte com a República Bolivariana da Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana; a leste, com a República Cooperativista da Guiana; a oeste, com o estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela, e ao sul, com os estados do Amazonas e do Pará. Seu principal tronco rodoviário é a BR 174, que interliga Manaus e Boa Vista a Caracas. A capital, Boa Vista, está localizada à margem direita do rio Branco, a uma distância de 785 Km da cidade de Manaus; 1.528 Km de Caracas, capital da Venezuela, e 641 Km de Georgetown, capital da Guiana. Num passando não muito distante, sua única via de comunicação com a cidade de Manaus era o rio Branco (BARROS, 1995).

Ocupando 6,72% da Amazônia Legal, a área total do Estado é de 224.131,13 Km², divididos em 15 municípios. Sua população concentra-se nas áreas urbanas, especialmente na capital, onde se encontram cerca de 60% do total de habitantes do Estado. Aproximadamente 43% da área total são ocupados como terras indígenas, onde vive uma população de várias etnias (WEHRMANN,1999; SOUZA, 2001).

A ocupação do baixo e alto rio Branco foi reflexo do processo de colonização da Amazônia, que se deu principalmente a partir do século XVIII com o estabelecimento das chamadas Fazendas Reais de criação de gado. Trata-se de um esforço justificado muito mais pelo interesse da coroa portuguesa em garantir a posse do território pela pata do boi, do que uma afeição pelo mercado bovino (BARROS, 1995).

Posteriormente, com o avanço da exploração dos recursos naturais da Amazônia, como as drogas do sertão e a borracha, houve um extraordinário crescimento dos antigos povoamentos e o surgimento de novos povoados; a criação de gado teve um efetivo interesse comercial, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Esta situação estabeleceu relativa importância para a região onde hoje se situa Roraima, no que diz respeito à produção de alimentos (BARROS, 1995).

Mais tarde, com a criação do Território Federal de Rio Branco, em 1943, começam a surgir as primeiras tentativas de criação de colônias agrícolas com a finalidade de estabelecer um cinturão de abastecimento no entorno de Boa Vista: a partir de então a pequena vila ostentou novo *status*, uma vez que passou a contar com novos sujeitos, pois além daqueles envolvidos com o negócio da pecuária e da mineração, recebeu um número maior de militares e de servidores públicos (BARROS, 1995).

Essa preocupação com o abastecimento agrícola de Boa Vista levou à criação da colônia de Mucajaí, situada às margens do que hoje é a BR 174. Conforme Nilson Barros (1995), esse foi um marco do povoamento da área de floresta equatorial.

O processo de colonização agrícola seguiu arrastando-se até os anos de 1970, quando ocorre o advento das rodovias federais BR 174 e BR 210, construídas sob a égide do regime militar e do espírito da segurança nacional (BARROS, 1995; SANTOS, 2004). Nesse período é que se inicia uma forte transformação da paisagem rural do estado de Roraima, assim como de boa parte da região Amazônica, pois são criados grandes

programas de colonização, distribuídos ao longo das rodovias acima referidas. As implicações e impactos desse evento podem ser percebidos até os dias de hoje.

Podemos afirmar que a integração ao mercado nacional e a abertura do estado para grandes projetos de colonização foram propiciados pela construção da rodovia federal, BR 174, inaugurada em 1976. Assim foi estabelecido a primeira ligação por via terrestre entre Boa Vista e a capital do estado vizinho, o Amazonas. Outro fator que marcou esse período foi a construção da rodovia Perimetral Norte, BR 210, que abriu a possibilidade de grandes deslocamentos para região sudeste do estado (BARROS, 1995; MOURÃO, 2003; SANTOS, 2004).

As ações de planificação do governo central brasileiro, por intermédio dos vários projetos de integração nacional dos anos de 1970 e 1980, foram capazes de criar um fluxo extraordinário de migrantes para áreas rurais no interior do Estado de Roraima (BARROS, 1995; RODRIGUES, 1996; SOUZA, 2001; SANTOS, 2004).

Diante dessa nova situação, Roraima vai sofrer também impactos de conflitos gerados no seio da própria região Norte, como vimos na seção anterior. As ações do governo brasileiro para planificar a ocupação da Amazônia com projetos sem identificação com a região, tal o caso do Programa para Integração Nacional (PIN), efetivado na primeira metade dos anos 1970, e do Programa Polamazônia, de 1974 a 1980, dentre outros, foi capaz de atrair a atenção de grandes grupos capitalistas nacionais e multinacionais, que se apossaram de grandes áreas no interior da Amazônia.

Em decorrência desse estado de coisas, surgiram muitos embates entre empresários, fazendeiros, madeireiros, indígenas, posseiros, grileiros, colonos e trabalhadores rurais. O roteiro normalmente seguia assim: no momento inicial acontecia a chegada dos migrantes, colonos ou trabalhadores rurais; depois disso, primeiro se dava a derrubada da floresta e, em seguida, por falta de condições para sua manutenção e de sua família, ou por conta da expropriação violenta por parte de grandes grupos econômicos ou fazendeiros, esses grupos migravam para novas áreas, nas quais, em muitos casos se deparavam com populações tradicionais, principalmente indígenas; desse contato, eram gerados novos conflitos (BARROS, 1995; DINIZ, 1998; SANTOS, 2004; FELICIANO, 2006).

É nesse contexto que se vão instituindo os programas de colonização dirigida e os projetos de assentamento da reforma agrária, estabelecidos por iniciativas do governo

federal ou estadual (BARROS, 1995; ; MAGALHÃES, 2006). O governo federal, por intermédio do INCRA, é responsável por cinquenta (50) assentamentos rurais no estado de Roraima (BRASIL, 2008a).

Considerando o acesso a mercados consumidores, podemos inferir duas áreas de localização desses assentamentos. Uma mais próxima da capital, localizada num raio de 60 a 100 quilômetros de distância, onde os produtores oferecem o fruto do seu trabalho com maior frequência. E um outro polo, que se situa a 300 quilômetros ou mais de Boa Vista, onde os agricultores enfrentam dificuldades para acessarem aos mercados desta cidade e ao de Manaus, por conta das condições das estradas (BARROS, 1995).

Os principais produtos da agricultura do estado de Roraima são os seguintes: abacaxi, banana, cana-de-açúcar, feijão, limão, mamão, mandioca, melancia, milho, arroz de sequeiro, além do arroz irrigado, que constitui a produção mais tecnificada do estado, juntamente com a soja. O estado de Roraima também conta com uma produção extrativa de castanha-do-pará e de madeira (RORAIMA, 2005). É uma agricultura considerada incipiente, voltada para o mercado interno, com exceção do arroz e da soja. O estado conta, ainda, com outros produtos; infelizmente não existem dados sobre essa produção. No quarto capítulo apresentaremos uma relação do que é produzido nos assentamentos pesquisados.

Na criação de animais o estado conta com bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos, além da produção de aves para corte e para produção de ovos (IBGE, 2007). O estado de Roraima ainda dispõe de produção de mel e de peixes (RORAIMA, 2005).

Deve-se registrar o papel geopolítico dos projetos de colonização no Estado, bem como a necessidade de produção de alimentos para capital, Boa Vista (DINIZ, 1998; RODRIGUES, 1996, SANTOS, 2004, MAGALHÃES, 2006).

A realidade encontrada no estado de Roraima não difere da situação encontrada em outras regiões da Amazônia onde os chamados colonos chegam por meio da propaganda governamental, ou por convite de amigos e familiares, mas por falta de uma política pública adequada ao desenvolvimento e à produção de alimentos, acabam pressionados a abandonarem os seus lotes por absoluta falta de infraestrutura da região ou, em certos casos, por um processo de expropriação violenta por parte de madeireiros, fazendeiros e, mais recentemente, por empresas de manejo florestal, que assim, concentraram grandes

faixas de terra. Tudo isso ocorre sob os olhares das autoridades competentes, em alguns momentos contam inclusive com o incentivo e a complacência do poder público.

5 – Considerações Finais

O estado de Roraima situa-se nesse cenário nacional, pois sua história reflete a ocupação da Amazônia brasileira. Os assentamentos rurais em solo roraimense têm seu passado vinculado aos grandes projetos de desenvolvimento da região Norte e, sobretudo, às estratégias do Estado brasileiro em garantir suas fronteiras (BARROS, 1995; DINIZ, 1998; RODRIGUES, 1996, SANTOS, 2004; MAGALHÃES, 2006).

Diante dessas circunstâncias podemos considerar que Roraima seja fronteira agrícola para a expansão do capital na Amazônia. Dessa forma, nessa quadra da história, onde o “velho latifúndio se transfigurou em agronegócio” o acesso a terra já não transcorre com as mesmas facilidades da época dos projetos de colonização dirigida. Assim, o estado tornou-se alvo dos interesses da expansão do setor sucroalcooleiro, da soja, dos projetos de reflorestamento (com o plantio em áreas de lavrado com espécies como a acácia, não originária da região), do arroz irrigado em grande escala e, ainda, de setores já tradicionais na região como o madeireiro e o de criação de gado.

Ao observarmos a paisagem do estado notamos que esses setores estão impondo uma pressão sobre a agricultura de base familiar e também sobre as Terras Indígenas, seguindo duas direções, tanto no sentido do Norte para o Sul quanto do Sul para o Norte do estado. Situação que têm provocado a reação de movimentos sociais que contestam o modelo do agronegócio e defendem um modelo de desenvolvimento da agricultura com base a um acesso democrático a terra e desconcentrado.

Referencias:

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (orgs). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. 2ª ed. Belém: CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

ARCANGELI, Alberto. *O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense*. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

BARROS, Nilson Cortez C. *Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional – estudo de ocupação pioneira na América Latina*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARVALHO, Horácio M. de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: CANUTO, Antônio e outros (coords). *Conflitos no campo – Brasil 2007*. Goiânia: CPT-Nacional, 2007.

CAVALCANTI, Carlos J. B.. *Vila Félix Pinto: um cenário cheio de táticas e estratégias para se construir uma localidade*. 2006. 59 f. Monografia (Curso de Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

COSTA, Luiz Flávio de C. e MARINHO, Ricardo José de A. **A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil**. In: COSTA, Luiz Flávio de C.; FLEXOR, Georges e SANTOS, Raimundo (orgs.) *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro : MAUD X; Seropédica : EDUR, 2008. p. 119-147

DINIZ, Alexandre. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: *Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista, 1998.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. Vol. 21 nº. 62 outubro/2006. p. 27-42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300002&script=sci_arttext&tlng=pt . Acesso em: 24/08/07

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição aos estudos do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

HAMELIN, Philippe. O fracasso anunciado. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (organizadores). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. 2ª ed. Belém: CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. *Ditadura e agricultura - o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. In: *Estudos Avançados/Universidade de São Pulo*. Instituto de Estudos Avançados. Volume 16, nº 45, maio/agosto 2002. pg. 37

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. *RER*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 777-805, jul/set 2007 – Impressa em agosto 2007.

LÉNA, Philippe. Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora da UNB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 90-129

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAGALHÃES, Maria das G. S. S. *Amazônia Brasileira: processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MARTINS, José de Souza.. *Expropriação e violência* (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil* (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003a.

_____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2003b.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política - O Processo de Circulação do Capital* – Livro I, volume 1. 21ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MOURÃO, G. M.N.. *Colonización reciente y asentamientos rurales en el sureste de roraima, amazonia brasileña: entre la política y la naturaleza*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Facultad de Filosofia y Letras da Universidad de Valladolid. 2003.

MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. 15 (43), 2001. 185-206

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. A privatização do público, destituição da fala e anulação da política: totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria C. (org.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLIVEIRA, Indira Duarte de. *Estratégias governamentais para colonização agrícola e os trabalhadores rurais*. 2005. 143 f. Monografia (Curso de Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

PAIVA, Vanilda (org.). *A Igreja e a Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *A Igreja e a Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 43 – 51.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. “*Garimpando*” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. 1996. 131f. Dissertação (Curso de Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez M. (orgs). *O campo no século XXI*. São Paulo: Editora Casa amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

SANTOS, Maria José dos. *A implantação dos Projetos de Assentamento e a criação do Sindicato Rural em São João da Baliza nas décadas de 1970 a 1980*. 2006. 67 f. Monografia (Curso de Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas públicas, economia e poder*. 2004. 271f. Tese de Doutorado (Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SAYAGO, Doris; MACHADO, Luciana. O pulo do Gato: o INCRA e a questão fundiária na Amazônia. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François, e BURSZTYN, Marcel. (org.) *Amazônia Cenas e Cenários*. Brasília: Editora UNB, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo : Duas Cidades, 1979. p.260.

SOUZA, Carla Monteiro de. *Gaúchos em Roraima*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

STÉDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária hoje*. 3ª ed. Porto Alegre. Editora Universidade/UFRGS, 2002.

WEHRMANN, Magda E. S. F. *A soja no cerrado de Roraima*: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor, Brasília 1999.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1972.

AÇÕES E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA FUNDIÁRIA NA ESCALA ESTADUAL: O CASO DE SÃO PAULO

Joelson Gonçalves de Carvalho, UFSCar
joelsonjoe@yahoo.com.br
GT3: “Questão Agrária”

Introdução

A reforma agrária é, segundo o Estatuto da Terra, de 1964, um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade. No desenvolvimento destas ações, a União pode estabelecer acordos e convênios com estados e municípios, mas, em última instância, é ela a responsável pela reforma agrária. Como órgão executor das políticas de reforma agrária a União conta com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, entre outras atribuições, é responsável pelas desapropriações de terras improdutivas para a instalação de assentamentos rurais.

No caso do estado de São Paulo, a Fundação Instituto de Terras de São Paulo, ou simplesmente Itesp, é o órgão responsável pelas políticas fundiárias do governo do estado. Além de prestar assistência técnica aos produtores rurais, também gerencia as terras públicas de propriedade do estado para a instalação de assentamentos rurais.

Feitas as considerações iniciais, o objetivo deste artigo é o de mostrar ações e contradições das políticas fundiárias no estado de São Paulo. Para isto, o trabalho foca, em sua primeira parte, o papel protagonista que o governo do estado teve no desenho de políticas fundiárias já a partir da segunda metade do século passado. Na última parte, o foco recai em ações estaduais mais recentes consubstanciadas nos conflitos institucionais oriundos, entre outros motivos, pela diferença de ótica no desenvolvimento dos assentamentos rurais.

2 – Política fundiária estadual e a formação de assentamentos rurais em São Paulo

Enquanto digressão necessária para se entender a formação de assentamentos rurais e a luta pela terra em São Paulo, é necessário ter em mente que, neste estado, o governo teve um papel importante neste longo processo.

A “Revisão Agrária” foi o primeiro programa estadual com vistas à constituição de assentamentos rurais no estado de São Paulo¹. Este programa, desenvolvido pelo Governo Carvalho Pinto (1958-1962), inseriu-se em um contexto de intensos debates sobre a questão agrária nacional. Do ponto de vista programático, a meta era o assentamento de 500 a 1000 famílias por ano. Contudo, apenas dois projetos-piloto tiveram êxito, a saber: um em Campinas, com 72 famílias e outro em Marília, com 113 famílias.

Em Campinas, a área hoje conhecida com Bairro Reforma Agrária, inicialmente denominada Núcleo Agrário Capivari, foi fruto da desapropriação de parte da Fazenda Capivari, dividida em 72 lotes. A desapropriação de 670 dos 1.058 hectares da fazenda ocorreu forma amigável e os primeiros assentados foram os colonos de fazendas cafeeiras próximas, em estado decadente. O próprio governo do estado procedeu à derrubada dos cafezais, demarcação de lotes e construção do núcleo residencial.

Em um primeiro momento, os assentados se dedicaram a culturas das quais já tinham experiência como algodão e leguminosas. Entretanto, a partir do exemplo de famílias de origem japonesa, também assentadas na área, passaram paulatinamente a se dedicar à fruticultura, especialmente ao cultivo de figo e de uva. Mais recentemente, ganhou destaque no bairro a produção de goiaba e seriguela e, passados 40 anos da implantação do projeto, dois terços das famílias beneficiadas ainda estão no local (BOMBARDI, 2004).

Em Marília, a área escolhida foi a Fazenda Santa Helena com 1.200 hectares que, pela total improdutividade foi alvo de ocupações de militantes do PCB durante os primeiros meses de 1960. Produzindo amendoim para cerealistas da região e com reduzido poder de barganha nos preços de venda, os assentados tiveram seus problemas financeiros agravados com as perdas das safras de 1963/64 pela falta de chuvas, o que comprometeu o pagamento dos lotes e a consequente venda dos mesmos. Os novos compradores, a partir de meados da década de 1970, passam a produzir frutas, café ou transformam a área em

¹ Lei 5.994 de dezembro de 1960.

sítios de lazer. A proximidade com a cidade de Marília (26 km), a eletrificação rural, em 1978, e o acesso direto à BR 147, gerou uma expressiva valorização imobiliária, que associada à baixa fertilidade do solo, transformou os lotes em instrumentos de lazer pertencentes a industriais e profissionais liberais da região (TOLENTINO, 2011).

Mesmo tendo caráter bastante progressista, as áreas utilizadas nestes dois projetos demonstram que os interesses latifundiários não foram nem enfrentados nem contrariados. Em Campinas, a área de assentamento foi fruto de uma negociação amigável entre o governo estadual e o proprietário e em Marília, a área utilizada pertencia à Secretaria de Saúde que, por conta do projeto, transferiu-a para a Secretaria de Agricultura.

A falta de uma pressão organizada e até mesmo de movimentos de luta pela terra em São Paulo, à época, deixava o tema da reforma agrária bem menos presente que nos estados do Nordeste, que contavam com as pressões organizadas pelas Ligas Camponesas.

Em média, os 185 estabelecimentos oriundos destes dois projetos tinham 15 hectares, variando entre 3,64 e 24,34 ha. Mesmo com áreas bastante reduzidas para o então padrão preconizado pela nascente modernização (conservadora) agrícola, as áreas pioneiras de assentamentos no estado contavam com galpão de armazenamento, aração do campo, serviços de terraplanagem e curva de nível, cercamento, pomar, uma pocilga e um aviário, casas de alvenaria, uma garagem para caminhão, carro e trator. O objetivo do programa que, por seu turno, tenderia a justificar tamanha infraestrutura nos projetos de assentamento, era a difusão de novos padrões de produtividade na agropecuária paulista e a ampliação de mercado consumidor para os novos produtos industriais, notadamente, os de insumos e automobilísticos (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Em síntese, estes dois projetos-piloto tiveram trajetórias bastante distintas. Em Marília, os lotes converteram-se em chácaras de lazer de empresários da região. Já em Campinas, como observou Bergamasco (1992) e Bombardi (2004), embora tenha sofrido transformações no período, o assentamento ainda preserva, mesmo que parcialmente, características originais, produzindo principalmente fruticultura.

O êxito do programa, para além dos *pilotos* desenvolvidos, foi totalmente comprometido com o fim do Governo Carvalho Pinto e início da gestão de Adhemar de Barros, que abandonou o programa. As questões fundiárias só foram novamente colocadas

no debate político estadual nos anos 1980, durante a gestão de Franco Montoro (1983-1986), que coincide com o processo de abertura política e redemocratização.

Os poucos conflitos no campo ocorridos, no período da ditadura, ocasionaram ocupações de áreas isoladas e residuais na luta pela terra, contudo, no bojo das manifestações pela redemocratização e surgimento de novos atores políticos e sociais tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Partido dos Trabalhadores, Comissão Pastoral da Terra (CPT), a luta pela terra ganha maior dimensão e maior articulação nacional, imprimindo ao poder público, a necessidade de novas respostas².

Os principais personagens do dilema agrário no estado de São Paulo, a partir dos anos 1980, foram os posseiros, meeiros, arrendatários e sitiantes atingidos por barragens. Somam-se a estes, os movimentos derivados de organizações sindicais, especialmente no que se refere a trabalhadores assalariados ligados ao corte da cana. E, em meio à constituição e fortalecimento desta forma de reivindicação e luta deve-se levar em consideração os migrantes de todo o país que passam a buscar movimentos organizados como instrumento de conquista de terra e trabalho (NORDER, 2004, p. 78).

Montoro assume o governo do estado com um significativo passivo fundiário e já nos primeiros meses de governo enfrenta manifestações e ocupações que impeliram à necessidade de uma resposta rápida e ao mesmo tempo consistente de política fundiária a cargo do estado. É neste contexto que surge o Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP).

A política do Governo Montoro tinha duas diretrizes básicas, primeiro consistia em um programa de assentamentos de trabalhadores rurais e, em segundo lugar era um processo de regularização fundiária pautado na alienação de terras públicas (BARBOSA E LEITE, 1991). Foram 24 assentamentos, beneficiando 2.150 famílias em um total de 36.167 hectares (Tabela 1).

² Para um estudo sobre a formação de assentamentos rurais anteriores à década de 1980 ver Martins (1979) e Bergamasco et .al. (1991).

Tabela 1 - Projetos de assentamento realizados no Governo Montoro ^a

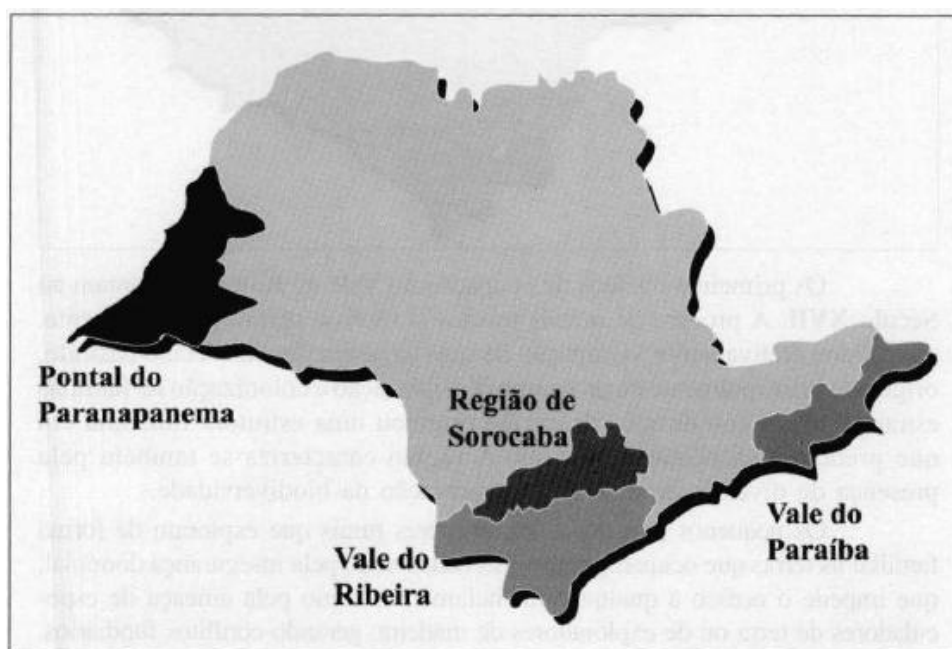
DEMONIMAÇÃO	PROP.	INICIO	ORIGEM	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS
Araraquara 1	FEPASA	Jul/85	Ocupação	420	39
Araraquara 2	FEPASA	Out/85	Ocupação	556	31
Araraquara 3	FEPASA	Ago/86	Planejado	330	18
Araraquara 4	FEPASA	Nov/86	Ocupação	540	32
Araras 1	FEPASA	Ago/84	Planejado	82	9
Araras 2	FEPASA	Ago/84	Planejado	185	13
Capão Bonito	PREF.	Ago/86	Ocupação	110	20
Casa Branca	CODASP	Set/85	Planejado	455	22
Gleba XV	Partic.	Mar/84	Ocupação	13310	667
Ilha Solteira	CESP	Nov/84	Planejado	902	89
Itapetininga	SEAF	Fev/87	Ocupação	918	22
Jupiaá	CESP	Out/83	Planejado	990	107
Lagoa S. Paulo	CESP	Abr/83 **	Planejado	8247	552
Pirituba 1	FAZ. EST.	Mai/84	Ocupação	2511	86
Pirituba 2	FAZ. EST.	Mai/84	Ocupação	1341	53
Pirituba 3	FAZ. EST.	Dez/86	Ocupação	525	86
Porto Feliz 1	CODASP	Dez/85	Ocupação	1090 ^c	42
Porto Feliz 2	CODASP	Dez/85	Ocupação		41
Promissão	CESP	Out/83	Ocupação	125	8
Rosana	FAZ. EST.	Out/86	Planejado	2582	126
Sumaré 1	FEPASA	Fev/84	Ocupação	338	26
Sumaré 2	FEPASA	Ago/85	Ocupação	377	29
Três Irmãos 1	CESP	Set/85	Ocupação	97	21
Três Irmãos 2	CESP	Set/85	Ocupação	136	11
Total				36167	2150

Fonte: Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF) e Pesquisa “Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma e Assentamentos no Estado de São Paulo”. Apud Barbosa e Leite (1991, p. 44). Notas: (a) O número de famílias oscila ao longo do período, os dados apresentados referem-se ao biênio 1988/89; (b) O primeiro assentamento em Lagoa S. Paulo foi realizado em março de 1979, e em abril de 1983 foram implantadas as famílias restantes; (c) A área de 1090 ha refere-se a Porto Feliz 1 e 2.

Na tentativa de responder às demandas crescentes por reforma agrária, as áreas onde foram implementados os primeiros assentamentos rurais pertenciam a empresas estatais, a exemplo da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A), CODASP (Companhia de

Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo), CESP (Companhia Energética de São Paulo) e Petrobrás. Outras terras pertenciam ao governo do estado, além de áreas griladas ou devolutas, especialmente as áreas do Pontal do Paranapanema, do Vale do Ribeira e parte da região de Sorocaba e do Vale do Paraíba, regiões localizadas nos extremos do Estado, estando fora, à época, das principais rotas de desenvolvimento econômico, tendo ainda uma situação econômica comparativamente menor que a do restante do estado, elevado percentual de terras devolutas e de áreas não discriminadas (mapa 1).

Mapa 1 – Áreas selecionadas do Estado de São Paulo



Fonte: ITESP, 2000, p. 15

Conforme apontado por Medeiros e Leite (1999), uma nova fase nos programas estaduais de ocupações de áreas públicas destinadas ao assentamento de famílias no espaço rural originou-se a partir dos anos 1990, quando o governo foi forçado a se voltar para a região do Pontal do Paranapanema dada à potencialidade dos conflitos naquela região.

Apesar de grande parte das ações dos movimentos sociais estarem localizadas no Pontal do Paranapanema, houve grande movimentação em outras regiões do estado, notadamente nas regiões norte, noroeste e central. Uma explicação pode ser encontrada, segundo Feliciano (2009), na mudança de orientação do governo estadual que diminuiu a

arrecadação de terras devolutas no Pontal e na expectativa de uma atuação mais efetiva do governo federal, após a eleição de um governo petista.

É fato que a criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade, cabendo aos movimentos sociais a manutenção do tema, enquanto bandeira no debate político pelo uso da luta pela terra. Existem hoje mais de 90 movimentos de luta pela terra em todo o país, contudo, indubitavelmente o MST, além de ser o mais representativo em termos de ações práticas, é o mais completo em termos de estrutura organizacional. Já em meados dos anos 1990, estava presente em 23 estados brasileiros e contava com apoio de diversas organizações internacionais.

Em São Paulo, não foi diferente. Até 1984, o estado contava com movimentos isolados nas regiões de Andradina, Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas, articulados pela CPT. Com a fundação do MST em nível nacional, o Movimento estabeleceu uma secretaria estadual na cidade de São Paulo, junto à sede da CUT e, a partir de 1985, expandiu-se para região de Campinas, onde as conquistas dos assentamentos Sumaré I e Sumaré II, em áreas da FEPASA, tornaram-se importantes bases na formação do MST no estado (FERNANDES, 1999).

Na década de 1990, muito em função das prioridades neoliberais do período, ocorreu um *“afastamento do INCRA na sua ação de administração dos assentamentos e uma parcial substituição pelo ITESP, deixando uma grande lacuna no atendimento aos assentados por parte do órgão federal responsável pelas ações de Reforma Agrária* (JULIO, et al, p. 120).

3 – Conflitos institucionais em assentamentos rurais: modelos em disputa?

Em novembro de 2009, no assentamento rural Horto Florestal Córrego Rico, no município de Jaboticabal, a Associação Terra Rica, que representava, naquele momento 39 das 47 famílias assentadas solicitou o afastamento temporário (e proibiu a entrada) de todos os técnicos que prestavam serviços de assistência técnica no local. A decisão foi tomada sob a argumentação da duplicidade funcional e a situação então conflituosa entre o INCRA e o ITESP. O objetivo apresentado foi o de entender a questão da “federalização

do assentamento” e buscar definir um modelo unificado de assistência técnica. Este foi um fato isolado de um problema generalizado.

Originalmente, as áreas onde estão instalados os assentamentos rurais em hortos florestais pertenciam à FEPASA (Ferrovia Paulista SA). Mas com a federalização da FEPASA, em 1988, seu patrimônio passou para a GRPU (Gerência Regional do Patrimônio da União). Diante disto, o INCRA solicitou, em 2009, da referida gerência um “Termo de Autorização de Guarda Provisória” o que, por seu turno, tencionou as relações institucionais entre os dois órgãos.

A origem dos hortos florestais está diretamente relacionada ao elevado consumo de madeira utilizada pelas locomotivas na expansão das estradas de ferro rumo ao interior do estado de São Paulo. Já em 1904, o Serviço Florestal da Cia. Paulista, instalou os primeiros experimentos para determinar um tipo de floresta capaz de fornecer madeira e lenha combustível para suprir as necessidades da ferrovia. Com os primeiros resultados da pesquisa a Cia. Paulista iniciou a implantação de florestas adquirindo propriedades rurais para a expansão da cultura do eucalipto (ANDRADE, 1961 *apud* Oliveira, 2006).

Com a decadência do transporte ferroviário entre as décadas de 1940 e 1950, a União assumiu este sistema de transporte. Com a privatização da RFFSA, em 1998, parte do seu patrimônio imóvel, incluindo Hortos Florestais, foi repassada ao governo de São Paulo que se valeu destas áreas para a execução de sua política agrária estadual, em um período de forte pressão dos trabalhadores.

Segundo informações da AFITESP (Associação de Funcionários do ITESP) nessa nítida situação de indefinição institucional sobre a responsabilidade administrativa dessas áreas, contabilizaram-se treze assentamentos rurais implantados em áreas de antigos hortos florestais pertencentes à União, totalizando um número aproximado de 900 famílias de agricultores familiares assentados, que residem e trabalham nessas áreas. São treze mil, quinhentos e oitenta e sete hectares de área total, distribuídos em 10 municípios: Sumaré, Araras, Ipeúna, Cordeirópolis, Mogi Mirim, Pradópolis, Bebedouro, Restinga, Jaboticabal e Pitangueiras³.

Neste quadro, a Portaria nº 50 de junho de 2004, acabou por facilitar a desistência dos beneficiários de projetos estaduais de reforma agrária. Esta portaria dispõe dos

³ Conforme www.afitesp.com.br.

mecanismos para a desistência dos assentados de seus lotes, recebendo, em dinheiro, as benfeitorias realizadas, tais como viveiros, estufas, tanques, plantações comerciais ou paisagísticas, além das construções de modo geral. É um dispositivo que beneficia a família que, por diversos problemas, não se adaptou ou não pode ficar no lote, bem como pessoas idosas que se encontram incapazes de realizar o trabalho braçal (e por determinação legal não podem se valer de contratação de mão-de-obra permanente ou temporária). Entretanto, esta portaria carrega consigo uma contradição, pois quando estabelece os critérios para o ressarcimento das benfeitorias realizadas pelos assentados acaba por favorecer a entrada de famílias com mais recursos financeiros, distanciando os projetos de seus beneficiários prioritários que são as famílias de baixa renda.

Outro recente foco de conflito institucional está presente na forma de entendimento sobre a condução dos processos produtivos nos assentamentos. Enquanto para o INCRA a produção do assentado deve ater-se na produção de alimentos e culturas distintas do agronegócio, o ITESP institucionalizou a “parceria” com as grandes agroindústrias, que na prática é a materialização do agronegócio. Este órgão, através da Portaria 77/2004 regulamentou as culturas agroindustriais, “limitando” o plantio delas a 50% da área agricultável dos lotes de até 15 hectares e 30% dos lotes acima de 15 hectares.

Esta portaria também reforça a proibição do arrendamento, mas não atribui nenhuma importância à necessidade de trabalho coletivo no interior dos assentamentos. Na parceria com empresas agroindustriais as empresas oferecem aos produtores os insumos necessários e a garantia de compra da safra.

Em que pese ser uma portaria para toda a agroindústria, o predomínio de atividades ligadas ao agronegócio (a exemplo das usinas sucroalcooleiras na região de Ribeirão Preto) monopoliza os contratos. Para a melhor compreensão da atual relação de dominação do capital sucroalcooleiro sobre os assentados, cabe recuperar as observações de Amin:

Assim, o capital dominante anula a renda, isto é, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador. É certo que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais sua propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor da força de trabalho, e sua venda é

disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio (AMIN, 1986, pág. 29).

Este processo de dominação do agronegócio sobre os projetos de assentamentos não estão se dando pacificamente. Um ponto a ser destacado é a posição do MST sobre o agronegócio. O enfrentamento direto do Movimento com o agronegócio ficou claro na carta resultante do seu 5º Congresso Nacional que em um de seus pontos destacou:

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Baer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2007).⁴

É fato que o agronegócio, no país, tem cada vez mais presente a lógica oligopolista, centralizadora, dominada pelo capital financeiro internacional comandando as cadeias produtivas agropecuárias. Como exemplo bastante ilustrativo, mas não único, tem-se a expansão dos investimentos na produção sucroalcooleira que hegemoniza setorialmente grande parte das áreas agricultáveis do norte e noroeste do estado de São Paulo. Cabe ressaltar que se entende, neste trabalho, agronegócio como resultado de uma associação entre o grande capital agroindustrial, o capital financeiro e a grande propriedade.

Evidências empíricas observadas em assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto (CARVALHO, 2011), demonstraram que, além dos problemas inerentes ao financiamento e à comercialização, a forma de produção deve ser problematizada dentro de um contexto maior no qual se confrontam dois modelos: um modelo baseado, pelo menos em parte, no pacote da revolução verde (no qual os hortos estão incluídos) e outro a partir do discurso da agroecologia e sustentabilidade (aqui incluídos assentamentos de responsabilidade do INCRA e com o MST como movimento social protagonista).

⁴ A referida passagem é o sexto de dezoito pontos. O 5º Congresso Nacional do MST foi realizado em Brasília em junho de 2007. Ele é a instância máxima de deliberação do movimento e é realizado de cinco em cinco anos. A íntegra da carta se encontra no site do MST: www.mst.org.br.

Os assentamentos pesquisados sob a responsabilidade do ITESP se pautam na forma de produção convencional, isto é, independente da fertilidade do solo, o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos é constante. O modelo agrícola herdado da revolução verde domina as formas de produção dos assentamentos estaduais, com pouco espaço para alternativas agroecológicas, tais como a produção orgânica ou minimamente sem agrotóxicos. Por outro lado, em alguns assentamentos sob responsabilidade do INCRA, estão sendo gestados experiências diferenciadas em torno do que se convencionou chamar de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)⁵, pautado no viés produtivo agroecológico, com foco no trabalho coletivo, socialmente justo e ambientalmente correto (CARVALHO, 2011).

Considerações finais

A reforma agrária não é (pelo menos ainda) uma política estadual. A desapropriação por interesse social é uma responsabilidade da União. Neste sentido, há que se considerar as limitações na competência dos estados no que tange às políticas fundiárias. Uma delas é não poder usar de desapropriações para fins de reforma agrária e outra tão limitante quanto à primeira é a não dotação de recursos provenientes do Imposto Territorial Rural. Diante de tais limitações, fica óbvia a opção pelo uso de terras públicas para o enfrentamento de problemas fundiários nos estados. Entretanto, o governo do estado de São Paulo, em suas ações, é emblemático: quando intervém com políticas agrárias, favorece sobremaneira o agronegócio.

Em São Paulo, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, forte movimento migratório rumo aos centros urbanos, aumento da pobreza rural e urbana e fortalecimento da luta pela terra, preconizado pelos movimentos sociais organizados, o que, por sua vez desnudou conflitos institucionais entre os agentes responsáveis pela reforma agrária e desenvolvimento rural no estado, notadamente o INCRA e o ITESP.

⁵ O Projeto de Desenvolvimento Sustentável foi criado pelo INCRA para atender às especificidades dos demandantes de terras das reservas extrativistas do Acre, conforme a Portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999. Sua adaptação à realidade dos assentamentos do MST será discutida mais à frente

Em decorrência da disputa de projetos que envolvem movimentos, governo estadual (via ITESP) e governo federal (via INCRA), materializadas na “federalização” dos assentamentos rurais estabelecidos pelo governo do estado de São Paulo em áreas de antigos hortos florestais é mais do que um questionamento sobre a posse legal das áreas dos hortos florestais. É antes, uma disputa por modelo de desenvolvimento a ser implantado em assentamentos rurais no estado.

Referências Bibliográficas

- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. (1977). *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BARBOSA, M. V.; LEITE, S. P. (1991). *Reforma agrária em terras públicas: contradições de um governo democrático*. FCA/Jaboticabal. Unesp.
- BERGAMASCO, S. M. P. (1992). Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, v. 22, nº 03. Set/Dez.
- BERGAMASCO, S. M. P. e NORDER, L. B. (1999). Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. e S. P. Leite (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade.
- BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. B.; D'AQUINO, T. (1991). Assentamentos rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs.
- BOMBARDI, L. M. (2004). O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. In: *Agrária*, nº 1, pp. 55-95.
- CARVALHO, J. G. (2011). *Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado. IE/Unicamp.
- FELICIANO, C. A. (2009). *Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.
- FERNANDES, B. M. (1999). *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.
- ITESP (2000). *Terra e cidadãos: Aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo*. 2ª. Ed.
- JULIO, J. E; PETTI, R; BUENO, L. B. PEREIRA. (2006). *Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo*. São Paulo: INCRA, 145 p.
- MARTINS, J. S. (1979). *Cativeiro da terra*, [1. Ed.: 1979], 6. Ed. , São Paulo, Hucitec, 1996.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.) (1999). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Universidade UFRGS.

NORDER, L. A. (2004). *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese de Doutorado, Universidade de Wageningen.

OLIVEIRA, A. S. (2006). *Assentamentos Rurais em Hortos Florestais da Região Norte do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. UNIARA.

TOLENTINO, C. A. F. (2011). *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto*. Marília. Cultura Acadêmica Ed.

**ANÁLISE DE FORMULAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
(PRONAF): ATORES SOCIAIS, INTERNACIONAIS E
GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO POLÍTICO DE
DEFINIÇÃO DA AGENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Deise Donatoni Casado, UNIFESP
deisecasado@hotmail.com
GT3: "Questão Agrária"

Atualmente, muito se tem falado sobre o aumento no preço de produtos essenciais à alimentação do brasileiro, como o tomate, que subiu cerca de 150% no último anoⁱ. Para parte da mídia, trata-se do resultado das mudanças climáticas, do alto custo do transporte rodoviário, ou da inércia do governo na resolução de problemas. Uma das principais causas do aumento do preço dos produtos básicos, e talvez uma das menos discutidas, é a produção dos alimentos no Brasil.

A agricultura familiar, historicamente, sempre foi relevante na produção dos alimentos e no emprego da mão de obra no campo. Segundo o Censo de 2009, produzido pelo IBGE, a agricultura familiar brasileira emprega quase 75% da mão de obra no campoⁱⁱ, produz cerca de 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite consumidos no país. Assim, fortalecer a agricultura familiar é algo imprescindível para a produção dos alimentos e para a erradicação da fome.

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de formulação da principal política pública federal na área agrícola, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. Essa política permite que os agricultores, individual ou coletivamente, tenham acesso às diferentes linhas de crédito de financiamento, com taxas de juros que variam entre 0,5% a 5,5% ao anoⁱⁱⁱ. Trata-se de taxas consideradas baixas quando comparadas às taxas de juros praticadas pelo sistema bancário.

A presente pesquisa utiliza como marco metodológico o conceito de formulação da agenda, apresentado por Kingdon (1993), e de subsistemas de Howlett, Ramesh e Perl (2009). Estes autores analisam como uma política pública é formulada, na maioria dos países capitalistas e de democracia liberal, apresentando a ideia de subsistemas, estruturas,

e contextos. Ressalta-se que apesar da importância acadêmica dos autores citados, é importante observar que eles pensaram o processo de formulação de políticas públicas em um cenário político e histórico diverso do caso brasileiro.

A seguir, analisaremos, brevemente, as configurações políticas, sociais e econômicas que permitiram que a agenda da agricultura familiar fosse possível dentro do governo Cardoso, bem como os atores estatais, internacionais e sociais que contribuíram para o processo de formulação do PRONAF.

Governo FHC

Nos anos 1990, no plano econômico, o país apresentou taxas médias de crescimentos anuais extraordinárias, o que não ocorreu de forma homogênea, tanto regional quanto setorialmente, contribuindo para aumentar ainda mais a desigualdade entre as classes, fomentando a concentração de renda e de riquezas, combinadas com uma enorme exclusão social. Este cenário possibilitou que temas sociais como a questão da fome, miséria, pobreza, ganhassem maior visibilidade na agenda pública. A sociedade estava empenhada não apenas no combate à corrupção política, mas também na luta contra a fome.

Em 1994, após a gestão de Itamar Franco, disputaram a presidência Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). A conjuntura deste período permitiu que algumas lideranças políticas tivessem forças para negociar a associação entre partidos de centro e direita em torno da continuidade das reformas liberais, da estabilização da economia e da tomada do poder político central, corporificando tudo isso no lançamento bem sucedido do Plano Real e na candidatura à presidência da República do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

A intersecção entre economia e política é um elemento chave no debate em torno da chegada de Cardoso (1995-2002) à presidência. Durante a campanha presidencial havia duas interpretações sobre o fenômeno eleitoral: uma voluntarista (Cardoso teria concebido o Plano Real a fim de eleger-se) e a outra hiperestruturalista (a candidatura de Cardoso teria sido gestada pelas novas elites dominantes para viabilizar no país uma coalizão de poder capaz de dar sustentação ao programa de estabilização). A vitória de Cardoso

representou a construção de uma nova hegemonia, encerrando com a transição política brasileira pós-ditadura (SALLUM JÚNIOR, 1999).

A conversão político-ideológico, no governo Cardoso, entre o poder Executivo e o Legislativo deve-se, em grande parte, à distribuição para a base parlamentar de recursos políticos específicos, controlados pelo Executivo. Um dos fatores que contribuiu para que o governo tivesse uma coalizão ampla no Congresso Nacional e no Senado foi à acomodação dos membros dos demais partidos nos diversos Ministérios:

a escolha do ministério permitiu ao presidente eleito consolidar sua maioria parlamentar, incorporando à coalizão original o maior partido brasileiro, o PMDB, cujo candidato à Presidência havia sido fragorosamente derrotado. Em boa parte das votações, além disso, a coligação governista podia contar com a maioria dos votos do PPB, partido situado à direita da aliança governista (SALLUM, JÚNIOR, 1999, p.41).

No MAPA (Ministério da agricultura e abastecimento agrário), onde inicialmente foi vinculado o PRONAF, não foi diferente. Assim que tomou posse, Cardoso escolheu para compor o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento José Eduardo Andrade Vieira^{iv}, líder da base petebista; e em 1996, Arlindo Porto^v, também do PTB, partido que, em grande parte, representa os interesses do setor bancário financeiro e do agronegócio^{vi}.

No tocante às políticas públicas, Cardoso apresentou seus principais objetivos e prioridades no documento “Uma estratégia de desenvolvimento social”^{vii}: A política proposta por Cardoso baseava-se em três conjuntos de eixos^{viii}: a) serviços sociais básicos de vocação universal e de responsabilidade pública; b) programas básicos; c) programa de enfrentamento da pobreza^{ix}.

O PRONAF vincula-se aos programas de enfrentamento a pobreza, dentro do programa “Comunidade Solidária”, onde ganhou o “selo de prioridade”^x, por ser considerado elemento intrínseco no combate à pobreza e à exclusão social, o que “permite relacionar as referências deste programa e as concepções do Banco Mundial em relação à miséria, examinadas em documentos de recomendação para o Brasil no início dos anos 1990” (MARQUES, 2003, p.24).

Segundo Marques (2003), a aliança do PRONAF com o programa Comunidade Solidária favoreceu a sua inclusão no Plano Plurianual e no Orçamento Geral da União^{xi}. Assim, a equipe de Murilo Xavier Flores^{xii} encontrou no Comunidade Solidária uma

alternativa para evitar constrangimentos orçamentários pela hierarquia ministerial do MAPA.

O PRONAF é considerado por alguns estudiosos da área (MATTEI, 2006) como fruto de outra política pública anterior, o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Oriundo de diversas reivindicações, o PROVAP foi criado durante o governo de Itamar Franco, em 1994. Através da utilização dos recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), atuava na concessão de empréstimos. No governo de Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado. Fatores como pressão de mecanismos internacionais, questionamento dos valores ruralistas, dos fatores socioeconômicos e políticos, pressões sociais dos movimentos agrários, o apoio dos sindicatos rurais e dos acadêmicos da área de agrária contribuíram para outro desenho dessa política pública, tornando-a muito mais abrangente e inclusiva, originando assim o PRONAF.

De maneira geral, as políticas públicas no governo Cardoso tentaram acomodar os interesses dos pequenos e grandes proprietários de terra. No tocante à política para a agricultura patronal, o governo manteve ênfase de liberação do mercado agrícola, com duas medidas que contribuíram para a retomada do seu crescimento: a renegociação das dívidas dos produtores agrícolas, prevista na Lei no 9.138/1995 e suas variações e complementações, como o Programa Especial de Saneamento de Ativos-PESA, permitindo a progressiva retomada do crédito agrícola, e a desoneração do ICMS dos produtos básicos exportados, através da aprovação da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996), compensando a desvalorização cambial e aumentando a competitividade das exportações agrícolas brasileiras. Os atores patronais também angariaram benefícios com as obras de infraestrutura do programa "Brasil em Ação", que tinha como intuito melhorar o escoamento dos produtos agrícolas – ferrovias, portos fluviais, irrigação, etc. (SANTOS, 2011).

Quando discutimos o processo de formulação do PRONAF não podemos entender esta política pública como fruto de uma “concessão” do governo. Analisando o contexto histórico da gestão Cardoso, podemos observar que a questão agrária, bem como o fomento à agricultura familiar, não era, a priori, um objetivo governamental.

Breve análise do processo de formulação do PRONAF, a partir do conceito de subsistemas proposto por Howllett, Ramesh e Perl (2009)

Um subsistema de uma política pública é afetado pela maneira como os atores interagem nas comunidades epistêmicas, redes de políticas e comunidades políticas. De acordo com o modelo proposto por Howllett, Ramesh e Perl (2009), esses atores podem ser: ‘os atores e regimes internacionais’ (por exemplo, consultores internacionais, membros de organizações internacionais, missões de especialistas, observadores; regime internacional com seu arcabouço de regras, normas e procedimentos que regulamentam a relação entre os atores); os ‘atores políticos domésticos societais’ (por exemplo, estatais e correlatos: políticos eleitos, burocratas, partidos políticos e eleitores); e os ‘atores políticos domésticos estatais’ (por exemplo, grupos de interesse ou pressão, *think-tanks* e organizações de pesquisa, consultores e mídia), como podemos ver no gráfico a seguir^{xiii}:

Figura 01- Subsistema de uma Política Pública



No Brasil, historicamente, os organismos internacionais têm atuado de maneira ativa na formatação da agenda governamental, já que possuem grande capacidade de colocar um determinado assunto na pauta das ações que serão discutidas pelo governo. Muitas vezes, por trás dos “auxílios” desses organismos aos países em desenvolvimento, como os empréstimos internacionais, há o direcionamento das políticas públicas de um Estado como contrapartida da aprovação do financiamento para determinado projeto ou programa^{xiv}.

O processo de formulação do PRONAF foi embasado também, em grande medida, pela pressão dos organismos internacionais, como a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), que afirmavam que uma das obrigações intrínsecas dos Estados é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos dos quais necessitam (DESER, 1996).

Os órgãos internacionais, muitas vezes, aliaram-se às instituições nacionais brasileiras, geralmente governamentais, para elaborar estudos ou até mesmo possíveis desenhos de políticas públicas. Um exemplo é o convênio FAO/INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que ao longo do período de 1994-1998, realizou uma série de estudos sobre os sistemas de produção adotados pelos agricultores familiares, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento da agricultura familiar, identificar os obstáculos enfrentados, bem como as potencialidades no sistema produtivo utilizado pelos agricultores familiares (BUAINAIN, ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003).

Destaca-se, dentre os estudos realizados pelo convênio FAO/INCRA, o documento “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar” de 1994, que passou a definir com maior precisão conceitual a agricultura familiar, além de estabelecer um conjunto de diretrizes que deveria nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Acredita-se que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF (SCHNEIDER, 2004).

Com a Constituição Federal de 1988, e consequentemente o reordenamento do Estado Brasileiro, ocorreu o processo de descentralização das ações estatais no âmbito administrativo, o qual previa a criação de canais institucionais de participação de grupos sociais organizados na formulação e implementação de políticas, como os Conselhos e o Orçamento Participativo. Diversos movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), passaram a direcionar suas lutas na reconversão e reestruturação produtiva do país, ganhando destaque nas ‘Jornadas Nacionais de Luta’, posteriormente chamadas de ‘Grito da Terra Brasil’^{xv}.

Os anos 1990 foram marcados por grandes mobilizações da sociedade organizada ao redor dos problemas sociais que colocaram o Brasil entre as nações com maiores índices

de desigualdade do mundo (MATTEI, 2006). Esse período foi decisivo para mudar os rumos do desenvolvimento rural. Movimentos como a CONTAG e DNTR/CUT, passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações para a chamada ‘reconversão e reestruturação produtiva’ dos agricultores familiares, que também s afetados pela união aduaneira do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (SCHNEIDER, 2004). Assim,

as organizações dos agricultores familiares (DNTR/CUT e Contag) reivindicaram um programa de crédito específico, consolidando-se no PRONAF. O Fórum Sul dos Rurais da CUT realizou um seminário, em Chapecó, no ano de 1993, com o lema “Crédito de investimento – Uma luta que vale milhões de vidas”. O seminário indicou que o crédito seria a bandeira central do movimento sindical naquele momento, que poderia desencadear a conquista de outras políticas: assistência técnica, crédito fundiário, pesquisa, educação e formação profissional, infra-estrutura e habitação. De acordo com as resoluções do seminário, a proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores tinha como objetivos: recuperar e implementar a infra-estrutura necessária aos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo os seus sistemas de produção e capacitando-os para competirem com os produtores dos países do Mercosul; adequar o nível tecnológico utilizado, possibilitando a redução dos custos de produção e o aumento da qualidade e da produtividade agrícola; aumentar a produção de alimentos de forma a garantir a segurança alimentar do país; permitir o desenvolvimento de uma agricultura ecologicamente sustentável na conservação (NUNES, 2007, p.01).

Para alguns autores, o MST teve postura diferenciada quanto à luta por crédito rural apresentada em outros movimentos:

a recusa em participar dos conselhos constituídos no âmbito do PRONAF, em todos os níveis, foi justificado pela ideia de que esta participação representaria uma fonte de legitimação de um governo responsável por uma política adversa à agricultura familiar. Nesta perspectiva, trata-se de cooptar o movimento social, tornando impossível o combate contra os programas governamentais em conjunto (MARQUES, 2003, p.21).

Por trás das reivindicações dos movimentos sociais, o grande objetivo era a Reforma Agrária. O Brasil é um dos únicos países que ainda não democratizou o acesso à terra. As sugestões/exigências desses movimentos não se restringiam a uma política pública de fomento à agricultura, a pauta que esses organismos traziam era muito mais profunda, mas quando se trata de política devemos separar os campos do “ideal” e do “possível”. O ideal, na visão desses movimentos sociais, era a reforma agrária; o possível era tentar melhorar minimamente a vida desses agricultores, através de uma política de crédito. Soma-se a esse quadro a pressão dos organismos internacionais no combate à fome no Brasil, já que internacionalmente o nosso país é conhecido pela sua extensão territorial

e diversidade de flora e fauna, porém é um dos países com maior índice de desigualdade social do mundo.

Em 1994 ocorreu o “I Grito da Terra Brasil”. Trata-se de uma manifestação nacional coordenada pela Contag e pelo DNTR/CUT, que contava com a participação de diversas entidades representativas e de apoio a agricultura familiar. O “Grito da Terra Brasil” é organizado anualmente em vários estados e na capital federal, sendo entregue e negociado uma pauta de reivindicações aos governos estaduais e federal. Para Amadeu Bonato^{xvi}:

os movimentos sociais pressionaram o governo e fizeram com que a necessidade de elaborar-se uma política pública voltada ao fomento da agricultura familiar entrasse na agenda do governo FHC através do “Gritos da Terra Brasil”, especialmente o primeiro (1994), focado na conquista de uma política diferenciada para os “pequenos agricultores” e na implementação da Previdência Social Rural (foi ocupado o Ministério da Previdência Social).

CONCLUSÃO

Neste trabalho discutimos de maneira sucinta o processo de formulação do PRONAF. O surgimento do PRONAF inaugurou um novo marco histórico na intervenção do Estado na agricultura brasileira, já que o Estado não só reconheceu a importância da agricultura familiar na economia do país, como também reconheceu uma nova categoria social- os agricultores familiares-, que até então eram excluídos das ações estatais, e consequentemente das políticas públicas (SCHNEIDER, 2004).

A leitura que podemos fazer de um partido originado nas classes médias urbanas, aparentemente com pouca aderência à questão da Agricultura Familiar, é que o governo de Cardoso tentou acomodar diferentes interesses das arenas de coalizões: para a agricultura patronal, políticas como a ênfase de liberação do mercado agrícola (a renegociação das dívidas e a desoneração do ICMS dos produtos básicos exportados, através da aprovação da Lei Kandir); já para os pequenos agricultores, o programa de reforma agrária foi estruturado nas políticas de assentamentos^{xvii} e nas políticas de apoio à reforma agrária, através do crédito, assistência técnica e infraestrutura.

Podemos afirmar que no processo de formulação do PRONAF temos três atores, dentre outros, que influenciaram o subsistema de elaboração dessa política pública. Como ‘atores e regimes internacionais’ temos a FAO, que ao definir o conceito de agricultura

familiar, passou a cobrar do governo federal políticas públicas voltadas ao fomento da agricultura familiar. Como ‘atores domésticos estatais’, temos o INCRA, que em parceria com a FAO, realizaram estudos e o Censo agropecuário (1995-1996), que constituíram balizas essenciais, pois apontavam a importância social e econômica da agricultura familiar, sua potencialidade para construir um novo modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro, critérios para definir o conceito de agricultura familiar^{xviii}, e estratégias para aumentar a produção de alimentos. Por fim, os ‘atores domésticos societais’, que fizeram com que a necessidade de se elaborar uma política pública voltada ao fomento da agricultura familiar entrasse na agenda do governo Cardoso.

Apesar de o PRONAF ser considerado por diversos autores como um marco histórico na intervenção do Estado na agricultura brasileira, essa política não foi capaz de reverter, por si só, as tendências socialmente negativas do ajustamento fiscal, crescimento da pobreza, desemprego e queda da renda, ocorridos durante o governo Cardoso. Aquino^{xix} afirma que embora o PRONAF tenha sido apresentado como um elemento propulsor de uma nova estratégia de desenvolvimento rural, este programa era encarado pelo governo Cardoso como uma forma de compensar parte dos efeitos destruturadores da política econômica adotada sobre o setor rural. Ou seja, em essência, não havia uma proposta de ruptura radical com o modelo produtivista apoiado na grande propriedade patronal, mas sim, uma tentativa de atenuar as tensões sociais, em consonância com recomendações do Banco Mundial para os países da América Latina.

O PRONAF não atingiu a “raiz” histórica do problema da desigualdade ao acesso à terra. Essa política pública pode ser compreendida como uma política incremental^{xx}, que atingiu apenas os “ramos” dos problemas anteriormente descritos o que, em parte, juntamente com a pressão dos movimentos sociais e organismos internacionais, pode explicar como a necessidade de formular uma política de fomento à agricultura familiar teve espaço na agenda dentro de um governo caracterizado, em grande parte, por atender os interesses do agronegócio.

O padrão de organização da produção privilegiada pelo PRONAF e a sua função social no país estão sustentados, implicitamente, na ideia de produtivismo e rentabilidade, o que caracteriza uma das principais contradições dessa política pública, pois, ao mesmo tempo em que se intenciona ser uma política de desenvolvimento rural, em grande parte, o programa é basicamente uma política de desenvolvimento agrícola, que continua

financiando produtos privilegiados pelas *commodities*, produzindo assim “*mais de lo mismo*”^{xxi}.

As políticas públicas de fomento à agricultura familiar não podem ser concebidas como instrumentos isolados. É preciso ter uma visão global do problema e reconhecer que, dada sua dimensão, não se trata apenas de integrar organicamente as políticas específicas de apoio à agricultura familiar à política macroeconômica e às políticas setoriais. Ao contrário, trata-se de definir uma estratégia de desenvolvimento nacional, políticas macroeconômicas e setoriais compatíveis com a proposta de estimular um padrão de crescimento econômico com equidade social, fortalecer as iniciativas individuais da pequena e média empresa urbana, a agricultura familiar, gerar empregos urbanos e rurais, reduzir a pobreza, dentre outros (BUAINAIN, ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003).

A formulação das políticas públicas de fomento à agricultura deve apoiar-se em diagnósticos regionais, já que temos diversas especificidades no Brasil, e instrumentos de planejamento participativo, pois somente assim poderemos transformar a “*res publica*” em algo verdadeiramente “*do povo*”.

Referências Bibliográficas:

BITTENCOURT, Gilson. **Abrindo a caixa preta**: O financiamento da agricultura familiar no Brasil. Campinas: 2003. Tese (Doutorado)- Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Disponível em: http://www.e-science.unicamp.br/fluxus/admin/projetos/documentos/textocompleto_571_caixa%20preta.pdf, acessado em 15/01/2012.

Brasil, **Presidência da República**, 1996.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, ano 5, nº 10. Porto Alegre. 2003.

DESER. **Cartilha do Pronaf**. Curitiba, 2000. Disponível em <http://www.deser.org.br/biblioteca>, acessado em 15/02/2012.

DESER. **Manual do Pronaf – sua história, as modalidades de crédito disponíveis e como viabilizar o crédito pelo programa**. Curitiba: 1997.

DESER. **PRONAF – Uma Conquista da Agricultura Familiar**. Curitiba: s.d.

DRAIBE, Sonia. **A Política Social no período FHC e o sistema de proteção social**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004, acessado em 12/10/2011.

FELICIO, Jorge Munir. **A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a Partir dos Conceitos de Agricultura Familiar e de Camponês**. Campo Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n. 2, p. 14

HOWLLETT, Michael; RAMESH, Michael e PERL, Antony. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**; Oxford: Oxford University Press, 2009.

KINGDOM, John W., "How Do Issues Get on Public Policy Agendas?" In: William Wilson (org.). **Sociology of the Public Agenda**. London: Sage, 1993.

LINDBLOM, Charles E. Still Muddling, Not Yet Through. **Public Administration**. Review 39: 517-526. 1979.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Concepção em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a criação do PRONAF. **Raízes**. Volume nº 22, número nº 02. Campina Grande. 2003

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

NUNES, Sidemar Presotto. **O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Curitiba: Deser, 2007.

SALLUN JÚNIOR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social: Revista Sociologia da USP**. São Paulo: 1999.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Publicado em: SCHNEIDER, Sergio, SILVA, Marcelo Kunrath & MARQUES, Paulo Eduardo (orgs.), **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Secretaria de Planejamento (SEPLAN). **Plano de Combate à fome e à miséria**. Brasil, 1993.

Sites

- [http:// www.virusplanetario.net](http://www.virusplanetario.net), acessado em 13/05/13.

- <http://www.ibge.gov.br/home>, acessado em 06/06/12.

<http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/GrupoPrincipal/Home/Conteudo/PortalBN.asp>, acessado em 08/04/12.

-<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/mulheres-rurais-e-das-florestas/print>, acessado em 02/02/12.

-http://www.usp.br/prolam/downloads/2011_1_iglecias_18.pdf, acessado em 05/05/12.

-http://www.usp.br/prolam/downloads/2011_1_iglecias_18.pdf, acessado em 05/05/12.

- <http://www..msd.gov.br>, acessado em 18/01/2013.

Entrevista

Amadeu Bonato. Entrevista concedida a autora. Paraná: 2012.

ⁱ Disponível em: www.virusplanetario.net, acessado em 13/05/2013.

ⁱⁱ No Nordeste, a agricultura familiar é responsável por 82,9% da ocupação de mão-de-obra no campo, segundo o Banco do Nordeste.

ⁱⁱⁱ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/mulheres-rurais-e-das-florestas/print>, acessado em 02/02/2012.

^{iv} Membro da família Andrade Vieira (proprietária do banco Bamerindus). Foi senador pelo Paraná. Foi ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, de 19 de outubro de 1992 a 23 de dezembro de 1993 e cumulativamente ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária de 1 de setembro de 1993 a 13 de outubro de 1993. Voltou a ser ministro da Agricultura, de 1 de janeiro de 1995 a 2 de maio de 1996.

^v Foi eleito prefeito de Pato de Minas entre 1983 a 1988, onde implementou o Governo Participativo. Foi vice-governador do Estado de Minas Gerais, entre 1991 a 1994, ao lado do então governador Hélio Garcia. Foi Ministro do MAPA entre 30/04/1996 a 08/04/1998, contribuindo para a implementação de programas como PRONAF e Erradicação da Febre Aftosa. Foi eleito senador pelo estado de Minas Gerais de 1995 a 2003 pelo PTB.

^{vi} Um episódio que ilustra claramente a acomodação de interesses dentro dos Ministérios foi a saída de Arlindo Porto do MAPA. Em 1998, Cardoso rompendo com a ocupação petebista no MAPA, nomeou o gaúcho Francisco Turra (PPB) ao cargo de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e, em contrapartida, ofereceu o cargo de Ministro do Trabalho a Arlindo Porto, que o recusou. Porto, ao deixar o MAPA, criticou a guerra pelos cargos travada entre os partidos da base aliada.

^{vi} IN: Brasil, Presidência da República, 1996.

^{vi} Baseados em DRAIBE, Sonia. **A Política Social no período FHC e o sistema de proteção social.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004, acessado em 12/10/2011.

^{vi} No presente artigo, abordaremos, de forma sucinta, apenas o PRONAF.

^{vi} Em 1996 o PRONAF deixou de ser uma linha de crédito e passou a ser um programa de governo, aumentando assim a verba disponível para financiamento do programa.

^{vi} Segundo Marques (2003), a nomeação de Murilo Xavier Flores em parte associa-se ao fato de seu pai ter sido Ministro da Marinha e às suas relações pessoais com Cardoso.

^{vi} Criação da autora.

^{vi} Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2011_1_iglecias_18.pdf, acessado em 05/05/12.

^{vi} Manifestação nacional coordenada pela Contag e pelo DNTR/CUT. Contava com a participação de diversas entidades representativas e de apoio à agricultura familiar. Era organizado anualmente em vários estados e na capital federal, sendo entregue e negociada uma pauta de reivindicações aos governos estaduais e federal.

^{vi} Amadeu Bonato. Entrevista concedida a autora. Paraná: 2012.

^{vi} Governo Cardoso assumiu o compromisso de assentar 280.000 famílias entre 1995 e 1998.

^{vi} Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (www.msd.gov.br, acessado em 18/01/2013), a agricultura familiar caracteriza-se por ser uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

^{vi} Joarcir Aquino, entrevista concedida a autora. Rio Grande do Norte: 2012.

^{vi} Conceito desenvolvido por Lindblom (1979).

^{vi} Segundo Scheneider e Gazolla (2005), fazendo “mas de lo mismo” é uma expressão usada por Schejtman e Berdegú (2003) para designar que um novo tipo de desenvolvimento rural que não pode somente se basear nas atividades tradicionais como, por exemplo, o crescimento da produção agropecuária. No caso da análise do PRONAF usa-se essa expressão para dar conta e mostrar que o programa, em parte, continua financiando e incentivando o padrão produtivista de desenvolvimento” (SCHENEIDER e GAZOLLA, 2005, p.05).

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: DO ECOLOGISMO DOS POBRES AO ECOLOGISMO PARA OS POBRES

José Cláudio Gonçalves; Rosemeire Aparecida Scopinho - PPGS/UFSCar
ze_goncalves44@yahoo.com.br; scopinho@ufscar.br
GT 3: “Questão agrária”

No Brasil, a questão do desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais vem sendo discutida por diferentes agentes sociais, instituições públicas governamentais e não-governamentais. De modo geral, essas agências direcionam os debates para a convergência entre as questões agrícola, agrária e ambiental. Nessa perspectiva, as ações para a conservação e/ou recomposição dos recursos naturais nos espaços rurais são consideradas tão importantes quanto às atividades econômicas ligadas a agricultura, a pecuária e ao extrativismo. No campo da política agrária, esta diretriz consolida-se a partir da criação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de novos modelos de assentamentos rurais de reforma agrária, dentre os quais, os Projetos Agroextrativistas (PAEs), os Projetos de Assentamento Florestal (PAFs) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs). Considerando as particularidades do modelo agrícola – economia canavieira – predominante na região Central do Estado de São Paulo, o estudo analisa o processo organizativo de dois assentamentos rurais do tipo PDS implantados pelo INCRA na microrregião de São Carlos. A hipótese preliminar sustenta que a implantação de PDSs nesse território faz parte do processo de ecologização da questão agrária brasileira. Entretanto, pesquisas empíricas realizadas nesses assentamentos indicam que a falta de infraestrutura, sobretudo crédito, assistência técnica e canais de comercialização da produção agrícola, aliada a mecanismos de normatização e controle ambiental pode levar ao enfraquecimento daquilo que Martinez-Alier define como Ecologismo dos pobres. Apoiado em bibliografia referente às questões agrícola, agrária e ambiental brasileira, bem como em documentos, entrevistas, observações e fotodocumentação, busca-se compreender os limites, as potencialidades, os consensos e dissensos emergidos no processo organizativo dessa modalidade de assentamento rural. Tomando o desenvolvimento como um processo conflitivo de mudança social, a pesquisa busca contribuir para ampliação dos referenciais teóricos e metodológicos que tratam da temática do desenvolvimento rural brasileiro, em especial, naquilo que diz respeito aos seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento rural, Reforma agrária, Conflitos socioambientais, Agroecologia, Movimentos Sem Terra

Introdução

Em 2012, dois eventos ocorridos no Brasil marcaram os debates em torno das questões relacionadas à problemática da conservação ambiental e do desenvolvimento socioeconômico. O primeiro deles tem um caráter supranacional e refere-se à realização da chamada Rio+20, a conferência sobre desenvolvimento sustentável coordenada pelas Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro. O segundo evento é de ordem interna e diz respeito às discussões sobre as propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro (CFB)¹. Vejamos, primeiramente alguns elementos da Rio+20.

Organizada no âmbito do Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA), esta conferência pode ser considerada uma continuação dos debates ambientais realizados, respectivamente, em Estocolmo no ano de 1972; no próprio Rio de Janeiro em 1992 e em Johannesburgo no ano de 2002. Assim, a Rio+20 configura-se na quarta conferência internacional que a ONU realiza com o objetivo de tratar dos problemas derivados da relação entre a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico em todos os continentes do planeta².

Desde Estocolmo, as conferências ambientais da ONU têm recebido duras críticas, pois, segundo representantes dos movimentos sociais, elas não tiveram, até o presente momento, forças suficientes para superar a visão economicista das autoridades políticas, muito menos os interesses financeiros e imediatistas dos grandes grupos econômicos. De acordo com especialistas, o problema central é que estas conferências não conseguem criar mecanismos efetivos para colocar em prática os pressupostos expressos na noção de desenvolvimento sustentável, isto é, um padrão de desenvolvimento que satisfaça as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Conforme argumenta Sachs (2004), “[...] a

¹ O primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, revogado posteriormente pela Lei 4.771/65, agora revogada pela Lei 12.651/2012. “A Lei 4.771 estabeleceu dois mecanismos importantes de proteção ambiental: a) a Área de Preservação Permanente (APP), destinada a proteger o solo e as águas, cujo uso é limitado e depende de situações a serem autorizadas pelo poder público; b) a Reserva Legal, como um percentual do imóvel que deve ser coberto por vegetação natural e que pode ser explorada com manejo florestal sustentável” (SAUER; DE FRANÇA, 2012, p.287).

² Além das conferências internacionais realizadas a cada década, a ONU também contribui para a realização de encontros científicos para tratar de questões socioambientais específicas, tais como o aquecimento global, a perda da diversidade biológica, a questão da fome mundial, os impactos gerados pelas atividades antrópicas sobre recursos hídricos, entre outros.

reunião de Joanesburgo foi uma oportunidade perdida para deslanchar uma transição planetária para o desenvolvimento sustentável” (p.16)³.

Independentemente dos termos utilizados, o fato é que muito pouco se têm avançado no sentido de uma mudança nos níveis de degradação ambiental *vis-à-vis* as estratégias de desenvolvimento econômico empreendidas por governos e empresas nacionais e multinacionais instaladas, tanto em nações desenvolvidas quanto naquelas subdesenvolvidas. Desse questionamento mais geral acerca da impossibilidade de se atingir – nos marcos atuais do desenvolvimento capitalista – um padrão de desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental, derivam outros tantos, como por exemplo, as críticas elaboradas por cientistas sociais, organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais acerca da denominada *Green Economic*⁴, uma “nova” proposta apresentada pelo PNUMA durante a Rio+20.

As críticas feitas à econômica verde decorrem de seu caráter mercantil, isto é, pelo fato dessa proposta transformar os recursos naturais em mercadorias e serviços ambientais passíveis de serem comercializados nos mercados de *eco-créditos*⁵. Segundo seus críticos, a econômica verde representa um novo ciclo de espoliação capitalista, sobretudo, quando se considera o modo de vida de comunidades tradicionais que vivem e trabalham em áreas

³ A expressão desenvolvimento sustentável foi utilizada pela primeira vez em 1987 por ocasião da elaboração do chamado Relatório *Brundtland*, um documento produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na verdade, o termo desenvolvimento sustentável deriva do conceito de ecodesenvolvimento, uma terminologia criada a partir dos debates envolvendo questões de ordem econômica e ambiental realizados na conferência de Estocolmo no ano de 1972. A partir dessa mudança, a expressão desenvolvimento sustentável ganhou visibilidade dando início a “[...] um processo de profunda reformulação do discurso ambientalista, adaptando-se gradativamente aos interesses dominantes e afastando-se da ideia de uma mudança paradigmática” (SCHMIDLEHNER, 2012, p.13). Para mais detalhes acerca dos conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável ver (SACHS, 2002; 2004). Para uma crítica a noção de desenvolvimento sustentável ver, (FOLADORI, 2001); (PAULA, 2005; 2012); (FERNANDES, 2006), entre outros.

⁴ O PNUMA define economia verde como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento de renda e de emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzem as emissões de carbono e poluição e aumentam a eficiência energética e o uso de recursos, e previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos (PNUMA, 2011).

⁵ Mercado de eco-crédito é uma novidade da econômica capitalista. Criado a partir das discussões sobre o aquecimento global essa modalidade de negócio possibilita, por exemplo, que empresas poluidoras comprem créditos de carbono de países em desenvolvimento ou de comunidades tradicionais que mantenham preservadas suas florestas. Esse tipo de transação insere-se no universo do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um recurso criado pelo protocolo de Quioto para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

de floresta tropical, como por exemplo, os seringueiros, castanheiros e indígenas da região Amazônica brasileira (PAULA, 2012; SCHMIDLEHNER, 2012).

Se por um lado as conferências ambientais organizadas pela ONU não tem sido capazes de mitigar os impactos gerados pelas diferentes formas de exploração da natureza, por outro, é preciso reconhecer que elas são espaços importantes para articulações dos movimentos sociais, pois a partir dessas conferências, estabelecem-se diálogos entre diferentes agentes sociais e organizações da sociedade civil que, desde 1992, participam não apenas para questionar as autoridades científicas e políticas, mas também para propor soluções aos diversos problemas sociais, especialmente aqueles que impedem as populações mais pobres do planeta a ter acesso aos recursos essenciais à manutenção e reprodução da vida humana, como por exemplo, o acesso a terra, a água, as sementes, aos alimentos, etc. Na Rio+20, a reunião dos movimentos sociais foi denominada Cúpula dos Povos e um dos seus objetivos é articular processos de luta anticapitalista⁶.

Com relação ao segundo evento – discussão sobre o CFB – consideramos digno de nota um pronunciamento feito, em 2012, pela presidenta Dilma Rousseff durante comemoração pelos 60 anos de fundação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Na referida ocasião, a presidenta proferiu o seguinte discurso: *“O Brasil não precisa e não pode contrapor seu papel de potência agrícola à preservação das nossas riquezas naturais e da nossa biodiversidade, talvez sejamos o único país no mundo que tem condições de ser potência agrícola e energética sem deixar de ser potência de biodiversidade e respeito ao meio ambiente”*. Além dos interesses do próprio governo, as palavras da presidenta Dilma expressavam, à época, um caloroso debate que vinha sendo travado entre produtores rurais, ambientalistas, deputados, senadores e parte da comunidade científica nacional⁷.

Dada às polêmicas geradas entre os diferentes agentes e suas respectivas posições em relação às propostas de alteração do CFB, sobretudo naquilo que dizia respeito ao tamanho das áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP)

⁶ Para mais detalhes consultar o site <http://cupuladospovos.org.br/> - Acessado em abril de 2013.

⁷ A respeito das propostas de alteração do CFB, cientistas filiados a SBPC e a ABC assim se posicionaram: “A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) concordam com a necessidade de reformulação do Código Florestal vigente (Lei 4.771/1965) para adaptá-lo às mudanças no uso e ocupação do solo do território brasileiro. No entanto, a atualização do Código Florestal precisa ser feita à luz da ciência e tecnologia hoje disponíveis. O Brasil tem a oportunidade de dar um exemplo ao mundo de uma nova forma de convivência harmoniosa da conservação ambiental com a produção agrícola” (SBPC; ABC, 2011, p.16).

localizadas no interior das propriedades rurais, o Executivo Federal vetou – após as discussões de praxe –

nove artigos dos Projetos de Lei que tratavam do assunto⁸.

A relevância da discussão sobre as propostas de alteração do CFB se dá por vários motivos, mas, sobretudo, pelo fato do Brasil ainda ser o detentor de grandes áreas cobertas com vegetação nativa, o que o transforma em um dos mais importantes *hotspots*⁹ ambientais do planeta. Somado a esta particularidade, vale dizer ainda que no Brasil, essa discussão remete a outras questões fundamentais para o futuro da sociedade, dentre as quais destaca-se a polarização entre a produção de alimentos *versus* o crescimento da produção de *commodities* agrícolas e de agrocombustíveis, em especial os derivados do cultivo da cana-de-açúcar.

Portanto, é importante que esse debate seja ampliado, pois ele reverbera sobre os rumos do desenvolvimento social, econômico e ambiental brasileiro. Esse é o objetivo geral do presente texto que se apóia, por um lado, em material bibliográfico sobre desenvolvimento rural, sustentabilidade ambiental e questão agrária e, por outro, nos resultados preliminares de uma pesquisa em nível de doutorado que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)¹⁰.

Considerando que já existe um acervo razoável de publicações (artigos, reportagens, entrevistas, teses, dissertações, etc.) que tratam da relação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais do Brasil, não será nossa preocupação fazer aqui uma revisão extensa dessa literatura; buscaremos sim, apontar alguns aspectos que julgamos interessante em trabalhos que analisam a dinâmica socioambiental e econômica do espaço rural de uma importante região do estado de São Paulo, qual seja, a região Central¹¹.

⁸ Projeto de Lei (PL) nº 1.876/1999, apreciado na Câmara dos Deputados, e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30/2011, discutido no Senado Federal (SAUER; DE FRANÇA, 2012).

⁹ Hotspots foi um conceito criado em 1988 pelo pesquisador Norman Meyers. Sua função é determinar quais são as áreas do planeta que ainda abrigam formas ricas e complexas de biodiversidade.

¹⁰ A referida pesquisa não conta com financiamento de nenhum órgão de fomento científico. As orientações estão a cargo da professora doutora Rosemeire Aparecida Scopinho, docente da UFSCar.

¹¹ A questão do recorte espacial é de suma importância nas análises sobre desenvolvimento rural. Todavia, por se tratar de uma reflexão preliminar, nesse texto, utilizamos a definição de região administrativa indicada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Para mais detalhe a respeito da divisão administrativa do estado de São Paulo consultar www.seade.gov.br

A nosso ver, essa região configura-se como um território privilegiado para análises centradas no binômio desenvolvimento econômico – conservação ambiental, pois desde a virada do século XIX para o século XX, ela apresenta índices vigorosos de desenvolvimento econômico. Todavia, nas décadas de 1980 e 1990, emergem nessa região, contradições de classe decorrentes do processo de acumulação capitalista, sobretudo aquelas provenientes do setor sucroalcooleiro que, a partir dos anos de 1990, consolida-se como a força motriz do desenvolvimento econômico regional (ELIAS, 2003).

Tais contradições adquirem maior visibilidade em meados dos anos de 1980, período em que eclodem as greves de trabalhadores assalariados rurais do setor sucroalcooleiro. Naquela época, as reivindicações dos trabalhadores extrapolaram a questão da remuneração salarial, pois eles passaram a exigir também melhores condições na jornada de trabalho, nos alojamentos e nos meios de transporte. Segundo Chiovetti (1999), esses trabalhadores “[...] passaram a buscar um maior controle do processo de trabalho e também da produção” (p. 153).

Não obstante suas conquistas, no final dos anos de 1990 surgem novos conflitos sociais e estes irão desembocar na questão da posse da terra, ou seja, na luta pela reforma agrária cujo alvo serão os latifúndios canavieiros existentes na região Central paulista. Segundo o MST e outros movimentos sociais de luta pela terra, a maioria desses latifúndios não cumpre a chamada Função Social da Propriedade, especialmente quando tal princípio se refere aos recursos naturais¹².

A partir desse questionamento, desencadeia-se na região Central um processo mais intenso e articulado de organização dos trabalhadores visando a desapropriação e implantação de assentamentos rurais em áreas de usinas e fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Após várias mobilizações, tanto dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, quanto de seus aliados, surgem – a partir do ano 2000 – novos assentamentos rurais de reforma agrária nessa região, sendo que a maioria deles foi criada por meio de decreto do Governo Federal numa modalidade denominada Projeto de Desenvolvimento Sustentável, (SCOPINHO, 2007); (FIRMIANO, 2008); (GONÇALVES, 2010).

¹² O Estatuto da Terra, Lei 4504/64 de 30 de novembro de 1964, em seu Artigo 2º § 1º afirma que: A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) **assegura a conservação dos recursos naturais**; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam [grifo meu].

Dois desses projetos estão localizados na microrregião de São Carlos, são eles o Assentamento PDS Santa Helena que fica dentro da antiga Fazenda Santa Helena no município de São Carlos e o Assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro, localizado nas terras das Fazendas Santa Clara e Baixadão, ambas no município de Descalvado¹³. Desde meados do ano de 2011, temos acompanhado o processo de organização e desenvolvimento desses dois assentamentos. Um dos objetivos dessa pesquisa é analisar os consensos, as contradições e potencialidades desses dois projetos de assentamento rural, especialmente considerando-se suas localizações, as condições de acesso das famílias às políticas sociais, a infraestrutura disponível para a produção agrícola e os recursos naturais existentes, tanto no interior quanto no entorno das áreas reformadas.

Posto que o texto aqui apresentado tem um caráter de investigação preliminar faremos, inicialmente, uma descrição sucinta dos debates em torno do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) no âmbito dos países Latinoamericanos e, dentro dessa perspectiva, a discussão sobre as possibilidades de construção de modelos alternativos de agricultura, em especial a matriz agroecológica. Antes das considerações finais, apresentamos alguns aspectos do processo organizativo do Assentamento PDS Santa Helena que fica distante 15 quilômetros da área urbana da cidade de São Carlos.

2 - Desenvolvimento rural sustentável e agroecologia: síntese de um amplo debate

A polêmica e as incertezas geradas a partir das propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro demonstram o grau de complexidade das questões postas hoje sobre o desenvolvimento social e econômico das áreas rurais no Brasil. Estudos recentes, entre os quais, Favareto (2007), Romeiro (2007), Kageyama (2008), Sauer (2008), Fernandes (2008), Abramovay (2009), Paula (2012) têm procurado problematizar tais questões, sobretudo, os aspectos relacionados às novas atividades e conflitos sociais emergentes nos espaços rurais do país.

Nesse novo cenário, a problemática ambiental coloca-se como um dos elementos mais importantes, pois, “[...] os impactos ambientais gerados pelas atividades

¹³ A partir do acervo aerofotogramétrico pertencente ao Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC), estamos construindo mapas das áreas onde hoje estão localizados o Assentamento Santa Helena e a Comunidade Agrária 21 de Dezembro. O uso desse recurso visa mostrar as características da cobertura vegetal, bem como, o uso e ocupação do solo nessas áreas nas quatro últimas décadas do século XX.

agropecuárias não representam apenas uma externalidade, mas um fator que degrada sua própria base produtiva” (ROMEIRO, 2007, p. 258). Ainda de acordo com este autor, a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental nos espaços rurais está associada aos conceitos de codesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e, ambos os “conceitos” estão relacionados ao despertar da opinião pública para os problemas ambientais.

Quando se trata de discutir o desenvolvimento econômico e a conservação de recursos naturais em áreas rurais, um termo utilizado pelos estudiosos do assunto é o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). No âmbito da América Latina identificam-se duas perspectivas, sendo que a primeira delas é formada por um conjunto de instituições, governamentais e não governamentais, entre as quais: o Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Em consórcio, estas instituições formam o Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural da América Latina (MONTENEGRO GÓMES, 2008).

Na opinião deste grupo, os agricultores familiares, os pequenos produtores, as comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras) que vivem do extrativismo e da agricultura de subsistência podem ampliar as possibilidades de seu desenvolvimento econômico e social, tanto por meio da produção de alimentos, quanto pela dedicação às ocupações rurais não agrícolas (ORNAs), tais como: o turismo rural, a fabricação e venda de peças artesanais e até mesmo a inclusão nos chamados programas de Pagamento por Serviços Ambientais¹⁴. Os defensores desta perspectiva acreditam que a dimensão local e ambiental do desenvolvimento rural deve ser sempre privilegiada.

Além dessas instituições, há também um segundo grupo formado por diversos movimentos sociais do campo, muitos dos quais integrantes da Via Campesina Internacional. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento

¹⁴ O programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma experiência que vem sendo realizada por instituições públicas, privadas e governos de diversos países; o objetivo desses programas é recompensar, financeiramente, produtores rurais que estejam dispostos a conservar recursos naturais existentes em suas propriedades, bem como recuperar áreas degradadas. A ideia básica dos programas PSA é a de que a conservação do meio ambiente rural tem que ser mais lucrativa do que a sua destruição. Para uma crítica dos programas PSAs ver (SCHMIDLEHNER, 2012).

dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Brasil, são exemplos dessas organizações. Na perspectiva dos movimentos sociais organizados em torno da Via Campesina, o principal problema das propostas baseadas no DRS é que seus proponentes concebem os territórios rurais como o espaço do não conflito, ou seja,

Un territorio de la cooperación, la solidaridad y la articulación de intereses. El territorio del consenso emerge, de esta forma, como figura privilegiada para pensar soluciones para el medio rural latinoamericano, como si ese consenso fuese neutro, como si los intereses y dominaciones atávicas y recientes, de repente, desapareciesen (MONTENEGRO GÓMES, 2008, p.253).

Os críticos do DRS acreditam que “[...] o conflito possui uma dimensão simbólica e política fundamental para segmentos empobrecidos do campo porque, entre outros aspectos, materializa a resistência” (SAUER, 2008, p.232). Segundo Fernandes (2008), existe uma compreensão predominante de que o conflito prejudicaria o desenvolvimento econômico. Este autor não concorda com essa concepção, pois para ele, “[...] o conflito não pode ser tomado como algo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida” (p.174).

Portanto, no continente Latinoamericano, podemos afirmar que o debate sobre o desenvolvimento rural encontra-se polarizado entre duas vertentes, a do DRS e a dos Conflitos Socioambientais (CSA). Esses dois grupos empreendem esforços para fortalecer as políticas públicas de desenvolvimento rural, entretanto, quando se trata dos problemas ambientais rurais, a corrente do DRS orienta-se mais na perspectiva de uma Modernização Ecológica (ME), cuja “[...] narrativa central se sustenta na idéia de que pode haver uma compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental” (LENZI, 2006, p.60). Já a corrente dos CSA orienta-se no sentido da construção de um Ecologismo Popular (EP) ou “Ecologismo dos Pobres”, segundo (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

Para este autor, a diferença fundamental entre essas duas correntes é que, enquanto a Modernização Ecológica limita-se a fazer uma gestão científica dos recursos naturais, o Ecologismo dos Pobres faz uma luta material pela apropriação destes recursos, pois estes são indispensáveis à sua reprodução.

O eixo principal desta corrente [ecologismo popular] não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma

preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 34).

Em paralelo a essas duas perspectivas de desenvolvimento rural, verifica-se nos últimos anos um fortalecimento dos discursos e ações em defesa da Agroecologia. Dado que esse campo também é constituído por diferentes correntes de pensamento, apresentaremos, na sequência, um breve histórico do processo de construção da Agroecologia.

Segundo Assis (2005), os movimentos em favor de uma agricultura não industrial surgiram a partir da década de 1920, podendo ser congregados da seguinte forma: 1) Agricultura orgânica, cujos princípios foram fundamentados entre os anos de 1925 e 1930, pelo inglês Sir Albert Howard; 2) Agricultura biodinâmica, iniciada em 1924 por Rudolf Steiner na Alemanha; 3) Agricultura biológica, inspirada nas ideias do suíço Hans Peter Muller e mais tarde introduzida na França por Claude Aubert; 4) Agricultura natural, originada no Japão a partir de 1935 e baseada nas ideias de Mokita Okada e Masanobu Fukuoka; 5) Agricultura alternativa, surgida no início da década de 1970 no bojo do movimento ambientalista; 6) Agricultura ecológica, iniciada no final dos anos de 1970, introduzindo preocupações socioeconômicas em sua elaboração; 7) Permacultura, desenvolvida na Austrália por Bill Mollison, nas décadas de 1970 e 1980; 8) Agricultura regenerativa, elaborada nos EUA por Robert Rodale, no início da década de 1980. (ASSIS, 2005, p. 13).

Considerando os objetivos do presente texto, interessa caracterizar, em especial, a corrente denominada agricultura ecológica. O termo agricultura ecológica surgiu no final da década de 1970, também como proposta unificadora das demais correntes de agricultura não industrial. A novidade introduzida pela agricultura ecológica é a ideia de que a produção agrícola para ser, de fato, sustentável deve integrar os princípios agronômicos, ecológicos com os socioeconômicos (LUTZEMBERG, 1985; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; ASSIS, 2005). Os defensores da agricultura ecológica partem de uma visão sistêmica, entendendo a propriedade agrícola como uma unidade funcional, um organismo onde a saúde das plantas está diretamente relacionada à fertilidade do solo.

Cientes dos limites econômicos, políticos e de capacitação técnica que se apresentam à produção agroecológica na atualidade, os agentes agroecológicos articulam-se no sentido de realizar uma transição agroecológica. Entretanto, como enfatizam Caporal

e Costabeber (2004), tal processo adquire enorme complexidade, especialmente, no que se refere aos seus aspectos tecnológicos, metodológicos e organizacionais. Dependendo do nível de sustentabilidade que se deseja alcançar em determinados agroecossistemas é preciso considerar também que um processo de transição tem custos, os quais não podem, simplesmente, recair sobre os produtores (ROMEIRO, 2007, p.253).

É diante dessas e de outras questões que o discurso sobre a sustentabilidade ambiental, sobretudo a defesa da agroecologia, tem invadido o cotidiano dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, em especial nos biomas Amazônico e na área de transição entre o Cerrado e a Floresta Atlântica.

Os defensores dessa perspectiva acreditam que os assentamentos de reforma agrária podem – a partir da agroecologia – desempenhar um papel importante no processo de conservação e/ou recuperação dos recursos naturais existentes em áreas rurais. Todavia, por não contar com uma política forte e contínua de assistência técnica, boa infraestrutura e canais de comercialização, os assentamentos agroecológicos (PDS), em especial aqueles existentes na região Central e Nordeste do estado de São Paulo, enfrentam grandes dificuldades para se desenvolver economicamente.

Sem estes recursos, resta aos assentados e assentadas fazer o que aqui chamamos de “ecologismo dos pobres”, ou seja, experimentar, inventar e reinventar formas alternativas para desenvolver atividades de produção agrícola e não agrícola. Tal situação enseja dúvidas quanto à real capacidade desse modelo de assentamento rural promover desenvolvimento econômico, social e ambiental, ou seja, cumprir os pressupostos do desenvolvimento sustentável. Dada às suas complexidades, tais questões só podem ser melhor compreendidas a partir da descrição e análise de campos empíricos determinados. Esse será nosso objetivo na próxima seção.

PDSs - Projetos de Desenvolvimento Sustentável em São Paulo: ecologismo dos pobres ou ecologismo para os pobres?

Como demonstrado na seção anterior, a questão do desenvolvimento rural Latinoamericano tem mobilizado diferentes agentes sociais e instituições públicas, governamentais e não-governamentais que direcionam o debate para a convergência entre as questões agrícola, agrária e ambiental. Os elementos desse debate estão relacionados,

entre outros aspectos, à necessidade de conservação e ou recomposição dos recursos naturais degradados pelas atividades agropecuárias, em especial, por aquelas que fazem uso intensivo do solo, dos recursos hídricos e florestais. A importância destes recursos para a produção de alimentos e manutenção da biodiversidade tem mobilizado, tanto os movimentos sociais do campo quanto as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural que buscam desenvolver modelos alternativos de produção agrícola, pecuária e extrativista, em especial, aqueles baseados em Sistemas Agroflorestais (SAFs) e silvopastoris.

É nesse contexto que o INCRA decidiu criar os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) que são uma “modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver *atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área*” (Brasil, 2000, p.19) [grifo meu]

Apesar de ter nascido no contexto de um debate sobre as alternativas de desenvolvimento de áreas rurais no bioma Amazônico, esta modalidade de assentamento rural vem sendo implantada em diferentes regiões do país. No estado de São Paulo existem, atualmente, 18 assentamentos rurais na modalidade PDS, todos sob responsabilidade do INCRA sendo que destes, cinco encontram-se instalados na região Central, dois na região Nordeste, dois na região do Pontal do Paranapanema, três no Vale do Paraíba e três no Vale do Ribeira, região Sul do estado. Os demais estão localizados no eixo da rodovia Anhanguera, próximos à grande São Paulo. O quadro 2 mostra o número de famílias e a área de cada um dos cinco projetos de assentamento do tipo PDS implantados pelo INCRA na microrregião de São Carlos.

Quadro 02 – Assentamentos rurais do tipo PDS implantados pelo INCRA na microrregião de São Carlos entre os anos de 2006 e 2010.

Assentamento	Nº famílias	Área (Hectares)
PDS Nova São Carlos	82	1.156,00
PDS Horto Aurora	83	533,36
PDS 21 de Dezembro	19	378,91
PDS Bom Retiro	42	360,00
PDS Santa Helena	14	98,83
Total	240	2.527,10

Fontes: Brasil (2010); caderno de campo (2011).

Como estratégia de desenvolvimento rural, a implantação de projetos de assentamento rural sustentável na região Central do estado de São Paulo adquire particularidades interessantes, pois, ao se instalarem numa região, economicamente, dominada pelo setor canavieiro, tais assentamentos evidenciam os impactos socioambientais derivados de práticas agrícolas intensivas em capital, tecnologia e insumos industriais. No entanto, estudos realizados no interior de alguns desses assentamentos demonstram haver uma série de dificuldades para a sua consolidação, sobretudo a partir do momento em que os lotes individuais e as áreas coletivas são definidas.

Com relação à produção agrícola, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades em obter água para irrigar seus cultivos; a questão da qualidade do solo também é um problema grave, pois em virtude do uso intenso de agrotóxicos, quando nessas áreas ainda se cultivava cana-de-açúcar, hoje a terra não permite uma boa produtividade. Além disso, o governo federal ainda não conseguiu estruturar uma rede de serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER), capaz de atender a demanda das famílias assentadas na região Central e nas demais regiões do estado.

Portanto, se considerarmos as condições de vida e trabalho dos assentados e assentadas que são, ou deveriam ser, os sujeitos desses projetos, podemos perguntar se, de fato, tais projetos são sustentáveis. É nesse sentido que acreditamos que o processo organizativo desse modelo de assentamento rural nos permite refletir sobre os limites do desenvolvimento rural sustentável, sobretudo, se levarmos em consideração as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Nas considerações finais retomaremos algumas das questões apresentadas nas seções anteriores; nessa conclusão, buscaremos estabelecer um diálogo com alguns autores que tem dedicado atenção aos aspectos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento rural no Brasil.

Considerações finais

Conforme argumenta Kageyama (2008), o rural, enquanto território socialmente construído possui uma relação de complementaridade com as cidades, tanto por meio do mercado quanto por meio de outras funções específicas (p.48). Nesse sentido, a autora considera que:

No Brasil, estados como *São Paulo*, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são áreas privilegiadas para entender os novos rumos do

desenvolvimento rural, por contarem com uma agricultura dinâmica e com uma rede urbana densa e difundida que permite que a *integração* rural-urbana se manifeste em sua plenitude (KAGEYAMA, 2008, p.72) [grifos meus].

Mesmo em concordância com as argumentações apresentadas pela autora, acreditamos ser necessário empreender algum esforço no sentido de compreender qual o papel atribuído hoje pelas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) aos assentamentos agroecológicos instalados na região Central paulista. A nosso ver, esse é um ponto fundamental, pois, ele pode recolocar a reforma agrária como uma política de desenvolvimento (sustentável) e não como uma política de “assistência social” que é a forma em que ela se coloca atualmente.

Outro limite apontado pelos estudiosos diz respeito ao caráter demasiado normativo e burocrático dos projetos de desenvolvimento rural. Essa questão encontra ressonância nos mais variados aspectos dos processos e projetos de desenvolvimento rural, mas, sobretudo, naquilo que diz respeito às questões ambientais. De fato, nesse campo, “[...] as ações do Estado são mais influenciadas pelos estudiosos e pesquisadores do que pelos movimentos sociais e atores do meio rural” (SCHNEIDER, 2007, *apud*, KAGEYAMA, 2008, p. 68).

A regulação ambiental tem se mostrado uma questão problemática no processo organizativo de assentamentos rurais agroecológicos, sobretudo em São Paulo, pois nesse estado existe uma forte atuação das agências de normatização e controle ambiental. Em alguns casos há, inclusive, divergências entre técnicos do governo federal e estadual que atuam nos assentamentos de reforma agrária existentes na região Central desse estado. (FERRANTE, 2009; GONÇALVES, 2010; GONÇALVES e SCOPINHO, 2011).

Acreditamos que essas questões sejam suficientes para mostrar, em linhas gerais, a complexidade atualmente existente na dinâmica de desenvolvimento rural da região Central paulista. Compreender tal dinâmica a partir dos assentamentos agroecológicos (PDS) constitui-se, portanto no nosso objeto de pesquisa atual. Considerando as especificidades desses assentamentos, acreditamos que, de fato, não há uma única teoria que dê conta de explicar todas as questões que se apresentam.

Desse modo, nosso esforço inicial tem sido o de buscar conhecer as principais teses sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente o papel do setor agrícola e da política agrária empreendida pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade do

século XX. Uma vez construído esse alicerce teórico pensamos ser possível compreender os principais aspectos do cotidiano dos homens e mulheres que atualmente vivem e trabalham no Assentamento PDS Santa Helena e também na Comunidade Agrária 21 de Dezembro.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ASSIS, R. L. **Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão**. Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. (Embrapa Documentos, 196).

BRASIL. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: MDA, 2000. 50 p.

_____. **Reforma agrária: um PAC para o meio rural**, São Paulo: MDA; INCRA, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**, Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004. 24p.

CHIOVETTTI, S. P. **Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados**, In: Lutas sociais, V. 6, Dossiê Cidade & Campo, p. 151-166, PUC: São Paulo, 1999 – Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/revista/edicoes_anteriores.html (Acessado em abril de 2013).

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**, São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.

FERNANDES, B. M. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, A. M. et al (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil, Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

FERNANDES, M; GUERRA, L (Org.) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**, UFPA: Belém, 2006.

FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. In: CONGRESSO DA LASA, XXVIII, Rio de Janeiro, 2009. p. 1-28.

FIRMIANO, F. D. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do Assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto-SP**. 2008, 234 p. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

GONÇALVES, J. C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto – SP.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, 2010.

_____. SCOPINHO, R. A. **Assentamentos rurais agroecológicos no Nordeste paulista: as experiências dos assentamentos Sepé Tiaraju e Mario Lago – região de Ribeirão Preto (SP).** In: BERGAMSCO S. M. P. et. all (Org.) Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro,** Série Estudos Rurais, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LENZI, C. L. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade,** Bauru, SP: Edusc, 2006.

LUTZENBERG, J. **Ecologia: do jardim ao poder.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007.

MONTENEGRO GÓMES, J. R. **Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural em América Latina.** In: FERNANDES, B. M. (Org.) Campesinato e agronegócio na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULA, E. A. **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza,** EDUFAC: Rio Branco, 2005.

_____. **Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas,** In: Do\$Siê Acre: documento especial para a cúpula dos povos, p. 7-12, Brasília: CIMI, 2012.

PNUMA, **Economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão –** Disponível em: www.unep.org/greeneconomy (Acessado em abril de 2013).

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura,** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável,** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado,** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAUER, S. **Conflitos agrários no Brasil**. In: BUAINAIN, A. M. et al (Coord.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

_____; DE FRANÇA, **Código florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar**, Caderno CRH, Salvador, v.25, n. 65, p. 285-307, Maio/Ago. 2012.

SCHMIDLEHNER, M, F. **A função estratégica do Acre no discurso da economia verde**, In: Do\$S\$ê Acre: documento especial para a cúpula dos povos, p. 13-19, Brasília: CIMI, 2012.

SCOPINHO, R, A. **O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju – SP: os sentidos e os caminhos da cooperação**. Grupo de pesquisa Trabalho, Organização Social e Comunitária – Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, FAPESP, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA; ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **O código florestal e a ciência: contribuições para o diálogo**, São Paulo: SBPC, 2011.

Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/site/arquivos/codigo_florestal_e_a_ciencia.pdf, Acesso em: dez. 2011.

A HISTÓRIA DA FAMÍLIA TEODORO: UMA DIÁSPORA QUILOMBOLA E O AVANÇO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO TRIANGULO MINEIRO

Antonio Carlos Lopes Petean, Universidade Federal de Uberlândia
acpetean@yahoo.com.br

Fabiane Santana Previtali, Universidade Federal de Uberlândia
fabianesp@netsite.com.br

Financiadora: CNPQ e FAPEMIG

Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade – GPTES

Diego Soares da Silveira, Universidade Federal de Uberlândia
Soares2br@yahoo.com.br

Amilton Rosa de Lima, Universidade Federal de Uberlândia
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

O presente trabalho é resultado de pesquisa com a comunidade quilombola Família Teodoro, que esta localizada no Triangulo Mineiro, no município de Capinópolis. Com a introdução da temática africana que passou a ser obrigatória a partir da lei 10.639/03, teve início uma valorização das manifestações culturais Afro-Brasileiras, bem como o reconhecimento da luta de comunidades remanescentes quilombolas pelas áreas ocupadas por seus ancestrais. A história da Família Teodoro é a luta de uma comunidade pelo reconhecimento e retomada das terras que lhe foram tomadas pelo grande latifúndio. Esta luta dura décadas e deve ser considerada mais uma diáspora que atinge a população negra. Esta família foi expulsa de seu território ancestral há quatro décadas. Território que foi arrendado a posseiros e agora esta ocupado pelo plantio da cana-de-açúcar para atender a agroindústria açucareira que se expande pelo triangulo mineiro. Vale ressaltar que o INCRA é o órgão responsável pela regularização dos territórios quilombolas. O território antes ocupado pela Família Teodoro esta com processo aberto no INCRA e certificado na fundação Palmares. No estado de Minas Gerais, aproximadamente, 112 comunidades remanescentes quilombolas estão aguardando o reconhecimento de seus territórios. A Família Teodoro por várias vezes tentou retomar seu território e em todas, ela sofreu com a violência do grande capital rural.

Na década de 1970 o movimento negro unificado passou a denunciar o racismo como parte estruturante da sociedade brasileira e passou a exigir políticas afirmativas para a comunidade negra brasileira, segundo Cardoso e Gomes (2011). Entre as políticas afirmativas implementadas pelo governo brasileiro nas últimas décadas esta a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura Afro-Brasileira e Africana. Sua implantação esta presente nos parâmetros curriculares nacionais a partir da lei 10.639/03.

Esta lei permite abordar as comunidades quilombolas, a educação quilombola, as religiões de matriz africana, a Capoeira, o Samba, o tambor de crioula e outras manifestações culturais de raízes africanas. O desafio é abordar estes temas de uma forma lúdica e livre de preconceitos.

Um dos pontos centrais do movimento negro unificado era dialogar com as comunidades quilombolas, ouvindo suas reivindicações.

Entre os anos 70 e 80 do século XX, o conceito de quilombo foi recolocado no contexto nacional de abertura política que inspirou revisões: da luta nacional e regional; da descoberta das comunidades negras rurais e da constituição do movimento negro na atualidade (Dias, Lopes e Mansur, 2008, p.49).

Sendo assim, abordar a delicada temática cultural de matriz africana favoreceria a reflexão e a formação da cidadania. Cidadania que ainda é uma utopia para boa parcela da população brasileira, principalmente para os afrodescendentes, entre eles os quilombolas. A visibilização pública do direito quilombola criou uma rede de diferentes atores ligados ao sistema judiciário, a ONGS e as universidades que passaram a debater o direito das comunidades quilombolas as terras em que seus antepassados viveram. Terras que no século XX e XXI passaram a ser cobiçadas pelo grande capital.

Mas o preconceito que pesa sobre os africanos, os afrodescendentes e suas respectivas manifestações culturais é secular. Preconceito que pesa, também, sobre as comunidades quilombolas. Devemos destacar que encontramos representações preconceituosas e racistas sobre a África e os povos que nela habitam desde a antiguidade. Representações que ganharam fôlego no período medieval, como nos descreve Serrano e Waldman:

No período medieval, diversas imagens subalternizantes a respeito dos africanos foram articuladas no seio do imaginário europeu. Uma dessas peças imaginárias foi a infame teoria camita, interpretação que estigmatizava os negros enquanto descendentes do personagem bíblico Cam como indignos, posteriormente conotada pelo pressuposto de que os africanos estariam fadados a escravidão. (SERRANO e WALDMAN, 2007:24)

A teoria camita afirma de forma categórica que o filho de Noé, Cam, teria zombado do pai e, devido a esta postura recaiu sobre ele e seus herdeiros a praga da escravidão. Os herdeiros de Cam na Bíblia habitariam a orla africana do mar vermelho. Do outro lado do mar vermelho, os herdeiros escuros de Cam.

A teoria camita foi agregada a cartografia de Cláudio Ptolomeu e a cosmologia cristã e, a partir daí justificou o lugar social e territorial dos povos africanos (SERRANO e WALDMAN, 2007). Para Gomes e Cardoso (2011) na luta contra o racismo o diálogo entre o movimento negro e as comunidades quilombolas deve ganhar o espaço público no âmbito nacional pois ela envolve atualmente a questão agrária e racial.

Na cosmologia cristã a África foi simbolizada como um lugar quente, demoníaco por excelência, habitado por seres monstruosos. Um território desprovido de vida civilizada, de razão e cultura. Estas representações fizeram parte da história intelectual europeia, pois segundo SERRANO e WALDMAN (2007) os iluministas Voltaire, Kant e Jefferson negaram aos africanos a posse de capacidades literárias e de história. A inexistência de escrita foi interpretada como inexistência de história.

Estes pensadores relacionavam História com registros escritos e, assim, consideraram a África e os povos africanos destituídos de História e fora da História da humanidade. Portanto, se construiu um imaginário sobre a África e os africanos no universo intelectual europeu. Dessa forma o negro e o continente africano entraram para o imaginário ocidental europeu com sentido depreciativo.

Mas, os povos africanos sempre se valeram da transmissão oral e da memória como forma de registrar suas histórias. Eles têm na transmissão oral o seu meio de perpetuação cultural e construção de laços sociais. Estudos de História oral reconhecem na transmissão oral de histórias, valores e crenças um mecanismo intimamente ligado a perpetuação da memória social e de construção de sentidos.

Além de imagens baseadas na teoria camita e, posteriormente aos iluministas, encontramos representações preconceituosas que encontram suas justificativas no ambiente cultural e na natureza. Estas representações não podem ser classificadas de “racismo científico”, pois o conceito de raça proveniente das ciências naturais ainda não se faz

presente nas ciências e observações empíricas dos séculos XVII e início do XVIII. Segundo Wieviorka:

As ideologias racistas evoluíram consideravelmente no decorrer da era moderna. Em um primeiro tempo, durante os séculos XVII e XVIII, dominam, não sem uma grande diversidade suficiente, representações do outro que se podem denominar de proto-racistas. Algumas, notadamente explicam as diferenças físicas dos africanos ou dos Índios da América, elas mesmas percebidas como causa ou marca de uma inferioridade, pelo meio ambiente em que eles vivem: o clima, a natureza, mas também a cultura, a civilização na qual eles são socializados. Desse ponto de vista, o negro africano é um selvagem, mas que pode ser civilizado e mesmo ver sua aparência física transformada pela colonização. (WIEVIORKA, 2007:19)

Esta representação sobre a inferioridade de determinados povos tinha como objetivo fornecer uma justificativa para a escravização de diversos grupos étnicos africanos e indígenas. Segundo SERRANO e WALDMAN (2007) o imaginário europeu estabeleceu para a África e seus habitantes, várias representações desqualificantes e inferiorizantes. E, estas representações contribuíram de forma pejorativa para a imagem sobre o continente africano e sobre os grupos étnicos que foram escravizados e trazidos para a América colonial portuguesa. Imagens que estigmatizaram a população afro-brasileira.

Até o termo África subsaariana é pejorativo quando se sabe que ao sul do Saara existe uma população predominante negra. O termo “sub” deve ser visto como inferiorizante e vinculado aos interesses coloniais da Europa imperialista. Mas as representações estereotipadas sobre o continente africano e sua população são bem mais antigas.

Evidentemente, tal regime de estereótipos, não constituindo uma elaboração exclusiva da Europa contemporânea, apresentou alterações ao longo do tempo. Na verdade, os mecanismos simbólicos da exclusão do outro remontam há muitos séculos, estando profundamente enraizado no legado cultural europeu. As fabulações europeias a respeito da África são antigas, podendo ser localizadas em um variado conjunto de elaborações socioculturais. É a partir desse passado remoto que se estratificaram os preconceitos cultivados contra o outro, personificado em diferentes momentos pelos bárbaros, tártaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, assim como pelos negros africanos. (SERRANO e WALDMAN, 2007:24)

O outro é sempre inferiorizado no imaginário do grupo de pertencimento. A partir daí podemos compreender os estereótipos que recaíram sobre a população negra escravizada e suas manifestações culturais e religiosas. Ainda que a imagem da África tenha variado ao longo de séculos, é indiscutível que o continente e seus grupos étnicos foram os que mais

sofreram com as imagens excludentes e inferiorizantes construídas pelos europeus, segundo SERRANO e WALDMAN (2007). Imagens que inferiorizaram negros escravizados e ainda estão presentes em terras Américas e particularmente no Brasil, impedindo uma igualdade de tratamento e direitos entre afro-brasileiros e outros grupos étnicos que participaram da formação da sociedade brasileira.

O termo racismo, embora seja relativamente recente no vocabulário político ocidental, ele sempre nos remete a práticas e atitudes que conduzem nossa memória a pensar no holocausto nazista. Mas, se a escravidão significou, historicamente, um holocausto para a população africana, o racismo e o preconceito que a acompanharam são responsáveis por um etnocídio que ainda precisa ser combatido. Etnocídio que atingiu comunidades quilombolas e ainda se fazem presentes devido ao avanço da concentração fundiária e da agroindústria açucareira.

A luta contra a escravidão, contra o racismo e o preconceito tem um símbolo: Zumbi dos Palmares. Se os corpos dos africanos foram escravizados, as suas mentes e corações não foram. As lutas contra a escravidão e contra o preconceito fizeram parte da vida de ilustres homens da nossa História.

A ‘resistência negra’ ocorreu de várias formas durante o período escravocrata: insubmissão às regras do trabalho nas roças ou plantações onde trabalhavam; revoltas; fugas; abandonos das fazendas pelos escravos; assassinatos de senhores e suas famílias; abortos; quilombos; organizações religiosas; danças; cantos; entre outras (Dias, Lopes e Mansur, 2008, p. 2008)

Os quilombos, uma importante forma de resistência de negros escravizados, foram combatidos pelos senhores de engenho, pelos cafeicultores, pelo governo português e pelo governo imperial brasileiro. A formação de comunidades quilombolas no século XIX foi significativa e superou os séculos anteriores. O tamanho dos quilombos variava muito. Mas é importante dizer que se tratava de comunidades livres, com laços de solidariedade. Para Munanga e Gomes (2006) os quilombos possuem inspiração africana, refletindo uma busca pelo passado perdido, deixado na distante África.

A luta das comunidades quilombolas continua, mudando de perfil segundo o contexto histórico e regional.

O sistema repressor da classe dominante utiliza-se de suportes econômicos que variam de acordo com a época histórica e a dinâmica da economia, sendo assim, torna-se importante perceber a mudança na lógica da luta dos quilombolas. Na

época da escravidão, onde o valor do escravo era significativo economicamente, os quilombolas lutavam pela sua liberdade, independência e dignidade, esse fato mudou com a abolição da escravidão em 1888, quando os ex-escravos foram totalmente negligenciados pelo Estado e o interesse econômico pelas terras onde os quilombolas tinham se estabelecido cresceu, obrigando seus descendentes a lutarem pela posse da terra (Dias, Lopes e Mansur, 2008, p. 49)

A luta no decorrer do século XX e XXI passou a ser pela posse da terra e ela passa pelo reconhecimento jurídico por parte do Estado brasileiro. A sobrevivência de inúmeros quilombos durante séculos deve-se a invisibilidade destas comunidades e, também, pelo fato de estarem localizadas em áreas distantes das fronteiras agrícolas, segundo Little (2002). Mas, no decorrer século XX e XXI, com o avanço da fronteira agrícola, as comunidades quilombolas começaram a ser ameaçadas e passaram a enfrentar dificuldades para manterem suas terras. Fronteira agrícola que avançou devido a agroindústria açucareira e, ao mesmo tempo, promove forte concentração fundiária ameaçando as terras de pequenos proprietários rurais, das comunidades quilombolas e indígenas.

A concentração fundiária promovida pela agroindústria açucareira foi objeto de estudo de Ianni (2004), que se debruçou sobre esta questão especificamente na região de Sertãozinho no estado de São Paulo. Segundo este pesquisador a medida que se desenvolveu a agroindústria canavieira, ocorreu em Sertãozinho um rearranjo fundiário.

Antes de 1920, quando predominava a cafeicultura, havia 400 estabelecimentos agrícolas. Em seguida, principalmente devido as crises da economia cafeeira, multiplicaram-se os estabelecimentos agrícolas. Subdividiram-se as fazendas de café. Em 1938, Sertãozinho perdeu o município de Pradópolis para o município de Guariba. Ainda assim, em 1940, contava com 718 estabelecimentos. Em 1950, eles eram 579. Em seguida, em 1953, Sertãozinho perdeu o município de Barrinha, que se transformou em município. Em 1960, os estabelecimentos agrícolas do município de Sertãozinho baixaram para 425 (Ianni, 2004, p.40). Podemos perceber que na região de Sertãozinho com o avanço da agroindústria canavieira ocorreu forte concentração fundiária e, o mesmo processo esta ocorrendo em outras regiões do Brasil, ameaçando territórios quilombolas e indígenas como é o caso da região de Capinópolis.

A comunidade quilombola conhecida como família Teodoro foi expropriada de suas terras nos anos 1940 e até hoje luta para retomá-las. A luta desta comunidade não cessou e ela teve que enfrentar até a polícia do Estado de Minas Gerais, que colaborou com o grande capital como nos narra uma senhora quilombola.

Desde essa época pra cá vem em luta. Morava lá dentro, saía. Depois não morava, mas fazia um rancho lá, barraca. Ficava lá mais uns tantos dias e eles vinham com a polícia e tirava. Passava uns dois, três meses, um ano, voltava outra vez e eles faziam a mesma coisa. Vivia esse ano tudo desse jeito (senhora quilombola da família Teodoro)

Como podemos perceber a expropriação da comunidade quilombola contou com o apoio da polícia militar. No final do século XX a luta quilombola intensificou-se.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou um marco, a dinâmica política do país sofreu uma forte influência do neoliberalismo que acabou por não efetivarem muitas das conquistas apresentadas no texto constitucional. Segundo a comissão pró-índio de São Paulo a primeira iniciativa para normatização dos procedimentos de regulamentação de terras quilombolas só ocorreu em novembro de 1995, quando o INCRA editou a Portaria 307, que determinava que as comunidades quilombolas tivessem suas áreas demarcadas e tituladas. Somente em novembro de 2003, devido a luta dos quilombolas, o Presidente Lula editou o decreto nº 4.887/2003 que criou as condições para a retomada das titulações, através da adoção de uma conceituação adequada de comunidade de terra de quilombo (utilizando-se do critério de auto-identificação), além da possibilidade de desapropriação de propriedades incidentes em terras quilombolas e ainda atribuiu a competência de condução do processo ao INCRA (Dias, Lopes e Mansur, 2008, p. 49)

Se o Presidente Lula buscou garantir o direito a posse da terra as comunidades quilombolas, ele ao entregar a condução do processo ao INCRA, não levou em consideração a enorme diversidade desta questão e a própria infra-estrutura do órgão. Só em Minas Gerais existem inúmeras comunidades quilombolas esperando a demarcação e reconhecimento de suas áreas.

Entre estas comunidades esta a Família Teodoro no distrito de Capinópolis, que como foi dito, esta lutando para retomar suas terras. O território antes ocupado pela Família Teodoro esta com processo aberto no INCRA e certificado na fundação Palmares.

No estado de Minas Gerais, aproximadamente, 112 comunidades remanescentes quilombolas estão aguardando o reconhecimento de seus territórios. A Família Teodoro por várias vezes tentou retomar seu território e, até contou com ajuda do movimento sem terra. Mas em todas as tentativas de retomar o território ela sofreu com a violência do grande capital rural como nos narra um de seus membros.

É... com a família Teodoro, porque o que era a avaliação na época: de fazer a ocupação só com a família Teodoro. Juntando um movimento social, na época, pra dar apoio. Aí no momento exato infelizmente não deu. Tivemos que trabalhar com o movimento sem terra, com o pessoal, para ajudar na ocupação

para a retomada da terra. Nós ficamos acampados lá ainda 37 dias dentro da fazenda, 37 dias. Depois disso teve a reintegração de posse, né? Porque eles deram conta de alegar que estava irregular. Houve a reintegração de posse, ficamos na faixa, na porta da fazenda, por mais 1 ano e 2 meses, nós ficamos lá. E no último período nosso ali, nossa sobrevivência mesmo foi quebrando pedra, né? Quebrando pedra e trocando por alimento aqui na prefeitura. Tivemos uma discussão com o prefeito, pra sobrevivência das famílias que estavam lá, tivemos que quebrar pedra lá pra trocar aqui em arroz, feijão, óleo, para as famílias se manterem lá na faixa da rodovia, de frente a fazenda. Até no último dia, que nós decidimos entre nós, que nós tava numa área, definimos num dia que ia pra uma área lá que restou lá do Cinzim, né? Ficou um pedaço lá, onde tem a casa lá. Decidimos o que? De ir todo mundo praquela área, que dá lá 3 hectares e pouco, né? E nesse que a gente tava saindo nós fomos barrados com a pistolagem. Os caras se juntaram, montaram a pistolagem, um tal de Luis Drumon*, Rubens Horta, o filho do Rubens Horta, os fazendeiros da região toda, foi contra nós, onde foi três pessoas nossa baleada, né? Foi baleada na perna, dois na perna e um no braço. Aí nós tivemos que recuar, ao invés de irmos pra frente, fomos obrigados a voltar pra trás, porque na área que nos tava eles proibiram nos de passar, não deixou” (Nem, membro da Família quilombola Teodoro)

A luta da família quilombola contou com o apoio do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, mas foi incapaz de deter a cobiça do grande capital por terras, hoje utilizadas pela agroindústria canavieira. A família Horta, responsável pela expropriação da comunidade, segundo o quilombola Nem, arrendou as terras e hoje elas estão tomadas pela cultura da soja, sorgo e cana-de-açúcar, evidenciando o avanço da agroindústria canavieira e da produção dos bio-combustíveis. As terras em disputa já foram consideradas improdutivas e a comunidade família Teodoro foi reconhecida como remanescente quilombola, mesmo assim, até hoje eles não conseguem retomar o território, conforme nos relato um membro da família Teodoro.

Na época da vistoria deu que ela era improdutiva. Mas infelizmente, aí entra o poder do capital, que os caras reverteram, colocou ela como produtiva. E na mesma época nós fomos para Belo Horizonte, ficamos acampados na porta do INCRA quarenta e tantos dias, na porta do INCRA, lá em Belo Horizonte. Fizemos nossa barraca lá e ficamos quarenta e tantos dias, depois nos fomos para o ministério público estadual, discutir, começar a fazer levantamento, foi onde começamos a criar essa documentação e agora por último saiu como remanescente de Quilombo. Da história que foi contada, foi meu pai, o Antônio [Aramis]*, primo dele de Ituiutaba. Eles foram lá e começou a fazer esse levantamento onde foi reconhecido como remanescente de Quilombo, até porque se falava: Simplicio Teodoro de Lima, porque quando fala igual eles tao falando: compra, compra, compra, na realidade não é a compra, né? Porque há 100, 150 anos atrás, dentro do Brasil, não tinha condição de um negro ter comprado tantos hectares de terra, não tinha. Porque fala: compra, compra, compra, não tinha essa condição (Nem, quilombola da família Teodoro)

Nestas palavras podemos perceber que a própria comunidade se mobilizou, reuniu documentação, contratou advogados, mas até agora o INCRA não fez o reconhecimento do

seu território. Embora reconhecidos como remanescentes quilombolas e o direito as terras esteja garantido por lei e o decreto do INCRA estabeleça a retomada das áreas quilombolas por suas comunidades, esta família não consegue a desapropriação de suas terras ancestrais, tomadas pelo grande capital rural e agora utilizadas pela agroindústria canavieira.

Concluimos que não é possível falar em sociedade igualitária se não houver o acesso a terra e uma ampla discussão sobre o avanço da agroindústria açucareira e seus impactos sociais, econômicos e ambientais. Mas, o que chama a atenção é a família Teodoro ter sido cobrada por uma dívida ativa pelo próprio INCRA, conforme nos relato uma senhora quilombola.

Foi em 41, por aí parece. Que chegou a dívida ativa. Aí que o juiz de direito descobriu a terra, mandou cobrar o imposto da família. Chegou aquela tal dívida ativa. Aí a família pagou essa dívida ativa e pegou o talão de imposto. Aí que começou ‘vamos voltar pra nossa terra, então.’ Aí o Nilton: ‘vamo voltar’ Inclusive conversou com esse tal Antônio Horta, ele falou: ‘não, se é assim, vamo vizinhar. Cês podem entrar na parte docês.’ Mas ele não sabia que a terra era grande, que era muito, que ele ia ficar sem terra. Aí quando foi, eles tavam morando lá, o pai dele aqui, o pai dele tava morando lá há um ano, tudo, plantação, mandou a polícia ir lá tirar eles. [Cês saíram uns tempo, a reveria] Saíram. Mas aí a família nunca perdeu a esperança. (senhora quilombola)

Referência bibliográfica

- CARDOSO, Lourenço e GOMES, Lilian. **Movimento social negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução**. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, Bahia, 2011.
- DIAS, Áurea; LOPES, Daline e MANSUR, Douglas. **Trabalho e quilombolas: as relações de trabalho dos residentes no quilombo São José da Serra**. Rio de Janeiro, Cadernos UniFOA, nº 7 p. 47-53, 2008.
- IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: editora Brasiliense, 1979.
- LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. In: Série Antropológica. Brasília: UNB, 2002..
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: editora Brasiliense, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. **Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula**. São Paulo: editora Cortez, 2007.

QUESTÃO AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA ENTRE 1964 E 1984: FATOS E ATORES DA DERROTA DA REFORMA AGRÁRIA

Pedro Ramos, IE/Unicamp
peramos@eco.unicamp.br
GT3: “Questão Agrária”

1. Introdução: Um pouco antes do golpe militar

Antes de 1964 tramitavam no Congresso diversos projetos de Reforma Agrária, os quais buscavam dar uma resposta político-institucional ao problema histórico da Questão Agrária. Um longo e rico estudo do período 1930-1964 sobre as forças e negociações políticas, as crises conjunturais (econômicas e políticas), as lutas sindicais e quanto às posições favoráveis e contrárias à Reforma Agrária concluiu que, quando necessário, estas últimas sempre souberam lançar mão de aspectos relacionados à “constitucionalidade/inconstitucionalidade das modificações aventadas, ficando, no entanto, evidente que, mais além das intrincadas interpretações jurídicas, dominavam critérios políticos de interpretação do texto constitucional.” (CAMARGO, 1986, p. 222/3).

Para Roberto Campos:

Entre 1947 e 1962, haviam sido apresentados ao Congresso nada menos do que 45 projetos de leis sobre reforma agrária. Getúlio Vargas criara, em 1952, a Comissão Nacional de Política Agrária, sob a direção de Thomas Pompeu Accioly Borges (...) Nada foi feito de prático, sendo a dificuldade principal a exigência explicitada na Constituição de 1946 (art. 141, parág. 16) de prévia e justa indenização em dinheiro. Nas constituições de 1934 e de 1937 (Estado Novo) não figurava a expressão ‘em dinheiro’, o que em tese abriria a possibilidade de outras formas de pagamento (CAMPOS, 1994, P. 681).

Para José Vicente Tavares dos Santos entre 1946 e 1964 os projetos de colonização que deram uma tímida resposta concreta à luta pela terra no período, principalmente durante o segundo governo Vargas e no governo de Juscelino Kubitschek, tiveram um “alvo ideológico” cujo objetivo “era a formação de uma ‘classe média rural’, da qual o Estado esperava um comportamento político conservador. Nesta perspectiva, foram organizados programas de colonização no Maranhão, em particular nos anos de 1959 a 1961, e no Centro-Oeste” (TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 45).

Cabe mencionar que a Reforma Agrária no imaginário da grande maioria da população brasileira era associada ou confundida com lutas e medidas comunistas. Isto foi

agravado depois que o Presidente Jânio Quadros condecorou Che Guevara, em agosto de 1961, com a Grã Cruz da ordem nacional do Cruzeiro do Sul. Em 13 de março de 1964 o Presidente João Goulart fez um discurso na Estação Ferroviária Central do Brasil (Rio de Janeiro), no qual destacou a necessidade das “reformas de base” para tirar o Brasil da crise em que se encontrava. Especial ênfase deu à Reforma Agrária. Em 31 do mesmo mês foi deposto por um golpe militar, respaldado na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Os fatos e atores que levaram à derrota da Reforma Agrária no período militar serão destacados nas partes 3 e 4. Antes, convém ter em conta o que se segue.

2. O quadro macroeconômico entre 1968 e 1985: “milagre econômico” com arrocho salarial, inflação, dívida externa e interna e crise

Depois do golpe e das medidas governamentais adotadas para a superação da crise econômica, política e social entre 1964 e 1967 - que aqui não são tratadas por questão de espaço - a economia brasileira entrou em um vigoroso processo de crescimento econômico, sob o comando do Sr. Antonio Delfim Netto, Ministro da Fazenda entre março de 1967 e março de 1974. Embora seu sucessor (Mário Henrique Simonsen, 1974-1979) tenha também feito parte da equipe econômica durante grande parte da Ditadura Militar (cujo período mais duro ocorreu entre dezembro de 1968, com o Ato Institucional N. 5, e o ano de 1982, quando foram permitidas eleições de prefeitos das capitais, passando pela lei da Anistia, em 1979) o fato é que Delfim foi o responsável maior pela política econômica do período, tendo ocupado também os cargos de Ministro da Agricultura de março a agosto de 1979 e do Planejamento daí até março de 1985.¹

É sabido que as conjunturas econômicas, internacional e nacional, mudaram muito entre o início da década de 1970 e início da de 1980. Aqui basta mostrar alguns dados que se constituem em indicadores dos três problemas macroeconômicos que se tornariam crônicos no final daquele período e que foram herdados pelos governos civis após 1985.

¹ A condução da economia brasileira durante o período 1967-1985 encontra-se sintetizada na obra de Maria da Conceição Tavares e José Carlos de Assis (TAVARES & ASSIS, 1985), cujo título é muito apropriado: *O Grande salto para o caos*. Sobre a atuação do Sr. Delfim Netto eles escreveram: “Delfim não praticou apenas o cinismo político. Praticou a mais deslavada política de privilegiamento de grupos econômicos e de simples apaniguados, desfigurando com o exercício do favorecimento seletivo o conceito de serviço público. Exerceu a centralização do poder em escala nunca vista, com a conivência, quando não a subserviência, dos estratos dominantes da sociedade civil” (p. 38).

Os números da Tabela 1 são muito ilustrativos. Eles revelam o grande crescimento do PIB entre 1965 e 1980, para o que muito contribuíram os crescimentos do produto industrial e do produto do setor serviços (os dados são apresentados de forma a facilitar a percepção do longo prazo). O crescimento do produto agrícola foi significativamente menor e um tratamento específico sobre ele será feito a seguir. O que cabe aqui destacar são as cinco últimas colunas: o salário mínimo real perdeu grande poder de compra após 1950; a dívida externa foi multiplicada mais de dez vezes na década de 1970 e a dívida interna que não atingia 10% do PIB até 1980, chegou a atingir mais de um quarto em 1987. Mas o que mais impressiona é o que ocorreu com o processo inflacionário, cujos indicadores aqui considerados são os preços ao consumidor na cidade do Rio de Janeiro e os gastos com a cesta básica em São Paulo (médias anuais). Convém lembrar que no início da década de 1970 os índices oficiais de inflação foram manipulados pelo Ministério da Fazenda para conter reajustes salariais.²

TABELA 1 - BRASIL – NÚMEROS ÍNDICES DAS EVOLUÇÕES DO PIB, DOS PRODUTOS INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E DO SETOR SERVIÇOS, DO SALÁRIO MÍNIMO REAL, DA DÍVIDA EXTERNA E INTERNA E DO PROCESSO INFLACIONÁRIO – 1945(=100), 1950, 1955...1980, 1985.

Ano	PIB	Prod. Industl.	Prod. Agríc.	Prod. Setor Serviços	Salário Mín. real	Dívida externa	Dív.(*) interna	Preços ao consumidor/RJ	Gasto mensal c/a cesta básica/SP
1950	144,2	172,0	123,8	146,2	167,8	80,1	4,90%	167,6	Não disponível
1955	199,3	253,8	158,3	200,5	64,0	207,0	2,10%	379,8	1959 = 100
1960	294,0	411,6	190,3	296,0	68,1	339,8	0,70%	1.104,0	143,8
1965	362,5	495,8	247,8	350,8	73,3	562,5	0,42%	12.066,3	1.437,5
1970	535,0	804,4	292,2	520,2	86,8	758,5	3,30%	40.669,7	4.875,0
1975	872,6	1.338,8	362,6	832,3	80,8	3.032,7	5,66%	105.739,8	19.375,0
1980	1.228,3	1.899,8	464,2	1.125,0	68,1	7.713,4	8,86%	834.795,2	165.625,0
1985	1.340,1	1.829,3	565,6	1.152,8	49,6	13.731,1	21,24%	79.790.081,8	14.459.375,0
1987	1.489,3	2.056,3	593,8	1.292,3	40,2	15.400,7	27,45%	643.624.301,3	107.498.750,0

Fonte: ABREU, 1989, Anexo Estatístico, diversas páginas; DIEESE (gasto mensal com a cesta básica em SP). (*) Médias quinquenais das % do PIB (1946-50, 1951-55 1956-60 etc).

Tais fatos e processos - associados ao que ocorria no “setor agropecuário” - ocasionaram uma elevação dos indicadores da concentração de renda no Brasil entre 1960 e 1970, o que foi devidamente demonstrado em 1973 por Rodolfo Hoffmann, com dados dos censos demográficos respectivos.³

² “A continuação do arrocho nos salários de base, patamar de referência para as negociações coletivas, debilitou o poder de negociação dos trabalhadores, já politicamente enfraquecido pela permanente ameaça de intervenção do Estado nos sindicatos”; “o crescimento do salário médio industrial nem de longe acompanhou o crescimento da produtividade” (TAVARES & ASSIS, 1985, págs. 39/40).

³ Ver HOFFMANN, 1973. Simonsen (que ocupou também, por cinco meses em 1979, o cargo de ministro do Planejamento), ao defender a política econômica do governo militar, considerou o trabalho de Hoffmann (assim como outro, de João Carlos Duarte) uma “leviandade estatística” (ver SIMONSEN, 1973, p. 52). Em um de seus trabalhos posteriores, com base nos dados das PNAD’s, R. Hoffmann concluiu que considerando

Outro aspecto negativo da evolução da economia brasileira no período e mais associado à questão agrária é o da disponibilidade de alimentos. O estudo do “problema alimentar no Brasil” (MELO, 1983, págs. 44/5/6) constatou que ocorreu uma estagnação na disponibilidade calórica e protéica por habitante entre meados da década de 1960 e até meados da de 1970, o que se deveu à “diminuição dos alimentos domésticos, arroz, feijão, milho, mandioca e batata”, compensada na segunda metade da década pela maior disponibilidade de trigo (via importação, principalmente), de açúcar e de produtos de origem animal (leite, carne bovina e de aves).

3. O aprofundamento da modernização do latifúndio e a confusão sobre o Estatuto do Trabalhador Rural

A principal política agrícola que permitiu a intensificação e ampliação da modernização técnico-produtiva da agropecuária brasileira foi a ampliação do crédito rural com a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Como observado em SZMRECSÁNYI & RAMOS (1997:238/9), após 1969 os créditos passaram a beneficiar os maiores produtores e, após 1974, com as elevações das taxas anuais de inflação, passaram a embutir um subsídio (via taxas negativas de juros), até 1986.

TABELA 2 – BRASIL – DADOS SOBRE A INSTALAÇÃO E EVOLUÇÃO INICIAL DA INDÚSTRIA DE INSUMOS E MÁQUINAS PARA A AGROPECUÁRIA

Tratores de quatro rodas para uso agrícola ou não. Unidades.		Colhedoras automatizadas de cereais. Unidades.		Fertilizantes químicos. Em mil t de nutrientes.		Produtos fitossanitários. Em mil t de ingredientes ativos.	
Início prod.	1960: 30	Início prod.	1966	Produção	1960: 93,15	Produção:	1975: 17,42
Importação:	1960:12.702	Produção:	1971:1.232	Importação	1960: 211,34	Importação	1975: 37,85
Produção:	1970: 14.048	Importação:	1971:2.087	Cons. Ap.:	1960: 304,50	Cons.Aparente	1975:53,76
Importação:	1970: 60	Importação:	1978: 6	Produção	1976:1.075,7	Produção:	1980: 48,48
Exportação:	1970: 41	Exportação:	1972: 4	Importação	1976:1.452,4	Importação	1980: 35,28
Exportação:	1980: 7.743	Exportação:	1981: 345	Cons. Ap.:	1976:2.528,1	Consumo ap.:	1980: 77,14

Fonte: BARROS & MANOEL, 1992, diversas páginas.

Tal política viabilizou em alguns casos a implantação, mas na maioria permitiu a consolidação e expansão do setor industrial produtor de bens destinados às produções agropecuárias, o que também contou com protecionismo fiscal, cambial e incentivo à exportação. Os dados da Tabela 2 são muito apropriados para ilustrar o que permitiu a

“a desigualdade da distribuição da renda entre famílias classificadas conforme o rendimento familiar, observa-se que no período 1993/97 ela está num patamar de nível semelhante ao valor médio no período 1979/87” e que, entre 1979 e 1996, “a inflação está associada com maior desigualdade e o valor real do salário mínimo tem correlação parcial negativa e estatisticamente significativa com as medidas de desigualdade” (HOFFMANN, 1998, p. 219).

elevação do padrão técnico dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, o que será mostrado com dados nas partes a seguir.

Outro resultado do processo foi o aumento da heterogeneidade, em termos de regiões, de produtores e de produtos da agropecuária brasileira, o que decorreu da difusão para e no Brasil das inovações e conhecimentos decorrentes da Revolução Verde. Barateou-se tanto o capital constante como o variável, o que se deveu ao achatamento do salário mínimo, cuja elevação no final da década de 1950 foi considerada como uma das causas da elevação dos níveis de inflação.⁴ Tal achatamento ocorreu concomitantemente ao fato de que a maioria dos trabalhadores rurais não tinha mais a alternativa de produzirem parte significativa de sua alimentação e muito menos de gerar renda complementar nas terras dos latifúndios. A terra no Brasil tornou-se ainda mais inacessível e cara.

O caso da Zona da Mata pernambucana foi estudado por CABRAL, 1983. Ele observou (p. 198) que “o processo de proletarização prossegue, com os poucos moradores que ainda detêm um sítio, perdendo-o, ou recebendo terras tão distantes do local de trabalho que se torna impossível para eles cuidar de sua lavoura de subsistência”. Cabe lembrar que a cana não permite culturas intercalares, o que é possível no caso do café.

Em São Paulo STOLCKE, 1986 (no capítulo intitulado “A transição dos anos 60: de colonos a trabalhadores assalariados eventuais”) observou que “Mais importante para inviabilizar o colonato foi o efeito dos novos métodos de cultivo sobre a simbiose anterior entre o café e as culturas alimentares” (p. 197)⁵. A autora destaca também que o abandono das fazendas pelo colono em São Paulo era visto “sobretudo como uma diminuição do controle dos trabalhadores sobre a subsistência, devido à sua crescente submissão ao mercado de alimentos” (p. 312).⁶

O que deve ficar devidamente destacado é que o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 (substituído pela lei 5.889 de 8 de junho de 1973) não criou uma nova situação quanto à ocupação e condições de vida dos trabalhadores rurais do Brasil, embora tenha acelerado um processo em curso.

⁴ Pelos dados do DIEESE/Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas, o maior valor real do salário mínimo no Brasil ocorreu no ano de 1957 e o menor em 1995.

⁵ Verena Stolcke mostra também como o avanço da cana contribuiu para acelerar a contradição referida, assim como discute as limitações do ETR em relação à situação dos trabalhadores eventuais.

⁶ O trabalho de BRANT (1977) mostra como o surgimento e expansão da cultura do algodão e da cana em uma área de São Paulo estão associados com a preservação do latifúndio e com alterações no pessoal ocupado, das quais destaca o assalariamento puro e a expansão do trabalho temporário.

O aprofundamento, depois de 1960/3, da substituição de trabalhadores permanentes por temporários na agropecuária brasileira carece de devida comprovação empírica, já que o dado censitário não pode ser tomado (diretamente) como tal.⁷ Sabe-se que os proprietários rurais, em desrespeito à lei e/ou para diminuição de custos, transferiram a intermediários a maior parte da contratação de mão de obra temporária, o que provoca uma grande distorção nas proporções relativas. Assim, apenas trabalhos que busquem levantar dados primários podem captar de maneira adequada o processo.⁸ As coisas começaram a mudar em São Paulo apenas após 1985 quando os juízes trabalhistas passaram a imputar aos proprietários a indenizações referentes aos direitos dos trabalhadores arregimentados pelos “gatos” (ver SILVA, 1997, Caps. 5 e 6).

4. O abandono da intenção reformista, a continuidade da migração e a ocupação da fronteira

A tomada do Poder pelos militares não significou, em princípio, abandono do compromisso assumido pelo Brasil (na assinatura da Carta de Punta Del Este em 1961) com a realização da Reforma Agrária, mas sim que ela deveria ser feita de forma pacífica e nos marcos da sociedade democrática capitalista. Para tanto foi aproveitado um projeto de lei que havia sido apresentado ao Primeiro Ministro Tancredo Neves em 1962 e que se transformou no Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964). Ele previa também projetos de colonização e “promoção da política agrícola”. Seus dois primeiros parágrafos:

1º. Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”.

2º. Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

⁷ Os censos agropecuários só captam os empregados temporários contratados diretamente pelo estabelecimento. Mesmo assim, dados apresentados por REZENDE (1984:980), para diversos estados do país, mostram que predominou queda da participação dos empregados temporários entre 1960-1970 e elevação entre 1970-1980. KAGEYAMA (1982:6) fez uma estimativa do número total de trabalhadores temporários na agricultura brasileira, em 1975, incluindo os contratados pelas empreiteiras, que chegou a quase 3,3 milhões, sendo que a taxa de crescimento do número desses trabalhadores, entre 1970-1975, seria de 6,5% ao ano. Quanto às estatísticas sobre trabalhadores rurais no Brasil, ver SILVA, 1982, Cap. 8.

⁸ O trabalho de CABRAL esforça-se para captar devidamente “a magnitude relativa das principais categorias de trabalho em análise” na região canavieira de Pernambuco, tendo em conta que “os dados sobre trabalho temporário não são confiáveis” (págs. 201 e 197).

Para Roberto Campos (ver CAMPOS, 1994, p. 692), a aprovação do Estatuto da Terra foi viabilizada pela aprovação, em 9 de novembro de 1964, da Emenda Constitucional n. 10, que alterou o artigo 141 da Constituição de 1946 e passou a permitir o pagamento das indenizações referentes às desapropriações “em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos...” (CONTAG, 1973, p. 2). Outra alteração foi o fim da indenização prévia e a instituição do “rito sumário” (Ato Institucional n. 9 e Decreto-Lei n. 554, ambos de 25/04/1969), com o que o valor passou a “ser fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado”.⁹

Para realizar a Reforma Agrária foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), subordinado à Presidência da República; para executar as políticas agrícolas foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), subordinado ao Ministério da Agricultura. Em 1970 eles foram extintos e substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foi criada pelo Presidente Castello Branco a SUPRA/Superintendência da Reforma Agrária, que foi presidida em 1964/5 por José Gomes da Silva, que havia ajudado a elaboração do Estatuto da Terra e que presidiu o Incra no início do Governo José Sarney. Detalhes de sua luta pela Reforma Agrária e de fatos e pessoas que contribuíram para as derrotas que sofreu estão relatadas em suas obras.¹⁰

O posicionamento dos militares implicava no reconhecimento de que não há incompatibilidade entre Reforma Agrária e Capitalismo. Pode-se dizer que para muitos intelectuais e políticos brasileiros isto também estava claro. Contudo, havia na época uma confusão quanto à dois aspectos das relações sociais e produtivas vigentes no campo brasileiro. O primeiro deles dizia respeito à existência ou não de “restos feudais”, confusão que decorria do uso “compartilhado” das terras dos latifúndios (em função dos regimes de “morada” e “colonato” e formas de parceria, meação e arrendamento) e das atitudes “senhoriais” dos proprietários fundiários. A outra confusão associava-se a esta: tratava-se

⁹ Como se percebe, a EC n. 10 guarda relação com dois problemas atuais da questão fundiária no Brasil: o do acesso às terras públicas (ou “devolutas”) por particulares (vale dizer, ao problema da “grilagem”) e o do encarecimento do preço da terra, muitas vezes tornado exagerado ou desproposital em decorrência do trâmite/demanda judicial. Outra novidade dessa emenda foi que diminuiu o tamanho das terras públicas que poderiam ser concedidas ou alienadas para particulares sem “prévia autorização do Senado Federal”: ele passou de dez mil hectares, conforme a Constituição de 1934, para três mil, “salvo quando se tratar de execução de planos de colonização aprovados pelo Governo Federal” (CONTAG, 1973, *idem*).

¹⁰ José Gomes da Silva, em 1969, ainda alimentava esperanças quanto à realização da Reforma Agrária: “O discurso de Médici: Pode-se ainda ter esperança?” (ver Cap. VII de SILVA, 1971, págs. 280/4).

da não distinção entre “questão agrária” e “questão agrícola”, já que muitos defendiam que as ofertas de gêneros alimentícios e matérias-primas agrícolas apenas poderiam ser aumentadas com mudança da estrutura agrária.

A obra de memórias de Roberto Campos contribui para a compreensão dos fatos que levaram o primeiro governo militar à não realização da Reforma Agrária com base no Estatuto da Terra e na EC n. 10, isto não obstante ele ter chamado aquele Estatuto de “um sonho tecnocrático” (título do cap. XII da obra). Tendo sido chamado pelo presidente Castello Branco de “missionário da reforma”, ele reconhece que seus esforços foram derrotados pelas forças conservadoras (inclusive parte da Igreja Católica), pelos proprietários fundiários, seus representantes e aliados nos debates que enfrentou no Congresso Nacional e em outras arenas administrativas e políticas. Isto se encontra relatado em seis pequenos capítulos da obra. Aqui cabe apenas destacar que o então Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Sr. Severo Gomes,

“colocou-se frontalmente contrário à reforma, destoando da disciplina de equipe que era um dos pressupostos administrativos de Castello Branco. Como grande proprietário de terras no vale do Paraíba, sua posição podia ser acusada de inobjetividade, mas ele conseguiu mobilizar o talento satírico de Delfim Netto, então um jovem e brilhante economista de São Paulo. Este chacoteava a reforma agrária, como tendente a criar ‘chácaras na Amazônia’ e, hiperbolicamente, alegava que os tributos, como concebidos, acabariam convertendo as grandes propriedades agrícolas, implantadas como empresas industriais, em inexpressivos minifúndios. Naturalmente, nada mais longe da idéia dos idealizadores da reforma agrária!” (CAMPOS, 1994, p. 690).¹¹

Assim, sob a liderança do Sr. Delfim Netto prevaleceu a política de modernização técnica do latifúndio há pouco tratada, sendo ela a face mais visível do processo de “modernização conservadora”, processo que não era novo na sociedade brasileira porque não se restringe às atividades agropecuárias e suas técnicas.¹² Indicadores do processo constam das tabelas a seguir, entre os quais merece destaque o Índice de Gini. Não se pode menosprezar o argumento de que, se forem atribuídas às famílias sem terra um

¹¹ É ilustrativo o comentário de Roberto Campos sobre o Sr. Severo Gomes: “A transformação de Severo Gomes, de latifundiário reacionário em líder de esquerda, foi uma das mais surpreendentes metamorfoses a que assisti na política brasileira (...) Severo passou de latifundiário impenitente a nacional-populista, sob a proteção de Ulysses Guimarães (...) passou a ser um dos próceres da chamada esquerda progressista. São exóticas as girações da política brasileira!...”. Ver nota 312 no pé da página 690 de CAMPOS, 1994.

¹² Para Guilherme Delgado, Delfim Netto liderava um “grupo da USP” que, já em 1965, havia feito a “crítica radical conservadora, fortemente apoiada na justificação técnica e econométrica” e mostrado que bastava a “modernização técnica sem reforma, ou com reforma apenas onde se comprovasse ineficiência da estrutura agrária” (DELGADO, 2005, págs. 31/2). Deve ser lembrado que entre março de 1979 e fevereiro de 1985 o Incra foi presidido pelo Sr. Paulo Yokota, um “delfim-boy” segundo VEIGA, 1990, p. 122.

estabelecimento com área zero, “o Índice de Gini da distribuição da posse da terra no Brasil se torna praticamente igual a 0,9” (HOFFMANN, 2007, p. 196).

TABELA 3 – BRASIL – DADOS S/A ESTRUTURA AGRÁRIA – 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1985

Indicador	1920	1940	1950	1960	1970	1985
Índice de Gini	0,832	0,833	0,844	0,842	0,844	0,858
Área média dos estabelecimentos (ha)	270	100	112	75	60	65
Média pessoal ocupado p/estabelecimento	9,7	5,3	5,3	4,7	3,6	4,0
Áreas de lavouras/Áreas totais estabs. (%)	3,79	9,88	8,22	11,49	11,55	16,75
Áreas de pastagens/Áreas totais estbs. (%)	50,86	46,22	46,35	41,59	47,59	47,79
Área total por pessoa ocupada (ha)	27	17	21	16	17	16
Área estabs./Área geográfica do Brasil (%)	20,71	22,55	27,46	29,55	34,78	44,03
Pessoal ocupado por número de tratores	3.782	3.357	1.314	255	106	35
Área de lavoura por trator (em hectare)	3.893	5.572	2.281	468	205	94

Fontes: SZMRECSÁNYI, 1986, várias páginas; RAMOS, 2005, idem; FIBGE, Censos Agropecuários.

Como se sabe, a outra base de dados sobre a estrutura fundiária brasileira é a do cadastro de imóveis rurais do Incra, que passa por atualizações. Quanto ao do ano-base de 1984, a pesquisadora Ângela Kageyama constatou a existência de “enormes áreas de posse, (sendo que) a maioria das quais nem sequer são áreas registradas” e, “embora a situação mais crítica se encontre nas fronteiras (Norte, com 9,4 milhões de hectares de posse; e Centro-Oeste, com 4,5 milhões de hectares), é espantoso que em estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, por exemplo, apareçam imensas áreas de posse entre os maiores proprietários rurais”. Constatou também entre estes, “a forte presença de grandes empresas (pessoas jurídicas)”, algumas estrangeiras, que muitos proprietários tinham mais de uma propriedade e que no Estado do Amazonas, um único proprietário possuía uma área de 4.131.338 hectares. (KAGEYAMA, 1986).¹³

A persistência da Questão Agrária foi parcialmente escamoteada por dois processos sócio-econômicos. O primeiro deles já foi mencionado: o “milagre” entre 1968-1973, seguido de taxas ainda significativas até 1980, permitiu a criação de muitos empregos e postos de trabalho e ocupações nas atividades industriais e urbanas (serviços etc).¹⁴

¹³ O cadastro do Incra é importante porque ele classifica os imóveis segundo as determinações do Estatuto da Terra, especificando aqueles que podem ser considerados como improdutivos por não atingirem índices de utilização e de eficiência. Com base no Recadastramento de 1992 (ver BUAINAIN & PIRES, 2005, diversas páginas) foi constatado que se enquadravam como improdutivos nada menos do que 24,5% dos imóveis, abrangendo 62,4% da área total deles, sendo que os maiores percentuais quanto às áreas encontravam-se nas regiões Norte (78,8); Nordeste (69,5) e Centro-Oeste (62,7). Por sua vez, as maiores concentrações fundiárias ocorriam nos estados do Pará, do Amapá (entre 0,900 e 1,000), do Acre, da Bahia, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de Roraima (entre 0,800 a menos de 0,900).

¹⁴ Cabe mencionar que outro fator que contribuiu para minorar o problema das relações entre Questão Agrária e Urbana foi a queda da taxa de natalidade da população brasileira após 1960.

TABELA 4–BRASIL – INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO TÉCNICA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DO USO DE SUAS TERRAS – 1960, 1970, 1985 (duas “grandes” regiões)

Indicadores	Regs. de ocupação antiga (S+NE+SE)			Regs. de ocupação recente (C/O+N)–Evoluções %*			
	1960	1970	1985	1960	1970	1985	1960-1985
% do pessoal ocupado	92,12	89,41	84,08	7,88	10,59	15,92	1,63
% do número de tratores	95,72	93,09	85,23	4,28	6,91	14,77	15,60
% área lav./área lavoura Brasil	92,64	91,04	80,01	6,26	8,88	19,86	8,09
%área ests./área estabs. Brasil	66,61	64,34	56,87	33,39	35,66	43,13	2,68
%n. estabs./n. estabs. Brasil	91,08	89,56	86,02	8,92	10,44	13,98	4,09
Área pastagens (nats.+plantds.)	78.265	94.227	99.068	44.070	59.911	80.121	2,42
N. estabs. C/adubação química	52.677	417.515	1.399.518	63	8.162	111.122	34,85
N. estabs.c/força trabalho mec.	15.815	95.474	1.203.758	1.130	16.900	118.395	20,45
N. arados c/tração mecânica (#)	127.047	150.696	507.035	3.350	10.188	78.663	13,46
N. de colhedoras automotrizes	Não ap.	95.061	94.917	Não ap.	3.123	15.503	(620)
%Área total ests./superf. territ.	55,05	62,60	70,53	15,36	19,30	29,76	Sup. territ. BR:
Área média dos estabelcs.	54,74	42,92	42,73	280,34	203,95	199,36	851.487.600 há

Fontes: RAMOS, 2005; FIBGE, Censos Agrícola (1960) e Agropecuários (1970, 1985)

Notas: (*) Evoluções na ROR em taxas anuais dos números de: pessoal ocupado, tratores, área de lavoura, estabelecimentos e suas áreas totais; Área de pasts.=Área de pastagens naturais ou artificiais/plantadas em mil hectares. Os números referentes às colhedoras são as unidades acrescidas ano a ano; (#): Em 1960 o número refere-se apenas aos arados de disco.

O segundo deles foi a expansão das atividades agropecuárias (e outras dos complexos agroindustriais) para as duas regiões de fronteira: O Centro/Oeste e o Norte. Em outro trabalho (RAMOS, 2005) estas duas regiões foram agrupadas e chamadas de “Regiões de Ocupação Recente/ROR”, em contraste com as “regiões de ocupação antiga/ROA” (Sudeste, Nordeste e Sul), o que é usado nos dados da Tabela 4.

Deles cabe destacar apenas alguns, já que parece desnecessário comentá-los detalhadamente. A taxa de crescimento do pessoal ocupado na ROR passou a ser negativa depois de 1985, o que indica que esta região também passou a “desocupar” pessoas, não obstante a elevação de sua participação na área de lavouras do Brasil.¹⁵ O não crescimento da participação da área total dos estabelecimentos na superfície territorial da região entre 1985 e 2006 pode ser tomado como indicação da restrição ambiental ou pressão para preservação das áreas dos biomas locais, notadamente o da Amazônia, sendo que muitos dos formados entre 1960 e 1985 foram destinados à pecuária, já que a área de pastagens foi elevada em 35 milhões de hectares no período. As maiores taxas de crescimentos anuais foram as do número de estabelecimentos que usavam adubação química e dos que usavam força de trabalho mecânica entre 1960 e 1985, crescimentos marcantes também na ROA.

A relação área total dos estabelecimentos/superfície territorial da região e o crescimento do número de estabelecimentos podem ser consideradas como indicadores da “fronteira externa” da agropecuária de cada região ou brasileira já que implicam em

¹⁵ Os casos mais ilustrativos do processo em análise ocorreram em Goiás, onde a relação área de lavoura/pessoa ocupada passou de 6,7 para 15 hectares e no Maranhão, onde passou de 2,9 para 29. Convém observar que este estado, embora pertencente à região Nordeste, na sua parte sul tem uma área de fronteira, assim como ocorre com o oeste da Bahia, com parte do Piauí e praticamente com todo o Estado de Tocantins, que até 1988 era a porção norte de Goiás.

ocupação de áreas até então “vazias” ou não apropriadas; em contraposição as relações AL/AT+AP/AT (área de lavouras/área total dos estabelecimentos+área de pastagens/ídem, constantes do trabalho acima citado) podem ser tomadas como indicadores da “fronteira interna”, ou seja, expansão baseada na utilização das terras dos latifúndios já formados. Tais indicadores mostram que a “fronteira externa” foi importante para a expansão da agropecuária brasileira na ROR após 1960 e pouco importante na ROA, principalmente após 1970. Assim, tanto em uma como em outra se lançou mão posteriormente da “fronteira interna” das reservas de terras dos latifúndios. Enquanto em uma a diminuição da “fronteira interna” dos latifúndios foi sendo facilitada e acelerada pelo novo patamar técnico, na outra se reproduzia um latifúndio já modernizado.¹⁶

Para usar a expressão da economia neoclássica, tratou-se de um longo processo de substituição de “fatores”, com a particularidade de que a terra é que foi “poupada”, pois é isto que significam aquelas reservas de terras. Os dados mostram que, em 1970, os 4,924 milhões de estabelecimentos apresentavam, quanto à utilização de suas áreas totais (294,1 milhões de há), nada menos do que 33,4 milhões de “terras em descanso e terras produtivas não utilizadas”, 124,4 milhões em “pastagens naturais” (29,7 em “pastagens plantadas”), 56,2 milhões em “matas e florestas naturais” (1,7 em “plantadas”).

Referindo-se, no final da década de 1980, à modernização do latifúndio apoiada em crédito farto e barato, um autor afirmou que se tratou de uma “modernização agrícola (...) (que) infelizmente, apresenta-se ainda como uma transformação parcial, desigual, fortemente sustentada por recursos públicos, inerentemente limitada, e com mais ranços do capitalismo cartorial do que do capitalismo moderno” (MARTINE, 1990, p. 39).

Os processos analisados têm relações com os números e movimentos populacionais e com sua distribuição regional e por local de moradia. Os dados da Tabela 5 apresentam dados sobre isto. Embora a migração rural-urbana líquida tenha sido sempre crescente é evidente que ela se acelerou depois de 1960. Isto não implica em contradição com o crescimento do pessoal ocupado até 1985 principalmente porque nele estão inclusos os trabalhadores temporários, cuja grande maioria tem residência peri-urbana. As décadas de

¹⁶ A história que ocorreu décadas antes em São Paulo repetia-se: “Tragicamente, faltou ao regime pós-1964 a vontade política de criar condições para a boa implantação de programas de ocupação de terras ou para proteger posseiros que, há gerações, vinham cultivando terras nas fronteiras. Nas fronteiras agrícolas da Amazônia até o Paraná, pobres posseiros vêm sendo brutalmente expulsos pelos jagunços dos grandes proprietários de terras” (KATZMAN, 1986, 186). A frase é moderada, pois isto envolveu - e ainda hoje envolve - o assassinato de posseiros, de religiosos, de ambientalistas e de pequenos produtores.

1960 e de 1970 apresentaram os maiores êxodos rurais. A importância da agropecuária como ocupadora de mão-de-obra é evidenciada no dado da PEAgrícola: até 1960 ela representava mais da metade da PEA total e seu número cresceu recentemente. Finalmente, cabe observar que a maior taxa de crescimento do número de tratores ocorreu na década de 1950, o que se constitui em indicador de que a modernização da agropecuária brasileira foi iniciada após a Segunda Grande Guerra e não após 1965, como querem alguns analistas.

TABELA 5–BRASIL–DADOS S/A EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA – 1940 – 1985

Anos	Tratores		Pessoal ocupado		Distrib.% do pes. Ocupado (2)				PEAgríc.(1)		Migr. Rural-Urb. Líquida(1)	
	Número	Tx.Cr.	Número	Tx.Cr.	Rmnrf	Emps.	Parcs.	o.c.	N.	% t.		
1940	3.379	-x-	11.339.949	-x-	n. d.	n. d.	n. d.	n.d.	9,0	64,0	Década	(3)
1950	8.372	9,50%	10.996.834	-0,31%	54,76	33,91	11,33	-	10,3	59,9	40: 3,0	10
1960	61.345	22,04%	15.633.985	3,58%	63,00	28,22	5,86	2,92	12,3	54,0	50: 7,0	21
1970	165.870	10,46%	17.582.089	1,18%	80,23	15,04	3,43	1,31	13,1	44,6	60:13,6	35
1975	323.113	14,27%	20.345.692	2,96%	80,48	15,97	2,76	0,79	-x-	-x-	-x-	-x-
1980	545.205	11,03%	21.163.735	0,79%	73,91	23,33	2,33	0,42	13,1	29,9	70:17,4	42
1985	665.280	4,06%	23.394.919	2,02%	75,40	21,20	2,00	1,39	-x-	-x-	-x-	-x-

Fontes: MERRICK & GRAHAM, 1981, págs. 201 e 204; FIBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários); MARTINE & ALVES, 2011.

Notas: 1- PEAgrícola e migração rural-urbana líquida em milhões de pessoas; % t.= % da PEAgrícola no total da PEA;

2- Rmnrf=Responsáveis e membros não remunerados da família, Emps.=Empregados permanentes e temporários; o.c.=ocupados ou empregados em outra condição; Parcs.=parceiros. Optou-se por não especificar os números de trabalhadores temporários constantes dos censos porque eles são subestimados, conforme comentado no texto;

3- Trata-se do percentual da população rural no início do período.

TABELA 6 – BRASIL - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO RURAL – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 (Números em milhões; % t.=% da população rural total)

Região	1940		1950		1960		1970		1980		1991	
	N.	% t.	N.	% t.	N.	% t.	N.	% t.	N.	% t.	N.	% t.
Norte	1,0	3,7	1,6	3,8	2,0	4,1	2,0	4,8	2,8	7,4	4,1	11,4
Nordeste	11,0	39,0	13,2	39,9	14,7	37,8	16,4	39,8	17,3	44,7	16,7	46,6
Sudeste	11,1	39,2	11,8	35,7	13,2	34,0	10,9	26,5	8,9	23,1	7,5	20,9
Sul	4,1	14,6	5,5	16,7	7,4	19,1	9,2	22,4	7,2	18,5	5,7	15,9
Centro/Oeste	1,0	3,5	1,3	4,0	1,9	5,0	2,6	6,4	2,4	6,3	1,8	5,0
BRASIL	28,4	100	33,2	100	38,8	100	41,1	100	38,6	100	35,8	100

Fonte: GOODMAN, 1986, p. 163; FIBGE, Censo Demográfico de 1991.

Um autor há pouco citado sintetizou a manifestação do movimento populacional: para ele o que ocorreu foi a associação entre dois fenômenos: o da “metropolização” e o da “periferização”, sendo que “a oferta de mão-de-obra nas cidades sempre superou a criação de empregos urbano-industriais”, e que, na década de 1970, a taxa anual de crescimento da população de dez regiões metropolitanas foi de 3,9% (MARTINE, 1987, págs. 66/7).¹⁷

Os dados da Tabela 6 mostram a distribuição regional da população rural. No Nordeste ela ainda aumentou até 1980. No Centro-Oeste (região em boa medida

¹⁷ Dados dos censos demográficos trabalhados por este autor mostram que as “localidades de residência” com 500 mil e mais habitantes elevaram suas participações de 7,7% em 1940 para 31,5% em 1980 no total da população brasileira (idem). A população rural brasileira que era 68,8% da total em 1940, passou a ser de 32,4% em 1980.

inicialmente ocupada por paulistas, via aquisição e/ou formação de latifúndios) ela caiu após 1970. Na região Norte ela ainda aumentou até 1991. A significativa queda ocorrida na região Sul decorreu do esgotamento de seus espaços rurais, o que fez com que os descendentes dos agricultores familiares locais tenham sido parte significativa dos migrantes principalmente para o Centro/Oeste, assim como para o Norte, o que ocorreu principalmente nas décadas de 1970 e 1980¹⁸. A região Nordeste concentrava, em 1991, 46,6% da população rural do Brasil e, devido a isto, era – e ainda é – responsável por grande parte da pobreza do país.

Um trabalho que analisou o êxodo rural sugeriu terem existido no Brasil “ciclos regionais” de movimentos rural-urbanos entre 1950 e 1990/5. Os títulos dados pelos autores dão bem a idéia do ocorrido: na década de 1950 predominou o “modelo ‘pau-de-arara’”; na de 1960 deu-se a “aceleração do declínio caipira”; na de 1970 destacou-se o “Sul em busca do Norte”; a de 1980 foi marcada pelo movimento de “no Centro-Oeste, crescer e expulsar” e, após 1990, os autores perguntam se ocorreu “O fim de um ciclo?” (ver CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999). Dados dos autores mostram que o maior “saldo migratório líquido rural-urbano” no Brasil ocorreu na década de 1970, mas com um número menor (14,413 milhões) do que o apresentado na Tabela 5. Mas não há dúvida de que foi entre 1960 e 1980 que se “atirou milhões de famílias rurais em sórdidos purgatórios que cercam metrópoles, aglomerações e centros urbanos” (VEIGA, 2005, p. 4).

A tese de livre-docência do Prof. Guilherme Leite da Silva Dias (DIAS, 1978), elaborada no período em análise e, portanto, no contexto acima, dedicou-se à defesa da adoção de uma política fundiária no Brasil. Depois de mencionar que “no caso brasileiro, merece destaque o papel da concentração da posse da terra em um número relativamente pequeno de grandes propriedades, com o efeito importante de deixar de induzir o desenvolvimento e a adoção de tecnologias de uso mais intensivo do solo”, ele apontou que “isto ocorre através de dois caminhos”:

a grande propriedade tem fácil acesso à fronteira agrícola, grande mobilidade de capital e maior rentabilidade, quando investe na tecnologia tradicional. Deprecia o solo agricultável e adota depois uma técnica conservacionista primitiva; 2) o controle sobre a densidade demográfica (e/ou o assalariamento da mão-de-obra) permite um ajustamento automático da utilização de mão-de-obra com a capacidade produtiva do solo (DIAS, 1978, p. 23).

¹⁸ “No início dos anos 80, diante das tensões existentes no Sul do país frente à crise agrária, o governo organizou projetos de assentamento incentivando os produtores a se deslocarem às áreas de fronteira para obtenção de novas terras. A intenção era, ao mesmo tempo, criar novas unidades agrícolas e dar oportunidade aos agricultores sem-terra de obterem uma nova propriedade” (D’ANTONA & DAL GALLO, 2011, p. 111).

Cabe considerar a pertinência e necessidade de associar tais observações aos processos mais gerais que marcaram a história da economia, da política e, enfim, da sociedade brasileira, o que já foi feito de forma bem resumida. Nesta perspectiva, não convém falar em “ajustamento automático” – antes, pelo contrário, em crescentes desajustamentos. No último capítulo o autor faz “a definição de uma política fundiária”, observando que “É no papel das novas fronteiras agrícolas que parece surgir o maior engano de nossa política agrária” e, assim, propõe que tais fronteiras (“especialmente aquelas de solos de alta fertilidade”) sejam ocupadas com base em “uma estrutura agrária de propriedades médias e pequenas”, o que permitiria a absorção de contingentes de mão-de-obra (para ele empregadas “no resto do setor agrícola”) e aumentar a oferta de produtos básicos de alimentação (pág. 87). O trabalho é concluído com a parte denominada “A viabilidade da Estratégia Proposta”, na qual o autor se refere aos problemas ligados à infraestrutura, serviços públicos etc (págs. 90/4). Como visto, a história foi bem diferente.

O mesmo pode ser concluído quanto às preocupações do respeitado pesquisador Ruy Miller Paiva. Em artigo escrito no final do “milagre” (PAIVA, 1974) e sem mencionar a necessidade de mudanças estruturais, ele fez recomendações para a melhoria do comportamento do setor agropecuário no Brasil, tendo afirmado que isto apenas poderia ser alcançado com: a) redução dos preços de seus produtos para os consumidores; b) elevação da renda gerada por eles para seus produtores; c) melhores salários e condições de vida para seus trabalhadores. Paiva tinha clareza que tais objetivos poderiam “ser alcançados através da modernização tecnológica da agricultura e de políticas setoriais compensatórias, visando, respectivamente, o aumento da produtividade do trabalho e uma redistribuição (mais) equitativa de seus frutos” (RAMOS & SZMRECSÁNYI, 1996, p. 97), que analisa a evolução agropecuária do Brasil entre meados da década de 1970 e de 1990 à luz dos objetivos de Paiva. Aqui cabe apenas destacar as conclusões quanto aos dados relativos aos salários dos trabalhadores da agricultura paulista, que indicaram péssimas situação e evolução. Sobre isto foi observado que, se isso ocorria em São Paulo,

a região economicamente mais desenvolvida do País, a situação deve ser ainda pior na maioria dos demais Estados brasileiros. Se assim não fosse, já teriam cessado por completo as migrações rural-urbanas e inter-regionais, e não existiriam problemas como os dos trabalhadores sem terra, que diariamente aparecem nos jornais. De um modo geral, pode-se afirmar que a propalada competitividade dos produtos agropecuários do Brasil no mercado mundial vincula-se muito mais à manutenção dos baixíssimos níveis de remuneração da força de trabalho em atividade no setor do que à mudança, para melhor, dos seus níveis de

produtividade. (p. 102); (...) A permanência de muitas terras ociosas e de muitas pessoas sem possibilidades de acesso a elas para fins produtivos tem contribuído poderosamente para rebaixar o nível dos salários e para desestimular as tentativas de melhorar a tecnologia vigente no setor agropecuário. As próprias políticas sociais compensatórias se revelarão inúteis enquanto não estiverem acopladas a medidas concretas e decisivas de alteração em profundidade da estrutura fundiária ora existente. (p. 103)

No período 1965-1984 ocorreu uma “colonização contra a Reforma Agrária” e o regime militar optou pela “política de colonização de novas terras” pela “implantação de uma política de modernização excludente na agricultura brasileira”, e tentou “controlar as correntes migratórias” (TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 46). Foram feitos 262 programas (115 oficiais e 147 particulares, abrangendo 19.854.521 e 3.865.874 há e beneficiando 134.816 e 27.652 famílias). “A clientela dos programas de colonização foi delimitada mediante tais procedimentos de seleção social, dando-se preferência aos camponeses minifundiários das regiões meridionais” (p. 49). Do total de área arrecadada pelos programas do período, 78% o foi na região Norte e envolveu 65,9% das famílias.

5. Conclusão: Um pouco depois...

Tancredo Neves havia assumido compromisso com a realização da Reforma Agrária. A “Nova República” sob o comando de José Sarney não o honrou, embora tenha adotado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que se limitou aos projetos de assentamentos. Segundo José Gomes da Silva o Decreto n. 91.766 (10/10/1985) que institucionalizou o plano foi “redigido numa sala do Conselho de Segurança Nacional por um advogado de terratenentes, a pedido do Presidente da República” (SILVA, 1987, p. 49). Logo depois, um jornal de Brasília anunciou que o “Presidente do INCRA cai por terra”. Em algum momento José Sarney teria dito: “o Estatuto da Terra é uma legislação inadequada e que cabe ao Congresso Constituinte resolver a questão” (idem, p. 228). Mas, ainda segundo o autor, ele votou favoravelmente ao Estatuto como deputado em 1964.

6. Referências

ABREU, M. de P., (org.), 1989. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus.

BARROS, J. R. M. de & MANOEL, Álvaro, 1992. “Insumos agrícolas: Evolução recente e perspectivas”. In BRANDÃO, A. S. P. (ed.). *Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões*. Rio de Janeiro, IPEA (Série PNPE 18), págs. 295-332.

- BRANT, V. C., 1977. “Do colono ao bóia-fria: Transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis”. *Estudos Cebrap* 19, São Paulo, Edições Cebrap, p. 37-91.
- BUAINAIN, A. M. & PIRES, D., 2005. “Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil”. In MIRANDA, C. & COSTA, C. (orgs.), *Justiça Agrária e Cidadania*, Brasília: IICA (Série Desenvolvimento rural sustentável. Vol. 1), págs. 143-189.
- CABRAL, P. E. de C. T., 1983. *O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco: Da senzala ao caminhão*. Recife, UFPE, PIMES/CME (dissertação de mestrado).
- CAMPOS, R., 1994. *A lanterna na popa. memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- CAMARANO, Ana A. & ABRAMOVAY, R., 1999. “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos”. *Texto para Discussão No. 621*. Rio de Janeiro, IPEA, janeiro.
- CAMARGO, A. A. de, 1981. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In FAUSTO, B. (org.), *História Geral da civilização brasileira*, Vol. 3, tomo III, São Paulo: Difel.
- CONTAG/Confederação Nac. dos Trabalhadores na Agricultura, 1973. *Questões Agrárias*, Docto.8, Brasília.
- D’ANTONA, A. De O. & DAL GALLO, P. M., 2011. “Urbanização, agronegócio e mudanças climáticas no Centro-Oeste”. In MARANDOLA JR., E., et. al. (orgs.), *População, ambiente e desenvolvimento*. NEPO/Unicamp, Campinas, UNFPA, Brasília, págs. 99-125.
- DELGADO, G., 2005. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. In RAMOS FILHO, L. O. & ALY JUNIOR, O., eds., *Questão agrária no Brasil*. São Paulo, Incra, págs. 21-85.
- DIAS, G. L. da S., 1978. *Estrutura agrária e crescimento extensivo*. FEA/USP (tese de livre-docência).
- HOFFMANN, R., 2007. “Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil”. In RAMOS, P. (org.), *Dimensões do agronegócio brasileiro*. Brasília: MDA, págs. 172-225.
- HOFFMANN, 1973. “Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil”. *Revista de Administração de Empresas*, v. 13, n. 4, págs. 7-17, out./dezembro.
- HOFFMANN, 1998. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Economia e Sociedade* N. 11, IE/Unicamp, Campinas, dezembro, págs. 199-221.

- KAGEYAMA, A., 1986. "Os maiores proprietários de terra no Brasil". In *Reforma Agrária*, ABRA, Campinas, abril/julho, págs. 63-66.
- KAGEYAMA, A., 1982. "O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente". *Reforma Agrária*, Campinas, Vol. 12, N. 5, p. 3-12 (set./out.).
- KATZMAN, M. T., 1986. "Urbanização no Brasil a partir de 1945". In *A transição incompleta*, BACHA, E. & KLEIN, F. S. (Orgs.), Vol 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, págs. 177-229.
- MARTINE, G., 1987. "Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola". In *Os impactos sociais da modernização agrícola*. MARTINE, G. & GARCIA, R. C. (Orgs.), São Paulo: Caetés, págs. 59/79.
- MARTINE, G., 1990. "Fases e faces da modernização agrícola brasileira". In *Planejamento e Políticas Públicas*. N. 3, Brasília, IPEA, junho, págs. 3-44.
- MELO, F. H. de, 1983. *O problema alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PAIVA, R. M., 1974. Elementos básicos de uma política em favor da agricultura brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, V. 4, N. 2, págs. 209-244, junho.
- RAMOS, P. & SZMRECSÁNYI, T., 1996. Indicadores e avaliações do desenvolvimento recente da agricultura brasileira. *Agricultura em São Paulo*, SP, 43(3), págs. 97-113.
- RAMOS, P., 2005. "Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: Uma análise do período 1930-1985". In RAMOS FILHO, L. O. & ALY JR., O. (Eds.), *Questão agrária no Brasil: Perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo, Incra.
- REZENDE, G. C. de, 1984. "Mercados de trabalho, crescimento econômico e salários rurais no Brasil". *ANPEC/Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia*, Recife, Vol.2, p. 968-90.
- SILVA, J. Graziano da, 1982. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SILVA, J. Graziano da, 1997. *De Bóias-frias a empregados rurais*. Maceió, EDUFAL.
- SILVA, J. G. da, 1971. *A Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Eds..
- SILVA, J. G. da, 1987. *Caindo por terra*. S. Paulo: Busca Vida.
- SIMONSEN, M. H., 1973. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- STOLCKE, V., 1986. *Cafeicultura – Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

SZMRECSÁNYI, T. & RAMOS, P., 1997. “O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira”. In SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (Orgs.), *História Econômica do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Hucitec, p. 227-249.

SZMRECSÁNYI, T., 1986. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”. In FAUSTO, B., *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 4^o Volume, São Paulo, Difel Ed., 2^a ed., p. 107-207.

TAVARES, M. da C. & ASSIS, J. C. de, 1985. *O grande salto para o caos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

TAVARES DOS SANTOS, J. V., 1995. “Colonização de Novas Terras: A continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República”. In *Reforma Agrária*, ABRA, Vol. 25, N. 1, janeiro/abril.

VEIGA, J. E. da, 2005. *A história não os absolverá nem a geografia*. Campinas, SP: Armazém do Ipê. VEIGA, J. E. da, 1990. *A reforma que virou suco*. Petrópolis/RJ: Vozes.

SESSÃO 3

REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO

BARBOSA, Natália Ferreira, UFG
nataliaagronegocio@gmail.com

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, UFSCar - Campus Lagoa do Sino
manoel77@yahoo.com.br

TRALDI, Daiane Roncato Cardozo, FCFar/UNESP - Campus Araraquara
daianecardozo@msn.com

Financiamento: CNPQ
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

O presente trabalho aborda a inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Goiânia- GO, a partir da análise do Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no PNAE em Goiás (CAAF). Nessa perspectiva, o trabalho aponta elementos que possibilitam a compreensão do processo de inclusão da agricultura familiar na alimentação, por meio de uma Rede Interorganizacional de segurança alimentar que foi constituída para dinamizar a execução da Lei 11.947/2009. O trabalho discorre sobre a efetividade desta Rede e oferece subsídios ao CAAF para o desenvolvimento de ações que não visem somente a oferta e a demanda de produtos para a alimentação escolar, e sim, a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos beneficiários do programa. O estudo parte do pressuposto que o CAAF é uma rede institucional de contribuição efetiva para a inserção da agricultura familiar no município de Goiânia. Nesse sentido, mostra e caracteriza os atores da rede e aponta elementos para se compreender os processos de inclusão e exclusão desses produtores, a fim de sugerir caminhos que possibilitem maior efetividade social para esse ator produtivo. As ações da Rede se direcionam para este fim, identificando os entraves encontrados por agricultores e gestores e propondo estratégias para a sua superação. Desse modo, consolida-se a compra efetiva dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar no município.

Palavras-chave: Alimentação Escolar, Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Nutricional.

1. INTRODUÇÃO

Na constante luta do país em garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos brasileiros, políticas públicas desenvolvidas intersetorialmente vem sendo executadas pela União, Distrito Federal, Estados e municípios, com o objetivo de garantir o acesso ao alimento e melhorar as condições de renda dos brasileiros. Nessa perspectiva, o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é utilizado como uma política de promoção da SAN dos brasileiros, por sua ação assistencialista por meio da oferta de alimentos, e estruturalista, no desenvolvimento de ações que promovem o desenvolvimento sustentável das localidades em que está inserido.

A alimentação escolar no município de Goiânia é coordenada pelo Departamento de Alimentação e Educação (DALE), que é responsável pela gestão e controle do programa, estando este vinculado à Secretaria de educação do município. É atribuição do DALE gerir os recursos financeiros, tanto aqueles repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) quanto a contrapartida municipal; planejar e elaborar cardápios; realizar a aquisição de gêneros alimentícios, armazenando-os e realizando a distribuição conforme a demanda dos cardápios de cada unidade escolar. É também de sua responsabilidade a supervisão e avaliação do programa.

O DALE atendeu em 2009 aproximadamente 102 mil alunos, elevando este número para mais de 106 mil alunos em 2011. Os recursos financeiros repassados pelo FNDE consequentemente foram elevados, passando de R\$4.503.444,00 em 2009 para R\$8.132.400,00 em 2011. A contrapartida dos recursos financeiros pela Prefeitura sofreu uma oscilação sendo no valor de R\$ 9.905.710,00 em 2009 e reduzindo para 5.302.692,34 em 2011.

Este trabalho avalia a efetividade da inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar em Goiânia, capital do estado de Goiás. Para isso, avaliou-se a efetividade das ações desenvolvidas no espaço criado pelo Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Goiás (CAAF).

O CAAF caracteriza-se como uma Rede Institucional que tem por objetivo discutir a eficiência, a eficácia e a efetividade da Lei nº 11.947, Art. 14 (BRASIL, 2009), no estado de Goiás, e propor estratégias para os agricultores familiares acessarem o mercado da alimentação escolar.

Dessa forma, o estudo apresenta os atores da rede e os efeitos da inclusão dos agricultores familiares no mercado da alimentação escolar, a partir da efetivação da nova institucionalidade do PNAE; e identifica os espaços criados e os efeitos do programa para os produtores familiares.

Por fim, aponta elementos para se compreender os processos de inclusão e exclusão desses produtores no mercado institucional da alimentação escolar em Goiânia, a fim de sugerir caminhos que possibilitem maior efetividade social para esse ator produtivo.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho pautou-se principalmente na observação participante e em outras abordagens qualitativas de investigação, como a dinâmica dos diagnósticos rurais participativos, instrumento este, de larga utilização por órgãos oficiais e não governamentais no trato com a população rural em geral.

A pesquisa também realizou o levantamento de dados secundários, disponíveis em banco de dados oficiais, nas peças orçamentárias municipais e demais documentos oficiais de âmbito municipal.

Para a avaliação da eficácia da gestão do programa de alimentação escolar, foram realizadas entrevistas abertas aos atores do CAAF e aplicados 02 questionários semiestruturados, ao DALE, que buscaram informações sobre: A aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo DALE; Percentual e montante da compra dos produtos da agricultura familiar; envolvimento de cooperativas e associações na compra; envolvimento do DALE com os agentes articuladores da Lei nº 11.947, Art. 14 (BRASIL, 2009); informações sobre a estrutura da administração do programa; recursos destinados à compra de alimentos para a alimentação escolar; recursos transferidos pelo FNDE no ano, complementação do município no ano para a compra de alimentos; execução do programa de alimentação escolar; ações do CAAF para inserção da agricultura familiar na alimentação escolar; e, interação entre atores do CAAF.

3. REDE DE APOIO À INSERÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Os esforços para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar da entidade executora, entidades articuladoras, sociedade civil, instituições governamentais e

não governamentais, envolvidas direta ou indiretamente com a agricultura familiar e/ou alimentação escolar, deram origem ao Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Goiás (CAAF), que tem por objetivo discutir os entraves e a efetividade da Lei nº 11.947/2009, Art. 14 (BRASIL, 2009), no estado de Goiás, e propor estratégias para a execução do programa.

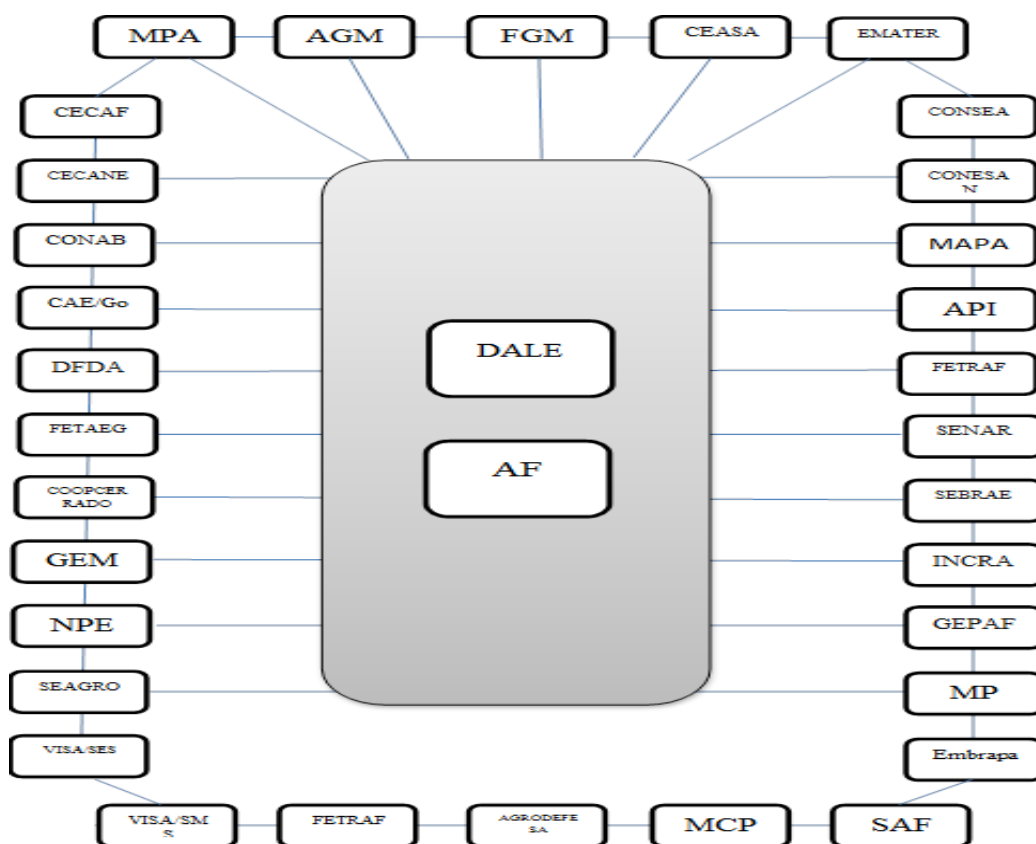
O CAAF teve início no fim de 2010 e suas ações se direcionam ao apoio da agricultura familiar no PNAE, no estado de Goiás. Como entidade independente, não possui vinculação formal com nenhum órgão e/ou instituição pública ou privada. Sua coordenação foi realizada pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE- UFG/RCO) até o primeiro semestre de 2011, e a partir desta data, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA) assumiram a responsabilidade de coordenação das ações do CAAF.

Em busca da melhor alternativa para o cumprimento da legislação, os atores¹ que compõem o CAAF formam uma rede que se conecta por meio de relações de parceria com a influência de fatores sociais, econômicos e políticos. As ações da rede são definidas em forma de governança desenvolvida estrategicamente para atender à demanda do grupo.

¹ A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás (EMATER-GO); a Central de Cooperativas da Agricultura Familiar (CECAF); o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro Oeste (CECANE/RCO-UFG); a CONAB; o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CAE/Goiás); a DFDA; o DALE; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG); a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado (COOPCERRADO); a Gerência da Merenda Escolar da Secretaria Estadual da Educação (GEMES-SEDUC); o Núcleo de Pesquisa em Empreendedorismo Rural da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (NPER/EA/UFG); a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAGRO); a Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (VISA/SES-GO); a Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (VISA/SMS – Goiânia); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – GO (FETRAF-GO); a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA); o Movimento Camponês Popular (MCP); a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Arroz e Feijão); o Ministério Público (MP/GO); o Grupo de Estudo e Pesquisa na área da Agricultura Familiar (GEPAAF/UFG); o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Goiás (SENAR); Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-GO); a Associação de Pescadores de Itumbiara (API); o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem (SISB-POA/GO); o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONESAN); o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – Goiânia; o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); o Conselho Regional de Nutrição (CRN-1); a Central de Distribuição do Estado de Goiás (CEASA/GO); a Federação Goiana de Municípios (FGM); a Associação Goiana de Municípios (AGM); o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Os atores citados, com suas funções e atribuições, contribuem para a implementação da Lei nº 11.947/2009 na constituição de uma rede em que informações são trocadas, novos conhecimentos adquiridos, entraves e desafios superados, possibilidades e oportunidades encontradas para garantir uma alimentação escolar de qualidade e, ao mesmo tempo, promover a agricultura familiar, a segurança alimentar dos beneficiários e o desenvolvimento local.

Figura 1 - Estrutura da Rede de Apoio à Agricultura Familiar na Alimentação Escolar



Fonte: BARBOSA, 2012.

Na Figura 1, pode-se observar que os atores trocam informações e fomentam toda a estrutura da alimentação escolar e da agricultura familiar na implementação da referida lei no município de Goiânia e em todo o estado.

O CAAF realiza reuniões mensais na segunda quinta-feira de cada mês e, quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias. Tais reuniões resultam da cooperação entre os atores que se conhecem e reconhecem sua importância na inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Ali trocam informações, negociam e

compartilham normas e interesses comuns. Estes encontros têm por objetivo promover a inclusão social dos agricultores familiares e caracterizam-se por uma alta densidade de comunicação e de relacionamento.

Os atores que participam das ações da rede possuem suas particularidades e limitações. Muitos apresentam grande disposição em contribuir para as ações da rede, mas, em sua maioria, por serem entidades públicas, dependem da aprovação institucional, o que prejudica a efetividade do programa.

3.1. A Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar pelo DALE

Em 2010, o DALE realizou contatos com a CONAB, o CECANE/RCO-UFG, a FETAEG, o DFDA, a COOPECERRADO e a CECAF para realizar estudos dos produtos que poderiam ser adquiridos pelo departamento e identificar as estratégias a serem adotadas para a efetivação da compra dos produtos da agricultura familiar.

Após todo o processo de estruturação e organização do DALE para adquirir produtos da agricultura familiar, tornou-se possível realizar Chamadas Públicas direcionadas à cooperativas da agricultura familiar para aquisição dos seguintes alimentos: rapadurinha, açafrão, proteína de soja texturizada, óleo de soja, leite em pó, queijo mussarela, requeijão cremoso, abacaxi pérola, banana-maçã, mamão papaia, polpa de abacaxi congelada e bebida láctea fermentada com poupa de fruta sabor morango.

As Chamadas Públicas não foram finalizadas no ano de 2010 em razão dos entraves burocráticos, institucionais e organizacionais, que marcaram os primeiros passos do DALE e das cooperativas no processo de compra e venda.

Em 2011, o município deu prosseguimento ao processo de compra iniciado em 2010 e a expectativa da gestão foi de ultrapassar a margem dos 30% previstos em lei.

Dentre os entraves encontrados pelo DALE, destacam-se: a inadequação da maior parte dos produtos processados pelas agroindústrias familiares às diretrizes da legislação sanitária; a adequação dos cardápios à disponibilidade de alimentos dos agricultores familiares; a baixa oferta de produtos processados; diversidade da produção; a adequação das cozinhas e depósitos das unidades escolares para atender às especificidades dos

produtos *in natura* da agricultura familiar; a adequação dos processos de logística para distribuição de hortifrúti às unidades escolares.

Em 2011, graças ao empenho do DALE e do CAAF, é efetivada a aquisição dos produtos da agricultura familiar. Com a aquisição de bebida láctea, mussarela, proteína de soja, açafrão, leite em pó, manteiga de leite, requeijão, abacaxi, mamão, polpa de abacaxi, cookie de baru, mel e gergelim.

A compra de produtos da agricultura familiar pelo DALE, efetivada em 2011, envolve um total de 06 cooperativas, que ofertam uma variedade de 13 produtos totalizando R\$ 3.261.211,80, ultrapassando assim, o previsto pela legislação que é 30% atingindo uma margem próxima a 40% do total de compras da agricultura familiar. O empenho, motivação e a força de vontade do departamento em adquirir alimentos da agricultura familiar e as parcerias firmadas ao longo do processo de compras foram essenciais para consolidar as compras.

O DALE possui um longo caminho a trilhar, os primeiros passos foram dados e a aquisição de alimentos da agricultura familiar já supera o exigido por lei. A expectativa da gestão é utilizar 100% dos recursos repassados pelo FNDE na compra de produtos da agricultura familiar, inserindo, neste processo de compra, os hortifrúti.

3.2. Ações da Rede para a Efetividade dos Agricultores Familiares no Mercado da Alimentação Escolar em Goiânia

As ações desenvolvidas pelos agentes executores da política por intermédio do CAAF afetam diretamente o comportamento dos beneficiários, gerando impactos e efeitos que refletem no modo dos agricultores viverem e se relacionarem na sociedade.

Os efeitos causados na vida dos agricultores trazem reflexos negativos, principalmente no cotidiano dos agricultores que não possuem habilidades, conhecimento e estratégias de comercialização e produção. Efeitos positivos também podem ser observados, como a garantia de um mercado para comercializar a produção e a inclusão socioeconômica, dentre outros, que são imensuráveis e afetam individualmente cada agricultor dentro da sua especificidade. Tanto os efeitos positivos quanto os negativos causam intervenções no modo de vida do agricultor e de se relacionar com a sociedade.

O CAAF, por ser uma rede de articulação intersetorial na execução da política, ao longo de sua trajetória vem realizando ações para minimizar os impactos e efeitos negativos causados na vida dos agricultores, fortalecendo assim, os efeitos positivos causados pela obrigatoriedade da aquisição dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, propondo estratégias para que o agricultor se integre no mercado da alimentação escolar, com a promoção da SAN da sua família e sua inserção socioeconômica.

Ações do CAAF para garantir o acesso à informação aos agricultores familiares

Identificada à falta de informações dos agricultores e dos gestores municipais, em fevereiro de 2011 foi realizado um seminário com participação efetiva dos atores da rede. Este seminário, realizado sob coordenação e desenvolvimento da FGM, teve um caráter intermunicipal e intitulou-se *Alimentação escolar e Agricultura familiar*. O objetivo era sensibilizar os gestores dos municípios goianos sobre a importância da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar, conforme a Lei nº 11.947. Além disso, pretendia-se disponibilizar aos gestores a sistematização da oferta da produção de gêneros alimentícios da agricultura familiar em condições de atender ao PNAE.

No primeiro semestre de 2012, foi realizada a I Conferência Estadual de ATER no Estado de Goiás (CEATER). A conferência foi realizada com a parceria da EMATER, DFDA, CECANE/RCO-UFG, MPA, CECAF, MCP, SEAGRO, FETAEG e FETRAF, dentre outros parceiros que não integram o CAAF. A CEATER, além de promover a discussão sobre ATER no estado, funcionou como um canal de divulgação e transmissão de informações da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar.

No período de 13 a 16 de junho de 2012, foi realizada a feira Agro Centro-Oeste Familiar que contou com a participação efetiva de diversos parceiros da rede: EMBRAPA, INCRA, CECANE/RCO-UFG, CECAF, FETAEG, FETRAF, DFDA, GEPAAF, DALE, EMATER, CEASA, SEAGRO, SEBRAE e FGM. A feira foi um espaço para o agricultor familiar expor sua produção e ter a oportunidade de participar de cursos, seminários e mesas redondas.

O SEBRAE realizou a feira do empreendedor que ocorreu em Goiânia em junho/julho de 2012, nesta feira foi criado um espaço para todos os parceiros da rede que

desejassem esclarecer dúvidas dos agricultores e gestores quanto à inserção da agricultura familiar na alimentação escolar. Estiveram presentes o CECANE/RCO-UFG, CECAF, EMATER, INCRA, GEMES e a AGRODEFESA.

Dentro da rede não foi possível observar com clareza ações que agregassem a informação do acesso ao mercado do PNAE com a inclusão social e garantia da SAN dos agricultores. A preocupação dos atores restringe-se a conciliar a demanda das unidades escolares com a oferta dos agricultores. Cabe ressaltar que ações isoladas de inclusão social, garantia da SAN são levadas a efeito, com a própria inserção do agricultor familiar no mercado da alimentação escolar, mas sem grande relevância.

Ações do CAAF para promover a organização em cooperativas

O incentivo ao cooperativismo vem sendo realizado pelas entidades que representam os agricultores familiares como FETRAF, FETAEG e CECAF em parceria com DFDA, CECANE/RCO-UFG, EMATER e CONAB.

O CECANE/RCO-UFG, no desenvolvimento de suas ações, incentiva o agricultor a se organizar em cooperativas, visto que esta organização é uma das alternativas para a inserção da agricultura familiar no mercado da alimentação escolar, principalmente nos grandes mercados institucionais como o de Goiânia.

Em parceria com o CECANE/RCO-UFG, a DFDA e a CONAB, a FETRAF desenvolveu uma atividade com as cooperativas a ela filiadas com o fim de criar uma espécie de rede com estas cooperativas com o intuito de acessar o mercado do PNAE e PAA. A ideia é que as cooperativas troquem informações e experiências bem sucedidas ou não. Desse modo, poderão sedimentar sua formação e conquistar mercados segundo os princípios da economia solidária, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico da localidade em que está inserida.

A CECAF desenvolve a formação e orientação para a estruturação de cooperativas já existentes ou de estímulo à criação de novas organizações.

A organização em sistema de cooperativa é essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar, desde que esta se aproprie dos valores econômicos, sociais, políticos e organizacionais que o cooperativismo pode proporcionar aos agricultores.

Ações do CAFF para promover a organização e diversificação da produção

Dentre os parceiros da rede, é papel da EMATER a promoção da organização da produção no estado, no entanto, conforme já foi mencionado, a empresa não possui estrutura física nem financeira para desempenhar suas atribuições.

Na rede, existem ações isoladas das entidades que representam a agricultura familiar com o objetivo de atender principalmente ao mercado da alimentação escolar em Goiânia.

A CECAF desenvolve a organização e incentiva a diversificação da produção com os agricultores cooperados em prol da regularidade e da garantia de entrega de gêneros alimentícios. A organização e diversificação da produção realizadas pela CECAF estão relacionadas aos seus contratos comerciais.

O INCRA, por meio das organizações que realizam o serviço de ATER nos assentamentos rurais, possui alguns casos exitosos de organização da produção. No entanto, não é possível discorrer sobre nenhum deles, visto que não foi identificado nenhum relato na rede.

Ações do CAAF para promover adequação sanitária das agroindústrias artesanais da agricultura familiar

A comercialização dos produtos industrializados para a alimentação escolar exige que os agricultores tenham o selo de inspeção sanitária. A adequação sanitária é um assunto que permeia as reuniões da rede desde o início de sua existência e tem gerado grande polêmica.

O principal ponto abordado dentro da rede é que os órgãos de inspeção sanitária devem criar brechas dentro da legislação sanitária vigente para atender às especificidades das agroindústrias familiares sem abrir mão dos critérios de qualidade e segurança dos alimentos.

A primeira e talvez a mais importante ação da rede, com base nos critérios de inspeção sanitária, foi à quebra de uma “barreira” no relacionamento entre entidades que representam a agricultura familiar e os órgãos de inspeção sanitária. Segundo relato de agricultores que participaram da rede representando suas organizações, eles temiam a ação dos órgãos de inspeção sanitária, uma vez que estes inibiam todo tipo de beneficiamento

ou manipulação realizada em seus produtos. Temiam procurar estes órgãos com medo das ações por eles promovidas.

Na rede nasceu o diálogo entre a agricultura familiar e os órgãos de inspeção sanitária com um caráter educativo. Os órgãos de inspeção realizaram na rede uma orientação sobre o seu funcionamento e sobre os passos que devem ser adotados para a manipulação/processamento dos gêneros alimentícios, uma vez que são órgãos com caráter fiscalizador, portanto estão impedidos de interferir na produção.

A VISA/SMS-GO, o MAPA e a AGRODEFESA se dispõem a dialogar com a agricultura familiar, atendendo suas especificidades com base na legislação sanitária.

No quadro a seguir, são apresentados os principais entraves encontrados pelos agricultores para a obtenção da liberação sanitária para comercializarem seus produtos, com sugestões para superá-los.

Quadro 1 - Entraves para a agricultura familiar quanto à inspeção sanitária de alimentos e sugestões do CAAF para superá-los

ENTRAVES	SUGESTÕES
- Falta de informação quanto à legislação vigente;	- Promover um encontro sediado em Goiânia com abrangência estadual e encontros territoriais conforme a demanda dos territórios.
- Dificuldade de atender às especificidades da legislação sanitária;	- Ter como temática dos encontros as legislações vigentes e os meios para atendê-las;
- Burocratização da regulamentação sanitária;	- Informar os agricultores sobre o passo a passo para obter a liberação sanitária dos produtos de origem vegetal e animal por meio da distribuição de cartilhas;
- Inexistência de uma legislação sanitária que atenda às especificidades da AF;	- Criar uma legislação estadual específica para as agroindústrias familiares em especial as artesanais, atendendo as especificidades da agricultura familiar sem perder a qualidade e a segurança do alimento;
- Dificuldade de acesso a políticas de crédito;	- Informar os agricultores da possibilidade de acesso ao PRONAF agroindústria;
- Inexistência do Sistema de Inspeção Municipal (SIM);	- Promover a sensibilização dos gestores municipais para a implantação do SIM;

- Falta de estrutura física para a industrialização do alimento.	- Orientar os agricultores quanto à possibilidade de adaptar uma estrutura física já existente para o processamento do alimento.

Fonte: BARBOSA, 2012.

Perante as demandas do CAAF em fevereiro de 2012, a AGRODEFESA emitiu a Instrução Normativa 03/2012, com o objetivo de atender às especificidades da agricultura familiar. A instrução autoriza o registro do estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte da agricultura familiar e determina os passos a serem adotados para a requisição da autorização de funcionamento.

Os caminhos serem seguidos para a regulamentação sanitária dos produtos da agricultura familiar é árduo e longo, e envolve não apenas os órgãos de inspeção sanitária, mas todo o sistema de produção no tripé assistência técnica, extensão rural e acesso a crédito.

Ações do CAAF para minimizar o custo de Logística dos produtos da AF

Para atender à demanda da alimentação escolar em Goiânia, é necessária a inserção de agricultores do interior do estado que estão organizados em cooperativas. Muitas das organizações do interior estão aptas a atender à demanda de Goiânia, no entanto esbarram no alto custo da logística para transportar seus produtos. Uma alternativa encontrada pela rede para minimizar este problema foi convidar a CEASA a se integrar à rede.

Com a integração da CEASA na rede, a mesma foi indagada a respeito da possibilidade de disponibilizar um espaço físico para funcionar como um centro de distribuição e depósito dos produtos da agricultura familiar, para a distribuição em Goiânia e na região metropolitana. A CEASA disponibilizou, em um dia da semana, um espaço para o escoamento dos produtos oriundos do interior do estado.

Segundo o DALE, a disponibilização deste espaço pode beneficiar a aquisição de hortifrútis da agricultura familiar, visto que o departamento não possui espaço físico adequado para o armazenamento deste tipo de produto e é inviável para as cooperativas entregá-los nas unidades escolares. Havendo um ponto para escoar a produção, o DALE passará a adquirir hortifrútis das cooperativas.

A aquisição de hortifrútis pelo DALE inclui agricultores que não possuem meios para industrializar a sua produção para ofertar ao mercado da alimentação escolar.

Estimula-se, assim, o aumento desta produção, o que reflete na diversidade e na qualidade da alimentação do agricultor e de sua família.

Diante das ações acima descritas é possível identificar que a atuação da rede não está totalmente voltada à segurança alimentar e nutricional e à inclusão social dos beneficiários, embora, este seja o objetivo do Comitê. Os atores acreditam que, solucionados os problemas referentes à demanda e à oferta, o processo de inclusão social acontecerá por consequência.

A rede atua no âmbito estadual, no entanto, os encontros dos atores são realizados em Goiânia. Consequentemente, a gestão escolar do município tem certo privilégio no que se refere à atuação dos atores. Isso faz com que os assuntos abordados ganhem um olhar diferenciado para o município. Cabe ressaltar que as ações visam facilitar a aplicabilidade da lei em todo o estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura da Rede possui um alto nível de efetividade social, proporcionada pelo envolvimento do capital social das organizações que a constituem, pela democracia na escolha das atividades a serem desenvolvidas e pela busca de atores próximos aos problemas para solucioná-los.

A efetividade social ocorre devido à forte relação de parceria, à articulação e à energia dos atores que se organizam e lutam por um ideal comum, que é a promoção da agricultura familiar por meio do acesso ao mercado da alimentação escolar.

É possível afirmar que as ações da Rede proporcionam a inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar. No entanto, é preciso propor caminhos para que as ações sejam desenvolvidas com o foco principal na inserção social dos agricultores com a promoção da segurança alimentar e nutricional, respeitando-se os hábitos e a cultura de cada localidade.

Este trabalho não tem a pretensão de propor instrumentos a serem seguidos pelo CAAF, mas que possam ser utilizados para a eficiência de suas ações. O intuito é despertar o olhar dos atores para o desenvolvimento de ações em prol dos agricultores excluídos do processo econômico e social do estado, de modo que eles sejam inseridos em um mercado

seguro e tenham acesso aos seus direitos básicos de saúde, alimentação, educação, bem-estar econômico e social, dentre outros.

Nesta perspectiva, são sugeridas aqui algumas ações:

- Maior participação social das organizações que representam a agricultura familiar;
- Participação ativa dos Conselhos de Segurança Alimentar, como CONSEA e CONESAN;
- Estabelecimento de parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Desenvolvimento de ações com as cooperativas já consolidadas, que atendem à demanda do PNAE, para tratar de assuntos referentes à inclusão socioeconômica e à garantia da segurança alimentar e nutricional dos agricultores e;
- Utilizar o espaço do CAAF para criar uma Rede de segurança alimentar e nutricional na qual seriam tratados assuntos referentes à produção e consumo dos alimentos em todos os seus eixos, abordando PNSAN para promover a segurança alimentar e nutricional no estado.

O presente trabalho oferece subsídios ao Comitê de Apoio à Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no estado de Goiás para o desenvolvimento de ações que não visem somente à oferta e à demanda de produtos para alimentação escolar, mas que tenham como foco a inclusão socioeconômica dos agricultores. Desse modo, poderão contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar no estado de Goiás por meio do acesso ao mercado da alimentação escolar.

5. REFERÊNCIAS

AGENCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA. Instrução Normativa nº 3. 2012. Goiânia, GO. 13 de fevereiro de 2012.

BARBOSA, Natália Ferreira. REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei no 10.880, de 09 de junho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 17 de junho de 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Goiânia). Departamento de Alimentação e Educação (DALE). Relatório de Gestão 2010/2011. Goiânia, 2012.

EM GUARDA CONTRA O LATIFÚNDIO: TENENTISMO E REFORMA AGRÁRIA (1930-1935)

Guilherme Pigozzi Bravo¹, FFC-UNESP-Marília
guipbravo@yahoo.com.br
GT 3: “Questão Agrária”

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as propostas de reforma agrária formuladas pelo movimento tenentista, no período de 1930 a 1935. Para tanto, é mister verificar a sua gênese e evolução política, na década de 1920, e, em que momento, a questão fundiária passou a ter relevância para os tenentes, em sua trajetória político-ideológica. Nossa hipótese é que, para uma fração destes jovens militares, o despertar para a necessidade de transformação do panorama agrário deu-se a partir da marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa. Entretanto, esta parcela do movimento tenentista mostrou-se dividida, no decorrer dos anos, quanto às propostas acerca da questão fundiária. Enquanto um dos segmentos, o mais conservador, apresentava um programa de modernização do panorama agrícola brasileiro, no qual o Estado aparece como o responsável pela implantação de núcleos coloniais e, também, pela distribuição de lotes de terra, o outro, objeto principal de nossa análise, ao adotar um comportamento político à esquerda, e conduta mais radical, entendia ser a reforma agrária o caminho ideal para o combate às oligarquias rurais e ao imperialismo. Assim, formaram-se duas correntes, no interior do movimento tenentista, que apresentaram programas distintos em relação à transformação da configuração agrícola brasileira.

Palavras-Chave: Tenentismo, Reforma Agrária, Oligarquia Rural

ABSTRACT

This essay aims to examine the proposals of the agrarian reform made by Tenentismo's movement in the period 1930 to 1935. To do so, we must check its genesis and evolution of politics in the 1920s, and in that time, the landowners began to have relevance to the lieutenants in his career political-ideological. Our hypothesis is that for a fraction of these young soldiers, the awakening to the need for transformation of the agrarian landscape took place from the march of the Prestes- Miguel Costa's Column. However, this portion of the lieutenants' movement proved to be divided over the years, about the proposals on the land issue. As one of the segments, the most conservative, presented a program of modernization of the Brazilian agricultural landscape, in which the state appears to be responsible for implementation of colonial settlements, and also by the distribution of plots of land, the other main subject of our analysis, by adopting a political behavior on the left, and conduct more radical agrarian reform perceived to be the ideal way to combat the rural

¹ Graduado em História pela FCL-UNESP de Assis, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela FFC-UNESP de Marília-SP.

oligarchy and imperialism. Thus two currents formed inside the Tenentismo's movement, which showed distinct programs regarding the processing of agricultural Brazilian configuration.

Keywords: Tenentismo, Agrarian Reform, Rural Oligarchy

INTRODUÇÃO

Desde a proclamação da República, os militares conquistaram uma posição de relevo no cenário político. Tal papel de destaque assenta-se nas características das Forças Armadas como uma instituição identificada com os interesses nacionais e que possui o recurso às armas como forma de intervenção. Assim, nas décadas de 20 e 30 os tenentes foram fiéis à tradição intervencionista-salvacionista do exército, com seus ideais regeneradores de moralização da política e igualdade social. De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p.114),

[...] Particularmente o exército brasileiro, entre as organizações militares, evoluiu e se constituiu como organização, quer dizer, com normas, hierarquias, padrões de carreira, canais de comunicação etc., independentemente da hegemonia política e ideológica da burguesia. (...) Aberto a diversas formulações ideológicas e influências profissionais – o positivismo, a geopolítica, o nacionalismo, as missões alemã e francesa –, o exército brasileiro necessitou acomodar concepções divergentes quanto à natureza da boa sociedade a ser criada e quanto ao modo de criá-la. Por isso foi levado a desempenhar historicamente o papel de definidor dos limites constitucionais do sistema político brasileiro, [...]

Para que se possa compreender o movimento tenentista, deve-se, antes, entender o comportamento político do Exército, desde o final do século XIX. Por exemplo, foram os militares que lideraram o movimento que pôs fim ao regime imperial e instaurou a República. Até 1930, foram várias as oportunidades em que o Exército atuou ativamente no cenário político nacional, tendo, por vezes, alguns de seus oficiais ocupando a chefia do Executivo. Diante desse quadro, construiu-se entre os militares a consciência de serem eles os principais defensores do regime republicano e artífices de uma identidade nacional.

Entretanto, mesmo após a proclamação da República, a estrutura política e econômica brasileira continuou ancorada em uma economia baseada na grande propriedade, na monocultura e na produção de café em larga escala para atender o mercado

internacional. O Brasil mantinha-se como um país essencialmente agrário, e os grandes proprietários submetiam, conforme seus interesses, a vida política nacional.

De acordo com Anita Prestes (1997, p. 56), o desenvolvimento e a preponderância do sistema capitalista, a partir da segunda metade do século XIX, em uma economia que ainda continuava dependente e agrária não só preservou, embora de maneira subordinada, as relações não-capitalistas² que até há pouco tempo eram dominantes como, também, criou “novas formas de relações não-capitalistas”. Assim, manteve-se inalterada no país a estrutura fundiária, baseada na concentração da propriedade privada da terra. O regime capitalista espalhava-se no Brasil sem destruir o principal sustentáculo do poder político, econômico e social dos grandes proprietários: o latifúndio³.

A estrutura urbana- industrial desenvolveu-se no sentido de melhor atender os interesses de uma economia agrário-exportadora. Grandes somas, provenientes da lavoura cafeeira, foram empregadas em diversos setores como, por exemplo, os de transporte, bancário, comercial e industrial. A classe que detinha o monopólio da produção industrial, por sua vez, era originária da oligarquia agrária e, por isso, mantinha-se sob os interesses das camadas latifundiárias⁴:

A burguesia cafeeira surgira dos antigos senhores de escravos, que se iam transformando em capitalistas, muitos dos quais investiam em diversos ramos industriais, sendo que as ferrovias e algumas outras empresas de serviços públicos desempenhariam um papel chave no processo de diversificação da economia cafeeira (PRESTES, 1997, p.58).

O processo de desenvolvimento urbano e industrial acarretou não só o surgimento do proletariado como, também, das camadas médias que compunham a população das cidades. Dada a sua complexidade e diversidade, estes setores médios abarcavam

[...] desde funcionários em empresas públicas e privadas no comércio, indústria, bancos e transportes – os quais não podem ser considerados trabalhadores

² Pode-se citar, como exemplo de relações não-capitalistas, o Foro, o Arrendamento e os parceiros.

³ A Lei de Terras de 1850 aboliu a prática da doação e transformou a terra em mercadoria. Com a lei, impôs-se um grande obstáculo ao acesso à terra a todos aqueles que não dispunham de capitais suficientes para comprá-la, ou seja, ex-escravos, imigrantes, trabalhadores rurais. Além de contribuir para o recrudescimento da concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, favoreceu o aumento da oferta de mão-de-obra nas lavouras de café.

⁴ De acordo com Boris Fausto (1997, p. 46), “não obstante a existência de atritos, há entretanto uma complementaridade básica, [...], entre os setores agrários e industriais, sob a hegemonia da burguesia do café. Isto decorre da própria formação da fração industrial, que nasce com o avanço dos negócios cafeeiros e deles depende para sua própria sobrevivência, [...]”.

produtivos, por não criarem mais-valia -, até os intelectuais, os militares e religiosos, os funcionários do Estado etc. Pelas condições de vida muito próximas dos elementos citados, poderiam ser incluídos nesse conjunto heterogêneo os setores artesanais e da pequena burguesia urbana⁵, que, no período em questão, eram numericamente expressivos (PRESTES, 1997, p. 59).

A maioria da população brasileira estava localizada na área rural, submetida econômica, social e politicamente aos chefes locais, os “coronéis”⁶, cujo poder político mostrava-se forte graças à manutenção, durante o período republicano, da estrutura econômica, herdada do período colonial, baseada na concentração da propriedade rural. Sem qualquer tipo de instrução, dependentes do trabalho e dos “favores” oferecidos pelos grandes proprietários, essa população atuava de maneira tutelada no cenário político, de forma a fornecer uma quantidade de votos suficiente para a manutenção do situacionismo político.

As camadas médias também se mostravam incapazes de atuar no cenário político nacional de maneira organizada e autônoma, dada a sua dependência ideológica junto às classes dominantes. Suas manifestações de contestação ao regime oligárquico permaneciam restritas a uma reação contra o aumento do custo de vida, decorrente das contingências políticas e econômicas. Neste sentido, o temor em relação à queda do padrão socioeconômico, à proletarianização, refletia o comportamento conservador dos setores médios.

A economia agroexportadora brasileira mostrava-se totalmente dependente das oscilações na demanda do mercado internacional. Tal situação “obrigou” o Estado, em várias ocasiões, a “socorrer” os grandes produtores, mediante empréstimos no estrangeiro, concessão de créditos agrícolas e políticas cambiais. Dada a dependência da economia brasileira em relação ao café, seu principal produto, as políticas cambiais sempre tiveram,

⁵ A relação entre pequena burguesia e classe média aparece de maneira distinta em diversos autores. Décio Saes (2004, p. 449), ao contrário de Anita Prestes, não inclui a pequena burguesia entre os setores médios da sociedade. De acordo com o autor, “(...) diferentes posições no processo social da produção (...)” impediriam uma identificação ideológica entre estes dois segmentos sociais. Já Paulo Sérgio Pinheiro (1997, p. 11), associa a pequena burguesia com os setores médios “antigos”, identificados com a produção e o comércio de pequeno porte. A identificação entre pequena burguesia e classe média está presente, também, nas análises de Nelson Werneck Sodré.

⁶ A origem do termo “coronel” liga-se ao surgimento da Guarda Nacional, em 1831. Em cada município, o comando de um destacamento daquela era confiado ao chefe político local que, na maioria das vezes, era representado pelos grandes latifundiários e comerciantes. Mesmo com a extinção da Guarda Nacional, em 1918, o termo continuou a ser empregado para designar as potestades políticas, econômicas e sociais de uma determinada localidade. De acordo com Vitor Nunes Leal (1975, p. 23), o “coronel” pode ser visto como uma instituição que engloba, em uma só pessoa, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em âmbito local. A ausência e o descaso, muitas vezes intencionais, do Poder Público, constitui uma das principais causas para tal situação.

por objetivo, a defesa e a valorização da rubiácea no mercado externo. Entretanto, se tais medidas beneficiavam as oligarquias cafeeiras que exerciam a hegemonia política, prejudicavam, por outro lado, as camadas médias e o proletariado urbano. A insatisfação desses setores sociais, diante da situação política e econômica, encontrou ressonância entre os jovens militares do Exército, oriundos, em sua maioria, da pequena burguesia.

A classe agro-exportadora dominante exercia sua hegemonia na sociedade brasileira e não deixava qualquer espaço de participação política para outras classes. Entretanto, as disputas políticas envolvendo diversos setores oligárquicos, nos anos 1920, possibilitaram a ascensão e a atuação política de outros segmentos sociais no cenário político nacional. O Brasil atravessava um período de crise, não só no setor econômico, mas, também, no social, no político e no cultural⁷.

Contudo, a cisão no interior dos segmentos oligárquicos dominantes restringia-se a uma disputa pelo monopólio do poder político. Tais segmentos compartilhavam os mesmos interesses econômicos, políticos e sociais. O movimento operário, por sua vez, nos anos 1920, embora tenha conquistado um importante espaço de atuação e representação no cenário político-econômico, por meio de movimentos grevistas, sindicatos, organizações operárias e da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, ainda carecia de sólida organização e de consciência política capaz de orientar e sustentar um projeto autônomo. Além da repressão policial, a debilidade estrutural e teórica dos movimentos anarquista e comunista dificultava qualquer tentativa de ascensão do proletariado, enquanto ator político e social capaz de ameaçar a hegemonia das oligarquias estaduais. A burguesia industrial, em razão de seus laços com as camadas agrárias, não possuía autonomia suficiente para construir um projeto político próprio⁸.

⁷ O Modernismo configurou-se em um movimento de contestação em relação aos modelos estéticos, artísticos e culturais cultivados e valorizados pelas camadas sociais dominantes.

⁸ Segundo Boris Fausto (1997, p.46), “[...] a burguesia industrial não tem razões nem condições para propor um projeto de estruturação do país, diverso do existente. Nos limites de seus interesses particulares, os industriais das áreas dominantes constituem, na década de vinte, um setor a um tempo significativo e subordinado”. Isto explica o comportamento das mais importantes organizações da indústria paulista que, na disputa eleitoral para a Presidência, em 1930, apoiaram o candidato governista Júlio Prestes. Contudo, ressalta-se o fato de que o projeto político da Aliança Liberal não contemplava, senão de maneira tímida, um programa industrializante. Assim, “a Revolução de 1930, [...], não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política, [...]” (FAUSTO, 1997, p. 50)

1.1 – GÊNESE E EVOLUÇÃO DO TENENTISMO NOS ANOS 20.

Os tenentes, embora provenientes, em sua grande maioria, da pequena burguesia, possuíam certas características que lhes possibilitavam assumir o papel de ator político e social capaz de confrontar o domínio oligárquico. A sua posição, enquanto membros das Forças Armadas, permitia-lhes organização em âmbito nacional e o recurso às armas. Além disso, a educação militar deu-lhes a consciência do papel do Exército na construção de uma consciência nacional e na promoção da modernização política, econômica e social do país. Nesta direção, o movimento tenentista será analisado a partir de suas origens, em suas várias nuances sociais, ideológicas, econômicas, culturais e políticas e, também, pela sua posição enquanto militares, ou seja, membros do aparato estatal. Portanto, abrigam-se aí as duas concepções analítica-metodológicas quanto à atuação e comportamento do Exército, ou seja, a instrumental e a institucional⁹.

Assim, os tenentes, enquanto membros das Forças Armadas, assumiram o papel de porta-vozes da pequena-burguesia. Nesta, “(...) os militares apresentavam-se como os elementos mais ativos e interessados em mudanças políticas” (SODRÉ, 1985, p.21), pois não só constituíam um grupo nacional organizado como, também, possuíam o recurso às armas como forma de transformação social. Segundo José Nilo Tavares (1985, p. 62),

Os levantes militares que sacodem o Brasil, desde os eventos do Forte de Copacabana, em 1922, até a insurreição integralista, em 1938, e de que são responsáveis diretos os tenentes, se podem ser explicados, em parte, pelas suas características militares – como ‘coisas de quartéis’ – sintetizam e expressam, no entanto, as contradições existentes em toda a sociedade. Partilhando do controle de um dos instrumentos fundamentais do poder, isto é, da força de coerção e da violência, relativamente organizados e possuidores de uma cultura dos problemas nacionais acima da média da população em geral, os tenentes, pressionados aparentemente por motivos profissionais, com os suboficiais e os soldados, aparecem como espécie de ‘mediadores inconscientes’ das demandas sociais e políticas dos cidadãos.

⁹ De acordo com Antônio Carlos Peixoto (1982, p.29-30), a concepção instrumental concebe as ações militares a partir de motivações externas à corporação, ou seja, é na sociedade civil que residem as razões impulsionadoras das intervenções das Forças Armadas. Por outro lado, a concepção institucional-organizacional explica o comportamento dos militares enquanto pertencentes a uma organização cujos valores institucionais norteiam as ações destes. Assim, “o aparelho militar” é visto como um sistema monolítico, autônomo em relação à sociedade civil e que obedece a um comando hierárquico. Neste sentido, concordamos com o referido autor quando este ressalta o fato de que “a análise do processo político brasileiro comporta elementos vinculados às duas concepções” (Ibidem, p.30). Em nosso entender, o tenentismo, como um movimento político e social, não permaneceu reduzido à componente militar. Assim, valorizaremos, neste trabalho, a concepção instrumental.

Assim, a eclosão dos levantes tenentistas de 1922, cujo epílogo foi a “aventura” dos Dezoito do Forte de Copacabana, 1924 e a marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa foram motivadas, principalmente, por um descontentamento em relação à realidade política, econômica e social brasileira¹⁰. Embora, no período entre 1922 e o exílio da Coluna Prestes, os tenentes lutassem por reformas de cunho liberal-democrata, já apareciam, em sua plataforma de ação, tendências centralizadoras¹¹.

A consciência desses tenentes acerca do atraso político e econômico do país amadureceu durante os anos de marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa. Ao conhecer o interior do Brasil, esses militares encontraram populações vivendo na mais absoluta miséria, submetidas ao poder econômico e político dos chefes municipais, os “coronéis”. Os tenentes surpreenderam-se ao encontrar um “Brasil” que ainda não conheciam, distante daquele urbano e desenvolvido no qual viviam. Os militares da Coluna sensibilizaram-se com a situação precária na qual vivia a maioria da população do campo. Tal fato fica claro com a atitude dos líderes do movimento em destruir documentos de cobrança de impostos nos cartórios, ferramentas utilizadas para torturas e castigos, além de libertar presos que não tinham qualquer acusação formulada. Nesse sentido, a trajetória tenentista pelo interior do país, em nossa hipótese, pode ter sido decisiva para uma mudança na consciência desses jovens militares, pois puderam perceber a ineficiência do programa liberal baseado no lema “Representação e Justiça”, que, até então, defendiam. O contato com a população

¹⁰ De acordo com Marly Vianna (2003, p. 71), embora mostrasse uma atitude favorável, O PCB não participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. A admiração pelos tenentes, por parte de alguns membros do partido, levou Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB, a procurar Luiz Carlos Prestes, em 1927, com o intuito de lhe propor uma aliança com os comunistas, para a organização de uma terceira revolta. Entretanto, o “Cavaleiro da Esperança” recusou a proposta. Até 1929, os membros do PCB procuraram aproximar-se do líder tenentista. Naquele mesmo ano, Leôncio Basbaum encontrou-se com a liderança tenentista, com o objetivo de, por parte do partido, entregar um convite a Prestes, para este candidatar-se à Presidência da República, pelo PCB. Porém, mais uma vez, o encontro não resultou em qualquer acordo. Os tenentes mostravam-se reticentes em relação aos comunistas. Por outro lado, as teses aprovadas no terceiro pleno do Comitê Central do PCB, em outubro de 1929, modificaram radicalmente as relações dos comunistas em relação aos tenentes. Seguindo orientações da Internacional Comunista acerca da pequena burguesia, considerada volúvel e pouco confiável, o partido deixou de enxergá-la como um fator revolucionário. Assim, os comunistas, a partir da fase conhecida como “obreirista”, repudiavam qualquer aliança com o movimento tenentista.

¹¹ “Com as marcas específicas que advêm da situação dos “tenentes” como militares, a imprecisa ideologia tenentista, sob a aparência dos louvores ao voto secreto, incorpora, na realidade, fragmentos da crítica antiliberal que se vai constituindo após as decepções dos primeiros anos da República, ganhando forças na década de vinte. Assemelha-se às correntes revisoras da Constituição, que têm em Alberto Torres e Oliveira Vianna dois de seus principais representantes, [...]” (FAUSTO, 1997, p. 67-68).

rural, portanto, teria sido fundamental, ponto central de nosso estudo, para o despertar de uma parcela¹² do movimento tenentista quanto à necessidade de uma reforma agrária.

A partir de então, na concepção desta fração do movimento tenentista, o atraso político, econômico e social do Brasil assentar-se-ia no predomínio de um sistema político-econômico baseado no latifúndio, na monocultura e alinhado aos interesses das nações imperialistas.

1.2 – O ANTILATIFUNDIARISMO FARDADO NOS ANOS 30

Passados os acontecimentos revolucionários de 1930, e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, pode-se compreender a razão pela qual os grupos que apoiaram a Aliança Liberal começaram a divergir em relação aos rumos políticos que deveriam ser tomados pelo Governo.

Os tenentes propunham um Estado centralizado, com capacidade de intervenção nos setores político, econômico e social. Além disso, eram partidários de uma despolitização da administração pública, que deveria ser conduzida por meio de conselhos técnicos, com função consultiva. Por outro lado, as oligarquias estaduais defendiam uma organização política baseada no federalismo, na limitação do Poder Executivo, e na preservação da autonomia política e econômica dos Estados. Assim, os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas foram marcados pelas disputas entre os grupos oligárquicos e os militares “revolucionários”. Entretanto, nenhum destes setores apresentava um projeto político concreto, amadurecido e, também, capacidade para converter-se em força hegemônica no quadro político nacional¹³.

¹² É importante ressaltar que este segmento do tenentismo não era coeso, havendo, assim, profundas divergências no tocante às propostas acerca da questão fundiária. Para Luiz Carlos Prestes e outras figuras do tenentismo que aderiram ao comunismo, por exemplo, a reforma agrária seria implementada mediante um programa radical contra o latifúndio e o imperialismo, baseado em uma proposta revolucionária com a participação das massas camponesas e do proletariado urbano. A outra parte daquele segmento, embora sensibilizada quanto à necessidade de transformação do panorama agrário brasileiro, compreendia a reforma agrária no interior de um projeto de modernização da estrutura agrária brasileira, viabilizado por um poder centralizado. Neste projeto, o Estado seria o órgão responsável pela distribuição dos lotes de terra como, também, pela promoção do uso social de terras devolutas ou ocupadas ilegalmente, por meio de núcleos coloniais. Assim, formaram-se duas correntes, no interior do movimento tenentista, que apresentaram programas distintos em relação à transformação da configuração agrícola brasileira. Ambos os programas serão analisados em nosso estudo, embora nosso objetivo principal concentre-se na análise das propostas formuladas pelos tenentes que adotaram um comportamento político à esquerda após a Coluna.

¹³ Torna-se interessante ressaltar que “vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo,

Já no seu primeiro ano de governo, Vargas iniciou as profundas transformações pelas quais passou o país, em relação à Primeira República. Setores das velhas oligarquias cafeeiras de Minas gerais e São Paulo, que até então dominavam a máquina política do país, subordinam-se a um novo modelo de Estado, cujas características principais são a centralização e o intervencionismo no plano político, econômico e social¹⁴.

Sob esta atmosfera política favorável, o tenentismo buscou uma melhor organização, por meio da criação do *Clube 03 de Outubro*¹⁵ e das *Legiões Revolucionárias*¹⁶. Por iniciativa do Clube, formulou-se, no mês de fevereiro de 1932, um projeto para o desenvolvimento político, social, cultural e econômico do país, nomeado *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*. Dentre as propostas presentes no *Esboço*, caberia, a um Estado forte, a função de organizar a produção e o consumo, as relações de trabalho, mediante a criação de leis trabalhistas, e a transformação do panorama socioeconômico do meio rural por meio de um programa de modernização agrícola de cunho conservador.

Os tenentes que adotaram um comportamento político-social à esquerda, apresentaram uma conduta mais radical no tocante às propostas acerca da reforma agrária. De acordo com Marly Vianna (1992, p.122):

Para os ‘tenentes de esquerda’, o imperialismo era o responsável pelo ‘latifúndio feudal’, que mantinha o país essencialmente agrícola, impedindo o florescimento da democracia burguesa; através de seu domínio, explorava-se o regionalismo malsão, não deixando que se formassem partidos políticos nacionais; o imperialismo era culpado também pela fraqueza das Forças Armadas, era o

em caráter exclusivo, [...]” (FAUSTO, 1997, p.113). Segundo o referido autor, diante desta situação de vácuo político, “o Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, [...], a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centralização, [...]” (Ibidem, p. 109).

¹⁴ “Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transição no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo” (FAUSTO, 1997, p. 113)

¹⁵ De acordo com Michael Coniff (1979, p. 135), O Clube 03 de Outubro, criado em fevereiro de 1931, tinha como finalidade fortalecer politicamente o movimento tenentista junto ao Governo Federal. O Clube deveria garantir, também, a “blindagem” do Poder Executivo diante do recrudescimento da oposição oligárquica funcionando como um ponto de apoio para Getúlio Vargas. A agremiação foi responsável pela elaboração do *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*.

¹⁶ Segundo Peter Flynn (1979, p.91), a criação das Legiões atendia ao objetivo de proporcionar ao movimento revolucionário organização e programa concretos. O manifesto apresentado pela Legião de São Paulo, em 1931, propunha, entre outras questões, a centralização do Estado, o combate à concentração fundiária (latifúndio) e ao imperialismo. Contudo, as legiões envolveram-se em conflitos interoligárquicos o que acarretou um distanciamento em relação aos seus objetivos iniciais. Além disso, as cisões no seio do movimento tenentista contribuíram, também, para o insucesso político daquelas.

grande inimigo do país e o governo de Getúlio Vargas estava a seu serviço. Sisson definia a democracia como direito do povo de reivindicar e ser atendido em suas necessidades pelo governo, [...]

O programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada oficialmente em março de 1935 por iniciativa de uma fração dos tenentes que se mostrava descontente com o governo de Getúlio Vargas¹⁷, defendia, entre outros pontos,

[...] a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária, [...].(Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora, apud VIANNA, 1995, p. 284)

Assim, pode-se claramente perceber que a luta contra o imperialismo era também uma luta contra o latifúndio, pois a manutenção deste interessava aos interesses do capital estrangeiro, já que os empréstimos que o governo brasileiro efetuava no exterior serviam aos interesses do café, principal produto da economia do país¹⁸. O ônus destes empréstimos recaía sobre as massas populares. Além do mais, o latifúndio era a expressão do poderio e domínio das oligarquias regionais, principalmente dos Estados do Sul. Neste sentido, combater o latifúndio significava, também, combater as bases do poder oligarca. Além do mais, a manutenção do latifúndio era um entrave à industrialização e ao fortalecimento das Forças Armadas.

Porém, as propostas de transformação da estrutura fundiária sofreram forte resistência por parte dos setores políticos-latifundiários. Além de representar riscos aos interesses comerciais, a reforma agrária ameaçaria o domínio social e político exercido por aqueles setores por meio do “voto de cabresto”, expressão da condição de vida miserável na qual viviam os trabalhadores rurais.

¹⁷ O PCB não participou ativamente na organização da ANL. Assim, embora vários grupos participassem da organização da Aliança, o papel de destaque coube aos tenentes, que se mostraram descontentes em relação a Getúlio Vargas. Contudo, a liderança do partido decidiu apoiá-la, pois a ANL defendia a luta contra o latifúndio e o imperialismo.

¹⁸ Embora o fio condutor deste trabalho atenda-se, principalmente, nas propostas tenentistas referentes à reforma agrária, voltaremos nossa atenção ao nacionalismo presente no ideário dos tenentes, pois, em nosso entendimento, o setor agrário brasileiro esteve, ao longo do tempo, permeado pela presença maciça dos interesses das nações imperialistas.

As transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela Revolução de 1930, muito embora tenham provocado significativas transformações no “sistema coronelista”, não alteraram o principal pilar sobre o qual se assentava o poder político dos coronéis: a concentração da propriedade fundiária. A própria legislação trabalhista, implantada por Getúlio Vargas nos primeiros anos de seu governo, permaneceu restrita aos trabalhadores urbanos¹⁹. A centralização do poder também não impediu a manutenção da força política dos chefes locais²⁰. Além disso, a situação de atraso socioeconômico na qual se encontrava grande parte do país, principalmente o interior, constituía o reflexo da permanência de instituições e práticas políticas, econômicas, sociais e culturais herdadas do período colonial. A cultura política nacional conservava-se, na década de 30, essencialmente regionalista. As máquinas políticas estaduais ainda constituíam a fonte de onde emanava o poder político. Diante desse quadro, o tenentismo, ou, melhor dizendo, uma parcela deste movimento pode ser considerado como um segmento político e social que buscou romper com a dominação dos “barões do café” ao propor, dentre outros pontos, uma profunda mudança na estrutura fundiária brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração da propriedade rural constituiu, ao longo do tempo, a base da economia agrária no Brasil. O monopólio da propriedade agrícola influenciou, de maneira determinante, não só na organização sócio-política do meio rural como, também, nas relações entre o meio urbano e o campo e no domínio político, econômico e social das elites agrárias.

A questão agrária representou um importante fator explicativo, no que se refere às diversas configurações que o Estado brasileiro assumiu ao longo da sua História. Além

¹⁹ É importante ressaltar que, segundo Boris Fausto (1997, p. 116), “ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade”.

²⁰ De acordo com Vitor Nunes Leal (1975, p.240), as fraudes eleitorais constituem fenômeno recorrente no sistema representativo brasileiro. Mesmo após 1930, diante de mudanças significativas na organização dos pleitos como, por exemplo, as promovidas pelo Código Eleitoral de 1932, ainda houve casos em que a corrupção política fez-se presente.

disso, importantes acontecimentos políticos, econômicos e sociais foram determinados, entre outros fatores, pelas características que o universo agrícola do Brasil assumiu, nas diferentes fases da história nacional²¹.

O sistema latifundiário não permaneceu com as mesmas características no decorrer dos anos. Contudo, as transformações pelas quais passou a estrutura agroexportadora não representaram qualquer modificação no monopólio da propriedade fundiária, pois estas se concentraram somente na introdução de técnicas modernas de plantio, de colheita e de armazenamento. Tais mudanças não alteraram o panorama das relações sociais no meio rural. As péssimas condições de vida e trabalho, a dependência econômica e política e a impossibilidade do livre acesso à terra continuaram a subjugar a maioria da população rural. A exploração da terra se fez em benefício de uma minoria política e economicamente dominante.

Neste sentido, o verdadeiro sentido da reforma agrária, ou seja, promover o melhoramento das condições de vida e trabalho do trabalhador rural, por meio da concessão de terras, tem sido escamoteado até mesmo por setores governistas que carregam, em sua plataforma de governo, tal bandeira.

Assim sendo, torna-se relevante revisitar as propostas do movimento tenentista, particularmente de segmentos que adotaram um comportamento político à esquerda, acerca da reforma agrária, pois tais propostas buscaram destruir os pilares que sustentavam o poder econômico, social, cultural e político das oligarquias latifundiárias; uma das formas de fazê-lo seria por meio de uma ampla e profunda modificação nas relações socioeconômicas predominantes no âmbito rural. Além disso, voltar a tais propostas é reacender um debate tão necessário e, ainda, tão atual, em um país que, por razões políticas e econômicas ainda não resolveu a sua grave situação fundiária, responsável pelo atraso no que tange a um real desenvolvimento democrático, em uma nação de tão grande extensão territorial.

²¹ De acordo com Octavio Ianni (1984, p.241), “O poder moderador, a política dos governadores, o Estado Novo, o populismo e o militarismo têm muito a ver com as forças sociais do campo, (...). Da mesma maneira, a abolição da escravatura, a proclamação da República, a Revolução de 1930, o golpe de Estado de 1945 e o golpe de Estado de 1964 revelam a presença e a influência das controvérsias e interesses que se desenvolvem no campo”. Assim, “(...) é inegável a importância da questão agrária na conformação da fisionomia do Estado brasileiro; e nas rupturas que marcam momentos notáveis da sua história” (Ibidem, p. 242). Segundo Caio Prado Júnior (1979, p. 07), uma das motivações principais para a deflagração do Golpe civil-militar de 1964 foi o despertar de parcelas significativas da população brasileira para a questão da reforma agrária. À pressão popular para a efetivação de políticas que tinham por objetivo transformar a configuração de nossa estrutura fundiária seguiu-se a reação conservadora e autoritária de segmentos políticos e sociais interessados na manutenção da organização socioeconômica vigente no meio rural.

REFERÊNCIAS

- CANALE, Dario. VIANA, Francisco. TAVARES, José Nilo. *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CONIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: Historiografia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Record, 1980. p. 27-42.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- SAES, Décio. Classe Média e Política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: DELGADO, Lucília de Almeida, FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-105.
- _____. (org.). *Pão, Terra e Liberdade – Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Carlos: UFSCar, 1995.
- _____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DISTRITO 165-HUAMANTLA - TLAXCALA, MÉXICO E O TERRITÓRIO DA CIDADANIA PARANÁ CENTRO – PARANÁ, BRASIL¹

Jorge Luiz Favaro², Universidade Estadual do Centro Oeste
jorgelfavaro@uol.com.br

Jorge Montenegro Gómez³, Universidade Federal do Paraná
jorgemon@ufpr.br
GT3: “Questão Agrária”

Introdução

A partir da década de 1990, o desenvolvimento territorial rural se constitui na principal orientação das políticas de desenvolvimento rural, especialmente implementada na América Latina. Segundo Montenegro Gómez (2007), a ênfase nas questões territoriais na América latina é apoiada e incentivada com a conformação de uma forte estrutura institucional de suporte. De acordo com o autor, as principais instituições que dão sustentação ao processo de desenvolvimento territorial rural na América Latina, são: o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Além dessas instituições, destaca-se a presença de dois institutos de pesquisa e capacitação, que catalisam uma parte importante dos estudos, reuniões, cursos e oficinas envolvendo questões de desenvolvimento territorial rural: a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), com um perfil mais centrado na pesquisa, e o Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e

¹ Este estudo faz parte da proposta em “construção” da tese de doutorado: *A política de desenvolvimento territorial rural no Território Rural Paraná Centro: uma proposta de ordenamento do território e de organização dos atores sociais*. E também resultado do estágio de doutorado sanduíche, realizado no El Colégio de Tlaxcala- México, no período de setembro a dezembro de 2012, com apoio da CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Professor do Curso de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. Aluno do Programa de Pós-graduação – Doutorado em Geografia na Universidade Federal do Paraná. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. jorgelfavaro@uol.com.br

³ Doutor em Geografia. Professor orientador do Programa de Pós-graduação – Doutorado em Geografia na Universidade Federal do Paraná. jorgemon@ufpr.br

Políticas Agrárias e de Desenvolvimento Rural na América Latina (FODEPAL), com um perfil mais voltado para a formação. Completando o *staff* que sustenta o discurso e a prática do desenvolvimento territorial rural, na América Latina, encontra-se: a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Banco Mundial (BM), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Para Echeverri e Echeverri (2010) o avanço da proposta de desenvolvimento territorial rural com apoio dessas instituições pode verificar-se empiricamente em vários países na América Latina. Entre as experiências destaca-se a promulgação da Lei do Desenvolvimento Rural Sustentável no México, a Política de Territórios Rurais no Brasil, o Sistema de Planejamento Estratégico Territorial da Guatemala, a estratégia de *Clusters* produtivos na Argentina e os processos de descentralização de desenvolvimento rural na Colômbia. Essas políticas de desenvolvimento, de uma forma geral, têm como diretrizes algumas ações em comum, entre elas: o combate à pobreza; a inclusão produtiva dos pequenos produtores e a gestão social através de processos participativos.

A pergunta que se faz é: como essas políticas se materializam empiricamente nesses países, visto que os órgãos/entidades idealizadores e promotores são os mesmos? Quais diferenças e semelhanças ocorrem na aplicação dessa política nesses países?

Dentro desta perspectiva, o objetivo geral desse artigo é analisar de forma comparativa a materialização dessa política, tendo como base dois países: Brasil e México. Embora com realidades bastante diferentes é interessante essa comparação para verificar o caráter homogeneizante da política. O recorte escolhido para o estudo são duas unidades: no Brasil é o Território da Cidadania Paraná Centro e no México é o Distrito 165 de Huamantla, do Estado de Tlaxcala.

Esta investigação fundamenta-se nos princípios teóricos da metodologia de pesquisa qualitativa. Para conseguir o máximo possível de amplitude e profundidade, os dados foram coletados a partir da combinação das seguintes técnicas: entrevista oral semi-estruturada (entrevistas a atores e sujeitos das duas unidades) observação direta sistemática (participação em reuniões, oficinas, fóruns, etc.) e análise documental (leis, atas, projetos, etc.).

O artigo está dividido em 4 partes: na primeira apresentamos uma revisão teórica sobre o conceito de território e os eixos da proposta de desenvolvimento territorial; na

segunda fazemos uma apresentação dos pontos principais que norteiam a Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil e no México; na terceira é apresentado um breve panorama das duas unidades de estudo: o Território da Cidadania Paraná Centro e o Distrito 165- Huamantla. Na última parte realizamos a apresentação e análise dos resultados dos estudos de forma comparativa entre as duas unidades.

1. Desenvolvimento Territorial: eixos norteadores

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar entre um Território concebido como unidade de planejamento de uma política pública e o território real onde se implanta. Para efeito didático e de entendimento chamaremos Território com “T” (maiúsculo) o concebido como unidade de planejamento e o território com “t” (minúsculo) o território real.

Para Raffestin (1993; 1987), o território é um espaço modificado pelos atores e é objetivado por relações sociais, concreta e abstratamente, de poder e dominação, o que implica na cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isto assenta-se na construção de nós, malhas e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais que constituem o território. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o espaço. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Saquet (2010) aponta que Raffestin conceitua a territorialidade como um caráter relacional: produto de coletividade, na qual os indivíduos mantêm relações entre si.

Já no Território visto como unidade de planejamento de políticas públicas, os órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes territórios contidos no Território de um determinado projeto de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2008). Ao se ignorarem propositalmente os distintos territórios, perde-se a multidimensionalidade e a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional, e caracterizados por múltiplas dimensões cada um deles. O conceito de território passa a ser instrumentalizado, nesse viés das políticas públicas, para atender aos interesses de instituições e não expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder.

Outro dos eixos principais da política de desenvolvimento territorial adotado na América Latina, é a ênfase na participação dos atores territoriais no processo de

planejamento, implementação e gestão da proposta que contempla. De acordo com Frey (2004), uma linha adotada a partir dos anos 90 de “governança interativa”, que tem a “participação” como estratégia político-administrativa de “governar”. De acordo com este autor, a ampliação do debate da governança no âmbito das Ciências Política e Administrativa se deve certamente à retração do Estado promovida pelas políticas neoliberais das últimas duas décadas e à evidente incapacidade das instituições públicas enfraquecidas em lidar eficientemente com os crescentes problemas públicos. Para Frey (2004) podem-se distinguir concepções de governança que enfatizam, como objetivos principais, o aumento da eficiência e da efetividade, como no caso da *good governance* defendida pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (no qual a ênfase está na criação de condições de governabilidade e na garantia do funcionamento do livre jogo das forças de mercado); e concepções de caráter emancipatório, como a “governança participativa” ou “governança social negociada” que salientam a importância da governança “como uma fonte de novos experimentos na prática democrática” (FREY 2004).

O caráter limitado do Território, apenas uma figura de planejamento, e uma participação com sentidos diferenciados, portanto, se configuram em dois eixos importantes para entender a política de desenvolvimento territorial rural para além da sua proposta oficial.

2. A Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil e a Estratégia de Desenvolvimento Territorial no México

Após essa pequena situação acerca da construção da política de desenvolvimento territorial, de forma breve apresentaremos a seguir os pontos principais que norteiam as propostas de desenvolvimento territorial que estão sendo desenvolvidas no Brasil e no México.

No Brasil, a estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais vem sendo implementada pelo Governo Federal desde 2003, com a criação da SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A orientação estratégica do Governo Federal para esse período (2004-2007) direciona esforços para a redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição

das desigualdades sociais e regionais. Nesses marcos, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) incorporar e implementar novas estratégias e critérios para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, prioritariamente nos espaços rurais de maior demanda social.

A proposta de desenvolvimento territorial tem como missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA/SDT/, 2005, p. 2). Em complemento ao programa de Desenvolvimento Territorial Rural, o Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Esse teve como objetivo geral a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural (MDA, 2011).

No México, segundo Pérez Sánchez e Montenegro Gómez (2011), o processo inicia-se em dezembro de 2001 quando foi publicada a Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável (LDRS), que é a principal referência às ações legais que promovem o desenvolvimento rural no México. No artigo 4 da LDRS se estabelece uma prioridade para: promover atividades produtivas e desenvolvimento social a serem realizadas em várias regiões rurais; garantir uma utilização ótima, conservação e valorização dos recursos naturais, diversificando as atividades produtivas no campo, incluindo atividades não-agrícolas para melhorar a produtividade, rentabilidade, competitividade, renda e emprego da população rural).

A Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação – SAGARPA, é a instituição do Governo Federal responsável por executar a LDRS. Essa mesma lei formalizou uma estrutura regional administrativa de execução de todos os programas da SAGARPA, chamada de DDR - Distritos de Desenvolvimento Rural. As regiões em número de 192 foram determinadas pela SAGARPA para atender a população, que reúne um grupo de municípios, tendo como principal critério de aglomeração a proximidade geográfica e os canais de comunicação entre os municípios para facilitar o funcionamento dos programas da instituição.

A LDRS reconhece a criação de conselhos de Desenvolvidos Sustentáveis no âmbito nacional, estadual e municipal e uma escala intermediária entre os Estados e os Municípios que são os distritais (PÉREZ SÁNCHEZ e MONTENEGRO GÓMEZ, 2011). No Estado e em cada um dos 192 distritos o Conselho é presidido pelos representantes do

Governo do Estado. No município, a presidência é feita pelo prefeito. Para o caso do Estado de Tlaxcala, em cada município existe um “Escritório de Desenvolvimento Rural” muitas vezes chefiado pelo “Regidor Agropecuario”⁴ que tem função de coordenar o programa no município.

León Chavez (2011) explicita que na Estratégia de Desenvolvimento Rural no México, desde 2001 quando iniciou, até 2010 ocorreram várias modificações no nome, finalidades e objetivos. A partir de setembro de 2010 a proposta passou-se a chamar de “Estratégia de Desenvolvimento Territorial – EDT”. Esta tem como finalidade inserir os produtores de pequena escala econômica “com potencial” de geração de renda nas cadeias de abastecimento, para melhorar a sua qualidade de vida. O objetivo é intervir nas cadeias produtivas que representem a maior prioridade para o desenvolvimento local do território. Tem como objeto a inclusão produtiva de agricultores com baixa escala econômica. (LEÓN CHAVEZ, 2011). Para desenvolver o EDT nos anos de 2010/2011, em cada distrito foi criada uma equipe de assistência técnica composta de 5 técnicos (agrônomos e veterinários prioritariamente), selecionada por processo seletivo pela SAGARPA.

3. Breve Panorama dos recortes territoriais da pesquisa: Território da Cidadania Paraná Centro e Distrito 165 Huamantla.

O Território Paraná Centro, recorte espacial de nossa pesquisa, foi implantado em 2003, e em abril de 2009, foi transformado em Território da Cidadania. O Território da Cidadania Paraná Centro, localiza-se na região central do Estado do Paraná. Abrange uma área de 15.045,50 Km² e é composto por 18 municípios.

O processo de implantação do Território Paraná Centro, conforme IPARDES (2007), iniciou-se no ano de 2001, numa iniciativa conjunta entre a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural -EMATER-PR, a Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO e prefeituras municipais. O Território da Cidadania Paraná Centro apresenta uma população total, de acordo com o IBGE (2010), de 341.696 habitantes, sendo 31,4%, ou seja, 108.788 habitantes residentes na área rural. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, divulgado em 2010, verifica-se que 65% dos estabelecimentos rurais apresentam área até 20 ha, que correspondem a 12,0

⁴ Regidor Municipal: equivale à função de vereador municipal. Em alguns municípios no México ele tem função administrativa no governo municipal, em uma ou mais áreas, papel semelhante aos secretários municipais.

% da área total, enquanto 4,17% dos estabelecimentos com área acima de 200 ha ocupam 52,6% da área total.

O Território Paraná Centro apresenta, conforme IBGE (2006), um total de 28.562 estabelecimentos rurais, sendo: 81,1%, ou seja, 23.167, estabelecimentos familiares⁵ com uma área total de 341.884 ha (28,6%). Já a agricultura não familiar possui 5.395 estabelecimentos (18,4%) com uma área de 861.065 ha (71,4%). No Território também existem três terras indígenas; duas terras quilombolas e 27 faxinais (algumas das populações alvo da políticas de desenvolvimento territorial rural).

Com relação à pobreza, de acordo com IPARDES (2007), o total de famílias pobres⁶ no território Paraná Centro, em 2000, era de 35.874, ou seja, 42,2% do total de famílias, indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, que chegam a alcançar o dobro da média estadual.

O Distrito de Desenvolvimento Rural (DDR) 165 – Huamantla compreende 13 municípios localizados ao norte e leste do estado de Tlaxcala, compreendendo uma área total de 114,908 hectares e representando o 28,6% da superfície total do Estado de Tlaxcala. Em 2005, de acordo com Pérez Sánchez (2012), os 13 municípios do DDR 165 perfazem aproximadamente 194.000 habitantes, registrando uma taxa de crescimento média anual de 2% durante o período 2000-2005, superior à taxa média do Estado (PÉREZ SÁNCHEZ, 2012).

De acordo com os dados da CONEVAL (2006) o DDR 165 apresenta vários municípios com altos percentuais de pessoas em situação de pobreza. Tal é o caso dos municípios de Emiliano Zapata e Altzayanca com quase 72% de suas populações na pobreza. Algo semelhante acontece com El Carmen Tequexquitla, Lázaro Cardenas, Trinidad Sánchez Santos e Terrenate que registrou entre 67% a 69% de sua população em situação de pobreza.

As atividades econômicas desenvolvidas no distrito são diversas, com uma presença significativa no setor industrial nas cidades de Huamantla e Xaloztoc. Na área

⁵ O IBGE utilizou como critério de definição de agricultores familiares, os estabelecidos pela lei n 11.326, de 24 de junho de 2006, que são: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não exceda a quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas seja predominantemente da própria família; a renda familiar ser predominantemente originada dessas atividades; que o estabelecimento ou empreendimento seja dirigido pela família.

⁶ Neste estudo, esse limiar está relacionado à renda *per capita* até meio salário mínimo.

agrícola, de acordo com Pérez Sánchez (2012), estima-se que anualmente são cultivadas no distrito em torno de 80.000 hectares, dos quais 88% da área é cultivada em condições de sequeiro, com milho, feijão, abóbora, pêsego, entre outros, o que em muitos casos representa o sustento de famílias de agricultores rurais. Nota-se em alguns municípios do distrito propriedades com um solo muito raso e com problemas sérios de estiagem. Há também conforme depoimentos dos entrevistados do Distrito uma grande quantidade de produtores rurais sem acesso a terra. É interessante a ressaltar que apesar da reforma agrária ocorrida no México, observa-se a presença de grandes propriedades privadas.

4. Comparando a política de desenvolvimento territorial entre o Brasil e o México nos dois recortes: Território da Cidadania Paraná Centro- Brasil e o Distrito 165-Huamantla- México.

Primeiramente, antes de entrarmos na análise na escala local das duas unidades de planejamento territorial em questão faremos um resumo da análise centrada em três pontos.

O primeiro ponto a ressaltar é que no México a estratégia de desenvolvimento é regida por uma lei: Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável (LDRS) de 2001, que estabelece as normas gerais de desenvolvimento da proposta, inclusive com a criação dos conselhos de desenvolvimento em seus quatro níveis: federal, estadual distrital e municipal. Já no Brasil é apenas um programa, sua normatização não está prevista em lei, sua operacionalização depende da disposição política dos diretores governamentais que estão na gestão seja federal, estadual e municipal.

O segundo ponto a destacar é em relação à participação dos municípios na proposta. No Brasil nem todos os municípios participam da Política, como vimos anteriormente, há critérios de participação dos municípios, baseados em números de habitantes e densidade populacional, índices de desenvolvimento humano, pobreza, números de agricultores familiares, onde apenas 45% dos municípios participam. No México todos os municípios, ou seja, 100% dos municípios fazem parte da estratégia de desenvolvimento territorial. Apesar da lei prever a participação de todos os Estados da República Mexicana na Política, há Estados que não aderiram.

O terceiro ponto é a formação das unidades de planejamento territoriais. No Brasil se deu pelas iniciativas locais dos municípios e de suas organizações em participarem nos chamados “territórios de identidade”. Muitas vezes não coincidindo com as regiões

administrativas federais e estaduais dos órgãos ligados a Agricultura, como também de outras áreas (saúde educação, ambiente etc.). No México o critério de formação dos Distritos de Desenvolvimento seguiu os critérios administrativos da SAGARPA, ou seja, o desenho de regiões, também muitas vezes não coincide com os desenhos administrativo dos órgãos e instituições estaduais que executam programas e atividades ligadas à agricultura e também a outras áreas.

Ressaltando que em ambos os casos a formação da unidade territorial segue em termos gerais a delimitação física de proximidade geográfica e não os preceitos/conceitos de um “território real” pautada nas relações de poder descritas por Raffestin (1993; 1987) e Saquet (2010) como um espaço modificado pelos atores, revelando relações de poder.

Iniciamos o estudo com a análise da gestão social nos duas unidades. O conselho gestor do Território da Cidadania Paraná Centro possui uma composição de 32 entidades paritariamente dividida entre a sociedade civil e as entidades públicas. Não fazem parte do Conselho, apesar de serem considerados públicos prioritários pela política e pelas normas internas do Conselho, os representantes das comunidades indígenas, faxinalenses e dos assentados da reforma agrária.

A presidência do Conselho, de acordo com as normas internas é feita por um prefeito indicado pela Associação dos Municípios do Centro do Paraná– AMOCENTRO–. As reuniões são presididas pelo grupo diretivo (presidente, vice-presidente e pelo articulador do território) e têm um caráter informativo e não reflexivo. Nelas não ocorrem muitas discussões, pois as questões são colocadas de maneira expositiva, com poucas intervenções da plateia.

Pode-se afirmar, portanto, em relação à participação dos atores do conselho gestor, que ocorrem as seguintes situações: a) presença maior dos representantes das entidades públicas em relação às entidades civis; b) supremacia dos representantes dos setores agrícolas em relação aos outros setores; c) ausência dos prefeitos nas reuniões e nos debates; d) direcionamento dos debates a temas quase que exclusivamente agrícolas; e) ausência de públicos prioritários da política (indígenas, faxinalenses, quilombolas, assentados da reforma agrária).

O Conselho do Distrito 165- Huamantla, de acordo com o Chefe do Distrito, tem uma composição de 52 instituições, sendo que 41, ou seja, 78% é ocupado por representantes de instituições públicas federais, estaduais e municipais. As outras 11

cadeiras (22%) são ocupadas por entidades da sociedade civil representadas pela associação de produtores (bovino de leite, milho, feijão, tomate etc.), por representantes de movimentos sociais (Confederação Nacional Campesina, Vanguarda Zapatista) e por instituições de assessoramento a projetos agropecuários.

O conselho é presidido pelo representante de uma instituição estadual ligada a agricultura, a Secretaria de Fomento Agropecuário. A secretaria técnica e administrativa do conselho que faz as pautas, convites e articulações é realizada pelo Chefe do Distrito. Um ponto interessante a resaltar é que o público prioritário para a realização das reuniões são os prefeitos municipais ou seus representantes, de acordo com atas das reuniões o quórum das reuniões é estabelecido quando é verificado se está presente a maioria das prefeituras presentes.

Apesar da ênfase na presença das prefeituras, há pouca presença dos prefeitos nas reuniões, os mesmos são representados pelos vereadores, diretores municipais de desenvolvimento rural ou técnicos ligados à área rural, devendo ressaltar que os prefeitos pela LDRS é o presidente nato dos CMDRS. As reuniões apesar de terem um calendário definido pelo Chefe do Distrito não tem uma periodicidade fixa, em média tem que ser realizada bimestralmente e o local das reuniões ocorre revezadamente nos municípios pertencentes ao distrito.

Como síntese da gestão social do Conselho Distrital 165-Huamantla podemos levantar as seguintes situações: a) supremacia absoluta dos órgãos públicos na composição do Conselho (em torno de 80%); b) gestão do Conselho (presidência e coordenação técnica e administrativa) realizada pelos órgãos públicos; c) participação quase que exclusiva de instituições públicas voltadas a agricultura; d) valorização das prefeituras municipais na reunião e) ausência de instituições civis que representem as populações pobres e não inseridas no processo produtivo.

De forma comparativa entre os dois conselhos podemos inferir que a semelhança principal tange no sentido da supremacia de participação de órgãos públicos em relação à sociedade civil, e o direcionamento ao setor produtivo agrícola já inserido ao mercado. Quanto aos pontos que diferenciam ambos, o Território da Cidadania Paraná Centro tem uma paridade formal entre as entidades civis e públicas participantes do Conselho, porém na prática isso não ocorre. O Distrito 165 - Huamantla, descentraliza as reuniões do conselho nos municípios que participam do distrito, porém também na prática pouca

diferença faz, pois as entidades participantes são as mesmas e não há momentos na pauta para conhecer e discutir a realidade e as experiências dos municípios anfitriões.

A participação dos atores nas duas unidades pode ser considerada, de acordo com Pontes (1990) e Carvalho (1994), como uma participação outorgada ou constrangida. Isto significa que são impostas barreiras para que os sujeitos alvo da política não ultrapassassem os limites determinados pela classe dominante representada pelo Estado materializado pelas instituições públicas, principalmente em ações que contemplassem os conflitos que impedem o desenvolvimento do Território. A política não cria e não propicia aos participantes um conjunto adequado de instrumentos, arranjos institucionais e canais de participação de forma a ampliar sua atuação para além da máquina governamental ou dos atores politicamente mais engajados.

Também se verifica que não foram criadas condições intencionais, de acordo com Frey (2004), com os diferentes atores ou grupo de atores que são prioritários na política (indígenas, faxinalenses, assentados da reforma agrária, quilombolas, camponeses tradicionais e populações empobrecidas urbanas e rurais). No caso do Território Paraná Centro e no caso do Distrito 165- Huamatla, os produtores com baixo potencial produtivo para que pudessem participar condições estas, como a discussão nas bases, espaços diferenciados para esses públicos no conselho gestor e oficinas, e condições de participação (transporte, alimentação) para os atores mais distantes ou desprovidos de recursos, também há em ambas unidades complicações em função do tamanho e da heterogeneidade (, social, econômica, ambiental e cultural) do Território, o que não propicia uma identidade e coesão social entre os atores.

As pautas de discussões e ações realizadas têm pressupostos em políticas distributivas, isto é, políticas que não provocam nenhum tipo de conflitos (FREY, 2004). Esse tipo de política só parece distribuir vantagens, em geral parece beneficiar um grande número de pessoas, porém em escala relativamente pequena. Em nenhuma das duas unidades estudadas verificaram-se discussões/ ações/investimentos de caráter redistributivo ou regulatório.

Estas questões observadas no Território Paraná Centro e no Distrito 165- Huamatla vêm de encontro com a afirmação de Montenegro Gómez (2007) sobre que essa é uma das características principais da Política de Desenvolvimento Territorial desenvolvida no Brasil e em toda América Latina: em seu foco não incorpora os conflitos e

nem enfrenta os problemas essenciais para melhorar as condições de vida das populações, muito menos pensando em uma redistribuição econômica ou do poder.

Quanto aos sujeitos beneficiados com a política no Território da Cidadania Paraná Centro, como em todos os territórios rurais do Brasil, há uma estratégia homogeneizadora por parte do MDA que engloba diversos sujeitos políticos na categoria agricultura familiar⁷. Porém, no período de 2003/2011 observou-se que no Território o direcionamento das ações e investimentos foram quase que exclusivamente para os agricultores familiares já inseridos no mercado. Não havendo nenhum investimento (apesar de constar nas diretrizes da política) para os demais sujeitos, tais como os camponeses⁸, faxinalenses, quilombolas e indígenas.

Já no Distrito 165 - Huamantla as ações executadas estão de acordo com a finalidade do EDT, isto é de inserir os produtores de pequena escala econômica “com potencial” nas cadeias de abastecimento. Observa-se no distrito, conforme depoimentos de entrevistados, que muitos produtores ficam de fora do acesso dos programas por problemas financeiros e também por falta de documentação, seja pessoal ou do imóvel, visto que a maioria dos programas oferecidos pelo EDT são em forma de financiamentos.

Outro ponto estrangulante no Distrito é a falta de técnicos para executar as propostas acordadas nas reuniões. Além de insuficiente em números, para atender os beneficiários há entraves burocráticos de contratação.

Em nenhuma das duas unidades estudadas se verificaram ações voltadas ou articuladas com outros programas no sentido de combater a pobreza, apesar de constar nos documentos das duas unidades, no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) (2006/2011) do Território da Cidadania Paraná Centro e no Diagnóstico Territorial do Distrito de Desenvolvimento Rural 165- Huamantla, grandes concentrações de famílias consideradas pelos indicadores como pobres.

⁷ Envolve assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, moradores de áreas de fundo de pasto, retireiros, torrãozeiros, gajeiros, catadeiras e quebradeiras de coco, faxinalenses, vazanteiros, ciganos, pomeranos, pantaneiros, caatingueiros, caixas, cabanados e outros (conforme definido na Lei 11.326 de 24/07/2006 e Decreto/PR 6.040 de 7/02/2007).

⁸ Consultar: FAVARO, Jorge Luis, MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Território Paraná Centro - Palco de Modelos em Disputa: Camponeses ou Agricultores Familiares In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém - Pará. **Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. 2011.

Ressalta-se que nas experiências estudadas não se observam linhas de investimentos/ações executadas que integrem a cidade e o campo (urbano e rural), ou que efetivamente compreendam o real sentido do desenvolvimento territorial. Pelo contrário, todas as ações tem um caráter setorial voltado ao setor agropecuário, privilegiando quase que exclusivamente os agricultores que já estão inseridos ao mercado.

Os resultados acima corroboram com a análise de Ramires (2006), que afirma que o aspecto dominante do desenvolvimento territorial rural implementado na América Latina ancorado por várias instituições (IICA, FAO, BM, FMI, FIDA entre outras) está ligado à manutenção do *status quo* e que deriva das necessidades da reestruturação capitalista, se tornando uma abordagem normativa com bases na manutenção de políticas neoliberais implementadas nas décadas anteriores, restringindo o alcance da ação social para as escalas local e regional.

Considerações finais

Observa-se que a política de desenvolvimento territorial executada nos dois países, com base nesses dois recortes de pesquisa tem uma estrutura muito semelhante. As diferenças se encontram apenas no campo da operacionalização e dos encaminhamentos. Como semelhança principal podem se levantar as seguintes situações: a primeira é que o território é contemplado apenas no sentido de uma unidade de planejamento (agrupamento de municípios com proximidade geográfica), desprezando o real sentido de território visto como espaço relacional de poder e identidade. A segunda é que a análise do processo/resultado nas duas unidades nos remetem a um tipo de política totalmente deslocada da redução da pobreza e do crescimento econômico com equidade, isto deve-se a que na prática a política de desenvolvimento territorial de acordo com Ramírez Miranda (2006) tem suas possibilidades concretas obstruídas pelas prescrições de políticas neoliberais implementadas na América Latina nas décadas anteriores, tais como: redução do gasto público, políticas monetárias restritivas em particular do crédito, desmantelamento do aparato institucional de apoio ao campo, privatização de empresas estatais, burocracia da máquina pública.

A proposta do Desenvolvimento Territorial Rural através de suas instancias de execução (conselhos, fóruns etc.), como também em suas diretrizes, tem totalmente fora de agenda o questionamento dessas prescrições, como também não tem nenhuma ação

concreta contra elas, pelo contrário consolida essa situação ao não contemplar as questões estruturais e nem as raízes dos problemas. As discussões e recursos são direcionadas para atividades que não provocam conflitos econômicos, ambientais, políticos ou ideológicos entre as classes, configurando-se, portanto, como uma política distributiva.

Outro ponto observado, concordando com os estudos de Ramírez Miranda (2006), é que a proposta omite que a agricultura e os espaços rurais estão submetidos a um conjunto de decisões macroeconômicas que limitam seu desenvolvimento e se sujeitam a um modelo basicamente excludente que oferece como principal e quase única alternativa a inserção de alguns produtores às cadeias produtivas dominadas por grandes empresas internacionais de alimentos e de insumos agropecuários, deixando de lado inúmeros sujeitos ditos “prioritários” da política dos dois países, mas que são excluídos do processo.

Como consequência do exposto acima se verifica empiricamente nas unidades estudadas, que nem o foco, nem a quantidade de recursos, nem a assistência técnica prestada aos produtores, permitem uma ação efetiva da política que enfrente a situação dos produtores descapitalizados e precariamente inseridos ao mercado e tanto menos no enfrentamento da pobreza.

Outra situação estudada está relacionada com a gestão social, onde o processo participativo verificado nas duas unidades se enquadra nas concepções de política que enfatizam, como objetivo principal, o aumento da “eficiência e da efetividade” defendidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, no qual a ênfase está na criação de condições de governabilidade e na garantia do funcionamento do livre jogo das forças de mercado. Trata-se de uma proposta marcada pela abordagem gerencial que enfatiza, primordialmente, a necessidade de enxugamento do Estado e a transferência de instrumentos de gerência empresarial para o setor público, servindo apenas para legitimar um processo de engajamento das populações a um padrão de socialização e comportamento que o sistema capitalista exige para funcionar.

Com a análise realizada entre as unidades dos dois países podemos inferir que a proposta de desenvolvimento territorial não é aprovada pela maioria dos atores entrevistados, e que se encontra em pleno declínio em credibilidade, gerando dúvidas quanto a sua continuidade como proposta de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, H. M. de. **A participação e a organização consensuadas como uma das dimensões da cidadania**. Curitiba: Projeto Áridas, 1994.
- CONEVAL. 2006. **Tabulados de población total, pobreza por ingresos, indicadores índice y grado de rezago social según entidad federativa, 2005**. Disponível em < www.coneval.gob.mx> .
- ECHEVERRI, R P; ECHEVERRRI, A M P. Marco teórico, avances y tendencias en el enfoque territorial del desarrollo rural. In **Hacia una gestión territorial: institucionalidad y concurrencia em la operacion de lós Consejos Municipales de Dessarrollo rural em México/IICA,INCA**, Red para Gestion Territorial del Desarrollo Rural. México: IICA, 2010.
- FAVARO, Jorge Luis, MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Território Paraná Centro - Palco de Modelos em Disputa: Camponeses ou Agricultores Familiares In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém - Pará. **Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. 2011.
- FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do território**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA, março, 2008.
- FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**, outubro 2004, n.5, p.117-136.
- INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía. **Censo agropecuario 2007: El recurso tierra en unidades de producción – México**. México: INEGI. 2007.
- IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro**. Curitiba: IPARDES, 2007.
- LÉON CHAVEZ, Á. Antecedentes de la estrategia de desarrollo, territorial. In IICA, **Seguimiento a la Estrategia de desarrollo territorial y estudios específicos**, IICA, SAGARPA, México. D.F. p.16-28. 2011
- MDA/SDT. **Manual PROINF 2012**. Brasília: Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. 2012
- MDA/SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Março 2005.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. **Ancoragem Institucional do Desenvolvimento Territorial Rural na América Latina: uma rede de saberes, práticas e poderes para o controle social**. Raízes, Campina Grande,vol.26, n 1 e 2, p 71-80, Jan/Dez 2007.
- PÉREZ SÁNCHEZ, A. Seguimiento de la Estrategia de Desarrollo Territorial (EDT) en el Distrito 165 de Huamantla en el Estado de Tlaxcala (2011-2012). **Reporte de pesquisa** (inédito), Tlaxcala, México. DF. IICA, SAGARPA, INCA. 2012.
- PÉREZ SÁNCHEZ, A.; MONTENEGRO GÓMEZ, J R. **Reporte de investigación posdoctoral en el posgrado de Geografía de la Universidad Federal do Paraná 2011** (inédito)

PONTES, R. M. **A Proposta participativa da extensão rural do Paraná de 1980 a 1986.** São Carlos: UFSC, 1990 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos – SP, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. **Repères pour une theorie de la territorialité humaine.** In: Cathier/Groupe Reseaux n 7, 1987. p 263- 279

RAMÍREZ MIRANDA, C. **Crítica al enfoque del desarrollo territorial rural.** Chapingo: Revista Alasru-Nueva Época. Universidade Nacional Autónoma de Chapingo 2006.

SAGARPA. (2011). **Ley de Desarrollo Rural Sustentable**, Diario Oficial de la Federación publicado el 7 de diciembre de 2001, México. p.132-174

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: DA “INVISIBILIDADE” À DEMANDA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Jamille Ferreira Guimarães¹, Universidade Federal do Pará
gf.j@hotmail.com
guimarães.jamille@gmail.com
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

Este trabalho dialoga com os estudos que discutem acerca da natureza dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, a fim de subsidiar a compreensão da trajetória dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, organizados a partir da década de 1980 no país. Permitindo analisar como esses movimentos sociais específicos às causas das mulheres rurais têm tido um papel crucial na promoção de políticas públicas que contemplam tanto a questão de gênero, quanto o desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural brasileiro. Para isso, fez-se uma revisão da literatura sobre movimentos sociais para facilitar o entendimento a respeito dessa forma de ação coletiva, contextualizando o cenário nacional do final do século XX, contemplando assim as tendências recentes que apontam para as metamorfoses pelas quais estão passando os movimentos sociais no Brasil. A partir disso, apresentar-se-á a trajetória dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais e sua correlação com outros movimentos sociais que contribuíram direta e indiretamente para a emergência das mulheres rurais, que tiveram maior abertura para expor suas concepções e ações políticas, possibilitando o desabrochar desses novos sujeitos sociais, contrariando a representação social que as taxava como cidadãs apolíticas. A atitude dessas mulheres rurais transcende o seu cotidiano doméstico repercutindo em possíveis mudanças e/ou permanências na sua vida e trabalho. Diante dessas questões, o trabalho tem o intuito de analisar a função desempenhada pelos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais a partir da inclusão das mesmas no ambiente de discussão política e como isso implicou na criação, ampliação e avanço de políticas públicas que as contemplam.

¹ Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Pós-graduanda no Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará. Participa do Projeto “Programa de Aquisição de Alimentos: possibilidade de autonomia para mulheres extrativistas no Norte e Nordeste do Brasil”, financiado pelo CNPq.

1. Introdução

As mulheres são sujeitos sociais ativos produtivamente no meio rural brasileiro. Entretanto, a forma como o espaço agrário e o sistema produtivo agrícola, social e culturalmente construídos, se arranjaram ao longo da história rural do país negaram e negligenciaram a importância do trabalho rural feminino na co-produção da microeconomia rural, renegando as atribuições concernentes as mulheres rurais a uma condição de não trabalho, em que sua participação no sistema produtivo é visto sobre o estigma da subvalorização e invisibilidade, conforme afirmam vários estudiosos sobre a temática de gênero no meio rural do Brasil, como Heredia; Cintrão (2006), Santos (1997), Brumer; Anjos (2008).

O trabalho apresenta a discussão sobre o caminho percorrido pelos movimentos sociais específicos de mulheres trabalhadoras rurais, desde os motivos até o ambiente histórico e social que propiciaram suas fundações, observando as fases porque passaram essa forma de ação coletiva e as lutas e conquistas obtidas que se configuraram em mudanças na vida e no trabalho das mulheres rurais, sempre no sentido de reverter o estigma da subvalorização e invisibilidade da função social das mulheres no campo, garantindo a essas o reconhecimento e a valorização através da justiça social e de gênero e mais qualidade de vida.

Entendendo ainda que essas mudanças na vida e no trabalho das mulheres rurais são atribuídos aos esforços de mobilização de vários movimentos sociais que direta e indiretamente apoiaram os protestos e as reivindicações propostas pelos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, ocorrendo a consolidação e o fortalecimento dos mesmos ao ponto de produzirem efeitos reais sobre as políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro.

Diante disso, visa-se analisar a função desempenhada pelos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais a partir da inclusão das mesmas no ambiente de discussão política e como isso implicou na criação, ampliação e avanço de políticas públicas que as contemplam.

Para alcançar o objetivo proposto, dialoga-se com os estudos realizados sobre as temáticas: gênero, movimentos sociais e políticas públicas do espaço rural brasileiro. Fez-se, então, uma revisão da literatura sobre movimentos sociais para facilitar o entendimento a respeito dessa forma de ação coletiva e como ela se desenrolou e se desenrola no Brasil,

bem como, contextualizando o cenário nacional do final do século XX, que possibilitou a proliferação de movimentos populares, de caráter diferenciado se comparados aos existentes nas décadas anteriores a 1980. Aborda-se ainda as tendências recentes que apontam para as metamorfoses pelas quais estão passando os movimentos sociais no país, discutido nos trabalhos de Scherer-Warren (2008) e Gohn (2010).

Diante disso, apresentar-se-á a trajetória dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais e sua correlação com outros movimentos sociais existentes no Brasil, que contribuíram direta e indiretamente para a emergência das mulheres, que tiveram maior abertura para expor suas concepções e ações políticas, desabrochando “novas atrizes – ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como mulheres inteiras, múltiplas” (SOARES, 1994, p. 12), essa nova versão da mulher brasileira da década de 1980, contraria a representação social que as taxava como cidadãs apolíticas, constituindo, assim, uma novidade surpreendente, principalmente, para as áreas rurais do país.

2. Na natureza dos movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas do século XX.

Scherer-Warren (2008) elabora uma periodização sobre a trajetória dos movimentos sociais no Brasil a partir da relação desses atores coletivos com o Estado, realizando uma análise multitemporal das transformações ocorridas nos vários aspectos da vida social no país, que condicionaram as formas de ação e os objetivos perseguidos pelos movimentos sociais ao longo das últimas décadas do século XX.

A autora aponta quatro períodos dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, sejam eles: 1) Movimento Cívico: resistência ao autoritarismo do Estado militar – décadas de 1960 a 1970; 2) Movimento Cidadão: afirmação e regulamentação de direitos – décadas de 1980 a 1990; 3) Movimento Institucionalizado: participação e negociação com o Estado – década de 1990 até hoje; e 4) Movimento Cidadão Crítico: controle social pela cidadania – década de 2000 até hoje.

O primeiro período compreende os movimentos sociais das causas cívicas que agiam no intuito de promover oposição à ditadura militar e ao autoritarismo estatal, demonstrando total descontentamento com o regime político-social que se instalara após 1964, a exemplo tem-se o Movimento Estudantil, como o mais atuante, e o Movimento

Popular, que contava com a presente participação da Igreja Progressista, da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) e entre outros. Vale ressaltar que a partir de meados da década de 1970 reapareceram e/ou surgiram outros movimentos sociais, como o: feminista, rural e ambientalista, que embora lutassem em torno de suas temáticas específicas apresentavam como escopo comum a resistência à autocracia do Estado ditatorial (SCHERER-WARREN, 2008).

O segundo período identificado pela mesma autora diz respeito aos movimentos sociais preocupados com as causas cidadãs que se consolidaram e/ou surgiram no contexto da democratização política e social do Estado brasileiro. Suas orientações se voltavam para a ampliação e requisição de direitos que deveriam ser incluídos na nova Constituição Federal de 1988. Esses movimentos cidadãos atuavam politicamente no sentido de promover melhoria na qualidade de vida e justiça social. É justamente nesse momento que surgem os movimentos sociais específicos das mulheres trabalhadoras rurais, em que uma de suas primeiras conquistas foi o reconhecimento constitucional da profissão de trabalhadoras rurais, na qual era dever do Estado brasileiro planejar, elaborar e gerir políticas públicas que as contemplassem, uma vez que a partir da CF-1988 estava previsto em lei (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

O terceiro período corresponde à institucionalização dos movimentos que se afirmaram nos anos anteriores a década de 1990. A incorporação dos valores neoliberais e dos fenômenos ligados ao processo de globalização requereu-se a formalização das ações políticas dos movimentos sociais para estimular o convite ao diálogo e ampliar seus poderes de barganha, além do reconhecimento identitário de cada movimento específico. Essa institucionalização dos movimentos sociais permitiu ampliar as articulações interorganizacionais, que originou as redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2008).

O último período compreende os movimentos cidadãos críticos que almejam novas formas de participação no âmbito público, sendo esta menos dependente das ações governamentais. Buscam, na verdade, autonomia de decisão em relação ao poder estatal. Na sua agenda perseguem empoderar e capacitar a sociedade civil para que possam negociar e serem chamados a participar do processo de decisão das questões nacionais e, por fim, terem suas reivindicações contempladas pelas políticas públicas. O projeto desses movimentos sociais está atrelado ao “controle social pela cidadania em relação às questões

nacionais de interesse público, o que alguns movimentos sociais denominam de ‘projeto de nação’” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 15, grifo da autora).

É importante compreender que o terceiro e quarto períodos identificados por Scherer-Warren (2008), embora diferentes, são complementares e estão nas redes de articulações dos movimentos sociais inseridos numa relação global-local. Exemplos são as redes transnacionais de movimentos sociais, como a Marcha Mundial das Mulheres, a Via Campesina e entre outras, que corroboram o apoio às manifestações e lutas locais no Brasil.

Evidentemente, que muitos movimentos sociais surgiram e desapareceram ao longo desses anos de análise colocados por Scherer-Warren (2008), uma frase de Gohn esclarece, até de forma poética, essa questão, na qual compara o fenômeno dos movimentos sociais que “ como numa galáxia espacial, são estrelas que ascendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilharem por muito tempo” (1997: 20). O que deve ser considerado são as circunstâncias em que o desfalecimento dos movimentos sociais se deram ou, ainda, se corporificaram-se numa outra forma de ação coletiva que são as organizações coletivas.

Ainda analisando a periodização elaborada por Scherer-Warren (2008), pode-se identificar que cada tipo de movimento social possuía características que se enquadram nas apontadas por Chazel (1998) e, assim, dão peculiaridade a essa forma de ação coletiva. Esses são fundamentalmente portadores de um protesto, que alicerça o empreendimento coletivo e é por via deste que buscam conseguir mudanças, que nem sempre a mudança está vinculada a uma inovação, mas pode ser a manutenção e/ou o restabelecimento de uma ordem anterior.

Diante disso, apresenta-se o entendimento acerca de movimentos sociais proposta por Gohn, que os define “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (2011: 335). Completando sua compreensão sobre essa forma de ação coletiva, a autora nos diz que

na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se

cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energia de resistências ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. [...] Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. (GOHN, 2011, p. 336).

Considerando a periodização acima elaborada por Scherer-Warren (2008) sobre a trajetória dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, busco mais uma vez Gohn (2010) para analisar a diferença entre os movimentos sociais atuais em relação aos do passado, ressaltando cinco pontos que caracterizam o comportamento dos movimentos sociais no início do século XX, quais sejam:

1) ocorreu uma redefinição da identidade e da atribuição do tipo de suas ações, a mudança está, justamente, no fato dos movimentos sociais se alicerçarem menos em pressupostos ideológicos e mais nos laços de integração com as várias esferas da sociedade;

2) os movimentos do passado apresentavam um caráter fundamentalmente universalizante, na busca do direito a ter direitos, entretanto, atualmente vislumbram o reconhecimento e o respeito à diversidade. Percebemos esses dois pontos na passagem dos Movimentos Cívicos para os Movimentos Cidadãos e deste, para os Movimentos de Cidadãos Crítico.

3) O próprio Estado está rearranjando as suas relações com esses novos sujeitos coletivos, de modo a arrefecer o caráter político e de pressão dos mesmos, em alguns casos, esses sujeitos coletivos ficam a mercê do controle das estruturas políticas do Estado. Talvez essa reconfiguração do Estado seja uma resposta a Institucionalização dos Movimentos e aos Movimentos de Cidadãos Críticos, uma vez que esses buscam direta e indiretamente ter poder de decisão sobre as intervenções políticas propostas pelo Estado.

4) Os movimentos estão dispostos em redes associativas, em que os fluxos (interações, articulações, sistemas de informações) ocorrem numa relação global-local, possível pelos fixos (infraestrutura, sistemas de engenharias) presentes no território ligados aos lugares da globalização (SANTOS, 1994 e 2002), como também devido à dilatação das fronteiras de conflitos e da diversidade dos agentes tomados como adversários aos protestos dos movimentos sociais. O Estado passa a ser mais um desses agentes.

5) a problemática da lacuna acadêmico-científica na produção teórico-conceitual acerca dos movimentos sociais, que apresentam barreiras ao entendimento mais coerente e ao mapeamento correto da categoria desses sujeitos coletivos.

Essa revisão histórica, bem como teórico-conceitual acerca dos movimentos sociais no Brasil colabora para um melhor entendimento sobre a trajetória não apenas dos movimentos sociais específicos das mulheres trabalhadoras rurais, mas também para a compreensão da essência e do comportamento dos demais movimentos sociais, no sentido de atinar a respeito da sua criação, readaptação, fortalecimento ou do provável desaparecimento desses ao longo das últimas décadas do século XX no país.

3. Da trajetória dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rural no Brasil.

Ao se fazer um levantamento histórico, observa-se que as mulheres sempre estiveram envolvidas nas lutas e nos movimentos sociais no campo junto aos homens. Entretanto, a trajetória dos movimentos específicos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, inicia-se a partir da década de 1980, no período chamado por Soares (1994) de “transição negociada” do regime autoritário, na qual houve a explosão de inúmeros movimentos sociais, os denominados Movimentos Cidadãos, por Scherer-Warren (2008), na qual, justamente, estruturam-se esses movimentos de mulheres do campo, pois o contexto lhes possibilitou abertura para uma maior ação política.

Heredia e Cintrão (2006) apontam que as primeiras organizações específicas de mulheres rurais no Brasil tiveram apoio da Igreja Católica, dos movimentos sindicais e dos partidos políticos, como também sofreram

influência da chamada “década da mulher” (1975 - 1985), das Nações Unidas, que contribuiu para dar visibilidade às discriminações políticas, econômicas, sociais e culturais sofridas pelas mulheres e incentivar a atuação dos movimento de mulheres em todo mundo no sentido de reverter este quadro (2006: 6).

Assim, as origens dessas primeiras ações coletivas, que mais tarde se consolidariam na formação dos movimentos sociais específicos de mulheres trabalhadoras rurais, ocorreram na década de 1980, especialmente na região Nordeste – estados de Pernambuco e Paraíba - e na região Sul – estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Daí, em 1986, fundou-se o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e três

anos depois, criou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS).

Entre as várias questões que estão no cerne dos seus protestos, os principais são: o reconhecimento da profissão de agricultora; a obtenção de direitos sociais (aposentadoria, salário maternidade); direito à sindicalização, melhores condições de vida, principalmente, ligadas à saúde da mulher; acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária; direito à documentação civil e trabalhista; inclusão de seus nomes junto aos dos maridos no título de propriedade da terra; e de acesso a linhas de crédito rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Ainda conforme Heredia e Cintrão (2006) e Hernández (s/d), no momento da formulação da Constituição Federal de 1988, embora os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais tivessem pouco tempo de existência e se apresentassem numa escala geográfica limitada, mesmo assim participaram ativamente das Assembleias Constituintes, contando com o apoio de organizações sindicais de escala nacional, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, do Departamento de Mulheres da CUT, dos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Mulher, além de ONGs feministas. O resultado dessas mobilizações se configurou em importantes conquistas para as mulheres trabalhadoras rurais, pois a CF/88 assegura direitos na área da previdência e na propriedade da terra.

Outro aspecto positivo dessas mobilizações está na visibilidade desses movimentos sociais que gradualmente avançam para sua nacionalização nos anos seguintes. Um exemplo é o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, que permitiu o engajamento das mulheres, em nível nacional, no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais. Sendo perceptível o aumento da participação das mulheres rurais, como membros filiados e/ou assumindo funções/cargos importantes dentro desses empreendimentos coletivos (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Nos demais congressos, encontros, seminários e marchas se verificam um amadurecimento e um maior nível de detalhamento das propostas e a diversidade nos tipos de ações políticas no tocante as mulheres e seus envolvimento. A Marcha das Margaridas é considerada um marco, uma vez que, possibilitou um diálogo direto das mulheres com o governo federal. No ano de 2002, as mulheres trabalhadoras rurais passam a ser consideradas nas pautas relativas à agricultura familiar e produção agrícola. Em 2003, o

Programa Nacional para Agricultura Familiar (Pronaf) cria uma linha especial de crédito voltado para as mulheres, reconhecendo e, assim, fomentando seu trabalho no desenvolvimento da agricultura familiar. Além de outros programas de auxílio à comercialização da produção da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como os ligados a participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Ainda em 2003, houve um esforço conjunto entre os movimentos autônomos para a formação do Movimento de Mulheres Camponesas, sua principal bandeira é o reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais (HERNÁNDEZ, s/d).

Apresentei, sucintamente, alguns pontos sobre a trajetória dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, na qual podemos perceber que seus esforços de mobilização e todas as lutas que assumiram, resultaram e resultam em gradativas mudanças nas suas condições de vida. Heredia e Cintrão (2006) fazem uma correlação direta e indireta, a depende do caso, entre o surgimento desses movimentos de mulheres como a elevação de seus níveis de escolaridade nas áreas rurais. Ressaltam ainda, que a qualificação das mulheres rurais possibilita a diversificação de opções de trabalho para elas, contribuindo para aumento de seus ganhos pessoais e fortalecimento de sua posição perante a comunidade, além de promover o desenvolvimento social do espaço rural. Se antes as políticas públicas se direcionam a sujeitos indeterminados, os movimentos sociais rurais e, especificamente, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais os fizeram considerar a diversidade de atores, suas complexidades e suas formas de uso e apropriação diferenciadas do espaço rural.

4. Dos avanços e limites: mulheres rurais, políticas públicas e desenvolvimento rural

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais manifestaram ao Estado um conjunto de reivindicações, cobrando deste as respostas a essas questões. Diante disso, o poder público elabora alguns programas e projetos que passam a considerar a questão de gênero em suas ações. Um exemplo é o Programa de Apoio à Mulher Rural, de 1985, gerido pelo Ministério da Agricultura, que visava proporcionar as mulheres trabalhadoras rurais condições dignas de trabalho e sua maior inserção nos programas de reforma agrária. (HERNÁNDEZ, s/d). Além de instituições governamentais com enfoques para as

mulheres, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que atua, prioritariamente, no combate à violência contra a mulher. Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural com o intuito de fornecer gratuitamente documentação civil básica, além do Programa Fome Zero, criado no governo Lula, que designou as mulheres na preferência na titularidade do Cartão Alimentação e do Bolsa Família.

Heredia e Cintrão (2006) afirmam que, nos últimos dez anos, os avanços nas mobilizações e as pressões colocadas pelos movimentos sociais, especialmente, o de mulheres vêm concretizando a implantação de políticas públicas e sociais voltadas às populações rurais que geram implicações positivas, no sentido da redução das desigualdades sociais e de gênero.

Sem dúvida alguma, os avanços concretos trazidos pelas políticas públicas e sociais, como: acesso ao programa de crédito para agricultura familiar, o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, direito à previdência social e salário maternidade, direito de acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária e a inclusão do nome da mulher junto ao do marido no título de propriedade da terra foram significativos, mas deve-se considerar também os ganhos simbólicos, como: a percepção de que foram a partir de seus esforços e o fato de terem acreditado na força dos movimentos sociais de mulheres rurais que alcançaram as conquistas asseguradas em lei e reconhecida por todos os demais atores, alimentando a consciência sobre seus direitos, os meios que podem mobilizar para consegui-los e a persistência e resistência em lutas por eles.

Outro avanço está atrelado à credibilidade dada ao trabalho da mulher no meio rural, desestigmatizando a “invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006), daí a elevação da autoestima dessas mulheres, bem como a criação de condições favoráveis ao poder de decisão em suas mãos promovida pela autonomia financeira, permitindo ainda que estas planejem a vida familiar a médio, longo prazos (BURG; LOVATO, 2007). Os estudos sobre agroecologia e segurança alimentar e nutricional afirmam a importância *sine qua non* do trabalho das mulheres rurais envolvendo manejo sustentável, conservação da biodiversidade, manutenção ou aumento do autoconsumo e práticas socioculturais de preparação dos alimentos, entre outros.

O reconhecimento da função social dessas mulheres para o desenvolvimento do meio rural brasileiro é gradativo, mas, sem dúvidas, representam mudanças direcionadas a

maior justiça social e qualidade de vida e trabalho. Entretanto, é necessário mencionar que existem muitos limites e desafios a serem suplantados, porém esses já fazem parte das pautas de reclamação dos movimentos sociais específicos das mulheres trabalhadoras rurais, que buscam maior inserção produtiva das atividades que realizam por meio de aumento do acesso ao crédito rural, criação de políticas públicas que garantam sua inclusão nos canais de comercialização, como também assistência técnica de profissionais especializados para aperfeiçoarem suas técnicas e práticas produtivas.

5. Considerações finais

Verificamos que os movimentos sociais contemporâneos no Brasil das últimas décadas do século XX foram à força motriz para significativas mudanças sociais, não só no plano concreto, mas no campo simbólico. Observamos ainda que houve um amadurecimento das ações dos movimentos sociais, que são, sem dúvida, resultado da própria ação coletiva e de suas conquistas, como também das transformações históricas pelas quais a sociedade brasileira na sua relação global-local vem passando.

É evidente que os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais obtiveram resultados importantes e, continuam tendo um papel essencial, seja na luta por novos direitos, melhores oportunidades, reconhecimento e valorização da sua função social dentro desse espaço rural, seja na garantia da efetivação dos direitos adquiridos, sejam ainda na mudança das atitudes culturalmente construídas que lhes provoca constrangimento nas áreas rurais.

No que tange as políticas públicas e sociais, mesmo que essas se configurem em importantes passos, de modo algum são suficientes e estão longe de atingir a verdadeira justiça social, porque as desigualdades existentes estão enraizadas na questão de gênero, na questão entre os vários atores do espaço rural e na questão da subordinação do rural em relação ao urbano.

De modo geral, essas transformações recentes pelas quais o meio rural brasileiro vem passando e que estão prioritariamente ligadas aos esforços dos movimentos sociais rurais, são um empreendimento coletivo compromissado com um desenvolvimento social rural alicerçado em políticas públicas que tem o poder de produzir um efeito real, para que, assim, se dispense demais políticas reparadoras (GEHLEN, 2004).

6. Referências

- BURG, I. C.; LOVATO, P. E.. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.1, p. 1522 – 1528, fev. 2007.
- CHAZEL, François. Movimentos Sociais. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995, cap. 7, p. 283 – 335.
- GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**. n. 18, p. 95 – 103, 2004.
- GONH, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, maio-ago/2011.
- GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 9, n. 8, Jan/Jun. 2006.
- HERNÁNDEZ, Carmem Osorio. **Movimento de Mulheres e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: políticas para mulheres rurais ou com perspectiva de gênero?** s/d.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, UPF. v. 7, n. 1, Jan-Jun. 2007, publ. n. 2º sem. 2008.
- SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**. Ano 2, 1994.

COOPERATIVA PINDORAMA E AS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DE PINDORAMA, ALAGOAS

Conceição Maria Dias de Lima, Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.
ceicadiaz@yahoo.com
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

O caso da Cooperativa Pindorama é emblemático para evidenciar os limites e o poder de alcance da ação do cooperativismo, especialmente numa região marcada pela cana-de-açúcar e pelo latifúndio. O trabalho oferece uma análise dos processos de produção e reprodução de unidades, formadas por agricultores familiares que guardam estreitas relações de parentesco e compartilha uma história comum de lutas, pelo acesso à terra e manutenção de um território. As dinâmicas instituídas pela Cooperativa, os seus desdobramentos na produção e gestão dos bens comuns, assim como, as implicações na construção do território, constituem o objeto de estudo. Buscamos caracterizar a Cooperativa a partir do contexto histórico de sua formação e investigar os desdobramentos de suas ações na configuração territorial. Como referencial teórico, partimos dos estudos que associam a formação de redes de cooperação como possibilidade de inserção no modelo produtivo e para o revigoramento de territórios; e as novas dimensões e delimitações dos espaços rurais. Na metodologia da pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa. O estudo evidenciou que as dinâmicas instituídas pela Cooperativa estimulam, numa linha contemporânea de ação, o desenvolvimento territorial.

1. Introdução

Este trabalho focaliza o espaço canavieiro do Sul alagoano, sua conformação histórica e particularidades locais. O objeto de estudo é a Cooperativa Pindorama – que constitui um território, uma categoria recentemente adotada para realçar aspectos que a distinguem no contexto econômico, social e político alagoano.

Convém lembrar que nosso objeto de investigação não é a questão agrária em si, mas as dinâmicas instituídas pela Cooperativa Pindorama. Desta forma, faz-se necessário situar a problemática agrária no Estado de Alagoas para que tenhamos melhor condição de apreender nosso objeto em sua totalidade.

As discussões sobre o rural alagoano, de maneira geral, centram-se na monocultura da cana-de-açúcar, estreita relação entre agricultura e indústria, e na exportação dos seus

principais produtos: açúcar e álcool. Neste espaço, há resquícios de cultura patriarcal, coronelista de compadrio, que informam as relações entre os grandes proprietários de terra e a população local. Considerando que estes fenômenos já foram amplamente explorados por outros pesquisadores, a exemplo de Heredia (1989), nossa perspectiva é a de realçar as características dessas relações sociais e políticas na configuração do território da Cooperativa.

Segundo Cavalcanti (2004), o debate acerca da conformação das transformações globais na agricultura da América Latina se dá a partir de múltiplos fatores, como: formas de trabalho e de produção, configurações territoriais, trajetórias de vida, velhas e novas identidades de atores locais, reconstrução do meio rural e reestruturação produtiva da agricultura. A literatura especializada discorre sobre os processos que se configuram neste contexto e nas inter-relações da identificação e reconstrução de identidades e territórios, incluindo as tensões vivenciadas pelos atores envolvidos.

No bojo desse debate, as investigações sobre a multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais vêm ganhando força através de diversos estudos, dentre os quais os de Sabourin (2009). Nestes, são examinadas as funções associadas à produção agroindustrial, movimentadas pelos agricultores por meio de diversas formas de ação coletiva. A formação das redes de cooperação, enquanto perspectivas de diversificação agrícola e agroindustrial, apresenta-se para os agricultores como possibilidade de inserção no modelo produtivo, bem como para o revigoramento de territórios.

A Cooperativa se institui no território como atividade econômica agroindustrial e espaço de sociabilidade dos agricultores, que construíram uma história fundamentada no reconhecimento da tradição, através do desenvolvimento da prática cooperativista amparada nas relações de parentesco, compadrio, ajuda mútua e solidariedade.

Tomamos por referência a forma que Hobsbawn e Ranger (1997, p.10) entendem o conceito de tradição na atualidade, ao denominá-la de Invenção das Tradições, compreendendo um conjunto de práticas, rituais e construções históricas que servem à reação a transformações sociais.¹ Essas tradições se caracterizam por estabelecer um elo com o passado numa continuidade artificial, a fim de estruturar de forma imutável alguns

¹ O autor define Tradição Inventada como “... um conjunto de práticas reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado...” (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p.9).

aspectos da vida social. É neste sentido, que as “tradições inventadas” revelam aspectos intrínsecos à construção da identidade da Cooperativa, pautados nos valores cooperativos.

Abramovay e Beduschi Filho (2003, p.3) consideram um território a partir do reconhecimento da multiplicidade de aspectos que se constroem no espaço e tempo e compõem uma realidade particular, fonte de identidade pessoal e grupal. Para os autores, o território se constitui por “laços informais e modalidades não mercantis de interação” e integra sentimentos de pertença, raiz e trajetórias comuns, memória coletiva, valores e crenças partilhados, e um universo simbólico que lhes é próprio.

Diante deste contexto, a Cooperativa, com mais de 50 anos de existência e com um corpo social composto por 1.160 cooperados, constitui um laboratório interessante para observação da diversificação produtiva, da rede de atores envolvidos e da variedade de formas de inserção nos mercados. De tal modo que a Cooperativa vem atraindo a atenção dos pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas, através de estudos, visitas técnicas, intercâmbios e parcerias, em função do seu grande porte e do peso econômico que apresenta na região Nordeste do Brasil.²

2. Delineamento metodológico

O fato de a Cooperativa se destacar na região por estar instalada num espaço onde há uma tradição de latifúndios e da plantation açucareira, nos motivou a selecioná-la. Para os propósitos deste trabalho, a questão que se coloca é a de compreender como a Cooperativa está lidando com os valores da tradição ligados ao território, particularmente, ao acesso à terra.

A proposta inicial da Cooperativa era a diversificação produtiva, entretanto, posteriormente, ela adotou o cultivo da cana-de-açúcar como o produto mais importante. O que influenciou, também, na nossa escolha, devido à influência social e econômica que a cana exerce na região, sendo esta Cooperativa a mais representativa do produto em Alagoas.

Para operacionalizar a pesquisa, adotamos uma metodologia qualitativa que possibilitou a imersão no cotidiano da Cooperativa. Os eixos analíticos foram sedimentados a partir de um estudo de caso, o que, na nossa pesquisa, tornou transparente

² A esse respeito, ver os estudos de Almeida (2006), Lemos (2006), Carvalho (2005), Silva (1993), Pereira (1985) e Corrêa (1963).

as dinâmicas instituídas pela Cooperativa, sinalizando os rearranjos que garantem a sua sustentabilidade no espaço social e temporal distinto.

Considerando que as terras de Pindorama foram organizadas em 19 aldeias, selecionamos cooperados de cada uma delas, perfazendo um total de 151 entrevistas. Considerando, também, que dos 1.160 sócios que compõem o quadro social, 73% são pequenos produtores, 22% médios produtores e 5% grandes produtores, segundo a classificação dos gestores da Cooperativa,³ do mesmo modo procuramos obedecer, na nossa amostra, a este mesmo percentual. Assim, dos 151 entrevistados, 110 representaram os pequenos produtores, 33 os médios, e 8 os grandes produtores, a fim de obter um retrato geral e distinguir as regularidades das unidades produtivas.

O universo de cooperados entrevistados apresenta idade média entre 47 e 56 anos. Dentre eles, 122 (81%) são homens e 27 (19%) são mulheres. O percentual menor do número de mulheres entrevistadas foi proporcional ao percentual de cooperadas sócias da Cooperativa, que se aproxima dos 20%. O número médio de anos de trabalho na agricultura é de 31.

Entre os cooperados entrevistados, a maioria, 93 (62%) reside em Pindorama por um período aproximado de 20 a 30 anos, 48 (32%) residem por um período de 10 anos, e 9 (6%), há mais de 40. O mais antigo entrevistado mora há 86 anos em Pindorama, fazendo parte do que eles chamam de “primeira geração” de cooperados.

Definida a amostra, realizamos o trabalho de campo, fazendo uso de diferentes instrumentos de coleta de dados. Para tanto, foram coletados dados primários e secundários, utilizando-se, dentre os diversos instrumentos disponíveis, a entrevista com roteiro semiestruturado, a observação de campo, o diário de campo e a análise documental.

No período de seis meses, entre maio e outubro de 2009, retornamos diversas vezes a Pindorama para realizar as 151 entrevistas com os cooperados em locais indicados por eles. As entrevistas foram feitas basicamente com o chefe da família – homem ou mulher –, mas em aproximadamente 70% das propriedades visitadas houve, também, a participação de outros membros da família (pai, mãe, esposa(o), filhos e outros), no processo de coleta de informações.

³ Tal classificação apoia-se no tamanho da propriedade, no volume de produção e, por conseguinte, no montante comercializado e nas relações voltadas para o controle e assistência técnica na produção da cana. Assim, os segmentos de produtores diferenciam-se quanto ao volume de produção: (1) grande produtor, com produção acima de 5.001 toneladas de cana; (2) médio produtor, com produção entre 5 mil e 1.001 toneladas; e (3) pequeno produtor, com produção abaixo de mil toneladas.

3. Pindorama: histórico e configuração do território

No Brasil, o espaço rural é a expressão de grandes heterogeneidades. O rural da grande empresa agrícola é marcado pela lógica empresarial e de produção intensiva, definida pelas necessidades do mercado. Neste caso, o mundo rural é um espaço produtivo, “espaço de trabalho,” mas não é necessariamente um “lugar de viver” (WANDERLEY, 2000). Nele, muitas vezes, essas duas funções, tradicionalmente características do mundo rural, se tornam incompatíveis. As fazendas de cana-de-açúcar de Alagoas representam um exemplo elucidativo sobre esse assunto.

No caso alagoano, o setor canavieiro tem sido o centro dos processos de modernização conservadora, o que é coerente com Wilkinson (1997, p.27) ao afirmar que o modelo de modernização conservadora favoreceu a grande propriedade e enfraqueceu a competitividade natural da produção familiar, baseada na transformação induzida do latifúndio como alternativa à reforma agrária.

A grande propriedade, segundo Moura (2006, p.23), é a “expressão do atraso alagoano,” representando o “desperdício em escala e uma barreira que paralisa a modernidade capitalista na agricultura.” O autor afirma, ainda, que o modelo agroexportador não permite ao camponês, o acesso democrático à terra e às condições normais de produção. Segundo Carvalho (2001, p.27), esse modelo é “concentrador de riquezas, terras e poder, que não impulsiona a diversificação da produção, a geração de renda e de emprego nas cidades do interior,” e, por isso, não consegue deter a migração rural nem sequer abastecer de alimentos sua Capital que importa 90% dos hortifrutigranjeiros que consome.

Diante do modelo da plantation da cana-de-açúcar da região, identificamos os traços comuns às várias configurações do meio rural alagoano e as particularidades de Pindorama, no intuito de entender as diferenças e, também, as contradições existentes nesse universo rural.

Pindorama está situada a 110 km de Maceió, no município de Coruripe; suas terras ultrapassam os limites deste e alcançam os municípios de Penedo e Feliz Deserto, em Alagoas. Este espaço consubstancia hoje o universo de vida de uma população de aproximadamente 30 mil habitantes.

Pindorama é um espaço hegemonicamente rural, onde se encontram modos de vida similares aos dos agricultores das matas alagoanas, descritos por Lindoso (2000, p.190). Outras características deste espaço são os sinais marcantes do poder público, ao longo de sua existência, através de intervenções nas áreas de educação, saúde e infraestrutura.

A Colônia Pindorama foi resultado da política pública federal de colonização de terras devolutas associada à existência de terras abandonadas, pouco produtivas pela baixa fertilidade natural dos solos nos tabuleiros costeiros e de pouco interesse econômico para a monocultura da cana-de-açúcar. O idealizador da Cooperativa foi um técnico agrícola suíço, René Bertholet, que trabalhava para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic). A perspectiva de Bertholet era combinar a agricultura de subsistência com a produção voltada para os mercados locais, via formação de uma cooperativa agroindustrial de sucos de frutas.

Apesar de toda uma política de incentivo ao setor sucroalcooleiro alagoano, Pindorama surge na contramão desta tendência, a partir de seu projeto de divisão de terras e diversificação produtiva. Dessa forma, os cooperados recriaram, com algumas peculiaridades, um sistema produtivo diversificado, combinando a criação de animais de pequeno porte com a produção de frutas.

De acordo com os cooperados, observamos alguns elementos que caracterizam o rural de Pindorama, quais sejam: autonomia, liberdade, acesso à terra, amor pela terra, agricultura familiar. Estes elementos se aproximam do rural de que trata Wanderley (2000, p.88) como “lugar de viver e trabalhar,” a partir da relação específica do homem com a natureza, por meio do trabalho e do *habitat*.

No contexto de formação de Pindorama, os recursos naturais comuns foram estabelecidos como uma propriedade coletiva da Cooperativa, em favor das famílias dos agricultores cooperativados. Desde então, estes recursos têm por base o Contrato de Colonato e o Estatuto da Cooperativa, que preveem o acesso à terra, a mobilização de recursos comuns para a implantação de infraestrutura, o apoio à produção através da atribuição de créditos e de intervenções sociais e culturais, em particular em matéria de formação e de educação.

Ao estudar a experiência de Pindorama, Carvalho (2005, p.16) ressalta que após sua primeira década de existência já havia a presença de pequenos proprietários rurais com

acesso à terra e nível de vida elevado, se comparado à realidade da região canavieira, através da renda *per capita* e do acesso aos serviços públicos e condições de habitação.

O propósito inicial dos fundadores da Cooperativa foi o projeto de diversificação produtiva, sem cultivo da cana-de-açúcar, embora ao longo da história essa concepção tenha se modificado. Os anos de 1960-70 foram considerados de transição e de crise para a Cooperativa, uma vez que os recursos estrangeiros cessaram e, em resposta, a Cooperativa introduziu a cana-de-açúcar, devido à segurança de financiamento, de preços estabelecidos *a priori*, comercialização garantida e apoio técnico com uso de tecnologias avançadas. Em 1971, segundo Carvalho (2005, p.19), a Cooperativa sofreu uma intervenção estadual, tendo um funcionário da Secretaria Estadual da Agricultura como seu presidente.

Na década de 1980, a Cooperativa implantou a destilaria, a única que não pertencia ao grupo de usineiros de Alagoas, além da montagem do parque industrial e da ampliação da área agrícola de cana-de-açúcar. A expansão da cana em Pindorama significou a incorporação de novas 600 parcelas com lotes de tamanhos superiores a 20 hectares, quase duplicando o número em relação à década anterior. A área plantada em Pindorama passou de 6 para 12 mil hectares e, na década de 2000, aumentou para 15 mil hectares, marcando o predomínio dos canaviais sobre as outras lavouras (CARVALHO, 2005).

A partir da década de 1990, a Cooperativa passou a ser alvo de diversas ações de programas governamentais e não governamentais, que têm incentivado aos seus cooperados uma série de atividades produtivas, como horticultura, apicultura, produtos orgânicos, piscicultura etc., além de outras intervenções mais diretamente ligadas aos incentivos da participação popular.

Diante desse processo de reconversão produtiva, ao longo dos anos, o que se observa é o destaque para o cultivo de cana-de-açúcar como o produto mais importante para a Cooperativa. As grandes plantações marcam sensivelmente a paisagem de Pindorama, uma vez que 55% dos 33 mil hectares da Cooperativa são destinados ao cultivo de cana-de-açúcar. Isto representa 30% da área do município de Coruripe ocupada com esse cultivo. Neste processo, cresce a influência da indústria canavieira para os cooperados, ocasionando problemas com relação à estrutura fundiária de Pindorama, que com a expansão da cana exigiu grandes áreas produtivas em proporção ao modelo tradicional de exploração.

Entre os cooperados, há uma grande diversidade econômica no corpo social, gerando situações desiguais e conflitivas, a partir de confrontos de diferentes interesses. Desse modo, a Cooperativa ao incorporar 73% de pequenos, 22% de médios e 5% de grandes produtores, em função do tamanho do lote, da produção e comercialização, que expressam um modelo de agricultura familiar e patronal, é desafiada, permanentemente, no que diz respeito ao atendimento de demandas particulares de cada grupo.

Conforme outros estudos realizados sobre Pindorama, ao menos em um aspecto parecem concordar sobre o papel preponderante da Cooperativa na construção de contexto peculiar de Pindorama. Tal constatação se expressa nos esforços da Cooperativa em distribuir terra e renda, por meio do seu projeto inicial de diversificação produtiva; bem como pela sua capacidade de mobilizar recursos humanos e financeiros, destinados à infraestrutura econômica e social de Pindorama, gerando um dinamismo local.

As iniciativas da Cooperativa em contribuir para o dinamismo local de Pindorama, pela sua capacidade de mobilizar os recursos disponíveis, constituem uma aproximação com as investigações de Pires e Cavalcanti (2009) sobre as possibilidades do cooperativismo no processo de revitalização rural. Ao que podemos constatar a importância e as influências da Cooperativa para Pindorama, como alternativas para a reestruturação do setor agroindustrial, redefinindo o controle dos meios e das formas de produção, bem como as características da administração e gerenciamento local.

Foi neste cenário e com esta dinâmica que Pindorama começava a construir uma forma peculiar de modelo agrícola e de organização dos produtores em Alagoas. Pindorama conta hoje com estrutura fundiária fragmentada, diversificação produtiva, agroindustrialização, acesso aos bens públicos (educação, saúde, habitação), e acesso à política de crédito agrícola e de assistência técnica. Trata-se, desta forma, de um rural com sinais marcantes da presença do poder público, através da sua história de colonização balizada por intervenções públicas devido à formação da Cooperativa.

4. Estrutura de produção e o uso da terra

As condições de uso da terra em Pindorama refletem as contradições que estão ligadas ao projeto inicial de distribuição de terras, voltadas para os pequenos produtores, e hoje, são utilizadas, também, pelos grandes produtores da região. Apesar da proposta

inicial da Cooperativa em fragmentar o acesso à terra, definir os lotes em parcelas de terras, e criar normas para barrar a concentração fundiária - dois lotes por cooperado -, e da política de distribuição de lotes, houve um processo relativo de reconcentração fundiária em Pindorama. Isto se reflete no que foi discutido por Moura (2006), Carvalho (2001), Heredia (1989), Oliveira (1991), Lima (2001; 2006), os quais falam do contexto de concentração de terras em Alagoas.

A especificidade que fez de Pindorama um contexto peculiar foi: que, na sua formação, a estrutura agrária era marcada pela fragmentação de 33 mil hectares de terras, nas quais se assentavam 1.400 lotes com área entre 20 e 30 hectares, distribuídos para 80 cooperados. Hoje, para a mesma área, o tamanho dos lotes diminuiu, variando de 5 a 25 hectares, organizados em 19 aldeias e o número de associados aumentou para 1.160 cooperados, sendo que cada um só poderá adquirir no máximo quatro lotes.

Para ter acesso ao lote de terra, o agricultor deve se associar à Cooperativa, uma vez que o cooperado só tem direito ao usufruto, ficando a propriedade da terra com a Cooperativa - estratégia imaginada por Bertholet para evitar que o patrimônio caísse nas mãos dos chamados poderosos. Lá, não se compra, nem se vende terras, apenas a posse. Ainda assim, um hectare vale entre 7,5 e 8 mil reais. Este valor revela que essas terras são as mais valorizadas de Alagoas.

Mesmo com uma política de distribuição de lotes das terras, através da criação de normas que estabelecem critérios para barrar a concentração fundiária, segundo Carvalho (2005, p.40), os grandes produtores cooperativados passaram a adquirir mais lotes em Pindorama, através de negociações com outros cooperados, pequenos e médios, à revelia do controle da Cooperativa. Entretanto, a ampliação da área de canaviais nos lotes maiores não implicou uma configuração agrária capaz de anular a característica fundiária principal da Cooperativa, que é a de ser uma área diferenciada da região, pela predominância das pequenas e médias propriedades.

A esse respeito, observa-se que as propriedades com menos de 10 hectares cresceram em número e área, revelando a presença de novos cooperados e de arrendatários com pouca terra, bem como foi ampliada a área das propriedades entre 10 e 25 hectares (CARVALHO, 2005).

A razão da permanência desta estrutura fundiária em Pindorama, na opinião de Carvalho (2005, p.20), pode ser explicada pelo fato de a destilaria ter sido implantada

depois de 25 anos da formação da Cooperativa. O que, segundo o autor, significou um período suficiente para que a Cooperativa construísse um modelo agrícola com características estruturais de um espaço diferenciado na região, capaz de sobreviver à forma tradicionalmente concentradora de produzir a cana-de-açúcar.

A ocupação das terras de Pindorama com os canaviais passaram de 12 mil hectares, em 2002, para 15 mil hectares em 2011. Apesar da predominância da cana, a Cooperativa recriou, com algumas peculiaridades, um sistema produtivo diversificado, comandado por três projetos estruturantes: fábrica de derivados de coco; fábrica de beneficiamento de leite com uma unidade processadora de rações para atender aos produtores; e a modernização da fábrica de sucos. Assim, o cultivo em grande escala de maracujá e coco com área de 3.450 hectares, além de 5 mil hectares para pastagem/pecuária e 9.550 de área reservada a lavouras de subsistência e preservação ambiental, continua assegurando uma estrutura de plantio diferenciada na região.

A área reservada para a produção de alimentos e preservação ambiental parece compensar o espaço rural ocupado pela produção canavieira, revelando coerência com o que Wanderley (2000, p.13) afirma sobre “as transformações recentes do mundo rural brasileiro.”

Com mais de mil famílias envolvidas na Cooperativa, a heterogeneidade é marcada pela propriedade de terra, que varia de quantidade (de 1 a 4 lotes) e de tamanho (de 5 a 25 hectares). Do total de cooperados entrevistados, a maioria, 116 (77%), utiliza de 10,1 a 30 hectares, 32 (21%) dispõem de 5 a 10 hectares, e apenas 3 (2%) utilizam acima de 30,1.

Dessa forma, podemos afirmar que apenas o tamanho do lote de terra não constitui fator determinante para categorizar os cooperados em pequenos, médios ou grandes produtores, como pode ser observado: do total de 110 pequenos produtores, a maioria, 72 (66%), dispõe de 10,1 a 30 hectares, 29 (26%) dispõem de 5 até 10 hectares, e apenas 9 (8%) cooperados dispõem acima de 30,1. Os médios produtores somam 33 entrevistados, sendo a maioria, 16 (48%), dos cooperados usa acima de 30,1 hectares, 13 (39%) usam de 10,1 a 30 hectares, e apenas 4 (13%), de 5 até 10. E, finalmente, entre os 8 grandes produtores, a maioria, 6 (75%), conta com área de 10,1 a 30 hectares e entre os 2 restantes, um utiliza 65 hectares e outro, 75.

A heterogeneidade dos cooperados se manifesta, também, na forma de obtenção da propriedade de terra que controlam. Entre eles, a maioria, 91 (60%), adquiriu diretamente

através da sua adesão à Cooperativa, 35 (23%) através de herança dos pais e maridos, 21 (14%) compraram de outros cooperados e, apenas 4, através do projeto de colonização, na década de 1950.

Para eles, a importância primeira da Cooperativa reside na terra em suas próprias mãos, condição essencial para trabalhar e viver. Segundo os cooperados, os tempos do trabalho agregado dos cooperados, mesmo quando o patrão permitia o uso da terra sem importuná-los, eram tempos de permanente dependência e insegurança.

No processo de conquista e apropriação da terra, o sentimento de liberdade impulsiona a geração de novas capacidades e experiências, que, articuladamente, resultam na possibilidade de criar e recriar as condições para produzir, trabalhar e viver.

A memória daqueles com quem pude conversar não discerne muitas coisas sobre aquele período da colonização de Pindorama. Foi o tempo em que eles se tornaram colonos. Isto significou, para cada um deles, o momento em que passaram a dispor do direito à terra.

Para um pequeno número (10 - 7%) de unidades familiares de Pindorama, é problemática a sua diversificação, pois uma área menor que cinco hectares se torna insuficiente para gerar uma renda para a manutenção de uma família. O tamanho do lote é avaliado negativamente pelo cooperado, pequeno produtor, que possui pouca terra porque dá apenas para a sua sobrevivência.

Neste caso, o cooperado, por sua vez, desenvolve suas atividades produtivas, com arrendatários ou parceiros, com baixos níveis de produtividade e escassa inovação tecnológica.

Ao serem questionados sobre os usos de sua propriedade de terra, 44 (40%) cooperados, pequenos produtores, cedem parte da sua terra a parentes, 11 (10%) plantam ou criam em terra cedida, 9 (8%) arrendam uma parte para outros, e 8 (7%) arrendam terras de outros cooperados. Das terras arrendadas ou cedidas, 9% pertencem aos parentes que moram ou não no local e 7% a não parentes que moram ou não no local. Ressalte-se que a maioria (81%) desses cooperados não paga pelo uso da terra. Entre os médios e grandes produtores, respectivamente, oito (23%) e três (33%) deles arrendam terras de outros, pagando por este arrendamento.

Mesmo diante dessas estratégias, o presidente acredita que administra um modelo de distribuição de terras e de justiça social, pois quebrou o paradigma da concentração de terras na região.

Esse modelo de Pindorama tem atraído trabalhadores rurais evadidos de outras regiões do Estado à procura de melhores condições de vida, sobretudo após a crise do setor sucroalcooleiro, nos anos 1980. Em função dessa migração, sua população triplicou nas últimas décadas,⁴ passando de 10 mil, em 1974, para cerca de 30 mil habitantes em 2011 (FIBGE, 2010).

Tal fato contribui para o chamado favelamento rural da região de Pindorama, onde se inicia um desordenamento ocupacional em torno dos lotes agrícolas, levando a situações de falta de infraestrutura pública e menores condições de vida de algumas famílias. Nos arredores das aldeias, é possível observar uma população composta, principalmente, por trabalhadores rurais que fixaram residências para alugar a sua força de trabalho aos cooperados, médios e grandes produtores, em que a forma de trabalho familiar já não é mais suficiente.

A diversidade na estrutura de produção e no uso da terra é marcada por projetos diferenciados, fazendo com que os cooperados transitem entre a agricultura familiar de subsistência, pautada nos valores da tradição, e a monocultura altamente tecnificada, posicionando-se como parte integrante da agricultura moderna, coexistindo diferentes lógicas no tempo e no espaço social desses cooperados. Tal característica revela que os diversos tipos de produção se reproduzem de formas diferenciadas nas aldeias que compõem Pindorama.

A estratégia da Cooperativa parece repercutir na opção dos cooperados em continuar a ser sócio, pelo fato de ser uma população que não dispunha de terras e que se apropriou da terra da Cooperativa para garantir a reprodução social de suas famílias. Na entrevista, o cooperado salientou que, mesmo sem ter a posse, o fato de poder usufruir dela significa uma forma de independência e de liberdade.

Podemos dizer que o modelo produtivo desta Cooperativa continua atípico para os padrões regionais, apresentando singularidades na combinação da agricultura com a indústria. Podemos afirmar, portanto, que uma destas particularidades se constitui na

⁴ O desenvolvimento demográfico cresceu a uma taxa média de mais de 6%, desde a colonização de Pindorama até os dias atuais. Em 1961, eram 5 mil habitantes que já representavam 7 mil em 1970, 8 mil em 1972, 10 mil em 1974, 16 mil em 1985, 25 mil em 1991, 28 mil em 2000 (CARVALHO, 2005, p.43).

conjugação entre o sistema de produção voltado para a subsistência, e aquele voltado para os mercados, através das agroindústrias da Cooperativa. Podemos expor, ainda, que cada um desses componentes tem peso igual na viabilização do sistema de produção familiar dos cooperados. Neste sentido, os cooperados são, concomitantemente, gestores da área agrícola, do parque industrial da Cooperativa e de suas unidades produtivas. Com o intuito de se adaptar ao novo contexto, a Cooperativa reinventa sua tradição para garantir a sua própria sustentabilidade e a convivência com os valores dos mercados.

5. Considerações finais

Diante do exposto, podemos afirmar que a concentração de terras, enquanto matriz das perversas condições de vida a que estão submetidas grandes parcelas da população alagoana, repercute em Pindorama, onde se estima que nem todas essas pessoas sejam absorvidas pela Cooperativa, enquanto proprietárias de terras.

A expansão dos canaviais resultou no processo relativo de reconcentração de terras em Pindorama. Entretanto, apesar do aumento das propriedades com mais de 25 hectares, Pindorama continua a ser uma área diferenciada, pela predominância das pequenas e médias propriedades.

O presidente admite o sucesso do modelo de distribuição de terras em Pindorama, embora reconheça a diversidade de situações em relação às grandes propriedades de alguns, em comparação com as dimensões de terra reduzidas de outros. Situação que se manifesta através da forma de aquisição e ampliação de terra, que para alguns está apoiada na herança e, para outros, na compra de lotes dos cooperados, embora mantenham uma fachada de adequação às normas legais da Cooperativa: necessidade crescente de aumentar a produtividade e escala de produção para se manterem competitivos nos mercados. Isto gera, no dizer do presidente, a preocupação com a questão agrária em Pindorama.

Dessa forma, o acesso à terra se mostrou como o eixo central que norteia as dinâmicas instituídas pela Cooperativa, tanto para garantir as estratégias produtivas, quanto para propiciar a um número significativo de cooperados a permanência no espaço rural. Estes cooperados resistiram ao processo de expulsão imposto pela modernização da agricultura, contribuindo para a conservação dos recursos naturais do local.

Há de se ressaltar a estratégia da Cooperativa de deter o controle da propriedade da terra, disponibilizando apenas o direito de uso para os cooperados, mantendo-os na condição de sócios, a fim de garantir um sistema de produção imprescindível à sua sustentabilidade.

Consideramos, ainda, que esse espaço é diferenciado devido ao modelo produtivo instituído pela Cooperativa, nas formas de organizar a produção, revelando uma heterogeneidade dos cooperados. Tal modelo mostra, também, a capacidade de sobreviver à forma tradicionalmente concentradora de produzir a cana-de-açúcar. Neste contexto, Pindorama se destaca pelo seu caráter de produção familiar.

Assim, podemos afirmar que a Cooperativa contribuiu para o revigoramento de Pindorama, o que confirma o argumento de Pires (2004), ao ressaltar que o cooperativismo se apresenta enquanto possibilidade de inserção no modelo produtivo de forma organizada e competitiva, bem como de revigoramento de territórios e regiões produtivas.

Diante do caso estudado, observamos que a Cooperativa proporciona uma complexa trajetória de construção e reconstrução do cooperativismo, confirmando a tendência já sublinhada por Pires (2004), dos estudos atuais sobre a temática do cooperativismo que revelam a diversidade de práticas associativas marcadas por distintos contextos socioeconômicos e culturais de cada região.

Constituída como instrumento de defesa dos interesses coletivos dos agricultores, a Cooperativa apresenta um papel preponderante na construção de Pindorama, contribuindo para o revigoramento deste espaço, através da preservação dos sistemas de produção baseados na agricultura familiar. Todavia, o reconhecimento da importância da Cooperativa não encobre os conflitos e tensões vivenciados no seu cotidiano, em função das modificações do contexto relativas aos mercados, tecnologias, comunicação, sistema de produção, pressão demográfica e gestão dos recursos naturais.

Referências

- ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L. C. (2003). Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: *XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 2003, Juiz de Fora. v. cd-rom.
- CARVALHO, C. P. de. O. (2001). *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira em Alagoas*. 2 ed. Maceió: Edufal.

_____. (2005). Pindorama: a Cooperativa como alternativa. *Série Apontamentos*, n. 50, Maceió: Edufal.

CAVALCANTI, J. S. B. (2004). Globalização e ruralidade. In: _____. WANDERLEY, M. de N. B. (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis, p.17-32.

HEREDIA, B. M. A. (1989). *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (org.). (1997). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEMONS, J. R. (2006). *René Bertholet – Pindorama: um sonho que deu certo*. Coruripe: Jalves.

LINDOSO, D. (2000). *Formação da Alagoas Boreal*. Maceió: Catavento.

MOURA, G. L. L. (2006). *Uma nova Alagoas é possível*. Disponível em: <<http://www.novoirisalagoense.blospot.com>>. Acesso em: 30 de maio de 2010.

PIRES, M. L. L. e S. (2004). *O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá*. Recife: Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

_____.; CAVALCANTI, J. S. B. (2009). Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G. da; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B. (orgs.). *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura.

SABOURIN, E. (2009). *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

WANDERLEY, M. de N. B. (1996). A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Ideias*, Revista do IFCH/Unicamp, Campinas, 3 (2): 25-54, jul/dez.

_____. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 15, p.87-145.

WILKINSON, J. (1997). Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA E SUA RELAÇÃO COM O MODO DE VIDA TRADICIONAL – UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE OS SABERES JURÍDICO, SOCIOLÓGICO E ANTROPOLÓGICO

Evelyn Marchetti, UNESP Franca
ve.evelyn@gmail.com

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho, Faculdade de Ciências e Letras de
Araraquara/UNESP
mambofilho@yahoo.com.br
GT3: “Questão Agrária”

INTRODUÇÃO

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, abrangendo mais de sete milhões de quilômetros quadrados distribuídos em nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa¹. Ela representa mais da metade das florestas tropicais remanescentes no planeta e compreende extraordinária biodiversidade. Com a mais diversa flora do mundo - mais de 45 mil espécies descritas (perto de 20 % do total mundial) - o país possui, por exemplo, a maior riqueza de espécies de palmeiras (390) e de orquídeas (2.300). Os animais vertebrados são amplamente representados na fauna brasileira. Foram registrados no país 394 espécies de mamíferos, 1.573 de aves, 468 de répteis, 502 de anfíbios e mais de 3 mil espécies de peixes. Esta riqueza de espécies corresponde a, pelo menos, 10 % dos anfíbios e mamíferos, e 17 % das aves de todo o planeta.

O Brasil é o país que possui a maior parte da floresta em seu território, aproximadamente 60%, perfazendo uma superfície de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, área que correspondente, originalmente, em torno de 54% do território nacional (PORTO-GONÇALVES, 2005). Em 1953, foi atribuído à Amazônia Brasileira o termo Amazônia Legal, com a Lei 1.806, a qual criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVA, com o intuito governamental de planejar o desenvolvimento da região. A Amazônia Legal compreendia os Estados do Pará e do

¹ Definida como departamento ultramarino da França, a Guiana Francesa é o último território não independente continental latino-americano (os outros são ilhas ou arquipélagos do Caribe).

Amazonas, os Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco (atuais estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, respectivamente), e ainda, parte do Estado do Mato Grosso (norte do paralelo 16º, de latitude Sul), do Estado de Goiás (norte do paralelo 13º, de latitude Sul, atualmente Estado do Tocantins) e do Maranhão (oeste do meridiano de 44º)².

Com a extinção da SPVA e criação da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em 1966 por meio da Lei 5.176, ocorreu uma nova configuração, que em função da Constituição de 1988, com a criação dos Estados do Tocantins, Amapá e Roraima, passou a ser constituída por: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e parte do Maranhão. A Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, extingue a SUDAM e cria a ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia, mas em 2007, com a Lei Complementar n. 124, volta a ser SUDAM³.

Desde que se incorporou à ordem moderna, período no qual o Brasil passou a ser colônia de Portugal, a região tem sido vista mais pela ótica dos colonizadores do que de seus próprios habitantes. “Nesse sentido a Amazônia sofre daquelas características típicas de povos/regiões submetidos(as) a desígnios outros que não aos dos seus próprios habitantes” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 12). Sua população, constituída inicialmente por diversas comunidades indígenas e posteriormente, também, por demais povos extrativistas, sempre foi vista como primitiva e preguiçosa, sendo, deste modo, incapaz de portar um projeto civilizatório calcado nos moldes ocidentais. Mais do que isto, a visão predominante caracteriza a região como um verdadeiro vazio demográfico, portadora somente de recursos naturais, que deve ser dominada e conduzida à “modernidade” pelos povos civilizados.

A Amazônia é referência global de espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta, atraindo a atenção de estudos sobre a manutenção e utilização de sua vasta biodiversidade. O Estado brasileiro, contudo, tem privilegiado políticas de desenvolvimento embasadas num modelo europeizado, que se implantou nas demais

² MINISTÉRIO DA INTERGRAÇÃO NACIONAL. **Legislação sobre criação da Amazônia Legal**. Disponível em: http://www.ada.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=36. Acesso em: 14/05/11.

³ MINISTÉRIO DA INTERGRAÇÃO NACIONAL. **Histórico SUDAM**. Disponível em: http://www.ada.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=36. Acesso em: 14/05/11.

regiões brasileiras. Vista muitas vezes como “natureza vazia”, os povos tradicionais que ali vivem ficam sobrepujados frente ao embate econômico e ambiental na região.

O objetivo deste artigo é situar a questão da política de desenvolvimento amazônico fomentada pelo Estado brasileiro e a incompatibilidade deste tipo de desenvolvimento com os aspectos ambientais, culturais e sociais da região, bem como a análise de formas alternativas, mais adequadas às características e necessidades das populações nativas, como o conceito jurídico de posse agroecológica e a criação de Reservas Extrativistas.

POLÍTICAS DE “DESENVOLVIMENTO” NA AMAZÔNIA

Embora a exploração, a violência, a devastação e a resistência não sejam fenômenos recentes, é a partir da segunda metade do século XX que a Amazônia passa por um intenso processo de transformações do seu espaço geográfico com potencial ameaça de esgotamento de seus recursos naturais (PORTO-GONÇALVES, 2005).

O paradigma hegemônico de desenvolvimento está associado à modernidade – ser moderno é ser desenvolvido. Como expõe Porto-Gonçalves (2006), a modernidade é incompreensível sem colonialidade. Modernizar é expandir uma determinada ideia de progresso e, com ela, de colonização de diferentes povos e regiões. Nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento é paradoxalmente questionado e impulsionado. Questionado pelo movimento ecológico diante de atrocidades ambientais⁴; impulsionado em países como o Brasil, classificados como subdesenvolvidos, nos quais a superação estaria no próprio desenvolvimento.

A Amazônia é a região emblemática da contradição da imposição do desenvolvimento. No decorrer das sucessões governamentais, foi alvo de diversos projetos que objetivavam transformá-la, inseri-la na realidade desenvolvimentista estabelecida politicamente. A superação dos desafios locais era contemplada em uma equiparação regional que impunha um modelo exterior a realidade local, sem considerar que a igualdade também se expressa no respeito aos diferentes modos de sermos iguais (MARCHETTI, 2011).

O processo de inserção da Amazônia a um contexto alheio a sua realidade inicia-se no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) que vasculhou o Brasil de norte a sul, de

⁴Desastres como a contaminação de mercúrio na baía de Minamata, no Japão, em 1951.

leste a oeste, no sentido de uma unificação nacional. Seu objetivo era o desenvolvimento acelerado e a consolidação dos estados amplos e de tendência independente da nação, sobretudo os da Bacia Amazônica (REVKIN, 1990). Em 1946, houve a inserção na Constituição de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia:

Art 199 - Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal.

Em 1953, é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPEVA – a primeira comissão de desenvolvimento regional do Brasil, cujo objetivo era de planejamento da região, sem atuar efetivamente, revelando a preocupação político-econômica com a região.

Juscelino Kubitschek, que governou o país de 1956 a 1961, estabeleceu a dispendiosa tarefa de alterar a distribuição de colonização no Brasil, onde a grande maioria da população vivia em região costeira. O primeiro passo foi deslocar a capital do país do Rio de Janeiro para o planalto central. Então Kubitschek iniciou o projeto de construção da estrada Belém-Brasília, cujos 2 mil quilômetros ligariam a nova capital federal à foz do rio Amazonas. Com a inauguração da rodovia em janeiro de 1959 e sua pavimentação cinco anos depois, “o isolamento de vários séculos em que a Amazônia estava mergulhada havia terminado” (SHOUMATOFF, 1990, p. 68).

Os militares chegaram ao poder em 1964 e voltaram seus olhos para o Norte com a justificativa de o Brasil estabelecer ali sua presença, tomar posse real de seu território, proteger suas fronteiras, recolher suas riquezas e levar o desenvolvimento àquela região. Entre 1966 e 1967 uma série de atos, conhecidos como “Operação Amazônica” e cujo lema era “Integrar para não Entregar”, tiveram início, de acordo com Schoumatoff (1990), com um elaborado programa de construção de estradas, além de um programa de colonização; a criação da Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; um banco regional, o BASA – Banco da Amazônia S/A, que substituiu o antigo Banco de Crédito da Borracha, fundado durante a Segunda Guerra Mundial por Getúlio Vargas; e a criação de polpidos incentivos fiscais para a indústria e para a agropecuária. Em 1970, num esforço de determinar o que realmente havia lá, o governo lançou o projeto Radam

(Radar na Amazônia), que empreendeu um levantamento de todo o relevo da bacia amazônica por meio da utilização de imagens aéreas geradas por radar (www.radam.nom.br).

Tais investimentos culminaram no avanço capitalista da agropecuária, mineração e industrialização na Amazônia. Assim, surgiram também as hidrelétricas, que correspondiam a um objetivo de maior eletrificação do país. As usinas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM) chamaram atenção pela forma violenta de construção, na qual foram utilizadas as mesmas armas bioquímicas usadas pelos EUA na Guerra do Vietnã (1965-1975): *napalm* e *agente laranja*.

Tendo em vista “os elevados propósitos do progresso”, o governo militar inicia um plano de incentivo para povoar e desenvolver economicamente a região. A Amazônia, no período de 1966 a 1985, assume um caráter de solução para tensões internas provenientes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste, devido à modernização da agricultura, bem como para frear focos revolucionários que se estabeleciam na floresta. Em 1970 o ministro do planejamento Roberto Campos, que lançou o projeto “Operação Amazônia”, é substituído por Delfim Netto, que, com o lançamento do Plano de Integração Nacional, decidiu transferir camponeses sem terra do nordeste e centro-sul para a Amazônia mediante o oferecimento de pequenas parcelas de terra e créditos agrícolas (SOUZA, 1990).

A espinha dorsal desse sistema seria a Rodovia Transamazônica, que atravessaria a América do Sul em seu ponto mais largo. Inicialmente projetada para ser uma rodovia com 8 mil quilômetros de comprimento, ligando as regiões nordeste e norte do Brasil com o Peru e Equador, possui, desde sua fundação em agosto de 1972 até os dias atuais, quase cinco mil quilômetros de extensão, nascendo na Paraíba e seguindo até o Amazonas. Com o intuito de estabelecer famílias ao longo da rodovia de modo a ajudar resolver o problema da questão agrária, uma extensa campanha foi lançada com o lema: “Terra Sem Gente para Gente Sem Terra”, e pacotes de incentivos foram lançados para atrair grandes investidores.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA foi criado pelo governo federal em 1970 com o objetivo de superintender a ocupação de áreas destinadas à reforma agrária, sobretudo aquelas que se situavam à margem da rodovia Transamazônica, conforme previsto pelo plano de colonização da Amazônia. Enquanto isso a Sudam se encarregava da supervisão da ocupação planejada e da distribuição de vantajosos

incentivos para os projetos industriais e agrícolas. Segundo Revkin (1990), o regime militar estava especialmente ansioso para impulsionar o desenvolvimento de fazendas pecuaristas, pois, numa época em que aumentos salariais eram restringidos no intuito de tentar controlar a inflação, a disponibilidade de carne barata era uma das poucas concessões feitas pelo governo para acalmar a classe trabalhadora.

Ao propiciar lucro fácil, a especulação fundiária foi largamente empregada. Os beneficiários teriam que demonstrar à Sudam a utilização produtiva da terra antes que esta lhes fornecesse o título definitivo de propriedade, e a maneira mais barata e prática de fazer isso era derrubar as árvores, queimar o terreno, semear grama e soltar ali algumas cabeças de gado. Com o título de propriedade em mãos e a estrada finalizada, podia-se vender a terra por um valor muito superior àquele aplicado, obtendo-se altas taxas lucro (SCHOUMATOFF, 1990).

Não tardou muito para que o Plano de Integração Nacional, que previa o assentamento de pequenos proprietários agropecuários ao longo da Transamazônica, viesse a fracassar. Após certo tempo a terra se tornava improdutiva, e, mesmo quando algum produtor conseguia colher algo, não havia mercado sólido para comercialização do produto (REVKIN, 1990). Além do mais, os colonos não tiveram acesso a todos os benefícios e infra-estrutura prometida pelo governo, e muitos deles foram atacados pela malária, que acabou culminando num grande número de mortos. Com o objetivo inicial de assentar 100.000 famílias na Região Amazônica (sendo 75% oriundas do nordeste), verificou-se, em 1980, que somente oito mil famílias haviam se estabelecido nos lotes do INCRA ao longo da rodovia. A maioria dos imigrantes era oriunda do Sul do país, com hegemonia paranaense, e menos de um terço dos colonizadores provinha do nordeste. Revkin (1990) explicita a situação dos colonos sulistas:

Além disso, os esquemas de recolonização não serviram como uma válvula de pressão da população. Segundo pesquisas realizadas por Charles Wood e John Wilson, cientistas sociais na Universidade da Flórida, em Gainesville, dos estimados 17 milhões de pequenos fazendeiros e agricultores que foram obrigados a abandonar suas terras no sul durante a década de 70, somente 766.000 foram para a Região Amazônica – menos de 5% do total. A grande maioria amontoou-se nas favelas que circundam agora São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e outras cidades, ampliando os problemas urbanos tais como o crime, desemprego, vício de drogas. Aqueles poucos que se dirigiram para o norte terminaram numa situação semelhante. (p. 134-135).

Segundo Souza (1990), após o fracasso dos projetos de pequenos proprietários agropecuários, o governo abandonou os projetos marcadamente ideológicos do Plano de Integração e, em 1974, lançou as bases do Polamazônia numa tentativa de reordenar institucionalmente a entrada do grande capital na região. Criado no governo do general Geisel (1974 a 1979), o Polamazônia se constituía num pacote de incentivos que envolvia a criação de quinze “pólos” econômicos que visariam atrair indústrias e pessoas para regiões predeterminadas, como, por exemplo, o projeto mineiro de Carajás e a construção de usinas hidrelétricas como a de Tucuruí (REVKIN, 1990).

Um dos recursos mais importantes utilizados pelo governo para atrair gente para a Região Amazônica, lado a lado ao incentivo à iniciativa privada, foi a construção de uma enorme rede de estradas (REVKIN, 1990).

As rodovias, que possuem a vantagem de tirar regiões do isolamento, conectam pessoas e lugares, centros produtores e mercados consumidores, também podem trazer prejuízos os mais diversos. Ao mesmo tempo em que abriu as portas do “progresso” para a Região, a construção de estradas também deu espaço ao desmatamento e à violência. De forma direta (ou a priori), a construção das rodovias foi responsável por desmatar trechos de floresta e atravessar reservas indígenas; indiretamente (ou posteriormente), atraiu fazendeiros que desmatavam áreas muito mais abrangentes, realizavam queimadas intensas e expulsavam, com o uso da violência, aqueles que já estavam ali há muito tempo e conviviam com a floresta de forma pacífica.

A Transamazônica, principal rodovia da Operação Amazônia, recebeu a alcunha de rodovia “Transmiséria” após ficar evidente o fracasso do programa de integração esquematizado pelo governo militar⁵. Grande parte da terra ao longo da Belém-Brasília foi desmatada por pequenos fazendeiros sem título de propriedade, que mais tarde foram perseguidos pelos especuladores ou por grandes fazendeiros. Dentre todas as rodovias, pode-se dizer que a BR-364 é aquela que gerou mais polêmica e causou maior estrago em seu entorno, principalmente no estado de Rondônia. Segundo Revkin (1990), foi o trecho construído de Cuiabá (MT) até Porto Velho (RO) que provocou a maior destruição. O que deteve a completa devastação de Rondônia foram as condições deploráveis das estradas, que dificultavam o tráfego e permaneciam intransitáveis durante o tempo das chuvas.

⁵ Ver REVKIN (1990, p. 133-134).

A partir de 1970 e ao longo dos anos, as grandes fazendas e a devastação ao longo da BR-364, que ia de Cuiabá até o Acre, espalharam-se como uma doença, de acordo com Schoumatoff (1990), desde o Mato Grosso até o alto da Rondônia. No Acre, até 1969, antes da ampliação da BR-364 à Oeste desde Porto Velho, o rio fora a única comunicação de Rio Branco com o mundo exterior (SCHOUMATOFF, 1990). No contexto de “recolonização” do Acre, com sua abertura à modernidade, muitos seringueiros pensaram que tempos melhores viriam, que sairiam do esquecimento, que a sociedade brasileira saldaria sua dívida⁶ para com eles, ou pelo menos a reconheceria e, portanto, os ajudaria a se adaptarem aos novos tempos (MORO, 1993).

Violeta Loureiro (2004) aponta dois vetores principais para a ocupação amazônica: o econômico (aliança e apoio ao capital) e o geopolítico (defesa da fronteira e ocupação do vazio demográfico). Dessa forma, sendo alvo de tais preocupações estadistas, a Amazônia acabou impactada por diversos programas governamentais que desconsideraram os povos que ali já estavam, em detrimento de uma segurança territorial e em busca de um desenvolvimento regional embasado no ideário capitalista.

Fica evidente a preferência estatal por uma forma de desenvolvimento fundada na estratégia de facilitar a rápida acumulação das classes empresariais com o privilégio da transferência de recursos públicos. As políticas voltadas para o favorecimento do grande capital nacional e internacional foram autoritárias e concentradoras de renda e de terras, que ignoraram a vida, a cultura e os interesses dos povos da Amazônia (MARCHETTI, 2011). Os planos de desenvolvimento estavam e continuam sendo centrados na aceleração do crescimento econômico, dando ênfase a resultados macroeconômicos. São concebidos e implementados “a partir de cima”, com base política traçada sem a participação das comunidades por ela afetada.

Os projetos de desenvolvimento implantados na região não permitem às populações amazônicas a asseguarção da cidadania, pois rejeitam e, muitas vezes, impedem que sua manutenção e reprodução ocorram. São impostos de maneira desenraizada, sem referências locais, promovendo uma estrutura socioeconômica concentradora desacoplada de suas

⁶ Por dois momentos, pode-se dizer, os seringueiros foram convocados a lutar pelo país. O primeiro corresponde à batalha pela anexação do Acre ao território nacional, concretizada em 1903. O segundo momento aconteceu durante a segunda guerra mundial, quando um grande número de pessoas (sobretudo nordestinas) foi convocado pelo governo brasileiro, patrocinado pelos Estados Unidos, a colher borracha na Amazônia com o intuito de ajudar os aliados a vencer a guerra. Estes trabalhadores foram apelidados de “soldados da borracha”, e inúmeras garantias e vantagens que haviam sido oferecidas a eles nunca foram cumpridas.

potencialidades, e, principalmente, impedindo que um desenvolvimento diverso, autônomo, se estabeleça (FREITAS, 2004).

INCOMPATIBILIDADE COM O MODO DE VIDA TRADICIONAL

A ideia de “natureza vazia” culminou em três consequências imediatas para a Amazônia: devastação da cobertura vegetal, rebaixamento do preço das terras em geral, uma vez que as públicas eram vinculadas ao Valor da Terra Nua, e a concentração de terras. Esse processo gerou uma ruptura entre povos-natureza que esfacelou o conteúdo social e cultural de tal relação. As alterações dos padrões culturais e a substituição por novas formas de organização não ocorre de forma espontânea, mas resulta de uma imposição violenta pelas políticas do Estado. A apropriação privada das terras impede a reprodução da identidade cultural dos grupos amazônicos, transformando-os em assalariados, peões etc.

A perda cultural sucedida não ocorre como resultado histórico de uma transformação cultural escolhida socialmente, mas pela intervenção e opressão da nova cultura imposta. A interferência das novas políticas sobre o modo de vida das populações da Amazônia implica na perda de práticas culturais, tradições, memória social, formas de articulação com a natureza, práticas de sobrevivência social e instituições culturais diversas. Nesse sentido, nega-se aos povos o princípio da autodeterminação, pois a mudança ocorre não pelo desejo, mas pela violência.

O Estado brasileiro compromete-se com a proteção cultural dos povos em sua constituição, todavia, sob a égide do desenvolvimento, ameaça a existência de grupos que mantêm com a natureza uma relação intrínseca. Para as comunidades tradicionais, a relação entre natureza e cultura diverge do padrão estabelecido na sociedade tal qual conhecemos, estabelecendo-se numa íntima relação com aspectos econômicos, sociais e míticos.

Nesse sentido, a conservação do meio ambiente é imprescindível, uma vez que intervenções são diretamente sentidas por seus habitantes, o que os faz sujeitos nos embates políticos sobre a Amazônia. Portanto, o enfrentamento dessas questões deve gerar uma política cultural mediada por apreços ecológicos que funcionem como defesa não apenas de recursos ou da biodiversidade, mas de um projeto de vida. É importante que

esses atores sociais façam parte da construção de seus próprios destinos (MARCHETTI, 2011).

Quando as pessoas lesadas passam a reagir a tal situação instaura-se o conflito, que permanece até hoje. A audácia das disputas em curso na Amazônia assemelha-se a verdadeiras operações de guerra, das quais uma boa parte é ignorada pela sociedade brasileira. Para Loureiro (2004), o caos fundiário e as disputas dele decorrentes são temas que o Estado omite ou minimiza, já que ele revelaria a própria incapacidade do Estado em controlar as sequelas da “fase da conquista” da Amazônia pelo capital.

Desde que registros sistemáticos foram feitos, os conflitos se mantêm em patamar elevado, e o poder privado acelera o processo de conquista de terras “na lei ou na marra” (CANUTO; LUZ; WICHINIESKI, 2011). “Na lei”, pois ocorre a regularização das terras griladas na Amazônia, bem como se tem a criação de um novo Código Florestal, discutido e votado no congresso, mesmo com problemáticas apontadas por grupos de pesquisadores sérios. “Na marra”, como no caso dos 346 conflitos em 2010 envolvendo populações tradicionais, com expulsões de famílias e assassinatos (CANUTO; LUZ; WICHINIESKI, 2011).

A Constituição Federal prevê o direito cultural e exige do Estado um papel efetivo para a sua concretização. A Carta de 1988 dispõe que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”⁷. Afirma também, em seu art. 216, I e II, que “constituem patrimônio brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem” tanto as formas de expressão como os modos de criar, fazer e viver. Diante dessa demanda, torna-se imperioso um modo de intervenção do Estado nas comunidades tradicionais a fim de garantir seus direitos culturais e sociais.

A expressão comunidades ou povos tradicionais surge com a problemática ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação (UCs) – que constituem áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – a fim de abranger as populações residentes nesses locais: povos

⁷ BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 225 caput. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 14 maio 2011.

indígenas, comunidades remanescentes de Quilombos, extrativistas, pescadores, dentre outras.

Diversos regulamentos jurídicos referem-se às comunidades tradicionais. Dentre todos, a título de ilustração, mencionamos a Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção do bioma da Mata Atlântica, e também se refere às populações tradicionais conceituando-as em seu art. 3º, II como “população tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental”.

Com um isolamento relativo, esses povos desenvolveram modos de vida particulares atrelados a grande dependência dos ciclos naturais, com um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, simbologias, mitos, bem como uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena.

A garantia de direitos sociais destinados à sociedade em geral, como saúde, educação, alimentação etc. pode advir de um tipo de desenvolvimento alternativo que considere as necessidades locais, e as especificidades de sua cultura, já que é dever do próprio Estado sua proteção, como disposto nos Arts. . 5º inciso IX; 215 e 216 da Constituição Federal. Um desenvolvimento baseado na cooperação, na coletividade, que culmine num resultado diferente do progresso como orgia de consumo acelerado de capital, mas sim, que promova um progresso humano, de bem-estar social sustentável dos grupos que carregam laços culturais intrínsecos à natureza.

EXPERIÊNCIAS COMPATÍVEIS

O ápice da reação do movimento camponês de luta por uma forma de vida tradicional deu-se com a liderança do seringueiro Chico Mendes, entre os anos de 1970 e 1980. A luta travada pelos seringueiros revela o interesse dos povos extrativistas em manter a “floresta em pé”, pois é dela que provém o sustento de tais povos. Sustento econômico, mas, sobretudo, o sustento de toda uma cultura. As matrizes culturais dos povos amazônicos estão arraigadas na existência da floresta, fator determinante para o

destemor da prática dos “empates”⁸. Lutar pela manutenção da floresta era lutar pela própria sobrevivência do grupo, é a luta por um projeto de vida.

As Reservas Extrativistas (RESEX) são uma alternativa de preservação da floresta e, ao mesmo tempo, uma alternativa econômica. A ideia da criação de RESEX surgiu durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília no ano de 1985, que também criou as bases para a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), como uma analogia às reservas indígenas (ALMEIDA, 2004). A proposta das RESEX foi a forma que os seringueiros encontraram de propor uma alternativa ao modelo de desenvolvimento em curso na Amazônia, coisa que não conseguiam com a realização dos “empates” uma vez que, embora fossem uma forma de tentar barrar o desmatamento, não propunha algo novo para a região. Conforme Grzybowski (1989),

Trata-se de preservar a floresta, os rios, os animais, respeitar a natureza como espaço e parte da própria vida. Mas trata-se, também, de desenvolver uma economia adaptada, não destrutiva, capaz de garantir a riqueza material dos povos da floresta. Todos temos a ganhar com isto. Perdem os grandes grupos econômicos e os latifundiários, tanto pelo fato que a natureza passa cada vez mais a ser vista como patrimônio coletivo cuja exploração não pode obedecer a lei do lucro, como por restringir o negócio especulativo da terra, limitando o poder discricionário dos proprietários sobre homens que da terra dependem para viver. A proposta de reserva extrativista é um autêntico projeto de reforma agrária, adaptado às características naturais, econômicas, sociais e culturais da Amazônia (p. 12-13).

A criação de Reservas Extrativistas realçou a junção entre a questão fundiária e a questão agroecológica, propondo novos critérios no apossamento da terra, centrado no uso sustentado dos recursos naturais (CNS, 1993). Assim, é possível afirmar que o programa de RESEX para a Amazônia é parte de um modelo de desenvolvimento sustentável que respeita as especificidades da região. Uma vez que sua criação remete à uma forma de legitimar a posse e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos, as Reservas Extrativistas foram historicamente uma proposta no espírito da Reforma Agrária, isto é, para que a terra cumpra sua função social (www.ibama.gov.br). Somente o Governo Federal pode criar uma Reserva Extrativista, uma vez que se trata de reforma agrária, e sua definição a compreende na qualidade de terra da União sobre a qual os trabalhadores possuem o direito de usufruto.

⁸ Conforme relata Chico Mendes em sua entrevista à Cândido Grzybowski (1989), o empate é uma forma pacífica de resistência, onde a comunidade se organiza sob a liderança do sindicato e, em mutirão, se dirige à área que será desmatada pelos pecuaristas colocando-se diante dos peões e jagunços para pedir que não desmatem e que se retirem do local.

O Conselho Nacional dos Seringueiros, cujo Estatuto o define como uma associação civil, sem subordinação partidária ou sindical, em que os membros poderiam ser “trabalhadores extrativistas” no sentido mais amplo do termo (ALMEIDA, 2004), incluiu, neste mesmo documento, a criação das Reservas Extrativistas como sendo objetivo da organização. Tanto o CNS quanto as RESEX ganharam considerável expressão no cenário nacional e internacional, sendo amplamente debatida por diferentes setores sociais (governamentais, não governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisa e movimentos sociais) que passaram a dar visibilidade aos protagonistas desta proposta, os seringueiros, que até então eram vistos como seres anacrônicos e atrasados, deslocados do tempo histórico (CUNHA, s/d).

Partindo do pressuposto de que a Constituição Federal prevê o direito cultural e exige do Estado um papel efetivo para a sua concretização, uma vez que a ideia de dignidade cultural perpassa pelo próprio sentido de dignidade da pessoa humana, surge no saber jurídico o conceito de posse agroecológica.

Conforme apontado, as investidas desenvolvimentistas desconsideraram a realidade local e a própria vontade dos povos locais em relação ao modelo de atuação estatal. O direito fundamental à diferença sendo próprio do princípio da dignidade humana, requer uma concretização da cidadania de tais povos por meio da verificação de seus anseios na escolha de seus destinos. Para alcançar tal objetivo, o diálogo entre culturas deve ocorrer de forma que a interpretação do contexto social seja benéfica e respeitadora às culturas envolvidas.

As políticas voltadas ao desenvolvimento da região devem passar pelo crivo constitucional da proteção ambiental, entendendo-se o ambiente em sua concepção unitária, envolvendo tanto o natural quanto o cultural. Essa compreensão constitucional revela sua indissociável aplicabilidade no contexto das populações tradicionais amazônicas. Como ressalta Benati (2003):

A finalidade da terra para seringueiros, ribeirinhos, remanescentes de quilombos é inconciliável com a destinação dada pelas grandes empresas mineradoras, empresas agropecuárias e, na maioria das vezes, pelos grandes projetos governamentais. Nesses momentos de conflito, a definição da faixa de terra necessária para que esses segmentos de camponeses desenvolvam suas atividades agroextrativistas torna-se essencial para estruturar os vínculos de solidariedade e forjar uma coesão social capaz de enfrentar seus adversários, como também para garantir o controle sobre sua área (p.111).

É desse contexto que o autor extrai o conceito de posse agroecológica, definindo: “forma por que um grupo de famílias camponesas se apossa da terra, levando em consideração neste apossamento as influências sociais, culturais, econômicas, jurídicas e ecológicas.” E fisicamente, sendo: “o conjunto de espaços que inclui o apossamento familiar conjugado com área de uso comum, necessários para que o grupo social possa desenvolver suas atividades agroextrativistas de forma sustentável”. Assim, essa posse agroecológica objetiva o uso sustentável da terra, pois para nela se colocar é necessário interagir com o meio.

A legislação de que trata o tema da posse, tanto no âmbito civil quanto no agrário, parece não ser capaz de atingir o contexto amazônico no seu fenômeno social da posse. Como indicado por Benati (2003), é da própria realidade social que emerge a ideia do estabelecimento da posse agroecológica, podendo-se constatar sua consolidação com a Lei 9.985/00 através da instituição das reservas extrativistas.

Dessa forma, pode-se afirmar que os institutos jurídicos clássicos não eram adequados para abranger o aspecto típico do apossamento dos grupos extrativistas da Amazônia. A observação da realidade local para que o direito abarcasse tal forma de relação com a terra foi imprescindível. O reconhecimento da posse agroecológica propicia a legitimidade de tais práticas oferecendo uma resposta jurídica leal às determinações constitucionais de ambiente equilibrado, desenvolvimento sustentável e proteção cultural.

A ciência do Direito, ainda muito rígida à dinâmica social e às diferentes realidades nacionais, parece não atentar para a necessidade de estudos e aprimoramentos jurídicos a fim de dirimir conflitos próprios de realidades diferenciadas. A “desatenção” com a realidade das “minorias” revela uma opção do próprio Estado em não capacitar os movimentos sociais com as suas próprias “armas” jurídicas, relegando a maior parte dos cursos jurídicos, ao ensino de uma ciência acrítica, meramente burguesa, desacoplada com a diversidade cultural brasileira. A efetivação de direitos ambientais-culturais, e em sua maior expressão, de direitos humanos, requer buscas jurídicas de facilitação processual e, principalmente, de acesso ao direito.

O modelo empregado para a garantia dos direitos sociais das comunidades tradicionais parece não condizer com uma proteção efetiva do seu direito de autodeterminação cultural, uma vez que é fácil de observar o poder penetrante das culturas capitalistas e o poder de transformação das não-capitalistas frente à primeira. A busca pelo

direito de viver a diferença dos povos tradicionais impele o reconhecimento de práticas jurídicas distintas, bem como modelos de desenvolvimento alternativos, específicos, coadunados às experiências de cada grupo. A existência dos diversos instrumentos disponíveis de previsão de direitos requer interpretações diferentes, que propiciem a efetivação dos mesmos, e, para isso, o diálogo e trabalho conjunto com a antropologia e com a sociologia é fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. B. W. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso: 06/06/2011.
- BENATI, J. H. **Posse agroecológica e manejo florestal à luz da Lei n. 9.985/00**. Curitiba: Juruá, 2003.
- CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. **Conflitos no campo: Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011. Disponível em: <http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=192&catid=4>. Acesso em: 13/09/11.
- CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (1993). Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia. Rio Branco, Acre.
- CUNHA, L. H. de O. **Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade**. S/d. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf>. Acesso: 01/08/2011.
- DIAS, B. F. de S. A biodiversidade na amazônia: uma introdução ao desconhecido. In: VELLOSO, J. P. dos R.; ALBUQUERQUE, R. C. (Coord.). **Amazônia, vazio de soluções: desenvolvimento moderno baseado na biodiversidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- FREITAS, M. Os grandes projetos na Amazônia: uma herança perversa do século XX. In: **Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- GRZYBOWSKI, C. **O Testamento do Homem da Floresta – Chico Mendes por ele mesmo**. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989.
- LOUREIRO, V. R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.
- MARCHETTI, E. **Amazônia e Desenvolvimento Regional: análise jurídica da proteção cultural dos povos da floresta**. Franca: UNESP, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso elaborado junto ao Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”.
- MORO, J. **Fronteiras de sangue – a saga de Chico Mendes**. São Paulo: SCRITTA, 1993.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

REVKIN, A. **Tempo de Queimada, Tempo de Morte – O Assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.

SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas – a devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

SOUZA, M. **O empate contra Chico Mendes**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

Evelyn Marchetti, formada em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Unesp/Franca, aluna de Mestrado do Curso de Pós Graduação em Direito, Sociedade e Políticas Públicas da mesma universidade, e de especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Universidade de São Paulo - USP/São Carlos.

Marco A. M. B. de Oliveira Fº formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no ano de 2007, concluiu o mestrado em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP em 2010 e a especialização em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Tocantins (UFT) no ano de 2012; atualmente trabalha como coordenador executivo de projetos no Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da UFSCar.

QUALIFICAR É PRECISO? O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM USINAS SUCROALCOOLEIRAS DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA-MG

Rejane Siqueira Silva Marques¹, UFSCar,
r.marques22@yahoo.com.br
Rosemeire Aparecida Scopinho², UFSCar,
scopinho@ufscar.br
GT3: “Questão Agrária”

A mecanização da colheita de cana-de-açúcar no Brasil intensificou-se, na última década, por diversas razões, entre as quais: a aposta no etanol como fonte alternativa de energia “limpa” e renovável e as exigências do mercado internacional por uma produção social e ambientalmente responsável, que atenda, ainda, às normas de qualidade vigentes e às cláusulas estabelecidas pelos acordos para eliminar a queima da palha de cana-de-açúcar e aperfeiçoar as condições de trabalho na lavoura canavieira. Este dinamismo também manifesta-se na crescente inserção de tecnologias de base mecânica e digital, associadas às técnicas de organização e gestão da força de trabalho, que combinam princípios taylorista/fordistas com a lógica da flexibilidade utilizadas no campo e na indústria para lidar com os diferentes perfis de trabalhadores requeridos pela base técnica transformada e pelas novas demandas sociais e de mercado. Considerando a reestruturação produtiva em curso na lavoura canavieira, este artigo analisa as características do programa de qualificação profissional implantado por um grupo empresarial sucroalcooleiro na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG. Discutimos como, enviesado por um discurso socioambiental, o programa foi uma estratégia empresarial que visou manter a imagem do grupo empresarial no mercado internacional.

Palavras-chave: trabalho, qualificação profissional, reestruturação produtiva, setor sucroalcooleiro.

¹ Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Uberaba (CESUBE). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo, mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos e doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora associada do Departamento de Psicologia da UFSCar.

Introdução

As implicações socioambientais acarretadas pela instalação das agroindústrias, ao longo dos anos, despertam contínuas críticas e ações no âmbito da sociedade, especialmente, dos movimentos sociais e do Ministério Público. No cenário das relações conflitivas entre empresários do setor, trabalhadores, dirigentes sindicais, promotores públicos e ambientalistas, nos últimos anos, normas e acordos foram estabelecidos a fim de viabilizar um conjunto de atitudes para melhorar as condições de trabalho no cultivo de cana-de-açúcar. Trata-se da Norma Regulamentadora 31³ (NR31), de 2005, do Protocolo de Intenções Agrossocioambiental do Setor Sucroalcooleiro, de 2008, e do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, de 2009. Vale ressaltar que a NR31 não foi pensada e elaborada especialmente para o setor canavieiro, mas para quaisquer atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. O fato dessa norma, integrar o conjunto de elementos apontados neste artigo como impulsionadores da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, diz respeito à sua recorrência no relato dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores do grupo sucroalcooleiro pesquisado, servindo, para estes, como justificativa à introdução das máquinas colheitadeiras.

Neste sentido, a norma e os acordos, somados à busca das empresas pela certificação de qualidade, às discussões globais sobre as mudanças climáticas e à tentativa de modificar a matriz energética – que coloca o etanol produzido a partir de cana-de-açúcar como alternativa aos combustíveis fósseis –, podem ser vistos como a “mola propulsora” das transformações recentes por que passa o setor sucroalcooleiro, principalmente, na esfera rural.

O Protocolo de Intenções e o Compromisso Nacional podem ser considerados, por um lado, iniciativas importantes no sentido de mitigar os impactos sociais das transformações no setor, visto que se propuseram, também, a alfabetizar, qualificar e requalificar os trabalhadores do cultivo manual de cana-de-açúcar sob o argumento de que, elevando-se o nível de escolaridade, melhoram-se as condições de trabalho e a chance de reinserção na esfera produtiva. Mas, por outro lado, podem ser entendidos como uma medida de interesse dos próprios empresários sucroalcooleiros para suprir a necessidade de

³ Disponível em [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C14013750EE907002CC/NR-31%20\(atualizada%202011\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C14013750EE907002CC/NR-31%20(atualizada%202011).pdf) acesso em 10 de novembro de 2011.

força de trabalho qualificada e assim, atender às exigências de qualidade impostas pela necessidade de competir no mercado internacional.

Este artigo, por sua vez, analisa as características do programa de qualificação profissional implantado por um grupo empresarial sucroalcooleiro na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG, assinalando que o programa foi uma estratégia empresarial que visou manter a imagem do grupo sucroalcooleiro no mercado internacional.

1. A emergência das políticas de qualificação profissional sucroalcooleira

As políticas de qualificação profissional que têm sido desenvolvidas no setor sucroalcooleiro, apresentam como pano de fundo o processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar que tem avançado em razão das pressões para a eliminação das queimadas, das reivindicações por melhoria nas condições de trabalho no meio rural, das exigências de qualidade e da busca pelas agroindústrias por certificações socioambientais.

As justificativas para a mecanização da colheita de cana-de-açúcar, presentes no relato do gerente executivo do Siamig (Sindicato das Indústrias de Açúcar, Etanol e Bionergia do Estado de Minas Gerais) e de funcionários⁴ do *Grupo X* são: (a) necessidade de cumprir as cláusulas estabelecidas pela NR31, pelo Protocolo de Intenções e pelo Compromisso Nacional; (b) melhor forma de adequar-se às exigências do mercado internacional; (c) evitar o paradoxo quanto à produção ambientalmente insustentável de um combustível tido no mercado como “renovável” e “limpo”; (d) menor custo da colheita mecanizada comparada a manual em áreas favoráveis à mecanização; (e) dificuldade em lidar com a força de trabalho migrante, em virtude de sua diversidade cultural, dos conflitos entre a população local e a população migrante, das problemáticas causadas pelo aumento populacional, das dificuldades em manter esses trabalhadores em alojamentos.

Desse modo, a NR31, o Protocolo de Intenções e o Compromisso Nacional representam um marco significativo para o setor, especialmente, no que concerne às modificações nas relações e condições de trabalho no corte manual de cana.

Após a NR31 ter sido aprovada, Carlos Lupi, o então ministro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), anulou a Norma Regulamentadora Rural 3 (NRR3), que referia-se à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR),

⁴ Advogada, coordenador de treinamento e gerentes agrícolas.

criada em 1988. A NR31 passou a tratar, de maneira mais detalhada e específica, das condições de trabalho no meio rural, inclusive reforçando a necessidade de estudos para o aperfeiçoamento dos EPIs, o uso incondicional destes no ambiente de trabalho, a participação dos trabalhadores, por meio da CIPATR, das discussões sobre o controle dos riscos presentes no ambiente de trabalho, a realização de exames médicos periódicos, entre outras cláusulas já estabelecidas em NRs anteriores. Apesar de reforçar normas que já existem, o fato é que o trabalho rural passou a ter uma norma específica que o regula, sendo que o empregador está sujeito a notificações e autuações caso as ignore.

Diferentemente da NR31, o Protocolo de Intenções, estabelecido em 2008 é um acordo e não uma lei. Ele foi firmado em cada uma das Unidades Federativas, sendo que em Minas Gerais envolveu os seguintes órgãos e entidades representativas: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Siamig, Sindaçúcar/MG, Universidade Federal de Lavras (Ufla), Associação de Fornecedores de Cana-de-açúcar, Instituto Estadual de Florestas (Ief), Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Fetaemg, Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária e Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Alemg). De acordo com o gerente executivo do Siamig, suas cláusulas tornaram-se uma Deliberação Normativa: um regulamento interno da Secretaria do Meio Ambiente, onde esta pode evitar a aprovação de projetos de novas usinas sucroalcooleiras que não correspondem aos parâmetros definidos no acordo.

O Protocolo de Intenções foi resultado de amplos debates sobre as questões ambientais, que trouxeram à tona o problema das mudanças climáticas e as reivindicações pela redução das emissões de GEE's⁵ na atmosfera e melhorias nas condições de trabalho nos canaviais. De acordo com o documento, os empreendimentos que apresentam áreas com declividade inferior a 12%, deverão mecanizar 100% da colheita de cana-de-açúcar até 2014. Para as áreas com declividade superior a 12%, o prazo estende-se até 2017. O acordo visa, também, a promoção de pesquisas para o desenvolvimento de máquinas colheitadeiras de pequeno porte ou auxiliares no processo de colheita manual.

⁵ Quando comparado à gasolina, o álcool combustível emite menos dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, responsáveis pelo efeito estufa. Disponível em <http://www.imaflora.org/index.php/certificado/agricola>. Acesso em maio de 2011.

Também foi estabelecido, em junho de 2009, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar. O acordo reuniu os seguintes órgãos e entidades representativas: Secretaria Geral da Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República, Mapa, MTE, Ministério da Educação (Mec), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Fórum Nacional Sucroenergético, Unica, Contag e Feraesp.

O Compromisso Nacional instituiu cláusulas visando aperfeiçoar as condições de moradia e de trabalho, exigindo maior clareza no processo de medição de cana-de-açúcar cortada manualmente, valorização do uso dos EPIs e da ginástica laboral, além da regularização dos ônibus que transportam os trabalhadores. Em relação às políticas públicas, o Compromisso Nacional visa a ampliação dos serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na intermediação da contratação de trabalhadores para o cultivo de cana-de-açúcar a fim de eliminar a figura do “gato”; a promoção da alfabetização, qualificação e requalificação dos trabalhadores; e o fortalecimento das ações e serviços sociais em regiões de emigração.

Como o Protocolo de Intenções, o Compromisso Nacional não tem peso legal. Trata-se de uma iniciativa do governo federal para amenizar a imagem negativa que marca as usinas nacionais, em razão das irregularidades presentes nas relações e condições trabalhistas. Portanto, a adesão ao Compromisso depende de cada empresário: cada empresa sucroalcooleira pode (ou não) submeter-se a auditoria realizada por uma comissão tripartite, que inclui representantes do governo federal, das empresas e dos trabalhadores. Para o gerente executivo do Siamig, aquelas que não receberem o selo de certificação socioambiental podem ficar em desvantagem no mercado.

Em junho de 2012, 169 usinas sucroalcooleiras receberam o selo de “Empresa Compromissada”⁶. Ocorre que, desse total, 60 usinas estão respondendo a processos envolvendo irregularidades trabalhistas. Tais elementos mostram que o discurso da qualificação que permeia o setor sucroalcooleiro recentemente, estão voltados para a construção da imagem do segmento no mercado internacional. As certificações estão sendo distribuídas às usinas brasileiras de maneira pouco rigorosa, haja vista, que empresas que respondem a processos trabalhistas terem adquirido-as com muita facilidade. Esse processo

⁶ Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/compromisso-para-gringo-ver-5549753>. Acesso em 02 de agosto de 2012.

denota estar voltado para a conquista de mercados e não, de fato, para a resolução das problemáticas ambiental e trabalhista existentes na produção sucroalcooleira no Brasil.

2. O grupo empresarial sucroalcooleiro

Recentemente, alguns estados que ocupam destaque na produção canavieira (São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Alagoas) iniciaram o desenvolvimento de políticas de qualificação profissional dos trabalhadores que estão sendo substituídos pelo processo de mecanização.

O estado de Minas Gerais tem se destacado, nos últimos anos, quanto à produção canavieira, ocupando, vez ou outra, o segundo e o terceiro lugar no *ranking* de moagem de cana-de-açúcar no país. Em 2011, o estado possuía 52 usinas, 38 delas estavam concentradas na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Udop, 2011). Nesta região, encontram-se quatro usinas sucroalcooleiras pertencentes a um grupo empresarial alagoano, um dos maiores produtores de cana do país. Optamos por chamar esse grupo, de *Grupo X*, enquanto que suas usinas sucroalcooleiras serão denominadas de *usina-matriz*, *usina A*, *usina B*, *usina C* e *usina D*. Além das usinas, o grupo possui duas unidades de cogeração de energia elétrica e um terminal ferroviário para o escoamento da produção até o Porto de Santos. Em 2011 empregava 4.332 trabalhadores e possuía uma área de 85 mil hectares destinados à plantação de cana-de-açúcar em Minas Gerais, além de destacar-se por meio de certificações socioambientais conquistadas: ISO 14001, ISO 9001, OHSAS 18001.

A *usina-matriz* foi adquirida em 1941 e está localizada em uma região plana do estado de Alagoas, conhecida como tabuleiro. Um local privilegiado em comparação às áreas acidentadas e montanhosas, típicas da região nordestina. O grupo possuía, em 2008, 36 mil hectares de terras planas e 80% de cana própria nessa região. Para favorecer a irrigação da lavoura foi construída uma represa – que armazena 82 milhões de m³ de água – e 190 km de canal irrigatório. A dificuldade de adquirir novas terras favoráveis ao plantio de cana-de-açúcar no Nordeste e os incentivos fiscais no Centro-Sul fez com que o grupo passasse a investir no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a partir da década de 1990.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba equivale a 15,4% do território mineiro e faz fronteira com o Sul Goiano ao norte e com o noroeste paulista e a

mesorregião de Ribeirão Preto-SP, ao sul. Na região estão presentes as Bacias dos rios Grande, Paranaíba e São Francisco, além de dois principais biomas: Cerrado e Mata Atlântica. Suas principais atividades econômicas são a agropecuária e a crescente produção de cana-de-açúcar.

É nessa região que o *Grupo X* adquiriu, em 1994, sua segunda usina sucroalcooleira (*usina A*). Em 2002, o grupo instalou a *usina B* e em 2005, a *usina C*. A *usina D* foi incorporada ao grupo em 2008. Em relação às unidades de cogeração de energia elétrica, em 2001, uma unidade foi inaugurada na *usina A* e, em 2007, na *usina B*. Em 2008, as *unidades energéticas* produziram 124 MW/h. Deste total, 60 MW/h foram destinados ao consumo próprio e 64 MW/h comercializados para terceiros.

Os municípios onde estão localizadas as usinas do *Grupo X* possuem entre sete e 35 mil habitantes. Mais de 70% da população reside na área urbana e a presença de migrantes é bastante acentuada, em razão da procura por emprego nas usinas sucroalcooleiras. Segundo informações do Censo de 2010 (IBGE, 2010), 3.622 pessoas que nasceram na região Nordeste estavam residindo no município onde a *usina A* está localizada.

O *Grupo X* tem desenvolvido um conjunto de programas de qualificação profissional e capacitação, sendo que um deles esteve direcionado aos trabalhadores rurais. Os programas de qualificação profissional do grupo partem da *usina A*, onde está localizado, fisicamente, o Setor de Capacitação e Treinamento. Isto significa que os programas são desenvolvidos corporativamente, sendo direcionados a todas as usinas mineiras do grupo. O Setor de Capacitação colocou em prática, em 2010 e 2011, um programa em parceria com o Senai de Uberaba – o qual denominamos de *Programa Y* –, onde uma turma formada por trabalhadores rurais⁷ e operacionais agrícolas⁸ qualificou-se em mecânico de máquinas agrícolas e eletricista automotivo.

⁷ Neste artigo, consideram-se trabalhadores rurais canavieiros aqueles empregados nas atividades de corte e plantio manuais de cana-de-açúcar, capinação, irrigação, aplicação de agrotóxico e catação de canas (bituca).

⁸ Os operacionais agrícolas – conhecidos no *Grupo X* apenas pela denominação, “agrícolas” – referem-se aos fiscais de campo, gerentes agrícolas, motoristas de caminhão, operadores de máquinas agrícolas e auxiliares mecânicos e mecânicos de máquinas agrícolas.

3. O Programa Y

O *Programa Y* foi implementado pelo Setor de Capacitação e Treinamento do *Grupo X*, em 2010 e 2011, realizado em parceria com o Senai e direcionado a jovens com idade entre 18 e 25 anos. 17 deles já trabalhavam nas usinas do grupo como trabalhadores rurais e oito como mecânicos-auxiliares de máquinas agrícolas. Estes jovens viajavam toda segunda-feira para a cidade de Uberaba, onde realizavam o curso de “Mecânico de máquinas agrícolas” e “Eletricista automotivo”, com duração aproximada de oito meses e carga horária de 880 horas. Permaneciam em hotéis até a sexta-feira, quando retornavam para os municípios em que residiam, dedicando-se, exclusivamente, à qualificação profissional. O *Grupo X*, portanto, era responsável pelas despesas com o curso⁹, alimentação e transporte, além de continuar remunerando os jovens trabalhadores em um salário correspondente ao que recebiam na última atividade que exerciam nas usinas sucroalcooleiras.

Em relação ao contexto no qual esse programa de qualificação profissional está inserido, o coordenador do Setor de Capacitação e Treinamento do *Grupo X* relatou:

Quando começou a mecanizar, nós, praticamente, triplicamos a quantidade de equipamentos no campo e, automaticamente, necessitávamos de mão de obra para operar e fazer manutenção diária, preventiva ou corretiva, desses equipamentos. Nessa região têm culturas de soja, milho, sorgo e pecuária. Culturas que são extensivas, mas com mecanização intensiva. A cana usa quantidades muito maiores de equipamentos do que essas outras culturas. Tínhamos também um núcleo urbano sem pessoas, praticamente. Então, nós fizemos a qualificação das pessoas que estavam ligadas à empresa.

No relato do coordenador é possível identificar uma característica inerente aos processos de reestruturação produtiva: a “destruição criadora”. O impacto da eliminação de postos de trabalho pretende ser amenizado com o argumento sobre a “criação de novos postos”. Desse modo, a qualificação profissional é vista como panaceia ao desemprego. Há também, um deslocamento das qualificações e do perfil¹⁰ de trabalhadores exigidos pela empresa para ocupar tais postos de trabalho. O cortador manual de cana não é exatamente o trabalhador que as empresas sucroalcooleiras almejam qualificar. Isto é perceptível no relato do gerente executivo do Siamig: “É uma mão de obra que não é qualificada. É

⁹ O valor do convênio com o Senai é de, aproximadamente, R\$ 100 mil.

¹⁰ O perfil dos trabalhadores sucroalcooleiros qualificados pelo *Grupo X* é melhor apresentado no artigo “Qualificação profissional dos trabalhadores rurais canavieiros: quem são os eleitos?”.

como se fosse um canteiro de obras: o cara chega bêbado, não tem condições de trabalhar. Então, mexer com esse pessoal é complicado”.

Para Neves e Leite (1998), o conceito de qualificação profissional esteve, tradicionalmente, vinculado às exigências determinadas pelos postos de trabalho nas indústrias taylorista/fordistas. O modelo taylorista/fordista de organização da produção introduziu séries metódicas que tornaram o trabalho ainda mais dividido, de modo que o controle dos movimentos e a divisão específica de tarefas significaram um controle maior sobre o trabalhador por parte da gerência e maior produtividade.

Boltanski e Chiapello (2009) explicam que o modelo de produção fordista, encontrou limites a partir da década de 1960, considerando que a progressão salarial era mais rápida que os ganhos de produtividade, provocando um processo inflacionário. Segundo Castells (1999), aos poucos, forjou-se um modelo marcado pela flexibilidade das relações de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Foram desenvolvidos segmentos produtivos diversificados, novos mercados, novas formas de fornecimento de serviços financeiros, envoltos pelo ideal de competitividade e qualidade.

A valorização do “saber/ser” (capacidade de mobilizar conhecimentos para enfrentar problemas na produção ou os chamados “eventos”) em detrimento do “saber/fazer” (domínio, apenas, do conhecimento técnico) e sua incorporação à produção fez surgir uma expressão muito utilizada no âmbito empresarial: o modelo de competências. Para alguns estudiosos, este corresponderia a um modelo “pós-taylorista” de qualificação, visto que “[...] sua origem estaria associada à crise da noção de posto de trabalho e à de um certo modelo de classificação e de relações profissionais” (SHIROMA e CAMPOS, 1997, p. 24).

O modelo de competências pode ser entendido, ainda, como a concepção das relações de trabalho e da organização que valoriza a empresa e o contrato individual de trabalho. Ao transferir para o campo da individualidade, conflitos que se resolviam, outrora, com o respaldo do coletivo de trabalho e dos sindicatos, trabalhadores tornam-se grandes responsáveis por sua permanência e consequente sucesso no emprego.

Neste sentido, a noção de competência rompe com a concepção taylorista/fordista de qualificação profissional? Segundo Manfredi (2007), não há dúvidas de que os conteúdos e requisitos da qualificação se transformam à medida que os processos de organização e gestão do trabalho mudam. Mas, basear os perfis profissionais em atributos

universais como é o caso da noção de competências, parece apenas categorizar de forma diferente, atribuições ligadas à divisão do trabalho, além de levar os trabalhadores a entenderem o enquadramento profissional e os critérios de mobilidade ocupacional no interior da empresa como algo individualizado e unilateral.

4. O processo de qualificação profissional

Analisar o *Programa Y* significa identificar e interpretar os elementos que fizeram parte do processo de implementação do programa que qualificou jovens trabalhadores do *Grupo X*, no Senai de Uberaba. Para esse fim, é preciso ampliar a ideia de que a qualificação desses jovens ocorreu apenas nas dependências do Senai com a realização de atividades teóricas e práticas sobre metrologia dimensional, desenho técnico, motores de combustão interna, sistema de transmissão, eletricidade e comandos, manutenção eletroeletrônica e assim por diante, como especificado no plano de curso. Ocorre que a qualificação profissional dos jovens iniciou a partir do processo de seleção pelo qual passaram para serem escolhidos e integrar o programa.

O processo desenrola-se com um componente importante: o acompanhamento comportamental realizado por uma assistente social e uma psicóloga, contratadas pelo *Grupo X*. As condições contratuais (verbais) para realização do curso, o convívio diário com os colegas, o relacionamento com os professores e demais funcionários da instituição Senai, a permanência em hotéis em uma cidade pouco conhecida por eles e o acompanhamento comportamental dão o tom do processo de qualificação profissional desses jovens.

Um dos elementos presentes na literatura analisada por Boltanski e Chiapello (2009) e que também pode ser identificada nos relatos do coordenador do Setor de Capacitação e Treinamento do *Grupo X* é a busca pelo engajamento ou a mobilização geral dos trabalhadores. Segundo os autores, a procura por trabalhadores qualificados e informados sempre foi uma constante, mas com a reestruturação produtiva e as consequentes demissões, a demanda por características subjetivas foi ampliada, integrando um conjunto de predicados do qual o “nível de empregabilidade” passou a corresponder – por mais incerto que este conceito possa parecer no mundo do trabalho. Neste sentido, para as empresas, como dar sentido às atividades laborais e fazer com que os trabalhadores

compartilhem das mesmas finalidades, que são a produtividade e a lucratividade? Esta preocupação esteve presente na implementação do *Programa Y* e pode ser vista no seguinte relato:

O mais importante foi a ajuda na condução do processo. Por isso teve a parte técnica do Senai e a parte comportamental com a consultoria, ajudando-os e motivando-os para aquilo que eles estavam fazendo e mantendo-os na tomada de decisão. Eles decidiram ser mecânicos, mas uma boa parte da turma podia variar e dizer “Eu vou mudar de área”, e aí não concluir as etapas. Então, o auxílio da consultoria comportamental foi fundamental para mantê-los no nível, fazê-los concluir, trabalhar cada um no seu tempo, para que depois eles possam galgar os novos degraus, até mesmo dando solidez à carreira deles. (Coordenador de Capacitação e Treinamento do Grupo X).

O acompanhamento comportamental ao qual o coordenador referiu-se foi realizado por uma psicóloga e uma assistente social durante os oito meses de duração do curso. As profissionais reuniam-se, periodicamente, com os jovens trabalhadores e realizavam dinâmicas de grupo para desenvolver habilidades de comunicação e de relacionamento que deveriam somar-se ao conhecimento técnico adquirido durante o curso no Senai. O acompanhamento comportamental pode ser entendido, como uma pedagogia complementar ao aprendizado técnico. Essa pedagogia era colocada em prática por meio de dinâmicas e incitação ao diálogo e ao trabalho em equipe. “*Era interessante, porque você desabafava e distraia*” (Igor).

A frequência dos encontros com a psicóloga e a assistente social foi aumentando na medida em que se aproximava o momento de reinserção dos trabalhadores na usina.

[...] nós fizemos a integração deles com o meio em que eles iam trabalhar. [...] fizemos todo um trabalho comportamental, onde eles já se preparavam para esse momento em que eles iriam se perguntar: “Eu vou chegar, mas quem eu sou? Onde estou? Para onde vou? Quais são as resistências? Quais são os benefícios? Quem é essa nova equipe? Quem vai me receber?” [...]. Nós trabalhamos com a ideia de que agora a carreira é deles. Agora não tem mais intervenção. (Coordenador de Capacitação e Treinamento do Grupo X).

Para construir um sentido (ou sentidos) que possam ser partilhados pelos trabalhadores, a empresa vale-se de estratégias pedagógicas como a que esteve presente ao longo da qualificação dos jovens trabalhadores. A timidez, o nervosismo, o desconhecimento e estágios depressivos, do ponto de vista da empresa, podem prejudicar o processo de aprendizagem e o bom andamento do trabalho.

Não existe uma infinidade de soluções para “controlar o incontrolável”: a única solução é, de fato, que as pessoas se autocontrolem – o que consiste em deslocar a coerção externa dos dispositivos organizacionais para a interioridade das pessoas –, e que as forças de controle por elas exercidas sejam coerentes com um projeto geral da empresa. Isso explica a importância atribuída a noções como “envolvimento pessoal” ou de “motivações intrínsecas”, que são motivações ligadas ao desejo e ao prazer de realizar o trabalho, e não a um sistema qualquer de punições-recompensas impingido de fora para dentro e só capaz de gerar “motivações extrínsecas” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.110).

Para esses jovens trabalhadores, os significados de trabalhar são variados, passando pela ideia de que o trabalho confere dignidade – *“A minha família preza muito o trabalho. Lá quem trabalha é bem falado” (Tiago)* –, pela importância em promover a subsistência – *“Eu mesmo ajudo meus pais. Eu mando dinheiro pra eles” (Fabiano)* –, pela possibilidade de consumir – *“[...] eu tenho que trabalhar pra conseguir o que eu quero. Porque eu quero comprar um carro, crescer um pouco” (Paulo)* – e pela visão de convivência harmoniosa – *“[...] tem que ter compreensão, tem que ser amigo, tem que guardar as coisas que você ouve dos outros com você. Tem que ter humildade” (Igor)*.

As experiências marcantes de trabalho dividem-se entre aquelas anteriores e posteriores ao curso:

A experiência mais marcante para mim foi quando trabalhei um mês e meio na Cargil. (Tiago).

Para mim está sendo a usina, porque você aprende uma coisa nova todo dia. (Paulo).

Antes do curso eu não tinha uma profissão e depois do curso eu passei a ter. (Fabiano).

Quando eu trabalhava no cultivo de verduras era melhor. (Igor).

O curso de qualificação profissional assinalou diferenças nos modos de trabalhar – *“Eu acho que antes do curso, a gente não assumia tanta responsabilidade [...]” (Tiago)*. Para eles, ainda, a expectativa de continuar empregados ou mudar de empresa, passa pela necessidade de adquirir mais experiência no posto de trabalho que ocupam.

A usina incentivou a gente. Então, largar ela para quê? [...] Tentar correr atrás de uma coisa que você não sabe que é certa, é trocar o certo pelo duvidoso. (Tiago).

Não acho difícil encontrar em outro serviço não. [...] mas se a gente sáisse agora, só com o certificado e sem experiência não serve para muita coisa. A gente tem que ter experiência. (Paulo).

Daqui dois anos eu vou ter uma experiência. Ter o currículo ou a parte teórica só não adianta nada. (Fabiano).

Apenas Igor, relatou que sente segurança para mudar de emprego, pois o curso em mecânico de máquinas agrícolas e eletricitista automotivo teve um significado positivo para sua vida profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acordos estabelecidos para eliminar a queima da palha de cana-de-açúcar e aperfeiçoar as condições de trabalho daqueles que ainda estão empregados no sistema manual de colheita, têm servido de justificativa para a mecanização definitiva, sob o argumento de que se resolveriam os problemas ambiental e trabalhista. Mesmo destacando nos acordos estabelecidos (Protocolo de Intenções e Compromisso Nacional) a importância de qualificar os cortadores de cana-de-açúcar, o programa desenvolvido pelo *Grupo X*, não têm beneficiado os trabalhadores propensos ao desemprego devido à reestruturação da lavoura canavieira.

O Ensino Fundamental completo, ainda é um critério valorizado para acessar programas de qualificação profissional. No entanto, a baixa escolaridade dos trabalhadores rurais empregados nas usinas do grupo, leva a concluir que mais de 80% deles não farão parte desses programas de qualificação. Além disto, tal política de qualificação, não atinge os trabalhadores rurais migrantes, tornando o desemprego destes, um problema individual ou dos municípios de origem.

O programa de qualificação profissional que mais se aproximou dos objetivos assinalados no Protocolo de Intenções e do Compromisso Nacional foi aquele direcionado aos trabalhadores rurais e auxiliares mecânicos de máquinas agrícolas. De todo modo, em 2011, o programa atingiu apenas 25 jovens que tinham idade entre 18 e 25 anos, que possuíam Ensino Fundamental completo e experiências urbanas de trabalho, tornando a qualificação profissional pela qual passaram, apenas uma certificação das habilidades que já possuíam. Desse modo, o discurso sobre a qualificação profissional dos cortadores de cana apresenta-se mais como uma retórica do setor para consolidar e conquistar novos mercados, do que uma ação para minimizar o desemprego gerado pela mecanização.

REFERÊNCIAS

- ANFAVEA (2010). *Anuário da indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores/ANFAVEA.
- BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- COSTA, C. C.; GUILHOTO, J. J. M. (2011). O papel da tributação diferenciada dos combustíveis no desenvolvimento econômico do estado de São Paulo. *Econ. Apl.* [on line]. vol. 15, n.3, pp. 369-390
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=mg>. Acesso em 10 de novembro de 2012.
- MANFREDI, S. (2007). Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, A. M.; FREITAS, J. C. (Orgs.) *Políticas públicas de qualificação: desafios atuais*. São Paulo: A + Comunicação.
- NEVES, M. A.; LEITE, M. P. (1998). Qualificação e formação profissional: um novo desafio. In: LEITE, Márcia de Paula; NEVES, Magda de Almeida (Orgs.). *Trabalho, qualificação e formação profissional*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST.
- SHIROMA, E. O. ; CAMPOS, R. F. (1997). Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 18, n. 61, dez.
- UDOP. UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA. Relação das usinas de açúcar, etanol e biodiesel de Minas Gerais. Disponível em http://www.udop.com.br/mapa/geral_mapa.php?estado=mg Acesso em 20 de setembro de 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Claudinei da Silva Pereira¹, FCT/UNESP
claudinei.kau@gmail.com
Antonio Nivaldo Hespanhol², FCT/UNESP
nivaldo@fct.unesp.br
Agência Financiadora: CAPES
GT3: “Questão Agrária”

RESUMO

Aborda-se a formação e caracterização socioeconômica dos municípios integrantes do Território da Cidadania do Vale do Mucuri, localizado no Nordeste do Estado de Minas Gerais. O Programa Territórios da Cidadania é uma política pública implementada pelo governo federal direcionada às regiões que apresentam precários indicadores sociais e baixo dinamismo econômico; o programa preconiza a integração dos espaços urbanos com os rurais por meio de projetos de infraestrutura e de diversas ações que visam a fomentar a geração de renda e propiciar a cidadania às famílias pobres.

Palavras-chave: Território da Cidadania; Políticas Públicas; Desenvolvimento;

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas que objetivam promover o desenvolvimento do espaço rural, segundo Navarro (2001), originaram-se no Pós-Segunda Guerra Mundial e, a partir de então, foram fomentadas várias ações direcionadas a modificar as estruturas produtivas no campo. De acordo com Hespanhol (2008) diversas concepções de políticas foram adotadas, em períodos diferentes, dentre elas destacaram-se a perspectiva do desenvolvimento, que vinculava-se, por exemplo, a política de desenvolvimento agrícola que preconizava a introdução do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, com caráter estritamente produtivista, não importando-se com as condições de produção e das populações do campo.

1. Mestrando em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologias FCT/UNESP, Campus de P. Prudente/SP.

2. Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente /SP, integrante do Grupo de Estudos da Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e bolsista produtividade em pesquisa do CNPq.

Para Navarro (2001, p. 88) a perspectiva do desenvolvimento rural teve maior abrangência, do ponto de vista das políticas públicas, pois “trata-se de uma ação previamente articulada que introduz (ou pretende introduzir) mudanças em um determinado ambiente rural”. A presença do Estado e de seus aparatos administrativos possuem forças institucionais para propor novas estratégias de ações que permitam modificar certas estruturas sociais, políticas e que culminem com mecanismos que levem ao propalado desenvolvimento rural. Em razão das modificações histórico-sociais, o conceito de desenvolvimento rural passou por vários enfoques, sendo que as demandas da economia e da sociedade alteraram-se ao longo do tempo, fazendo-se necessárias novas abordagens institucionais e práticas para atender as necessidades das populações.

As políticas de desenvolvimento territorial surgem no Brasil a partir dos anos 1990, após a realização de estudos que objetivavam compreender a lógica organizacional e produtiva nos espaços rurais. Para Favareto (2009) emerge neste período a noção de agricultura familiar e a perspectiva do desenvolvimento rural, que preconizavam a inserção econômica e social dos espaços rurais na economia urbano-industrial brasileira, com o intuito de reduzir a pobreza no campo.

Para Echeverri (2010) a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é resultante do processo de amadurecimento e democratização das políticas públicas voltadas ao espaço rural, pois foram forjadas ações que objetivam financiar projetos de infraestrutura e produção nos estabelecimentos dos pequenos produtores rurais. As ações políticas dos movimentos sociais foram de extrema relevância para colocar na pauta do Estado a elaboração de um projeto nacional para a agricultura familiar e de novos instrumentos normativos para atender as demandas das populações das áreas rurais.

Como resultado da evolução das políticas públicas voltadas aos espaços rurais foi instituído, no ano de 2003, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Territórios Rurais que parte de uma mudança das estratégias de atuação ao propor uma abordagem territorial que oriente as políticas públicas para fomentar o desenvolvimento rural sustentável. Em termos de planejamento das políticas foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que compõe parte da estrutura institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta secretaria é responsável pelo ambiente de desenvolvimento dos territórios, em escala nacional, e está incumbida de

gerenciar os recursos a serem investidos pelos vários ministérios no âmbito dos territórios rurais selecionados.

Para tanto, os Territórios Rurais incorporaram uma nova dimensão das políticas públicas no país, ao elencar a dimensão territorial como espaço privilegiado de ação institucional que extravaza os limites político-administrativos dos municípios. Como reflexo desta mudança de estratégias, em 2008 o governo federal criou o Programa Territórios da Cidadania. Tal programa objetiva instrumentalizar a atuação do Estado, por meio de seus ministérios, na focalização de um conjunto de políticas públicas e da alocação de recursos financeiros para potencializar o desenvolvimento social e econômico das regiões mais pobres do Brasil. Assim, a elegibilidade dos municípios para integrarem os Territórios da Cidadania se baseou num conjunto de variáveis predefinidas, dentre elas: menores índices de desenvolvimento humano, maior concentração de agricultores familiares, presença de assentamentos, de quilombolas e baixo dinamismo econômico dos municípios e da região, no contexto estadual.

O Programa Territórios da Cidadania ao incorporar nas políticas públicas a dimensão da cidadania, que é um conceito abrangente em termos de instrumentalização das relações humanas, se pautou no princípio da justiça social, econômica, cultural e de participação efetiva na organização e reprodução dos espaços do viver. Sen (2010) acredita que para a construção de sujeitos atuantes é necessário que a sociedade propicie um conjunto de liberdades individuais, pois quando os indivíduos detêm possibilidades de escolhas é possível se atingir a cidadania plena, não apenas no sentido de auferir melhores rendas, mas também o direito de participar ativamente da vida coletiva.

Santos (2012) ao elaborar a relação entre território e cidadania reforça a prerrogativa de que o espaço geográfico deve ser constantemente remodelado para atender as necessidades das populações, pois vivemos num modelo econômico em que o acesso a certos lugares é restrito a determinados grupos, muito em função da sua capacidade econômica e de apropriação pelo mercado de certas áreas. Assim, o Estado tem por função de instituir mecanismos práticos para equacionar as desigualdades entre as classes sociais. O mesmo autor salienta que a cidadania só será alcançada quando os cidadãos, independentemente de sua condição econômica puderem acessar os serviços e instituições públicas existentes em dado território, razão pela qual o autor frisa que a apropriação justa

do espaço pela sociedade é um dos mecanismos de reduzir a pobreza econômica e de potencializar a apropriação política e social do território pelos grupos menos privilegiados.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI

O Território da Cidadania do Vale do Mucuri foi instituído no ano de 2008, tendo sido organizado como território rural no ano de 2003, quando a Associação dos Municípios do Vale do Mucuri (AMUC) submeteu ao Ministério de Desenvolvimento Agrário o plano de instalação do Território Rural do Mucuri. Assim, o Território da Cidadania é formado por 27 municípios², com área de 76.124,00 Km² e população de 438.257 habitantes (SDT/MDA, 2010). Na figura 1 é apresentada a localização do Território do Mucuri em relação ao Estado de Minas Gerais.

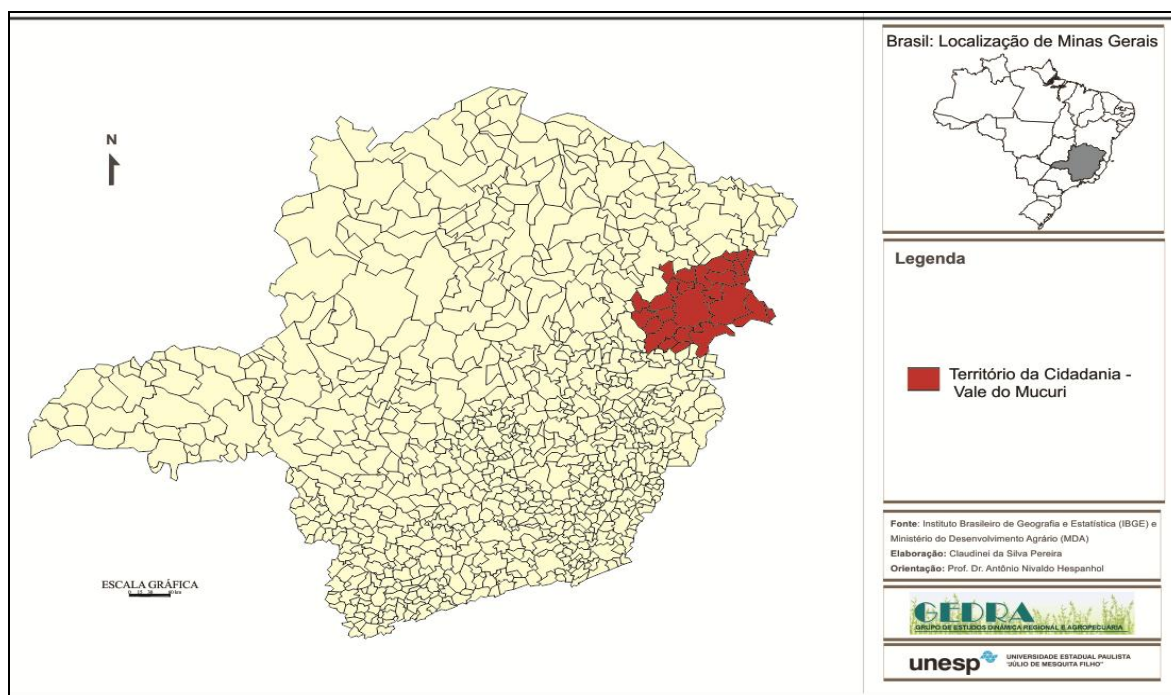


Figura 1: Localização do Território da Cidadania do Vale do Mucuri

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA e IBGE

² Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carai, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Poté, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Setubinha, Teófilo Otoni, Umburatiba.

Os municípios do Vale do Mucuri apresentam baixos contingentes demográficos, sendo que a maioria possui menos de 15 mil habitantes. A tabela 1 agrupa os municípios por tamanho populacional.

Tabela 1: Distribuição dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania do Vale do Mucuri, por estratos de população – 2010

Faixa de população	Nº municípios	População Total	Porcentagem
Até 10.000	14	80.078	18,3
De 10.001 a 15.000	4	47.477	10,8
De 15.001 a 20.000	4	69.916	16,0
De 20.001 a 50.000	4	106.055	24,2
Acima de 50.001	1	134.745	30,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010.

Os dados da tabela 1 evidenciam que catorze municípios somando suas populações perfazem apenas 18,3%, da população total do Território do Vale do Mucuri. Se tomarmos como comparativo apenas o município de Teófilo Otoni, ele destaca-se na região, pois concentra mais de 30% da população total. Quando analisamos a população urbana dos municípios, estas, na maioria, não chega a 10 mil habitantes, exceto nas cidades de Nanuque que tem cerca de 35 mil habitantes e Teófilo Otoni, com aproximadamente 110 mil habitantes.

Na economia atual, uma das formas de indicar o poder econômico de dada região é a partir de seu Produto Interno Bruto – PIB. Como as fontes de riqueza modificam-se ao longo do tempo, muito em razão dos tipos de atividades produtivas praticadas, os setores econômicos vão oscilar sua participação na composição do PIB de um município ou região, ao longo do tempo. Nos municípios do Território do Mucuri, o setor terciário apresenta a maior participação no valor agregado, seguido pelo primário e, por último, o setor secundário, como pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição do PIB por setor econômico, percentual e valor bruto para os municípios do Território da Cidadania do Vale do Mucuri - 2009.

Município	Agropecuária		Indústria		Serviços		PIB total (R\$ mil)
	Valor bruto (R\$ mil)	%	Valor bruto (R\$ mil)	%	Valor bruto (R\$ mil)	%	
Águas Formosas	13.738	14,8	12.465	13,5	66.413	71,7	92.617
Ataléia	30.210	35,8	6.461	7,7	47.597	56,5	84.268
Bertópolis	7.287	29,1	2.164	8,6	15.594	62,3	25.045
Campanário	6.704	24,7	2.141	7,9	18.261	67,4	27.106
Caraí	14.735	18,3	8.840	11,0	57.064	70,8	80.639
Carlos Chagas	50.067	25,6	42.779	21,9	102.877	52,6	195.723
Catuji	3.920	14,1	2.845	10,3	20.942	75,6	27.707
Crisólita	13.751	38,8	2.399	6,8	19.253	54,4	35.404
Franciscópolis	9.928	33,7	2.619	8,9	16.920	57,4	29.467
Frei Gaspar	10.077	28,7	4.063	11,6	20.925	59,7	35.064
Fronteira dos Vales	3.953	18,7	2.025	9,6	15.215	71,8	21.192
Itaipé	13.843	26,2	4.746	9,0	34.276	64,8	52.866
Itambacuri	24.179	18,0	15.081	11,2	94.993	70,8	134.253
Ladainha	8.428	14,1	6.163	10,3	45.019	75,5	59.611
Machacalis	7.919	21,0	3.971	10,5	25.859	68,5	37.748
Malacacheta	17.042	19,4	9.267	10,5	61.721	70,1	88.031
Nanuque	40.510	11,2	82.119	22,6	240.296	66,2	362.926
Novo Oriente de Minas	4.970	12,4	6.073	15,2	28.958	72,4	40.002
Ouro Verde de Minas	5.827	19,6	3.000	10,1	20.854	70,3	29.681
Pavão	11.930	25,9	4.534	9,9	29.510	64,2	45.973
Pescador	8.377	31,8	2.156	8,2	15.789	60,0	26.322
Poté	10.597	14,7	7.450	10,3	54.037	75,0	72.084
Santa Helena de Minas	4.520	18,3	2.538	10,3	17.678	71,5	24.735
Serra dos Aimorés	11.976	14,1	29.721	34,9	43.441	51,0	85.138
Setubinha	7.207	19,4	3.781	10,2	26.177	70,4	37.165
Teófilo Otoni	53.198	4,6	190.280	16,5	911.408	78,9	1.154.886
Umburatiba	5.602	30,2	1.336	7,2	11.587	62,5	18.526
Totais Gerais	400.496	13,7	461.019	15,8	2.062.665	70,5	2.924.180

Fonte: Fundação João Pinheiro – Informações Municipais

Verifica-se na tabela 2 que o setor de serviços perfaz mais de 50% do PIB em todos os municípios. O setor industrial ocupa a segunda posição na composição do PIB municipal apenas em Nanuque e Teófilo Otoni. Esta última, por ser uma cidade de porte médio e ser cortada pelas BRs 116 e 418, tornou-se um polo estratégico para abastecer os demais municípios da região nordeste de Minas Gerais, por isso concentra mais de 40% da produção industrial do Território do Mucuri.

Para alguns municípios do Território do Mucuri o setor agropecuário é de extrema importância, tanto em função de empregar grande quantidade de trabalhadores quanto por contribuir para a composição do PIB municipal, por meio da venda de produtos agrícolas e da compra de produtos e serviços no comércio local. A cultura cafeeira é a atividade agrícola de maior importância na região e tem relevante participação na composição da renda familiar dos moradores das áreas rurais. Porém, nos últimos anos esta atividade vem

perdendo espaço na economia regional, em virtude da elevação dos custos de produção e da baixa produtividade da cultura, que em geral é produzida com baixo padrão técnico. A redução da cultura cafeeira regional, em parte está associada a mudanças na fonte de renda no campo, pois quando comparamos a redução das áreas de cultivo de café, estas são substituídas por pastagens voltadas a criação de gado leiteiro e de corte.

O avanço da pecuária nos municípios está atrelado a um menor custo de manejo dos rebanhos bovinos e da valorização do preço médio da arroba de boi. Os pequenos produtores possuem na criação de gado uma reserva econômica, pois o gado produz leite, carne e a reprodução do rebanho permite a comercialização do gado vivo que é de grande importância para capitalização dos agricultores na região.

2.1 - As transferências de recursos financeiros para os municípios

Na Constituição Federal de 1988 foi redefinida uma nova estrutura da República Federativa do Brasil, por meio da qual os municípios passaram a ser enquadrados como entes federativos, contribuindo para a efetivação da descentralização política no país. A descentralização é um processo que envolve a redistribuição do poder, das responsabilidades e também dos recursos financeiros, oriundos da arrecadação de impostos da União a serem repassados a Estados e Municípios (GOMES & DOWELL, 2000). Assim, uma das consequências é a obrigatoriedade da União e dos Estados repassarem parte dos seus recursos aos municípios. Dentre as principais Transferências Constitucionais obrigatórias está o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, feitas pela União; Já os Estados têm a obrigatoriedade de repassar parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Segundo Gomes & Dowell (2000) ao elevar os municípios ao status de membros da Federação, houve um contínuo aumento da transferências de recursos, o que potencializou que as elites políticas e econômicas locais intensificassem o processo de desmembramento político-administrativo, criando, desta forma, municípios pequenos em termos de população e de capacidade produtiva e que, por isso, são dependentes das transferências de recursos da União e dos Estados para manterem a estrutura administrativa e serviços básicos nos municípios.

No Território do Mucuri houve o desmembramento de seis municípios a partir da década de 1990, sendo eles: Catuji, Crisólita, Franciscópolis, Novo Oriente de Minas,

Santa Helena de Minas e Setubinha. Destes municípios, apenas Novo Oriente de Minas e Setubinha possuem populações por volta de 10 mil habitantes, os demais não chegavam a 6 mil habitantes no ano de 2010 (IBGE). Neste contexto de pequena população, a capacidade econômica municipal é baixa, visto que as cidades pequenas não têm capacidade econômica de gerar recursos (impostos) suficientes para a manutenção da estrutura administrativa municipal, nem possuem recursos para investir na melhoria da infraestrutura.

Na tabela 3 é discriminado para os municípios do Território do Mucuri o montante de recursos repassados pela União e pelo Estado de Minas Gerais, e a porcentagem destes recursos em relação ao Produto Interno Bruto Municipal. Notamos que os municípios de menor porte são extremamente dependentes destas transferências, visto que o orçamento municipal é majoritariamente formado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ICMS e também das transferências do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Entretanto, apenas o FPM e o ICMS podem ser gastos na estrutura administrativa municipal e em infraestrutura, enquanto o FUNDEB constitui gasto exclusivo na área da educação.

Tabela 3: Transferências de recursos (R\$) Constitucionais da União e do Estado de Minas Gerais, PIB municipal, (%) das transferências em relação ao PIB e repasses *Per Capita* para os municípios do Território da Cidadania do Vale do Mucuri – 2009.

Municípios	União ¹	Estado ²	Total	PIB Municipal	Trans./PIB (%)	R\$/hab./ano ³
Águas Formosas	8.940.886	256.961	9.197.846	92.617.011	9,9	497,7
Ataléia	7.567.790	1.111.166	8.678.956	130.985.406	6,6	600,4
Bertópolis	4.470.757	1.261.956	5.732.713	25.044.662	22,9	1274,5
Campanário	4.489.236	819.915	5.309.151	27.105.784	19,6	1489,7
Caraí	12.154.523	854.688	13.009.211	80.639.374	16,1	582,2
Carlos Chagas	11.016.718	1.442.260	12.458.979	195.723.253	6,4	620,8
Catuji	5.617.874	2.934.334	8.552.208	22.031.849	38,8	1274,9
Crisólita	5.399.921	934.312	6.334.234	35.403.861	17,9	1047,5
Franciscópolis	4.683.528	1.081.974	5.765.502	29.466.715	19,6	994,1
Frei Gaspar	5.333.761	881.266	6.215.027	35.064.394	17,7	1057,2
Fronteira dos Vales	4.577.514	1.101.784	5.679.297	21.192.488	26,8	1211,7
Itaipé	7.328.988	783.009	8.111.997	52.865.798	15,3	687,6
Itambacuri	12.042.876	1.218.167	13.261.043	134.253.149	9,9	581,4
Ladainha	10.041.357	1.960.847	12.002.204	59.610.839	20,1	706,3
Machacalis	4.816.778	1.112.135	5.928.913	37.748.458	15,7	849,9
Malacacheta	9.300.457	826.273	10.126.730	88.030.603	11,5	539,3
Nanuque	15.663.953	2.062.949	17.726.902	362.926.009	4,9	434,1
Novo Oriente de Minas	6.708.067	4.155.943	10.864.011	40.001.788	27,2	1050,8
Ouro Verde de Minas	4.976.644	937.454	5.914.098	29.680.804	19,9	983,1
Pavão	4.872.953	789.852	5.662.806	45.973.154	12,3	659,3
Pescador	4.388.975	1.046.220	5.435.195	26.321.718	20,6	1316,7
Poté	8.558.794	812.033	9.370.827	72.084.266	13,0	598,1
Santa Helena de Minas	4.563.982	1.270.032	5.834.014	24.735.282	23,6	963,5
Serra dos Aimorés	5.325.767	915.136	6.240.903	85.138.175	7,3	741,9
Setubinha	5.770.834	1.934.498	7.705.332	37.165.378	20,7	707,9
Teófilo Otoni	36.930.411	1.009.959	37.940.371	1.154.886.191	3,3	281,6
Umburatiba	4.383.280	620.576	5.003.856	18.525.690	27,0	1849,9

Fonte: Fundação João Pinheiro/ Portal da Transparência Pública – MG

Notas:

1 - As Transferências da União são: FPM - Fundo de Participação Municipal; ITR - Imposto Territorial Rural; FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.

2 - As transferências do Estado de Minas Gerais são: ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; IPVA - Imposto sobre Veículos Automotores;

3 - Para fazer o cálculo dos repasses per Capita municipal foram utilizadas as populações do Censo Demográfico de 2010, pois não encontramos projeções da população para o ano de 2009. Nisso ocorre que determinados municípios receberam per capita mais recursos, teoricamente, do que de fato deve ter ocorrido, tomando como pressuposto que houve aumento da população entre 2009 para 2010.

Os municípios que proporcionalmente ao seu PIB receberam maiores repasses foram: Bertópolis (22,9%), Catuji (38,8%), Fronteira dos Vales (26,8%), Ladainha (20,1%), Novo Oriente de Minas (27,2%), Pescador (20,6%), Santa Helena de Minas (23,6%) e Umburatiba (27%). Esta elevada participação dos recursos de transferências constitucionais deixa estes municípios a mercê da dinâmica econômica do Brasil e do Estado de Minas Gerais, pois o repasse de verbas está atrelado à arrecadação do governo,

que oscila anualmente em função do desempenho da economia brasileira. Como é notório nestes municípios pequenos, o orçamento municipal é direcionado à manutenção da estrutura administrativa e, caso sobre recursos, estes serão investidos na melhoria das condições de vida da população. Porém, geralmente o montante que é direcionado para investimentos é insuficiente para melhorar a infraestrutura. Esta associação pode ser relacionada quando observamos que os repasses *Per Capita* para os municípios de menor população são maiores, mas são eles que apresentam maiores dificuldades para implementarem projetos de infraestrutura, dependendo de verbas específicas das esferas federal e estadual para realizar certos investimentos.

2.2 - As Transferências dos Programas Sociais

No Brasil em razão das elevadas desigualdades entre os grupos sociais e da dificuldade de auferir renda, determinadas parcelas da população necessitam do Estado para complementar os seus rendimentos. Assim, o Estado brasileiro atua a partir dos programas de assistência social vinculados a uma Política de Proteção Social, por meio da qual transfere recursos financeiros para as populações pobres que têm dificuldades de manterem padrão mínimo de vida.

Segundo Barrientos (2006, p.7) “A proteção social ajuda a garantir, pelo menos, níveis de vida mínimos entre os grupos pobres e vulneráveis e, desta forma, contribui também para a redução da exclusão social e fomentar uma maior coesão social”. A noção de pobreza tem vários enfoques, dependendo da perspectiva teórica adotada. Para os órgãos governamentais a pobreza é de viés econômico, sendo considerado pobre a pessoa ou família que tem determinada renda *per capita* mensal, que no geral está abaixo da média de rendimento nacional.

Sen (2010) busca diferenciar a pobreza em duas categorias: 1) a pobreza de renda que dificulta uma maior participação da família no mercado consumidor e a pobreza de capacidades que é mais abrangente, pois a falta de meios sociais adequados como educação, saúde, participação social acabam por influenciar e fazer perpetuar a pobreza de renda na sociedade. Sen (2010) sinaliza que as políticas sociais devem focalizar estes dois tipos de pobreza para que os meios de combatê-las sejam eficientes.

Sendo a assistência social um dos componentes da proteção social há um processo em curso de promover à melhoria das condições sociais, aqui no Brasil, a partir do

Programa Benefícios de Prestação Continuada – BPC que foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que transfere um (1) salário mínimo mensal para os beneficiários. Este benefício é garantido para as pessoas com idade superior a 65 anos de idade e portadores de deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente (MDS).

Outro programa de grande significado dentro das políticas sociais é o Programa Bolsa Família – PBF que foi criado pela Lei nº 10.836 de 2004. Este programa focaliza a transferência de recursos para as famílias em extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade social. O valor do benefício é variável para cada família, pois leva em consideração a renda *per capita* da família e a quantidade de filhos menores de 17 anos. Para seu recebimento é exigido à contra parte do beneficiário, que deve enquadrar-se nas condicionalidades do Programa que são: matricular e manter a frequência dos filhos na escola; fazer acompanhamento hospitalar e de vacinação das crianças; e para gestantes, a exigência de fazer as consultas de pré-natal durante a gravidez.

Os Programas de BPC e PBF, além de contribuírem diretamente para a melhoria do padrão de vida dos beneficiários, são políticas de redução das desigualdades sociais à medida que transferem recursos diretamente para as famílias mais pobres em todos os municípios do Brasil. Outro fator preponderante destes programas é a capacidade de movimentação financeira nos municípios dos beneficiários, na medida em que estes utilizam os recursos para adquirir bens e serviços no comércio local, o que potencializa a circulação de dinheiro e a geração de postos de trabalho.

Os programas BPC e BF contribuem para reduzir as desigualdades regionais, pois os impostos arrecadados pela União e repassados via programas sociais são, em grande parte, oriundos das regiões mais ricas do país. No Território do Mucuri, por ser caracterizado como uma área pobre dentro do Estado de Minas Gerais, há grande quantidade de famílias que recebe o BPC e BF, os quais têm a função de complementar a renda das famílias pobres e fomentar a inserção social, reduzindo, assim, a vulnerabilidade social de parcela da população local.

Quando analisamos a importância dos dois programas em relação ao PIB municipal, observamos que certos municípios têm expressivo montante de recursos originados destas fontes. Na tabela 4 descrevemos a participação dos Programas de Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família e seu montante em termos de porcentagem na composição do PIB dos municípios do Território do Mucuri.

Tabela 4: Participação em (%) do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Território da Cidadania do Vale do Mucuri - 2005 e 2009

Municípios	2005				2009			
	PIB Municipal (R\$ mil)	Total transf. do PBF (R\$ mil)	Total transf. BCP (R\$ mil)	Transf. do PBF e BCP/PIB (%)	PIB Municipal (R\$ mil)	Total de transf. do PBF (R\$ mil)	Total de transf. do BCP (R\$ mil)	Transf. do PBF BCP/PIB (%)
Águas Formosas	61.949	1.667	1.961	5,86	92.617	2.846	3.045	6,36
Ataléia	54.893	1.465	1.545	5,48	84.268	2.427	2.289	5,60
Bertópolis	15.069	501	308	5,37	25.045	812	472	5,13
Campanário	15.855	433	216	4,10	27.106	445	547	3,66
Caraí	52.390	2.676	2.164	9,24	80.639	3.740	2.710	8,00
Carlos Chagas	113.662	1.638	3.394	4,43	195.723	2.410	6.220	4,41
Catuji	18.763	697	0	3,71	27.707	1.199	574	6,40
Crisólita	22.047	688	41	3,31	35.404	1.068	129	3,38
Franciscópolis	18.696	637	128	4,09	29.467	951	239	4,04
Frei Gaspar	21.263	573	142	3,36	35.064	939	247	3,38
Fronteira dos Vales	12.963	554	275	6,40	21.192	862	146	4,75
Itaipé	37.940	1.063	1.123	5,76	52.866	1.573	986	4,84
Itambacuri	92.343	2.216	2.132	4,71	134.253	3.147	3.547	4,99
Ladainha	33.745	1.865	606	7,32	59.611	2.733	1.115	6,46
Machacalis	24.181	901	917	7,52	37.748	1.079	1.314	6,34
Malacacheta	55.954	2.173	1.712	6,94	88.031	2.603	2.604	5,91
Nanuque	231.036	2.422	7.921	4,48	362.926	3.578	13.028	4,58
Novo Oriente de Minas	25.498	610	196	3,16	40.002	1.704	493	5,49
Ouro Verde de Minas	18.291	650	0	3,56	29.681	1.026	283	4,41
Pavão	25.731	989	1.456	9,50	45.973	1.231	2.277	7,63
Pescador	17.602	375	114	2,78	26.322	481	341	3,12
Poté	42.931	1.429	1.565	6,97	72.084	2.228	2.362	6,37
Santa Helena de Minas	14.667	622	227	5,79	24.735	875	359	4,99
Serra dos Aimorés	46.489	648	1.497	4,61	85.138	983	2.316	3,88
Setubinha	21.307	957	109	5,01	37.165	1.906	226	5,73
Teófilo Otoni	740.010	7.660	14.468	2,99	1.154.886	11.171	28.554	3,44
Umburatiba	12.457	165	74	1,92	18.526	409,1	366,14	4,18

Fonte: Fundação João Pinheiro/ Índice Mineiro de Responsabilidade Social

Entre os anos de 2005 e 2009 houve reduções dos programas BPC e BF no conjunto do PIB em alguns municípios, enquanto noutros elevou-se. Tomando os casos de Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Catuji, Ladainha, Machacalis, Malacacheta, Novo

Oriente de Minas, Pavão, Poté e Setubinha as transferências de recursos sociais representaram mais de 5% do PIB destes municípios, além dos recursos terem sido utilizados no comércio, contribuindo para aumentar o PIB municipal.

O Programa Bolsa Família abrange grande número de família nos municípios que compõem o Território do Mucuri, em virtude do poder aquisitivo da maioria das famílias ser muito baixo. Este fato pode ser verificado na tabela 5 que apresenta a quantidade de famílias beneficiadas e os montantes repassados nos anos de 2005 e 2010, por município.

Tabela 5: Programa Bolsa Família (PBF), Nº de famílias beneficiadas, transferência total por município e Per Capita por habitante - 2005 e 2010.

Município	Ano de 2005			Ano de 2010		
	Nº de famílias beneficiadas pelo PBF	Transferência do PBF (R\$ mil) por município	Transferência Per Capita - BF(R\$ por habitante)	Nº de famílias beneficiadas pelo PBF	Transferência do PBF (R\$ mil)por município	Transferência Per Capita - PBF(R\$ por habitante)
Águas Formosas	1.500	1.666,97	7,64	2.302	2.846,33	12,84
Ataléia	1.410	1.464,56	7,84	2.037	2.426,97	13,99
Bertópolis	458	500,89	9,34	663	812,12	15,05
Campanário	405	433,39	10,34	388	444,73	10,4
Carai	2.268	2.675,79	10,29	2.860	3.740,06	13,95
Carlos Chagas	1.676	1.638,40	6,49	2.284	2.409,59	10,01
Catuji	608	696,93	8,27	936	1.199,29	14,9
Crisólita	606	688,41	10,13	849	1.067,75	14,71
Franciscópolis	600	636,83	8,68	740	950,73	13,66
Frei Gaspar	507	573,46	8,06	777	938,64	13,3
Fronteira dos Vales	514	554,26	9,63	712	861,79	15,32
Itaipé	913	1.062,70	7,86	1.224	1.572,58	11,11
Itambacuri	1.951	2.216,37	8,12	2.534	3.147,24	11,5
Ladainha	1.636	1.864,87	9,47	2.071	2.733,29	13,4
Machacalis	805	901,48	10,8	877	1.078,93	12,89
Malacacheta	1.952	2.172,74	9,51	2.038	2.602,95	11,55
Nanuque	2.553	2.422,32	4,89	3.429	3.577,75	7,3
Novo Oriente de Minas	596	609,87	5	1.435	1.703,77	13,73
Ouro Verde de Minas	633	650,28	8,85	821	1.026,35	14,22
Pavão	935	989,39	9,41	1.060	1.231,08	11,94
Pescador	339	375,12	7,65	415	481,45	9,72
Poté	1.298	1.428,81	7,82	1.781	2.228,01	11,85
Santa Helena de Minas	553	622,48	8,78	719	874,88	12,04
Serra dos Aimorés	677	647,96	6,5	894	983,37	9,74
Setubinha	782	957,39	7,93	1.431	1.905,52	14,59
Teófilo Otoni	7.511	7.659,81	4,83	10.014	11.170,70	6,91
Umburatiba	160	164,85	4,92	373	409,1	12,6

Fonte: Fundação João Pinheiro/ Índice Mineiro de Responsabilidade Social

Quando comparamos a transferência per capita anual entre os municípios, observamos que a diferença é pequena, mesmo se levarmos em consideração o tamanho da população municipal, tais como Teófilo Otoni que recebeu em média R\$ 6,91 e Itaipé que

recebeu R\$ 11,1, no ano de 2010, quando a população deles era de aproximadamente 130 mil habitantes e 11.500 habitantes, respectivamente. Os céticos do PBF consideram que as transferências de renda desestimula as pessoas a buscarem alternativas produtivas de renda, mas o valor repassado não é suficiente para que as pessoas dependam exclusivamente da renda do programa. No que concerne a sua capacidade de reduzir a pobreza, em termos provisórios, o montante anual ajuda a elevar a renda média das famílias e a economia nos municípios tem uma expressiva dinamização, pois sendo os recursos transferidos diretamente para as pessoas, os recursos recebidos circulam na economia local, proporcionando a elevação do PIB dos municípios.

2.3 - Os Indicadores Sociais

Uma das formas de compreender as características sociais, econômicas e produtivas de um lugar é agregar várias dimensões num índice, que sintetiza uma realidade socioeconômica, a partir de indicadores. No Brasil, atualmente há vários índices que medem as peculiaridades dos municípios, um é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, criado pela Organização das Nações Unidas – ONU; Outro que adotaremos aqui é o elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, que criou o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM.

Com periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, o IFDM considera três áreas de desenvolvimento – Emprego & Renda, Educação e Saúde – e utiliza-se de estatísticas oficiais municipalizadas divulgadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Com o índice é possível mensurar e comparar o desempenho entre municípios em dado intervalo de tempo e permite determinar se a melhoria ocorrida em determinado município foi decorrente de medidas políticas ou apenas o reflexo da queda de outro município. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 (máximo) para classificar o nível de cada localidade. Os critérios de análise estabelecem quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento (FIRJAN). Como o IFDM é organizado a partir das dimensões renda, emprego, educação e saúde, o utilizaremos aqui com dois objetivos: 1) analisar o desempenho dos municípios do Território do Mucuri entre os anos de 2000 e 2009, com o intuito de compreender se as políticas públicas implementadas na região estão modificando as estruturas socioeconômicas dos municípios e 2) buscamos comparar os municípios em relação aos

demaís do estado para entender se a geração de riquezas no estado de Minas Gerais está sendo distribuída ou concentrando-se em outras regiões. Na tabela 6 consta a posição dos municípios do Território do Mucuri no índice FIRJAN e sua colocação entre os demais municípios mineiros.

Tabela 6: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania do Vale do Mucuri e Ranking Estadual - 2000, 2005 e 2009.

Municípios	2000		2005		2009		Variação (%) 2000/2009
	IFDM	Ranking Estadual	IFDM	Ranking Estadual	IFDM	Ranking Estadual	
Águas Formosas	0,4249	761°	0,5034	735°	0,5454	781°	33,3
Ataléia	0,4325	746°	0,4508	828°	0,5582	759°	29,1
Bertópolis	0,4960	593°	0,4629	810°	0,4849	846°	-2,2
Campanário	0,4440	718°	0,5014	741°	0,5929	656°	33,3
Caraí	0,4495	709°	0,4904	758°	0,5252	823°	16,8
Carlos Chagas	0,4795	640°	0,5496	603°	0,5727	720°	33,5
Catuji	0,3803	816°	0,4306	841°	0,5003	839°	31,6
Crisólita	0,2804	853°	0,5040	733°	0,5444	783°	94,2
Franciscópolis	0,3961	801°	0,4424	834°	0,5592	754°	41,2
Frei Gaspar	0,4145	775°	0,4640	808°	0,5053	833°	21,9
Fronteira dos Vales	0,3847	809°	0,4566	822°	0,5047	834°	31,2
Itaipé	0,4733	659°	0,4740	795°	0,4624	852°	-2,3
Itambacuri	0,4527	702°	0,5106	715°	0,5754	712°	27,1
Ladainha	0,4360	741°	0,4343	838°	0,5290	815°	21,3
Machacalis	0,5002	578°	0,5285	670°	0,5500	777°	57,4
Malacacheta	0,4672	670°	0,4646	807°	0,5619	750°	41,4
Nanuque	0,5865	251°	0,6528	198°	0,6302	479°	29,1
Novo Oriente de Minas	0,4417	728°	0,4861	769°	0,5027	837°	13,8
Ouro Verde de Minas	0,4038	791°	0,4262	843°	0,5323	807°	31,8
Pavão	0,4276	752°	0,5010	742°	0,5994	629°	40,2
Pescador	0,3154	843°	0,4628	811°	0,5261	822°	66,8
Poté	0,4271	754°	0,5271	675°	0,5849	677°	36,9
Santa Helena de Minas	0,3975	798°	0,4339	839°	0,4789	848°	20,5
Serra dos Aimorés	0,5414	434°	0,6076	402°	0,6334	458°	17
Setubinha	0,3784	817°	0,4186	845°	0,4760	849°	25,8
Teófilo Otoni	0,5235	500°	0,6421	242°	0,6802	223°	29,9
Umburatiba	0,3868	807°	0,4337	840°	0,5855	676°	51,4
Minas Gerais	0,6319	7°	0,7663	5°	0,7928	5°	...

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro- FIRJAN

No Estado de Minas Gerais há 853 municípios e o IFDM os distribuiu a partir de um ranking que leva em consideração o seu desempenho nas dimensões avaliadas pelo índice. Desta forma, todos os municípios do Território do Mucuri no ano de 2000 foram enquadrados como de baixo ou regular desenvolvimento municipal, e seus desempenhos estavam abaixo da média do estado, de acordo com os critérios estabelecidos pela FIRJAN. Para este mesmo ano a melhor colocação ficou para o município de Teófilo Otoni, ao

ocupar a posição 500º, e a pior para Crisólita que ocupou a posição 853º, última posição em relação a todos os municípios do Estado de Minas Gerais.

Quando analisamos o desempenho dos municípios no ano de 2009, observamos que eles apresentaram evolução no índice, com destaque para Nanuque, Serra dos Aimorés e Teófilo Otoni que ultrapassaram a marca dos (0,601) sendo considerados de moderado desenvolvimento municipal. Em relação ao ranking estadual, o melhor desempenho ficou a cargo de Teófilo Otoni na posição 223º, no comparativo entre os anos de 2000 e 2009, este município apresentou uma variação de 29,9%, tendo elevado seu IFDM de (0,5235) para (0,6802). Já em termos de variação no IFDM os municípios de Bertópolis e Itaipé apresentaram redução nos seus indicadores, pois os dois tiveram um recuo de 2,2% e 2,3%, respectivamente entre os anos de 2000 e 2009. No ranking Itaipé ocupou a última posição entre os municípios do Território do Mucuri e no estado está na penúltima colocação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer política pública que venha a fomentar o desenvolvimento social e a geração de renda deve, por princípio criar mecanismos que permitam que os benefícios destas políticas sejam direcionados as populações que, de fato, necessitam, e que, assim, possa reduzir o fosso social que existe entre as regiões, mas principalmente no interior delas. É esta realidade social que o Programa Territórios da Cidadania deve combater e construir um projeto de nação que venha a integrar as pessoas numa perspectiva humana e, não apenas, no que concerne a participar da sociedade de consumo tão propalada pela mídia e pelos agentes governamentais como meio e fim das políticas sociais. Reforçamos a importância dos programas sociais como meios que possibilitam maior inserção das famílias, mas entendemos que são necessárias outras ações que permitam no âmbito municipal mecanismos de geração de renda para as pessoas.

REFERÊNCIAS

BARRIENTOS, Armando. Modernizar a assistência social para promover a inclusão social. In: **Conferência Mundial “Proteção Social e Inclusão: Convergência de esforços numa perspectiva global,”**, 2006.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA). **Sistemas de Informações Territoriais - SIT**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/>>.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, Arilson; [et al]. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento rural sustentável; v.12).

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Disponível: < <http://www.firjan.org.br/ifdm>>.

GOMES, Gustavo Maia; DOWELL, Maria Cristina M. Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de municípios: O que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. In: **Instituto de Pesquisas econômicas Aplicadas - IPEA**. Brasília, Texto para discussão nº 706, 2000.

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L.. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 1, p. 81-94.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em:< <http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censos Demográficos**. Disponível em:< <http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

MINAS GERAIS. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS/FJP. **Indicadores Sociais**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, São Paulo v. 15 nº43, 2001.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**, 2000. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/Atlas>>.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Silveira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

OS ATORES DO RURAL PAULISTA: UM ENSAIO SOBRE A REGIÃO CENTRAL

Giovana Gonçalves Pereira, NEPO/IFCH/UNICAMP¹

giovana@nepo.unicamp.br

Financiamento: FAPESP/CNPq/CAPES

Jéssica Aline Troiano, FCLAr/UNESP²

jessycatroiano@gmail.com

Financiamento: FAPESP

RESUMO

O presente artigo objetiva elucidar as transformações ocorridas no mundo rural paulista dado à convivência e interdependência de atores (trabalhadores rurais, pequenos produtores e empreendedores agrícolas). Os espaços (dantes urbano e rural) aqui se organizam no contexto de transformações ocasionadas tanto pela agricultura itinerante quanto pela consolidação dos Complexos Agroindustriais que constituem sempre novas fronteiras agrícolas pelo território brasileiro, acarretando em reestruturações e reorganizações dos agentes produtivos (camponeses, pequenos produtores e empreendedores, etc.), bem como, da agroindústria e dos fluxos migratórios. Neste sentido, por intermédio de levantamentos bibliográficos e pesquisas de campo realizadas em algumas cidades da região central do Estado de São Paulo desde meados de 2010, definimos a presença e atuação dos diversos agentes envolvidos com os espaços rurais desta região.

Introdução

A América Latina é das regiões mais desiguais do mundo (Garcia e Oliveira, 2010). Junto ao Caribe presenciou o agravamento da pobreza na região com o aumento de 3 milhões no número de pobres que na década de 2000 atinge a marca de mais de 90 milhões. A pobreza, nessa conjuntura, é associada às condições de vida no campo e ao processo histórico de concentração de renda característico de países “em desenvolvimento”

¹ Atualmente é aluna do Programa de Pós-Graduação em Demografia – Nível Mestrado – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e integrante do Projeto Temático FAPESP Observatório das Migrações em São Paulo, do Núcleo de Estudos de População e coordenado pela Prof.ª Dr.ª Rosana Baeninger, desde 2010.

² Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP/Fclar). É bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos.

(Leite e Ávila, 2007:782). Ademais, a desigualdade no interior dos países latino-americanos é marcada por heterogeneidades regionais (Garcia e Oliveira, 2010).

Os desequilíbrios regionais, no caso brasileiro, podem ser correlacionados à discussão do subdesenvolvimento econômico que se fundamenta com a empresa agrícola nordestina de exportação de açúcar no Século 17. Com a abundância de terras e a rarefação da população considerada ‘livre’, o processo de concentração fundiária é impulsionado pela Lei de Terras (1850) que se dá de forma adjacente ao chancelamento e legitimação dos cartórios (Cano, 2002). Atualmente, a terra permanece como ativo de alta concentração. Estima-se que nos anos 90, 1,03% dos proprietários detinham cerca de 50% das extensões territoriais da Argentina, Brasil, Colômbia e Paraguai (ver mais em Leite e Ávila, 2007:784). Assim, podemos aferir que a concentração de terras, tradução paradoxal do movimento de modernização da agricultura que se mantém com estruturas de dominação arcaicas, é um dos pilares das relações assimétricas existentes no território brasileiro (Porto-Gonçalves e Santos, 2012).

Na segunda metade dos anos 80, o Brasil vivencia diversas transformações no mundo rural, impulsionadas pela “percepção” da invalidade técnica e econômica de um modelo agrícola pautado, particularmente, na pequena propriedade familiar. Por conseguinte, os avanços da agricultura, como a intensificação da “modernização” do campo, o advento da agricultura empresarial, a consolidação do direito inalienável da propriedade privada, e, a integração crescente dos capitais (financeiro, comercial, industrial e agrícola), passa a compor o padrão agrícola requerido pela agricultura brasileira. Surge, neste contexto, a “*caifificação*” do padrão agrícola, ou seja, o crescimento do número, tamanho, poder e integração dos Complexos Agroindustriais (CAIs).

Como pontua Martine (1991:8), esse momento simboliza “o fenômeno central de transformação na agricultura” que contribuirá para o fortalecimento da imagem de uma “agricultura moderna” ancorada nas “supersafras”, que são constituídas por meio da financeirização, dos avanços técnicos científicos e da utilização crescente de agroquímicos na produção agrícola, dá-se assim, a emergência da “agricultura convencional” no meio rural brasileiro. Esse processo está inserido na dinâmica mundial iniciada com a chamada “Revolução Verde” por volta da década de 70, responsável pela visão de que altos níveis de produtividade eram vitais para o suprimento da crescente demanda mundial de alimentos, fundamentando, assim, a difusão da utilização dos agrotóxicos, das plantas

geneticamente modificadas, dos fertilizantes químicos e da alta mecanização dos processos produtivos (EHLERS, 1996). Em ampla medida, essas mudanças que se deram no contexto internacional englobaram o desenvolvimento da agricultura brasileira e impulsionaram seu processo de modernização.

Em simultâneo a manutenção da *agricultura itinerante*, representada pela marcha ou deslocamento espacial de setores agrícolas, como a agricultura de subsistência e exportação e suas inter-relações, é dada sob o panorama da *modernização conservadora* entre os anos de 1965 e 1979 que incentiva prioritariamente às culturas exportáveis e passíveis de capitalização, ou seja, da cana-de-açúcar, da laranja, do trigo, da soja, do algodão e do cacau. (a frase está confusa pra mim). Com isso, nota-se, primeiramente nos anos 80, um aumento das exportações agroindustriais que figuram como setor principal da economia ainda na atualidade. Ademais, assistimos entre as décadas de 1960 a 1980 um forte êxodo rural conjugado ao aumento de assalariamento rural e, conseqüentemente uma intensificação da migração (CANO, 2002, 2004 e Martine, 1991).

Soma-se a essa conjuntura as recentes transformações da sociedade brasileira no que toca as dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Quanto aos espaços rurais e as atividades agrícolas é possível identificar influências fundamentais das quais as mudanças dos processos produtivos, do setor de transportes, dos meios de comunicação e dos avanços das tecnologias da informação (Wanderley, 2009 e Silva, 1997) corroboram para a construção de novas conjunturas implicando em também novas formas de pensar, debater e conceituar os espaços rurais. Na mesma medida, Wanderley (2009) define o meio rural brasileiro como uma heterogeneidade de espaços, processos e atores sociais – muitos dos quais ocupando os mesmos territórios e localidades, compondo, portanto, inter-relações. Disso decorre a necessidade de construir uma tipologia dos espaços e agentes inseridos no meio rural brasileiro.

Esse cenário revela ainda o desdobramento de novos paradigmas produtivos. As consequências ambientais e sociais da agricultura convencional provocaram nas últimas décadas questionamentos acerca de sua viabilidade, culminando nas ideias de desenvolvimento rural sustentável ou ainda agricultura sustentável. Estas postulam a concepção de uma agricultura que permita o desenvolvimento social e econômico tendo em vista a conservação dos recursos naturais (JALCIONE, 2009).

Temos então que atuam na agricultura brasileira, ambos os modelos produtivos (agricultura convencional e a agricultura sustentável). Carneiro (2007) ressalta, neste sentido, uma dualidade paradoxal nesses paradigmas produtivos que valoriza a agricultura convencional como associá-la a alta produtividade, a demanda de mercado e a organização empresarial e, simultaneamente, vincula agricultura sustentável à baixa produtividade, ao auto-consumo e produção familiar.

Por fim compreendemos que tanto a agricultura quanto os trabalhadores assalariados rurais e pequenos produtores (de forma não excludente) tornaram-se itinerantes (ver mais em Cano, 2002 e Martine, 1991) e, necessitam se adaptar às demandas do mercado e, é sob esse cenário que nossa discussão se insere.

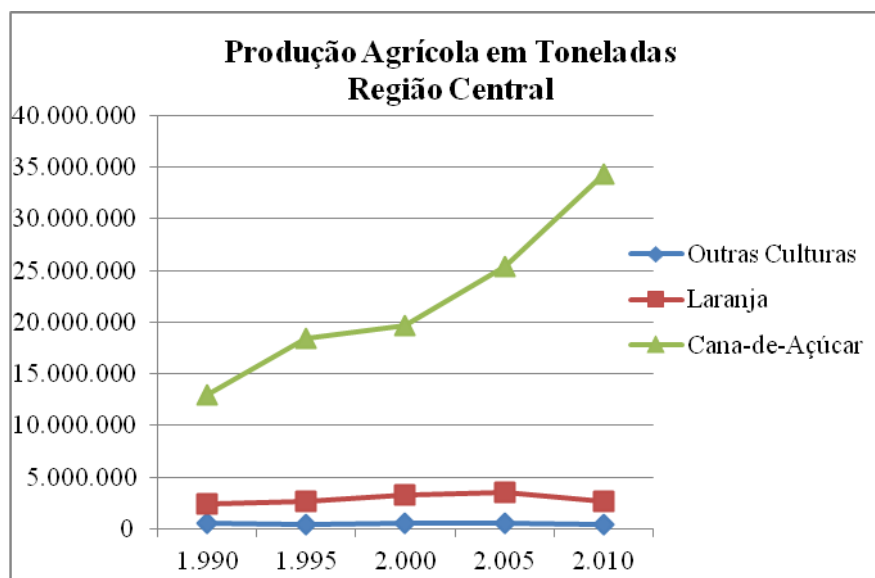
1. Os CAIs da Região Central Paulista: O monopólio da cana-de-açúcar e da laranja e o surgimento das cidades do agronegócio.

Na década de 1960, ocorre a intensificação do processo de modernização da agricultura paulista, em decorrência da reconfiguração do processo produtivo (Silva, M.A.M 2008). Simultaneamente temos o surgimento das grandes usinas produtoras de açúcar e álcool (Silva, M.A.M, 2008), bem como, da indústria processadora de sucos de laranja (Paulillo, Almeida e Mello, 2008) na Região Central do Estado.

No contexto da constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) na década de 80 temos a consolidação do agronegócio no território brasileiro graças à territorialização dos capitais e a oligopolização do espaço agrário. O aumento da infra-estrutura ocasiona, dessa forma, a construção de bases sólidas para a modernização agrícola e industrial no território brasileiro. Deste modo, o agronegócio estabelece novas relações entre o campo e cidade e, concomitantemente promove o acirramento das desigualdades sociais (ver mais em Elias e Pequeno, 2007). O neoliberalismo figura, nessa conjuntura, em conjunto aos grandes conglomerados tanto em níveis nacionais quanto internacionais e promove a crença de que sem escala de produção não existiria crescimento econômico (Martine, 1991).

Prova disso são os complexos agroindustriais tradicionais da Região Central. O complexo agroindustrial sucroalcooleiro é historicamente uma das principais indústrias do país (Neto, 2009) enquanto que a indústria citrícola brasileira é responsável por cerca de 50% da produção mundial de suco de laranja (Neves et al, 2010). A concentração – e consequente monopólio dos complexos agroindustriais –, por sua vez, pode ser ilustrada

pelos Grupos Empresariais: Raízen, Fischer e Cutrale (ver Neto, 2009 e Paulillo et al, 2008) que possuem unidades produtivas em diversas cidades da região. Além disso, o monopólio das culturas exportáveis, nesse caso da cana-de-açúcar e da laranja, é perceptível quando analisamos a produção agrícola da Região Central:



FONTE: Informações dos Municípios Paulistas. Fundação Seade. Elaboração Própria.

Ocasionalmente, os pequenos proprietários – responsáveis pelos setores de baixa eficiência produtiva (culturas menos capitalizadas) – se comportam como “peças” fundamentais aos CAIs, uma vez que são responsáveis por parte da produção de matéria prima da agroindústria em suas propriedades (Martine, 1991). Cenário encontrado nas cidades de Taquaritinga, Nova Europa, Araraquara, Ibatinga, Gavião Peixoto e Matão. Conquanto, o arrendamento da propriedade para as usinas e indústrias processadoras de suco de laranja é um costume característico do território paulista, e, se configura de forma complementar como prática que viabiliza, não raramente, o processo de “diversificação produtiva” por parte dos pequenos produtores e agricultores familiares da região. O “arrendamento”, neste sentido, atua como fonte de renda distinta desses produtores e se apresenta simultaneamente como “garantia financeira” e “financiamento indireto” de outras atividades produtivas, ou mesmo de atividades alternativas realizadas por pequenos produtores. A relação irá se estabelecer, em síntese, pela interdependência de ambos os atores rurais, ou seja, dos empreendedores rurais – representantes dos grandes conglomerados agroindustriais – e dos pequenos agricultores. Todavia, cabe ressalva que essas relações de coexistência se estabelecem em bases assimétricas de dominação.

As cidades do agronegócio surgem também neste contexto e são atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais relacionáveis. Neste sentido, o desenvolvimento das cidades do agronegócio depende, em diversos níveis, dessas atividades, cuja produção e consumo se darão, em grande parte, de forma globalizada (Elias e Pequeno, 2007). Poderíamos citar aqui, especialmente, os casos de Matão/SP e Dobrada/SP. O município de *Matão* se localiza no centro-leste do Estado de São Paulo e possui sua economia pautada na agroindústria mais precisamente no setor citrícola. Abriga em seu território desde o início dos anos de 1960 a maior unidade do Grupo Fischer, um dos principais produtores e exportadores de suco de laranja no mundo, que em conjunto à Cutrale é responsável por mais de 70% da produção do suco processado no país (Paulillo et al, 2008). A zona industrial da cidade, por exemplo, compõe o quadro da economia matonense e torna visível a relação entre o setor e suas empresas “satélites” – de ‘sustentação’ mecânica e tecnológica para a atividade agrícola. Ademais, notamos reconfigurações socioespaciais na cidade produzidas pela migração de trabalhadores rurais nordestinos empregados na colheita da laranja. Em linhas gerais, notamos especificidades na composição dos bairros³ em “bairros tradicionais de moradores” e “bairros de migrantes”, como bem pontua Silva (1999).

Enquanto que *Dobrada* localizada acerca de vinte quilômetros de Matão, encontra-se imersa num verdadeiro “mar de canaviais”, considerando ainda que sua constituição se dá através de diversas trajetórias migratórias vinculadas ao trabalho rural. A cidade de Dobrada é consideravelmente um espaço de fluxos de trabalhadores e escoamento de produção, geralmente, nota-se um intenso movimento de ônibus rurais e caminhões de cana-de-açúcar. Em seu entorno, temos a Usina Bonfin, unidade pertencente ao Grupo Raízen, responsável pela contratação da maioria dos trabalhadores rurais da cidade e inclusive de trabalhadores de Santa Ernestina/SP. A população migrante de Dobrada se emprega, em geral, no corte de cana-de-açúcar, e o trabalho agrícola se vincula de forma direta à formação da cidade.

Em suma, ambas as ‘cidades do agronegócio’ citadas apresentam construções sociais que aproximam a figura do migrante do trabalho rural, tanto por parte dos moradores “tradicionais” quanto pelos próprios envolvidos (indiretamente ou diretamente) na dinâmica migratória. Além disso, apesar de perfis laborais um pouco distintos, essas

³ Até mesmo as construções das casas e composições dessas em ‘fundos’ e ‘frente’ são característicos. A ‘frente’, geralmente, é do “morador” da cidade, o ‘fundo’ pertenceria ao migrante e suas famílias.

peessoas possuem projetos migratórios semelhantes, ou seja, utilizam-se da migração como estratégia de sobrevivência às condições antagônicas que encontram na origem. Ademais, os indivíduos que pretendiam na época da pesquisa se fixar nas cidades paulistas, não obstante, alegam não ter para “quem voltar”, em outras palavras, para estes a *família* ou sua rede de apoio - ligação visível com a terra – se encontra muitas vezes no local de destino. Todavia, percebemos uma tentativa de retomar a ligação simbólica com o local de origem, através de comidas e produtos “típicos” do nordeste, por exemplo. Percebemos, enfim, uma íntima relação entre os trabalhadores rurais alocados nas “pontas” do processo produtivo dos CAIs, o mundo rural e a economia da região, cuja estruturação se fundamenta em processos macroeconômicos que trataremos a seguir.

2. Assalariamento Rural: Do pequeno agricultor ao trabalhador rural assalariado.

Nas décadas de 1970 e 1980, observa-se uma tendência de concentração populacional em determinadas áreas, fenômeno decorrente principalmente do esgotamento das fronteiras agrícolas e do acelerado processo de modernização da agricultura já explicitado (ver mais em Patarra, 1991). A Região Sudeste, particularmente o Estado de São Paulo, vem, deste modo, a se constituir historicamente como polo de atração populacional. Nos anos 90, ocorre uma modificação na “cartografia migratória” na região, com a inserção das origens do Maranhão e Piauí devido há uma intensificação do ritmo de trabalho no campo (Silva, 2008). De fato a Região Central do Estado apresenta atualmente, segundo dados do Censo de 2010, cerca de 60 mil residentes provindos da Região Nordeste⁴, as principais concentrações em números percentuais em relação à população local são encontradas nas cidades de Américo Brasiliense (19%), Dobrada (30%), Ibaté (15%) e Ribeirão Bonito (16%).

Entretanto, não são todos os fluxos migratórios captados pela pesquisa que são passíveis de quantificação pelos levantamentos censitários. A migração direcionada aos trabalhos rurais no interior paulista, muitas vezes, se relaciona ao fenômeno de “migração

⁴ Todavia, não queremos afirmar que não existem outros fluxos migratórios direcionados ao Estado de São Paulo. A escolha preferencial pela Região Nordeste é decorrente dos resultados obtidos pelos estudos abarcados na Região Central desde 2010. Além disso, reconhecemos a importância de outros fluxos regionais (em especial do Sul e Centro-Oeste) para formação socioeconômica e cultural da região.

permanentemente temporária”, na qual, os indivíduos possuem “(...) vidas transitórias, marcadas pelo eterno partir e chegar” (Silva, 2008:174). Em geral, os processos migratórios, em especial, os sazonais se fundamentam em estratégias de reprodução social. No caso da migração nordestina, temos que a figura do camponês, ou seja, de pequenos produtores que visam prioritariamente a produção para o autoconsumo e, residem no ‘interior’ dos Estados nordestinos, se constitui a partir do projeto migratório, seja este familiar ou individual (Menezes, 2009).

O trabalho assalariado no ‘destino’ permitiria, para o camponês nordestino, a complementação da renda e, por conseguinte a reprodução familiar na ‘origem’ visto que há um desequilíbrio entre a produção e a necessidade de consumo (idem, ibidem). Ademais, a condição migratória também faz parte do ciclo de vida do indivíduo e da família sendo vivenciada por diversas gerações. Na cidade de Matão, assim como em São Carlos e Dobrada, não é raro encontramos discursos relacionados a projetos de “melhorar de vida” (Silva, 2008 e Maciel, 2011). Um caso interessante é de Silvia⁵, uma mulher de cerca de trinta anos, colhedora de laranja que fará sua sexta safra no município matonense. Ela traduz seu projeto migratório através do desejo de ver sua casa “crescer” no ‘interior’ do Piauí. A cidade de Dobrada, por sua vez, apresenta histórias migratórias que não implicam, majoritariamente, em retorno. Como explicita a história de Luiza, que já trabalhou na colheita da laranja e no corte de cana na região, e questionada sobre um possível retorno, afirmou que só “retornaria” para Pernambuco no caso de poder trazer sua mãe para São Paulo.

Percebemos, então que mesmo os projetos que aparentam a princípio serem caracterizados por vontades individuais são perpassados pela ótica familiar, inclusive no planejamento da migração de retorno. Além disso, a pré-condição de permanência e “adaptação” da população migrante ao local de destino se relaciona ao estabelecimento de vínculos laborais e familiares (Durham, 1984 e De Paula et al, 2005).

A contratação da população migrante para o trabalho na zona rural paulista pode ser efetivada de duas maneiras: a primeira é por meio da contratação na origem – prática mais difundida no corte de cana -, e a segunda através da contratação no destino. Os responsáveis pela arregimentação e contratação dos trabalhadores são os “gatos” ou “turmeiros”, figuras contraditórias que ora representam os interesses da empresa, ora dos

⁵ O nome dos participantes da pesquisa foram trocados com intuito de preservar o anonimato de nossos colaboradores.

trabalhadores. Normalmente, os “turmeiros” e “gatos” são antigos trabalhadores rurais e moradores do mesmo bairro que a população migrante e/ou, em alguns casos, oriundos das mesmas cidades de origem dos trabalhadores (Silva, 2008, Maciel e Baeninger, 2011).

Ademais, os trabalhadores rurais migrantes empregados na cana-de-açúcar se localizam, em geral, em alojamentos ‘fornecidos’ pela própria empresa pela qual são contratados, contudo, existem “cidades-dormitórios” (Silva, 1999), como Dobrada, que abrigam algumas famílias de trabalhadores. A migração para o trabalho no eito é majoritariamente masculina, enquanto que a migração para a colheita da laranja abarca uma abertura maior para a população feminina⁶. Neste sentido, e em razão da inexistência de alojamentos para colhedores de laranja na região, os trabalhadores rurais migrantes empregados na colheita da laranja se concentram em bairros específicos nas cidades que se localizam no entorno das plantações (ex: Matão, São Carlos, Ibaté, Dobrada, Araraquara, etc).⁷

Já o assalariamento dos trabalhadores rurais é dado por meio das medições de produtividade destes realizada pela figura dos fiscais (Alves, 2006 e Maciel e Baeninger, 2011), ou seja, por meio da contagem e/ou pesagem da “produção” do trabalhador. As visões dos trabalhadores acerca do trabalho rural, como já apontado por Maciel e Baeninger (2011), são em alguns casos positivadas pela relação anterior com o campo, visto que a maioria dos trabalhadores migrantes, especialmente os alocados na colheita da laranja, é pertencente à ‘categoria’ de pequenos agricultores na origem. O ganho por produção acarreta inegavelmente um aumento no ritmo do trabalho, pois, esses trabalhadores vinculam seu assalariamento à possibilidade de melhorar suas condições de vida e de suas famílias. Em outras palavras, o projeto migratório de “juntar um dinheiro”, “fazer a casa crescer”, “comprar uma moto” é justificado pelo alto desempenho na colheita da laranja ou no corte de cana.

Entretanto, o ritmo acelerado de produção corrobora para o surgimento de doenças degenerativas relacionadas, sobretudo à coluna. Os acidentes de trabalho também não são raros, ouvimos alguns relatos sobre cegueira, lesões por esforço repetitivo, ‘picadas’ de cobra, entre outros. Outros dois fatores alarmantes são relacionados ao envenenamento por

⁶ 35% da mão de obra empregada nas safras de 2009/10 fora feminina. (NEVES, 2010)

⁷ De acordo com Neves (2010), em relação aos trabalhadores temporários, na cultura da cana de açúcar se estabelece um emprego temporário para cada 41 hectares cultivados, ao passo que na cultura da laranja a razão é de um emprego para 9 hectares.

agrotóxicos no caso da colheita da laranja que podem resultar inclusive em mortes⁸ e o uso de drogas ilícitas com o intuito de aumento do ritmo e capacidade produtiva, em particular, o uso do craque. Esse cenário é promovido pelo não controle do trabalhador sobre sua produtividade, como pontua Alves (2006), a medição da produção é geralmente realizada sem a presença do trabalhador no eito, prática também encontrada nos pomares. Deste modo, o trabalhador rural não dispõe de domínios claros e efetivos sobre o controle de sua produção e, conseqüentemente de seu salário final. Além disso, os números de atestados médicos são utilizados para a classificação entre “bons” e “maus” trabalhadores (Maciel e Baeninger, 2011).

Temos aqui a história de Isabel, que possui cerca de 40 anos, ex-colhedora de laranja, natural de Minas Gerais, residente em Matão há mais de uma década, se considera como sendo “da cidade”. Ela conta que após trabalhar por mais de dez anos na colheita da laranja, encontra-se atualmente desempregada e impossibilitada de trabalhar. Segundo o médico que a acompanha, ela possui “bico de papagaio e hérnia de disco” em suas costas, mas que a mesma denomina como “bico de tucano” por suas constantes dores. Inclusive em sua última experiência como safrista Isabel “travou” a coluna por três vezes e ficou afastada. Todavia, por não possuir registro no início de sua carreira, não conseguiu se aposentar por tempo de serviço e busca uma aposentadoria por invalidez, sobrevivendo hoje aparentemente com os recursos de sua “madrinha” e a aposentadoria de seu pai.

A economia da região é, então, construída e viabilizada pela atuação desses trabalhadores na “ponta” do processo produtivo das agroindústrias, em outras palavras, a mão de obra migrante é fundamental, sobretudo, para o dinamismo econômico do país que se atrela ao êxito do modelo exportador agrário/agrícola (Porto-Gonçalves e Santos, 2012). Contudo, a presença dos trabalhadores rurais migrantes na região central do Estado passa, não raramente, “despercebida” beirando a invisibilidade pela maior parte da sociedade civil e do poder público. Em síntese, a mesma lógica perversa que ocasiona a migração pela busca do “melhorar de vida”, dados os processos históricos de expropriação (Silva, 2008 e

⁸ A pesquisa de campo desenvolvida com os trabalhadores rurais do interior do Estado de São Paulo se pauta na compreensão dos lugares de origem e destino. Deste modo, em Julho de 2012, viajamos até o sertão piauiense e, ouvimos diversos relatos e comoção em razão de três mortes ocasionadas muito provavelmente pelo convívio com agrotóxicos no destino. Além disso, na cidade de Matão, em Outubro de 2012, um trabalhador rural morreu em decorrência de envenenamento por agrotóxicos, fato que foi amplamente divulgado pela mídia local: <http://www.saibaja.com.br/tv-matao/noticia/1430-trabalhador-rual-morre-por-envenenamento>.

Menezes, 2009) financiados pela agricultura itinerante e pela modernização agrícola, é sustentada pelo assalariamento e trabalho da população migrante no campo.

3. As alternativas produtivas para os pequenos produtores rurais da região central do estado de São Paulo

Como vimos o mundo rural paulista abarca a convivência e inter-relação de diversos atores sociais. O estudo e a compreensão dos pequenos e médios produtores rurais paulistas são, neste sentido, essenciais, pois eles caracterizam a emergência e convívio de um “novo rural” (SILVA, 1997), tendo em vista as realidades contrastantes identificadas na região central do Estado de São Paulo que foram tratadas anteriormente.

A partir da realização de trabalhos de campo⁹ e de mapeamentos das pequenas e médias unidades produtivas da região¹⁰ buscamos identificar a presença de atividades alternativas, ou seja, de atividades que se diferenciem do modelo de produção da agricultura convencional, no caso, da cana-de-açúcar e da laranja. As atividades alternativas também podem ser compreendidas como processos produtivos que envolvem a qualificação do produto e o suprimento de mercados diferenciados (ABRAMOVAY, 2007). Dentre as atividades identificadas na região estão: a agricultura orgânica, cachaça artesanal, queijo artesanal, cerveja artesanal, pinga e vinho de mel, mudas florestais, plantas ornamentais, culturas diferenciadas para região tais como uvas, pêssego, maçã e pera, dentre outras.

Verificamos nos casos analisados o perfil de produtores empreendedores (CAMPOS, 2010), que compartilham características das pequenas e médias empresas européias, como o emprego de tecnologias no processo produtivo, capacidade e qualificação para a gestão do empreendimento, opção por mercados diferenciados, etc. (BAGNASCO, 1999) traços

⁹ Foram visitadas 19 cidades da região central do estado, isso em decorrência do recorte das pesquisas que são base para a presente exposição. As cidades visitadas foram: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiçu.

¹⁰ Fazemos referência a duas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2011-2013. A primeira compõe Projeto Jovem Pesquisador FAPESP coordenada pelo prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos e intitulada “Capitalismo cognitivo e a dinâmica da pequena produção agrícola “alternativa” no contexto “local” de Araraquara - o caso do SAI - Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP”. A outra pesquisa está em andamento, consiste em bolsa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP, com projeto intitulado “A subjetividade do novo agente produtivo-consumidor na produção orgânica: o caso do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável”.



que mais recentemente passam, como observamos, a ser parte da ruralidade brasileira. Abramovay (2001) assinala a cooperação, o conhecimento, a inovação e a troca de informações como elementos formadores desse tipo de produtor. Com a imersão em campo percebemos que a formação desses produtores empreendedores encerra a participação do SEBRAE/SP com sua assessoria técnica e gerencial. Este fomenta a perspectiva empreendedora desses produtores tendo como base o conhecimento produtivo ou saber-fazer dos mesmos.

Foram entrevistados 41 produtores presentes na região central do estado, dentre os quais 36 são homens e 5 são mulheres. A investigação da escolaridade dos produtores entrevistados revelou que o desenvolvimento de atividades produtivas diferenciadas está ligada a níveis de escolaridade maiores. Captamos que 47% dos produtores possuíam ensino médio completo, outros 24% cursos superiores, 14% ensino fundamental completo e outros 14% ensino fundamental incompleto. Essa constatação coincide com a hipótese de que para desenvolver essas atividades os produtores necessitam de conhecimentos básicos acerca de processos de gerenciamento, como a elaboração de planilhas para o controle dos gastos e ganhos da propriedade, a utilização da internet como ferramenta de atualização e informação, etc. Apesar de em ampla medida essa capacitação gerencial se dar via SEBRAE, não se exime a necessidade de níveis de conhecimento prévio por parte desses produtores.

Conforme aponta Veiga (2005), a articulação e reunião de atores individuais em grupos define o que denomina de Sistemas Produtivos Locais (SPL). Sistemas de produção que estimulam a cooperação em detrimento a competição mesmo que esses produtores estejam inseridos e supram um mesmo nicho de mercado. Tal compreensão da realidade social pôde ser relacionada ao que observamos com frequência em campo. Na cidade de Itápolis foram constatados dois grupos estruturados, o “Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável” caso atípico na região já que a única associação com membros 100% orgânicos, a “Coagrosol” – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis – que agrega tanto produtores convencionais quanto orgânicos, com a especificidade de desenvolver o comércio justo entre seus membros. Em Ibatinga também foram encontradas duas associações, a APRIB - Associação dos Produtores Rurais de Ibatinga – com produtores de vários tipos de culturas; e uma associação de piscicultores que ainda está sendo articulada. Em Boa Esperança do Sul encontramos uma associação de apicultores.

Tabatinga também possui uma associação chamada APROTABA – Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga -, com predominância de produtores de pimentão.

As noções de desenvolvimento territorial e local puderam ser admitidas a partir da compreensão desses agentes do rural. A relação de interdependência entre produtores de localidades e espaços distintos compõe dinâmicas sociais comuns, formatando o que chamamos de território produtivo (CARNEIRO, 2007; WANDERLEY; 2009; ABRAMOVAY, 2000). Com os relatos dos entrevistados pudemos perceber o conhecimento recíproco de produtores de diferentes localidades, como por exemplo, produtores de Tabatinga conhecer aqueles de Matão. Entendemos que tal fato se dá em decorrência desses produtores plantarem as mesmas culturas e/ou participarem de cooperativas e associações, trocando, portanto, conhecimentos sobre suas experiências e relacionando-se a um “modo de vida”, tendo em vista que os mesmos participam de eventos comuns tais quais festas comemorativas, cursos de capacitação técnica, etc.

Em resumo, entendemos que as novas dinâmicas identificadas envolvem configurações e reconfigurações da realidade do meio rural da região central do Estado de São Paulo resultando na complexidade das interpretações acerca dessa realidade que é díspar. A produção alternativa empreendedora implica o emprego do conhecimento típico desses produtores e o suprimento de mercados diferenciados, o que resulta na viabilização econômica e social desses produtores, todavia não deixando de expor as dificuldades que “travam” sua propagação, como a necessidade da escolaridade, das dificuldades de formação de grupos e associações, em decorrência de múltiplas razões, como a falta de coesão e homogeneidade de interesses que permitam a união do grupo ou mesmo a carência do amparo de órgãos públicos em sua formação como casas da lavoura, sindicatos rurais, etc.. Contemplamos, portanto, a necessidade da problematização desse “novo rural” e suas especificidades tendo em vista a heterogeneidade do meio rural brasileiro apontada por Wanderley (2009).

Conclusão

Pretendemos com este ensaio delinear as conjunturas que compõe a ruralidade da região central do Estado de São Paulo, dando ênfase para a convivência e interdependência dos diversos agentes envolvidos nos processos constitutivos do mundo rural, ao mesmo tempo em que buscamos incitar novos e distintos olhares para a realidade regional. Seja

através da compreensão da relação entre os grandes complexos agroindustriais e os trabalhadores rurais, ou, seja por meio da coexistência da agricultura familiar de subsistência e da agricultura alternativa. Percebe-se, em síntese, que a análise dos espaços rurais é permeada por enfoques complexos e contraditórios. Se por um lado existem convivências simbióticas a exemplo dos pequenos produtores estudados na região e dos complexos agroindustriais, encontramos, no entanto, condições perversas e paradoxais que difundem a pobreza que afeta especialmente as “pontas” do processo de produção agrícola, em outras palavras, os trabalhadores rurais, que são um dos responsáveis pela manutenção da agricultura convencional e agroexportadora.

Ademais, a presença do trabalhador rural no campo é primordial para o agenciamento de novos empregos em toda a cadeia produtiva, como explicita Neves (2010), para cada emprego direto no campo têm-se dois empregos indiretos ao longo da cadeia produtiva da laranja.

De fato como aponta Martine (1991), não existe questionamento acerca da evidência de que o aumento da produtividade na agricultura é uma condição essencial para o crescimento e desenvolvimento econômico da população brasileira. Entretanto, a modernização agrícola e a consequente rentabilidade e aumento da produção não significou a constituição de um “bem-estar” geral, afinal não há nenhuma garantia sobre a redistribuição dos benefícios do crescimento entre os mais diversos setores da sociedade. Em outras palavras, vimos que apesar da importância do trabalho da população nordestina no eito e nos pomares paulistas e, do papel fundamental dos pequenos produtores da região na manutenção da produção agrícola do Estado, não raramente, estes atores se inserem em relações assimétricas de dominação. Assim sendo, ainda que as constatações de Martine datem da década de 90, a reprodução das relações entre pequenos proprietários de terra, trabalhadores rurais e os Complexos Agroindustriais tendem a se perpetuar de forma análoga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura e desenvolvimento rural**. Jornal O Valor Econômico, 14, jun., 2007.

_____. **O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Revista de Economia Aplicada, v.4, n.2, 2000, p. 379-396.

_____. **Nova dimensão para as pequenas propriedades rurais.** Gazeta Mercantil, 28, jun., 2001.

ALMEIDA, J. P. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.** In: A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2009.

ALVES, F. **Por que morrem os Cortadores de Cana?.** In Saúde e Sociedade. V. 15. N.3 Set/Dez 2006.

BAGNASCO, A. **Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa.** In Cocco, G.; Urani, A. Galvão, A. P. (Org.), Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira itália. Rio de Janeiro, DP&A Ed. 1999.

CAMPOS, R. L. S. **Capacitação rural:** o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP – Módulo de Araraquara, 2010. Relatório de pós doutorado – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CANO, W. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil.** Editora UNICAMP. Campinas. 2002.

CARNEIRO, M. J. **Notas sobre a noção de desenvolvimento territorial e sustentabilidade e o lugar da multifuncionalidade da agricultura.** 2007. Disponível em: http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Carneiro_M_J_Coloquio_Floripa_2007.pdf (Acesso em: Setembro de 2012).

DE PAULA, A; CUNHA, M; CLEPS JUNIOR, J; HERLES S. R. **Itinerários Sertanejos: Travessias nas Partidas e Chegadas do Homem no Sertão do Gerais .** XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto-SP. In Anais do: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Brasília (DF). 2005. v. Único.

DURHAM, E. R. (1984). **A Caminho da Cidade: a Vida Rural e a Migração para São Paulo.** Editora Perspectiva. 3ª edição.

EHLERS, **Agricultura Sustentável origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EHLERS, **Agricultura Sustentável origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio.** In Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém. 2007.

GARCIA, B.; OLIVEIRA, O. **Cambios Familiares y Políticas Públicas em América Latina.** In IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. La Habana. Cuba. 2010.

LEITE, S.P; ÁVILA, R.V. **Reforma Agrária e Desenvolvimento na América Latina: Rompendo com o Reduccionismo das Abordagens Economicistas.** RER. Rio de Janeiro. Vol. 45. N 03. Julho/Set 2007.

MACIEL, L. M. **Migração e Identidade entre Trabalhadores “Rurais-Urbanos” no Interior de São Paulo.** In Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Des(Igualdades). UFBA. Salvador (BA). 2011.

MARTINE, G. **A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia ?**. Lua Nova, N 23. São Paulo. Março de 1991.

MENEZES, M. A. **Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste**. In Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. Org: Emilia Piastrefesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes & Rosa Acevedo Marin. UNESP. São Paulo. 2009.

NEVES, M. F. (coord.) et al. **O Retrato da Citricultura Brasileira**. CitrusBR. Ribeirão Preto (SP). 2010.

NETO, M. M. **De Sucroalcooleiro a Sucroenergético: a Construção de um Campo Organizacional**. In Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 2009.

PATARRA, N. et al. **População e Espaço: Movimentos Migratórios, Urbanização e Regionalização**. In FUNDAP. Políticas Sociais no Brasil: Avaliação e Propostas para os anos 90. Documento de Trabalho. DT/Qs11. FUNDAP. São Paulo. 1991.

PAULILLO, L.F.; ALMEIDA, L.M.; MELLO, F.O. **A Coordenação Agroindustrial Cítrica Brasileira e os Novos Recursos de Poder: Dos Políticos aos Jurídicos**. In Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; SANTOS, L. H. R. **A Violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador**. In Conflitos no Campo Brasil 2011. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2012.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43- 81, maio de 1997.

SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. Ed.UNESP. São Paulo (SP). 1999.

_____. **Expropriação da Terra, Violência e Migração: Camponeses Maranhenses no Corte da Cana em São Paulo**. Cadernos CERU (versão online). vol. 19, no. 1, p. 165-180. 2008.

(Disponível em:< <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf> > - Acesso em Maio/2011)

_____.; MELO, B. M.; VERÇOSA, L. V. **“Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: ‘A Permanência do Intolerável’”**. In Conflitos no Campo Brasil 2011. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2012

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

VEIGA, J. E. **Do local ao Global**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS DOS AGRICULTORES (1990-2010): RACIONALIDADE COMUNICATIVA E RECONHECIMENTO SOCIAL NO ESTUDO DE CONFLITOS ENVOLVENDO SEMENTES

Gabriel Cunha Salum, UNESP/FFC-Marília-SP
gabriel_salum@yahoo.com.br
Aluisio Almeida Schumacher, UNESP/FFC-Marília-SP
aluisioschumacher@yahoo.com.br
Agência Financiadora: CAPES
GT3: “Questão Agrária”

Introdução

O estudo trabalha com a hipótese de que o paradigma da propriedade intelectual institucionalizado no mundo contemporâneo é resultante de um consenso, com amplitude internacional, estabelecido sob a influência de interesse(s) estratégico(s) na prevalência de uma lógica privatística de controle do saber, de modo que, em decorrência de sua própria configuração, os usos que são feitos a partir de tal acordo tendem a gerar riqueza e poder para certos atores sociais enquanto que, simultânea e paradoxalmente, impõem ou agravam a subordinação e a miséria para outros (BARBOSA, 1999; GARMON, 2002; HESSE, 2002; ORTELLADO, 2002; GANDELMAN, 2004; SALUM, 2011).

Assim, à medida que investiga esse aspecto da realidade social, a pesquisa considera possíveis conseqüências resultantes dessa dinâmica aparentemente conflituosa que envolve o binômio propriedade/conhecimento na atualidade: movimentos sociais promovem lutas pelo reconhecimento de direitos e formas de vida, combatendo condicionantes jurídicos e tecnológicos que limitam capacidades e potencialidades para o desenvolvimento humano. (TAYLOR, 1996; ALBAGLI, 1998; BOROWIAK, 2004; BERLAN, 2005; SANTILLI, 2009; PACKER, 2010).

Mais especificamente, a partir de dados preliminares que apontam para o caráter paradoxal e ambivalente do intercâmbio entre propriedade intelectual, avanços científicos e tecnológicos na área da agricultura, especialmente no que tange à pesquisa e aprimoramento de novos conhecimentos e práticas ligados à biotecnologia agrícola nas últimas décadas, e a crescente relevância de um conjunto ao mesmo tempo amplo e

heterogêneo de lutas pela garantia de determinados direitos e formas de vida, os autores pretendem utilizar os conceitos de racionalidade comunicativa e reconhecimento social no estudo dos chamados “direitos dos agricultores” particularmente no que diz respeito aos processos de aprimoramento, controle, acesso e uso de sementes.

Método

A pesquisa se orienta por uma perspectiva histórico-sociológica das temáticas que compõem o objeto de estudo, valendo-se de um conjunto diversificado de bibliografias especializadas, com revisão de literatura em bases de dados nacionais e internacionais, além de documentos e legislações pertinentes.

Ao levar em conta o caráter histórico, processual e inacabado das noções de propriedade intelectual e de direitos dos agricultores, assim como das práticas e dos conflitos jurídicos/sociais acerca do aprimoramento, controle, acesso e uso de sementes, os autores acreditam que tal abordagem pode granjear diferentes significados que são atribuídos por diferentes atores sociais às idéias, vivências e relacionamentos em jogo nas disputas sobre sementes seja no âmbito mais estrito e formal da biotecnologia agrícola seja em sentido mais amplo e informal no cotidiano da agricultura.

Assim, interessa para os autores, sobretudo, relacionamentos mediados pelo conflito entre a vigência e a aplicação do regime internacional da propriedade intelectual, por um lado, e, por outro, tanto práticas tradicionais de manuseio, aprimoramento, intercâmbio e conservação de sementes como lutas pelo reconhecimento de direitos e formas de vida a partir da noção de direitos dos agricultores, restringindo-se a análise ao período de 1990-2010 quando se verifica grau significativo de pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia agrícola, inclusive no que se refere às sementes, e, concomitantemente, o deslocamento do regime internacional da propriedade intelectual para o âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) com os debates e interesses que acompanham tal processo.

Então, para avaliação e reflexão crítica dos dados obtidos, o arcabouço teórico-analítico da teoria social crítica contemporânea será empregado pelos autores como referencial metodológico da investigação, utilizando-se, especificamente, os conceitos de racionalidade comunicativa (Jürgen Habermas) e reconhecimento social (Axel Honneth).

O conceito de racionalidade comunicativa orientará a avaliação do processo jurídico da propriedade intelectual, marcado pela tensão entre *facticidade* e *validade*, entre o direito como coerção social e o direito como aceitabilidade racional – tensão entre uma *realidade social* e uma *pretensão racional*, que pode ser desmentida pela realidade. Já o conceito de reconhecimento social permitirá resgatar as lutas dos agricultores e as semânticas que desenvolvem nas esferas do (auto) respeito jurídico e da estima social, ligada ao trabalho e à forma de vida (MACCARTHY, 1978; FREITAG, 1994; HABERMAS, 2003; HONNETH, 2003; SCHUMACHER, 2004; ERMAN, 2006; HEINS, 2009; TROVO, 2009).

Habermas sustenta a possibilidade de construção de normas mais justas na seara da argumentação por meio do convencimento racional pela força do melhor argumento. Logo, mesmo que os indivíduos possam orientar-se por valores diferentes num contexto de sociedades pluralistas e multiculturais, subsiste a possibilidade do alcance de normas mais justas por meio de um processo de argumentação orientado por procedimentos formais e racionais.

Com Schumacher (2008, p. 149):

[...] a concepção habermasiana de comunicação, baseada nas estruturas intersubjetivas da compreensão entre sujeitos sociais, traz uma contribuição importante para orientar o diálogo entre culturas nas sociedades pluralistas modernas. Mesmo que se possa objetar que Habermas não leva em conta todos os possíveis usos da linguagem, seus pressupostos gerais (três pretensões de validade, três relações com o mundo e três modos básicos de emprego da linguagem) definem um modelo fundamental de análise das condições gerais de utilização intercompreensiva da linguagem. Além de mostrar que na linguagem cotidiana os três títulos de validade (verdade, correção normativa e sinceridade) surgem e se interpenetram incessantemente com os mesmos direitos, Habermas desenvolve ainda uma visão geral dos recursos e capacidades universais de que dispõem os sujeitos sociais para a prática do diálogo. Condições em que, mesmo fazendo parte de culturas distintas, os interlocutores podem se orientar pela maneira de proceder ao honrarem pretensões de validade.

Ainda, conforme a argumentação de Repa (2008, p. 175, grifo do autor):

A racionalidade comunicativa, embora débil, é persistentemente operante, ela é uma fagulha de emancipação presente em todo proferimento, e mesmo nas comunicações mais distorcidas. Uma prova disso é o fato de, mesmo em uma ação estratégica bastante comum, em que um sujeito procura deliberadamente enganar o outro com mentiras, precisar simular uma orientação comunicativa para conseguir seu objetivo. Precisa *parecer* se orientar pela validade intersubjetiva do que diz, para que possa ter a confiança do outro, que age em atitude comunicativa. Isso demonstra que o uso estratégico da racionalidade comunicativa é uma forma derivada, parasitária. Ele depende do uso normal da linguagem, que é aquele orientado para um a obtenção de um acordo sobre as pretensões de validade.

Não obstante, a exigência de atendimento de certos requisitos imprescindíveis ao sucesso da ação comunicativa, e, conseqüentemente, da primazia da racionalidade comunicativa, permitirá aos autores a introdução da ideia de reconhecimento social na pesquisa, considerando-a instrumento relevante para uma compreensão mais abrangente e sensível do conteúdo das lutas e demandas sociais dos agricultores em relação às sementes quando neutralizadas ou relegadas a segundo plano pela influência/poder de determinados interesses estratégicos ligados ao paradigma de propriedade intelectual vigente, ou seja, nas situações concretas em que representantes desses interesses estratégicos reúnem esforços para inviabilizar ou deslegitimar qualquer questionamento no que tange à validade do modelo. Em outras palavras, mais especificamente, o procedimento de argumentação racional ou a chamada racionalidade comunicativa pressupõe e não pode prescindir da total simetria e da total igualdade de oportunidades entre os agentes envolvidos tanto em discursos teóricos como em discursos práticos (noções situação ideal de fala e ação comunicativa pura). Porém, como falar em simetria e igualdade absoluta de oportunidades de participação na prática concreta do discurso (termo na acepção habermasiana) ante o grau de complexidade que permeia determinados conflitos e debates desenvolvidos em escala global e que são capazes de envolver, ao mesmo tempo, sociedades, estados, etnias, indivíduos, grupos e classes sociais em diferentes estágios ou com diferentes paradigmas de desenvolvimento, além da presença e da influência inescusável de empresas multinacionais e organizações governamentais e não governamentais movidos, todos esses segmentos, por interesses muitas vezes distintos e/ou antagônicos e organizados sob a égide de um conjunto diversificado de instrumentos e relações de poder? Os autores entendem que é exatamente nessa modalidade de contexto histórico-social que a noção de reconhecimento social poderá oferecer uma sintonia mais fina para avaliar o grau de justiça das normas, permitindo considerar, por exemplo, indivíduos e segmentos sociais que não participam diretamente de um determinado contexto discursivo ou mesmo que não tem sequer a possibilidade de participar dos processos político-jurídicos institucionais de construção das normas no atual estágio de globalização da modernidade ocidental capitalista seja no que se refere às legislações nacionais ou mesmo no caso dos sistemas e regimes internacionais como, por exemplo, o regime internacional da propriedade intelectual (MACCARTHY, 1978; FREITAG, 1994; HABERMAS, 2001, 2003;

HONNETH, 2003; SCHUMACHER, 2004; ERMAN, 2006; BARBACENA, 2007; OLIVEIRA; ANDRADE, 2008; WERLE; MELO, 2008; HEINS, 2009; TROVO, 2009).

Discussão

Com o triunfo das revoluções burguesas, verifica-se o progressivo declínio das visões de homem e de mundo ancoradas na magia, na crença e na tradição com a ascensão de novos valores como a individualidade, a autonomia com a liberdade de autodeterminação do indivíduo, além de múltiplas racionalidades. Tal contexto reivindica a reformulação de relacionamentos e instituições nas diferentes esferas da vida como, por exemplo, mudanças radicais nas relações sociais acerca da produção, acesso e divulgação do conhecimento e nas relações de propriedade (LÉVY, 1973; CAVALCANTE, 1991; BOBBIO, 1992; HOBBSAWM, 1996; WEBER, 2001, 2002; ENGELS; MARX, 2003; LANDES, 2005).

Neste diapasão, observa-se, a partir do século XVIII, o nascimento e o desenvolvimento da filosofia e do sistema normativo da propriedade intelectual. Trata-se da noção de que o homem é o único produtor e o legítimo proprietário das exteriorizações do intelecto humano com a conseqüente possibilidade de reivindicação de interesses econômicos, além de procedimentos jurídico-formais de reconhecimento e tutela desta nova condição. (DI BLASI, GARCIA e MENDES, 1997; COSTA NETTO, 1998; BARBOSA, 1999; HESSE, 2002; ORTELLADO, 2002; SILVEIRA, 2005).

De acordo com Hesse (2002, p. 26, tradução nossa):

O conceito da propriedade intelectual - a ideia de que uma ideia pode ser apropriada - é fruto do iluminismo europeu. Foi somente quando as pessoas começaram a acreditar que o conhecimento é oriundo da mente humana trabalhando sobre os sentidos - e não proveniente da revelação divina, observada pelo estudo de textos antigos - que se tornou possível imaginar seres humanos como criadores, e por esta razão proprietários, de novas ideias ao invés de meros transmissores da verdade eterna.

É possível afirmar que a gênese e o desenvolvimento da noção de propriedade intelectual ao longo dos últimos séculos serviram para forjar o paradigma da propriedade intelectual tal como é conhecido na atualidade: o vínculo indissolúvel que liga conhecimento e tecnologia a um sistema público que lhes confere o *status* de propriedade privada com o propósito de regulação de carências, interesses e demandas em torno da produção, divulgação e apropriação das criações do intelecto humano. Logo, embora tal

sistema esteja constituído por meio de um conjunto mais ou menos consolidado de teorias, argumentos, discursos, regulamentações, sanções, entre outros fatores, trata-se, em curta síntese, de uma lógica específica de controle e regulação do saber erigida a partir da modernidade ocidental capitalista e que não está imune ao aparecimento de situações de confronto quando surgem questionamentos e/ou disputas de caráter econômico, político, social, ético, jurídico, ambiental, etc., permanecendo aberta a possíveis reformulações ao subsistir numa espécie de supremacia precária. De qualquer forma, os condicionantes ideológicos e técnico-normativos que sustentam essa lógica são disseminados e operacionalizados em âmbito nacional e internacional principalmente por meio da atuação de mecanismos político-jurídicos institucionais influenciados pela racionalidade estratégica dos subsistemas poder e dinheiro (acepção habermasiana), podendo ser tais elementos condicionantes identificados na dinâmica de constituição e funcionamento de instituições e/ou ações estratégicas em que participam (e se beneficiam), entre outros segmentos, determinados estados e grupos econômicos, mobilizando, para tanto, aparato e suporte de procedimentos técnicos-normativos (supostamente neutros em termos de interesse) que, dotados de autoridade, conhecimento estratégico e poder coercitivo, terminam por imiscuir-se e impregnar outros domínios da sociedade que não aquele típico de atuação do sistema, como são os casos das esferas da discussão e da prática política, da ciência e da tecnologia, das normas e procedimentos jurídicos, entre outros. No entanto, não obstante a existência dessa constelação de interesses estratégicos, estudos preliminares permitem aos autores ressaltar a resistência de uma diversidade de sentidos e significados outros atribuídos às relações de produção, difusão e apropriação do saber bem como a ocorrência de disputas constantes entre semânticas e interesses estabelecidos, sobretudo em razão de uma incompatibilidade irreduzível entre pretensões privatísticas de proteção de saberes e avanços tecnológicos e demandas por livre acesso, disposição e divulgação do conhecimento e seus produtos. (SHERWOOD, 1992; DI BLASI; GARCIA; MENDES, 1997; FISHER, 2001; ORTELLADO, 2002; BASSO, 2003; GARMON, 2002; GANDELMAN, 2004; SILVEIRA, 2005; SALUM, 2011).

Segundo Garmon (2002, p. 1145, tradução nossa):

Propriedade intelectual refere-se a uma ampla gama de informações confidenciais protegidas por vezes por patentes, marcas comerciais e direitos autorais que concedem direitos exclusivos para a venda de novos produtos. No âmago de quase todos os litígios sobre a propriedade intelectual se encontra uma questão fundamental: quem é dono e tem o direito de beneficiar-se de uma ideia ou invenção. Um dos problemas mais constrangedores no universo das relações

societárias e empresariais em nível internacional envolve a prerrogativa de propriedade que inventores, autores ou criadores de ideias têm sobre suas inovações e a transferência desses direitos além de fronteiras nacionais e culturais. Preocupações sobre os direitos de propriedade intelectual (dpi) estimulam esforços para planejar, desenvolver e implementar sua transferência internacional em vários níveis da esfera governamental e dos negócios. Inventores e pensadores refletem cada vez mais sobre como manter o controle de seus produtos, não só em termos de compensação ou reconhecimento, mas também em relação à possibilidade de posterior modificação ou distorção por outras pessoas. Quando as empresas analisam investimentos multinacionais, elas devem considerar como as leis e as práticas culturais dos países estrangeiros podem afetar a sua propriedade intelectual e técnica.

O incremento da biotecnologia agrícola nas últimas décadas tornou a propriedade intelectual elemento presente na vida dos agricultores. Isso porque os investimentos em pesquisa e produção de tecnologias agrícolas são realizados majoritariamente pelo setor privado, condicionando-se sua disponibilização à submissão do agricultor aos imperativos de uma lógica instrumental que privilegia o retorno dos investimentos e a maximização do lucro em lugar do livre compartilhamento dos benefícios. Disso resulta que a comercialização de novos processos e produtos agrícolas, inclusive sementes, depende da aceitação e do uso do paradigma da propriedade intelectual para que o controle sobre o acesso e a divulgação destes bens seja efetuado de maneira favorável e lucrativa para os detentores do monopólio do conhecimento no mundo contemporâneo. Ademais, para garantir o retorno dos investimentos realizados com a maximização do lucro, parece constituir aspecto fundamental para os interesses estratégicos que orientam a lógica instrumental e privatística de constituição e funcionamento do regime internacional da propriedade intelectual o incentivo (irresistível, senão coercitivo) para que todos os países que participam do sistema implementem políticas públicas, legislações nacionais e práticas diversas para efetivo combate a certos usos e costumes tradicionais e alternativos da agricultura, como a autonomia do agricultor no manuseio de sementes, procurando deslegitimar (mecanismos ideológicos) e criminalizar (mecanismos jurídicos) o livre desenvolvimento da atividade agrícola que não esteja submetido à utilização de produtos e tecnologias cujo acesso e uso estão rigidamente orientados e controlados pela lógica privatística do paradigma da propriedade intelectual. (ALBAGLI, 1998; BOROWIAK, 2004; BERLAN, 2005; HERDT, 2006; PRAY e NASEEM, 2007).

Com Borowiak (2004, p. 513, tradução nossa):

Refletindo sobre a história da agricultura, pode-se observar que passados mais de cem anos uma mudança sísmica tem tido lugar na representação dos agricultores em matéria de controle das sementes. Para praticamente toda a história da produção agrícola, até ao século XX, a distribuição e a coleta de sementes

residiam nas mãos dos agricultores. Os agricultores colhiam as sementes de seus campos após a colheita e, em seguida, utilizavam-nas para a colheita seguinte, para a alimentação, para troca e obtenção de novas variedades de culturas. Durante o século passado, no entanto, essas práticas centradas no agricultor se tornaram altamente controversas e, em muitos casos, chegaram a ser consideradas crimes de pirataria. Como os críticos têm observado habilmente, a expansão dos direitos de propriedade intelectual em variedades vegetais vai contra as raízes profundas históricas das práticas tradicionais de agricultura.

Segundo Albagli (1998, p. 10):

Não se pode negar a contribuição que o desenvolvimento das modernas biotecnologias representam para a humanidade. No entanto, a apropriação privada (ainda que indireta) de recursos genéticos, promovida pela proteção patentária, pode contribuir para restringir o acesso aos recursos biogenéticos e, conseqüentemente, aos benefícios advindos de seu uso; bem como para diminuir o fluxo e o intercâmbio de material genético, podendo afetar áreas estratégicas, como a de medicamentos e a de segurança alimentar, particularmente quando se trata do patenteamento de plantas.

Assim, ante a crescente interdependência entre agricultura, tecnociência, e propriedade, a semântica dos direitos dos agricultores expressaria os diferentes conteúdos, anseios e expressões de uma luta mais ampla pela resistência e reconhecimento de direitos e a manutenção de formas de vida contra interesses de diversas ordens, especialmente aqueles estratégicos de cunho econômico e político que lançam mão de estratégias como comunicações sistematicamente distorcidas, entre tantos outros, com o propósito de deslegitimar e criminalizar, no mundo contemporâneo, formas e práticas de vida seculares no âmbito da agricultura.

Como sustenta Heins (2009, p. 587, tradução nossa):

Disputas sobre propriedade não têm sido relegadas ao passado, mas continuam a informar sociedades contemporâneas de modo que tais disputas estão intimamente ligadas com as políticas de reconhecimento. As formas de propriedade consolidadas podem levar a outras pessoas sentimentos danosos a respeito de sua autonomia e de seu senso de auto-estima. Ao mesmo tempo, a propriedade pode satisfazer as necessidades dos indivíduos, fortalecendo sua autonomia para se tornar uma expressão legítima de realização. A partir disso concluo que a justiça dos regimes de propriedade não pode ser julgada em abstrato.

Portanto, em curta síntese conforme estudos já realizados pelos autores, os direitos dos agricultores se referem a diferentes reivindicações desenvolvidas em espaços e estágios distintos por um grupo não homogêneo de indivíduos. Questões como a conservação da biodiversidade; segurança alimentar; participação nas políticas ligadas aos recursos genéticos; acesso à tecnologia adequada; desenvolvimento de modelos de agricultura sustentável; liberdade de uso, escolha, armazenamento e troca de recursos

genéticos constituem temas centrais nesta disputa. (ALBAGLI, 1998; BOROWIAK, 2004; BERLAN, 2005; HERDT, 2006).

Conclusão

Os estudos realizados até o presente momento indicam a existência de uma espécie de liberdade mitigada presente no binômio sociedade/conhecimento a partir da modernidade ocidental capitalista, constituindo o paradigma da propriedade intelectual núcleo de uma lógica institucionalizada de controle de distintos saberes.

Existe a hipótese de que tal lógica tende a gerar poder e riqueza para determinados atores sociais e impor ou agravar, simultânea e paradoxalmente, a miséria, a pobreza e a subordinação para outros, limitando-lhes as capacidades e potencialidades para o desenvolvimento humano, entre os quais, movimentos sociais que travam lutas por reconhecimento de direitos e formas de vida como se tem procurado demonstrar no caso dos agricultores em sua prática cotidiana com o manuseio de sementes.

Desta forma, o fluxo da moderna noção de propriedade intelectual nas estruturas jurídicas e cotidianas da vida contemporânea é demasiadamente complexo ante as demais relações de propriedade tidas hoje como convencionais, na medida em que enseja um conjunto diversificado de reivindicações e questionamentos tanto no nível teórico-cognitivo como no nível prático-moral, subsistindo tal movimento de maneira contraditória e inacabada justamente por estar em permanente reformulação.

Neste contexto histórico-social conflituoso movido por lutas por reconhecimento e formas de vida e interesses estratégicos mediados pelo paradigma da propriedade intelectual, entre outros elementos, razoável sugerir que as profundas transformações ocorridas nas práticas e usos relacionados à agricultura nas últimas décadas, em especial com o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias na área da biotecnologia agrícola, podem contribuir para um projeto de supressão definitiva de formas tradicionais e alternativas de vida e relação com o meio ambiente em lugar de responder positivamente a demandas, necessidades e dificuldades inerentes à produção agrícola e a vida no campo e em sociedade.

Portanto, para os autores, a compreensão dos conteúdos do paradigma da propriedade intelectual vigente e das lutas de agricultores ligadas à manutenção de direitos

e formas de vida, no caso particular das sementes e segundo a perspectiva da teoria social crítica contemporânea (racionalidade comunicativa e reconhecimento social), poderá servir tanto para uma avaliação crítica de determinados debates, demandas, interesses, vivências, discursos e normas subjacentes ao uso que se faz do paradigma da propriedade intelectual no mundo atual como para verificar outros elementos importantes nessa discussão como, por exemplo, a efetividade e a legitimidade desta nova modalidade de direitos, que são os direitos dos agricultores, na realidade social.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Da biodiversidade à biotecnologia: a nova fronteira da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n.1, p. 7-10, jan./abr. 1998.

BARBACENA, Juliana Martins. J. Habermas e M. Weber: dois modelos de racionalidade jurídica. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 11, dez-mar, 2007.

BARBOSA, Antônio Luiz Figueira. **Sobre a propriedade intelectual**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BASSO, Maristela. Os fundamentos atuais do direito internacional da propriedade intelectual. **Revista Cej**, v. 21, p. 16-30, Brasília: 2003.

BERLAN, Jean-Pierre. Brevet du vivant : progrès ou crime ?. **Tiers-Monde**, v. 46, n. 181, p. 207-221, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOROWIAK, Craig. Farmers' rights: intellectual property regimes and the struggle over seeds. **Politics & Society**, v. 32, n.4, p. 511-543, dez. 2004.

CAVALCANTE, Berenice. **A revolução francesa e a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

COSTA NETTO, José Carlos; BICUDO, Hélio (Coord.). **Direito Autoral no Brasil**. São Paulo: FTD, 1998.

DI BLASI, Gabriel; GARCIA, Mario Soerensen; MENDES, Paulo Parente M. **A propriedade industrial: os sistemas de marcas, patentes e desenhos industriais analisados a partir da Lei nº 9.729, de 14 de maio de 1996.** Rio de Janeiro: Forense, 1997.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista.** Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ERMAN, Eva. Reconciling communicative action with recognition: thickening the inter of intersubjectivity. **Philosophy & Social Criticism**. v. 32, n. 3, p. 377-400, 2006.

FISHER, William. Theories of Intellectual Property. In: **New Essays in the Legal and Political Theory of Property.** Cambridge University Press: 2001. Disponível em <http://cyber.law.harvard.edu/people/tfisher/iptheory.pdf>. Último acesso em: 03 fev. 2011.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje.** 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

GANDELMAN, Marisa. **Poder e conhecimento na economia global.** O regime internacional da propriedade intelectual: da formação às regras de comércio atuais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GARMON, Cecile W. "Intellectual Property Rights: protecting the creation of new knowledge across cultural boundaries." **American Behavioral Scientist**, v. 45, n. 7, p. 1145-1158, mar. 2002.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional: ensaios políticos.** São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, 2.v.

HEINS, Volker. The place of property in the politics of recognition. **Constellations**. v. 16, n. 4, p. 579-592, 2009.

HERDT, Robert W. Biotechnology in agriculture. **Annu. Rev. Environ, Resourc**, v. 31, p. 265-295, jul. 2006.

HESSE, Carla. The rise of intellectual property, 700 B.C. – A.D. 2000: an idea in the balance. **Daedalus**, v. 131, n.2, p. 26-45, spring. 2002.

HOBBSAWM, Eric John Earnest. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução de Luiz Repa. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental de 1750 até os dias de hoje. Tradução de Marisa Rocha Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LÉVY, Jean-Philippe. **História da propriedade**. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1973.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; ANDRADE, Camila Cardoso de. A relação entre Direito e Moral na Teoria Discursiva de Habermas: porque a legitimidade do Direito não pode ser reduzida à moralidade. In: **Congresso Nacional Conpedi**, 16, 2007, Belo Horizonte. Florianópolis: Anais, 2008. (Completo).

ORTELLADO, Pablo (2002). **Por que somos contra a propriedade intelectual?** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2012.

MCCARTHY, Thomas. **La teoria critica de Jurgen Habermas**. Madrid: Gama, 1978.

PACKER, Larissa Ambrosano. Da monocultura da lei às ecologias dos direitos: pluralismo jurídico comunitário-participativo para afirmação da vida concreta camponesa. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em direito. Universidade Federal do Paraná (UFPR): Curitiba, 2010.

PRAY, Carl E; NASEEM, Anwar. Supplying crop biotechnology to the poor: opportunities and constraints. **Journal of Development Studies**, v. 43, n. 1, p. 192-217, 2007.

REPA, Luiz. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus Editora, 2008.

SALUM, Gabriel Cunha; POKER, José Geraldo Alberto Bertoncini. A extensão da racionalidade econômico-privatística ao conhecimento produzido pela subjetividade emancipada: paradoxo da modernidade. In: **Aurora – Revista dos Discentes da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília-SP**, n. 7, p. 167-182, 2011.

SANTILLI, Juliana Ferraz Rocha. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em direito. Pontifícia Universidade Católica (PUC). Curitiba, 2009.

SHERWOOD, Robert M. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico**. Tradução de Heloísa de Arruda Villela. São Paulo: EDUSP, 1992.

SCHUMACHER, Aluisio Almeida. Sobre Moral, Direito e Democracia. In: **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n. 61, p. 75-96, 2004.

_____. Reconstrução pragmático-formal da racionalidade comunicativa: origem e dificuldades. In: MARTINS, Clélia Aparecida; POKER, José Geraldo Alberto Bertoncini (org.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual**: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares. 3. ed. ver. e ampl. Barueri: Manole, 2005.

TAYLOR, Charles. Identidad e reconocimiento. **Revista Internacional de Filosofía Política (RIFP)**, n. 7, p. 10-19, 1996.

TROVO, Maria Caroline. Teoria crítica e luta por reconhecimento: Axel Honneth em pauta. **Cadernos de Campo**, n. 12, p. 9-26, 2009.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WERLE, Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares. Reconhecimento e Justiça na Teoria Crítica da sociedade em Axel Honneth. In: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papius Editora, 2008.